

revista

indisciplina

v. 6, n. 1
outubro/2020



V. 6, n. 1
ottobre/2020

revista

indisciplina

r

**A revista Indisciplinar é uma publicação do grupo de
pesquisa Indisciplinar (EA-UFMG / CNPq),
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil**

EDITORES	Prof. ^a Fernanda Dusse (Editora-Chefe - CEFET-MG), Prof. Daniel Medeiros de Freitas (EA-UFMG), Prof. ^a Gisela Barcellos (EA-UFMG), Prof. ^a Marcela Silvano Brandão Lopes (EA-UFMG), Prof. Marcelo Reis Maia (EA-UFMG), Prof. ^a Natacha Rena (EA-UFMG)
PROJETO GRÁFICO ORIGINAL	Prof. Marcelo Reis Maia (EA-UFMG) (Orientador) Prof. ^a Natacha Rena (EA-UFMG) (Orientadora) André Vitor (EA-UFMG) (Bolsista) Lucca Mezzacappa (EA-UFMG) (Bolsista) Nuno Neves (EA-UFMG) (Bolsista) Octavio Mendes (EA-UFMG) (Bolsista)
ILUSTRAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO	Prof. ^a Natacha Rena (EA-UFMG) Orientadora Caio Augusto Gonçalves (EA-UFMG) Bolsista João Paulo Souto (EA-UFMG) Bolsista Marina Ussami (EA-UFMG) Bolsista Matheus Coelho (EA-UFMG) Bolsista Saulo Maciel (EA-UFMG) Bolsista
PLATAFORMAS DIGITAIS	Prof. Marcelo Reis Maia (EA-UFMG) Orientador João Paulo Souto (EA-UFMG) Bolsista Marina Ussami (EA-UFMG) Bolsista
REVISÃO	Prof. Fernanda Dusse (CEFET-MG) Orientadora Letícia Oliveira (CEFET-MG) Bolsista
CONSELHO EDITORIAL	Aleamar S. A. Rena, Breno Silva, David Sperling, Eduardo Jesus, Fábio Tozi, Giselle Beiguelman, Karina Leitão, Karine Carneiro, Luis Regis Coli, Monique Sanches, Myriam Ávila, Patrícia Azevedo, Roberta Romagnoli, Samy Lansky, Simone Tostes, Thais Portela
ENDEREÇO PARA CONTATO	Escola de Arquitetura da UFMG, rua Paraiba, 697, sala 500. CEP 30130-141.
TELEFONE	31 34098834 / 31 34098835 / 31 34098845
CAPA	Saulo Maciel. Arte: Gustavo Machado

A revista Indisciplinar está disponível para download em indisciplinar.com

Belo Horizonte, Out. de 2020

V. **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**
Semestral.
v.6, n.1 (2020). Indisciplinar / EA-UFMG. – Belo Horizonte (MG)

ISSN: 2525-3263

1. Conhecimento científico – Difusão – Periódicos. 2. Cultura – Periódicos. 3. Periódicos científicos. I. Escola de Arquitetura. II. Universidade Federal de Minas Gerais. III. Título.

CDD-B869.7

1: Essa ideia foi apresentada por Lilia Schwarcz no ensaio “Quando acaba o século XX” (Companhia das Letras, 2020). Para a autora, o século XX foi marcado pelo desenvolvimento da tecnologia e a ilusão de que chegavam ao fim “as amarras geográficas, corpóreas, temporais. Ao deixar mais evidente nosso lado humano e vulnerável, a pandemia da covid-19 marca o fim do século” (SCHWARCZ, p. 5).

Editorial

Esta edição da Revista Indisciplinar foi produzida no primeiro semestre de 2020. Entre a chamada para artigos e o lançamento, vimos nossa rotina ser transformada pela pandemia da COVID-19 de uma tão forma devastadora e inesperada, que, segundo diversos cientistas, marca o fim do século XX[1]. No Brasil, a pandemia acontece durante o período mais violento e autoritário de nossa democracia e mobiliza novos elementos para a política da destruição que marca o governo Bolsonaro. Em uma reunião ministerial ocorrida em 22 de abril e tornada pública após a saída de Sérgio Moro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, fica evidente que a incompetência de todos os ministros para lidarem com os impactos da pandemia é simultânea à constatação de que o medo engendrado pela doença e o isolamento social oferecem uma janela de oportunidade para “passar a boiada” de políticas de devastação ambiental, econômica e social. Tudo isso deixa claro que as consequências sanitárias, políticas e humanitárias da pandemia serão especialmente brutais no Brasil, ainda que não pareçamos capazes de compreender quais são seus efeitos diretos e como a sociedade pautará suas próximas decisões.

O tema deste dossiê “A produção biopolítica e transescalar do espaço” já propunha um debate sobre as formas de controle dos corpos e dos espaços na contemporaneidade e ressaltava a articulação entre as crises econômicas do século XXI e a crise do humanismo como ideologia compartilhada. É evidente, portanto, a relação entre as questões que já nos mobilizavam e os problemas revelados pela pandemia. Mas o rigor necessário para a produção acadêmica impossibilitaria que tivéssemos artigos científicos consistentes finalizados algumas semanas depois da eclosão da crise. Assim, ainda que seja nítida a articulação entre os 15 artigos aqui reunidos e as questões colocadas pela pandemia, nenhum deles trata diretamente do tema.

Considerando isso, convidamos dois pesquisadores para apresentarem ensaios sobre os impactos da COVID-19 no país. O ensaio – gênero com o qual sempre trabalhamos na Revista Indisciplinar – é capaz de promover um debate crítico e consistente sobre o presente a partir de conclusões temporárias e parciais. Os dois textos aqui compilados foram

escritos no primeiro semestre de 2020 e mobilizam reflexões que podem parecer desatualizadas alguns meses depois, mas ambos são capazes de extrapolar os desafios específicos de contenção da pandemia para refletir sobre como a crise sanitária desvela as injustiças e violências da contemporaneidade. O ensaio de Elias Jabbour, “Para não negarmos o futuro. Por uma visão brasileira do mundo.”, originalmente publicado no *Le Monde Diplomatique*, debate os textos reunidos no Brasil pela Editora n-1 e publicados com o título *Sopa de Wuhan*. Já o texto de Victor André Martins de Miranda, “COVID-19: A noite inexorável do capital”, registra as ações de Bolsonaro e dos demais membros de seu governo nos primeiros meses da crise e é capaz de evidenciar como o aniquilamento se transformou em um projeto de governo. Em seguida, apresentamos uma entrevista com Nego Bispo, pensador quilombola piauiense, conduzida por Joviano Maia, em 14 de abril. A conversa, que passa por temas diversos, como a organização comunitária, a importância de uma produção coletiva e a necessidade de metodologias alternativas para o saber acadêmico, traz um fôlego novo no momento em que parece ser quase impossível respirar.

Queremos ainda ressaltar que a organização desta revista, feita através de reuniões remotas e encontros virtuais, dá início a um projeto coletivo, multidisciplinar e interinstitucional para a *Revista Indisciplinar*. Além dos editores, autores e pareceristas, contamos, nesta edição, com a participação de uma equipe de alunos da Escola de Arquitetura da UFMG e do curso de Letras do CEFET-MG, responsáveis pela revisão textual e pelo projeto gráfico e editorial da publicação. Gostaríamos de agradecer a todas as pessoas envolvidas neste trabalho e reafirmar a importância da produção científica comprometida com o diálogo, a democracia e a ética.

Editores Revista Indisciplinar

ensaio gráfico

12 **Série Mergulho**
por Gustavo Machado

ensaios

22 **Para não negarmos o futuro. Por uma visão brasileira do mundo.**
por Elias Jabbour

34 **COVID-19: A noite inexorável do Capital**
por Victor André

entrevista

52 **Início, meio, início.**
por Joviano Mayer e Nego Bispo

artigos

72 **As coalizões de poder em torno do grande projeto minerário do vetor sul da RMBH**
por Junia Ferrari, Gabriela Coelho, Gemilson Segundo e Luísa Greco

96 **Notas sobre o Real: expulsões e sofrimento social das populações atingidas em Mariana/MG**
por Monique Sanches Marques

120 **A porosidade dos novos mecanismos de regularização: a territorialização do Habite-se em Ribeirão Preto**
por Camilla Sumi, Érika Moretini, Pedro Teixeira, Thiago Scatena e Victor Lucredi

140 **Vulnerabilidade socioambiental e planejamento urbano: rastreamentos no Carste de Lagoa Santa/MG**
por Cláudia Barbosa, Nina Carvalho e Natacha Rena

166 **Coletivos urbanos insurgentes: as disputas pelo espaço na cidade de Curitiba**
por Simone Aparecida Polli e Rafael José Pivetta

192 **Planejamento urbano e participação popular: Pedreira Prado Lopes na vanguarda de políticas urbanas em vilas e favelas**
por Susan Oliveira e Anderson Chagas

234 **Entre redes e ruas: Tecnopolíticas dos novíssimos movimentos sociais**
por Maíra Nobre, Jéssica Borges e Natacha Rena

270 **A ocupação das ruas em questão: a criminalização do direito de protestar**
por Ana Amélia Oliveira e Ana Terra Reis

290 **Plataformização e produção biopolítica do espaço: cartografando a infiltração da Uber no Brasil**
por Ana Guerra

316 **A Grande Máquina e a máquina poética: Cristiano, o narrador**
por Pedro Rena

344 **Sumak kawsay, más allá del buen vivir**
por Lisette Eliana Arévalo e Naraja Garcia

366 **Brasil 2020: como é possível pensar e agir entre o local e o global?**
por Paolo Colosso

394 **Entre a Igreja Católica e o Terceiro Setor: relações transescalares e a atuação da AVSI em Belo Horizonte**
por Henrique Porto, Gisela Souza e Maíra Nobre

428 **Subimperialismo, IIRSA e o aprofundamento das desigualdades socioambientais**
por Matheus Barreto

452 **Estado, institucionalidade e a interiorização da economia política na produção do indivíduo**
por Thiago Santos

e

n

s

a

i

o



ensaio gráfico 1

Série Mer gu lho

Por Gustavo Machado*

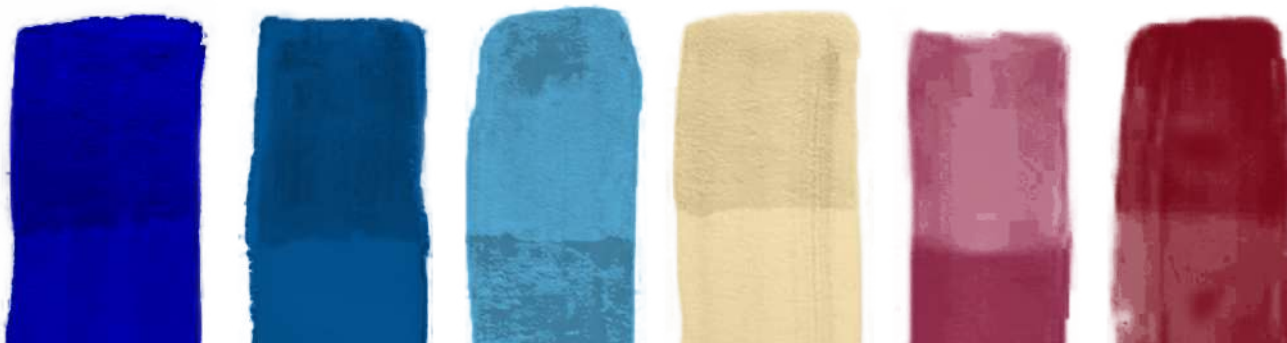
***Gustavo Machado** 32 anos, belorizontino, designer e artista visual com mais de 12 anos de experiência. Atuou em diversos escritórios de Belo Horizonte e é idealizador e responsável do estúdio de design e artes visuais FLAMA e do espaço cultural QUEBRA. Formado em Design Gráfico pelo Senai MG, Design pela UFMG e Design Sustentável e pelo Politécnico de Torino – Itália.

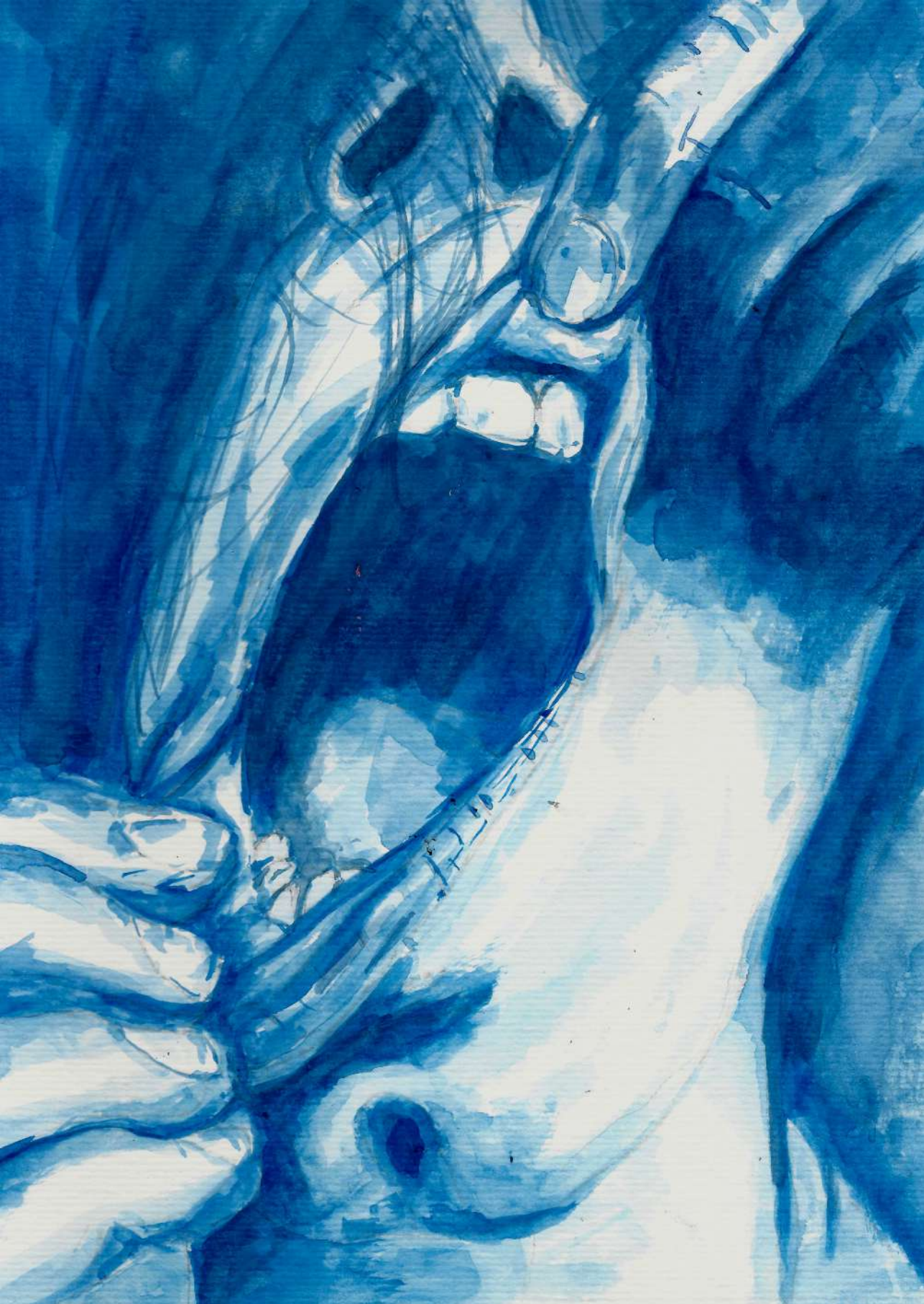
Desenvolveu diversos projetos de design, gravuras, pinturas, exposições intervenções urbanas e atividades culturais. Durante a quarentena tem se dedicado a pintura e desenvolvendo uma série intitulada “Mergulho”, que consiste na investigação de sentimentos, sensações e personalidades que emergem e se intensificam no período de isolamento social. Um mergulho individual dentro do EU em busca do autoconhecimento.

As pinturas dão voz, cor e textura a esses conflitos internos, traz luz ao feio, ao medo e todas essas inseguranças que evocam esse momento. Revelam as fragilidades, contradições e a multiplicidade dos desejos.

Os tons azulados e vibrante criam uma referência o abissal, o profundo e convida todos ao mergulho dentro da alma e no encontro na incerteza.

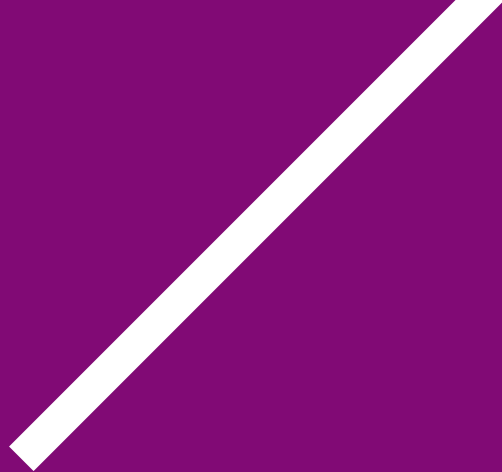
As obras estão a venda, basta entrar em contato através do perfil @gustavomachadooooo ou pelo e-mail: gustavomachado.contato@gmail.com







e



s

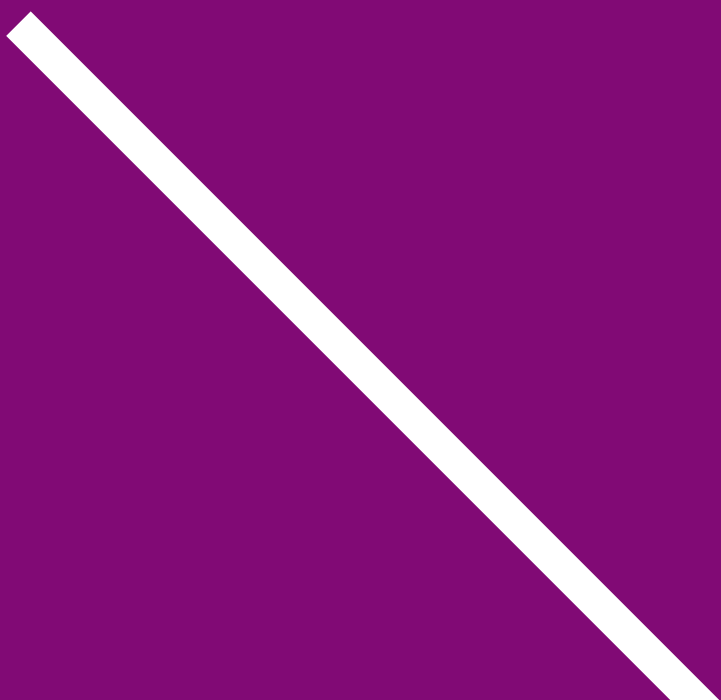
a

i

n



o



s





Para não negarmos o futuro. Por uma visão brasileira do mundo.

Por Elias Jabbour*

*Elias Jabbour é professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE) e em Relações Internacionais (PPGRI) da UERJ. E-mail: eliasjabbour@terra.com.br

Em 1997, lembro-me de ter defendido Trabalho de Graduação Individual ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP cuja síntese era muito evidente: a China seria a potência do século XXI. Já influenciado pelos clássicos do materialismo histórico, o historicismo germânico, o pensamento de Ignacio Rangel e de Armen Mamigonian, já percebia que os chineses, em uma nação autorreferenciada, haviam encontrado seu próprio caminho de redenção nacional. Um caminho que, diferente dos sucessores de Stálin, passou pela negação do próprio Stálin, depois de Lênin com a proscrição do marxismo entrando na ordem natural dos acontecimentos. Concomitante David Harvey já enchia plateias de jovens em busca de algum rumo diante das desesperanças da década de 1990. Como a própria capa de seu famosíssimo livro *A Condição Pós-Moderna* propunha, uma lista tríplice onde um herói da Longa Marcha, revolucionário experimentado e comunista até à medula, Deng Xiaoping, disputava espaço com dois ícones da contrarrevolução e do neoliberalismo: Thatcher e Ronald Reagan.

Desde então, percebi que Milton Santos, um geógrafo brasileiro genial, não tinha dúvidas do caráter socialista da modernização chinesa. O professor Milton, o intelectual que deu sentido de fronteira às ciências sociais e humanas ao conceito marxiano de formação social, tinha uma visão brasileira do que ocorria ao mundo. Percebeu, em sua estadia nos EUA, o quão apodrecido estava aquele ambiente universitário, a exemplo do Brasil de hoje. Milton via que um novo ataque de irracionalismo filosófico estava tomando de assalto as ciências sociais e humanas. Lukács, em “A destruição da razão”, já percebia que na Alemanha um ataque à razão atingia em cheio Kant e Hegel, levando a uma substituição da contradição entre materialismo x idealismo para a existente entre racionalismo x irracionalismo. E, não sem motivo, esse fenômeno que ganha muita força hoje – desde as guerras híbridas que têm atingido a periferia da ex-URSS, o Brasil de 2013 e Hong-Kong – com o imperialismo norteamericano tentando deter com todas as forças a sua decadência, mesmo que lenta. O alvo hoje é evidentemente a República Popular da China.

As esquerdas e seus intelectuais, com raras exceções, são um prato cheio ao irracionalismo a-histórico. Não são poucos os que ouvem de Slavoj Žižek as piores coisas do mundo sobre o regime chinês e nenhuma palavra sobre a intervenção da OTAN na Líbia e os ataques programados entre o imperialismo e o Estado Islâmico à soberania síria. Atualmente essa figura, que detratou

1: O artigo foi originalmente publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, em 17 de abril de 2020, e pode ser acessado em: <https://diplomatique.org.br/a-china-muito-alem-da-sopa-de-wuhan/>

o socialismo em seu país, propõe um “retorno” do comunismo às suas origens medievais. Alain Badiou, pouco ocupado em saber que a China está cercada por bases militares norteamericanas, propõe que a China será um grande exportador de equipamentos para formação de estados policiais. Na famosa anedota em forma de livro chamada *Sopa de Wuhan*, uma série de intelectuais medianos desancam a China e seu esforço para libertar as raias da miséria e do subdesenvolvimento toda sua população. Nada disso importa.

Este artigo que escrevi ao *Le Monde Diplomatique* é um desabafo diante de tanta miséria intelectual. Acredito que negar a China e seus feitos não é somente negar o futuro. No caso brasileiro, é algo vilipendiador. Precisamos nos livrar deste eurocentrismo. Pelo bem de nossa saúde intelectual.

A China muito além da Sopa de Wuhan[1]

Acabo de ler o famoso documento lançado por intelectuais marxistas ou “críticos” badalados por nossas bandas. David Harvey, Slavoj Žižek, Alan Badiou e mais uma dezena de pensadores se colocam a pensar no mundo do entre e pós-pandemia. Sob o título de “Sopa de Wuhan” percebe-se um esforço de compreensão do futuro imediato sob as lentes de um pensamento crítico de esquerda com amplo espaço em nosso país.

Pois bem, a ideia aqui não é fazer uma resenha do documento que está disponível livremente em PDF na internet e poderá ser facilmente acessado.

O objetivo é o de demonstrar certa perplexidade sobre o esforço de todos esses renomados intelectuais em exilar a China como parte fundamental do mundo pós-pandemia. Percebe-se no documento, além de um eurocentrismo cujos graves limites de análise são inversamente proporcionais à sua aceitação no seio da esquerda brasileira, mais um retorno a teses que relacionam o regime chinês a um “despotismo oriental” que um dia ocupou as visões distorcidas de Aristóteles, Voltaire e Wittfogel sobre o Império do Meio.

Cheio de dogmas, o marxismo ocidental ressuscitou essa abordagem do “despotismo oriental”, como pode se perceber em um dos artigos do compêndio assinado por Byung-Chul Han

para demonstrar que a China, após a pandemia, poderá ter o monopólio da exportação das tecnologias digital que cercam a formação daquele “Estado policial”. Ademais, Alain Badiou antes de classificar a China como o “próximo imperialismo” poderia nos ter brindado com uma análise das diferentes filosofias que surgiram no Mediterrâneo Oriental e nos vales dos rios Yangtsé e Amarelo e a influência que as mesmas exercem nas relações exteriores dos Estados Unidos e China. Como mostrarei, Zizek não precisaria apelar a um tipo medieval de “comunismo” como resposta aos desafios contemporâneos da humanidade. Mas nada novo além dos mesmos desconhecimentos.

Não tenho problemas em aceitar que todos eles acreditem que a China pode se dar ao direito de ser o próximo Iraque, Afeganistão, Síria ou Líbia. Mas ao público deste observatório[2] que se interessa em sair da superfície, há algo de partida, fundamental: a China está conseguindo resistir a um vírus mortal com razões a serem esclarecidas e postas à disposição da sociedade. Por tais razões, *advogo que uma nova, avançada e poderosa engenharia social emerge na China como desenvolvimento de capacidades estatais mediadas por um arcabouço político e institucional de novo tipo*. Na China uma variação de nível superior de seu “socialismo de mercado” está despontando.

Sociedade e Estado

A epopeia de Wuhan não tem explicação plausível sem a percepção de que o sucesso de projetos nacionais não reside, tão e somente, em agregados macroeconômicos. Por trás de uma jornada histórica da estatura da que temos visto a China empreender existe um alto grau de envolvimento de toda sociedade. Há uma série de instituições em estreita sintonia com o poder político estabelecido.

Na contramão dos atuais teóricos do “despotismo oriental”, Barrington Moore Jr em seu clássico *Social Origins of Dictatorship and Democracy* (de 1966) já chamava a atenção aos mais desatentos que a comunidade agrária chinesa era um mix tanto de uma precoce democracia de base quanto de “pulso” ao estado de espírito da grande base camponesa em relação ao seu imperador. Revoltas camponesas indicavam insatisfação à ordem estabelecida.

Por sua vez, Chalmers Johnson, muito antes de decifrar os

2: Disponível em: <https://diplomatiq.org.br/especial/observatorio-da-economia-contemporanea/>

3: Disponível em: <https://uwidata.com/9786-the-secret-of-chinas-success-neighborhood-committees/>

segredos do “milagre japonês”, dedicou boa parte de sua vida à China. Em *Peasant Nationalism and Communist Power* (publicado em 1962), ele antecipou muitos dos argumentos de Moore Jr. Ao comparar os casos iugoslavo e chinês, o autor concluiu que a legitimidade comunista na China reside na unidade (sem contrários) de rebeldia camponesa e nacionalismo. Nada mais atual no papel dos comitês de bairro do Partido Comunista na contenção do vírus, conforme o professor Adnan Akfirat tornou público recentemente[3].

Argumentos históricos são mais convincentes para explicar a unidade nacional e a plena disposição popular ao enfrentamento de um inimigo invisível. A legitimidade dos comunistas diante daquela experiência foi posta em teste (como os antigos imperadores também o foram em seu tempo). Mas o corolário do desafio foi o surpreendente resultado de encerramento de uma quarentena em 72 dias. Enquanto as “democracias” europeias estão a ponto de escolher quem vive e quem morre e os Estados Unidos (“a maior democracia do mundo”) agem como piratas de navio na interdição de suprimentos médicos para outros países, a sociedade e o Estado chineses estão a demonstrar a possibilidade de novas sociabilidades *pari passu* com a crescente capacidade de planificação de sua economia.

A cada vez maior capacidade de se gestar de forma consciente um Estado e uma sociedade é o verdadeiro legado chinês ao mundo pós-pandemia. Incrivelmente nove em cada dez analistas do campo progressista mundial simplesmente ignoram a construção dessa capacidade. Rendem-se a Aristóteles, Voltaire, Wittfogel e a dogmas contemporâneos.

Ocidente, China e o final da década de 1970

A China é uma das únicas sociedades com capacidade de se autorreferenciar para a tomada de decisões estratégicas. É difícil perceber os seus dirigentes cometendo erros grosseiros em matéria de política e grande política. A sabedoria de Sun Tsu levou os chineses a escolherem o verdadeiro campo de batalha interno e externo ao vírus. Internamente, isolamento total sob a insígnia de “guerra popular”. Externamente funcionários de quarto escalão têm respondido as provocações de Trump e simultaneamente coordenam com os cubanos uma divisão social do trabalho onde os caribenhos entram com os médicos e os chineses com os equipamentos.

Já são 109 países onde a presença cubana e chinesa se faz sentir, independentemente da maneira pela qual os cozinheiros da “Sopa de Wuhan” pretendem enxergar a realidade atual e o futuro do mundo. Kissinger em “*On China*” (de 2011) nos ensinou que os chineses separam muito bem o que é propaganda interna e ação pragmática externa. No caso chinês, a sustentação dessas duas pontas demanda uma pré-existente base material que tem sido testada em seu limite desde o lançamento de um audacioso programa de investimentos em infraestruturas para ligar o leste rico e o interior (então) pobre no final da década de 1990, passando pela intervenção em massa do Estado na economia no pós-2008.

Ou seja, no final da década de 1990 já se apresentavam os primeiros, e fortes, sinais do reencontro da China com uma instituição que a si mesma era milenar: o mercado. Essa instituição fora internalizada com as reformas de 1978 que fundiram o Estado Revolucionário fundado por Mao Tsé-tung em 1949 com o Estado Desenvolvimentista do Leste asiático, forjando a construção das instituições que deram contorno à citada fusão de dois Estados (o “Revolucionário” e o “Desenvolvimentista”), a começar pela instituição dos contratos de responsabilidade entre famílias camponesas e Estado, em que se legalizava a prática de 3 mil anos de venda e acumulação de excedentes de cereais.

Hoje a distância permite notar que a essência dessa internalização é o fato de o reencontro de realidades asiáticas com antigas instituições ter feito emergir dinâmicas formações sociais vibrantes, tanto socialistas quanto capitalistas. Como prova extra-China, vejamos o Vietnã e sua boa performance econômica (já passou o Brasil em matéria de comércio externo).

Retornando, com a permissão ao acúmulo individual, a China não tardou em se transformar, nos dizeres de Marx sobre a Inglaterra, numa “fabrica de fabricantes”. Aludindo Robert Wade e seus poderosos argumentos de 1990 expostos em *Governing the Market* (1990), o socialismo chinês passou a se utilizar do mercado como instrumento de reinvenção e governo. O antigo modo de produção asiático encontrava seu congênere moderno, o “socialismo de mercado”. Em ambos os casos Estado e mercado se transformavam em organismo único do sistema econômico.

A diferença entre a China e os países ocidentais em matéria de combate ao coronavírus pode traçar justamente no imbricamento histórico que – no final da década de 1990 – o Império do Meio

promoveu entre Estado e mercado enquanto que, por outro lado, no Ocidente, um feitiço generalizado convenceu as pessoas comuns de que um ente, o Estado, é o ninho da corrupção e outro, o mercado, o lugar por excelência da virtude. O coronavírus está cobrando a conta nos Estados Unidos, Espanha, Itália e outras dezenas de países desta retórica vazia e reacionária. Wall Street não tem pena de idosos.

Arranjos institucionais e a construção de capacidades estatais

Intelectuais honestos jogam no ar a questão sobre os arranjos institucionais que permitiram a pronta reação chinesa à pandemia, afinal é isso que interessa quando o assunto é o mundo que herdaremos dessa desgraça global. O pessoal da “Sopa de Wuhan”, com sua indisfarçável falta de compromisso com o historicismo germânico, perdeu a chance de redimir o “marxismo ocidental” das suas mancas históricas e eurocentrismo obsessivo. A China retirou 840 milhões de pessoas da linha da pobreza nos últimos quarenta anos, sendo responsável por 83% dos seres humanos retirados da miséria no mundo no período. Isso não significa nada aos nossos gastrônomos de Wuhan?

A “fabricação de fabricantes” fez emergir um novo e poderoso setor privado no país; excedentes agrícolas se direcionavam às Townships and Village Enterprises (TVEs) – empresas coletivas de caráter municipal – engendrando pujantes divisões regionais do trabalho. Marcos institucionais foram surgindo ciclicamente demarcando o papel do Estado e do setor privado na economia. A cada giro do parafuso cíclico percebe-se a elevação qualitativa do papel do Estado em detrimento de um setor privado que crescia “por baixo”, ancilar ao grande capital estatal.

Ao Estado coube elaborar a grande estratégia chinesa de inserção na economia internacional, preparar o território para receber o capital estrangeiro, formar uma economia continental, unificada e recortada por milhares de quilômetros de linhas de trens de alta velocidade, estradas e linhas de metrô e ser o empreendedor-em-chefe (emprestador e executor) de uma máquina de financiar e investir dentro e fora do país.

Enquanto os Estados Unidos usavam e abusavam de políticas voltadas ao “lado da oferta” – gerando uma sociedade de ricos sobejos e pobres ultradesprotegidos, apesar da crescente elevação da produtividade do trabalho – os chineses foram

construindo suas capacidades estatais. Sua tripla condição de potência comercial, industrial e financeira foi sendo construída na mesma disposição em que se criava uma moderna economia monetária com bancos de desenvolvimento estatais cobrindo desde o nível nacional, até as províncias e suas capitais. Uma muralha de aço financeira engendrou as raízes de uma capacidade estatal fundamental: *a soberania monetária*. Derivativos, securitizações e *subprimes* transformaram-se nos grandes negócios no Atlântico norte.

Já na China, a reforma fiscal de 1994 fechou a conta de capitais do país, maxidesvalorizou a taxa de câmbio e deu estarte a um intenso processo de corporatização do setor estatal na economia: se o mercado foi recebido bem na agricultura, nas cidades gerou um efeito de “choque de contrários”, com milhares, imensas e extensivas empresas estatais ineficientes tendo de passar por um doloroso processo de corporatização. *No final de década de 1990, 149 conglomerados empresariais estatais já operavam orientados ao mercado. Atualmente são 97, sendo que 19 deles constam na última lista Forbes 500.*

Um adendo sobre o papel desses conglomerados está em sua localização estratégica nos gânglios vitais da grande manufatura chinesa. Todo setor petroquímico, metalúrgico, elétrico. São também o grande núcleo das pesquisas e desenvolvimento de novas e novíssimas tecnologias. São as empresas que geram efeitos de encadeamento aos demais setores da economia, notadamente o setor privado – cujo poder é superestimado no Ocidente. Do ponto de vista da grande estratégia, essas empresas, ao lado de mais de uma dezena de bancos de desenvolvimento, são os elementos que conferem base material ao poder político exercido pelo Partido Comunista da China.

É público e notório que muitos desses conglomerados empresariais estatais chineses têm sido responsáveis pela produção em massa de máscaras e equipamentos médicos, incluindo reconversão produtiva como nos casos da fábrica de carros elétricos BYD e as gigantes do petróleo, Sinopec, CNPC e CNOOC. Qual país capitalista no mundo hoje está em condições de fazer amplas reversões produtivas, reescalar setores inteiros da economia e enquadrar completamente o sistema financeiro? Como discutir o futuro do mundo e ignorar esta nova engenharia social que surge num país que insistiu em ser governado por um Partido Comunista que busca em seu centenário, a ser completado em 2021, eliminar a pobreza extrema em um país de 1,4 bilhão

de habitantes? Zizek foi ícone na luta contra o socialismo em sua terra natal (Eslovênia, então parte da Iugoslávia), normal ele querer, e lutar, pelo mesmo destino à China.

Intelectuais do campo colonial

Domenico Losurdo em *O marxismo ocidental – como nasceu, como morreu, como pode renascer* (lançado no Brasil em 2018) nos lembra que o marxismo ocidental é caudatário de todo moralismo judaico-cristão e do senso de superioridade moral (e racial) de tudo que não seja atlantista, sendo terreno fértil, desde Ernest Bloch que percebia a Primeira Guerra Mundial como uma *cruzada* contra o mal representado pela Alemanha. Bloch ainda advogou, com a Revolução Russa, a transformação do “poder em amor” e a superação do mal mercantil, “fonte de todo pecado”.

Os indigitados autores de Sopa de Wuhan são clones piorados de bem intencionados autores europeus assustados com a destruição provocada pelo capitalismo na carnificina que acometeu a Europa entre 1914 e 1918. Mas essa carnificina já acometia a China desde as Guerras do Ópio (1839-1842) e o Vietnã com os horrores da ocupação francesa. Africanos e indianos a sofriam do mesmo destino “civilizatório” com a chibata “democrática” de ingleses, franceses e demais “povos superiores” hoje encarnados em alguns intelectuais que buscam a “alternativa” em aldeias indígenas de Chiapas ou onde as forças produtivas não impeçam a “transformação do poder em amor” sob o patrocínio de fundações como a Ford, Soros, Rockefeller e outras.

Faço questão de lembrar que o “marxismo oriental” representado na China pelos gênios de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping percebia a hoje chamada relação centro-periferia de forma diferente, dada a brutalidade imperialista que acometia seu povo e de toda periferia do sistema. Em 1940, Mao conclamou que a revolução que ele advogava, antes de alcançar o socialismo, deveria abrir terreno ao desenvolvimento do capitalismo, mesmo que sob controle de uma força política tentada a ir além desse objetivo imediato. Deng Xiaoping desafiou o Partido Comunista a ir além dos feitos da Inovação Meiji japonesa, pois “como proletários podemos fazer mais”.

Xi Jinping, percebendo diante de si o apodrecimento da ordem ocidental, só está interessado no mercado e na tecnologia

do Ocidente. Em todos esses casos é notável a relação da construção de uma ordem política e econômica de nível superior com a noção hegeliana de superação (*Aufhebung*). O socialismo chinês ambiciona o ponto mais alto daquilo que eles negam, o capitalismo.

A Nova Economia do Projeto

Os chineses fiéis aos seus objetivos foram alcançando um a um seus objetivos quinquenais nos últimos quarenta anos, inclusive nos difíceis anos entre 2005 e 2010 quando a industrialização com complementariedade tecnológica com os Estados Unidos e o Japão chegava ao fim. Uma explosão de greves operárias (o povo chinês, ao contrário do que pensa Byung-Chul Han não é mais obediente do que os europeus, ao contrário) fez o governo acelerar a constituição de um princípio de *welfare state*, elevar salários acima da produtividade e colocar o setor privado na parede (conforme o nível de endividamento deste setor e as prisões de bilionários atestam).

O país teve de se aventurar em uma dinâmica de desenvolvimento mais centrada em políticas industriais focadas na produção de tecnologias próprias e numa trajetória de acumulação mais centrada no consumo. Arranjos institucionais estavam prontos a operar essa mudança via duas mega instituições, o Estado socialista e o Partido Comunista. Coube-lhes indicar as inovações institucionais necessárias aos saltos de um ponto de desequilíbrio a outro utilizando-se de dois canais institucionais fulcrais ao desenvolvimento do país hoje. Refiro-me a: 1) a SASAC (Comissão de Administração e Supervisão de Ativos do Conselho de Estado), responsável pelas ações do Estado dentro dos grandes conglomerados empresariais estatais; e 2) a NCRD (Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento), por onde passam as grandes decisões de ordem de dinâmica macroeconômica.

O resultado da ação coordenada de todo esse desenvolvimento produtivo, financeiro e institucional foi o surgimento de uma economia com imensa capacidade de planificar em níveis cada vez mais elevados e onde o ente “projeto” pode ser o elo de uma economia capaz de construir mercados futuros ao mesmo tempo em que suas empresas ainda mantenham-se orientadas ao mercado. Trata-se de um comportamento que cabeças binárias têm muita dificuldade de entender e, logo, explicar. É mais fácil

explicar a capacidade de construção de hospitais em alguns dias e mobilizar imensas cadeias produtivas em alguns atos com a batida noção de ditadura x democracia, algo que Barrington Moore Jr nos ensinou a não fazer em seu clássico livro.

Nos meus humildes botões vejo o renascimento na China de uma variação de nível superior de seu “socialismo de mercado” que Ignacio Rangel vislumbrou em seu genial opúsculo de 1959, “Elementos de Economia do Projeto”. Com toda a calma que o meu querido mestre e amigo Luiz Gonzaga Belluzzo me aconselha a ter, percebo traços prometeicos nesse arranjo capaz de começar a tirar a China em 72 dias de uma quarentena. A anatomia do mercado estaria diante da anatomia humana.

Podemos localizar essa “Nova Economia” nas grandes ações que encetam a execução de grandes programas como o Made in China 2025, a Iniciativa da Nova Rota da Seda e da geração de um mercado de energia limpa e renovável com destaque ao grande número de carros elétricos à disposição da sociedade. Atributo dessa variação de nível superior do “socialismo de mercado” está na capacidade de operação com restrições quase zero. Isso significa que essa variante de planificação trabalha sem constrangimentos de nenhuma ordem (financeira, externa, de capacidade produtiva instalada etc.) e com um poder político livre de lobbies. O que significa que a introdução de novos mecanismos de elevação da produtividade ou novas formas de energia encontrarão pouca resistência política.

A Nova Economia do Projeto (expressão máxima de uma maxirracionalização do processo de produção e planificação pela via da ampla utilização de todo aparato tecnológico inerente ao Big Data, à plataforma 5G e aos aportes em matéria de Inteligência Artificial) é sinônimo de uma economia voltada à consecução de grandes projetos e que tem na demanda seu elemento propulsor. As capacidades ociosas na economia estão sob controle estatal, indicando superação da “incerteza keynesiana”. É a base que sustenta a mais avançada engenharia humana e social do mundo em que vivemos.

É a antítese da financeirização que acelera a decadência moral e intelectual que hoje acomete todo o Ocidente, de onde intelectuais de “esquerda” apelam a títulos racistas para debater uma tragédia humana.

Por que, ao olhar a China, a humanidade não poderá viver tempos de grandes esperanças?

COVID-19: A noite inexorável do Capital

Por Victor André Martins de Miranda*



***Victor André Martins de Miranda** é especialista em Saúde Coletiva (PPG-ESC/UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia); Bacharel Interdisciplinar em Saúde (UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia); Discente da Escuela Superior de Medicina-Universidad Nacional de Mar del Plata/Argentina. E-mail: victorandremm@gmail.com

A noite desceu. Que noite!
Já não enxergo meus irmãos.
E nem tampouco os rumores
que outrora me perturbavam.
A noite desceu. Nas casas,
nas ruas onde se combate,
nos campos desfalecidos,
a noite espalhou o medo
e a total incompreensão (...)[1]

1: DRUMMOND DE
ANDRADE, Carlos.
A noite dissolve os
homens.

2: Tradução minha.

on-line, que uma vez por todas paramos de nos reunir e de nos falar por razões políticas ou culturais e que troquemos apenas mensagens digitais, que sempre que possível as máquinas substituam todos os contatos -qualquer contágio - entre os humanos. (AGAMBEN,2020)[2].

Em questão de dois meses o mundo inteiro respirou o mesmo ar. A pandemia estendeu-se de Wuhan a cidades do interior do Brasil de forma implacável. No dia 28 de abril o pequeno município de Ibiaí, Minas Gerais, reportava seu primeiro caso. A quarentena, seguida de lockdown completo, torna-se norma global para o enfrentamento a crise. Em questão de poucos meses parte significativa da população mundial foi posta em um regime de isolamento social preventivo. As proporções e a cinética deste movimento deixaram-nos perplexos. A exigência rápida de encontrar respostas para nossas inquietações, tanto referente aos aspectos clínicos, epidemiológicos e farmacológicos, quanto aos políticos, econômicos, filosóficos e expressivos, tomou o espaço das produções.

Ao fim de fevereiro, pouco antes da crise do corona vírus abater-se com todo fervor sobre a Itália, Agamben publicou um primeiro texto, *L'invenzione di un'epidemia/ A invenção de uma epidemia*, de uma série na qual denuncia ferozmente as medidas de militarização do espaço público tomadas frente a pandemia. Seguiu-se a essa provocante publicação mais duas, *Contagio* e *Chiarimenti/ Esclarecimento*, tendo todas levantado polêmicas. Ao fim deste último escrito Agamben declara:

O que me preocupa não é tanto o presente, mas o depois. Assim como as guerras deixam uma série de tecnologias nefastas aos tempos de paz, como arame farpado e as centrais nucleares, é muito provável que sejam feitas tentativas para perpetuar, mesmos após essa emergência de saúde, os experimentos que os governos não haviam realizado antes: universidades e escolas fechadas com aulas

As constatações de Agamben até certo ponto se sustentam dada a dramática situação que estamos imersos, entretanto, se acompanhamos com atenção seus textos, seu juízo parece incapaz de inscrever esse sistema totalitário sob uma real emergência de saúde. Para o filósofo, as medidas de distanciamento social não são justificáveis, já que a pandemia que assombra o globo não seria tão grave assim. Em um recente texto, *Nuove riflessioni/ Nova reflexão*, o filósofo faz uma análise de dados epidemiológicos, apontando que as mortes tanto em números absolutos, quanto as relativas às enfermidades respiratórias são menores em 2020 que nos últimos anos, provando, assim, que a pandemia não passa de uma grande elaboração para emplacar a nova exceção. Os dados citados por Agamben se mostraram incoerentes com a realidade, pois dois estudos de análise de dados apontam o contrário: as mortes chegam a dobrar em alguns municípios em comparação com anos anteriores. Os estudos ainda propõem a revisão das notificações com o fim de estimar a subnotificação do 2019-nCov (MORFELD; ERREN, 2020; COLOMBO; IMPICCIATORE, 2020). As produções teóricas em meio à pandemia, nem sempre encontra um terreno fértil para razão. Rancière lança um curto texto que busca responder as inquietações postas por Agamben e outros teóricos do campo da esquerda que denunciam o que seria a consolidação do totalitarismo da biovigilância cibernética, tal como postula Preciado (2020). Em seu texto, *uma boa oportunidade?*, Rancière expõe que talvez não nos encontremos em uma posição tão favorável para refletir sobre esse fenômeno mundial e que “as análises que pipocam já estavam disponíveis entre nós, e totalmente prontas.” (RANCIERE, 2020).

Zizek, que recente teve publicado seus textos sobre a pandemia pela Boitempo, confessa seu desespero frente à atual situação, relata suas noites mal dormidas e seus pesadelos (algo pelo que muitos de nós têm passado). Ponderando as afirmações de Agamben, Zizek tenta mostrar a situação de forma mais dúbia: a distância que tomamos uns dos outros é também uma aproximação humana no cuidado do próximo (ZIZEK, 2020, p.120-125). Apesar das discordâncias, Zizek deixa em aberto o impacto

e as consequências que a crise trará ao sistema econômico e as medidas políticas adotadas. Aposta, de um lado, que o corona vírus comprova o fracasso do sistema capitalista- exigindo medidas “socialistas” como estatização de hospitais ou mesmo a dúvida de Trump em aprovar o UBI (Universal Basic Income/ renda básica universal). Mas, de outro lado, revela uma face perversa e essencial do capitalismo, como a tentativa de Trump em oferecer bilhões de dólares às companhias farmacêuticas que desenvolvem a vacina para que sua produção seja restrita aos EUA. Zizek chega a dizer que o corona vírus impõe situação similar à que o comunismo de guerra impôs à Rússia revolucionária de 1918- isto é um exagero (Ibdem,128-130). Talvez o que ele tente é acalmar nossos corações da dúvida sobre qual o sentido da exceção: o comum ou o capital?

No cenário nacional, estamos submetidos a essas contradições de forma ainda mais severa. O governo de Bolsonaro tornou o Brasil um epicentro da necropolítica. Os atuais números: mais de 350 mil casos confirmados, 22 mil mortes e um tempo médio de duplicação da epidemia de 5 dias. A subnotificação gigantesca faz com que esses dados sejam incapazes de representar a realidade. Segundo Claudio Maierovitch (2020), coordenador do Núcleo de Epidemiologia e Vigilância em Saúde da Fiocruz Brasília, para expressar a situação brasileira, seria necessária uma correção de 10 a 20 vezes sobre esses valores: a realidade é próxima de 3,5 milhões de brasileiros infectados[3]. Nessa conjuntura, Bolsonaro continua a apostar no grande mito da “imunidade de rebanho. A tese de que se alcançaria a “imunidade de rebanho” (imunidade comunitária) prova-se cada vez mais ser um delírio ultradireitista. Países extremamente impactados pela pandemia, como é o caso da Espanha não tiveram muito mais que 5% da população exposta ao novo vírus, isso significa que, para alcançar a “imunidade de manada” a Espanha teria de aumentar em 14 vezes o número de contaminados. Para que isso seja possível no Brasil, mais de 150 milhões de pessoas deverão ser expostas ao novo corona vírus, esse quadro traria, nas análises mais conservadoras, mais de 500 mil mortes (MAIEROVITCH, 2020), um verdadeiro genocídio, e um colapso total dos serviços de saúde. A chamada imunidade de rebanho é o verdadeiro agenciamento da morte.

Somada a essas fakenews epidemiológicas, o governo, respaldado pelo autoproclamado epidemiologista e infectologista Osmar Terra, defende o que seria um “isolamento vertical”. Esse termo, totalmente desconhecido pelo campo da epidemiologia, parece

3: Dados
correspondentes ao
dia 24/05/2020

ter alçado a direita brasileira através de uma via exaustivamente conhecida: a direita americana. Em uma “arqueologia” do termo, Naomar de Almeida Filho (2020) encontra a origem dessa “tosca fraude pseudocientífica” em David Katz, médico americano sem qualquer relação com o campo da epidemiologia, que teve seu termo amplamente questionado pela comunidade científica. A partir dele, Trump, em um pronunciamento, indica o “isolamento vertical” como uma possível estratégia para a pandemia. Completando esse quadro de desinformação, a verdadeira cruzada de Bolsonaro pela divulgação de orientações que defendam o uso ampliado dos fármacos cloroquina (CQ) e hidroxicloroquina (HCQ), nos mostra que a verdadeira “guerra” empreendida é contra os serviços de saúde. A saída de dois ministros da saúde, ambos publicamente humilhados por Bolsonaro, leva o Brasil a uma situação cada vez mais desastrosa para lidar com a pandemia. É com esse tripé de pseudociência que o governo busca encarar a crise: imunidade de rebanho, isolamento vertical e uso indiscriminado de HCQ e CQ. Essa é a resposta malthusiana para crise, como tem qualificado Michael Roberts (2020).

A militarização dos quadros técnicos do Ministério da Saúde traça um destino cada vez mais infeliz para o Brasil. Após a saída de Teich, Bolsonaro parece ter se convencido que, sem eliminar quaisquer resquícios técnicos dentro do ministério, não conseguirá perpetuar sua política da morte. A saúde brasileira sofre nessa pandemia suas mais duras perdas. Em um momento que poderia provar sua vocação de excelência, sofre o desmantelamento como política institucional. Somente nos últimos meses foram nomeados 21 militares a cargos estratégicos do ministério, maior parte desses sem qualquer vinculação com a saúde. A verdadeira exceção brasileira é o totalitarismo da morte.

Em meio a esse cenário desastroso de emergência em saúde, o ministro Celso de Melo, do STF, decide tornar pública a reunião ministerial do governo. As falas nos apresentam a quintessência do fascismo brasileiro. Antes de nelas nos adentrarmos, cabe sublinhar o total descaso com a situação sanitária que praticamente não é tema de nenhuma fala. Os pronunciamentos de Bolsonaro e seu time de cavaleiros do apocalipse, parecem a qualquer olhar sensato a mais pura expressão da miséria intelectual e de um canalhismo facínora. Independente ser esse o caso, cabe ressaltar as características primordiais do fascismo que aí então presentes. Em *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e

Horkheimer, apontam essa como a constituição fundamental do pensamento fascista: sustenta-se em uma falsa projeção sobre o mundo exterior, forçando esse, violentamente, a se adequar a um desvio da realidade. Esse modelo, frente à realidade, leva a outra inversão, “os impulsos que o sujeito não admite como seus (...) são atribuídos ao objeto: a vítima em potencial” (ADORNO; HORKHEIMER. 2018, p.154). O “delírio” fascista nos ajuda a entender o que parece ter se passado dentro do Ministério da Saúde. A narrativa de que só há “uma gripezinha” se mostrou incapaz de influir nos quadros técnicos do ministério, a saída para que essa negação da realidade é a supressão daqueles que a compreendem. A cruzada contra o Ministério da Saúde nos mostra que o projeto fascista de Bolsonaro está disposto a alçar as máximas consequências na defesa da sua enunciação da verdade. A noite fascista cobre o cenário nacional.

Em meio a tudo isso, o SUS, sistema que trava uma luta incessante contra o sucateamento desde sua fundação, esse agravado com a PEC 95 de limitação de gastos, é chamado agora para assumir uma tarefa hercúlea na oferta de atenção em saúde frente a uma pandemia contra a qual somente os sistemas públicos têm sido capazes de dar alguma resposta consistente. Importante recordar que o surgimento do SUS é concomitante à intensificação das medidas neoliberais impostas à América Latina pelo FMI e o Banco Mundial. Desde sua fundação em 1988, a ameaça de ser privatizado é contínua e crescente- exemplo disso é a instituição das Organizações Sociais da Saúde (OSS) sob o governo neoliberal de FHC e o sistemático corte de gasto em todos estes anos[4]. As OSS, espinha dorsal do processo de mercantilização do setor da saúde, crescem como nunca dentro da pandemia. Os Hospital de Campanha construído por Dória é entregue à OSS do Hospital Albert Einstein, o construído em Natal, também entregue a uma OSS, custa mais do que seria necessário para reativar e ampliar os hospitais públicos já existentes – e o cenário parece se repetir de norte a sul. O SUS, que é um dos exemplos de sistema de saúde no mundo todo, é levado a enfrentar a crise sob as mais desfavoráveis circunstâncias. Os profissionais são expostos a condições precárias e desumanas de trabalho.

A situação de saúde dos povos indígenas em meio a essa pandemia é dramática. O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena que já tinha, em momentos de “normalidade”, dificuldade em derivar pacientes necessitados de cuidados de média e alta complexidade, agora sofrerá desafios particulares e

4: Ver: MORAIS, Heloisa Maria Mendonça de *et al.* *Organizações Sociais da Saúde: uma expressão fenomênica da privatização da saúde no Brasil.*

diversos a depender de cada comunidade assistida. O desfalque imenso de profissionais médicos gerado pelo cancelamento do programa Mais Médicos pelo governo Bolsonaro, impactou especialmente o subsistema de saúde indígena. Aliado a este, o corte de verbas e a falta de transporte, que em grande parte dos contextos impossibilita a atenção à saúde de uma comunidade por completo, desenha um quadro geral desesperador. Triste é que mais uma vez as comunidades indígenas serão expostas a um quadro de infecção respiratória grave contra o qual está desarmada. A oferta de atenção à saúde indígena se inicia com Noel Nutels, na década de 50, dentro do SPI com o SUSA (Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas), em meio à grande epidemia de tuberculose que afligia as comunidades ameríndias que entravam em contato com a frente de colonização. Agora o cenário pode ser mais grave: diferentemente da tuberculose não temos vacinas. A situação de espoliação do território indígena tem lançado na miséria aldeias e povos inteiros que veem seu território destruído pela mineração, desmatamento e o plantio extensivo de soja. Esses recentes acontecimentos que por si só impactam imensamente na saúde da comunidade, neste cenário são agravantes. A ameaça às populações indígenas também vai ao campo epistêmico. Muitas comunidades possuem como referência de seus saberes os seus anciãos, esses serão os mais vulneráveis ao 2019-ncov. O corona vírus pode trazer, também, uma grande perda epistêmica, muitos cantos, línguas e saberes se encontram ameaçados, tanto dos povos originários quanto de todas comunidades tradicionais e populares.

Nesse cenário, existe uma discrepância enorme entre a vulnerabilidade da população pobre e a das classes médias e altas. A primeira morte pelo corona vírus no estado do Rio de Janeiro, não acidental, foi de uma trabalhadora doméstica, infectada pela patroa que não a comunicou da suspeita de seu quadro. Esse acontecimento é marcante por expor a diferença de classes e suas consequências para com a infecção viral. Um instigante estudo que visa caracterizar os espaços interurbanos da cidade do Rio de Janeiro quanto à vulnerabilidade à ocorrência da forma grave da SARS-CoV-2, conclui que as áreas de maior vulnerabilidade se encontram em “comunidades carentes encrustadas nas áreas nobres (zonas Sul e Oeste, ambas litorâneas) como Rocinha e Cidade de Deus” (Santos *et al.* 2020, p.10). A doença, que foi trazida pelas classes médias, impactará de forma muito mais severa as populações pobres. O referente estudo ainda não mensura os efeitos econômicos e sociais sobre essas comunidades, a situação parece ser ainda mais grave.

Apesar de estamos todos conectados pelo contágio, a pandemia não é homogênea.

As 748 mil pessoas privadas de liberdade encontram-se em uma dantesca vulnerabilidade frente a pandemia. As prisões brasileiras reconhecidas por serem verdadeiras masmorras superlotadas já enfrentavam em 2018 um quadro gravíssimo de epidemia de tuberculose, além outros problemas de saúde como HIV, sarna e hepatite. Presos possuem 35 vezes mais casos de tuberculose que a população livre, são mais de 10 mil casos notificados de tuberculose em presídios em todo Brasil. Nas mais de 1,4mil penitenciárias brasileiras, 48% não tem farmácia ou sala de estoque para medicamentos, 81% não contam com sala de lavagem e descontaminação. Uma liminar que tentava uma pena substitutiva para os presos mais vulneráveis (idosos, lactantes, tuberculosos...)- seguindo ações similares tomadas para reduzir a população carcerária no Irã e na Itália- foi sistematicamente negada pelo STJ. O governo, apoiando a posição do STJ, recomendou isolamento dos presos contaminados e instalação de cortinas em penitenciárias sem celas de isolamento. É nesta conjuntura que, no dia 16 de março, ocorreu uma das maiores rebeliões penitenciárias dos últimos anos, na qual, segundo a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, fugiram 1375 presos. As condições de superlotação, chegando a 300% em alguns casos, apresenta um cenário catastrófico: caso 10 pessoas privadas de liberdade sejam contaminadas, em 14 dias o contágio alcançaria 67% e em 21 para a totalidade dos detentos (Sánchez *et al.* 2020, p.1). As ações em saúde voltadas para os presídios não podem limitar-se à interdição de visitas, é necessária a elaboração de protocolos para mitigar os terríveis efeitos da pandemia sobre a população privada de liberdade. A nota da Associação de Familiares e Amigos de Presos e Presas do Estado da Bahia (2020) repudia o cenário de insalubridade total das penitenciárias e exige que sejam tomadas medidas sérias para resguardar a vida de seus entes queridos.

A crise sanitária combinada com o fascismo nacional é ainda agravada pelos ventos da economia mundial. Aos fins de 2019 todas economias mundiais apresentavam sinais de grave crise econômica. Prever se essa seria pior que 2008 ou que 1929 dividiu opiniões entre os analistas. O discurso de Mark Carney, presidente do Banco da Inglaterra, em agosto de 2019, analisado por Frederick William Engdahl (2019), anunciava um cenário de crise catastrófica para a economia global na qual o dólar

deixaria de ser a moeda dominante do mercado internacional. Em substituição, o FMI instituiria, a partir de uma reserva de multimoedas, uma nova moeda estável internacional. Essa seria uma moeda digital blockchain que unificaria de vez o sistema monetário internacional, a partir de um controle rigoroso sobre todas movimentações bancárias existentes: não haveria mais papel moeda, toda transação será capaz de ser rastreada pelos bancos centrais e o FMI. Tal projeto, apesar de assustador, não é divergente das políticas implementadas nos últimos anos – a construção de uma sociedade de mercado total se intensifica cada vez mais. Nesse cenário, o FED (Federal Reserve System/ Sistema de Reserva Federal) tem injetado trilhões de dólares na economia desde o fim do ano passado, mostrando que cada vez menos a injeção massiva de dólares tem sido capaz de segurar a gigante crise financeira que se abate sobre o cenário americano e internacional. A crise chinesa, outro lado da mesma moeda do capitalismo internacional, também é dramática: cálculos apontam que haja até 300% de endividamento em relação ao PIB. A crise do mercado imobiliário na China e a grande redução da produção industrial, desde antes da crise viral e agora mais significativa, são alguns fatores que mostram a crise geral do capital.

Apesar da alegação desta crise econômica ser fruto exógeno do capitalismo, causada pelo novo vírus, ela nada tem de estranho a este, tanto suas implicações econômicas, quanto o próprio surgimento do vírus. Como defende Rob Wallace (2020), as mazelas são intrínsecas ao capitalismo: o covid-19 é uma crise sistêmica do capital. Os primeiros efeitos da crise catalisada pela pandemia mostram seu caráter global. Pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial o PIB mundial retrai, cenário esse que só se apresentou nos anos finais da Segunda Guerra Mundial (2020). Michael Roberts, que tem analisado as implicações econômicas da pandemia, apresenta um cenário nada otimista para o futuro próximo. Parte dos economistas que ainda possuem expectativas positivas para a crise, pensam que assim que a pandemia passar, veremos uma rápida recuperação em V das economias, entretanto, segundo Roberts, eles parecem esquecer que essa não se trata de recessão normal e particular de uma única região, ela é um fenômeno total que atinge todo o globo simultaneamente. Economistas do grupo Nomura apontam que o PIB europeu só se recuperará da crise em 2023. A contração da economia dos países “emergentes” será ainda mais brutal.

O cenário nacional do Brasil frente a essa conjuntura é gravíssimo, os planos neoliberais de Guedes-Bolsonaro têm entregado as riquezas do povo brasileiro e construído uma economia colonial, onde a grande burguesia lucra a despeito da imensa exploração da classe trabalhadora – consolida-se o Brasil como estado títere dos interesses norte-americanos. A desindustrialização completa o quadro para reduzir o Brasil ao grande quintal colonial do mundo. O Brasil cada vez mais bate o próprio recorde em desigualdade social. Os conflitos agrários, a perseguição aos camponeses pobres, povos originários, quilombolas e demais comunidades do campo se intensificam como nunca. O genocídio do Povo Negro nas vilas e favelas avança como parte central do governo miliciano de Bolsonaro. A violência do estado bate índices recordes, tanto na tortura quanto no assassinato. Consolida-se cada vez mais o genocídio institucional do Povo Negro e dos Povos Indígenas. O mal chamado Estado Democrático de Direito – seu verdadeiro nome Estado Penal– se instaura na consolidação do estado de guerra total ao inimigo interno: mulheres, LGBTQIs, trabalhadoras/es, os povos originários, a população negra, os movimentos sociais, os defensores dos direitos humanos e do meio ambiente, os comunistas, socialistas e a “esquerda” em geral. A crise econômica nacional será paga pela classe trabalhadora. As ditas medidas econômicas que cassaram os direitos trabalhistas nos mostram que a pauperização é regra.

Estamos em uma encruzilhada entre o obscurantismo necrófilo fascista e medidas que tratam a questão da saúde como uma pauta policial. A triste conjuntura brasileira nos impõe retrocessos enormes no campo da Saúde Coletiva. Nascida da América Latina, fundada no pensamento crítico marxista, essa pode ser a nossa maior arma teórica para presente situação. Nesse cenário de necropolítica, medidas que buscam dar respostas à situação tomando a saúde como questão policial não devem ser naturalizadas. A crítica deve ser combinada com propostas reais para nos tirar dessa situação. Paranoia, fake-news e desespero são as receitas para a consolidação de uma sociedade obscurantista. A nova lei de quarentena aprovada 13.979/2020, chamada de AI-5 sanitário, elaborada pelo governo de Bolsonaro e rapidamente aprovada pelo congresso, impõe um estado de militarização do cuidado à saúde. Essa nova lei faz coro e dá continuidade à lei epidemiológica, ainda vigente, da ditadura militar (6.259, 30 out. 1975), essa que nada diz da proteção dos direitos das pessoas afetadas em uma situação de epidemia e pouco direciona quais são os procedimentos

de adoção e implementação de medidas em emergência em saúde pública. A nova regulamentação não deixa claro quais serão as punições ao desrespeito a quarentena, nem é capaz de sistematizar quais devem ser as ações sanitárias tomadas pelo sistema de saúde. Assim, por sua abertura, torna-se uma lei “carta-branca” para restringir liberdades, sem necessidade de comunicar suas decisões a órgãos do Ministério Público sua decisão.

O corona vírus escancara a crise sistêmica do capital. Os exemplos mais emblemáticos para sair da pandemia são frutos de experiências socialistas: a China com seus Comitês Populares Locais, Cuba, Vietnam e o estado de Kerala na Índia, administrado pelo Partido Comunista da Índia (marxista), dentre outras experiências, provam que é possível outro caminho. No plano nacional é emergente defender mais que nunca o SUS e denunciar o desmonte e a militarização do setor saúde. A crise eleva a situação brasileira a seus máximos oximoros. Como Mascaró tem avaliado, em âmbito geral, apresenta elementos de “incômodo extremo com a reprodução cotidiana e imediata da subjetividade” (2020, p.39), é uma crise total do capital. De fato, a virtualidade toma cada vez mais espaço no capitalismo, entretanto, por ora, a construção de um mundo totalmente virtual não parece tão próxima. O capital precisa dos corpos, prefere levar esses à morte do que “controlá-los” desde suas casas. Isso não significa que a questão da virtualidade não seja preocupante, a abstração virtual é o *telos* mitológico do capital. Ao fim da pandemia devemos mais do que nunca tomar os espaços das ruas. O otimismo de Bifo de que a sobrecarga da conexão irá quebrar seu feitiço (2020) parece generosa demais, entretanto, a pandemia nos mostra que somos corpos integrados, seres holobiontes, a retomada da militância corpo-a-corpo deve ser política central da esquerda. Restará para nós a construção de um novo mundo sobre sucatas, mas não tenhamos medo, a alvorada há de ser rubra e calorosa, colhamos a poesia do mundo porvir.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2018.

AGAMBEN, Giorgio. **Chiarimenti**. 17 de março de 2020. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-chiarimenti>. Acesso em: 25/05/2020.

AGAMBEN, Giorgio. **Contagio**. 11 de março de 2020. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-contagio>. Acesso em: 25/05/2020

AGAMBEN, Giorgio. **L'invenzione di un'epidemia**. 22 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>. Acesso em: 25/05/2020.

AGAMBEN, Giorgio. **Nuove Riflessioni**. 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-nuove-riflessioni>. Acesso em: 25/05/2020.

ALMEIDA FILHO, Naomar. O isolamento vertical defendido por Bolsonaro é uma fraude pseudocientífica. 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opinia/o-isolamento-vertical-defendido-por-bolsonaro-e-uma-fraude-pseudocientifica-artigo-de-naomar-de-almeida-filho/48549/>. Acesso em: 25/05/2020.

BIFO, Franco Berardi. **Para além do colapso**: três meditações sobre um possível depois. Tradução Ana Luiza Braga. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/051>. Acesso: 25/05/2020.

COLOMBO, Asher D.; IMPICCIATORE, Roberto. La crescita della mortalità ai tempi del Covid-19; Analisi di 1.084 comuni italiani. Istituto Carlo Cattaneo, Bologna. 2020. Disponível em: <https://www.cattaneo.org/2020/04/01/gli-effetti-del-covid-19-sulla-mortalita/>. Acesso em: 25/05/2020.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Sentimento do Mundo. São Paulo, Companhia das Letras. 2012.

ENGDAHL, Frederick William. O FED está se preparando para a ruína do dólar? Tradução Gabriel Deslandes. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/10/01/o-fed-esta-se-preparando-para-a-ruina-do-dolar/>. Acesso: 25/05/2020.

MAIEROVITCH, Claudio. *In: 'A covid-19 se espraia e desafia o País. O que fazer?'*. 18 de maio de 2020. **Videoconferência**. Cebes Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZczWxO4FNRA&t=1272s>. Acesso em: 25/05/2020.

MAIEROVITCH, Claudio. O mito do pico. 6 de maio. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/o-mito-do-pico-artigo-de-claudio-maierovitch-pessanha-henriques/47848/>. Acesso em: 25/05/20.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Pandemia**. São Paulo: BOITEMPO. 1 de abril de 2020.

MORAIS, Heloisa Maria Mendonça de *et al.* Organizações Sociais da Saúde: uma expressão fenomênica da privatização da saúde no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, e00194916, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000105017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25/05/2020.

MORFELD, Peter; ERREN, Thomas C. "Todesfälle in neun Regionen Italiens im Februar/März 2020: Mortalitäts-Exzess-Lupe" für SARS-CoV-2/COVID-19-Epidemiologie in Deutschland" [Deaths in nine regions of Italy in February/March 2020: "Mortality Excess Loupe" for SARS-CoV-2/COVID-19-Epidemiology in Germany]. **Gesundheitswesen (Bundesverband der Ärzte des Öffentlichen Gesundheitsdienstes (Germany))**, 30 Abril de 2020.

MUNIZ, Bianca; FONSECA, Bruno. Em alerta por coronavírus, prisões já enfrentam epidemia de tuberculose. 17 de março de 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/em-alerta-por-coronavirus-prisoas-ja-enfrentam-epidemia-de-tuberculose/>. Acesso: 25/05/2020.

PRECIADO, Paul B. **Aprendiendo del virus**. 28 de março de 2020. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html. Acesso em: 25/05/2020

RANCIÈRE, Jacques. **Uma boa oportunidade?** Tradução Peter Pál Pelbart. 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/039-1>. Acesso em: 25/05/2020

ROBERTS, Michael. **It was the virus that did it**. 15 de março de 2020. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/03/15/it-was-the-virus-that-did-it/>. Acesso em: 25/05/2020

ROBERTS, Michael. **The post-pandemic slump**. 13 de abril de 2020. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2020/04/13/the-post-pandemic-slump/>. Acesso em: 25/05/2020.

SÁNCHEZ, Alexandra Roma , *et al.* COVID-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00083520, Abr. 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1049/covid-19-nas-prises-um-desafio-impossivel-para-a-sade-pblica>. Acesso em: 25/05/2020 .

SANTOS, Jefferson Pereira Caldas dos, *et al.* Vulnerabilidade a formas graves de COVID-19: uma análise intramunicipal na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00075720, Abr. 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1062/vulnerabilidade-a-formas-graves-de-covid-19-uma-anlise-intramunicipal-na-cidade-do-rio-de-janeiro-brasil>. Acesso em 25/05/2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; RACHED, Danielle Hanna. **“A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil”**. Revista Direito e Práxis, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2020, p.12 . Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/viewFile/49180/32876>. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/49180

WALLECE, Rob, *et al.* **O COVID-19 e os circuitos do capital**. Tradução de Ana Cláudia Holanda e Francisco Freitas. 2020. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/026>. Acesso: 25/05/2020.

ZIZEK, Slavoj. **Pandemia: A reinvenção do comunismo**. Tradução de Arthur Renzo. São Paulo: BOITEMPO. 1 de abril de 2020.

e

n

r

i

t

v

t

s

a

e

Início, meio, início.

Conversa com
Antônio Bispo dos Santos

Por Joviano Maia e Nego Bispo*



***Joviano Gabriel Maia Mayer** é arte-educador, advogado popular, mestre e doutorando em arquitetura e urbanismo pela UFMG. E-mail: mayerjoviano@gmail.com

Antônio Bispo dos Santos é lavrador, poeta, escritor, professor convidado em universidades e liderança quilombola ou, como prefere ser reconhecido, “um tradutor dos saberes”. E-mail: bispoquilombo@gmail.com



Esta conversa entre Joviano Maia e Nego Bispo foi gravada por telefone durante a quarentena da pandemia Covid-19, na noite do dia 14 de abril de 2020, e posteriormente transcrita pelo primeiro.

Foto: Guilherme Fagundes.

Nego Bispo. Salve!

Joviano. Salve, salve! Maravilha. E aí, tá de boa?

NB. De boa.

J. Bispo, então, estou gravando aqui nossa conversa. Primeiro, eu queria te agradecer muito por dois motivos especiais. Por se dispor a fazer essa conversa comigo, que eu acho que é mais um formato de conversa mesmo do que uma entrevista formal e também por ter topado participar da banca final do meu doutorado, dessa pesquisa que eu vou falar um pouco dela para

te situar. Falar um pouco do trabalho, como que eu cheguei até você, seu pensamento, como que foi esse encontro com aquilo que você tem difundido, os seus conceitos. Já tem muitos anos que eu trabalho com assessoria jurídica popular, acompanhando várias lutas aqui em Belo Horizonte e outras cidades. A pesquisa parte dessas resistências que eu acompanho, principalmente as ocupações, a luta pelos direitos humanos, enfim, eu faço uma cartografia, buscando conectar essas lutas a partir da educação popular, da advocacia popular. Digamos que, neste tempo, eu tive uma formação de uma esquerda tradicional, uma esquerda majoritariamente branca, com pensamento marxista e, ao longo desta pesquisa, eu fui me aproximando de outras matrizes de pensamento. Você pode me interromper fica à vontade.

NB. Tranquilo, tranquilo, pode ir falando.

J. Aí eu me aproximei do pensamento quilombista, Abdias Nascimento, a Beatriz Nascimento, aqui no nosso estado, também, a Conceição Evaristo. Pra citar o exemplo dela, eu aprendi muito mais com o livro “Becos da memória” do que com qualquer urbanista sobre segregação espacial, remoção, periferia, favela, enfim. E aí tem uma questão que veio muito forte também na minha pesquisa que foi a oralidade, que é algo também que você sempre pontua. Então eu resolvi fazer uma tese oral, eu gravei, o que eu chamo de “rolezinhos”, pedalando. Eu saio de bicicleta falando sobre essas lutas, os aprendizados que eu tive, os desafios sobre a autogestão, sobre as resistências. E a última resistência que eu me envolvi mais forte foi a do Kilombo Souza aqui em Belo Horizonte, bem perto, no meu bairro [Santa Tereza]. Uma comunidade quilombola que estava ameaçada de despejo, mas que só foi reconhecida, certificada como quilombola, no meio da luta. A resistência ao despejo resgatou a sua memória, a sua ancestralidade, a linha do tempo, e conseguiu se manter no território. Então tudo isso fez com que os conceitos que você trabalha e o seu pensamento caíssem como uma luva, foi um encontro muito feliz nesse meu trabalho e por isso também o interesse de fazer essa conversa e poder compartilhar contigo esses “rolezinhos” que eu tenho chamado de “rolezinhos por uma cartografia contra colonialista”. E com isso eu concluo essa primeira explicação da pesquisa pra falar que eu busco referendar a discussão que você faz sobre a perspectiva contra colonialista e não reforçando a questão do “decolonial”. Concordo muito quando você faz essa crítica, da gente ser contra colonialista reafirmando os nossos modos de existência. E o que mais me interessa nesta pesquisa, o que

me move, é o “como”. Como travar essa luta contra colonialista? Como se organizar e qual vai ser a nossa postura diante disso tudo que nós estamos vivendo e do avanço do colonialismo sobre as nossas vidas, especialmente neste momento político. Bom, então é isso, eu queria te ouvir. Inicialmente sobre este momento que nós estamos passando, essa conjuntura pandêmica. Como que você está avaliando essa situação toda da pandemia e os desafios. Aquele dia que eu te liguei, achei muito bonito você falar da biointeração, que você não está isolado, e sim biointeragindo com suas plantas, com a terra.

NB. Então, eu tenho conversado com algumas pessoas que estão também nos quilombos, e tem algumas experiências muito interessantes. Por exemplo, o Quilombo Mumbuca, lá em Tocantins, que tem um grupo de pesquisa muito interessante, as pesquisas são feitas lá na comunidade, eles tinham uma ponte que dá acesso à comunidade que, inclusive, foi construída em uma campanha que o quilombo fez. Eles isolaram essa ponte lá na comunidade. Desde o início da pandemia o quilombo se isolou, ninguém vai lá, ninguém sai, ninguém entra. Eles fecharam. O quilombo vivia muito do turismo, aí eles fecharam essa questão do turismo e passaram a retomar muito mais essa questão da produção agrícola, mas também estão fazendo uma experiência muito interessante com o capim dourado. Eles são extrativistas do capim dourado, são coletores, estão aproveitando esse período pra fazer experiência de cultivo. Estão pesquisando o cultivo do capim dourado. Então, tem muitos quilombos que estão aproveitando esse período pra se reeditarem, mas também pra resgatarem algumas práticas, alguns modos que eles fizeram no passado, ou seja, estão se fortalecendo e aproveitando essa experiência também para conversar com as gerações mais jovens e mostrar que é possível viver só no quilombo. Tem muitos quilombos que estão aproveitando esse momento pra reeditarem alguns modos inclusive que eles estavam vivendo de uma forma mais precarizada. Aqueles quilombos que são mais perto das cidades tem uma influência maior, que é o nosso caso, nós estamos a 5 quilômetros da sede do município. Então no nosso caso o contato com a cidade continua ainda muito forte, apesar dos cuidados, apesar da campanha, mas ainda está forte o contato. As pessoas também estão tendo alguns cuidados, tem muito mais gente cuidando das roças, cuidando dos animais, muito mais gente cuidando de si, de forma mais interna. Assim, eu creio que se não acontecer de muitas pessoas serem contagiadas nos quilombos, os quilombos vão sair fortalecidos desta pandemia. É uma avaliação ainda muito superficial, mas

1: Rafael Barros, amigo das lutas, antropólogo que constrói junto com a Deputada Federal Áurea Carolina (PSOL) os mandatos da Gabinetona. Foi Rafa quem me apresentou Nego Bispo na nossa casa quando morávamos juntos em Santa Tereza, BH.

muitos quilombos vão sair mais fortalecidos, principalmente aqueles que estão mais distantes das cidades. Tem um detalhe muito importante que não está sendo comentado, nós tivemos um longo período de estiagem aqui no semi-árido, na Caatinga. Só que neste ano de 2020 é o contrário, nós tivemos muita chuva, o tempo foi muito bom. Aqui mesmo, no Piauí mesmo, nós tivemos chuvas desde janeiro até agora, hoje mesmo choveu muito aqui no quilombo. Então nós estamos com 4 meses de chuva, o que não acontecia há 7 anos, ou mais. Ou seja, os açudes encheram, os barreiros, as lagoas, nós estamos tendo uma fartura de peixes muito grande. Enfim, a própria natureza, ela está sendo generosa com os quilombos. Tem muitas frutas nativas, no nosso tem muito umbu, a produção agrícola foi boa este ano, aqui tem uma grande produção nos quilombos da região, tem quilombos que produziram como há dez anos não produziam. Então, do ponto de vista da alimentação nos quilombos não está ruim, não está difícil não. A única preocupação nossa é com essa história de ser ou não ser contagiado, mas se a gente segurar o corona vírus, nós vamos sair fortalecidos dessa situação.

J. Massa. Outro dia eu o Rafa[1] estávamos conversando sobre a pandemia e ele me fez refletir sobre a nossa relação com o vírus a partir da biointeração. A ciência moderna ocidental pensa em termos de destruição do vírus, uma guerra contra o vírus. Temos que acabar com o vírus, matar o vírus. E ele fez esse esforço da gente pensar como que é possível biointeragir com covid-19? Pensando que esse vírus faz parte do mesmo macrocosmo que a gente. Ele está aí, na Terra. Eu achei bem legal a gente poder pensar nesse sentido, pelo enfoque da biointeração. Como que nesse contexto a gente se fortalece, acho que é um pouco isso também que você está refletindo.

NB. Então, tem uma amiga nossa, eu não sei se você já ouviu falar dela, a Tainá Marajoara, ela tem um grande acúmulo de discussão, conhecimento justamente na área da cultura alimentar. Eu falei com ela no início da pandemia. Era para ter falado com ela antes de ter essa conversa contigo. Eu vou pedir para ela fazer um levantamento de como as pessoas que ela conhece que têm uma alimentação mais orgânica, como que essas pessoas estão sendo avaliadas com relação a esse vírus. Inclusive, não tenho informações necessárias para fazer essa conversa, mas eu vou só levantar para a gente refletir. Por que Nova York está tendo o maior número de mortes e pessoas atingidas? Esta é uma pergunta pra gente refletir. Eu estive em Nova York e vi que lá as pessoas se alimentam muito mal. As pessoas comem muito

enlatados, uma comida mono, quase sempre a mesma coisa. Isso fica para a gente refletir. E nos lugares onde as pessoas se alimentam diferente, por exemplo, como é que está ficando isso? São Paulo, se parece muito com Nova York, e tem também maior número de mortes no Brasil. Os grandes centros urbanos, as sociedades do Sudeste são as que mais estão morrendo. E as que têm uma relação mais orgânica são as que mais conseguem ficar bem. Tem que avaliar quantos quilombolas realmente morreram no corona vírus. Os povos indígenas são diferentes, eles têm um organismo com uma imunidade diferente da nossa. Porque eles vivem isolados dos colonialistas, como a gente convive muito com os colonialistas, eu creio que a imunidade dos quilombolas é muito diferente dos indígenas. Falando isso pra gente refletir e avaliar daqui pra frente.

J. Massa, você falando isso, Bispo, eu participo do movimento da agroecologia, nós tivemos aqui em BH o IV ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) em 2018, você acha a agroecologia um campo de confluência importante para as lutas? Talvez seja uma aposta interessante para as lutas, uma vez que consegue agregar povos e comunidades tradicionais e ao mesmo tempo resistências nas cidades, de agricultura urbana, defesa do meio ambiente, movimentos sociais, enfim, o que você acha?

NB. Então, a agroecologia, a permacultura, todas essas experiências, que são experiências que têm ainda uma relação forte com colonialismo, mas são experiências importantes, que têm uma certa ousadia. Mas neste momento, o que está me chamando mais a atenção, que estou achando muito mais ousado, é uma experiência que está acontecendo no Kilombo Tenondé, na região de Valença, lá na Bahia.

J. Do Mestre Cobra Mansa, né?

NB. É, lá com o Mestre Cobrinha. Ou seja, o Mestre Cobra Mansa começou na verdade dentro dessa história da permacultura, ele avançou para uma coisa chamada “permangola”. Eu participei dos dois últimos encontros e nessas duas participações nós entendemos que a trajetória do Cobrinha é uma trajetória muito bacana e como ele trabalha com o cosmograma da cor, que é um cosmograma africano muito interessante, aí discutimos e avançamos do “permangola” para o “cosmoangola”. Então a gente foi para uma questão mais cósmica, cosmológica. E agora dentro da pandemia eles fecharam os portões lá do quilombo, e eles estão compondo uma experiência muito bacana, que

é o cosmograma da cor. É o plantio dentro do cosmograma da cor. Ou seja, é uma coisa para além por exemplo daquelas experiências da permacultura e da agroecologia das mandalas. O cosmograma da cor está para além da mandala. Ele trabalha o diálogo com cosmo como um todo. É muito bonito. Muitas coisas estão acontecendo, eu tenho conversado com muitas pessoas que foram pra roça nesse período, muitas pessoas que estavam na universidade tiveram tempo de ir pra roça, movimentar. E tem muita gente cozinhando, aperfeiçoando as práticas de cozinha. Inclusive eu. Cozinhei muito quando era adolescente, morei sozinho, lá na cidade. Depois que eu me casei, por conta da minha companheira ter uma experiência muito urbana e pouco rural, então ela ficou mais nessa parte da cozinha pra mim poder ficar mais tempo na roça. E aí agora eu estou retomando também minha prática na cozinha, fazendo uns bolos muito bacanas (risos). E tem muita gente cozinhando, muita gente cuidando dessa parte mais orgânica da vida. Então eu acho que todas as experiências são válidas, a agroecologia, a permacultura, a bioconstrução... agora, o que está mais me animando é essa coisa mesmo da matriz, como a história do “cosmoangola”.

J. Bispo, a minha trajetória tem sido mais nos conflitos urbanos, nas cidades, mesmo os conflitos que envolvem comunidade quilombola, os quilombos que temos aqui são urbanos, como o Kilombo Souza e outros quilombos aqui em Belo Horizonte, o Manzo, Luízes e o Mangueiras. Como que você pensa esse chamado ao “aquilombamento” nas lutas urbanas, a partir desses territórios na cidade? Porque, claro, é uma outra realidade. Um outro contexto. O que você pensa sobre isso, esse aquilombar-se no meio urbano?

NB. Então, de 2015 pra cá eu visitei todas as regiões do Brasil e muitas capitais. Onde eu tenho visitado mais é Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Piauí é o lugar onde eu vivo, tenho uma atuação muito mais intensa, mas visitei também muito São Luís. No Nordeste só falta eu visitar duas universidades federais, as outras federais aqui do Nordeste, eu visitei todas. Na minha compreensão Belo Horizonte, Minas Gerais, o povo mineiro, vários povos, quilombolas, indígenas, enfim, na minha compreensão é onde mais se preserva as culturas tradicionais. E uma experiência igual a de vocês, eu não conheço muitas no Brasil. Essa experiência de vocês aí, não vou dizer que é inédita, mas ela é rara. Não conheço muita gente que na área do direito faz esse trabalho com tanta firmeza conforme vocês fazem. Foi até bom você me fazer esse questionamento porque

nós temos experiências outras no Brasil que podem estar compartilhando com vocês no sentido de fortalecer. Porque eu acho muito bonito esse trabalho de vocês, não só bonito, eu acho ele muito resolutivo. Eu não conheço uma experiência que tem o aprofundamento dessa experiência de vocês aí, em outras cidades. Você conhece alguma? Vocês se inspiram em alguma ou vocês são os compositores desse processo?

J. Foi um ciclo aqui em Belo Horizonte. Realmente um ciclo coletivo de vários processos que acabaram desaguando, também, na construção das Muitas, da Gabinetona, mas foi algo que quando a gente olha pra trás, a gente percebe mesmo uma riqueza de construção coletiva que envolveu muitos sujeitos, muitas lutas, é um caso interessante mesmo. Por isso que nessa pesquisa eu quis compartilhar essas experiências, eu acho que isso tem a ver com o que você fala também da importância da gente aprender a partir dessas lutas, né Bispo? Quando por exemplo você fala que Palmares fez o que Karl Marx falou 200 anos depois, e a gente fala muito menos de Palmares, pensando enquanto esquerda colonialista, do que da Comuna de Paris. A esquerda fala muito menos de Canudos, Palmares, Pau de Colher e todas as nossas lutas do que as lutas de fora. Eu, nesse trabalho, quero justamente fazer isso, falar dessas resistências nossas aqui e de como os colonialistas atuaram para tentar despejar esses territórios, mas também como esses territórios se auto-organizaram para poder impedir os despejos. Ocupação Dandara, Izidora, Kilombo Souza, as ocupações como o Espaço Comum Luiz Estrela, o processo das Muitas, etc. Enfim, porque me parece que a gente tem muito o que aprender com as nossas próprias lutas, nas nossas próprias resistências.

NB. Então, na verdade, tem muitas experiências voltadas para o meio rural, na advocacia popular nós temos por exemplo a professora Sueli Rodrigues que coordena o Direitos Humanos e Cidadania (DiHuCi), nós temos também aqui o Antônio Flor, que é um grupo de advogados populares que tem dado uma grande contribuição para os quilombos, principalmente na questão dos impactos provocados pelos grandes empreendimentos. Nós temos alguns grupos muito interessantes, mas voltados para as comunidades nos meios urbanos, parecido com o trabalho de vocês, é isso que te falei, não conheço muito não. Na verdade, eu conheço vocês, pode ter, eu acredito, que tenha outras experiências, eu não convivo muito com advogados de cidade, é mais com atuação rural, mas essa experiência de vocês é muito bacana. Aqui no Piauí, nós temos o Lagoa do Norte, uma luta muito

acirrada da capital, em Teresina. Um povo que na verdade fundou Teresina e está sendo expulso agora. Aqui tem uma resistência muito grande, poderia ter intercambiado com vocês. Vou ver se coloco você em contato com esse pessoal. Esse trabalho de vocês aí é uma referência. E é isso que você falou, nós temos dificuldade de trabalhar os nossos referenciais históricos. A gente se perde nos referenciais teóricos do colonialista ao invés de analisar os nossos referenciais históricos. Quando se fala de uma Comuna de Paris, por exemplo, aqui nós temos Palmares, Canudos, Caldeirão do Deserto, Pau de Colher, Contestado, Balaiada, nós temos muita coisa, mas muita coisa, e a gente acaba não se dando conta. Às vezes a gente faz isso, a gente cita Abdias Nascimento, que é importante citar. A gente cita Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, mas a gente não cita as experiências coletivas, a gente cita as pessoas, a gente não cita os quilombos, não cita as grandes caminhadas. Este seu trabalho tem essa grande contribuição.

J. Obrigado Bispo. Você teve uma militância sindical, uma formação política também dentro desse campo da esquerda mais tradicional e hoje em dia, depois de ler “O Quilombismo”, do Abdias, eu fiquei pensando como a nossa esquerda é colonialista. Eu participei de muitos cursos de formação na militância, das Brigadas Populares, lá na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, e nesses espaços todos, eu nunca tinha ouvido falar do Abdias Nascimento, eu nunca tinha ouvido falar da Beatriz Nascimento, da Lélia González, de todas essas referências negras, e eu fiquei muito triste de pensar como que essa nossa esquerda ainda é colonialista neste aspecto da produção dos saberes. Enfim, estou compartilhando essa angústia, mas como fazer? Até o Paulo Freire, que é reconhecido no mundo inteiro, ainda é tão pouco reivindicado pela nossa esquerda. Eu fico na dúvida entre fazer essa disputa com meus companheiros e tentar difundir esse pensamento contra colonialista, potente, originário dessas vozes negras ou deixar para lá e fazer um trabalho paralelo fora desses espaços, dentro daquilo que eu acredito e desistir de disputar a esquerda. Parece que a gente fica dando soco em ponta de faca. E aí, você tendo passado também por esses cursos, sendo um tradutor, como você fala, um tradutor do pensamento quilombola, mas também tendo tido essa vivência no âmbito da esquerda tradicional hegemonicamente branca sindical, como que você vê isso? Qual postura ter diante de uma esquerda marxista fechada a esses outros saberes especialmente à perspectiva afrocentrada, afrodiaspórica?

NB. Então, deixa eu te dizer uma coisa, a minha formação foi muito interessante. Por exemplo, quando eu entrei para o movimento sindical, eu nem sabia concretamente onde é que eu estava indo. Eu não tinha nenhuma formação antes de chegar no movimento sindical. Como foi que aconteceu? Nós fizemos um empréstimo em um banco estatal, e aí na hora de aplicar os recursos, nos aplicamos direitinho só que foi no período daquele tempo que vivia mudando de moeda, do Plano Real, aí o banco resolveu quebrar o contrato com a gente, ou seja, ele resolveu que a gente tinha que pagar tudo de uma vez, pra evitar os juros astronômicos daquele período. Nós éramos 16 famílias que tomaram esse crédito. Eu era um dos poucos que tinha mais contato com a escrita e, literalmente, eu fui um tradutor naquele tempo. Eu tive que traduzir o contrato para nossos amigos. Naquele tempo estava acontecendo também a Constituinte, e eu assistia pelo rádio os debates da Constituinte na Voz do Brasil, não tinha televisão em casa. Eu ouvia um senador de Pernambuco, ele apresentou uma proposta de anistia dentro da Constituinte. E quando eu comecei a assistir esse programa eu chamei os outros lavradores e disse: olha, tem um cara dentro da Constituinte que tá querendo ver uma anistia pra gente, sobre esses créditos que nós tomamos, e eu vou apostar nisso, e a galera apostou. Junto comigo foram 14 famílias e duas famílias seguiram os políticos. Depois teve uma outra tentativa do banco e nós perdemos mais dois, ficamos em 12 famílias. Assim, quatro famílias seguiram os políticos, 12 fecharam comigo, e eu fui o tradutor. Essa conversa longa é pra te dizer que deu certo, nós fomos anistiados. Quando saiu essa anistia, eu não era nem sócio do sindicato. Aí o povo da região, foi lá onde eu nasci, e houve uma campanha que eu deveria ir para o sindicato. Por conta dessa ação, acharam que eu seria importante no sindicato, essa capacidade de fazer essa tradução. Foi assim que eu cheguei no sindicato, e lá eu comecei a fazer as traduções, os acordos, e daí eu cheguei na Federação. Então, na verdade, eu fui me formando na luta concreta. Eu não fui formado nesses cursos da esquerda tradicional, só que eu também participava desses cursos, eu participava mais de seminários, dos debates, dos congressos e fui levando essas experiências. E fui me formando dessa forma. E aí, eu coordenei muitas ocupações de terra. Qual o resultado? Quando eu compreendi que essa minha formação na prática, na realidade, no concreto, era muito mais importante do que a formação teórica, eu renunciei da estrutura sindical e saí da esquerda, ou melhor, saí do partido, saí da via eleitoral. Na verdade, eu fui formado pelas contradições da esquerda. As

contradições da esquerda me formaram muito mais. Eu participei de cursos, pouquíssimos, agora foi dentro do processo das minhas próprias contradições, das contradições da estrutura sindical, foram elas que foram formando, sempre com o suporte dos agricultores. Havia uma ação que o nosso povo dizia que era boa, eu repetia, quando era ruim, eu desistia. Então é isso, eu tenho uma formação muito mais da prática, no enfrentamento, do que nos cursos. Tem algumas frases dos trabalhadores que eu uso até hoje como sendo um grande referencial. Eu sempre digo assim, o quilombola, com o nome, pra evitar a personificação. Mas é isso, neste momento o que eu te diria é que citar Abdias Nascimento é importante, Conceição Evaristo, é bom sempre citar essas pessoas, mas sempre citar relacionando também com as lutas coletivas. Citar Abdias Nascimento, mas sempre citar os quilombos, citar Palmares, citar Canudos, Caldeirões. Eu não fico citando Zumbi, eu sempre cito Palmares, eu não cito Zumbi como o mais importante. Saiu até uma matéria num jornal aí de Belo Horizonte, que foi no último Canjerê, e lá eu estou dizendo isso, que Palmares existiu antes de Zumbi. Zumbi não inventou Palmares, Zumbi é tão importante quanto os outros quilombolas. Palmares teria existido sem Zumbi, mas Zumbi não teria existido sem Palmares. Eu tenho dito que o pensamento da esquerda é um pensamento cristão. Então essa relação da esquerda com o conhecimento é a relação cristã. Lá no Jardim do Éden, a primeira coisa que Deus fez com Adão foi proibir que Adão comesse da fruta da árvore do conhecimento, ou seja, Deus proibiu Adão de saber. Adão poderia ficar no Paraíso, desde que ele não comesse nada. Quando Adão come a fruta do conhecimento, ele é expulso. E daí pra cá, o conhecimento sempre é negado às pessoas, o acesso ao conhecimento. Então a esquerda também nega o acesso ao conhecimento, porque a esquerda tradicional precisa que suas estrelas saibam, que ela tenha os seus pensadores, os seus grandes formadores. Mas isso é bíblico, isso vem lá do Jardim do Éden. Então, esse trabalho que vocês estão fazendo nas “Muitas”, o pessoal da Gabinetona, todos vocês aí em Belo Horizonte, é um trabalho que quebra essa lógica da esquerda tradicional. Quebra aos poucos, mas quebra. O que eu acho que nós podemos avançar muito. Voltando à questão da biointeração, ao invés de falar direitos humanos, a gente aprofunde mais na questão dos direitos orgânicos. Eu estava vendo hoje uma postagem no Facebook, algumas questões filosóficas africanas, e o Wan Flor, não sei se você conhece ele, o Wanderson Flor, que é da UNB, ele estava chamando atenção pra isso, ao invés de dizer humano, por que não dizemos gente? Ao invés de

dizer humanos, por que não dizer pessoas? Esse humano é muito cristão, colonialista. Então tem muita gente vendo o pensamento africano hoje e traduzindo algumas questões africanas, inclusive algumas palavras. Quando se diz pessoas você não precisa preocupar se está sendo politicamente correto com relação ao masculino e ao feminino. Pessoas resolve tudo, resolve pro masculino e pro feminino. Quando você diz humanos você está no masculino, quando você diz pessoas você resolve essa questão. Quando você diz gente você também resolve essa questão. Você diz 'a' gente, você não diz 'o' gente. É isso, dá pra fazer ambas as coisas. Dá pra citar essas pessoas da escrita afro, da escrita quilombola, mas dá pra citar muito mais a escrita do que as pessoas que escreveram. Hoje mesmo, eu estava aqui conversando com a minha companheira e falando de algumas decisões que eu estou tomando. Ontem, eu mandei um texto pra ser publicado numa revista em parceria da Universidade do Amazonas com a Universidade Federal de Pernambuco. Aí recebi convite pra escrever mais dois textos, mas eu não vou escrever esses textos agora, não. Eu vou dar um tempo, eu quero é falar, fazer isso que eu estou fazendo, conversar, ficar conversando, por exemplo igual essa conversa que nós tivemos, eu acho muito mais orgânico. Mas é isso.

J. Como você fala sempre, a escrita é colonialista. Como que a gente utiliza ela dando prioridade para essa construção de um pensamento que é oral, mas ao mesmo tempo usando da escrita pra poder difundir pensamento, registrar memória, sem deixar de entender que nós somos povos da oralidade?

NB. Então, é isso. Algumas pessoas estão querendo me levar da oralidade para a escrita, o que eu tenho feito é o contrário, da escrita para oralidade. O nosso livro serviu para viabilizar diálogo, viabilizar conversa, não é que esses diálogos não sirvam para viabilizar a leitura, é o contrário. Pessoal tem insistido para eu escrever outro livro, eu disse não vou escrever outro livro, enquanto nosso livro estiver provocando conversa está bom demais. Porque a função do livro é provocar diálogo, provocar conversa.

J. E outra coisa também, nessa minha pesquisa eu percebi que sentar para poder escrever, ainda mais estando envolvido com as resistências, era muito doloroso até, é uma solidão ali da escrita, uma coisa de difícil de elaborar. E aí, quando eu comecei a pedalar e gravar minhas reflexões falando, em cima da bicicleta, o pensamento era muito mais fluido, muito mais

orgânico, muito mais elaborado do que a escrita solitária. Aí depois eu transcrevia, virava texto depois, mas como o seu livro, trazendo a oralidade pra escrita.

NB. Isso. E a escrita para a oralidade. Nesse processo, começo, meio e começo. Início, meio, início. Porque, por exemplo, quando eu escrevi no livro, eu só dava conta até ali, mas quando foi pra oralidade, rendeu. Eu pensava por exemplo que a biointeração seria a questão que ia ser mais debatida de todas aquelas coisas escritas. Na verdade, o que foi mais discutido foi a confluência. Hoje a confluência está se tornando a grande referência daquela escrita. E ela está dando conta inclusive dessa questão da biointeração. Eu tive conversando com um mestre de farinha lá do Pará e aí foi engraçado, eu falando da confluência e ele: “olha, foi bom você chamar a atenção pra isso, porque, por exemplo, eu confluí com os porcos”. Eu perguntei: como que foi essa sua confluência com os porcos? Ele disse: “olha, eu cheguei no pé de manga e as mangas boas, que eu olhava e achava que era melhor pra mim, eu catei. E aquelas que eu achava que não era melhor pra mim eu botei para os porcos. Então, eu e os porcos confluímos comendo manga” (risos). Eu achei muito engraçado. “Porque eu e os porcos somos quase parentes, né? Nós temos uma aproximação muito grande. Como foi que eu descobri que eu estou tão próximo dos porcos? Comendo manga. Porque eu como manga e o porco também come manga”. A confluência deu conta de si própria e da biointeração. Eu diria que isso é uma biointeração com o porco, aí ele disse “é uma confluência”, então tudo bem. É isso, na oralidade é que as palavras têm vida. Eu estou achando muito interessante que a sua tese está tendo isso, quer dizer, ela está indo da oralidade pra escrita, mas a escrita está indo pra oralidade. Então, está fazendo esse movimento. Porque com certeza, a partir da leitura dessas suas escritas, a sua própria oralidade está aparecendo, mas as outras pessoas também vão se fortalecer.

J. Massa. Início, meio, início.

NB. Exatamente.

J. Oh Bispo, só mais uma coisinha pra não tomar muito seu tempo...

NB. Não, estou de boa, pode ficar tranquilo, eu me organizei para ter essa conversa, estou aqui deitado na rede, conversando bem à vontade com você.

J. Maravilha. Uma outra coisa que eu queria também ouvir sua opinião: quando eu era adolescente, eu tive um contato com um livro que tinha lá na minha casa, era do papai, que se chamava “Os demônios descem do Norte” [de 1987, do Delcio Monteiro de Lima]. E esse livro falava sobre o avanço das igrejas evangélicas, neopentecostais, na América Latina e a relação delas com o imperialismo. E hoje, não tem um território, uma comunidade, uma vila, favela que não tem a presença dessas igrejas e com elas, como você diz, o pensamento cristão monoteísta. E a gente, nas lutas, nos territórios, como lidar? Eu estou falando da instituição, não das pessoas, não da fé e da religião em si, mas da instituição, desse neopentecostalismo que se alastrou por todos os rincões do Brasil. Me parece ser um inimigo central na luta contra colonialista. Me parece que é uma arma fundamental do colonialista essas igrejas, o neopentecostalismo, principalmente. Como que você vê isso também?

NB. Então, deixa eu te dizer. Aí foi onde a esquerda vacilou feio. Quando a esquerda pegou aquele jargão do Karl Marx de dizer que “a religião é o ópio do povo”, a esquerda ignorou uma grande realidade, ela também sendo religiosa. Porque veja você, a grande questão da bíblia é o trabalho. O trabalho é inventado lá em Gênesis. E tanto os cristãos católicos e evangélicos ou outra coisa, e a esquerda, como ela é muito católica, tipo o MST que surgiu do catolicismo, ela é muito católica, muito cristã também. Aí ela trata como se os evangélicos fossem pior do que os católicos, mas é tudo do mesmo jeito. Dentro da igreja católica nós temos algumas congregações que são mais radicais do que a Universal do Reino de Deus. O problema é que os católicos batem e assopram, os evangélicos são mais realistas, são mais sinceros, inclusive. É mais fácil você lidar com os evangélicos do que com os católicos. Os católicos são muito fingidos, são muito dissimulados. Então, não tem muita diferença, não. Entre a igreja evangélica e a católica, eu acho a igreja católica até pior, porque ela é camuflada. Eles ficam falando que são amigos pra iludir os outros, eles são aqueles amigos que ficam te entretendo pra poder te apunhalar pelas costas. Mas assim, o que eu vejo é o seguinte. Um dia, esse enfrentamento tem que ser papo reto, na vida real. Na verdade, eu nem sei mais se são os evangélicos que estão invadindo os quilombos ou se são os quilombos que estão invadindo os evangélicos. Essa é uma preocupação que nós temos que ter, mas não dá para ter do jeito que a esquerda está tendo, não. É uma coisa pra ser analisada profundamente porque é aquilo que eu sempre tenho dito: se nós somos poli, nós podemos ser inclusive cristãos. Os cristãos, que são mono, só

podem ser cristãos. Eles não podem ser mais que isso, mas nós podemos. Então eu acho que a gente está fazendo tempestade em copo d’água. Deixa eles virem porque eles vão fazer um estrago muito grande, mas eles também vão ser estragados. Muitos deles também vão depois ser superados. Porque eles têm igrejas demais e tem algumas que estão muito próximas da gente, então é isso. É uma questão para ser analisada com muito cuidado, mas esse não é o mal maior não. O mal maior, na verdade, é a própria esquerda. Porque a esquerda, ela é uma corretora de direitos, a esquerda vende direitos. O sindicato vende direitos para o patrão entregar. E aí? Da mesma forma que a esquerda vende direitos para o Estado entregar. Então olha o que que a esquerda fez. As igrejas construíram universidades, escolas de ensino médio. As melhores escolas de ensino médio são da igreja. Tem uma escola de ensino médio em Teresina avaliada como a melhor escola do Brasil, acho que é a João Barreto, se não me engano. Essas escolas são da igreja. Porque que a esquerda também não construiu suas escolas? Porque a esquerda não construiu seus aparelhos, seus bancos, sua televisão? Porque a esquerda não construiu a sua infraestrutura? Aí meu irmãozinho, as igrejas construíram. Então, o que está pra nós agora é nós construirmos nossa infraestrutura. Os quilombos construíram, construíram mais ou menos, mas tem que construir mais. Aqui no Piauí temos muita coisa boa pra fazer, nós temos alguns territórios indígenas que estão sendo titulados, demarcados, nós ainda temos uma Caatinga muito preservada. Estou pensando seriamente que vou viajar menos, que devo sair dessa pandemia com a minha roça que estava praticamente abandonada um pouquinho reestruturada. Eu vou cumprir com os compromissos que já tenho, mas não vou fazer novos compromissos não. Então vai chegar a hora que as pessoas vão ter que vir aqui se quiserem conversar comigo ou conversarem por telefone, por skype, mas eu vou viajar menos. Então você está super convidado. E nós temos muita coisa boa pra fazer, não só no Piauí, mas também nos quilombos fora.

J. Uma última questão, Bispo, com relação à geopolítica, em relação às ONGs financiadas pelo imperialismo atuando nos territórios tradicionais, com povos indígenas, quilombolas, qual sua opinião sobre essas ONGs que recebem dinheiro dos países do império, dos colonialistas, nesses territórios, como que você vê isso?

NB. Aqui no Piauí nós tomamos por decisão de não termos essas parcerias mais profundas com essas ONGs. Então nós, enquanto coordenação das comunidades quilombolas do Piauí,

não temos parceria com essas ONGs poderosas. Nós temos algumas conversas, mas sem permitir muita intimidade, ou seja, nos não captamos recursos internacionais, a gente trabalha com recursos próprios mesmos, as nossas energias. Então a nossa luta aqui, por incrível que pareça é uma luta muito orgânica. Algumas pessoas estranham, nós não temos nem uma pessoa liberada para fazer a luta quilombola aqui no estado. Nenhuma pessoa enquanto assessor, não fazemos diferença, fulano é diretor, fulano é assessor. As nossas assessorias aqui são parcerias, tipo assim, tem essas experiências que a gente compartilha com vocês, com outras pessoas, enfim. Eu acho que essas ONGs estão aqui à toa, não, elas estão fazendo um papel de espionagem, um papel de inteligência, elas estão financiadas pra passar as informações a nosso respeito. Pra você ter uma ideia, uma das grandes amigas nossas, grande parceira, que é a professora doutora Maria Suely, que é professora de direito na Universidade Federal e tem uma luta muito bacana parecida com a sua, ela ganhou uma bolsa da Fundação Ford pra fazer o mestrado, ou o doutorado, uma dessas duas pós graduações, agora ela já tem até o pós doc. Eu questionei: poxa, Sueli, uma bolsa da Fundação Ford, essa galera vai querer é que tu passa informação pra eles, das comunidade tradicionais. Aí ela entrou em pânico, que eu também via o ruim pra tudo quanto é lado, uma discussão muito acirrada. Depois você vai me dizer. Eles convidaram ela no final pra ir a Nova York ou Washington, sei lá, o pessoal da Ford. Cara, quando ela chegou, eu perguntei e aí, Sueli? Ela começou a chorar, e chorou muito. Porque ela disse que o pessoal da Fundação Ford não queria saber nada do trabalho científico dela, queriam exatamente conhecer o perfil da comunidade, ou seja, as ONGs, essas fundações que financiam pós-graduações, mestrado, doutorado, todas elas financiam pra nos espionar. Porque o referencial do macro é o micro. O referencial de um extremo é o outro, as comunidades tradicionais assustam muito mais ao império do que a esquerda. Porque a esquerda, o império já conhece, o que o império não conhece são as comunidades tradicionais. Essas ONGs fazem esse papel. Porque se eles tivessem interesse em apoiar as comunidades, eles não botavam ONG no meio, não, eles falavam direto. Ora, as comunidades têm associação, porque não financiam através das associações das comunidades? Porque tem que ser as ONGs? Porque as ONGs fazem esse papel e produzem relatórios. Então, a relação com as ONGs é muito perigosa, até porque tem muitas pessoas nas ONGs que nem sabem que estão fazendo esse papel. Tem pessoas que pensam, que acreditam no que estão fazendo. Tem pessoas que sabem que estão sendo sacanas, mas

a maioria, não, principalmente as que não são dirigentes, as que são funcionárias, elas pensam que estão fazendo um grande trabalho, mas, enfim, as ONGs na verdade são um serviço de inteligência do colonialismo.

J: Nossa, queria te agradecer muito, assim, não precisa nem falar, você sabe o tanto que eu sou seu fã, seu admirador. No meu trabalho eu estou o tempo todo falando de confluência, transfluência, contra colonialismo, enfim, você tem sido a principal referência para mim. Trabalhei com seus textos em sala de aula, com aquelas entrevistas publicadas na revista Piseagrama, com seu livro “Colonização, Quilombos, modos e significações”, enfim. Tomara que a gente consiga fazer a defesa presencialmente no dia 26 de julho.

NB. Eu te mandei a dissertação da Ana Mumbuca? A dissertação dela é uma das coisas mais belas contra colonialistas que eu conheci, na verdade é a primeira contra colonialista que eu conheci. É linda a dissertação dela. Com relação a essa história de fã, você disse que é meu fã, ao invés de você ser meu fã e eu seu fã, nós somos confluentes, aí resolve. Somos confluentes, resolve pra mim e pra você.

J. Maravilha! Somos confluentes. Então tá, muito obrigado, um abraço forte e a gente se fala, até breve.

NB. Abração, vamos conversando.

a

r

i

g

t

o

s

As coalizões de poder em torno do grande projeto minerário do vetor sul da RMBH

The power coalitions around the great mining project of the RMBH southern vector

Junia Ferrari, Gabriela Resende Coelho, Gemilson Soares da Silva Segundo, Luisa Lopes Greco*

Resumo

O texto traça um panorama sobre a mineração no Quadrilátero Ferrífero com recorte específico em alguns municípios localizados no vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a fim de compreender as coalizões de poder constituídas em torno do que aqui denominamos Grande Projeto Urbano (GPU) da mineração. Essa atividade, que historicamente caracteriza a região como grande pólo extrativo, experimenta um novo ciclo no Brasil e na América Latina desde a primeira década do século XXI, a partir de grande demanda internacional por *commodities*. Além disso, a mineração tem sido justificada na região ancorada num forte ideário de desenvolvimento econômico associado à prática. Entretanto, com base nos dados relativos à arrecadação desses municípios sobre as atividades minerárias (CFEM), bem como de informações da RAIS sobre emprego e renda por município, é possível inferir que pouco valor tem sido agregado à economia local, contrariando esse ideário. Em relação às articulações entre Estado, Sociedade Civil e Mercado, no sentido da permanência ou não das atividades minerárias na região, foram analisadas as atas e pareceres das reuniões para aprovação dos licenciamentos na Câmara de Atividades Minerárias (CMI). As análises apontam para decisões que, prioritariamente, têm favorecido as mineradoras, caracterizando uma forte coalizão do Conselho Gestor no sentido de garantir uma agenda pró-crescimento ou pró-mercado, ou seja, de fortalecimento dos interesses das mineradoras com apoio do Estado.

Palavras-chave: Coalizões de poder; Mineração; Desenvolvimento; Participação.

Abstract

In order to understand the power coalitions that gravitate around the Great Urban Project (GPU) of mining – as we chose to name the series of actions analyzed here –, this work outlines an overview of mining in the Iron Quadrangle, taking certain municipalities located in the southern vector of the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH) as the framework. This activity, which has historically characterized the region as a large extractive pole, has experienced a new cycle in Brazil and Latin America since the first decade of the 21st century, due to the substantial increase in the international demand for commodities. Moreover, the practice has been justified in the region through an unwavering ideology of economic development associated with mining. However, based on the collected data from the municipalities engaged in mining activities (CFEM), as well as information from RAIS on employment and income per municipality, it is possible to infer that, contrary to the aforementioned ideology, little value has been added to local economy. Regarding the articulation between the State, Civil Society and the Market, in terms of whether mining activities in the region should remain or not, the reports and minutes of the meetings were analyzed for approval of the licenses in the Mining Activities Chamber (CMI). The analyses point to decisions that, as a matter of priority, have favored the mining companies, which characterizes a solid coalition in the Managing Council in order to ensure a pro-growth or pro-market agenda, i.e., the consolidation of the mining companies' interests, with the support of the State.

Keywords: Power Coalitions; Mining; Development; Participation.



1. Introdução

A mineração, atividade que historicamente tem predominado como alternativa econômica para alguns dos municípios que compõem o vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)[2], tem se consolidado, dentre outros fatores, a partir da crença num ideário de crescimento e desenvolvimento da região promovido pela atividade. A noção de desenvolvimento associada à ideia de um processo crescente e que opera de forma linear e ininterrupta (DILGER; PEREIRA FILHO, 2018) tem orientado a política econômica de vários países como via para a promoção do progresso e, conseqüentemente, para seu reconhecimento no cenário político mundial (FERRARI et. al, 2020). Nesse sentido, o modelo econômico voltado para a promoção do desenvolvimento permanece ancorado em um forte referencial que o consolida como sinônimo de algo positivo e, para garantir seu sucesso, “demanda uma parceria eficiente entre mercado e Estado – um pacto de governança –, além de estar fortemente vinculado a um sentimento de otimismo, pois está assentado no firme propósito de que é a receita para o crescimento” (FERRARI et. al, 2020, p.04). Por outro lado, qualquer conduta ou prática que possa representar obstáculos a essa realização é considerada como retrocesso e estagnação, quase uma heresia, segundo Ribeiro (2008).

Alinhado a esse entendimento, o governo do Estado de Minas Gerais tem mantido um modelo de desenvolvimento econômico orientado no sentido de garantir a continuidade na exploração dos seus recursos minerais – especialmente da região conhecida como Quadrilátero Ferrífero[3]. Os argumentos estão fundamentados, essencialmente, na crença de que essa atividade econômica garante oferta de trabalho abundante, aumento na arrecadação de impostos e, conseqüentemente, melhoria no padrão socioeconômico da região. Para isso, justifica-se adotar medidas como “abertura para o capital estrangeiro interessado na exploração, bem como flexibilização das legislações ambientais e das leis trabalhistas que facilitem e maximizem os lucros das empresas extrativistas” (FERRARI et. al, 2020, p.05).

Uma das principais estratégias utilizadas no sentido de garantir esse modelo de parceria entre Estado e iniciativa privada tem sido a adoção de políticas de desenvolvimento urbano-regional ancoradas em grandes projetos que envolvem diversas escalas de planejamento e de ações intergovernamentais, com modelos

de grande circulação e influência (HEALEY, 2006). Também nomeados na literatura corrente como Grandes Projetos Urbanos (GPUs), trata-se, em suma, de empreendimentos ou eventos que estimulam mudanças nas configurações políticas, econômicas e espaciais, com impactos que podem ser percebidos localmente, regionalmente, nacionalmente e internacionalmente (SWYNGEDOUW et. al, 2008; FRANÇA, 2014). Para Vainer et. al (2012), os GPUs também promovem rupturas e impactos de alcance institucional, justificando novos arranjos, especialmente entre poder público e iniciativa privada.

No vetor sul da RMBH, esse modelo de desenvolvimento econômico ancorado em GPUs tem sido praticado nas atividades minerárias. É preciso registrar, no entanto, que nomear o projeto de mineração como GPU neste trabalho, embora demonstre nosso entendimento acerca de sua dimensão e alcance, não implica aqui no esgotamento de todos os aspectos envolvidos (o que não diminui sua importância). Interessa-nos, no âmbito desta pesquisa, focar nos elementos que possam consubstanciar a discussão acerca das relações de poder firmadas em torno da disputa para a consolidação (ou não) desse modelo de desenvolvimento econômico.

Tendo em vista o exposto, o presente trabalho fundamenta sua discussão no panorama econômico de alguns dos municípios envolvidos nesse GPU, bem como na análise dos processos de aprovação dos licenciamentos para essas atividades na região. O objetivo é confirmar (ou não) a hipótese de formação e consolidação de uma *coalizão pró-mercado* ou *pró-crescimento* firmada entre mineradoras e Estado, justificada pelo ideário de desenvolvimento econômico da região. O termo *coalizão* diz respeito às relações de poder estabelecidas a partir de alianças e cooperações entre diferentes atores que, de acordo com seus interesses, buscam influenciar as decisões em torno de um determinado projeto ou ação. Acredita-se, tal como Ribeiro (2017), que esse tipo de articulação se relaciona ao modelo de desenvolvimento do capitalismo em sua fase ultraliberal[4] e financeirizada, na qual os resultados na agenda urbana são profundamente marcados por relações assimétricas de poder estabelecidas entre esses diversos atores. Para isso, restringe a participação popular nas decisões, ao mesmo tempo que atribui ao Estado a responsabilidade de garantir as condições favoráveis para a expansão do capital. Esse pacto debilita as forças sociais e conforma o que aqui denominamos *coalizões pró-crescimento econômico* ou *pró-mercado*.

A princípio, e a fim de compreender a dimensão das atividades minerárias na região, será apresentado um pequeno histórico dessas práticas em Minas Gerais, especialmente na região do Quadrilátero Ferrífero. Em seguida, o trabalho apresenta um panorama da arrecadação de tributos minerários nesses municípios, a fim de consubstanciar a discussão em torno do suposto desenvolvimento decorrente dessas práticas para a região, especialmente no que se refere à geração de empregos e renda. Para isso, foram utilizados os dados sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) [5] e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). O objetivo desta análise é buscar elementos que justifiquem a crença amplamente difundida no ideário de crescimento e desenvolvimento econômico a partir da mineração, o que explicaria o empenho das instâncias governamentais no sentido de sua aprovação.

Isso nos remete à terceira parte do trabalho, onde se busca identificar uma eventual coalizão de poder pró-mercado firmada entre mineradoras e Estado, no sentido de fortalecer o GPU minerário do vetor sul. Para tanto, foram analisados os processos de licenciamento ambiental dessas atividades, tendo como fonte as atas e deliberações da Câmara de Atividades Minerárias (CMI), durante o período de 2014 a 2019. Acredita-se que por se configurar como espaço colegiado de tomada de decisão onde estão representados a sociedade civil, o Estado e o setor minerário, trata-se de recorte apropriado para identificação e caracterização das disputas em torno do GPU da mineração. Também foram utilizados registros elaborados durante o acompanhamento de algumas dessas reuniões e entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos nesses processos, o que possibilitou uma compreensão maior da dinâmica em torno dessas disputas, especialmente no que diz respeito à participação da sociedade civil.

Por fim, serão apresentadas as considerações parciais, uma vez que a referida pesquisa ainda se encontra em curso e, nesse sentido, pode revelar aspectos mais conclusivos em etapa posterior.

2. Breve histórico da mineração

O Estado de Minas Gerais, especialmente a área compreendida pelo Quadrilátero Ferrífero, tem sua história marcada pela

mineração desde o século XVII, quando ali são registradas as primeiras descobertas do ouro de aluvião[6] pelos bandeirantes paulistas. Segundo Silva (1995), esses primeiros exploradores não dominavam as técnicas minerárias, assim como os indígenas por eles escravizados. Essa atividade foi possível, no primeiro momento, devido à condição favorável do ouro superficial, e só veio a se consolidar mais tarde, com a chegada da mão-de-obra escrava da África:

[...] o pouco conhecimento da arte da mineração era compensado pela riqueza do jazimento e facilidade de extração do metal, liberado e grosseiro. Além disso, escravos trazidos de regiões africanas frequentadas por árabes conheciam princípios de mineração aprendidos com esses povos. Esta foi certamente a primeira importação de tecnologia da mineração brasileira (SILVA, 2020, p.187).

Esta tese é corroborada por Paiva (2002, p.187), que afirma serem esses escravos, provenientes da Costa da Mina, [7] “tradicionais conhecedores de técnicas de mineração do ouro e do ferro, além de dominarem antigas técnicas de fundição desses metais”.

A chegada dos bandeirantes paulistas marca também o surgimento de diversos núcleos implantados ao longo de alguns cursos d’água, na região onde posteriormente foram fundadas as primeiras Vilas de Minas Gerais.[8] A principal mina do Arraial de Campos de Congonhas[9] - Mina de Morro Velho -, tem registros de atividades que remontam ao ano de 1725. O primeiro ciclo de exploração durou até meados do século XVIII, quando são esgotadas as reservas de ouro superficiais, dando início a um período de grande esvaziamento da região, com migração em massa de trabalhadores para as fronteiras agrícolas do Estado.

No início do século XIX, com a chegada da família real ao Brasil, há um movimento de retomada das atividades extrativas nas Minas Gerais, motivando companhias inglesas que desfrutavam de um momento favorável de acumulação de capital a investir neste setor. A *St. John Del Rey Mining*[10] foi uma dessas empresas, inaugurando a modalidade de exploração subterrânea do ouro em áreas da Mina de Morro Velho, e transformando essa atividade numa grande indústria extrativa. Apesar do discurso contrário à adoção de mão-de-obra escrava, os ingleses empregavam, em 1863 (após o decreto que proibia o tráfico negreiro), “1691 escravos, que representavam 65% do contingente de seus

operários, depois de ter atingido 85% no período de 1839 a 1847” (EUGENIO, 2014, p.154). Segundo Grossi (1981), a mão-de-obra era complementada com imigrantes espanhóis, italianos, portugueses e chineses. Entretanto, a presença de trabalhadores e técnicos brasileiros era rara (SILVA, 1995), demonstrando que muito pouco do que a empresa capitalizou com o ouro extraído na região[11] foi aplicado em mão-de-obra local. Ainda que a presença da companhia tenha ativado o comércio da região para atendimento de suas necessidades (carvão vegetal, velas, azeite, pólvora etc.), há que se computar os impactos ambientais e sociais decorrentes de três grandes acidentes ali registrados, em 1867, 1882 e 1886 (COUTO; COSTA, 2003).

A partir do século XX, as atividades minerárias no Quadrilátero Ferrífero se voltam para a extração do minério de ferro, que assume posição de destaque na economia de Minas Gerais, especialmente depois da criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1942. A partir daí se consolida uma nova fase de exploração, reforçando a histórica minério-dependência dos municípios da região. Segundo o Anual Mineral de 1982 (RODRIGUES,1985), a produção estimada das jazidas de ferro no Quadrilátero Ferrífero chegou a 10 bilhões de toneladas (mais de 60% das reservas brasileiras e cerca de 99,7% da produção nacional), sendo que 16,23% das reservas do Estado estavam concentradas em municípios da RMBH (majoritariamente na região de Nova Lima). Já o ouro representava cerca de 68% das reservas nacionais, sendo que 95% dessa produção provinha da Mineração Morro Velho S.A[12] (RODRIGUES, 1985).

Ainda na região sob a administração da Vila Real de Sabará, surgiu o povoado de Bonfim do Paraopeba, também em decorrência da busca pelo ouro no século XVII. Segundo o IBGE Cidades, “o desenvolvimento da cultura cafeeira e a possibilidade de se extrair e exportar minério de ferro, abundantes na região, provocaram a construção do ramal do Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil”. O entorno da estação construída próxima ao distrito de Brumado do Paraopeba e, inaugurada em 1917, foi o ponto de partida para o surgimento do município de Brumadinho, emancipado de Bonfim e elevado a essa categoria em 1934. Somente a partir dos anos 2.000, entretanto, o município passou a se destacar no setor minerário nacional em decorrência da produção de minério de ferro, com expressivo aumento das exportações deste recurso natural (GASPAR, 2005).

Esse novo ciclo de mineração ancorado na extração do minério

de ferro em grande escala contribuiu para que Minas Gerais voltasse a ganhar destaque a partir da primeira década do século XXI. A alta demanda do mercado internacional (especialmente da China) por bens primários (*commodities*) configurou um novo ciclo econômico e político baseado na reprimarização da economia do Brasil e de vários países da América Latina. Para a socióloga Maristella Svampa (2012), trata-se de um momento específico da economia latino-americana motivado pelo incentivo à exportação de bens primários em grande escala, ao qual ela denomina por *Consenso de los Commodities*. Ferrari et al (2020), citando Svampa (2012), sintetizam esse fenômeno:

[...] à financeirização e privatização estabelecidos pelo Consenso de Washington somou-se, na primeira década dos anos 2000, uma nova ordem econômica e política, cuja diferença em relação aos ciclos minerários anteriores está, dentre outros fatores, na mudança do padrão de acumulação baseado na financeirização e privatização para um modelo que inclui também a expansão de grandes projetos que tendem ao controle, extração e exportação de bens naturais, sem valor agregado. (SVAMPA, 2012 *apud* FERRARI et. al, 2020, s/p)

Ainda segundo a socióloga, uma das características desse novo ciclo econômico baseado no extrativismo é a grande escala dos empreendimentos, geralmente baseados em atividades capital-intensivas e voltados para uma especialização produtiva que gera significativos impactos ambientais e sociais (SVAMPA, 2012).

Além desses aspectos, há que se salientar o avanço das empresas mineradoras no controle cada vez maior de terras na região do Quadrilátero Ferrífero, caracterizando o que Harvey denomina por dinâmica de despossessão (HARVEY, 2004)[13], reforçando e ampliando a dependência econômica e o domínio sobre a política interna dos municípios.

3. Os números da mineração no vetor sul

Ainda que as atividades minerárias sejam praticadas em vários municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, nesta seção serão considerados apenas os dados econômicos de Nova Lima e Brumadinho, tendo em vista a elevada participação

desses municípios na produção mineral metropolitana.

As maiores receitas diretas dos municípios mineradores são provenientes da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), da movimentação econômica que eleva o Valor Adicionado Fiscal (VAF)[14] e do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Segundo dados da CFEM obtidos na plataforma eletrônica da Agência Nacional de Mineração (ANM)[15], Minas Gerais figura como o principal estado minerador do país, seguido pelo Pará. Entre os anos de 2006 e 2019, concentrou 46,22% do volume arrecadado com a CFEM em todo o país, e o município de Nova Lima, sozinho, cerca de 6,34%[16]. Analisando os valores dessa contribuição na composição da receita total de Brumadinho e Nova Lima é possível verificar que representam percentuais importantes em ambos os municípios (média de 17%), mas ainda assim não são tão significativos se comparados ao volume de recursos extraídos[17]. Isso se explica porque as taxas da CFEM cobradas das mineradoras têm percentuais muito baixos, o que representa pouca arrecadação direta para os municípios, especialmente quando comparados aos impactos ambientais e sociais decorrentes dessas atividades. Além disso, essa arrecadação está subordinada às flutuações do mercado internacional.

Em relação aos empregos gerados pelo setor, em 2018, Nova Lima contava com 6.089 postos de trabalho na mineração, o que representava 12,8% dos empregos formais do município. Em Brumadinho, 1.888 pessoas trabalhavam nessa atividade, o que correspondia a 20% do total de empregos formais (RAIS, 2019). Ainda que sejam números consideráveis, representam percentuais pouco significativos para municípios cujas economias estão sustentadas, predominantemente, pelas atividades minerárias. Com relação à renda, há também que se considerar o baixo volume acumulado, visto que mais de 50% dos empregados nesse setor (residentes nos municípios) têm remuneração abaixo de dois e meio salários mínimos. Diferentemente dos valores pagos aos funcionários que detêm cargos mais elevados, e que geralmente não residem nos municípios onde ocorre a extração[18].

Ressalta-se ainda o perigo da subordinação política, pois, segundo Coelho (2018, p.254), “na medida em que a dependência econômica é aprofundada, a tendência é intensificar também

a dependência política”. Dessa forma, os interesses das mineradoras ficam garantidos por lobby, financiamento de campanhas eleitorais ou indicação para cargos deliberativos (COELHO, 2018).

Em síntese, a mineração é uma atividade que adota o modelo econômico do tipo capital-intensivo[19], ou seja, menos investimento em mão-de-obra e, conseqüentemente, menor movimentação econômica para os locais onde se dá a extração do recurso natural. Além disso, compromete significativamente o meio ambiente, cria dependência nos municípios e influencia os rumos das políticas locais. Em outros termos, ter as atividades minerárias como principal matriz econômica em uma determinada região não implica necessariamente em desenvolvimento local, pois a maior parcela do lucro gerado por essas atividades não é convertida em transformações socioeconômicas, pelo contrário, há riscos de dependência econômica, social e política.

4. Coalizões e arena de disputa

Sabatier (2007) define as arenas de ação como espaços onde os indivíduos interagem, trocam bens e serviços, resolvem problemas, dominam ou lutam. Ou seja, são espaços dinâmicos que propiciam a interação entre diversas forças simultaneamente e, justamente por isso, se constituem como oportunidades para que as mais diversas articulações e coalizões se concretizem.

O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) é formado por um conjunto de órgãos e entidades responsáveis pelas políticas de meio ambiente e de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais. Uma importante instância desse sistema é o Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM - MG), órgão consultivo e deliberativo da política ambiental mineira e que conta, desde sua criação em 1977, com a participação de representantes de grupos da sociedade civil, das associações empresariais e de órgãos públicos (CARNEIRO, 2003). Como instância colegiada de tomada de decisão que reúne representantes dos diversos segmentos, além de se constituir como espaço continuado de discussão sobre as atividades ligadas ao meio ambiente, a composição do COPAM – mais especificamente da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) –, mostrou-se como uma arena privilegiada para identificar as coalizões e disputas em torno do Grande Projeto Urbano de mineração do vetor sul. A Câmara tem como

uma de suas competências deliberar sobre os licenciamentos ambientais de empreendimentos minerários do Estado, bem como aprovar a compensação ambiental referente a essas atividades. É constituída de forma paritária, tendo seis dos seus doze assentos destinados ao poder público e seis para a sociedade civil, além da participação das empresas interessadas nos licenciamentos e que ali atuam na condição de proponentes. As reuniões ordinárias da CMI são abertas à população, que também pode formalizar denúncias e solicitações, guardadas as limitações burocráticas.

O bloco que representa o poder público no Conselho da CMI está assim constituído: representando os órgãos de controle ambiental está o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)[20], autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente; a Agência Nacional de Mineração (ANM), autarquia federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia e que tem como competências o fomento da exploração mineral e de pesquisas técnicas, além de fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional; a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SEDECTES); a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV); a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (SECCRI); e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG).

A participação da Sociedade Civil na composição do Conselho, teoricamente, também se dá a partir de seis representantes eleitos a cada dois anos. Entretanto, na composição desse bloco há pouca representação da sociedade civil organizada, com exceção para as entidades ambientalistas que detêm apenas um assento. Os demais representantes são: o Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (SINDIEXTRA), ligado à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), e que representa o setor industrial do Estado; a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS), órgão representante das organizações comerciais (em sua maioria empresas de micro, pequeno e médio portes); o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-MG), autarquia federal que regulamenta e fiscaliza o exercício dos profissionais de engenharia, agronomia, geologia, geografia e meteorologia; o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), organização nacional privada e sem fins lucrativos, que representa as empresas e instituições que atuam no setor mineral; e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas

Gerais (CEFET/MG), maior instituição de ensino tecnológico de Minas Gerais (presente em nove cidades), representa atualmente as instituições de ensino (setor técnico) no Conselho da CMI.

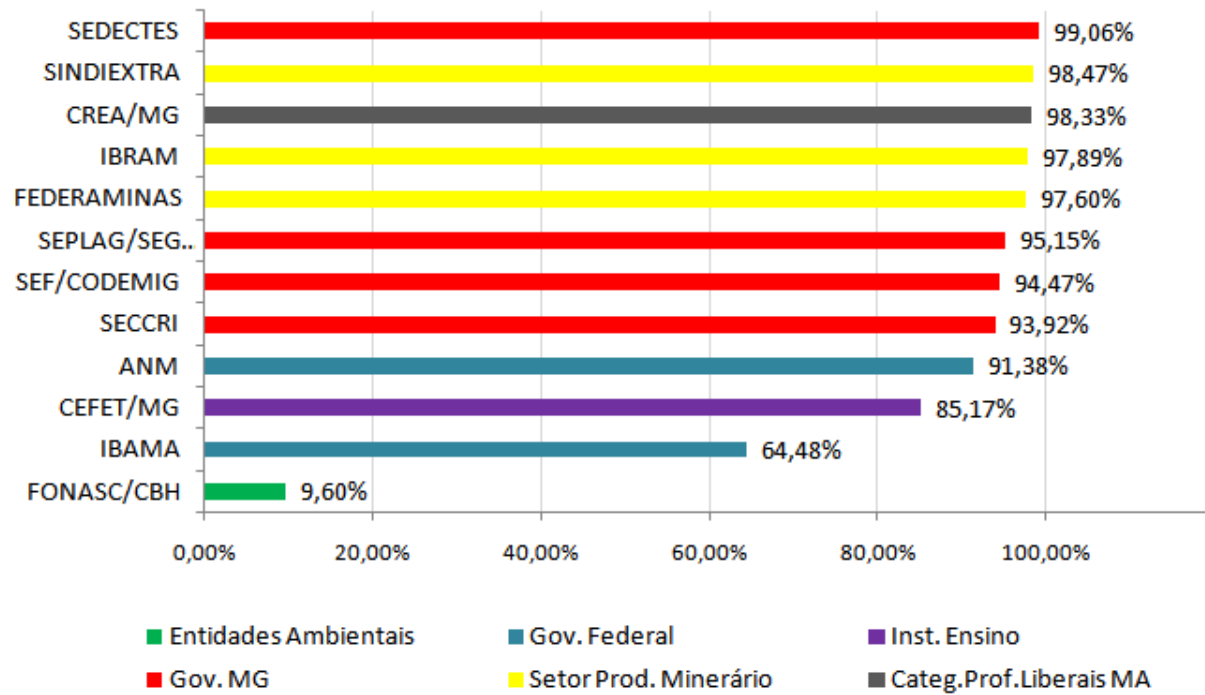
Desse bloco, o único segmento que se posiciona predominantemente contrário às atividades minerárias é a representação dos ambientalistas, atualmente a cargo do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (FONASC-CBH[21]), eleito dentre as OSCs que compõem o Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas (CEEA)[22]. Podemos afirmar que se constitui como o único grupo ali representado que caracteriza o que aqui nomeamos por *coalizão pró-meio ambiente*. Já o CEFET, na maior parte das vezes, tem assumido uma posição favorável às atividades minerárias, apesar de não se configurar como alinhado aos interesses das mineradoras, pois demonstram em seus pareceres uma visão mais crítica dos processos de licenciamento. Os demais representantes da sociedade civil demonstram alinhamento com o bloco do poder público e em relação às mineradoras, conformando o que denominamos por *coalizão pró-mercado* ou *pró-crescimento*.

Com essa composição, a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) demonstrou ser um espaço onde a participação da sociedade civil é pouco representativa, pois os assentos destinados às OSCs são majoritariamente ocupados por entidades ligadas aos interesses empresariais. Isso também pode ser comprovado na fala de Adriana Wilken, representante do CEFET-MG no conselho da CMI, em entrevista realizada em dezembro de 2019:

[...] não é um conselho paritário como eles falam que é. Na prática não é, porque 50% são membros do poder público, os outros 25% eles falam que são da sociedade civil, mas você não pode falar que quem é representante da mineração faz parte da mesma parcela da sociedade civil, então não é. A sociedade civil é 25%, a mineração é 25% e o poder público é 50%. Então quando chega uma pauta lá com o parecer único deferindo, falando assim *a gente sugere que aprove*, é praticamente impossível não aprovar. (Conselheira da CMI). [23]

O gráfico abaixo mostra a relação de votos nos processos de licenciamento ambiental, demonstrando uma predominância das aprovações em favor das mineradoras e uma evidente

coalizão pró-mercado por parte da maioria dos representantes que compõem o Conselho.



Uma alternativa à participação da sociedade civil são as audiências públicas que integram o processo de licenciamento ambiental, cuja finalidade é dar publicidade e transparência aos procedimentos, pois apresentam ao público interessado os impactos e os benefícios propostos pelos empreendimentos, diminuindo dúvidas e recolhendo críticas e sugestões dos participantes. Entretanto, na prática, essas audiências não têm cumprindo seu papel. A auditoria operacional nº 951.431, feita pelo Tribunal de Contas do Estado em 2017, aponta a ineficácia no processo:

Apesar de os Conselheiros atribuírem importância às audiências para subsidiar as deliberações do COPAM, 56% deles, em resposta ao questionário eletrônico, afirmaram que a manifestação da comunidade impactada tem pouca influência

Gráfico 01: Percentual de votos favoráveis aos empreendimentos em processo de licenciamento ambiental na Câmara de Atividades Minerárias no período de 2017- 2019. Fonte: Elaborado pelos autores com base no gráfico 04 do Relatório de auditoria nº 1370.1390.19 da CGE-MG, 2019.

no processo de licenciamento ambiental. Em conclusão, a equipe de auditoria asseverou que o SISEMA não tem atingido, de forma efetiva, o objetivo das audiências públicas, qual seja, o de subsidiar as decisões referentes ao licenciamento ambiental. (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2017).

O relatório ainda conclui que, nos documentos examinados, as condicionantes propostas nos relatórios dos processos de licenciamento não tinham relação com as reivindicações feitas nessas audiências e transcritas nas atas anexadas. Ou seja, as sugestões e apontamentos feitos pelo público foram ignorados nas etapas subsequentes do licenciamento.

Na atual configuração da CMI, o Estado tem demonstrado atuar como um facilitador para as atividades minerárias, já que tem sob seu controle não apenas a indicação de conselheiros e o voto de qualidade, mas também a formação das pautas, a convocatória das reuniões e a guarda dos processos, que, apesar de disponíveis, demandam um conhecimento técnico do qual, na maioria das vezes, a comunidade diretamente impactada não dispõe.

5. Considerações preliminares

Se por um lado as representações da Câmara de Atividades Minerárias demonstram uma forte coalizão pró-mercado ou pró-crescimento, ancorados num ideal de desenvolvimento, uma coalizão pró-meio ambiente, ainda que de forma pouco representativa, também foi ali identificada. O menor número desses atores na CMI pode ser interpretado como uma estratégia do poder público no sentido de impor o *modus operandi* do bloco voltado para os interesses das mineradoras. Conforme destacou um ambientalista durante o evento “Na contramão do Discurso Ideológico da Mineração: Tragédias e Insustentabilidade (2019)”, realizado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, em setembro de 2019:

A gestão ambiental em Minas Gerais é afastada da realidade e, com toda a roupagem técnica, aparenta ser neutra e dizer que está viabilizando o desenvolvimento, mas não, ela está silenciando conflitos e ela está diminuindo processos e formas de

participação, por isso que é sempre bom discutir que não existe governança sem diversidade e que tentativas têm sido feitas de homogeneização dos processos de decisão e licenciamento ambiental em Minas Gerais.

Para os ambientalistas, esse distanciamento entre os territórios afetados e os espaços de decisão buscam amortecer os conflitos entre os empreendedores e a população afetada pelo empreendimento. No que se refere aos grupos que poderiam representar resistências a esse bloco, a pesquisa aponta, ainda que de forma preliminar, para representações pouco homogêneas, diferentemente do que se identificou na coalizão pró-mercado. Em outros termos, há indícios de representações da sociedade civil com pautas bem divergentes, inclusive com distanciamento entre grupos, ainda que movidos pela causa única do combate à ação das mineradoras na região.

Em síntese, a pesquisa, ainda em curso, aponta, pelo menos no que diz respeito às deliberações da Câmara de Atividades Minerárias, na direção de uma explícita coalizão pró-mercado em torno do GPU da mineração no vetor sul da RMBH, constituída de forma bem homogênea por representações dos três segmentos: Estado, Mercado, Sociedade. Fica evidente o alinhamento do bloco no sentido da manutenção e fortalecimento de uma política extrativista, a partir dos licenciamentos concedidos. O bloco também é apoiado por uma estrutura institucional e um discurso do desenvolvimento econômico e social que o legitima, tal como nos demais GPUs.

Notas

1. Este artigo é um desdobramento do Projeto As Metrôpoles e o Direito à Cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano, do Observatório das Metrôpoles e, nessa medida, resgata várias formulações do trabalho apresentado no relatório anual.
2. A RMBH envolve 34 municípios, mas, neste estudo, serão considerados apenas os municípios minerários do vetor sul: Nova Lima, Brumadinho, Rio Acima e Raposos.
3. O Quadrilátero Ferrífero é a mais importante região minerária do sudeste brasileiro. Possui uma área de aproximadamente 7.000 km² e abrange 34 municípios mineiros (nem todos da RMBH).
4. A inflexão ultraliberal diz respeito a um processo de rupturas de certas dinâmicas promovidas pelas reformas neoliberais, em curso no país desde 2016. Esse cenário tem como foco uma reforma do Estado, pela qual a agenda política do país é ajustada voltando-se para ações pró-mercado (RIBEIRO, 2017).
5. A CFEM é uma contrapartida financeira paga por qualquer pessoa física ou jurídica que exerça atividade de exploração ou extração de recursos minerais com fins de aproveitamento econômico e é calculada sobre o valor do faturamento líquido quando o produto mineral é vendido. Atualmente, as alíquotas da CFEM variam entre 1% e 3,5%, de acordo com o bem mineral. A arrecadação é administrada pela Agência Nacional de Mineração (ANM), sendo que 60% desta receita é destinada ao município onde ocorre a produção.
6. O ouro de aluvião é aquele encontrado nos leitos e margens inundáveis dos cursos d'água, e cuja extração ocorre por garimpo manual, com auxílio de pás e bateias. É um método relativamente simples, mas de baixo rendimento.
7. Apesar de relatar incertezas em relação à origem do termo Mina, o autor apresenta como possível embrião a associação com o Castelo de São Jorge da Mina, “erguido pelos portugueses em 1482, na costa africana onde hoje fica Gana [e que] passou a ser chamada de Costa da Mina” (PAIVA, 2002,p.203).
8. Até o ano de 1709, a região onde hoje se encontram os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo estavam reunidos numa única capitania do Rio de Janeiro, cujo

desmembramento deu origem à Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Em 1711, nessa Capitania, foram instituídas a Vila do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e Vila Real de Sabará (que incluía as Freguesias onde hoje estão estabelecidos os municípios de Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Brumadinho). Em 1720, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro é desmembrada, transformando-se nas Capitanias de São Paulo e das Minas Gerais, separadamente.

9. Um dos arraiais subordinados à Vila Real de Sabará, hoje desmembrado nos municípios de Nova Lima, Raposos e Rio Acima.

10. Hoje AngloGold Ashantii, com três unidades operacionais da empresa no Brasil (duas delas no Quadrilátero Ferrífero), responsáveis por 15% de toda a produção de ouro do grupo no mundo, segundo o site da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE).

11. Entre 1834 e 1895 a Companhia extraiu de Morro Velho 17.841kg de ouro e 954.399 Toneladas de minério de ferro, segundo Couto e Costa (2003).

12. Em 1958 a Saint John D’El Rey Mining Company tem suas ações negociadas na bolsa de Londres, passando a ser controlada pelo consórcio inglês com o canadense pela empresa Hanna Company. Foi formada a empresa brasileira Mineração Morro Velho S/A para a exploração do ouro e a associação Hanna e MBR (Minerações Brasileiras Reunidas) para o minério de ferro na Serra do Curral (MENEGALE, 2002).

13. Segundo Rezende (2005), a Prefeitura de Nova Lima, em 2004, tinha 91% da sua área passível de edificação nas mãos das companhias mineradoras e imobiliárias. A Vale S.A, que já detinha boa parte dos terrenos em Brumadinho, após o desastre/crime de 2019, tem adotado em seus processos indenizatórios a obrigatoriedade da cessão das terras por parte dos atingidos como condição.

14. O Valor Adicionado Fiscal é a diferença entre as entradas e saídas de mercadorias e serviços do território. Ou seja, quanto maior for a movimentação econômica do município, maior é o VAF.

15. CFEM - Arrecadação. Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem.aspx>. Acesso em 20 de Abr. de 2020.

16. Desse total 24,13% são provenientes da RMBH, cabendo aos municípios do vetor sul 77,59% do valor arrecadado no espaço metropolitano: Nova Lima contribuiu com 73,26%, Brumadinho com 26,63% e Rio Acima 0,13%.

17. De acordo com os dados da ANM (2020), entre 2006 e 2019 em Nova Lima foram comercializados 729.681.546,50 toneladas de ferro e 80.794,26 gramas de ouro. Em Brumadinho, neste mesmo período, foram comercializados 227.551.207,34 toneladas de ferro e 22.881.000g de minério de ouro.

18. Em Brumadinho, no ano de 2019, o menor salário cabia aos operadores de máquina ferramenta-convencionais (499 reais) e o maior ao Diretor de Produção e Operações da Indústria de Transformação, Extração Mineral e Utilidades (58 mil reais) (CAGED, 2020).

19. O capital intensivo refere-se à produção que requer maior investimento de capital, como recursos financeiros, máquinas sofisticadas, máquinas mais automatizadas, equipamentos mais recentes, etc. e menor investimento em mão-de-obra (modelo trabalho-intensivo).

20. Apesar de ser o representante do poder público que menos se alinha às decisões do bloco, ainda assim o IBAMA tem grande percentual de votos favoráveis aos empreendimentos minerários na CMI. Segundo a conselheira que representa o CEFET, em entrevista concedida à pesquisa, “de forma geral, o poder público não vota contra o poder público, isso é fato”.

21. Criada em 2001 por 72 entidades da sociedade civil ligadas aos Comitês de Bacias Hidrográficas.

22. Composto por 17 instituições da sociedade civil ligadas ao meio ambiente.

23. Entrevista realizada com a Conselheira do CEFET, Adriana Wilken, em 11 de dezembro de 2019.

Referências

CAMPOLINA, Bernardo; CAVALCANTE, Anderson. Economia minerária e seu impacto urbano: desafios e contradições na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017.

COELHO, Tádzio Péters. Minério-Dependência em Brumadinho e Mariana. **LUTAS SOCIAIS** (PUCSP), v. 22, p. 252-267, 2018.

COUTO, Ebenézer P.; COSTA, Armando D. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EMPRESA MINERAÇÃO MORRO VELHO. Anais do **V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência internacional de História de Empresas**, Caxambu, 2003.

DILGER, Gerhard; PEREIRA FILHO, Jorge. Apresentação à edição brasileira - Ousar pensar “fora da caixa”. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.) **Descolonizar o Imaginário - Debates sobre pós-extratativismo e desenvolvimento**. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante: São Paulo, p.12-23, 2018.

EUGENIO, Alisson. Governo dos escravos na mina de Morro Velho 1835-1888. **Varia hist.** Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 151-182, Apr. 2014.

FERRARI, Junia; SOALHEIRO, Maria M.; FIALHO, Clarice F.; TAMIÃO, Maria Isabel. E se a barragem romper? O Extrativismo e os ‘Efeitos Derrame’ no município de Raposo-MG. **Revista de Ciências do Estado**, v.5, n.1, p.1-29, 17mar. 2020.

FRANÇA, Bárbara L. P. de Oliveira. **O impacto socioespacial do Aeroporto Internacional Tancredo Neves no vetor norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014.

GASPAR, Floriana de Fátima. **Aspectos do atual processo de urbanização de Brumadinho**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte: 2005.

GROSSI, Yonne de S. **Mina de Morro Velho: a extração do homem**. Rio, Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1981.

HEALEY, Patsy. Transforming governance: Challenges of institutional adaptation and a new politics of space. **European**

planning studies, 14(3), 299-320; UPTON, Robert (Ed.). Crossing borders: international exchange and planning practices. Routledge, 2006.

HARVEY, David. El nuevo imperialismo: Acumulación por desposesión. **Socialist Register**. CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2004.

MENEGALE, Maria Beatriz de C, S.; **A transformação territorial de um município de tradição mineradora**: estudo de caso sobre a recente ocupação do norte de Nova Lima, circundante à Mata do Jambreiro. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2002.

PAIVA, Eduardo F. Bateias, Carumbés, Tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no novo mundo. *In*: PAIVA, Eduardo F.; ANASTASIA, Carla Ma. Junho (Org.) **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. *In*: **Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER)**. Acesso aos dados do Setor do Trabalho do Brasil. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#. Acesso em dez. 2019.

REZENDE, Lidiane. **Potencial de Ocupação e Expansão Urbana no Eixo Sul da Metrôpole de Belo Horizonte**. (Monografia: Especialização em Geoprocessamento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

RIBEIRO, Gustavo L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos estudos** - CEBRAP, São Paulo, n.80, p.109-125, Mar.2008.

RIBEIRO, Luiz César. **As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira**. Texto para discussão interna - INCT Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2017.

RODRIGUES, Irlene M. **A mineração na região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1985. 1v.

SABATIER, Paul A.; WEIBLE, Christopher M. The advocacy coalition framework. **Theories of the policy process**, v. 2, p. 189-220, 2007.

SANTOS JUNIOR, Orlando; SILVA, Alexsandro F. C. FRANÇA, Bárbara L. P. de O. Caracterização dos Regimes Urbanos das Metrôpoles Brasileiras. **Termo de Referência - Observatório das Metrôpoles**, 2017.

SARTORE, Marina de S. **Da Filantropia ao Investimento Socialmente Responsável**: novas distinções. Caderno CRH. Salvador, v. 25, n. 66, pp. 451-464, 2012.

SILVA, Olintho P. A MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO. Revista Geonomos. Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte V3 nº1., 1995.

SWYNGEDOUW Erik; MOULAERT, Frank; RODRIGUES, Arantxa. Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Policy. *In*: BRENNER, Neil; THEODORE, Nik.(orgs.). **Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe**. Blackwell Publishing, UK, p. 80-103, 2008.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *In*: **OSAL-Observatorio Social de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO. Año XIII, N° 32, noviembre, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Auditoria Operacional N. 951.431**. Atuação do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA na gestão das atividades relativas ao setor de mineração, especialmente as atividades da extração do minério de ferro. 2017. Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/IMG/2017/AOP%20SISEMA%20VOTO.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

VAINER, Carlos Bernardo; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. *In*: OLIVEIRA, Fabrício Leal de; CARDOSO, Adauto Lúcio; COSTA, Heloisa Soares de Moura; VAINER, Carlos Bernardo.(org.) **Grandes projetos metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 11-23, 2012.

***Junia Ferrari** é Arquiteta Urbanista com Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG; Professora do Departamento de Urbanismo e coordenadora do Lab-Urb da Escola de Arquitetura da UFMG; Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles. E-mail: juniaferrari15@gmail.com

Gabriela Resende Coelho é Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG; bolsista de Iniciação Científica. E-mail: coelhogabriela7@gmail.com

Gemilson Soares da Silva Segundo é Cientista Social com Mestrado em Ciências Sociais Desenvolvimento Agricultura e Sociedade pela UFRRJ; Pesquisador do Observatório das Metrôpoles. E-mail: gemilson.segundo@gmail.com

Luísa Lopes Greco é Arquiteta Urbanista e Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles. E-mail: luisalopesgreco@gmail.com

Notas sobre o Real: expulsões e sofrimento social das populações atingidas em Mariana/MG.

Notes on the Real: expulsions and social suffering of the populations affected in Mariana/MG.

Monique Sanches Marques*

Resumo

No sistema econômico capitalista, no caso da indústria extrativo-minerária, o minério é recurso e capital e, nesse sentido, o território é capital. O território como espaço de interesse do capital, no caso específico do capital mineral neoliberal, cria todo e qualquer espaço num processo de longa duração induzido pela dinâmica de capitais cuja escala é o mundo. Essas atividades de extração mineral pautadas em acordos macropolíticos de grande interesse para o capital internacional acabam por desencadear processos de expulsões de populações que ocupam áreas ricas em recursos minerais. Como consequência, instauram-se processos de adoecimento e sofrimento social. Cria-se uma situação de terra arrasada onde pessoas atingidas e expulsas das suas cotidianidades vagam por entre seus sintomas e desejos relacionados à luta e/ou ao luto, a processos desejanter, processos metonímicos de resistência e/ou a capturas sintomáticas construindo refúgios metafóricos entorno de suas perdas. As reflexões desenvolvidas neste texto foram construídas a partir dos escritos de Freud e Lacan tomando-se os registros da psicanálise, principalmente a noção do Real, relacionando-o com os sintomas e adoecimentos dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana. As interseções entre saber, poder e subjetividade desenvolvidas por Deleuze e Foucault subsidiam as análises das relações assimétricas e de dominação entre atingidos, Estado e empresas. O rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG, no dia 05 de novembro de 2015, da mineradora Samarco, Vale, BHP Billiton traz para o debate os efeitos das expulsões, ficam questionamentos sobre as implicações do laço capitalista nos sujeitos e nos territórios.

Palavras-chave: Indústria extrativo mineral; rompimento da Barragem de Fundão/Mariana/MG; expulsão de populações; sofrimento social; psicanálise.

Abstract

In the capitalist economic system, in the case of the extractive-mining industry, ore is resource and commodity and, in this sense, the territory is a commodity. The territory as a space of interest of capital, in the specific case of neoliberal mineral capital, creates any space in a long-term process induced by the dynamics of capital whose scale is the world. These mineral extraction activities based on macro-political agreements of great interest to international capital end up triggering processes of expulsions of populations that occupy areas rich in mineral resources. As a consequence, processes of illness and social suffering are established. A situation of "devastated land" is created where affected people wander through their symptoms and desires related to struggle and/ or mourning, desiring processes, metonymic processes of resistance and/or symptomatic captures building metaphorical refuges surrounding their losses. The reflections developed in this text were built on the writings by Freud and Lacan taking the records of psychoanalysis, mainly the notion of "real", relating it to the symptoms and illnesses of those affected by Fundão Dam. The notions between knowledge, power and subjectivity developed by Deleuze and Foucault support the analysis of asymmetric relationships and domination among the affected people, State and companies. The rupture of the Fundão dam in Mariana/MG on November 5, 2015, of the mining company "Samarco, Vale, BHP Billiton" brings to the debate the effects of expulsions and questions remain about the implications of capitalist ties in subjects and territories.

Keywords: Mineral extractive industry; Fundão dam; Mariana; rupture; expulsion of populations; social suffering; psychoanalysis.



Sobre processos de expulsões e desterritorializações



Nas últimas décadas identificamos como um grande problema da economia política global o surgimento de novas lógicas de expulsão. Refugiados de Guerra, o aumento da população de desempregados, de encarcerados, de sem-teto, de expropriados de seus modos de vida, de desterritorializados, de corpos singularizados por desapropriação, de megaestruturas definindo a ocupação e o esvaziamento dos territórios, o comprometimento do meio ambiente e da biosfera acabam por gerar movimentos de expulsões. A socióloga Saskia Sassen (2016) propõe o estudo dessas expulsões como novos agenciamentos para compreender a lógica sistêmica que vem se afirmando na economia política global a partir dos anos 1980. A busca por mais lucro ocupa o lugar do anseio neoliberal do *welfare state* e está conectada a uma rede de ações e agentes que provocam essas expulsões e as transformam em formações predatórias e processos, muitas vezes, irreversíveis. No sistema econômico capitalista, tendo por recorte a indústria extrativo-minerária, o minério é recurso e capital e, nesse sentido, o território é capital. O território como espaço de interesse do capital, no caso específico do capital mineral neoliberal, produz uma singularidade porque cria todo e qualquer espaço em um processo de longa duração induzido pela dinâmica de capitais cuja escala é o mundo. É nessa seara que as narrativas se inscrevem neste texto, para falar de territórios, populações e de suas expulsões de casa, estando seus destinos engredrados em acordos geopolíticos transacionais macropolíticos, muito além da vida cotidiana das comunidades que habitam essas áreas de grande interesse para o capital internacional.

Sabe-se que o recurso mineral é localizacional e, por isso, no campo da mineração, defende-se a realocação ou mesmo a

Figura 01: Paracatu de Baixo, Subdistrito de Mariana, área atingida pelo rompimento da barragem de Fundão. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão “Narrativas Atingidas”, PROEX, DEARQ/UFOP. 2018.

expulsão das populações que estiverem sobre essas áreas. Em territórios ricos em recursos minerais, o que se observa, via de regra, é o confronto entre o corpo material em luta e o luto de quem reivindica suas terras, além da presença imaterial de um capital transnacional que impera e captura forças. Os agenciamentos micropolíticos cotidianos das populações que reivindicam suas terras, seu direito de ocupar, morar, trabalhar e produzir são colocados em posição contrária a uma presença imaterial de um capital transnacional. Mas o que o capital hegemônico identifica e reconhece é que as terras, muitas vezes ocupadas por povos rurais, negros e indígenas, são ricas em minério em seu subsolo. Para essas comunidades, ocupar essas terras ricas em recursos é definir involuntariamente sua desterritorialização, seu nomadismo. O Direito Minerário brasileiro se sustenta por princípios básicos, sendo um deles, de matiz constitucional, capaz de definir que as riquezas minerais existentes no subsolo são de propriedade da União Federal (CF, art. 20, inciso IX e art. 176, § 1o). No Brasil, a exploração do subsolo possui primazia dos interesses da mineração, sejam eles as áreas a serem lavradas, as cavas, terrenos para construção de equipamentos, vias e depósitos de rejeitos, dentre desses, as barragens[1].

Considerações sobre o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG

No dia 5 de novembro de 2015, a Barragem de Fundão em Mariana/MG, da mineradora Samarco, uma empresa *joint venture* da Companhia Vale e da Anglo Australiana BHP Billiton se rompeu liberando aproximadamente 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração que percorreram aproximadamente 600km entre os rios Gualaxo do Norte, Rio do Carmo e a Bacia do Rio Doce até chegar a foz do Rio Doce em Regência-ES.

Este desastre-crime sociotecnológico afetou e afeta biomas e comunidades da Bacia do Rio Doce. Nesse contexto, populações foram radicalmente desterritorializadas, o que provocou e vem provocando danos sócio-espaciais e ambientais muitas vezes irreversíveis, envolvendo questões relacionadas à perda de moradia, de tradição, de memória, alterações das atividades econômicas e sociais, da saúde mental e física dessas comunidades. Esse evento insere essas populações atingidas em situações de sofrimento social. Essa atividade extrativista, acompanhada de degradação, violência e precarização definem o

Brasil como um país minerador com suas particularidades e nos faz questionar nosso modelo de sociedade e de desenvolvimento. Após quatro anos e nove meses desse desastre, o que se vê é o protagonismo da empresa e a conivência do Estado com relação à execução das reparações, dos reassentamentos ou outras formas de ressarcimentos. O que se percebe é um jogo assimétrico de forças entre atingidos, Estado e empresa. Este desastre sócio-tecnológico mostra a emergência de se enxergar as pessoas colocadas sob o julgo da manutenção e da expansão da exploração mineral no Brasil.

No caso do rompimento da barragem de Fundão, comunidades que nunca tiveram contato com a mineração, hoje são dependentes dela, passaram a se orientar pelas intervenções das empresas, alterando seu cotidiano e tendo que negociar dia a dia seus direitos mais básicos. Essas pessoas perderam suas casas, seu trabalho, sua saúde e hoje vivem à deriva esperando por reparações ou outros processos de ressarcimentos. Suas relações de autonomia foram substituídas pela relação de dependência, típica das localidades onde está presente a atividade minerária. Os primeiros contatos de muitas das populações atingidas pela mineração ocorreram em razão da chegada da lama de rejeitos. Antes desse evento, não mantinham nenhum vínculo com as atividades minerárias. Hoje são dependentes das empresas para morar, para comer, para viver. Com relação às casas, vilas inteiras foram extintas. Muitas dessas pessoas atingidas desde o rompimento moram em imóveis alugados pela empresa, casas essas que nem sempre estão próximas às localidades de onde vieram e que não possibilitam a reprodução mínima de seus modos de vida. Estão em curso constantes processos de desterritorialização que acabam por atualizar a dinâmica de um crime que não termina.

Essas populações de desalojados, de desterritorializados estão em sua maioria associadas a corpos pobres, negros, marginalizados. No contexto da extração do minério no Brasil, é importante aprofundar acerca do conceito de racismo ambiental. Essa noção diz respeito à situação de risco que se encontram populações majoritariamente negras, pardas, indígenas. Há de se reconhecer um efeito desproporcional sobre alguns grupos étnicos em situação de maior vulnerabilização social e/ou econômica. Essas questões estão associadas às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre essas etnias e populações mais vulnerabilizadas, tenham elas ou não intenção explicitamente racista.

O distrito de Bento Rodrigues, com uma população 85% negra, se encontrava a pouco mais de 6 Km da barragem de rejeito de Fundão e a 2 Km da barragem do Santarém; o subdistrito de Paracatu de Baixo, com uma população 80%, negra se situava a pouco mais de 40 Km da barragem rompida; Gesteira, afastada 62 Km da barragem, apresenta 70,4% da população negra, Barra Longa, com 60,3% da população negra, dista 76 Km da barragem. Foram, sobretudo, essas comunidades negras as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos do evento (WANDERLEY, 2015 *apud* ZONTA, M.; TROCATE. 2016. p.33).

Flexibilização de legislação ambiental, sobrecarga das estruturas de barragens, ausência de controle e fiscalização estatal, ausência de alertas sonoros e planos de emergência são alguns exemplos de violências e violação de direitos quando se trata de terras ocupadas por essas etnias.

Associado a essa questão da brutalidade contra os mais pobres, há de se observar que a atividade mineradora, no caso brasileiro, remete-se a situações de trabalho degradante, mortes e mutilações. [...] Num universo de três milhões de trabalhadores da mineração no país, conforme menção da Frente Sindical Mineral (Ação Sindical Mineral, maio 2013), um milhão e meio são terceirizados e apenas quinhentos mil possuem carteira assinada. Para cada dez mortes na mineração, oito são terceirizados. (ZONTA, M.; TROCATE, 2016. p.10-11). Inevitável não associar crimes como este a outros também naturalizados como desapropriações e remoções de populações para a construção de megaempreendimentos imobiliários ou associados à construção de grandes infraestruturas, ou mesmo desertificações justificadas pelo agronegócio... a natureza desses processos é estrutural para a manutenção do sistema. São saberes e poderes sedentários esquadrihando e sobreedificando os territórios à sua exaustão. Genocídio, feminicídio, etnocídio, racismo, especismo...

Entre macropolíticas e arranjos cotidianos

Foucault, em *As palavras e as coisas* (1999), diz que “o poder não vê nem fala, mas faz ver e falar”. O poder não passa por formas e sim apenas por forças. O poder não fala e não vê,

mas faz falar e ver através de agenciamentos de enunciação (expressão) e agenciamentos maquínicos (conteúdo). A menção ao rompimento da barragem como acidente ou crime acaba por definir um posicionamento quanto a quem, de onde, por que e o que se fala, definindo um posicionamento político nesse jogo de forças. Ao fim, a guerra de narrativas ou a disputa pelos nomes atravessada por fluxos de poderes e subjetividades, passa a constituir territórios políticos: na direção de erguer pousadas de acúmulo ou de desbravar campos de luta.

Esse crime não é fato isolado e o que se observa é uma repetição quanto ao tipo de negligência ou às estratégias praticadas pelas empresas do setor da mineração, assim como se repete a inação do Estado. Se relacionarmos o protagonismo da empresa e a inação do Estado identificamos que o financiamento de campanha tem sido uma importante forma utilizada por empresas do grupo Vale para ter influência sobre os políticos eleitos. O setor de extração mineral possui uma relação estrutural com o Estado brasileiro. As empresas mineradoras têm por prática financiar diferentes partidos. Isso quer dizer que, seja qual for o resultado de uma eleição, sabe-se que a Vale SA estará invariavelmente no poder. Os processos de segregação e pobreza são meticulosamente pensados. As minorias são consideradas e devem continuar a ser mantidas como minorias para que o sistema continue em funcionamento. Alguns precisam ter muito pouco, ou quase nada, para que outros tenham em excesso. Dentro desse espectro, é necessário que as condições de vulnerabilidades sejam aprofundadas e se ampliem. Desde o Brasil colônia, a extração mineral molda e configura espaços a seu gosto, sustentando-se em estruturas governamentais que promovem o capitalismo e que têm na exploração de recursos minerais uma de suas bases de reprodução.

Se o minério é capital, o território é capital. Essas associações circulam nas escalas macropolíticas assim como nas esferas dos arranjos cotidianos. Nas terras forjadas a minério de ferro, são registrados números crescentes dos chamados filhos das minas, crianças fruto de relações que duram o tempo do contrato dos trabalhadores que vivem nas cidades/vilas mineradoras e que depois retornam as suas cidades de origem deixando essas crianças órfãs de pai.

A subjetividade macropolítica e o pensamento dominante criam regras e padrões. Constituem-se por processos de construção de lugares que pressupõem a ação da racionalidade

e uma conseqüente adaptação ao estado do tempo e do espaço realizada de forma ordenada e repetitiva, estabelecida por diretrizes que, por sua vez, seguem normas e regras previamente definidas por saberes, poderes e subjetividades já reconhecidas. A racionalidade da padronização cria a civilidade, e o direito permite a industrialização da produção e cria mais eficiência nos processos, o que, por sua vez, permite a contínua aceleração desses mesmos processos. Racionalidade, cientificismo, homogeneidade, padronização, serialização geram uma ética e uma estética comum às situações de formalidade, centralidade e de riqueza das subjetividades hegemônicas. O padrão cria uma estética marcante nos espaços que são bem servidos pelas políticas públicas e privadas, pelas redes informacionais, pelas infraestruturas.

A construção e exploração de territórios minerados na atualidade são fundamentadas a partir desses conceitos de racionalidade, cientificismo, padronização e são produzidos segundo investidas de poderes e saberes de natureza macropolítica, produzidos pela subjetividade dominante. Essas investidas criam terras planejadas, modelizadas por saberes sedentários e foi nesses mesmos territórios controlados que o jorro de rejeito de minério se deu atingindo um percurso de mais de 600KM de terras e comprometendo a vida de mais de um milhão de pessoas.

Foucault (1979), discute que a economia política e a história econômica nos fornecem instrumentos para compreender as relações de produção, a linguística e a semiótica, as relações de sentido, mas quanto ao poder, só dispomos de instrumentos para compreendê-lo de um ponto de vista jurídico (o que legitima o poder?) e institucional (o que é o Estado?), mas não para compreendê-lo enquanto “técnica de subjetivação”. Essas especulações estão calçadas no questionamento específico das relações intrínsecas entre saber-poder-verdade. Foucault insistirá que não há verdade fora do poder ou sem o poder, pois toda verdade gera efeitos de poder e todo poder se ampara e se justifica em saberes considerados verdadeiros. O poder funciona na base da incitação, do reforço, do controle, da vigilância e visando à otimização das forças que submete. O poder é destinado a produzir as forças que lhe interessa, ordenando-as e fazendo-as crescer.

Diante dos processos de expropriação dos atingidos, no caso de Fundão, interessa investigar frente a constituição e divulgação de saberes em discursos qualificados como verdadeiros e

a correlata desqualificação de outros (o eixo da verdade), bem como vinculação entre a dimensão discursiva e a esfera extradiscursiva ou as práticas sociais com a consequente conexão entre a ordem da verdade e os regimes de poder (o eixo do poder). Entrelaçam-se na construção das formas de pensar o exercício específico do saber, o exercício do poder que permeia esse saber (na composição de diagramas de forças) e os processos de subjetivação em jogo. Na visão foucaultiana, “o poder não vê nem fala, mas faz ver e falar”. Ver e falar encontram-se vinculados às relações de poder que resultam de forças móveis que se dissipam e que não se encontram do lado de fora dos saberes (estratos), mas são o seu lado de fora. Ver e falar são formas de exterioridade, o pensamento se orienta para um lado de fora que não possui forma. Ver é pensar, falar é pensar, mas o pensar opera na disjunção, no interstício entre ver e falar. Entre o poder e o saber há uma diferença de natureza – são elementos heterogêneos, mas mantêm uma pressuposição recíproca e capturas mútuas. O poder não passa por formas, mas apenas por forças. O poder não fala e não vê, mas faz falar e ver através de agenciamentos de enunciação (expressão) e agenciamentos maquínicos (conteúdo).

No desastre de Fundão, o sistema dos saberes e subjetividades macropolíticas estaria em questionamento se essa máquina de produção de sentidos não estivesse tão bem equipada do ponto de vista do poder. A associação entre essa tríade faz com que um crime dessa amplitude seja minimizado pelo judiciário e naturalizado por um conjunto considerável da sociedade ou mesmo que a natureza seja responsabilizada pelo evento. Em nome de uma certa noção de desenvolvimento e progresso, uma legião de desalojados vai se configurando: Mina Córrego do Feijão, Fundão, Santarém, Germano, Herculano, Rio Pomba, Macacos, Fernandinho, Belo Monte, Tucuruí, Furnas, Itaipú...

Mas os saberes científicos atrelados aos macropoderes e a subjetividade molar teriam mesmo falhado? O rompimento da barragem de Fundão marca, em nosso país, o fim do megaciclo das *commodities* que ocorreu durante a primeira década dos anos 2000. Este megaciclo está associado ao período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minério tiveram um grande aumento – período no qual o Brasil ocupava o segundo lugar como país exportador de minério no mundo. Nesse período aprofundou-se a dependência do Brasil com relação ao setor minero-exportador. O mercado de minério, em geral, possui um caráter cíclico e, a partir de 2011, o que se viu

foi uma queda no preço do minério de ferro. Estudos e dados indicam uma associação entre rompimentos de barragens de rejeitos e os ciclos econômicos da mineração. Existem indícios, principalmente relacionados ao aumento significativo dos acidentes de trabalho, que a crescente pressão de investidores pela manutenção dos níveis de rentabilidade antes alcançados tenha causado uma intensificação no processo produtivo e, possivelmente, negligência com relação aos aspectos de segurança.

Saber, poder e subjetividade são indissociáveis, mas interessa saber que tipo de poderes e subjetividades estão em jogo. Se são poderes molares e macros que trabalham enquanto hegemonia, no sentido de manter a reprodução de saberes em zona de tranquilidade, ou se são forças moleculares na direção de desestabilizá-los. Deleuze (1998) refere-se ao aparelho de estado como um agenciamento concreto que efetua a máquina de sobre-codificação de uma sociedade. Essa máquina, por sua vez, não é o próprio Estado; é a máquina abstrata que organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas e os saberes dominantes, as ações e sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem sobre os outros. A máquina abstrata de sobre-codificação assegura a homogeneização dos diferentes segmentos, sua convertibilidade, sua traduzibilidade, ela regula as passagens de uns nos outros, e sob que prevalência. Esta não depende do Estado, mas sua eficácia depende do Estado como do agenciamento que a efetua em um campo social. Deleuze (1998) continua dizendo que os indivíduos ou grupos são feitos de linhas, e tais linhas são de natureza bem diversa. A primeira espécie de linhas que nos compõe é segmentária, de segmentaridade dura, molar (ou antes, família, profissão, trabalho, escola). Todas as espécies de segmentos são bem determinados, em todas as espécies de direções e nos recortam em todos os sentidos, pacotes de linhas segmentarizadas. Ao mesmo tempo, temos linhas de segmentaridade bem mais flexíveis, de certa maneira moleculares. Não que sejam mais íntimas ou pessoais, pois elas atravessam tanto as sociedades e os grupos quanto os indivíduos. Estas traçam pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas ou impulsos: não são, entretanto, menos precisas; elas dirigem até mesmo processos irreversíveis. As máquinas de guerra seguem as linhas de fuga vindas do deserto, do fundo da estepe e penetrando no Império.

Nas terras arrasadas pela lama, vemos o jogo/jorro assimétrico

de poderes. Em escalas diferentes ouvimos os ditos da empresa atreladas ao estado e nessa paisagem desértica, sem gente, sem planta, sem rio e sem bichos ouvimos os gemidos daqueles que perderam tudo. Existe em curso uma blindagem do Estado Empresa com todos os mecanismos e aparelhamento que a subjetividade molar oferece, bem como o lamento e a luta de um povo sem Estado ou com um Estado com particularidades que o desvia de sua função. As casas caíram e junto delas um projeto de Estado de Direito. O que vem à tona em Fundão, bem como em outras terras atingidas é a assimetria de forças entre o aparelho de Estado e as Máquinas de Guerra. Essa situação de violência continuada cria, além de corpos desalojados e em espera, corpos adoecidos.

Notas sobre o Real

Estudos apontam que os impactos de desastres, como o de Fundão, afetam de forma distinta a saúde dos atingidos, com efeitos que variam de curto a longo prazo, a depender da vulnerabilidade socioeconômica e ambiental do território. (ALDERMAN, K, TURNER, R, TONG, S., 2012). A curto prazo, em Mariana, configuram os dias que seguiram ao rompimento da Barragem e as missões de resgate que duraram aproximadamente 15 dias: além de oficializar as 19 mortes, registram-se ferimentos leves, graves e mortalidade. Em um segundo momento, observa-se o surgimento de doenças transmissíveis e contagiosas pela exposição dos atingidos a contaminação, como dengue, diarreia, lesões de pele e doenças respiratórias, oriundas da contaminação pela lama tóxica e ocorre ainda a intensificação de doenças não transmissíveis, sendo a principal delas, a hipertensão. A longo prazo, os impactos na saúde são relacionados a doenças não transmissíveis como doenças crônicas e cardiovasculares e os transtornos mentais. (FREITAS, 2014).

No caso de Mariana, o diagnóstico do PRISMMA[2] (2018), indica que a prevalência de transtornos mentais relacionados ao estresse, como a depressão aparece em 28,9% da população avaliada, o transtorno de ansiedade generalizada em 32%, o transtorno de estresse pós-traumático em 12% e o risco de suicídio em 16,4%. A prevalência de depressão encontrada, por exemplo, é cinco vezes maior do que a descrita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a população brasileira. O relatório do PRISMMA conclui que a população afetada pelo rompimento

da barragem de Fundão em Mariana está extremamente vulnerabilizada quanto à saúde mental. O sentimento de angústia profunda é algo generalizado, com a perda de seus modos de vida, território, conexões sociais, trabalhos. O momento da perda é revivido cotidianamente, com a morosidade nos processos de reparações, que, associado às incertezas e violações de direitos, pode aumentar os índices de transtornos da saúde mental.

Às vezes, a gente vai na prefeitura e, na prefeitura, mandam a gente pra Renova, aí mandam na prefeitura de novo. Ficam empurrando. Eu tomava um remédio, agora, eu tomo nove, e, se eu não tomar, não sou ninguém. Minha família que me ajuda a comprar, porque, aqui em casa, ou a gente come ou toma remédio. A empresa chegou a prometer os remédios pra mim, mas não deram. Entreguei meus documentos [para Renova/Samarco], laudo médico, e os papéis sumiram. (Rosana Aparecida Pinto, Sirene ed. 24 05/03/2018)

Quase cinco anos após o desastre crime em Mariana quase nada foi feito no sentido de se reparar minimamente os atingidos dos danos a eles causados. Cria-se uma imagem de terra arrasada, expulsões, onde pessoas atingidas vagam por entre seus sintomas e desejos relacionados à luta e/ou ao luto, a processos desejantes, processos metonímicos de resistência ou a capturas sintomáticas construindo refúgios metafóricos entorno de suas perdas.

O rompimento de Fundão pode ser entendido como a irrupção do Real no sentido psicanalítico do termo. Tomando a passagem de 60 milhões de metros cúbicos de lama de rejeito de minério sobre pessoas, animais, rios, vilas inteiras a uma altura média de 15 metros em fração de segundos, arriscamos tomar esse fato como um contato dessas populações atingidas com o Real para depois tentar simbolizar das mais diferentes maneiras... pela via do desejo e/ou pela via do sintoma.

O Real, uma categoria estabelecida por Lacan, só pode ser entendido em conexão com as categorias do Simbólico e do Imaginário. Lacan introduz esse ternário no campo analítico durante sua conferência intitulada *O simbólico, o imaginário, o real*, pronunciada em 1953, durante a abertura das atividades da Sociedade Francesa de Psicanálise (Société Française de Psychanalyse). Nessa conferência Lacan apresenta a

confrontação destes três registros, que se trata dos registros essenciais da realidade humana, registros bastante distintos.

Nessa perspectiva, o Real é definido como o que escapa ao simbólico, o Real não pode ser nem falado nem escrito. Assim, está relacionado com o impossível, definido como “aquilo que nunca deixa se escrever em si”. E porque não pode ser reduzido ao significado, o Real não se presta facilmente à representação imaginária unívoca. O Real situa o simbólico e o imaginário em suas respectivas posições. No *Seminário III* Lacan nomeia o Real como o que volta sempre ao mesmo lugar, como os astros, as estrelas. Aqui também, o Real vai ser por ele definido como o que escapa à simbolização: “na relação do sujeito com o símbolo, há a possibilidade de que alguma coisa não seja simbolizada, que vai se manifestar no Real” (LACAN, 1992). O simbólico estrutura a realidade e, como consequência, o sujeito só tem acesso ao mundo na medida em que, além do imaginário, das significações, ele faz uso do significante. Lacan define o Real como sendo da ordem do impossível. O Real não é um contínuo opaco, ele é feito de cortes. Trata-se, então, da relação do sujeito entrando no corte, num acontecimento denominado de Real, mas que não é simbolizado por nada. Vê-se, aqui, que o Real é da ordem da Coisa. Nesse campo, pode-se relacionar o momento da passagem da lama como o contato com esse Real que não é simbolizado, com esse corte. Os processos posteriores relacionados ao luto e à luta destas populações estariam associados aos processos de simbolizações.

Segundo a formulação freudiana de 1924, é Real não o que é encontrado, mas o que é reencontrado. Se é verdade que o Real tem de ser reencontrado, e que, para um sujeito histórico, o objeto de desejo é por essência o objeto perdido, a “primeira” pessoa provedora, cuja repetição está consequentemente vedada, esse Real se definirá precisamente como o impossível.

No campo da psicanálise, a relação do sujeito com a ordem simbólica ou com os processos de subjetivação é marcada por uma falta a ser. O ser que os processos de subjetivação conferem ao sujeito é marcado pela falta. Por isso, diz-se em psicanálise que se trata de um processo de mortificação, uma vez que tudo que constitui o sujeito – marcas, nomes, registros – não vem dele, mas dos processos de subjetivação anteriores ao próprio nascimento desse sujeito. Nessa perspectiva, o sujeito é mortificado pela falta a ser, uma vez que se constitui a partir do campo do grande Outro, da cultura. Por outro lado, os restos

que se furtam à simbolização significativa vêm completar o sujeito do corpo mortificado e acabam por atribuir singularidade aos sujeitos. Em psicanálise diz-se que o resto, que não é propriamente simbolizado, tem a ver com o desejo, ou seja, com o que é mais singular para um sujeito. O que se busca, por meio do desejo, uma vez subjetivado pela falta a ser é um pouco mais de ser. O desejo manifesta-se como vazio que tende para fora de si em busca de preenchimento, ou do restante, que falta. A psicanálise refere-se ao desejo como que nascido de uma perda irreparável do objeto proibido pela censura (ou pela Lei, instância simbólica). Nesse sentido refere-se ao desejo como uma busca indefinidamente repetida dessa perda que não cessa de ser presentificada por outros objetos, sob aspectos aparentemente irreconhecíveis.

Nessa direção sob o signo da falta, o desejo tem seu objeto como algo irrecuperavelmente perdido. Daí, a procura indefinidamente repetida e o encontro com a perda, que não cessa de manifestar-se por meio de objetos substitutivos. Por isso, diz-se que a dimensão do desejo não se confunde com a das necessidades nem com os objetos da realidade, mas leva a um sistema de signos que se referem à cadeia significativa ou aos objetos alusivos ao objeto perdido. Com a psicanálise, observa-se que o processo de busca por satisfações substitutivas é entranhado no inconsciente e percorre a vida das pessoas. Freud considerava o desejo inexorável e indestrutível. O caráter de repetição representado pela busca indefinidamente repetida dessa perda não cessa de ser presentificada por outros objetos, atribuindo ao desejo o estatuto de um denominador comum e mostrando que ele se depara sempre com faltas. O desejo se mantém, o que passa por transformações é a forma pela qual um sujeito, diferenciando-se dos outros, vê essa falta. Uma vez que o desejo diz da busca por um objeto perdido, resta saber como se realiza essa busca. Essa consiste em uma série de transfigurações pelo objeto perdido, estando associada a uma falta primordial. O que parece ser a busca de um objeto é a busca por uma falta, marcha prospectiva ao infinito do desejo. Trata-se da dimensão metonímica do desejo, em que um significante se desloca para outro, em relações infinitas, mas entorno do vazio deixado pelo vazio do objeto perdido.

Ao abordar o desejo como a sobra ou o resto da ação simbolizadora, mas que se revela por meio da cadeia significativa, pode-se dizer que não cabe entender o desejo como desarranjo do instinto, mas como uma particular subversão através de

sua articulação simbólica, que é o que constitui a dimensão do desejo como estando sempre em um outro nível com relação ao plano da necessidade concernente ao instinto. O desejo, no que diz respeito à subversão do instinto, em sua articulação com o registro simbólico, não se satisfaz, como a necessidade, com a obtenção deste ou daquele objeto em particular. Sob essa abordagem, pode-se abolir o ponto de vista naturalista ou biológico, que trata o desejo como apetência de satisfação de uma necessidade; ele é indestrutível e diferente de qualquer satisfação de necessidade. Nessa direção, o desejo não se satisfaz pelo consumo de algo, ele está articulado a uma busca e se insere no discurso inconsciente do sujeito.

Na perspectiva psicanalítica, o desejo, vinculado à cadeia significante, emerge na vida das pessoas pela repetição. Invariabilidade e variabilidade marcam as relações do sujeito com o desejo: invariabilidade do objeto perdido, causa do desejo; e, variabilidade dos inúmeros objetos que circundam essa perda. O desejo caracteriza-se paradoxalmente, pela permanência, mas também é mobilizado metonimicamente pelos imprevistos. A permanência refere-se à imutabilidade do desejo. Afinal, o objeto causa do desejo é permanente. O aspecto metonímico destaca-se pelas transfigurações que o objeto do desejo sofre nas tentativas de cada um se satisfazer.

A falta causada pelo objeto perdido é que, segundo a psicanálise, atrai o sujeito que, por sua vez, responderia a um momento míticamente passado. O desejo, então, se faz pela construção de uma temporalidade, caracterizada pelo movimento de retroação, e não simplesmente por um movimento de acoplamento do tempo numa sucessão linear. O desejo constitui-se como temporalidade e se associa à memória, desligando-se do dado presente e encontrando mediações que o remetem ao ausente. Ligado ao traço da memória, o desejo busca realizar-se pela reprodução alucinatória das percepções antigas nas percepções presentes, que se tornam, pela via da substituição, sinais precários de sua satisfação. (CHAUÍ. *In*: NOVAES. (Org).1997. p.25.). A relação do passado não implica na reconstrução da história do sujeito, mas se trata de recuperar aquilo que ficou inscrito no sistema simbólico e que conta eficazmente para o sujeito. A relação do desejo com a historicidade do sujeito não remete ao passado como totalidade ou dimensão factual, mas tem como objetivo recuperar um elemento que foi perdido no encadeamento da história simbólica do sujeito. A relação do desejo com o passado implica em recuperar o passado reprimido que está organizado

em função de um sistema simbólico. Os movimentos de retroação do desejo em relação à historicidade do sujeito articulam-se à repetição característica da operação do desejo. Aquilo que insiste e retorna é mobilizado na tentativa do acesso ao objeto perdido. As transformações sofridas pelo objeto sustentam-se na movimentação de significantes que se repetem, deslocam-se e substituem-se na movimentação de significantes que se repetem, deslocam-se e substituem-se, remetendo sempre aos acontecimentos marcantes da história do sujeito. O movimento ininterrupto e atualizado da cadeia significante é responsável pela força da atividade desejante. O movimento dessa cadeia acompanha, preserva e alimenta o desejo.

O sujeito predeterminado pela ordem simbólica pelo nome que recebe ao nascer, pelo legado familiar e pelas heranças sócio-culturais que o situam no mundo, é focalizado, com Lacan, enquanto falado antes de falar: ele é o que se diz dele e, até mesmo antes de chegar ao mundo, já está predeterminado pelos atributos simbólicos que a cultura lhe confere. Com Lacan, o sujeito é sempre determinado pelo Outro: é falado a partir do lugar do Outro, a partir do campo da linguagem. O Outro de que se fala não é o próximo, o semelhante, mas o conjunto de referências simbólicas que dizem respeito ao sujeito, ou seja, à cultura. Dizemos que a ordem simbólica, a cultura, constitui o registro do reconhecimento. O Outro simbólico diz respeito ao lugar que representa a ordem dos significantes que estão em relação de exterioridade com o sujeito. Já que o desejo diz do mais particular do sujeito, e, uma vez que está metonimicamente articulado à cadeia significante, ao manifestar-se, usa dos significantes e revela as singularidades de cada um. Nessa perspectiva, por meio da construção simbólica, da linguagem, o sujeito depara-se com a revelação e reconhecimento do desejo. O desejo inscreve-se e é revelado por meio da linguagem da cadeia significante em que o sujeito, ao longo de sua história pessoal, manifesta relação com suas privações. Em psicanálise, diz-se que a relação do desejo com a cadeia significante é marcada por manifestações inconscientes. Consequentemente, nessa dinâmica inconsciente, o desejo corrompe a estrutura neutra da cultura por meio do não idêntico, construindo singularidades.

A psicanálise, porém, diz que andar às voltas com o desejo pode ser, também, não sustentá-lo, ou seja, afastar-se dele ao dirigir-se para o lado oposto. Freud desenvolve a formulação, retomada mais tarde por Lacan, de que o inconsciente tem duas maneiras de manifestar-se com relação as proibições que acometem a

vida do sujeito: o deslocamento e a condensação. Tratam-se de duas possibilidades de articulação entre os significantes que nos remetem, respectivamente, ao desejo e ao sintoma.

O movimento metonímico do desejo caracteriza-se pelo deslizamento de significantes que se repetem e deslocam-se, remetendo o sujeito aos acontecimentos marcantes de sua vida e do seu desejo. O que retorna e insiste, por meio da dinâmica metonímica ou do deslizamento de significantes, é a presença do objeto perdido. É importante lembrar que o movimento ininterrupto e atualizado da cadeia signifiante é responsável pela atividade desejante.

O sintoma, por sua vez, caracteriza-se pela condensação de significantes, pela substituição de um signifiante por outro, numa operação que, no âmbito da linguagem, refere-se à metáfora. Assim, no sintoma, o desejo acaba por se resvalar, em função de satisfações substitutivas, que tentam escamotear que o objeto do desejo é, fundamentalmente, um objeto perdido. Por isso, pode-se conceber, no sintoma, um desejo que não se sustenta.

Michel Foucault, em *Nascimento da Clínica* (1979) refere-se ao sintoma a partir da linguagem. Ele parte de uma análise linguística do sintoma, definindo-o como signifiante cujo significado é a doença. O sintoma é a forma como se apresenta a doença, de tudo que é visível, ele é o que está mais próximo do essencial; ele é a transcrição primeira da inacessível natureza da doença. Os sintomas deixam transparecer a figura invariável, um pouco em recato, visível e invisível da doença. A doença como algo da órbita do invisível é tornada transparente pelo sintoma. Esses deixam transparecer algo inaparente que é necessariamente um estado patológico determinado. O sintoma é, portanto, um fenômeno que, por definição, opõe-se ao estado de saúde. Para a medicina, o significado do sintoma como signifiante é sempre patológico (QUINET, 2000, p.118). O sintoma médico se vincula a outros sintomas cujo conjunto define a doença. Na sua articulação signifiante com outros sintomas acaba por fazer a doença. Como para a medicina, também a psicanálise entende o sintoma como um signifiante, porém não necessariamente com o significado patológico. Para a psicanálise, o sintoma como signifiante é um sinal do sujeito. O sintoma para a psicanálise não revela a verdade de uma doença orgânica, o que não quer dizer que não revele uma verdade, a verdade do sujeito do inconsciente. O significado de um sintoma para a psicanálise não

é a patologia. Esse, para a psicanálise, só pode ser considerado patológico por se referir ao pathos como padecimento do sujeito, já que ele padece da estrutura da linguagem. O sintoma revela esse padecimento. (QUINET, 2000, p.120).

O trauma, como o real vivido, está presente na teoria do sintoma formulada por Freud. Se o sintoma não está na base da doença, como na medicina, nem por isso deixa de falar a verdade: o sintoma fala a verdade do sujeito. Ele faz sofrer, é o que faz que as coisas não circulem, não funcionem. O sintoma, diz Lacan, é o signifiante de um significado recalçado da consciência do sujeito. Símbolo escrito na areia da carne, ele participa da linguagem pela ambiguidade semântica sublinhada em sua constituição. O sintoma-símbolo indica sua constituição metafórica.

O sintoma é um símbolo da verdade do sujeito que não é indelével, pois está escrito na areia da carne, sendo, portanto, movediço, para lê-lo é necessário saber ler na areia, pois ele está à vista e não enterrado. O sintoma escrito na areia da carne está aparente, mas sua verdade é escamoteada na medida que sua constituição utiliza a propriedade da equivocidade do signifiante. Podemos então dizer que o sintoma constitui um monumento histórico, um marco da história do sujeito, ele é uma mensagem histórica da alienação do sujeito aos significantes do Outro. (QUINET, 2000, p.120).

Uma questão importante a ser constatada é que o sintoma possui sentido. Ele vela e desvela algo que o sujeito considera como uma mensagem endereçada a ele, fazendo parte de sua verdade. A psicanálise refere-se ao sintoma como um semidizer porque participa do enigma da verdade, ou seja, mesmo quando decifrado contém algo que continua velado ao sujeito. Mas, a que se refere um sintoma como um Real bem dito? Não seria um paradoxo falar de um Real dito, se o Real se caracteriza pelo impossível de ser dito? Segundo a psicanálise o bem dizer do sintoma é um dizer de verdade que toca o Real, é um dizer sobre o núcleo irreduzível do real do sintoma. O sintoma é definido por Lacan nos anos 1950 a partir do simbólico e nos anos 1970, a partir do Real, quando ele afirma que é do Real que se trata o sintoma.

Lacan aborda três faces do Real. O Real é o que retorna sempre ao mesmo lugar; o Real é definido a partir da modalidade lógica

do impossível, onde podem ser identificados dois tipos de impossíveis: o impossível de representar pois, não há como se atingir o Real pela representação, e o impossível do universal, posto que, se é impossível universalizar o Real, universal e Real se excluem. Do Real, somente o particular. Para Lacan, a terceira face do Real é o sintoma, o Real na medida que se coloca em cruz para impedir que as coisas funcionem, circulem, no sentido em que elas dão conta por si mesmas de maneiras satisfatórias. O sintoma, como impedimento ao andamento satisfatório do sujeito. Lacan continua: o sintoma como singularidade do sujeito, ou seja, é pela vertente do Real de seu sintoma que cada um afirma sua particularidade. O Real é aquilo que no sintoma resiste à interpretação, ou seja, o que não é do campo do sentido. Lacan afirma que o sintoma tem significação real.

O neoliberalismo interage com a Psicanálise numa via de mão dupla: as novas relações econômicas e sociais atuam sobre o sujeito, provocando o aparecimento de novos sintomas. Mas ficam questionamentos sobre os efeitos do laço capitalista no sujeito e nos territórios.

O rompimento de Fundão cria novas relações entre sujeitos, entre esses com seus corpos, com a produção de uma terra morta e com corpos adoecidos.

O luto tem sido uma necessidade de ritualizar a perda ao longo da bacia do Rio Doce. Essas marcações têm se dado na perspectiva do sintoma manifestando-se como doença ou não, mas com um dizer de verdade que toca o Real. Há de se reconhecer um território em luto e adoecido desde o dia 05 de novembro de 2015, quando as ecologias mental, social e ambiental continuam a passar por contínuos processos de violência e violação de seus direitos de existir. Mas há também de se reconhecer que esses mesmos povos expulsos são corpos desejantes e em luta. O desejo enquanto positividade, o inconsciente enquanto máquina, produzindo, conectando e ecoando resistências. O inconsciente é uma substância a ser fabricada, a fazer circular, um espaço social e político a ser conquistado. (PÁL PELBART, 2003, p.153-154). Nessa perspectiva, os povos em guerra do Vale do Rio Doce exercem suas possibilidades de desejar, lutar, resistir para mais uma vez territorializar, reassentar seus modos de existência. O desafio da sociedade brasileira diante do desastre da barragem de Fundão seria, dentre outras pautas, contribuir para reverter os processos de esquecimento e de naturalização dessas vias de expulsões predatórias.

Notas

1. Uma barragem de rejeito é uma estrutura de terra construída para armazenar resíduos de mineração, os quais são definidos como a fração estéril produzida pelo beneficiamento de minérios, em um processo mecânico e/ou químico que divide o mineral bruto em concentrado e rejeito. O rejeito é um material que não possui maior valor econômico, mas para salvaguardas ambientais, deve ser devidamente armazenado. Disponível em: < <https://organicsnewsbrasil.com.br/meio-ambiente/o-que-e-barragem-de-rejeitos/>>. Acessado em: 26 de novembro de 2018.
2. PRISMMA - Diagnóstico de Saúde das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidades e Saúde – NaVeS UFMg e com o apoio da Faculdade de Medicina da UFMG, Departamento de Saúde Mental, a pedido da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. A Cáritas Regional MG é a responsável pela Assessoria Técnica dos Atingidos e Atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.

Referências

- ALDERMAN K, TURNER LR, TONG S. Floods and human health: A systematic review. **Environment International**, 2012: 37- 47.
- CHAUÍ, Marilena. Laços do desejo. *In*: NOVAES, Adauto (Org.). **O desejo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990: 19-66.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**, São Paulo: Escuta, 1998. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Trad. Roberto Machado.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Trad. Salma Tannus.
- FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979. Trad. Roberto Machado.
- FREITAS, Carlos Machado de *et al.* Desastres naturais e saúde: uma análise da situação do Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**. 2014.
- MILANÊZ, Bruno. LOSEKANN, Cristiana. (Orgs). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.
- PÁL PELBART, Peter. **Vida Capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- PRISMMA: **Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana** / Maila de Castro Lourenço das Neves *et al.* organizadores. – Belo Horizonte: Corpus, 2018
- QUINET, Antônio. **A descoberta do Inconsciente**: do desejo ao sintoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Terra e Paz, 2016.
- ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.) **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton. Marabá: Editorial Iguana, 2016.

***Monique Sanches Marques** é doutora em Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia/ PPG-AU/UFBA com período sanduíche em Paris, França, alocada no LAIOS/ CNRS/ Centre National de la Recherche Scientifique (L'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales/EHESS), mestre em Teoria e Prática do Projeto de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais EAUFMG/ NPGAU, graduação em Arquitetura e Urbanismo. Professora Associada do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFOP (Univeridade Federal de Ouro Preto). E-mail: monique.marques@ufop.edu.br

A porosidade dos novos mecanismos de regularização: a territorialização do Habite-se em Ribeirão Preto

The porosity of the new regularization mechanisms: the territorialization of the habitation in Ribeirão Preto

Camilla Massola Sumi, Érika Moretini, Pedro Plácido Teixeira,
Thiago Pizzo Scatena, Victor Rüegger Lucredi*

Resumo

Este artigo parte da hipótese que os fazeres do acesso a moradia e terras no Brasil apresentam-se em uma perspectiva histórica por meio de um ilegalismo transgressor e coletivo, tensionado pelas facetas do Estado os interesses do mercado e de outros agentes. Através da análise do conceito de “aventura das palavras” — no sentido de revelar algumas das porosidades existentes entre as questões habitacionais e, sobretudo, na regularização do solo urbano — busca-se construir um entendimento que visa confrontar as tensões institucionalizadas pelo Poder Público, seus articuladores e suas possíveis ressonâncias sobre o território. Para tanto, delimita-se um panorama das políticas públicas habitacionais e a formação de um imaginário popular do “sonho da casa própria” e do direito à moradia, incorporando os potenciais impactos das extensões da nova Lei de n. 13.865, de 8 de Agosto de 2019. A regra instituída dispensa o Habite-se, um instrumento técnico que dimensiona a habitabilidade mínima e adequada para regularização habitacional, entre outras condicionantes, em área ocupada predominantemente por população de baixa renda. Assim, para configurar esses poros, por meio de um levantamento de sua constituição territorial, tem-se como delineamento o estudo de caso do município de Ribeirão Preto (SP), cidade sede da região metropolitana no interior paulista.

Palavras-chave: Habitação; regularização; Habite-se; aventura das palavras; porosidades.

Abstract

This article has as its hypothesis the idea that making access to housing and land in Brazil in a historical perspective goes through a transgressive and collective illegalism, tensioned by the State, the interests of the market and other agents. From the analysis of the concept “adventure of words” — in the sense of revealing some of the porosities that exist among housing issues and, above all, the Urban Land Regularization — this work seeks to build an understanding that aims to confront the institutionalized tensions by the State, its articulators and their possible resonances on the territory. To this end, it delimits an overview of public housing policies and the formation of a popular imaginary related to the “dream of owning a home” and the right to housing by the potential impacts of the new Law n. 13,865 / August 8, 2019. The established rule does not require the “Habite-se”, a technical instrument that measures the minimum and adequate habitability for housing regularization, among other conditions, in an area occupied predominantly by low-income population. Thus, we present a case study in the municipality of Ribeirão Preto (SP), the headquarters city of the metropolitan region in inland São Paulo, through a survey of its territorial constitution.

Keywords: Housing; regularization; Habite-se; adventure of words; porosities.



1. Porosidades entre o legal e ilegal

A análise de questões habitacionais ligadas a ideais como o “sonho da casa própria” e dispositivos regulatórios como o Habite-se — noções desenvolvidas ao longo deste artigo — pode revelar porosidades no âmbito do acesso a moradia e terras no Brasil. Através do pensamento da professora Hélène Rivière D’Arc (2012) coloca-se, como a mesma destaca na hipótese de seu artigo, que esse acesso por parte dos mais pobres durante muito tempo baseou-se em um ilegalismo transgressor e coletivo. Segundo a autora, as formas pelas quais se dão as disputas pela cidade são historicamente determinadas e a construção de saberes e práticas que movimentam as ações sociais são resultado deste processo.

As disputas em questão estão relacionadas ao processo de constituição da sociedade baseado no clientelismo paternalista, que forjou um sistema próprio de relações de poder entre os indivíduos e, por conseguinte, impossibilitou e/ou dificultou o acesso à justiça e à efetivação de direitos. Esse processo resultou no que Hélène Rivière D’Arc (2012) chama de *savoir-faire*, ou um método fundado na experiência, que no Brasil foi construído, em grande medida, pelo contingente de pessoas que migraram para as áreas urbanas desde a abolição da escravidão e chocaram-se com a absoluta ausência de ações políticas que favorecesse e possibilitasse o acesso ao espaço urbano e à moradia por parte da população pobre vinda do campo, em sua maioria, composta por ex-escravos em condições precárias de vida.

Contudo, a partir dos anos 1950, com o desencadeamento de processos de uma urbanização desenfreada na América Latina, no caso brasileiro, houve o alastramento dos loteamentos legais, ilegais e clandestinos, executados pelos modos mercantis dos loteadores ou grileiros até a Lei 6766/1979[1]. Nesse período ocorreu a criação de um florescente mercado imobiliário e o surgimento de sistemas de financiamento habitacional, que atendiam, majoritariamente, aos assalariados do circuito formal de trabalho; sendo paralelamente, por outros modos de operação, um mecanismo de manutenção de um mercado ilegal. Dessa maneira, o ápice da implosão urbana posterior, nos anos 1975-1990, evidenciou nos territórios urbanos o *savoir-faire*, uma vez que o *modus operandi* que aparece nas invasões e ocupações é resultado do processo histórico de constituição das cidades brasileiras; ou seja, o método ou *savoir-faire* brasileiro também faz parte do surgimento das favelas. Assim, segundo a autora,

“*savoir-faire* são os motores da ação dos grupos de migrantes, pessoas por vezes auto-organizadas, mas com rendimentos extremamente baixos” (RIVIÈRE D’ARC, 2012, p.312).

Ainda, em comparação feita entre a Cidade do México e São Paulo, a autora evidencia a diferença entre elas no que diz respeito à história da ocupação dos espaços urbanos para moradia. Enquanto no México, os movimentos se estruturaram enquanto reação a espaços legais pré-existentes mas que não atendiam a todas as demandas, configurando-se a partir de uma “herança regulamentar”; em São Paulo (e no Brasil), a ausência de legislação possibilitou que as reivindicações e lutas se dessem ante ao vazio da ação do Estado, e os movimentos sociais constituíram-se a partir de uma “herança libertária” e contavam apenas com eles próprios para garantir a visibilidade de seus direitos “sob o risco de ilegalidade institucional” (RIVIÈRE D’ARC, 2012, p. 316).

Cabe colocar que os territórios de ilegalidade não estão presentes somente entre os mais pobres. É bastante comum grupos abastados se apropriarem do solo urbano para variados fins, que não são de interesse do controle midiático e que possuem diferenciação perante a aplicação da lei e do uso linguístico: invasão e ocupação transformam-se em apropriação. Considerando que certos movimentos e atitudes do processo de ocupação do solo urbano remetem à história anarquista e libertária, sobretudo no que diz respeito a formas ‘ilegais’ de acesso à habitação, pode-se caracterizar que a ação dos movimentos de invasão e ocupação por moradias no Brasil se desenha no âmbito da desobediência civil. Com isso, há a possibilidade de entender essa ação de ‘herança libertária’ como elementos desestabilizadores do equilíbrio social pretendido pelo Estado brasileiro.

Portanto, a diferenciação do uso linguístico das palavras, como ainda em Rivère D’Arc (2012), aponta um caminho para “aventura das palavras” juntamente com os aspectos da porosidade, que estão presentes desde o controle midiático verbal mencionado anteriormente — “invasão” para os mais pobres e “apropriação” para os mais ricos — até mesmo como as organizações internacionais ao longo dos processos de urbanização latino-americano manipulam o discurso de “ilegal” para “informal”, em dependência das perspectivas e interesses em jogo.

Dentro desse contexto, o presente artigo discute aspectos das

porosidades que se configuram diante da hierarquia estabelecida entre Poderes Federativos a partir da delimitação segundo essa nova lei. Baseado nos conceitos de *savoir-faire* e “aventura das palavras”, busca construir um entendimento que visa confrontar as tensões institucionalizadas entre Estado e município e suas possíveis ressonâncias sobre o território. Para tanto, tem como delineamento o estudo de caso do município de Ribeirão Preto (SP) através do levantamento de sua constituição territorial e potenciais impactos das extensões da Lei 13.865/19 referente à dispensa do Habite-se em imóveis com mais de 5 anos de construção.

2. O “sonho da casa própria” através de políticas habitacionais

O “sonho da casa própria” é uma ideia consolidada dentro do imaginário brasileiro. Esse termo se tornou um *slogan*, um jargão publicitário de construtoras e instituições de financiamento que, junto a opções irresistíveis e prazos a perder de vista, empregam-na com o objetivo de conquistar e atrair possíveis clientes que buscam construir ou comprar a sua moradia. A sua noção, entretanto, não é estruturada apenas simbolicamente, a partir do sentido social de “ser proprietário” de algo, mas também traz consigo uma dimensão econômica, permeada pela idealização da casa como um investimento, tanto a curto, quanto a longo prazo[2]. Nesse sentido, a habitação carrega em seu âmago, simultaneamente, dois valores: valor de uso, referente às questões próprias da casa como meio de sobrevivência, e valor de troca, no qual considera-se a moradia uma mercadoria, um objeto passível de negociação e símbolo de um *status* social (OLIVEIRA, 2015).

Dessa forma, a construção desse imaginário como modelo ideal foi legitimada de modo progressivo pelo próprio Estado brasileiro que, a partir da primeira metade do século XX, instituiu políticas de fomento à habitação e à construção civil. O primeiro indício dessa estruturação é constatada ainda nos anos 1930, durante a Era Vargas, no qual segundo James Holston, citado por Viviane Fernanda Oliveira (2014, p. 132), “os promotores da modernização do Brasil propunham a propriedade da residência como forma de ‘racionalizar’ os trabalhadores em torno dos valores da propriedade e da moradia unifamiliar”, com o triplo objetivo de criar um mercado de consumo de massa, disciplinar classes consideradas perigosas dentro do sistema instaurado

e formar um contingente de trabalhadores qualificados para o campo.

Durante as décadas seguintes, observou-se a institucionalização desse plano a partir de leis e órgãos federais que corroboraram essa visão. Um primeiro passo foi dado com a promulgação do decreto-lei do inquilinato, em 1942[3], que, ao promover o congelamento no valor dos aluguéis e regulamentar a relação proprietário-inquilino, influenciou de maneira direta a lógica sobre a moradia popular (BONDUKI, 1994). Em contexto no qual grande parte dos trabalhadores e da classe média tinha o aluguel como modo de vida e esta forma de morar representava um enorme dispêndio no orçamento mensal familiar, a medida tomada pelo então presidente Getúlio Vargas representou uma decisão vital para a ampliação de bases de apoio político. Concomitantemente, entretanto, o cenário desfavorável aos proprietários de imóveis representou a essa parcela a inviabilidade de investimento nesse tipo de negócio e, com isso, a possibilidade de venda dessas habitações para reaver a sua rentabilidade.

Destaca-se, ainda, o Banco Nacional da Habitação (BNH), pensado a partir do novo contexto político enfrentado pelo país: o golpe militar de 1964. Criado com o objetivo de contribuir para a redução do déficit habitacional desencadeado pelo desemprego e pela queda de renda, o BNH representou não apenas a implementação pragmática de uma política habitacional, como também uma ferramenta ideológica no sentido de corroborar com a contenção das massas pelo viés do “sonho da casa própria” (OLIVEIRA, 2014, p. 133) dentro do panorama de repressão vivido pelo país. Objetivamente, o BNH caracterizou-se mais como um instrumento de geração de mão-de-obra do que de atuação social, uma vez que os conjuntos subsidiados não atenderam ao público-alvo, mas financiaram edificações de maior padrão, um “mercado superior” (OLIVEIRA, 2014). Por outro lado, a sua instituição contribuiu para o fortalecimento da casa própria como ideal de vida, um propósito a ser alcançado pelo cidadão brasileiro.

O fim da década de 1970, no entanto, revelou o agravamento da crise até então enfrentada. Este foi um dos condicionantes que levaram à extinção do BNH, em 1986, que teve redistribuídas as suas funções entre outros órgãos do governo federal. Nesse panorama, Caixa Econômica Federal (Caixa) tornou-se instituição de destaque no contexto habitacional brasileiro e

assumiu, dentre vários, a “administração do passivo, do ativo, do pessoal e dos bens do BNH, bem como a operação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço” (OLIVEIRA, 2014, p. 134), tópicos de suma importância para se discutir o “sonho da casa própria” no atual contexto do país.

A extinção do BNH representou o fim da iniciativa direta do Governo Federal em programas de habitação. Durante os anos seguintes, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram introduzidas medidas que ampliaram a participação do setor privado no campo habitacional, uma “descentralização da alocação dos recursos federais e a introdução de uma política de crédito para o mutuário final” (OLIVEIRA, 2014, p. 134). Essa condição perpetuou-se até a eleição do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, em 2003, “propôs mudanças no sistema habitacional, como a criação do Plano Nacional de Habitação, [...] gerido pelo recém-criado Ministério das Cidades” (*Idem*). A partir de uma lógica híbrida de poderes público e privado, Lula institucionalizou planos e programas que retomaram a discussão da habitação no Brasil e o papel do Estado.

Em 2009, foi lançado o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), programa “apresentado como uma das principais ações do governo em reação à crise econômica mundial internacional e também como uma política social de grande escala” (SHIMBO, 2010, p. 93) e desenvolvida a partir de quatro modalidades: habitação para famílias com renda de até 3 salários mínimos, habitação para família com renda acima de 3 e até 10 salários mínimos, operações coletivas e rurais em parceria com associações e cooperativas sem fins lucrativos e crédito corporativo para infraestrutura (SHIMBO, 2010). Não obstante as críticas à elaboração de um modelo que priorizou e deu força ao mercado privado da construção, o MCMV revela um caráter altamente social, destinado às massas como se constata pela fala da presidente Dilma Rousseff:

E por que nós criamos esse programa? Porque nós achamos que essas construções aqui [...] são importantes para transformar o Brasil, e você transforma por vários motivos. Você transforma porque é fundamental que as famílias brasileiras tenham onde morar, primeiro motivo. Segundo motivo, esse tipo de obra, ele vai requerer que se contrate trabalhadores. Esses trabalhadores vão aumentar sua renda, vão ter um emprego com carteira assinada e vai melhorar também

a vida dos trabalhadores. Muitos deles, inclusive, acabarão por conseguir também uma casa do Minha Casa Minha Vida. E o terceiro motivo soma esses dois. *O Brasil com isso melhora junto, porque o que é o Brasil se não a vida de cada um de nós, de cada um de vocês, a melhoria de vida de cada brasileiro e de cada brasileira*[4]

Apesar da frenagem de investimentos sobre políticas habitacionais principalmente a partir da posse do Presidente da República Jair Bolsonaro[5], o MCMV consolidou-se perante o cenário atual da habitação no Brasil, corroborando a ideia da casa própria como um sonho, um consenso popular. A fala da ex-presidente Dilma Rousseff revela de maneira clara o seu teor não apenas econômico como também ideológico, fundamentado no desenvolvimento social. A predileção dessa modalidade sobre outras, tal como o aluguel social, demonstra como o “sonho da própria” não se caracteriza apenas como uma solução pragmática às demandas habitacionais, mas também um projeto político, construído progressivamente durante os últimos noventa anos.

3. Habite-se, um instrumento regulatório?

A promulgação da Constituição Federal de 1988 tem uma simbologia importante no contexto das políticas públicas de habitação, pois é a partir dela que o Estado brasileiro, na busca de constituir-se enquanto Estado de direito, define e estabelece um conjunto de direitos e suas garantias, dentre elas o direito à moradia. Em seu Artigo 6º, declara expressamente:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Por essa lógica, torna-se um direito inalienável do cidadão o seu direito à moradia — moradia essa que deve estar de acordo com normas de salubridade, com condições dignas de habitabilidade e que expresse efetivamente o estado de direito do cidadão. O Artigo 6º é, dentro desse contexto, complementado por outros artigos que visam consolidá-lo de maneira efetiva. Nesse desenvolvimento, contudo, observa-se a responsabilidade direta dos municípios no cumprimento desses objetivos.

A análise dos Artigos 30, 156 e 182 deixam claro o papel do Poder Público municipal como agente promotor e cumpridor de determinados parâmetros. Dentro dos tópicos assinalados, verifica-se, por exemplo, a relevância dos municípios à promoção, não apenas das condições de habitações, como também do crescimento ordenado do território. Fica a cargo das prefeituras com mais de vinte mil habitantes, por exemplo, produzir o Plano Diretor, um importante instrumento de políticas urbanas que serve de base ao desenvolvimento e à expansão dessas cidades. Dentro dos artigos destacados, nota-se também a referência ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), aplicado dentro dos limites urbanos das cidades brasileiras. A cobrança desse imposto conflui com o Habite-se, no qual, baseado nos dados cadastrais do imóvel, geram-se os valores a serem pagos pelo IPTU: tamanho, taxa de ocupação, taxa de aproveitamento, localização da gleba de terra em solo urbano, entre outros.

Institucionalmente denominado Auto de Conclusão de Obra, o Habite-se é uma certidão expedida pela Prefeitura que atesta a habitabilidade do imóvel (casa ou prédio residencial ou comercial) e se esse “foi construído ou reformado conforme as exigências legais estabelecidas pelo município, especialmente o Código de Obras” (JUSBRASIL, 2014). Como sintetiza Meireles (1981, p. 129),

Para bem policiar as edificações as Municipalidades subordinam as construções e reformas à prévia aprovação do projeto pela seção competente da Prefeitura e exigem que tais projetos sejam elaborados e subscritos por profissional legalmente habilitado, na forma da legislação federal pertinente. Pelo mesmo motivo, a ocupação dos edifícios deve ser precedida de vistoria e expedição de alvará de utilização, conhecido por “habite-se”. O poder de polícia municipal, em matéria de habitações, como se vê, é amplo, possibilitando o acompanhamento da execução da obra e vistorias posteriores à sua conclusão, desde que o Poder Público suspeite de insegurança ou alteração das condições de higiene e salubridade, sempre exigíveis. Encontrando-as em desconformidade com as exigências legais e regulamentares, pode promover sua interdição e demolição, ou permitir a adaptação às condições oficiais.

O Habite-se deve ser expedido e averbado, atestando que o

imóvel não está em situação irregular perante a prefeitura e, coadunando diretamente com as exigências específicas de cada município, principalmente ao Código de Obras e ao Plano Diretor, a sua institucionalização se dá maneira concisa a nível municipal. No âmbito federal, observa-se breves menções ao Habite-se, tal como o Artigo 237-A da lei 6.015/73 — sem, entretanto, impor diretrizes:

Art. 237-A. Após o registro do parcelamento do solo ou da incorporação imobiliária, até a emissão da carta de habite-se, as averbações e registros relativos à pessoa do incorporador ou referentes a direitos reais de garantias, cessões ou demais negócios jurídicos que envolvam o empreendimento serão realizados na matrícula de origem do imóvel e em cada uma das matrículas das unidades autônomas eventualmente abertas. (Incluído pela Lei nº 11.977, de 2009).

Essa situação foi, em maio de 2019, contraposta quando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 164/2015 que “pretende agilizar e baratear a regularização de casas térreas construídas há mais de cinco anos” (SENADO, 2019). O PLC 164/2019 agiu diretamente para a criação e instauração da Lei 13.865/19 (BRASIL, 2019) que traz:

Art. 1º A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 247-A: Ver tópico

Art. 247-A. É dispensado o Habite-se expedido pela prefeitura municipal para a averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de 5 (cinco) anos em área ocupada predominantemente por população de baixa renda, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.

Diferente do que até então se encontrava majoritariamente sob responsabilidade das prefeituras, o Artigo 247-A institui significativas mudanças na lógica de aplicação do Habite-se. Apesar de sancionada pelo Presidente da República, o trecho incorporado recai diretamente sobre o Poder Público municipal, instância encarregada de definir os parâmetros e vistoriar as construções. Esta é uma providência de caráter incerto, ao delegar

uma nova incumbência às prefeituras sem compreender o seu próprio estado operacional. Uma via dupla na qual se ignoram os parâmetros instituídos pelos municípios no sentido de garantir o acesso à moradia digna — destacam-se municípios com menos de vinte mil habitantes e que não contam com o auxílio de planos diretores — e assoberbam-se administrações públicas que muitas vezes contam com um contingente operacional restrito e/ou sobrecarregado.

Dessa forma, também há uma transição do uso linguístico de ilegalidade para informalidade, e nesta “aventura das palavras” (RIVIÈRE D’ARC, 2012), ao aplicar no escopo da Lei 13.865/19 levantam-se considerações. No trecho “área ocupada predominantemente por população de baixa renda”, destaca-se a expressão “área ocupada” como uma apropriação pela legalidade de uma ação que surgiu do “savoir faire” dos movimentos sociais brasileiros durante a reivindicação por moradia ainda na transgressão da legalidade, uma evidente movimentação linguística entre o ilegal e legal, determinado por contingências históricas e culturais. Soma-se a isso o termo “baixa renda”, aplicado às áreas das quais o artigo se destina: em que ferramenta de classificação este se baseia ao considerar determinada área urbana como “baixa renda”? Essa nomenclatura deixa impreciso o conceito e abre margem a diferentes interpretações. Por fim, a expressão “predominantemente” causa questionamentos. Parece haver a intenção de criar a possibilidade de usar a mesma legislação para os casos onde não haja áreas ocupadas por população de baixa renda, criando jurisprudência que beneficia outros segmentos da população indistintamente.

Além disso, ao se voltar a residências unifamiliares de um pavimento, o Artigo 247-A desconsidera outros tipos de moradia e, concomitantemente, ignora a pluralidade de modos de vida da população brasileira. O artigo, ainda, não remonta à questão técnica e à necessidade de algum profissional credenciado no CREA ou no CAU para garantir minimamente questões referentes a moradia, dignidade e salubridade, fato que se complementa com a ausência de parâmetros básicos para essas construções com vistas à manutenção dos direitos constitucionais referentes à habitação. Por fim, o trecho sancionado pelo Presidente não promove uma reflexão sobre as construções anteriores a 5 anos e sobre as futuras, pensando meios de possibilitar um crescimento e uma expansão urbana mais justo e seguro, tanto do ponto de vista jurídico, quanto social.

4. O caso de ribeirão preto

Desde 2016 o município de Ribeirão Preto, sede da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), atravessa uma revisão de toda sua legislação urbanística, passando pela Revisão do Plano Diretor e pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Essa alteração legal do processo de Revisão do Plano Diretor em conjunto com as revisões dos planos e das leis urbanísticas municipais se iniciou em 2017, anterior à Lei 13.865/19 (BRASIL, 2019), indicando uma sobreposição dentro do sistema legal de hierarquia de poderes no Estado brasileiro. Portanto, necessita-se apontar que o Estado é formado por múltiplas instituições e distintas hierarquias e atores que corroboram com um processo poroso que ocorrem sob a forma de leis e decretos.

O município possui cerca de 700 mil habitantes e, dentro dessa estimativa, aproximadamente, 40 mil pessoas residem em assentamentos precários, totalizando mais de 5% do total de seus habitantes, segundo a base técnica do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto (RIBEIRÃO PRETO, 2019). Em uma comparação territorial da distribuição espacial dos assentamentos precários no perímetro urbano, constata-se que esses assentamentos se localizam, predominantemente, nas Zonas Norte e Oeste, regiões com renda *per capita* de até 3 salários mínimos, enquanto o Centro e a Zona Sul, concentram parcelas populacionais com mais de 10 salários mínimos (DOS SANTOS, 2017). Contudo, a espacialização das localizações dos assentamentos precários da cidade em relação às Zonas Central e Sul evidenciam uma produção histórica segregatória que rege a organização da cidade. É possível identificar no cotidiano que as zonas com maior renda segregam-se espacialmente de áreas de baixa renda, mas possuem mecanismos vitais de conexão com esses espaços, produzindo intensas relações urbanas de prestação de serviços, comércio e trabalho.

Não obstante a territorialização do município em espaços de “alta” e “baixa” renda, o Habite-se é um componente normativo que não realiza distinções perante as diferenças sociais, arquitetônicas e urbanas verificadas ao longo de sua extensão urbana. Baseado em normativas técnicas que exigem a execução de parâmetros construtivos e urbanísticos para edificações com vistas ao cumprimento de um patamar qualitativo da obra final, o Habite-se configura-se como um denominador comum à lógica habitacional de Ribeirão Preto.

Dentre as normas apontadas pelo Código de Obras, regido pela LEI COMPLEMENTAR Nº 2932, de 10 de janeiro de 2019 (RIBEIRÃO PRETO, 2019) tem-se parâmetros considerados básicos para a habitabilidade das edificações. A partir da análise do Código de Obras de Ribeirão Preto, verifica-se que a lei pretende “garantir o padrão de higiene, segurança e conforto das habitações” (RIBEIRÃO PRETO, 2019) por meio de projeto e execução de obras desenvolvidos, exclusivamente, por profissionais regulamentados pelo Conselho Regional de Agronomia e Engenharia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). O Habite-se é somente expedido com a comprovação do acompanhamento técnico, juntamente com a comprovação dos quesitos de habitabilidade apontados pela lei e associado ao cumprimento de questões urbanísticas específicas. Sem esse cumprimento, o imóvel não poderá ser ocupado. Por esse viés, a lei apresenta uma série de requisitos normativos que pretendem fornecer uma qualidade habitacional e urbanística fundamental, embasada em questões técnicas da arquitetura, engenharia, urbanismo, conforto ambiental, dentre outros.

A dificuldade de acesso a informações públicas referentes à expedição de licenças do Habite-se, contudo, inviabiliza um levantamento quantitativo que estabeleça a sua relação com as áreas urbanas de Ribeirão Preto. Desse modo, este trabalho debruçou-se sobre dados públicos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo Federal (CAU/BR) a respeito da espacialização de Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) solicitados por profissionais sobre a área urbana do município. Os RRTs emitidos em todo o Brasil foram georreferenciados pelo CAU, propiciando uma análise sobre concentração de suas emissões de RRTs — locais com mais obras licenciadas e que, portanto, contam com o Habite-se — em todo o território brasileiro. A primeira constatação das emissões do Habite-se no território nacional se dá pela diferença quantitativa de emissões da região sudeste para o resto do Brasil, em especial as emissões na região administrativa da cidade de São Paulo (CAU, 2019).

Dentre as possíveis hipóteses dessa diferença, aponta-se a concentração de profissionais da arquitetura e urbanismo no estado de São Paulo e na região administrativa da capital, assim como as questões econômicas de produção de projetos e execução de obras na capital. Contudo cabe também pontuar a possibilidade da ocorrência de projetos e obras nas margens da legalidade no território nacional, tanto pelo não acompanhamento dos profissionais, em processos de projetos e

Quadro 01: Respostas dos entrevistados em formato de porcentagem a respeito da contratação de técnico para acompanhamento de construção e reforma, setorizada nas regiões brasileiras. Fonte: Autores a partir de CAU/BR, 2015.

obras autoconstruídas, característica fundamental das cidades brasileiras (MARICATO, 1982), quanto pela não emissão do Habite-se nessas regiões.

As emissões de RRTs no estado de São Paulo também apresentam diferenças territoriais. No ano de 2016, no âmbito do estado de São Paulo, a capital respondeu por quase a metade de todas as emissões de RRTs, enquanto a região administrativa de Ribeirão Preto respondeu por 7% das emissões (CAU, 2016). Dentre as possíveis hipóteses, pode-se apontar razões similares, dada a concentração populacional e de profissionais da arquitetura e urbanismo concomitantemente à pungência econômica do mercado da construção civil.

Outro ponto que demonstra como ocorre a dobra entre o legal e o ilegal é o número alto de construções e reformas que são feitas sem qualquer acompanhamento técnico. Uma pesquisa encomendada pelo CAU/BR para o DataFolha apresenta uma realidade nas construções e reformas no território brasileiro que estão fora dos limites da legalidade: entrevistas mostram que 85% das pessoas não contrataram profissionais qualificados (arquitetos urbanistas e engenheiros) (CAU, 2015), conforme indicado no Quadro 1. Por essa perspectiva, 85% dos entrevistados desenvolveram uma construção ou reforma de maneira ilegal perante o Habite-se.

	TOTAL	Sudeste	Nordeste	Sul	Norte	Centro Oeste
Usaram arquiteto e urbanista OU engenheiro	14,60%	16,40%	7,10%	25,90%	10,00%	10,50%
Não usaram arquiteto e urbanista OU engenheiro	85,40%	83,60%	92,90%	74,10%	90,00%	89,50%

Dentro desse contexto, por meio da Lei 13.865/19, o Estado neutraliza as normativas de cada município, negando os seus mecanismos de garantia à moradia e as suas condições de habitabilidade. Ao se virar contra os Códigos de Obra e Planos Diretores, promove a redução da demanda popular por assessorias técnicas e a conseqüente possibilidade de benfeitorias individuais e urbanas. Mais do que isso, revela a

instituição de um projeto político em andamento desde os anos 1930: de caráter populista, a Lei 13.865/19 reforça o “sonho da casa própria” a partir da flexibilização regulatória de edificações que contemplam grande parte da população brasileira.

5. Algumas considerações

Os processos históricos de produção urbana se constituem sob um prisma multifacetado no qual as normas instituídas através da legislação são peças fundamentais para se compreender como ocorre o processo de consolidação de cidades. Nesse sentido, a Lei 13.865/19 conduz ao reordenamento dessa lógica a partir de ideias abrangentes e abertas à interpretação subjetiva dos Poderes Públicos em suas diferentes escalas. Com essa nova legislação, não se pode afirmar que uma habitação contemplada por tal jurisdição terá a certificação técnica — em ascensão a partir de instrumentos como o ATHIS — de um padrão de habitabilidade aceitável, que cumpra os padrões preestabelecidos em instrumentos como o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, pensados e instituídos especificamente por cada municipalidade.

Uma análise de dados sobre o auto de conclusão de obra em todo o território nacional torna-se importante para se compreender a extensão dessa lei, os seus impactos sobre o processo de aprovação do Habite-se dentro das porosidades e suas reverberações sobre o território urbano. Como supracitado, 85% das pessoas não contrataram profissionais qualificados (CAU, 2015) e, por essa lógica, a não-contratação destes profissionais indica que grande parte dos imóveis, à luz da legislação, são construídos ilegalmente e que, parcialmente, foram edificados de maneira irregular e/ou fora dos padrões técnicos.

No caso do Ribeirão Preto, o processo de revisão de seus instrumentos urbanísticos revela a possibilidade de se repensar a organização do município perante a Lei 13.865/19. Para além de uma Lei Complementar que se dispõe a fornecer bases para as condições de habitabilidade e sua correlação com a infraestrutura urbana, esse processo pode vir a proteger e mitigar possíveis desestruturações causadas pela falta de assistência, principalmente às camadas mais populares. Para tanto, se faz necessário discutir e ampliar o debate acerca do acesso à informação que, conforme o estudo realizado, demonstra-se insuficiente para a instrumentalização dos municípios.

O estudo de caso tem como objetivo demonstrar como a Lei Federal possui porosidades que se utilizam das fissuras presentes no âmbito da questão habitacional no Brasil. Tal porosidade possui um lastro, que é a própria materialidade das construções, em primeira instância, de populações pobres por toda a extensão do território brasileiro. Materialidade essa, cabe ressaltar, indefinida, incerta e pouco palpável, que foge à racionalidade necessária para se pensar e fazer urbanismo em um país tão plural quanto o Brasil. Nessa “aventura das palavras” (RIVIÈRE D’ARC, 2012) que corrobora a Lei 13.895/19, constata-se a possibilidade de ampliação da compreensão semântica acerca de suas colocações numa perspectiva de conquistar diferentes camadas da sociedade civil que dela se beneficiarão. Um mecanismo que, antes de propor uma reflexão crítica do contexto habitacional brasileiro e fornecer meios de promover o desenvolvimento de moradias propriamente qualificadas, constitui-se enquanto ferramenta de manutenção do “sonho da casa própria”.

A problematização a respeito dessa nova legislação encontra-se diretamente com as porosidades que o dispositivo jurídico do Habite-se provoca. É possível afirmar que essa nova legislação amplia os limites das ilegalidades já existentes na materialidade que são as construções autoconstruídas? Ou essa nova legislação vai de encontro com interesses econômicos das construtoras de Minha Casa Minha Vida, que não conseguem aprovar suas construções fora do padrão da antiga lei do Habite-se? Essas hipóteses são fundamentais para guiar uma pesquisa e debate sobre essa nova legislação e fornecer meios de se pensar cidades verdadeiramente justas e habitáveis para toda a sua população.

Notas

1. Também conhecida como Lei Lehmann, criada durante a Ditadura Militar, dispõe sob o parcelamento do solo e outras questões urbanísticas no âmbito federal.
2. Citando Pierre Bourdieu, Viviane Fernanda Oliveira (2014, p. 134) coloca que a habitação “é também um investimento, quer seja como um bem de consumo, como uma poupança não financeira ou, ainda, como uma herança transmissível”.
3. Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942. Disponível em: <https://bit.ly/3ehlK5Z>.
4. Fala da Ex-Presidente Dilma Rousseff (OLIVEIRA, 2015, p. 137, *grifo nosso*)
5. “O programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), que completa dez anos em 2019, deve ter orçamento reduzido em 2020 - pela previsão do governo, deve cair de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 2,7 bilhões. Além disso, devem ser feitas mudanças nas regras do programa. Segundo a ‘Folha’, o governo estuda restringir o acesso à faixa 1 do programa, baixando o limite de renda que permite financiar a casa própria com subsídios e sem juros” (UOL, 2019).

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973. **Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências**. Brasília, DF, dez. 1973. Disponível em: <https://bit.ly/3efYDIV>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- _____. LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009. **Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos)**... Brasília, DF, ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2RwmqKU>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- _____. LEI Nº 13.865, DE 8 DE AGOSTO DE 2019. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV...** Brasília, DF, jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ccV0BD>. Acesso em: 1 set. 2019.
- CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo. **Anuário 2018**, V.2 N. 1. [2018]. Disponível em: <https://bit.ly/2JXpk74>. Acesso em: 2 set. 2019.
- _____. **São Paulo responde por quase metade dos RRTs emitidos no Estado**. [2016]. Disponível em: <http://bit.ly/2MxJghJ>. Acesso em: 3 de out. 2019.
- _____. **Como o brasileiro constrói**. [2015]. Disponível em: <https://bit.ly/3civXx3>. Acesso em: 3 de out. 2019.
- DOS SANTOS, D. **O papel da COHAB-RP na produção do espaço urbano em Ribeirão Preto (SP)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017.
- JUSBRASIL. **O que é habite-se?** [2014]. Disponível em: <https://bit.ly/2RtzAln>. Acesso em: 01 de set. 2019.
- LAJES, J. **Ribeirão Preto: da figueira à Barra do Retiro – Povoamento da região por entrantes mineiros na primeira metade do século XIX**. Ribeirão Preto: VGA Editora e Gráfica, 1996.
- MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., 1982.

MEIRELES, H. **Direito Municipal Brasileiro** 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

OLIVEIRA, V. **Os sentidos da casa própria: condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos.** São Paulo: Editora UNESP, 2014.

RIBEIRÃO PRETO. LEI COMPLEMENTAR Nº 2932, de 10 de janeiro de 2019. **DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO...**, Ribeirão Preto, 10 jan. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2IDAi4>. Acesso em: 2 out. 2019.

_____. ANEXO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 94/2019, de 24 de outubro de 2019. **INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO, APROVA O PLHIS...** Disponível em: <https://bit.ly/3a749dx>. Acesso 10 de abril de 2020.

RIVÈRE D'ARC, H. Savoir-faire no acesso ilegal/informal à habitação na Cidade do México e em São Paulo. *In*: AZAÏS, Christian; TELLES, Vera da Silva; e KESSLER, Gabriel (Orgs.). **Ilegalismos, cidade e política.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p.309-324.

SENADO Federal. **CCJ aprova dispensa de Habite-se para casas térreas unifamiliares.** Disponível em: <https://bit.ly/3aYZdIW>. Acesso em: 22 de set. 2019.

SHIMBO, L. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

UOL. **Minha Casa Minha Vida deve ter novas regras e menos verba; veja como é hoje.** [2019]. Disponível em: <https://bit.ly/2KhSxKt>. Acesso em: 3 de out. 2019.

***Camilla Massola Sumi** é Arquiteta Urbanista, Mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade (UNICAMP) e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). Tem experiência em Políticas Públicas de Habitação e pesquisa Gênero e Cidade. E-mail: camillasumi@gmail.com

Érika Moretini é Historiadora (UFOP) e Arquivista (IEB-USP), mestranda em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). Com experiência em políticas públicas de cultura e comunicação empresarial, estuda a relação entre criatividade e desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo. E-mail: emoretini@hotmail.com

Pedro Plácido Teixeira é Arquiteto Urbanista (UFMG) e mestrando em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). Estuda o uso do filme documentário para a realização de leituras urbanas, baseado em processos participativos e colaborativos de produção audiovisual. Email: pedroptxr@gmail.com

Thiago Pizzo Scatena é Bacharel em Ciências Sociais (UFSCAR) e mestrando em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). Possui experiência profissional em políticas públicas de habitação de interesse social. Email: thiagopizzo@gmail.com

Victor Rüegger Lucredi é Arquiteto Urbanista (UNESP), Mestre em Arquitetura, Teoria e História (UNESP) e doutorando em Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP). Tem experiência em políticas públicas de habitação de interesse social e zonas de interesse urbano. E-mail: victor.lucredi@gmail.com

Vulnerabilidade socioambiental e planejamento urbano: rastreamentos no Carste de Lagoa Santa/MG[I]

Socio-environmental vulnerability and urban planning: trackings at the Karst of Lagoa Santa/MG

Cláudia Silva Barbosa, Nina Lavezzo de Carvalho, Natacha Silva Araújo Rena*

Resumo

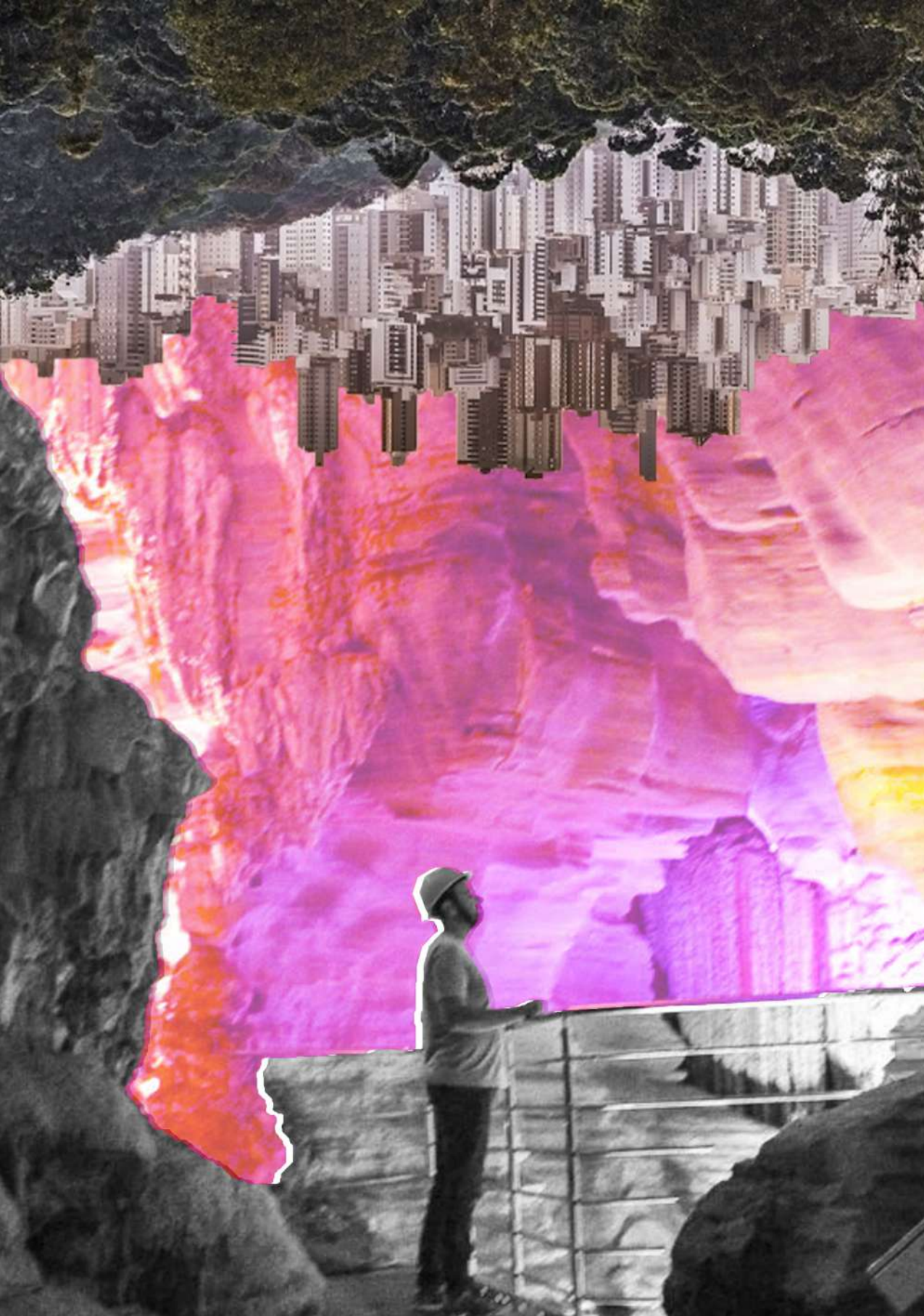
Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) um dos vetores de maior expansão urbana é o denominado Vetor Norte. Nesse território marcado pela presença de áreas minerárias, condomínios de luxo e do Aeroporto Internacional Tancredo Neves encontra-se uma das áreas de maior vulnerabilidade socioambiental do estado de Minas Gerais, o Carste de Lagoa Santa. Embora existam dispositivos como unidades de conservação no território e uma grande diversidade de planejamentos e legislações, os impactos antrópicos continuam sendo significativos tanto sobre os atores humanos (especialmente os moradores) quanto sobre os atores não humanos (ecossistemas, relevo, solo, hidrografia). O objetivo do presente artigo é apontar e compreender as sobreposições existentes entre distintas legislações e instrumentos de planejamento urbano no território da Área de Proteção Ambiental (APA) Carste de Lagoa Santa, a partir de uma breve cartografia do território. Assim, apesar da comprovada vulnerabilidade socioambiental da Carste de Lagoa Santa, no Vetor Norte da RMBH, a desarticulação entre legislações de planejamento urbano municipal, metropolitano e de outras instâncias para região acentua os desafios de preservação de áreas vulneráveis.

Palavras-chave: Carste de Lagoa Santa; planejamento urbano; vulnerabilidade socioambiental; Vetor Norte.

Abstract

A vector with one of the greatest urban expansion in the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH) is the so-called Vetor Norte. In this territory, famous for its mining areas, luxury houses and the Tancredo Neves International Airport, there is one of the greatest socio-environmental vulnerability areas in the state of Minas Gerais: the Karst of Lagoa Santa. Although there are devices such as conservation units in the territory and distinct plans and legislation, the anthropic impacts remain significant both on human actors (especially residents) and on non-human actors (ecosystems, relief, soil, hydrography). The goal of this article is to point out and understand the overlaps that exist among different laws and instruments of urban planning in the territory of the Environmental Protection Area Karst of Lagoa Santa, from a brief cartography of the territory. Thus, we aim to show that despite the proven socio-environmental vulnerability of Karst de Lagoa Santa, in the Vetor Norte of the RMBH, the disarticulation between municipal, metropolitan and other urban planning legislation for the region accentuates the challenges of preserving vulnerable areas.

Keywords: Karst of Lagoa Santa; urban planning; socio-environmental vulnerability; Vetor Norte.



1. Apontamentos iniciais

A desigualdade socioeconômica e a segregação espacial são acentuadas com um planejamento urbano desintegrado: se não há articulação entre instâncias legislativas sobre uma mesma região, a tendência é que as disputas de poder dentro dentro das instituições favoreçam sobremaneira certas áreas em detrimento de outras. Entretanto, a articulação entre legislações e entes executivos se complexifica a urbanização brasileira atingindo os níveis de conurbação de grandes metrópoles. Milton Santos (1993) chama atenção para o fenômeno e conceitua a “nova urbanização brasileira”, que se inicia a partir da urbanização de meio técnico-científico: “o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação” (SANTOS, 1993, p. 35). Diante dessa transformação, mecanismos institucionais se complexificam e integram diferentes setores, a exemplo do Plano de Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) - que inclui o Macrozoneamento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) – que envolveu universidade, prefeituras e agência metropolitana.

Apesar da urbanização no Brasil[2] haver sido iniciada em meados do século XVI (REIS FILHO, 1971), é a partir do século XX que ela ganha impulso e dimensões expansivos (MARICATO, 2000). A população brasileira passa a habitar majoritariamente as cidades e menos o campo. O urbano-industrial-capitalista caminha virtualmente para alcançar todo o território (LEFEBVRE, 1970). Na transição para o século XXI a lógica da globalização engloba o Brasil, com o sistema capitalista produzindo e mundializando o espaço, enquanto meio técnico-científico-informacional (FANI CARLOS, 2000; SANTOS, 1996).

A partir dos anos 1980 expande-se o neoliberalismo[3], como racionalidade hegemônica de várias dinâmicas socioespaciais. Nessa mesma década, diversos movimentos sociais se fortalecem e ganham voz no país, como os que originaram o socioambientalismo. Segundo Santilli (2004), o socioambientalismo se contrapõe ao capitalismo na medida em que surge como um novo paradigma no qual as políticas públicas deveriam envolver a sociedade como um todo, incluindo os povos e comunidades tradicionais, buscar a melhoria dos processos ambientais e sociais, reduzir as desigualdades econômicas e sociais e buscar justiça social. “Além disso, o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve

promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental” (SANTILLI, 2004, p.14). Assim, no território brasileiro existe o desequilíbrio gerado pelos contrapontos entre legislações de cunho mais neoliberal e as poucas políticas socioambientais. É nas regiões metropolitanas onde mais se percebe tal desencontro: nelas coexistem grandes desigualdades sociais, impactos antrópicos produzidos pelo neoliberalismo e as maiores aglomerações de pessoas, serviços e outros meios para a acumulação capitalista. Parte disso, é propiciado pelo próprio planejamento dos entes de Estado aliado aos interesses de grupos financeiros uma vez que o Estado é em parte ocupado pelo mercado e se reformula para cumprir a missão de expansão do capital (DARDOT; LAVAL, 2016).

O planejamento urbano no Brasil e a estrutura atual do Estado são, em parte, oriundos do processo de expansão econômica e industrial a partir da década de 1930 (ALVAREZ, 2019). Nesse período, aumentou-se o distanciamento entre a política e o planejamento urbano e bem comum, agravando-se as desigualdades sociais com crescimento acelerado da população urbana brasileira. Tal divórcio, teve reflexos diretos na ampliação de impactos socioambientais no território brasileiro (FERNANDES, 2008) e na flexibilização do Estado regulador (DARDOT; LAVAL, 2016). Se por um lado há distanciamento do planejamento urbano e cidades mais justas e humanas, por outro, há também uma divisão da realidade entre o que é natureza e o que é cultura, traduzida com frequência pela legislação ao usar um conceito de sustentabilidade que divide a realidade “do ambiente natural como primeira natureza, externa aos processos sociais” (ARAUJO; COSTA, 2007, p. 4). Essa divisão não apenas fetichiza a natureza[4], compondo o processo de expansão do capitalismo através da produção do espaço, como também aliena da realidade de socionatureza parte desse espaço, especialmente quando existe a percepção de que “as metrópoles, as cidades e as áreas urbanas têm sido ainda pouco consideradas nos seus aspectos ambientais” (MONTE-MÓR, 1994, p. 173).

Mesmo as legislações que buscam agregar a noção de socionatureza no Brasil ainda se distanciam das metrópoles, das cidades e das áreas urbanas. Por exemplo, a principal legislação que trata das unidades de conservação no país é a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000). Parte dessa legislação ainda é baseada na dicotomia

homem versus natureza, mas apresenta algumas aproximações com um viés socioambiental. Embora com falhas técnicas e até jurídicas, Santilli afirma que pelos menos em termos legais a base do socioambientalismo estaria implícita em “todo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que privilegia a interface entre biodiversidade e sociodiversidade, permeada pelo multiculturalismo e pela pluriétnicidade” (SANTILLI, 2004, p.73).

É nesse cenário que se faça uma breve cartografia de uma área de vulnerabilidade ambiental na RMBH, em Minas Gerais (Figura 01): a Área de Proteção Ambiental (APA) Carste de Lagoa Santa[5], utilizando-se a metodologia desenvolvida pelo Indisciplinar (LOPES; RENA; SÁ; 2020).

A RMBH foi estabelecida no ano de 1973 (BRASIL, 1973). É a terceira maior aglomeração urbana do Brasil, com cerca de seis milhões de habitantes e um total de 50 municípios incluindo o colar metropolitano. Dentre seus vetores de crescimento dois se destacam: o Sul e o Norte. Em ambos a dinâmica imobiliária determinou novas lógicas de povoamento e formou novas periferias, marcadas tanto pelas aglomerações em vilas e favelas, quanto pela formação dos condomínios fechados (COSTA, 2012). Em parte, essas novas periferias refletem o que Roberto Monte-Mór (2005) denominou de urbanização extensiva, que seria o:

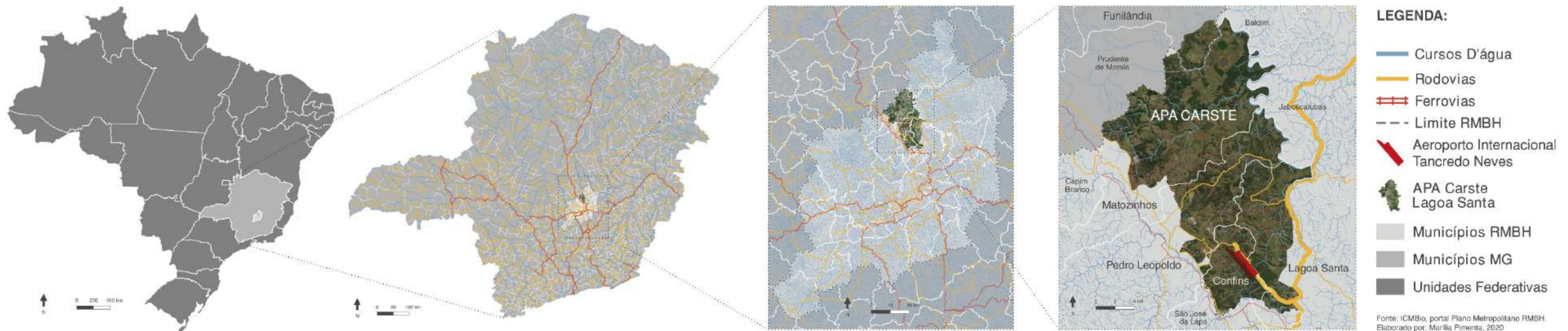
processo de extensão das condições gerais de produção urbano-industrial para além das cidades, atingindo espaços próximos e

Figura 01: Mapa contextualização APA Carste. Fonte: Arquivos Marília Pimenta, 2020.[6]

longínquos, onde as relações socioespaciais urbano-industriais se impõem como dominantes, independentemente da densidade urbanística variada (MONTE-MÓR, 2005, p.435).

Considerando o avanço da urbanização extensiva como um dos reflexos do neoliberalismo no planejamento urbano percebe-se que houve no Vetor Sul nos últimos anos uma racionalidade essencialmente capitalista (GOMES, 2014). Tal expansão gerou tanto impactos sobre os recursos físicos, como água e solo quanto impactos sociais, com ampliação da densidade habitacional de populações de baixa e alta renda, inclusive em áreas de maior vulnerabilidade ambiental. Além disso, ficou mais evidente a diferença de classes sociais, por exemplo nas diferenças entre a estrutura das moradias, na implantação dos sistemas de infraestrutura sanitária e de locomoção (PEREIRA; CALDEIRA, 2011; GOMES, 2014).

No artigo rastreamos legislações e planos relacionados ao planejamento urbano na região do Vetor Norte da RMBH, especificamente no território abrangido pela APA Carste de Lagoa Santa. Além disso, busca-se inferir aspectos relacionados com a possibilidade legal de mitigação dos impactos ambientais inerentes ao urbanismo neoliberal, que muitas vezes incide sobre as áreas de maior vulnerabilidade socioambiental.



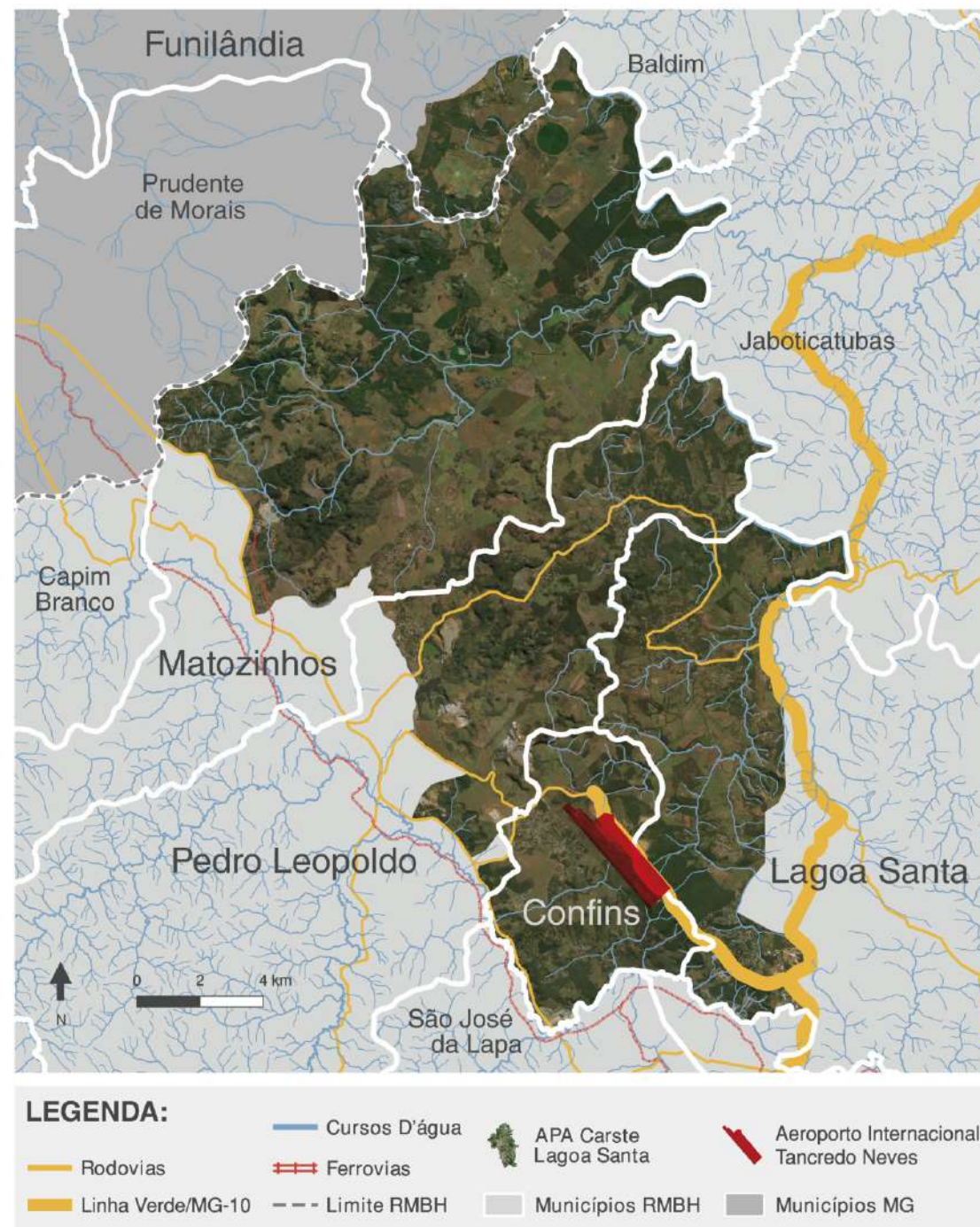
2. Cartografia da APA Carste de Lagoa Santa

O Vetor Norte da RMBH envolve diretamente onze municípios, sendo que desses, quatro encontram-se no interior da APA Carste de Lagoa Santa. A intensificação da ocupação desse vetor se iniciou nos anos 1950, a partir da estruturação dos Bairros Pampulha e Venda Nova, além da implantação das avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado, que favoreceram a melhoria da infraestrutura regional. Posteriormente, com a inauguração da Rodovia Prefeito Américo Gianetti (MG 010) e do Aeroporto Internacional Tancredo Neves houve uma ampliação da ocupação de outras áreas no Vetor, tais como em Lagoa Santa, Confins e Pedro Leopoldo (INSTITUTO HORIZONTES, S/D). A expansão do Vetor Norte amplia a vulnerabilidade tanto para os remanescentes dos ecossistemas locais, especialmente do Cerrado, quanto para os antigos moradores da região.

O território cartografado neste artigo está inserido nos limites de um dispositivo de proteção federal denominado APA Carste de Lagoa Santa, criado no ano de 1990 e que totaliza cerca de 35.000 hectares (BRASIL, 1990). Localiza-se no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, abrangendo todo o município de Confins e partes dos municípios de Funilândia, Lagoa Santa, Matozinhos e Pedro Leopoldo (Figura 02).

Os espaços protegidos existem há centenas de anos, sobre diversas formas, sejam espaços sagrados, espaços de caça, espaços de lazer e outros, mas sua estruturação atual está vinculada ao que se convencionou chamar de “unidades de conservação”. O dispositivo “unidade de conservação” é disputado como reserva de mercado futuro para o desenvolvimento essencialmente do interesse econômico ou de pesquisadores por narrativas neoliberais e/ou cientificistas. Ao mesmo tempo, ela pode favorecer, por certo período de tempo, que os ecossistemas locais e as espécies nele inseridas, além da humana, tenham alguma chance de sobrevivência. Nesse contexto, é que as Áreas de Preservação Ambiental (APAs) foram propostas para intermediar a proteção ambiental com a ocupação humana, podendo conter tanto terras públicas quanto particulares e privadas (BRASIL, 2000). A APA Carste de Lagoa Santa foi criada pelo governo federal junto com muitas outras unidades de conservação, acompanhando a eclosão de movimentos sociais, políticos e ambientais, muitos oriundos dos processos de redemocratização no Brasil nos anos oitenta do século XX (SANTILLI, 2004). Os objetivos incluem conservar o conjunto

Figura 02: Contextualização territorial da APA Carste de Lagoa Santa. Fonte: Arquivos Marília Pimenta, 2020. [7]



Fonte: ICMBio, portal Plano Metropolitan RMBH. Elaborado por: Marília Pimenta, 2020

paisagístico e cultural da região na qual está inserida (BRASIL, 1990), mas sua importância internacional deriva da descoberta arqueológica do crânio de Luzia – pelo dinamarquês Peter Wilhelm Lund no século XIX – que é um indicativo da ocupação milenar da América do Sul (BERBERT-BORN, 2014).

Uma peculiaridade desta APA é estar situada predominantemente na geomorfologia cárstica, um tipo de morfologia que lhe confere a presença de centenas de cavernas, grutas, cursos de água subterrâneos e um dos principais elementos para fabricação do cimento, o calcário – em meio a um dos mais importantes sítios arqueológicos e paleontológicos do mundo. Embora a fragilidade ambiental em função da presença das rochas calcárias e dos ecossistemas associados, parte do território foi ocupado por mineradoras, cuja produção de calcário e seus derivados são uma das maiores do Brasil (KOHLENER; 1994; MARTINS, 2008).

Além disso, é para essa área que se expande o Vetor Norte da RMBH. Tal expansão se dá tanto pela ampliação da venda de imóveis pelo mercado imobiliário (em condomínios de luxo e/ou no Programa Minha Casa Minha Vida), quanto pelo crescimento advindo das instalações comerciais e de infraestrutura relacionadas ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, atualmente denominado Aeroporto Internacional de Belo Horizonte[8], situado no município de Confins.

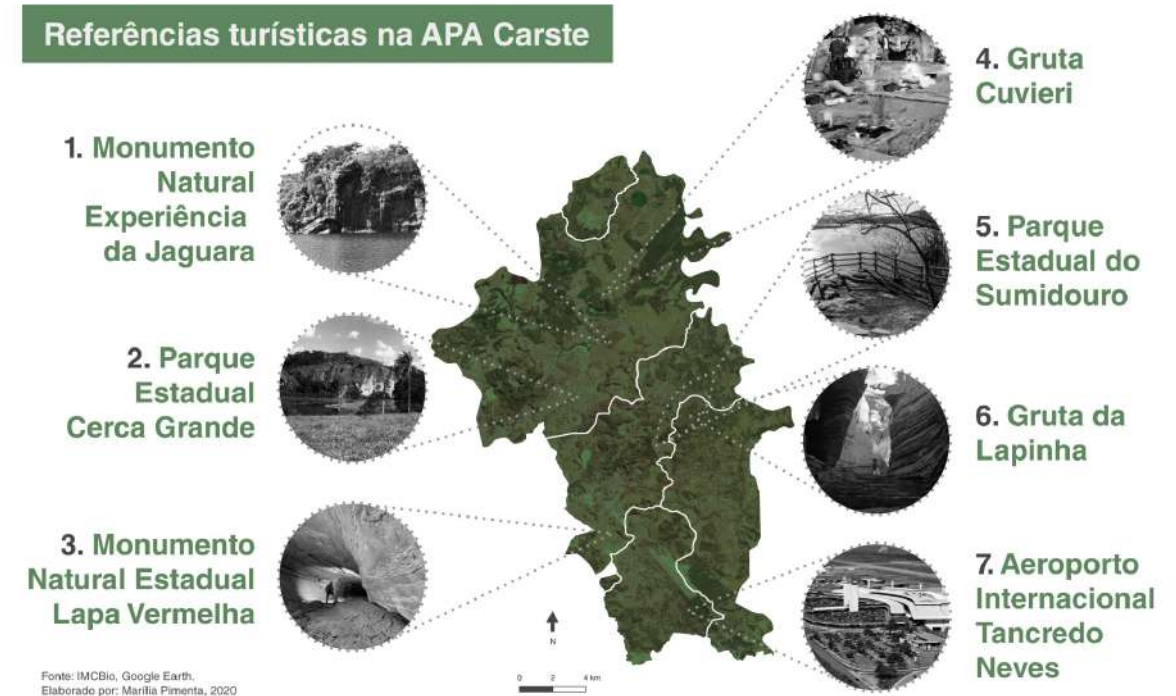
A APA Carste de Lagoa Santa não é a única área protegida no território do Vetor Norte. No interior da unidade existem outras áreas protegidas formando camadas sobrepostas de dispositivos, como as unidades de conservação estaduais. Alguns exemplos são a Área de Proteção Especial Aeroporto, o Monumento Natural Experiência da Jaguará, o Monumento Natural Lapa Vermelha, o Parque Estadual Cerca Grande e o Parque Estadual do Sumidouro, no qual se localiza a gruta da Lapinha, conhecida por muitos habitantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Figura 03).

Em termos populacionais, constata-se que existe um grande contraste entre a metrópole de Belo Horizonte e os municípios situados na APA Carste (Tabela 01). Enquanto a cidade de Belo Horizonte possui uma das maiores populações do país e densidades demográficas elevadas, os municípios da APA têm um número de habitantes ainda relativamente pequeno e com baixas densidades, apesar do rápido crescimento de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo nos últimos anos (ver Tabela 01). Outro

Figura 03: Locais de destaque de destaque arqueológico, turístico e/ou ecológico na APA Carste de Lagoa Santa. Fonte: Arquivos Marília Pimenta, 2020. Autoria própria (2020) com imagens retiradas do Google Imagens[9] e base de imagem de satélite Google Earth.

Tabela 01: comparação dos municípios inseridos na APA Carste de Lagoa Santa com Belo Horizonte. Fonte: Adaptação própria a partir de dados de IBGE (2018).

ponto que chama a atenção é a falta de saneamento básico adequado. Enquanto Belo Horizonte possui quase a totalidade da população com esgotamento sanitário, o município de Confins não possui nem 2%, sendo que a maior parte desse percentual se refere ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves.



Municípios	População Censo 2010 (pessoas)	População estimada em 2018 (pessoas)	Densidade Demográfica 2010 (hab/km ²)	Domicílios com Esgotamento Sanitário 2010 (%)
Belo Horizonte	2.375.151	2.501.576	7.167,00	96,2
Confins	5.936	6.657	140,15	2,2
Funilândia	3.855	4.304	19,29	38,4
Lagoa Santa	52.520	63.359	229,08	54,7
Matozinhos	33.955	37.473	134,59	67,2
Pedro Leopoldo	58.740	63.789	200,51	66,9

3. Planejamentos territoriais no Vetor Norte da RMBH

Segundo Foucault (1978, 1979), a legislação é um dos mecanismos para o exercício do poder, uma vez que produz ou reproduz narrativas, “verdades”. As narrativas – e os regimes de verdade que as regem, bem como as legislações que as materializam – mudam conforme muda o poder, já que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 1979, p. 10). As múltiplas relações de poder “que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e [...] não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 101). Nessa perspectiva, não existe neutralidade na legislação, uma vez que o dispositivo legal é um mecanismo de materialização do regime de verdade estabelecido em certo espaço e tempo – regime esse que, por sua vez, é estabelecido ante disputas de poder (FOUCAULT, 1978, 1979).

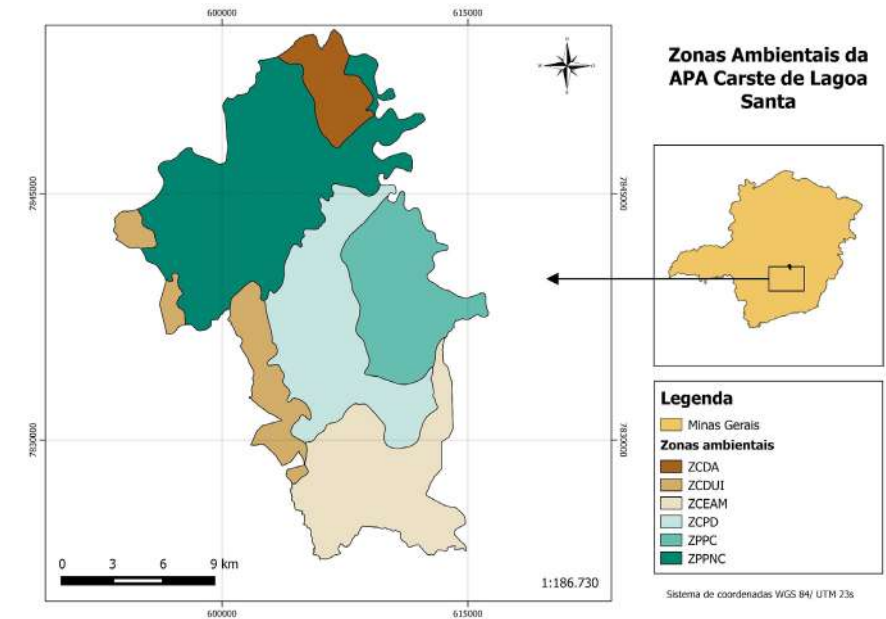
A verdade é produzida e beneficia certos poderes. O sistema legal é uma das maneiras de corporificar essa(s) verdade(s) e integra os denominados procedimentos de governamentalidade, ou seja, “a maneira como se conduz a conduta dos homens” (FOUCAULT, 2008, p. 258). É utilizando dispositivos normativos que o Estado “mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 273). Nesse sentido, a avaliação das normativas e legislações a seguir, exemplificam como a União, o estado de Minas Gerais e os municípios atuam na região da APA Carste.

Pode-se dizer que o ordenamento jurídico no território em questão é complexo e marcada pela sobreposição de entes e territorialidades, o que acaba por tornar esse ordenamento uma “arena de conflitos e negociações” (FERNANDES, 2008, p 122). Dentre as legislações direcionadas ao planejamento e ocupação deste território pode-se mencionar: o Plano de Manejo da APA Carste de Lagoa Santa, o PDDI e o Macrozoneamento da RMBH[10], os Planos Diretores Municipais de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Confins e Matozinhos, além de outras legislações municipais como Códigos de Posturas. Algumas dessas legislações e instrumentos de planejamento serão discriminados a seguir.

O Plano de Manejo da APA Carste de Lagoa Santa que foi elaborado no ano de 1998 (IBAMA, 1998), antes da acelerada expansão do Vetor Norte para o território da unidade de conservação. Nesse

Figura 04: Zoneamento ambiental da APA Carste de Lagoa Santa. Fonte: Arquivos digitais ICMBio.

plano foi estabelecido um zoneamento ambiental (Figura 04) que caracterizaria o território por área de ação, seja para conservação ou proteção de um atributo específico da unidade, a saber:



1- Zonas de Conservação Ambiental “são espaços que terão a função principal de proteger os sistemas naturais existentes, cuja utilização dependerá de normas de controle rigorosas” (IBAMA, 1998:10), compreendendo as seguintes zonas: Zona de Conservação do Equilíbrio Ambiental Metropolitano - ZCEAM, Zona de Conservação e Desenvolvimento Urbano e Industrial – ZCDUI, Zona de Conservação e Desenvolvimento Agrícola - ZCDA e Zona de Conservação do Planalto das Dolinas – ZPCD;

2- Zonas de Proteção Ambiental “são aqueles espaços cuja função principal é o de permitir a ocupação do território sob condições adequadas de manejo e utilização dos recursos e fatores ambientais.” (IBAMA, 1998:10), assim discriminados: Zona de Proteção do Patrimônio Cultural - ZPPC e Zona de Proteção das Paisagens Naturais do Carste – ZPPNC;

3- Áreas de Ocorrência Ambiental são aquelas que devido “às suas particularidades, requerem normalização específica, mais restritiva que o conjunto de normas comuns à zona ambiental”

(IBAMA, 1998, p. 10-11) tais como áreas de preservação permanente, cavidades, sítios arqueológicos, dentre outros.

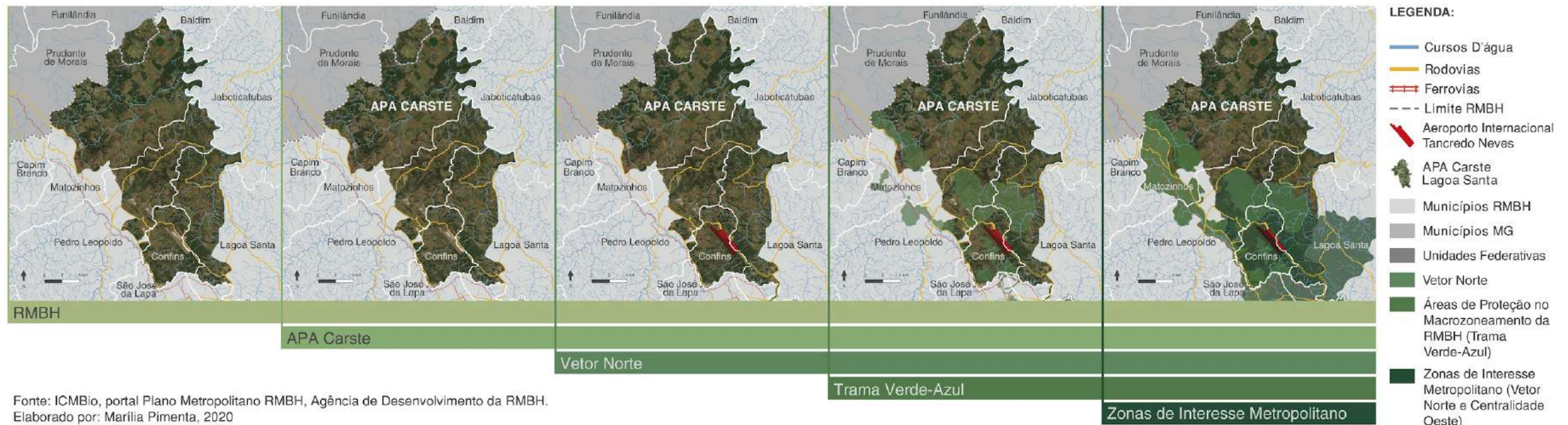
O referido Plano de Manejo, embora tenha passado aproximadamente vinte anos sem qualquer revisão, ainda é um dos instrumentos de planejamento mais utilizados para planejamento e licenciamento de atividades econômicas na unidade. Uma vez que o plano visa a conservação e a preservação ambiental favorece, em termos de diretrizes e normativas, a mitigação de danos ambientais na unidade de conservação. As diretrizes expressas no Plano de Manejo deveriam ser utilizadas tanto pelos municípios quanto pelo estado de Minas Gerais, uma vez que se refere a uma unidade de conservação sob domínio da União, cujas prerrogativas legais devem ser seguidas pelos demais entes federados.

Ressalta-se que no ano de 1979 foi editada a Lei Federal 6.766 do parcelamento do solo urbano. Entretanto, além de questões relacionadas com modalidades de loteamento, desmembramentos e outros, ela se refere também a questões ambientais como qualidade de água e esgotamento sanitário. Adicionalmente, a Lei disciplinou sobre a instituição de Áreas de Proteção Especial (APE) para a proteção de mananciais, do patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico (BRASIL, 1979).

Figura 05:
Sobreposição da
regulação territorial
da APA Carste.
Fonte:
Arquivos Marília
Pimenta, 2020[11].

No Vetor Norte da RMBH foi instituída, pelo Estado de Minas Gerais, uma área de proteção especial mesmo antes da criação da APA Carste de Lagoa Santa, cuja denominação foi dada como Área de Proteção Especial Aeroporto (APE – Aeroporto). A função dessa APE é a proteção de mananciais, patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico em Confins e partes dos Municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos e Funilândia (MINAS GERAIS, 2009). A APE Aeroporto possui grande parte de seu território sobreposto ao da APA Carste de Lagoa Santa, entretanto não possui um plano de manejo específico. Dessa maneira, as diretrizes do Plano de Manejo da APA Carste acabam por nortear a ocupação territorial e o licenciamento de atividades econômicas.

Em 2004, é caracterizada a RMBH e estabelecida a necessidade de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado que auxiliasse na gestão metropolitana (MINAS GERAIS, 2004). Dessa maneira, é sobreposto ao Plano de Manejo da APA Carste, o instrumento do PDDI e Macrozoneamento da RMBH. Uma das propostas inovadoras do PDDI foi estabelecer uma trama de integração cultural, ambiental e de locomoção na RMBH, a Trama Verde-Azul, que teria relação direta com um viés socioambiental. A seguir analisamos como o PDDI se referiu ao território abrangido pela APA Carste, considerando as áreas de maior vulnerabilidade ambiental e algumas também de vulnerabilidade social (Figura 05).



Fonte: ICMBio, portal Plano Metropolitano RMBH, Agência de Desenvolvimento da RMBH.
Elaborado por: Marília Pimenta, 2020

A exceção do município de Funilândia, todos os demais inseridos na APA Carste, estão relacionados ao PDDI e ao Macrozoneamento (SEDRU, 2011; PDDI, 2017). Considerando as Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs) especialmente no Produto 5 do Macrozoneamento (UFMG, 2015), os municípios que compõem a APA Carste, exceto Funilândia, foram territorializados na ZIM Vetor Norte e na ZIM MG-424. No Produto 5, as funções foram transporte, habitação e desenvolvimento econômico: ficou evidenciado que a questão ambiental não fez parte das funções de interesse para o zoneamento da ZIM Vetor Norte, que abarca trechos de Confins, Pedro Leopoldo e Lagoa Santa, dentre outros municípios.

Embora grande parte da ZIM Vetor Norte esteja dentro da APA Carste, apenas no seu eixo norte foi estabelecida uma Zona de Proteção (ZP-2), devido à existência de uma formação geomorfológica frágil, denominada de dolinas. Também foi criada uma ZDEM de Interesse Ambiental (Trama Verde e Azul), mas sem considerar as peculiaridades físicas do local. Na ZIM MG-424 estão incluídas partes do território abrangido pela APA Carste e nela foi estabelecida uma Zona de Proteção envolvendo principalmente a região de Mocambeiro em Matozinhos. E uma ZDEM de Interesse Ambiental que abarca o Ribeirão da Mata e outras áreas já protegidas por normativas da União e do Estado.

Assim, apesar de no território da APA Carste existirem muitas áreas de fragilidade ambiental, nem todas foram incorporadas pelo Macrozoneamento. Além disso, apesar de a unidade ter sobreposição com a Área de Proteção Especial Aeroporto (APE – Aeroporto), as peculiaridades e restrições de tal área não foram mencionadas no Macrozoneamento do PDDI.

O Vetor Norte está inserido na Bacia do Rio das Velhas. Portanto outro importante instrumento de gestão – que está relacionado tanto com a gestão urbana quanto rural – é o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. A elaboração do plano foi finalizada em 2015 e se deu pela participação direta de diversos atores sociais envolvidos com a bacia, especialmente no Comitê e nos Subcomitês. Nele são apresentados um minucioso diagnóstico da situação socioambiental da Bacia e as diretrizes para melhorar a qualidade e disponibilidade hídrica, o que está relacionado com diversos segmentos ambiental, social, produtivo e de gestão.

Figura 06: APA Carste no Vetor Norte e no Macrozoneamento. Fonte: Arquivos Marília Pimenta, 2020[12].



Fonte: ICMBio, portal Plano Metropolitano RMBH, Agência de Desenvolvimento da RMBH. Elaborado por: Marília Pimenta, 2020

Uma orientação ao longo do Plano de Recursos Hídricos era para que os planos diretores municipais fossem readequados levando em consideração suas diretrizes (CBH VELHAS, 2015), o que até o momento não foi efetivado por completo. No caso da APA Carste, ela está inserida nas sub-bacias hidrográficas dos córregos Samambaia, Palmeiras-Mocambo, Jaguará e Riacho do Gordura, apresentando complexa rede subterrânea de cursos hídricos. Em função disso, integra como instituição conselheira o Subcomitê do Ribeirão da Mata e o Subcomitê do Carste, o que seria um canal para o diálogo institucional entre os atores sociais locais e um dispositivo para diminuição da vulnerabilidade socioambiental no território da Unidade.

Em termos de legislações municipais que fazem referência a questões ambientais e que auxiliam no ordenamento urbano no que tange ao tema e na mitigação da vulnerabilidade ambiental regional, há no território da APA Carste muitos dispositivos legais, tais como Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo e Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável. Não foi objeto desse artigo a análise das legislações municipais, entretanto a sua existência indica um arcabouço legal que poderia auxiliar na mitigação dos danos oriundos de uma ocupação urbana e econômica mais intensa nesse território, especialmente se integrada às legislações pré-existentes.

Considerando o exposto, observamos que as premissas do socioambientalismo buscam favorecer o diálogo entre diversos atores da sociedade e estimular a elaboração e implementação de políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais e os impactos ambientais com “ampla participação social na gestão ambiental” (SANTILLI, 2004, p. 14). A partir de uma breve cartografia, entendemos que tais premissas são embrionárias na APA Carste de Lagoa Santa. Talvez seja necessária maior mobilização social para que os objetivos da unidade sejam atingidos.

4. Considerações finais

O socioambientalismo buscou uma conexão entre os direitos afeitos à sociedade e à natureza, a partir da percepção que ambas integram um coletivo. Tal busca teve reflexos na instituição de leis como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Entretanto esse Sistema não dá conta de abarcar toda realidade em que atores humanos e não humanos estão envolvidos.

Com base nas legislações e instrumentos de planejamento levantados, percebeu-se que ocorre no Vetor Norte da RMBH uma significativa sobreposição de entes e de normativas sobre o território.

Através dos rastreamentos dos mecanismos de planejamento da APA Carste de Lagoa Santa, compreendemos que essa sobreposição indica um campo de disputas. Uma vez que nem sempre ocorre a devida correlação jurídica entre as legislações, sendo que algumas são ignoradas – como a APE-Aeroporto e o Plano de Manejo em relação ao PDDI e o Macrozoneamento –, percebemos que o território analisado é disputado por regimes de verdade, por poderes distintos que buscam a governamentalidade de uma região valiosa – econômica, socioambiental, paisagística, histórica, cultural e politicamente – para a RMBH. A legislação é, portanto, uma materialização discursiva de poderes em que circulam e disputam a sobreposição controversa entre diversas legislações e em escalas distintas intermunicipal, metropolitana, federal etc. – demonstram a disputa de poder entre diferentes atores na região. Uma chave de pesquisa futura seria questionar que atores são esses e por que certas legislações ignoram as anteriores, a quais interesses serve etc. Independentemente, porém, esse vácuo favorece a uma maior vulnerabilidade tanto dos ecossistemas locais, quanto das comunidades humanas e não humanas nele envolvidas.

Entende-se que uma maior efetividade de gestão urbana no Vetor Norte – especificamente no território abrangido pelas áreas protegidas como a APA Carste de Lagoa Santa – está relacionada tanto com a melhoria do planejamento urbano de forma interinstitucional quanto com sua aplicabilidade.

Notas

1. Este artigo integra os levantamentos secundários para pesquisa de doutorado em curso no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Outros artigos deverão ser produzidos a partir dos rastreamentos realizados, uma vez que indicam a existência de controvérsias que serão discutidas posteriormente com mais afinco pelas autoras.
2. Compreendemos o conceito de política urbanizadora como “um esforço para controlar ou influir sobre as transformações que ocorrem num processo de urbanização” (REIS FILHO, 1971).
3. Entende-se, neste artigo, o neoliberalismo como um “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”, existindo assim uma nova racionalidade global que interfere em várias partes da esfera da vida, para além da econômica (DARDOT; LAVAL, 2016, p.7).
4. O termo fetiche aqui refere-se ao que Karl Marx (MARX, 1994) cunhou como “fetiche da mercadoria”. Na produção da mercadoria no capitalismo, os trabalhadores e consumidores de certa forma perdem o vínculo com o processo produtivo e com o produto de seu trabalho, processo de alienação, sob o qual a origem da mercadoria é dissimulada em capital simbolismo que sacraliza o objeto, deixando sua origem misteriosa. Esse processo é o fetichismo, que funciona como estratégia para mascarar a relação econômica e o produto do trabalho humano, oferecendo a este um caráter dúbio (MARX, 1980, *apud* AGUIAR, 2005). Este conceito de Marx foi traduzido para a relação fetichista do capitalismo com a natureza por diversas autoras, como Paola Verri (2008), trazendo uma aura mística, intocada e “selvagem” ao natural, distanciando da realidade: “habilmente empacotam um estado hiperreal da fetichização simbólica da Natureza em sinais supervalorizados (flores silvestres, montanhas rochosas, águas cristalinas, praias intocadas) e lugares (clareiras idílicas, picos nevados, rios sem barragens, florestas virgens)’ [LUKE, 1997][...] essas imagens podem não ser verdadeiras ou reais como tais, porém conduzem as pessoas a aceitarem-nas como se fossem” (LUKE, 1997, *apud* SANTANA, 2008, p.95 e 96). E por Ana Carolina Euclides (2016) ao pesquisar sobre áreas protegidas e o capital. A autora aponta que: [...] “Na fase ecológica do capital, as empresas internalizam a conservação da natureza em seus

custos, considerando-a investimento para produção futura de mercadorias de maior valor, e valem-se dessa estratégia em publicidade voltada para o mercado verde (M. O’CONNOR, 1993)” (EUCLYDES, 2016, p.107).

5. Essa área é assim denominada pelo predomínio da geomorfologia cársica, comumente chamado de Carste, que é caracterizada pela corrosão de rochas calcáreas, com a possibilidade de aparecimento de grutas e rios subterrâneos, portanto, bastante vulnerável para o desenvolvimento de atividades antrópicas. Dessa maneira, as atividades econômicas e a urbanização nesta área devem ser controladas e monitoradas, uma vez que, apesar de sua fragilidade ambiental, é uma das que mais tem crescido na RMBH.

6. O mapa foi elaborado a pedido das autoras com dados disponíveis nos seguintes sites: ICMBIO, Agência Metropolitana da RMBH e no portal do Plano Metropolitan da RMBH. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2057-apa-do-carste-de-lagoa-santa>, <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/macrozoneamento-mapa/> e <http://www.rmbh.org.br/central-cartog.php>. Acessos em 15 de maio 2020.

7. O mapa foi elaborado com dados disponíveis nos seguintes sites: ICMBIO, Agência Metropolitana da RMBH e no portal do Plano Metropolitan da RMBH. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2057-apa-do-carste-de-lagoa-santa>, <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/macrozoneamento-mapa/> e <http://www.rmbh.org.br/central-cartog.php>. Acessos em 20 de maio 2020.

8. Entende-se que o aeroporto está situado numa área geomorfológica de grande complexidade arqueológica e de fragilidade ambiental. Ele se torna um dispositivo entre a importância do local e a imposição dos interesses do Império (NEGRI, HARDT; 2001).

9. 1: ARMOND, M.A. Inventário Participativo para o Monumento Natural do Estado Vargem da Pedra. Ecomuseu Mocambeiro. 25/11/2012. Disponível em <<http://ecomuseumocambeiro.blogspot.com/2012/11/oficina-de-animacao-vargem-da-pedra.html>>. 2: REDAÇÃO - Por Dentro de Tudo!. Parque Estadual Cerca Grande será implantado após determinação da Justiça. 25/02/2015. Disponível em <<https://www.pordentrotodetudo>>.

com.br/index.php?pag=Noticias&id=4994>. 3: OBSERVATÓRIO ESPELEOLÓGICO. Acontecendo. Disponível em <<https://www.observatorioespeleologico.org.br/projetos>>. 4: AGÊNCIA BRASIL. Pista do Aeroporto de Confins deve ser liberada na noite de hoje. 20/12/2018. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-12/pista-do-aeroporto-de-confins-deve-ser-liberada-na-noite-de-hoje>>. 5: REZENDE, J. Minas na vanguarda arqueológica. JORNAL HOJE EM DIA. 10/08/2013. Disponível em <http://www.lagoasanta.com.br/homem/minas_na_vanguarda_arqueologica.htm>. 6: ARIA, L. Parque Estadual do Sumidouro Descobrimos Minas Gerais. Parque Estadual do Sumidouro - MG. 15/06/2017. Disponível em <<https://borala.blog.br/parque-estadual-sumidouro-mg/>>. 7: DICAS DO NOSSO BRASIL. Gruta da Lapinha em Belo Horizonte. Disponível em <<https://dicasdonosso brasil.com.br/belo-horizonte/gruta-da-lapinha-em-belo-horizonte/>>.

10. O material referente ao PDDI e ao Macrozoneamento podem ser encontrados no site: <<http://www.rmbh.org.br/>>.

11. O mapa foi elaborado com dados disponíveis nos seguintes sites: ICMBIO, Agência Metropolitana da RMBH e no portal do Plano Metropolitano da RMBH. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2057-apa-do-carste-de-lagoa-santa>, <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/macrozoneamento-mapa/> e <http://www.rmbh.org.br/central-cartog.php>. Acessos em 20 de maio 2020.

12. O mapa foi elaborado com dados disponíveis nos seguintes sites: ICMBIO, Agência Metropolitana da RMBH e no portal do Plano Metropolitano da RMBH. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/cerrado/unidades-de-conservacao-cerrado/2057-apa-do-carste-de-lagoa-santa>, <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/macrozoneamento-mapa/> e <http://www.rmbh.org.br/central-cartog.php>. Acessos em 20 de maio 2020.

Referências

AGUIAR, Paulo Henrique. **Representação da natureza, transformações espaciais e turismo em Brotas/SP**. 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287372>. Acesso em: maio de 2020.

ALVAREZ. Isabel Pinto. **Planejamento e Produção do Espaço**. *In: A necessidade da Geografia*. CARLOS. Ana Fani Alessandri e CRUZ. Rita de Cássia Ariza da (org). São Paulo: Contexto, 2019.

ARAUJO, Rogério Palhares Zschaber; COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Conflitos e Gestão Ambiental no Território Municipal de Belo Horizonte**. Anais XII Encontro Nacional da Enanpur. Belém, maio de 2007. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1312>. Acesso em : abril de 2020.

BERBERT-BORN, Michele. **O Carste de Lagoa Santa**. *In: HOBENHAUS C. et al.* (ed.). Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Disponível em <http://sigep.cprm.gov.br/sitio015/sitio015.pdf>. Acesso: março de 2014.

BRASIL. **Lei complementar nº 14, de oito de junho de 1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, jun. 1973.

_____. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, dez. 1979.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

_____. **Decreto nº 98.881, de 25 de janeiro de 1990**. Dispõe sobre a criação de área de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 26 jan. 1990.

CBH VELHAS - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas**. Resumo Executivo. Belo Horizonte, 2015.

COSTA, Heloísa. Soares de Moura. **E nas metrópoles: quem planeja o território?** Breve contribuição ao debate a partir da experiência recente de Belo Horizonte. *In*: RIBEIRO, Ana Clara; LIMONAD, Ester; GUSMÃO, Paulo Pereira de (org). Desafios ao planejamento. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012, p. 75-94.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

EUCLYDES, A. C. P. **A hipótese otimista: dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul**. Tese (Doutorado em Arquitetura). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FANICARLOS, Ana. **A “Margem” Está No Centro**. *In*: Redescobrimo o Brasil 500 Anos Depois. Org: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio A. G. 2000.

FERNANDES, Edésio. **Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil: duas questões para reflexão**. *In*: COSTA, Geraldo Magela e MENDONÇA, Jupira. Planejamento urbano no Brasil: trajetória e perspectivas. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2008. p. 123-135.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de França**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Coleção Tópicos. Trad. Eduardo Brandão.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População: curso ministrado no Collège de France (1978)**. Martins Fontes. São Paulo, 2008. Trad. Eduardo Brandão.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Capítulo I: Verdade e poder [entrevista]. Capítulo XII: Soberania e Disciplina [curso ministrado no Collège de France (1976)]. Capítulo XIV: O Olho do Poder [entrevista]. Edição online: Sabotagem. Paris, 1979. Disponível em: <http://petletras.paginas.ufsc.br/files/2017/03/foucault-microfisica-do-poder.pdf>. Acesso: abril de 2020.

GOMES, Patrícia Silva. **A regulação urbanística e ambiental no contexto metropolitano: reflexões a partir do Vetor Norte da metrópole de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado). Escola

de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2014.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS; CPRM - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Gestão Ambiental APA Carste de Lagoa Santa**. Belo Horizonte: IBAMA/Fund. BIODIVERSITAS/CPRM, 1998.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg>. Acesso: dezembro de 2018.

INSTITUTO HORIZONTES. **Programa de Desenvolvimento e Gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Vetor Norte da RMBH**. Programa de Ações Imediatas. Disponível em: http://www.institutohorizontes.org.br/imagens/estudoseprojetos/DOCUMENTO_FINAL_VETOR_NORTE.pdf. Acesso em: dez. 2018.

KOHLER, Heinz Charles. Geomorfologia Cárstica. *In*: **Geomorfologia uma atualização de bases e conceitos**. Org. Guerra, A. J. T. & Cunha, S. B. Bertrand Brasil, São Paulo, 309 - 334. 1994.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Trad. Sérgio Martins.

LOPES, Marcela Silviano Brandão; RENA, Natacha Silva Araújo; SÁ, Ana Isabel de. **Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma**. V!RUS, São Carlos, n. 19, 2019. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>. Acesso em: abril de 2020.

MARICATO, Ermínia. **URBANISMO NA PERIFERIA DO MUNDO GLOBALIZADO metrópoles brasileiras**. São Paulo em Perspectiva, 14(4). São Paulo, 2000.

MARTINS, Marcos Lobato. **História Ambiental e recursos hídricos nos domínios do carste**. *In*: Cadernos Manuelzão. Projeto Manuelzão. v. 3, n. 5, Belo Horizonte, 2008. p. 8-12.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 6 vols. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. Trad. J. Ferreira Martins e Vital Moreira.

MINAS GERAIS. **Emenda à Constituição nº 65 de 25/11/2004**. Altera os artigos 42 a 50 da Constituição do Estado. Diário do Executivo – Minas Gerais. 2004.

_____. **Lei nº 18.043, de 23 de janeiro de 2009.** Modifica o Decreto nº 20.597, de 4 de junho de 1980, que define área de proteção especial, situada nos Municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Matozinhos, para fins do disposto no art. 13 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Diário do Executivo - Minas Gerais. 2009.

_____. Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana. **Minuta do Projeto de Lei PDDI.** Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. Disponível em http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Minuta-PL_PDDI-dez2016.pdf. Acesso em: novembro de 2018.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz de Melo. **Urbanização extensiva e lógicas de Povoamento:** um olhar ambiental. *In:* SANTOS, Milton et. al. (orgs.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 169-181.

_____. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil Contemporâneo. *In:* DINIZ, Célio Campolina; LEMOS Mauro Borges (org.). **Economia e Território.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 429-446.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michel. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2001. Trad. Berilo Vargas.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDDI. Central de Conteúdos. Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/central.php>. Acesso: out. 2017.

PEREIRA, Rubem Gomes; CALDEIRA, Altino Barbosa. **Impactos antrópicos no patrimônio natural e cultural do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).** *In:* Revista de Biologia e Ciências da Terra, n. 1, v. 11, 1º semestre 2011. p. 22-31.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **EVOLUÇÃO URBANA DO BRASIL.** Biblioteca Pioneira de Arte, Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, USP. ENIO MATHEUS GUAZZELLI & CIA. LTDA. São Paulo, 1971.

SANTANA, Paola Verri de. **Ecoturismo:** uma indústria sem chaminé?. São Paulo: Labur Edições, 2008, 147p.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos:** proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda. São Paulo, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1996.

SEDRU - Secretaria de Estado Desenvolvimento Regional e Urbano. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH.** Belo Horizonte, 2011.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Produto 05:** Definição dos parâmetros urbanísticos e de diretrizes específicas de estruturação e desenvolvimento para as zonas de interesse metropolitano (ZIMS). Plano Metropolitano. Macrozoneamento. Belo Horizonte, jul/2015.

***Cláudia Silva Barbosa** é Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Doutoranda da Escola de Arquitetura da UFMG. E-mail: geoclaudiabarbosa@gmail.com

Nina Lavezzo de Carvalho é Estudante de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Arte-Educadora e Analista de Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas. E-mail: ninalavezzodecarvalho@hotmail.com

Natacha Silva Araújo Rena é Arquiteta. Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade de São Paulo – PUC-SP. Professora da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: natacharena@gmail.com

Coletivos urbanos insurgentes: as disputas pelo espaço na cidade de Curitiba

Insurgent urban collectives: disputes over the space in Curitiba

Simone Aparecida Polli, Rafael José Pivetta*



Resumo

Os espaços públicos, locais típicos da vida política e pública, sujeitos a diferentes conflitos e interesses, vêm sofrendo processos de sucateamento. Os bens comuns urbanos, por guardarem significados e simbolismos próprios, também são disputados na cena urbana. Como resposta, uma série de ações organizadas em coletivos, aparecem em defesa da vida pública, questionando o modelo de produção da cidade. Este artigo busca analisar as práticas e a organização desses coletivos, para traçar um panorama do ativismo urbano na luta pelos espaços comuns em Curitiba, segundo três estudos de caso: Praça de Bolso do Ciclista, Parque Gomm e Parque Bom Retiro. Esse ativismo de identidade e de pensamento fluidos, apoiado nas redes sociais, encontra no espaço comum o lugar para materializar suas ações, firmando novas inter-relações entre coletivos, ativistas e a população.

Palavras-chave: coletivos urbanos; conflitos urbanos; espaço público; comuns urbanos; urbanismo insurgente.

Abstract

Public spaces, typical places of political and public lives, are subject to different conflicts and interests and currently undergo a process of scrapping. The “urban commons”, for keeping their own meanings and symbolisms are also disputed in the urban scene. In response, a series of actions, organized in collectives, insists on the maintenance of spaces and public life, questioning the city production. This article aims to analyze the practices and the organization of these collectives in order to give an overview of urban activism in the struggle for commons spaces in Curitiba, according to three case studies: Praça de Bolso do Ciclista, Parque Gomm, and Parque Bom Retiro. This activism of fluid identity and beliefs, supported by social networks, finds in the common space a place to materialize its actions, establishing new interrelationships among collectives, activists and the community.

Keywords: urban collectives; urban conflicts; public space; commons urban; insurgent urbanism.

1. Introdução

Os espaços públicos vêm sofrendo um processo de encolhimento e homogeneização, sendo substituídos pelos espaços pseudo-públicos, sob controle privado como galerias, *shopping centers* e espaços de lazer (SERPA, 2007). Tais espaços, como cerne do fazer político, adquirem outros status, sendo lugares de disputa na cidade, tanto pelo mercado imobiliário quanto pelo Estado (SOBARZO, 2006).

Em contrapartida, mobilizações que lutam pela permanência, manutenção e criação de espaços comuns começam a surgir na cidade, a partir de 2010, mas especialmente após as manifestações de junho de 2013[1] (TRINDADE, 2016). Mobilizações como o Ocupe a Praia da Estação[2] (2010), em Belo Horizonte; Movimento Baixo Centro[3] (2012), em São Paulo; e o Ocupe Estelita[4] (2014), em Recife, são alguns dos exemplos dessas novas insurgências que questionam a maneira com que o poder público e a iniciativa privada vêm usando esses espaços na cidade (LIMA, 2017). Os bens comuns urbanos são lugares significativos que podem representar usos sociais compartilhados por uma parcela da população, mas que muitas vezes estão em disputa com o mercado imobiliário, Estado, iniciativa privada.

Na cidade de Curitiba, movimentos de ativismo urbano se fortaleceram principalmente a partir de 2005, com as intervenções em espaços públicos realizadas pelo coletivo Interlux[5], como as praças piratas, a jardinagem libertária, o projeto “ocupação” nos terminais de ônibus e a série de colagens de círculos vermelhos pela cidade. Em 2011, integrantes desse coletivo formaram a Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu, ou Ciclolguaçu, e passaram a focar suas manifestações e questionamentos para a mobilidade urbana ativa. Em 2014, esse coletivo conquistou a primeira praça de construção coletiva de Curitiba, a Praça de Bolso do Ciclista (entre as ruas São Francisco e rua Presidente Faria) e o projeto da Vaga Viva (TRINDADE, 2016).

A partir dessa conquista, outras mobilizações surgiram na cidade, como o Parque Gomm (2013), o Jardim Poeta Leonardo Henke (2014), a Praça Himeji (2016), o Parque Bom Retiro (2017), o Coletivo Mão na Terra (2017), a Horta comunitária do Cristo Rei (2017), a Horta do Jacu (2017), as Hortas Comunitárias do Tatuquara (2017) e a Praça do Itupava (2018). Todas elas são organizadas a partir de grupos de moradores e coletivos sobre

Figura 01: Localização dos espaços públicos reivindicados em Curitiba. Fonte: Adaptado IPPUC, autoria própria, 2018.

os ideais de sustentabilidade, mobilidade, e garantia do espaço público, concentradas principalmente nas regiões centrais da cidade (Figura 01).



Esses protestos revelam a vontade de grupos sociais, uma dinâmica e valores de uso na cidade, por vezes encoberta e endurecida pelos sistemas de planejamento urbano convencionais. Portanto, analisar a insurgência desses movimentos é questionar o paradigma construído da ‘cidade modelo’[6], as noções de espaço público, de coletividade, da violência, e o papel da mobilização social na construção de uma cidade pautada por princípios que estão fora do escopo tradicional tecnocrático do planejamento urbano.

Este artigo tem como objetivo principal traçar um panorama que caracterize os coletivos organizados que reivindicam por

espaços públicos na cidade de Curitiba, suas pautas e interações com outros grupos, de modo a entender as dinâmicas desse novo ativismo insurgente.

A partir da pesquisa do “Observatório dos conflitos urbanos de Curitiba: os conflitos como método de leitura do espaço”, foram escolhidos 3 estudos de caso por possuírem grande visibilidade midiática e características relevantes ao objeto deste artigo. São eles: a Praça de Bolso do Ciclista (defendido principalmente pelo coletivo Ciclolguaçu), por seu pioneirismo; o Parque Gomm (defendido pelo coletivo Salvemos o Bosque da Casa Gomm – SBCG), por ser o primeiro parque comunitário de Curitiba; e o Parque Bom Retiro (defendido pelo coletivo a Causa mais Bonita da Cidade -CMBC), que, pela novidade, contribui para o entendimento das dinâmicas do ativismo no período recente. Como método, realizaram-se entrevistas semi estruturadas com atores relevantes dos coletivos além da utilização de notícias e reportagens de veículos da imprensa, dados do MapCon[7] (Mapeamento de Conflitos do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba) e conteúdo das páginas oficiais do facebook de cada coletivo, além de material bibliográfico de teses e dissertações cujo objeto se aproxima desta análise.

2. Espaço e ação coletiva: um planejamento insurgente.

2.1 Os espaços públicos e comuns urbanos nas práticas cotidianas

O espaço público, desde sua gênese, se apresenta como o local de uso comum. Para Hannah Arendt (1997), esse espaço se configura como um mundo compartilhado de significações e de visibilidade do outro, em oposição ao ambiente privado, caracterizado pelas convicções subjetivas, pelo senso de propriedade e proteção. A filósofa alemã define a importância do âmbito público na formação humana como imprescindível para a sociabilidade e a democracia. Para Arendt (1997), a dissolução desse espaço coletivo diminui o interesse no outro e o senso de responsabilidade com o mundo, e somente sua pluralidade pode trazer à tona a verdadeira liberdade pública (*apud* TELLES, 1990).

Arendt (1997 *apud* TELLES, 1990) ainda caracteriza como espaço da ação e do discurso. Ação, como ambiente propício para a realização de mudanças: discurso como local de compartilhamento das visões subjetivas. Dessa forma, o discurso se configura como espaço onde as tradições são

construídas e modificadas, a memória perpetuada e as leis comuns desenvolvidas. Para Sobarzo (2006) é preciso cautela ao avaliar esses conceitos e entender o espaço público apenas como o facilitador da co-presença. Para ele, este é um ambiente de encontros anônimos, impessoais e civilizados, não necessariamente de trocas socioculturais profundas, o que, de maneira alguma, diminui sua importância sociopolítica.

A partir da ótica das políticas e da gestão públicas, o espaço público é definido como aquele que possui a propriedade jurídica da terra como pública, limitando o conceito proposto por Arendt. As disputas que serão analisados neste artigo não levam em consideração o fator de propriedade jurídica. Dessa forma, os chamados comuns urbanos adquirem importância nas disputas pela definição dos rumos da cidade. Neste artigo os “comuns urbanos” são tratados como todas as áreas abertas e livre de edificações que reúnam características de identidade, sociabilidade, usos comuns, independentemente de sua propriedade jurídica formal. São espaços que colaboram na realização da vida pública e na convivência urbana, que trazem traços representativos de um grupo, seja pela sua história, identidade ou valor ambiental. As noções de espaço público e bens urbanos comuns por vezes se misturam na medida que retomam a vida cotidiana e a socialização.

São nesses espaços que os embates se evidenciam, na disputa por projetos com concepções distintas para o mesmo lugar. De acordo com SOBARZO (2006), o espaço urbano se configura a partir de um constante confronto entre dominação e apropriação. De um lado, grupos sociais privilegiados buscando adquirir controle financeiro e político sobre a cidade, produzindo a segregação socioespacial, na medida em que os espaços são vendidos, homogeneizados e transformados em mercadoria, alinhando-se com o desejo de controle da “paz social” adotada pelo Estado. De outro lado, outros grupos da sociedade apropriam-se dos espaços, dando novos e insurgentes usos a partir da sua própria vida cotidiana (SOBARZO, 2006).

A busca pelo controle do espaço se estende a todos os âmbitos da formação da cidade, inclusive às estratégias produzidas pelo planejamento urbano. Nesse sentido, o Estado, que deveria se apresentar como redutor das contradições sociais e zelador dos interesses coletivos, atua na consolidação dos interesses de grupos privilegiados, que possuem maior poder de barganha sobre a cidade (SOBARZO, 2006).

A propagação do medo e a criação de ambientes seletos e excludentes vêm alterando as percepções sociais dos espaços (MENDONÇA, 2007). Assim, a apropriação dos espaços públicos ou de uso comum pela iniciativa privada acarreta na aplicação de instrumentos de controle e vigilância, criando *enclaves fortificados* que “protegem” o “cidadão de bem” dos perigos do desconhecido trazidos pelo outro (CALDEIRA, 2000).

Em contrapartida, o uso e as práticas cotidianas vivenciadas no espaço comum constroem a identidade e o pertencimento das pessoas, transformando um mero espaço em lugar (SOBARZO, 2006), afinal as pessoas influenciam e são influenciadas pelo espaço (MENDONÇA, 2007). Assim surgem intervenções diretas no espaço urbano, que se distanciam da política institucionalizada, enfatizam a cultura e a insurgência social como meio de embate na cidade, trazendo voz e visibilidade a novos grupos sociais (MAZETTI, 2006).

2.2 Um novo fazer urbano: insurgências do espaço

Nos últimos anos, vêm aparecendo coletivos e organizações que buscam intensificar o processo de apropriação como forma de embate ao que Carlos Henrique de Lima (2017) chama de *cidade consensual*, ou seja, o ambiente urbano vigente, construído sobre a lógica dos interesses dominantes e do desmanche do espaço público. Esses grupos coletivos e suas manifestações, ou a *cidade insurgente* de LIMA (2017), revelam uma nova forma de ver e fazer a cidade.

Os grupos que realizam tais mobilizações pelo espaço urbano, se organizam em torno dos chamados coletivos, que, diferente de outras organizações sociais, possuem uma grande transitoriedade dos participantes e fluidez identitária, o que torna sua conceituação complexa (TRINDADE, 2016). De maneira geral, esses grupos se distanciam das instituições governamentais, têm práticas não violentas que evitam o embate, são horizontais, independentes e transpassam as formas clássicas de protesto (LIMA, 2017).

Essa nova configuração difusa, muitas vezes sem uma coerência conceitual, denominada de *nuvem* (LIMA, 2017), diferencia-se dos clássicos movimentos sociais e dos chamados novos movimentos sociais (TRINDADE, 2016), porém mantém sua importância como ativismo urbano na atual dinâmica social.

O ativismo realizado pelos coletivos insurgentes, também

chamado de urbanismo tático, urbanismo de guerrilha, urbanismo *pop-up* e urbanismo *do-it-yourself*, além de questionar as políticas públicas na cidade, coloca o espaço público como protagonista da mesma (HORI, 2017). Ou, nas palavras de LIMA (2017, p. 9) “esses movimentos tematizam a cidade como objeto de disputa e afirmam ‘as ruas’ [o espaço comum] como lugar da diferença”. Para se apropriarem desses espaços, as metodologias desenvolvidas são diversas, mas buscam o engajamento e empoderamento da população local (HORI, 2017). Além disso, suas manifestações podem assumir diversas dimensões, ao mesmo tempo um caráter político-cultural (LIMA, 2017) e ambiental (TRINDADE, 2016), por exemplo. Assim, a partir de suas contestações, criminalizadas pelos grupos dominantes, esses grupos apresentam uma alternativa ao planejamento formal promovido pelo Estado. Um planejamento insurgente, pautado na participação direta dos atores, que se autodeterminam agentes transformadores (MIRAFTAB, 2016).

Essas práticas e experiências devem ser reconhecidas como formas de planejamento, pois incorporam instâncias do fazer a cidade, de pessoas planejando seu futuro, que corporificam um urbanismo mais humano, com nova imaginação e novo repertório, denominado por Miraftab (2016) como “planejamento insurgente”. Segundo a autora o planejamento insurgente ou conflitual é baseado em três princípios: Transgressão no tempo, lugar e ação; práticas contra hegemônicas e recuperação do idealismo por uma sociedade justa.

Os coletivos que lutam a favor da diversidade de ideias na cidade, representam as contradições nela vividas (LIMA, 2017). Dessa forma, faz-se necessário interpretar esses coletivos para entender a cidade (HORI, 2017) e assim possibilitar o planejamento e a criação de espaços flexíveis que promovam o uso e atendam às necessidades dos diferentes grupos sociais (MENDONÇA, 2007). Afinal, a busca por uma cidade mais justa, depende da luta pelo direito à cidade e pelo direito de participar dela (HARVEY, 2014).

3. Reivindicando a apropriação dos espaços abertos em Curitiba

Os estudos de caso trazem uma análise de três lugares, um público e dois de propriedade particular, que foram exigidos pelos moradores e por outros grupos como essenciais a convivência e sociabilidade comum. Por meio dos estudos de casos percebem-

se como se articulam essas práticas pelos diversos grupos sociais no enfrentamento à privatização do espaço.

3.1 Praça de Bolso do Ciclista

A Praça de Bolso[8] do Ciclista localiza-se entre as ruas São Francisco e rua Presidente Faria, no centro histórico de Curitiba (Figura 02). Finalizada em 2014, a construção coletiva desse espaço público foi uma iniciativa de cicloativistas que compõem a Associação dos Ciclistas do Alto Iguaçu, ou Ciclolguaçu.

A associação surgiu a partir de um desmembramento do coletivo artístico criado em 2002 e formado por colegas de faculdade que se reuniam para praticar e celebrar a cidade, o Interlux. Em 2011, alguns dos antigos membros deram continuidade aos trabalhos de ativismo urbano e de elogio à bicicleta, com o objetivo de desenvolver a ciclomobilidade como um sistema seguro na cidade de Curitiba.

Como associação, o Ciclolguaçu se envolveu com outros coletivos de mobilidade, como o Bike Anjo e a Sociedade Peatonal, e com grupos de pedal, como a Bicicletada[9], incentivando o uso da bicicleta e advogando pela mobilidade urbana ativa, numa relação formal com o poder público. Essa relação ocorre a partir da participação do coletivo em conselhos municipais, no planejamento municipal e na produção de relatórios informativos, além de possuir um vereador eleito pelo grupo, atualmente deputado estadual.

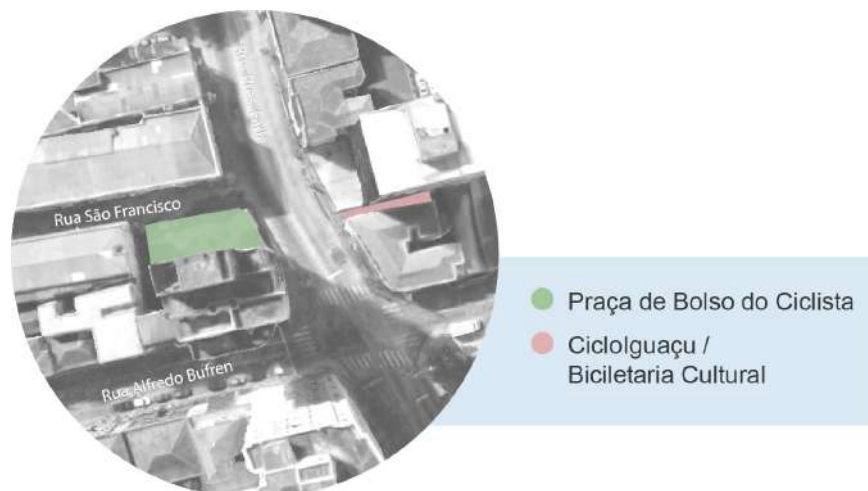


Figura 02: Localização Praça de Bolso do Ciclista. Fonte: adaptado google, autoria própria (2018)

Faria, justamente em frente a um terreno que posteriormente seria a Praça de Bolso do Ciclista. O terreno foi um ativo de massa falida doado à prefeitura em 1992 e se encontrava abandonado (TRINDADE, 2016). Retomando as práticas do Interlux de ocupação e experimentação da cidade, a associação vislumbrou a criação de um espaço público, que enaltescesse a ciclomobilidade.

Em 2013, o Ciclolguaçu entrou em contato com a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), que aceitou a proposta que complementaria o programa de revitalização do centro histórico e da Rua São Francisco, finalizado em 2012. O projeto inicial da praça ficou sob responsabilidade da PMC, que tinha prazo até fevereiro de 2014 para a realização do III Fórum Mundial da Bicicleta.

Porém os trâmites burocráticos e a finalização das obras da Copa do Mundo de 2014 impediram sua execução. Então o coletivo assumiu o comando e as obras foram realizadas por meio de mutirões, logo após a realização do mural da artista e cicloativista estadunidense Mona Caron, durante o Fórum. Todo o trabalho, desde o planejamento até a execução, foi realizado pelo grupo organizado, recebendo apenas auxílio de maquinário e técnicos da prefeitura. O mesmo se aplica ao material utilizado, no qual cerca de 80% veio de comerciantes que os apoiavam (PATRÍCIO, 2015).

Durante a construção (Figura 03), o coletivo toma outra forma, expandindo-se para os passantes e para apoiadores em geral e tornando-se mais fluído e transitório, mantendo a formação original apenas como núcleo de coordenação (TRINDADE, 2016). Organizado de maneira horizontal, o processo contou com diversas oficinas de capacitação, como de mosaico, grafite, carpintaria, horta capilar e bioconstrução. Isso aumentou o sentimento de apropriação e fez nascer um movimento “de pessoas que se sentem pertencidas e tem a cidade como seu quintal” (ROSENBAUM, 2018)[10], unificando interesses e não tendo, neste momento, oposições à sua construção.

A praça foi finalizada em setembro de 2014 e rapidamente se transformou em um ponto focal curitibano de atrações culturais, tornando a rua São Francisco praticamente pedestrializada. Essa grande movimentação e a diversidade de públicos abrigados pelo espaço trouxe consigo o barulho, o lixo e o vandalismo, o que incomodou os moradores e comerciantes da região, que conseguiram proibir a realização de alguns eventos (TRINDADE, 2016).

Esse fato, atrelado às baixas temperaturas de Curitiba e ao desgaste temporal sem a devida manutenção, ocasionou uma redução gradual do uso da praça e sua apropriação por outros usuários, em especial os vendedores de drogas. Mesmo assim, a construção da Praça de Bolso do Ciclista transformou uma rua escura, deserta, perigosa e cheia de carros estacionados em um espaço de convivência aberto, movimentado, destinado ao pedestre e ao ciclista, transformando não apenas o terreno, mas seu entorno imediato.



Figura 03: Mutirão de construção. Fonte: Doug Oliveira, 2014

3.2 Parque Gomm

O Parque Gomm, ou bosque da Casa Gomm, é o espaço defendido pelo coletivo Salvemos o Bosque da Casa Gomm desde junho de 2013. Localiza-se no bairro Batel (um dos bairros mais nobres de Curitiba), entre as ruas Bruno Filgueira, Carmelo Rangel e Hermes Fontes, atrás do shopping Pátio Batel (Figura 04). Desde 1988, a mansão da família Gomm e seu entorno são tombados pela Prefeitura como Patrimônio Histórico de Curitiba.

Figura 04: Localização Parque Gomm. Fonte: Adaptado Google, autoria própria, 2018.

A partir de 1990, o bosque, de mata atlântica nativa, foi dando lugar à construção do shopping Pátio Batel, inaugurado em setembro de 2013 (ZAMONER et. al, 2015). Para sua instalação, uma casa de madeira de Araucária, pertencente ao governo estadual, teve de ser removida. Além disso, a fim de mitigar o tráfego criado pelo novo empreendimento, foi assinado pela Prefeitura e o Shopping um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que previa a ligação entre as duas metades da rua Hermes da Fonseca, atravessando o parque ao meio (Figura 04) (PIVA, 2016).

Ao saberem da frágil situação do bosque e inspirados pelas manifestações que ocorriam por todo o Brasil, em junho de 2013 é criada a página no Facebook denominada “Salvemos o Bosque da Casa Gomm” (SBCG). A página criada tinha como objetivo chamar a atenção para a preservação da área, como espaço público e verde, permeando discussões em torno dos temas: planejamento, produção do espaço, engajamento, cidadania, meio ambiente e gestão pública[11]. Em julho, uma ação civil pública conseguiu impedir que qualquer alteração pudesse ser realizada nos terrenos do Parque.



A fim de atrair a atenção do poder público e vivenciar o espaço, o coletivo realizou eventos semanais (Figura 05), como tai chi, criação de uma horta labirinto, mandalas, geodésicas, feira de troca de brinquedos, entre outros, totalizando, desde sua criação, 155 eventos[12], que contavam com a participação de outros coletivos, como o Mobiliza Curitiba, o Minha Curitiba, coletivo de empreendedorismo materno, e o Curitiba Lixo Zero.

Essa diversidade de ações atraiu um público heterogêneo, com pessoas de várias classes sociais em especial a classe média e média/alta, de vários lugares da cidade, de diversas visões políticas e idades, com destaque às crianças.

A grande movimentação dos eventos atraiu o olhar da mídia e possibilitou a abertura de diálogo com a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), agora pressionada. Com isso, em julho de 2016, a PMC oficializou, por meio do decreto 644/2016[13], o Parque Gomm como primeiro Parque Comunitário de Curitiba, unificando seis terrenos. A administração da área foi compartilhada entre a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e um Comitê comunitário formado a partir de membros dos coletivos. O novo TAC da prefeitura, com o Shopping Pátio Batel, previu uma série de obras para melhoramento do parque, como calçadas, deques e espaços cobertos.

Mesmo com a conquista, o coletivo continua a se manifestar, a propor eventos, com menor periodicidade, e apoiar outros coletivos como A Causa Mais Bonita da Cidade e a Horta do Jacu. A fragilidade legal do decreto mantém o espaço do parque em situação de risco, como por exemplo, o anúncio de junho de 2018 de sua transformação em Parque Inglês, o que apagaria seu histórico de luta e construção pelos apoiadores.

Figura 05: Piquenique e feira de troca de brinquedos realizada pelo coletivo.
Fonte: Luiz Carlos Rischbieter, 2015.



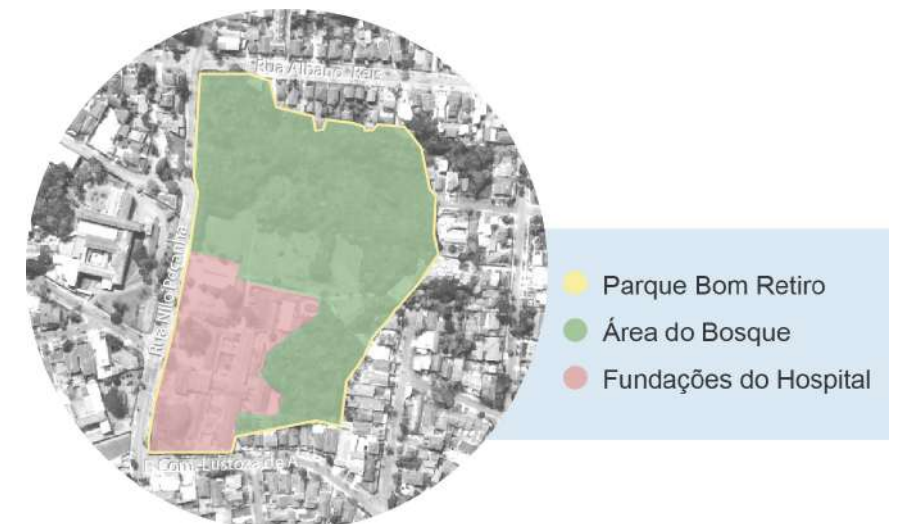
Figura 06: Localização Parque Bom Retiro.
Fonte: Adaptado Google, autoria própria, 2018.

3.3 Parque Bom Retiro

O parque Bom Retiro localiza-se entre as ruas Nilo Peçanha, Albano Reis e Comendador Lustosa de Andrade, no bairro Bom Retiro (Figura 06). O espaço, defendido a partir de 2017 pelo coletivo A Causa Mais Bonita da Cidade, abriga um bosque de 50 mil m² de vegetação nativa, com araucárias e com as fundações do antigo Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, que funcionou de 1945 a 2006, sob direção da Fundação Espírita do Paraná (FEP).

Em 2012, a área do primeiro hospital psiquiátrico da cidade foi vendida para a incorporadora Invespark, sendo que parte do bosque continua sob administração da FEP. A incorporadora então, munida de um alvará, realizou a demolição da edificação. Esse processo foi alvo de protestos da população, que conseguiu que a prefeitura entrasse com uma ação de verificação para seu tombamento como UIP (Unidade de Interesse de Preservação), o que durou apenas 36 horas e favoreceu a incorporadora (CASAGRANDE JUNIOR, 2017).

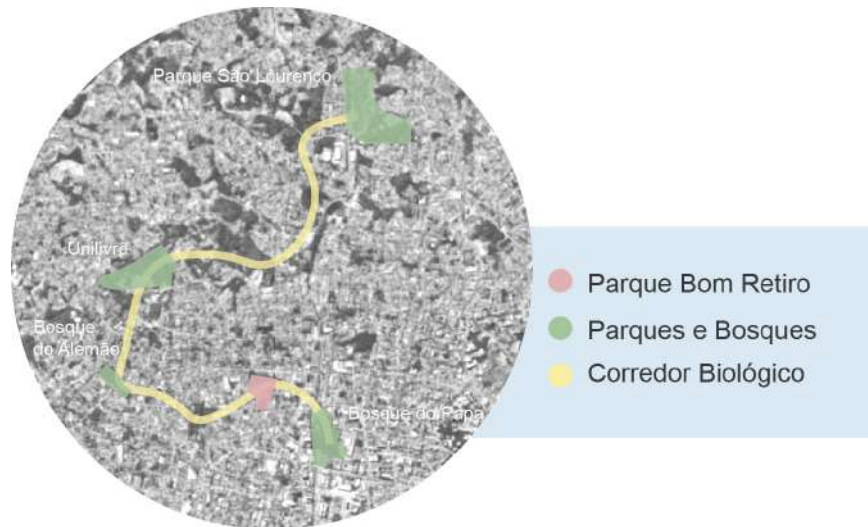
O movimento pela não destruição da área do Hospital Bom Retiro se mantém inativo até agosto de 2017, quando o grupo de supermercados Angeloni anuncia a construção de uma nova loja neste terreno. O abaixo assinado criado em 2012, pedindo que o local se tornasse um parque público, ganha mais força, e encontra no Facebook a formação de um novo coletivo que o levasse adiante: A Causa mais Bonita da Cidade.



O coletivo é formado por um grupo heterogêneo, tanto econômica quanto politicamente, e conta com o apoio de outros coletivos, como o Salvemos o Bosque da Casa Gomm, o Mobiliza Curitiba, a Horta do Jacú, as Hortas Comunitárias do Cristo Rei, e, em especial, o grupo Coletivos em Movimento[14], do qual fazem parte mais de 15 iniciativas de desenvolvimento comunitário, entre eles a Sociedade Global[15].

De acordo com A Causa Mais Bonita da Cidade, a instalação dos 30 mil m² do supermercado na região não só apagaria a memória afetiva do bairro e prejudicaria o comércio local, como também colocaria em risco as três nascentes e os dois córregos que alimentam o Rio Belém e o corredor biológico formado entre o Parque Bom Retiro, o Parque São Lourenço, a Unilivre, o Bosque do Alemão e o Bosque do Papa (Figura 07).

Para garantir a preservação do parque e a não instalação do empreendimento privado, o coletivo realiza eventos quinzenais a fim de atrair a atenção da população e do Estado.



Desde 3 de setembro de 2017, o coletivo realizou 36 eventos[16] (Figura 08) entre protestos, bazares comunitários, passeios ciclísticos e piqueniques coletivos, que traziam para discussão os benefícios e usos do parque, além da coleta de assinaturas do abaixo-assinado que conta com mais de 5 mil assinaturas. Por se tratar de um terreno privado e com interesses bem distintos, as ações foram realizadas nas calçadas que rodeiam a área.

Figura 07: Corredor Biológico. Fonte: Adaptado google, autoria própria, 2018.

Figura 08: Evento realizado nas calçadas do entorno. Fonte: Luiz Carlos Rischbieter, 2017.

Em 27 de Setembro de 2017, um morador vizinho da região e participante da Causa Mais Bonita da Cidade, entrou com um processo no Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Curitiba, pedindo o tombamento de toda a área (incluindo os resquícios do hospital) como Unidade de Interesse de Preservação (UIP) e a inclusão imediata de um alerta na guia amarela[17] do terreno, o que impediria o início das obras do supermercado. O conselho aceitou o pedido e abriu o processo de avaliação para tombamento da área, o que permanece sem desfecho final.

Com sua localização privilegiada e com a pressão pelos diferentes usos, o grande opositor ao movimento se materializa na figura da rede de Supermercados Angeloni e na Prefeitura Municipal de Curitiba que “entrega o futuro [da cidade] para o grande capital e os grandes empreendimentos” (RISCHBIETER, 2018)[18].



3.4 Análise Comparativa

A partir dos três espaços públicos analisados, a Praça de Bolso do Ciclista, o parque Gomm, e o parque Bom Retiro, defendidos principalmente pelos coletivos Ciclolguaçu, Salvemos o Bosque da Casa Gomm (SBCG), e A Causa mais Bonita da Cidade (CMBC), respectivamente, é possível traçar um panorama de como surgem, se organizam e atuam os coletivos em prol do espaço de caráter público em Curitiba. As relações entre as organizações, a população, o Estado e os grandes empreendimentos expressam a dinâmica da cidade conflitual (SOBARZO, 2006) ou insurgente (MIRAFTAB, 2016)

Esses coletivos originam-se de duas formas distintas: enquanto o Ciclolguaçu já é criado como uma associação que defende políticas de ciclomobilidade para a cidade, e se envolve na formulação de políticas públicas com a participação em conselhos; o SBCG e o CMBC surgem no próprio espaço reclamado, o que leva à criação de uma página do Facebook, canal de comunicação e organização dos seus membros. Com isso, percebe-se a importância da rede social na organização dos coletivos, na proposição de eventos, na formulação de repertório de protestos criativos e inusitados.

Outra distinção entre os coletivos é a situação fundiária do terreno. Enquanto a Praça de Bolso do Ciclista era um terreno subutilizado pertencente à prefeitura; os parques Gomm e Bom Retiro, são espaços privados ameaçados pela ação de grandes empreendimentos. Outra diferença é que no Parque Gomm já houve a construção do shopping, e no caso do Bom Retiro o terreno ainda está vazio e o conflito permanece latente.

As disputas pelo uso do espaço e pelas definições do que será feito no futuro são mais contundentes nos terrenos privados do que no terreno público, onde houve aceitação por parte da Prefeitura da intervenção proposta. Como o Bom Retiro possui uma vegetação nativa significativa, os movimentos entendem que esse espaço deveria ser construído democraticamente, atendendo os desejos de uso da população, perpassando, sob a discussão da cidade, sua produção e a participação política.

Pautas consensuais são utilizadas como formas de universalizar interesses e unificar os grupos, visto que existe uma grande variedade de renda, formação e idade dos participantes que vêm dos mais diferentes locais da cidade. Mas todos são de grupos sociais com certa instrução, acesso facilitado à internet, por

vezes estudantes universitários, que não estão reivindicando as condições básicas de subsistência e de moradia como os clássicos movimentos sociais. Além disso, a fim de reforçar sua diversidade, os grupos se mostram apartidários e, em algumas ocasiões, apolíticos[19].

Os três estudos de caso escolhidos, a Praça de Bolso do Ciclista, o parque Gomm, e o parque Bom Retiro se localizam em bairros centrais na regional matriz de Curitiba, Centro, Batel e Bom Retiro (Figura 01), respectivamente. A população desses bairros possui uma renda média mensal entre R\$ 4688,00 e R\$ 9815,00 (AGÊNCIA CURITIBA, 2017), considerada alta para o padrão de Curitiba, além de toda infraestrutura urbana instalada de asfalto, saneamento e equipamentos públicos. A diferença é que a Praça de Bolso do Ciclista localiza-se no centro antigo, local predominantemente comercial, que à noite fica vazio e subutilizado e possui prédios abandonados e outros degradados. Os parques Gomm e Bom Retiro estão em bairros adjacentes a esse anel do centro antigo, muito valorizados na perspectiva do mercado imobiliário.

A fim de atrair a atenção para a causa, os três coletivos se manifestam com a ocupação e vivência do espaço, na realização de eventos que buscam evitar o embate direto com o poder público. O Ciclolguaçu intervém na Praça de Bolso do Ciclista apenas após o contato e autorização da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), num processo institucionalizado, enquanto o SBCG e a CMBC buscam caminhos para pressionar os donos dos terrenos ou incorporadoras, que são seus opositores, e intervenções para atrair a visibilidade e dialogar com o Estado.

Para a organização dos diversos eventos de ocupação, construção e celebração do espaço, os coletivos se estruturam a partir de um núcleo que coordena suas ações e estratégias. Os eventos abrangem desde shows culturais, piqueniques e feiras de trocas até o recolhimento de assinaturas e a construção de jardins e mobiliários. Eles atraem também o apoio de outros coletivos que enxergam no local a possibilidade de exercer suas pautas específicas, com destaque aos coletivos ambientais, já que todos os estudos de caso apresentaram a proposição de hortas; e aos de ciclomobilidade, que enfocam a existência da cidade para as pessoas.

Apresenta-se ainda o espaço como o lugar da convivência interclassista, lugar de convivência, do lazer como aponta

Rischbieter[20]: “O mote é resistir e criar lugares que sejam para as pessoas se encontrarem, passear com o cachorro, para as crianças brincarem. Misturar, porque não posso existir só trancado com segurança.”

Dentro de suas manifestações e pautas, o Salvemos o Bosque da Casa Gomm e a Causa mais Bonita da Cidade encontram a resistência de grandes empreendimentos comerciais, com fortes interesses privados e especulativos, especialmente na renda da terra, devido à localização privilegiada em bairros consolidados da cidade. Porém no caso do Parque Bom Retiro as lutas são mais difíceis para os coletivos, pois além de propriedade privada, o empreendimento ainda não foi construído. O embate perpassa, de um lado, o uso especulativo do terreno em boa localização e, por outro, a memória, a preservação e o direito ao lazer dos moradores locais. Os três estudos apontaram o Estado como negligente no atendimento aos interesses de uso e preservação do patrimônio natural e construído das áreas envolvidas.

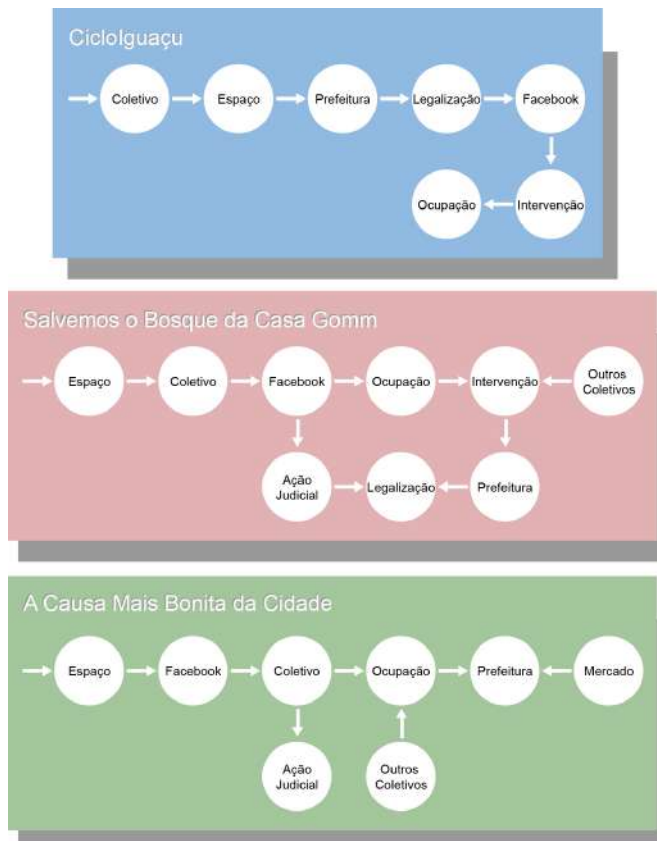
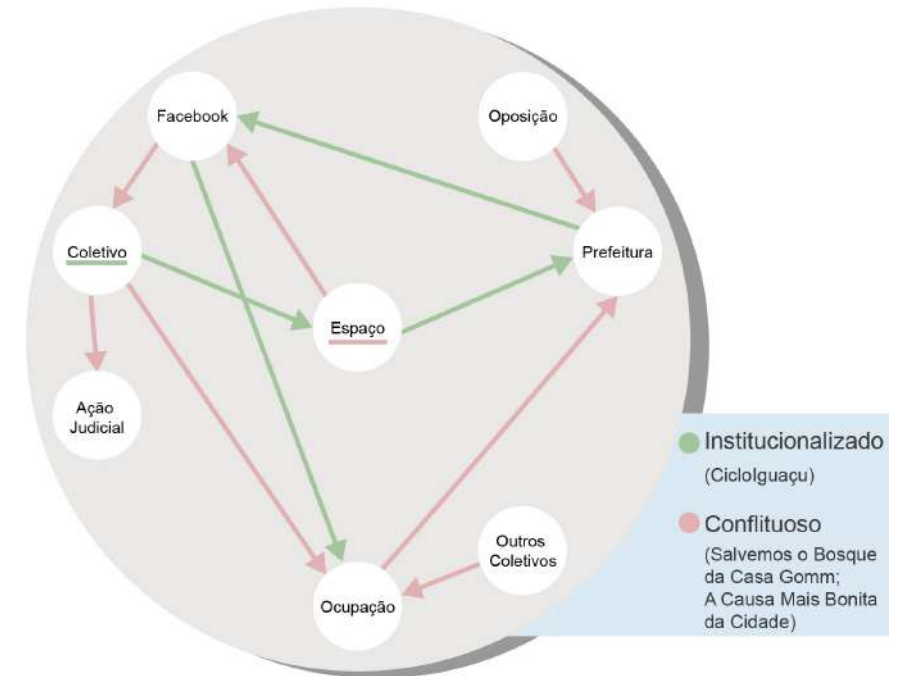


Figura 09: Diagrama síntese dos atores e formas de protesto. Fonte: autoria própria

Figura 10: Diagrama comparativo panorama das linhas de ação. Fonte: autoria própria

Assim, analisando e comparando as práticas e relações dos três estudos de caso, resumidos pela Figura 09, é possível traçar um panorama de duas linhas de ação: (i) um movimento institucionalizado, com pautas específicas, que propõe a construção de um espaço público num local abandonado; (ii) um movimento que surge a partir de um espaço ameaçado, e, visando a sua preservação, cria uma relação de disputa com grandes empreendimentos, e, por vezes, com o poder público. Essas diferenças de ação, ilustradas pelo diagrama da Figura 10, são representadas, respectivamente, pelo coletivo Ciclotguaçu, pelo Salvemos o Bosque da Casa Gomm e a Causa mais Bonita da Cidade.

Pode-se observar também, o desenvolvimento de novas configurações da luta pelo espaço comum, com o aumento da participação de outros coletivos na causa, inclusive estimulando a criação de novos. Um exemplo é a atuação do Coletivos em Movimento, e especialmente da Sociedade Global, com casos recentes como a Praça do Itupava, além dos ativismos em torno da ocupação dos espaços residuais com hortas comunitárias.



4. Considerações Finais

Os coletivos urbanos, na luta pelo espaço público na cidade de Curitiba, são um movimento crescente, insurgente e em constante transformação. Originários de indivíduos de diferentes formações socioeconômicas e políticas, nos casos estudados, de classe média, buscam a criação e preservação do valor de uso dos espaços, em contraposição à cidade dos negócios.

As diferentes práticas e formas de organização caracterizam duas linhas de ação desse ativismo urbano: uma institucionalizada e outra, conflitual. Na primeira não há disputa, pois a área é um espaço residual de uma quadra. No segundo caso, os usos não foram claramente definidos e as disputas estão latentes entre usos sociais ou privados, sem saber a que atividades se destinarão esses espaços no futuro. Ambas, usando o Facebook como ferramenta de protesto, organizam e incentivam outros coletivos, de maneira a expandir novas leituras em temas como o planejamento urbano, gestão pública, sustentabilidade e participação.

A atuação dos coletivos revela e questiona a atuação do Estado, e sua relação com a população e com os grandes empreendimentos, num embate travado entre as tentativas de dominação (uso econômico) e apropriação (uso social) do espaço urbano. Com isso, a partir de suas causas localizadas, projetam para o futuro uma nova forma de ver, entender e fazer a cidade, com práticas insurgentes e compreendendo que são os agentes sociais que disputam e constroem os usos na cidade.

Dessa forma, entende-se que a construção de uma cidade mais democrática, verde e para as pessoas depende da luta e disputa pelos valores de uso e apropriação do espaço urbano com a retomada dos espaços de uso comum e públicos como local político e de convivência interclassista.

Notas

1. As manifestações ocorridas em junho de 2013, conhecidas como as Jornadas de Junho de 2013, foram uma onda de protestos que levou milhares de pessoas às ruas em várias cidades do Brasil. O movimento que começou em São Paulo, através de páginas do Facebook, contra o aumento da tarifa do transporte público, foi apropriado posteriormente por uma diversidade de grupos e pautas com suas narrativas próprias.
2. Série de eventos realizados contra o decreto do prefeito de Belo Horizonte proibindo a ocupação da Praça da Estação. Mais informações consultar: <http://www.vermelho.org.br/noticia/123890-8>
3. Série de eventos ocorridos em São Paulo, com o objetivo de revitalizar a região do Baixo centro, próximo ao Minhocão. Mais informações consultar: <http://baixacultura.org/baixocentro-ou-as-ruas-sao-para-dancar/>
4. Protestos ocorridos em Recife pela preservação do Cais José Estelita vendido em um leilão para empreiteiras. Mais informações consultar: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154_656256.html
5. Coletivo artístico criado em 2002, que buscava, de forma orgânica, ocupar e praticar a cidade. Mais informações consultar: <https://interlux.wordpress.com/>
6. Título de fama internacional, construído sob a lógica do *city marketing*, atribuído à cidade de Curitiba, devido ao planejamento urbano aplicado nas décadas de 70 e 90, sob gestão de Jaime Lerner, mas que não refletem a atual realidade curitibana (OLIVEIRA, 2000).
7. Base de dados do Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, grupo de pesquisa (UTPFR e UFPR) que tem como objetivo registrar, sistematizar, classificar e prover informações sobre lutas urbanas, movimentos sociais e as múltiplas e diversas manifestações da conflitualidade da cidade.
8. Uma praça de bolso, ou pocket park, é uma pequena inserção em áreas centrais ou em bairros, que tem como objetivo atrair a população e ampliar os equipamentos e espaços de uso público.
9. A bicicletada é um movimento anarquista que se reúne mensalmente para pedalar e celebrar a cidade e a bicicleta.

Mais informações consultar: <https://bicicletadacuritiba.wordpress.com/>

10. Informação verbal em entrevista cedida aos autores em 11 de agosto de 2018.
11. Em entrevista cedida aos autores em 25 de junho de 2018.
12. Contabilizados a partir da página oficial do Facebook até agosto de 2018.
13. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2016/65/644/decreto-n-644-2016-dispoe-sobre-a-criacao-e-denominacao-do-parque-gomm-e-da-outras-providencias>
14. Mais informações consultar: <https://www.facebook.com/coletivosmovimento/>
15. A Sociedade Global é um coletivo institucionalizado que tem como objetivo integrar suas ações de modo a desenvolver uma sociedade democrática e sustentável, encontrando no espaço público seu local ideal. Tem auxiliado na organização e centralização de diversas iniciativas como a do parque Bom Retiro, a praça Himeji, a praça do Itupava, e o coletivo Mão na Terra em Curitiba. Fonte: <http://www.sociedadeglobal.org.br/>
16. Contabilizados a partir da página oficial do Facebook, até agosto de 2018.
17. Guia Amarela da Prefeitura Municipal de Curitiba: documento que resume as principais informações sobre o lote, principalmente dados da Secretaria Municipal do Urbanismo. <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/guia-amarela-emissao/197>
18. Informação verbal em entrevista cedida aos autores em 15 de junho de 2018.
19. Apartidarismo é não aderir, defender ou professar nenhum partido político, enquanto ser apolítico é não se envolver ou se pronunciar sobre questões políticas.
20. Entrevista cedida aos autores em 15 de junho de 2018.

Referências

AGÊNCIA CURITIBA DE DESENVOLVIMENTO S/A. **Relatório do Perfil Econômico da Regional Matriz**. 2017. Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/arquivos/regionais/perfil-economico-regional-matriz.pdf>

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Edusp, 2000.

CASAGRANDE JÚNIOR, Eloy F. Curitiba quer o Parque Bom Retiro inteiro. *Jornal Gazeta do Povo*, Curitiba, 04/10/2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/curitiba-quer-o-parque-do-bom-retiro-inteiro-41zy4u4sy88ckccpj7m1yy3t4/> Acesso em: 31 mar 2018.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 2014. Trad. Jeferson Camargo.

HORI, P. Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, XVII, 2017, São Paulo. **Anais Enanpur**. São Paulo, ANPUR, pp.1-17, 2017.

LIMA, C. H. M. de. Cidade consensual, cidade insurgente: notas sobre o ativismo urbano no centro de São Paulo. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, XVII, 2017, São Paulo. **Anais Enanpur**. São Paulo, ANPUR, pp. 1-20, 2017.

MAZETTI, H. M. Entre o afetivo e o ideológico: as intervenções urbanas como políticas pós-modernas. **Revista ECO-Pós**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, pp. 123-138, 2006.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**. UERJ. RJ, v. 7, n. 2, pp. 296- 306, 2007.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, v. 18, n. 3, pp. 363-377, 2016.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba, Editora UFPR, 2000.

PATRICIO, L. C. B. *et al.* **Praça de Bolso do Ciclista: uma construção comunitária**. 2015. Disponível em: http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2015/06/15/7C70735A-0300-4B44-93BB-9EC21EBE9308.pdf Acesso em: 31 mar 2018.

PIVA, N. Bosque Gomm vira primeiro parque comunitário de Curitiba. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 06/07/2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/bosque-gomm-vira-primeiro-parque-comunitario-de-curitiba-3w6x4bfupl70vuw9ummy0qjl3>. Acesso em: 31 mar 2018.

RISCHBIETER, Luiz Carlos. Ação dos coletivos urbanos por espaços abertos e de lazer. Entrevista concedida a Rafael José Pivetta. Curitiba, 15.jun. 2018.

SERPA, A. S. P. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo, Editora Contexto, 2007.

SOBARZO, O. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação**. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online). São Paulo, v.1, n. 19, pp. 93-111, 2006.

TELLES, Vera da Silva. **Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt**. Tempo social. São Paulo, v. 2, n. 1, pp. 23-48, 1990.

TRINDADE, Analice. Ohashi. da. **“Vale a pena acreditar na cidade”**: o movimento ativista em Curitiba e suas práticas. Dissertação de mestrado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2016.

ZAMONER, M. T. DC; VAVOLIZZA, R.; CHAVES, L. I. Design para a Inovação Social: a criação do Parque da Casa Gomm. **Revista DAPesquisa**. Florianópolis, v. 11, n. 15, pp. 130-146, 2016.

***Simone Aparecida Polli** Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
E-mail: simonep@utfpr.edu.br

Rafael José Pivetta Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
E-mail: rafapiv@gmail.com

Planejamento urbano e participação popular: Pedreira Prado Lopes na vanguarda de políticas urbanas em vilas e favelas

Urban planning and popular participation: Pedreira Prado Lopes at the forefront of urban policies in villages and slums

Susan Oliveira, Anderson Chagas*

Resumo

O presente artigo faz parte de investigações em processo acerca do Orçamento Participativo (OP) em Belo Horizonte e de experiências de extensão desenvolvidas pelo grupo de pesquisa Indisciplinar na favela Pedreira Prado Lopes (PPL), localizada na cidade em questão. Neste estudo, propõe-se investigar o planejamento urbano participativo em vilas e favelas no Brasil, tendo como foco as experiências precursoras da favela PPL por meio do OP, introduzido no município durante a gestão democrática de Patrus Ananias/Partido dos Trabalhadores (PT), em 1993. Para isso, faz-se um breve resgate histórico na evolução das políticas urbanas brasileiras e da mobilização social entre 1970 e 1990, conduzida pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), que foi essencial para a conquista dos artigos acerca da função social da cidade e da propriedade na atual constituição federal.

Palavras-chave: Pedreira Prado Lopes; urbanização; favela; participação popular; orçamento participativo.

Abstract

This article is part of investigations in process concerning the Participatory Budgeting (OP) in Belo Horizonte, experiences developed by the research group Indisciplinar in the Pedreira Prado Lopes (PPL) favela, located in the city in question. This study investigates participatory urban planning in villages and favelas in Brazil, focusing on the PPL favela's precursor experiences through the OP, introduced in the municipality during the democratic management of Patrus Ananias/Partido dos Trabalhadores (PT) in 1993. In order to do so, a brief historical rescue is made concerning the evolution of Brazilian urban policies and the social mobilization between 1970 and 1990 conducted by the National Movement of Urban Reform (MNRU), which was essential for the production of articles on the social function of the city and property in the current federal constitution.

Keywords: Pedreira Prado Lopes; urbanization; shanty town; popular participation; participatory budgeting.



1. Introdução

Este artigo faz parte de uma série de estudos relacionados ao território da favela Pedreira Prado Lopes (PPL), localizada em Belo Horizonte/MG, que vêm sendo realizados pelo Grupo de Pesquisa indisciplinar[1] por meio do Método Cartográfico Indisciplinar[2], nas pesquisas Territórios Populares (TP)[3] e Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo (OP) em Belo Horizonte (BH)[4]. Também, nos projetos de extensão Urbanismo Biopolítico[5] e Geopolítica e Cidades – ambos projetos de extensão pertencentes ao programa de extensão IndLab e nos debates do Grupo de Estudos (GE) Lagoinha[6] e no Trabalho de Conclusão de Curso da pesquisadora co-autora deste artigo Susan Oliveira.

No Brasil, a conquista dos instrumentos legais para a atuação no solo urbano e as políticas públicas participativas imbricadas nesse mesmo tema, estão diretamente ligadas à luta pela reforma urbana e sua unidade popular. Esse movimento composto por diversas entidades da sociedade civil[7], garantiu a criação dos artigos 182 e 183 no II Capítulo – Da Política Urbana – na Constituição Federal de 1988[8], que tratam sobre a função social da propriedade e lei do usucapião, regulamentados posteriormente pelo Estatuto da Cidade[9] em 2001.

A atual investigação busca evidenciar o pioneirismo da PPL na aplicação das políticas de urbanização e habitação de interesse social em vilas e favelas em Belo Horizonte, especificamente as conquistadas durante a década de 1990 e início dos anos 2000 via Orçamento Participativo (OP)[10], bem como a participação popular na condução de tais questões. Para isso, faz-se uma breve análise transescalar e histórica acerca da pauta urbana relacionada a aglomerados subnormais[11] e participação em políticas públicas para cidades inclusivas no Brasil, identificando os debates e lutas que antecederam as práticas de OP na PPL e que colaboraram para sua efetivação.

2. Planejamento urbano para quem?

O planejamento urbano brasileiro tem sua origem nos primeiros anos do período industrial e republicano, sob o discurso de embelezamento e melhoramento (VILLAÇA, 1999). Segundo Maricato (1999), esses planos foram fundamentados no modelo urbanístico europeu e implantaram bases para o aparato

fundiário e imobiliário nas grandes cidades brasileiras, que corroboraram para um urbanismo modernista segregador. Nos centros das cidades – onde residia a classe dominante –, foram desenvolvidas grandes obras sanitárias, viárias e paisagísticas, as quais expulsaram a população pobre. A exclusão do mercado imobiliário formal obrigou essas pessoas a ocuparem as regiões desabastecida de infraestrutura urbana[12] (morros, regiões periféricas) e distantes da cidade planejada.

A partir de 1930[13], a industrialização do país se intensificou e com ela também o crescimento dos centros urbanos. Em virtude de políticas desenvolvimentistas dadas pelo fortalecimento do Estado desde a Era Vargas até o governo de João Goulart, Ferreira (2005) afirma que houve um grande fluxo de trabalhadores do campo e imigrantes para os centros urbanos, intensificando o problema habitacional já existente. Nas metrópoles[14], não havia moradias, nem planejamento, nem políticas públicas suficientemente preparadas para abrigar de forma digna toda a massa operária recém-chegada.

Nesse mesmo momento histórico, o Estado de Bem-Estar Social na Europa pós-guerra expandia o crescimento do capitalismo internacional e, com isso, muitas multinacionais se inseriram no país. Na lógica da cidade-eficiente, o planejamento urbano passou a ser substituído pela funcionalidade, técnica e ciência nas metrópoles. Consolidou-se ideal modernista/funcionalista, segundo Maricato (2000a), inserindo padrões que não condiziam com a realidade latinoamericana, o que contribuiu para modernização incompleta ou excludente da urbe brasileira.

A cidade legal, assistida e regulamentada pelo Estado, se restringia às regiões ocupadas pela classe social dominante, enquanto a ilegal, escassa de planejamento, estrutura e ignorada pelo mercado imobiliário restrito crescia nas periferias (MARICATO, 2000a). Os precários aparatos públicos legais de infraestrutura urbana em conjunto com política de remoção, tornaram as metrópoles socioespacialmente desiguais, com inchamento das favelas autoconstruídas desprovidas de serviços essenciais. Essa situação suscitou greves e mobilizações populares por melhores condições de vida e trabalho.

Durante o regime militar, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) ampliou a malha urbana do país. Com relação à habitação, por meio do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), foram construídos

milhares de conjuntos habitacionais, no entanto em locais desprovidos de serviços básicos – saneamento, transporte público, escolas, hospitais, creches, emprego, coleta de lixo etc[15].

Apesar da construção de 4,8 milhões de moradias pelo sistema SFH/BNH, a desigualdade socioespacial se acentuou. Vultosos investimentos se concentraram em áreas centrais das cidades, verticalizando-as e contribuindo para o aumento especulativo do solo, ao mesmo tempo em que as habitações sociais[16] foram construídas em regiões de infraestrutura urbana precária e que não atendiam a população com renda inferior a cinco salários mínimos. Ainda segundo Maricato (1999), a distribuição de muitas moradias sociais ocorreu de forma clientelista[17], favorecendo a exclusão da cidade normatizada.

3. Redemocratização do país, reforma urbana e políticas participativas

O processo brasileiro de industrialização e urbanização criou um arcabouço legal segregacionista, gerando desigualdades e insatisfação social que culminaram na organização de forças progressistas, responsáveis pela luta pela reforma urbana nas décadas de 1950 e 1960[18]. Segundo Bonduki (2018), em 1963 ocorreu o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) [19], organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e pelo Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado (Ipase)[20], com o objetivo de criar instrumentos de regulamentação do solo para delimitarem o crescimento urbano e o controle do mercado imobiliário, inserindo a pauta urbana nas reformas de base.

Após o golpe militar de 1964, estabeleceu-se um cenário de autoritarismo político, dissolveram-se organizações civis que reivindicavam reformas sociais, inclusive urbanas, e se estabeleceu um urbanismo funcionalista tecnocrático e centralizador (FERREIRA, 2003)[21]. Com a reabertura política no final dos anos 1970, as articulações sociais ganharam maior visibilidade e relevância política[22]. Os movimentos populares retomaram pauta da reforma urbana[23] com a defesa das políticas de regularização dos loteamentos ilegais, infraestrutura e equipamentos urbanos.

Nesse cenário de exigência social por liberdade política e

democratização do acesso à terra urbana e habitação, em 1985 se originou o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). Com o fim da ditadura militar, o MNRU se expandiu nacionalmente, e sua composição heterogênea foi fundamental para a articulação popular durante a Constituinte. Conforme Júnior e Uzzo (2015), a principal bandeira do movimento era a defesa do direito à cidade, caracterizado por: (i) cumprimento da função social da cidade; (ii) políticas democráticas e participativas nas gestões das cidades; (iii) garantia de justiça social e qualidade de vida digna a toda a população; (iv) estabelecimento da função social da propriedade; e (v) criação do usucapião urbano e coletivo[24].

No sentido prático ligado ao planejamento urbano, as entidades envolvidas no MNRU[25] promoveram a Emenda Constitucional de Iniciativa Popular pela Reforma Urbana, que definiu “instrumentos urbanísticos de controle fundiário e de participação democrática na gestão urbana” (MARICATO, 2000a, p.145). A Emenda foi assinada por 130.000 eleitores brasileiros e teve como principal conquista a inclusão dos artigos 182 e 183 no capítulo de reforma urbana na Constituição Federal, estabelecendo a função social da propriedade a partir de ferramentas que controlem a produção do espaço urbano (FERREIRA, 2005)[26].

Após a Constituinte, foi criado o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)[27] para pressionar o Congresso Nacional para regulamentar os artigos urbanísticos na Constituição. Foram 13 anos de negociações contra setores imobiliários conservadores para a aprovação da Lei Federal 10.257, que regulariza os instrumentos urbanísticos pelo Estatuto da Cidade[28]. A pauta do direito à cidade e participação foi o tema da Conferência Mundial Sobre os Assentamentos Humanos – Habitat II[29], ocorrida em 1996, posteriormente à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como ECO-92[30].

Ainda na década de 1990, ocorre a introdução do modelo neoliberal hegemônico no país, o que Dagnino (2004) chama de confluência perversa[31]. Em meio às históricas conquistas mencionadas, a entrada das políticas neoliberais nos processos de participação impõe uma controvérsia entre o Estado regulador do espaço urbano e o não-intervencionismo econômico e político estatal como forma de incentivar a competitividade entre as cidades e facilitar a entrada do país do “Primeiro Mundo” (FERREIRA, 2004). Mesmo com diversas experiências municipais democráticas[32],

principalmente conduzidas por gestões do PT[33], a política nacional conduzida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso seguia o ideal de globalização. O plano de governo seguia as medidas recomendadas pelo Consenso de Washington[34], englobando tanto a liberdade de mercado quanto o desmonte do Estado, o que gerou mais concentração de renda e o crescimento da exclusão socioespacial[35]. Diferentemente disso, durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva/ Partido dos Trabalhadores (PT), é criado o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades – ligação direta com a histórica luta pela reforma urbana –, legitimando a atuação da sociedade civil na gestão pública em escala nacional.

4. Belo Horizonte: mobilização social e planejamento urbano em vilas e favelas

Encomendada pela elite da região como a nova capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte (BH) não considerou em seu planejamento a moradia para trabalhadores de baixas classes sociais (GUIMARÃES, 1992)[36]. Como resultado, paralelamente à inauguração da cidade surgiram as primeiras favelas, as quais passaram por diversas intervenções ao longo do tempo que fragmentaram sua estrutura socioespacial por desconsiderarem suas especificidades.

Com o processo de industrialização no século XX e a chegada de trabalhadores e imigrantes à capital, os assentamentos informais se expandiram em virtude da urbanização formalista e segregadora que visava manter essa parcela da população longe do centro urbano e da cidade formal, usando de políticas de remocionistas, como as executadas sob a Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (Chisbel)[37]. As condições desiguais geraram insatisfação popular, então a partir da década de 1950, surgiram diversas associações comunitárias e movimentos sociais, como a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH)[38], que reivindicavam melhores condições de vida e lutavam por uma cidade mais justa.

Durante o regime militar, essas organizações populares foram desmobilizadas, retomando suas atividades somente no final dos anos 1970 a partir um movimento mais estruturado com o apoio da Pastoral da Favela (PF) – ligada à Teologia da Libertação[39], – que atuava nas favelas por meio das Comunidades Eclesiais

de Base (CEBs)[40]. Nesse momento, importantes atores da luta por direitos e qualidade de vida da população de baixa renda foram originados, como a Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas (FAMOB) e a União dos Trabalhadores da Periferia (UTP)[41] (CONTI, 2004).

Em resposta às mobilizações populares e à necessidade de introdução de posturas democráticas institucionais criou-se em 1979, em nível estadual, o Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM)[42]. Bedê (2005) relembra que, a partir do PRODECOM, as favelas passaram a ser reconhecidas como parte do tecido urbano, substituindo a abordagem estatal remocionista pela urbanização[43]. Além de planos de urbanização em vilas e favelas, esse programa também estabeleceu e participação popular na gestão pública[44].

A partir da década de 1980 os programas estaduais foram descentralizados, e ficou a cargo dos municípios a responsabilidade do planejamento urbano para assentamentos irregulares. Em 1984 foi regulamentada a lei municipal que instituiu o Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA) [45] e incorporou mais de 120 favelas ao zoneamento de Belo Horizonte com parâmetros definidos por meio do Setor Especial 4 (SE-4). O PROFAVELA tinha como objetivo a urbanização e regularização jurídica das favelas, desvinculado de obras urbanísticas integradas, tal qual o PRODECOM, atuando de forma pontual nas comunidades por meio do órgão responsável pelas políticas de urbanização; em BH, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL)[46]. Ainda, Conti (2004) afirma que as obras desenvolvidas pelo PROFAVELA contaram com o apoio de ONGs internacionais[47].

Mesmo após o PRODECOM e PROFAVELA, 20% da população belo-horizontina vivia em mais de 170 vilas e favelas em 1993 (PBH, 2000). Nesse contexto e período temporal, o cenário administrativo da capital sofreu significativa mudança na tentativa de implementar políticas que atendessem de forma mais efetiva a população de baixa renda. Nacionalmente, se iniciava um processo de democratização da esfera pública a partir da Constituição de 1988, e em BH isso se consolidou a partir da vitória de Patrus Ananias/PT – Frente BH Popular[48] – na eleição de 1992 para prefeito municipal. A gestão de Patrus introduziu políticas democráticas e participativas no município, as quais foram direcionadas para atender principalmente as camadas populares via políticas urbanísticas e habitacionais de

gestão compartilhada[49].

No país, a década de 1990 foi marcada por gestões municipais democráticas vinculadas a partidos de esquerda, majoritariamente ligados ao PT[50]. Em BH, esse movimento ampliou os espaços de participação popular na criação de novos fóruns institucionais e desenvolveram iniciativas de democratização do planejamento urbano, como o Orçamento Participativo (OP)[51]. Para Avritzer (2008), o OP é compreendido por um desenho participativo “de baixo para cima”[52] e é um instrumento de co-responsabilidade na gestão a nível local, que permite a discussão pública entre a sociedade civil e o Estado na aplicação de uma parte dos recursos orçamentários municipais. Isso pode se dar de duas formas: uma direta e outra representativa (por meio da eleição de delegados ou conselheiros).



Com a consolidação da URBEL[54] para atuar na intervenção urbanística e na execução de loteamentos e conjuntos habitacionais de interesse social em aglomerados informais, revelou-se a necessidade da criação de novos dispositivos de planejamento urbano. Dessa forma, criou-se o Plano Global Específico (PGE)[55], instrumento que permite compreender os territórios de atuação por meio de um diagnóstico técnico construído com a participação e mobilização dos moradores.

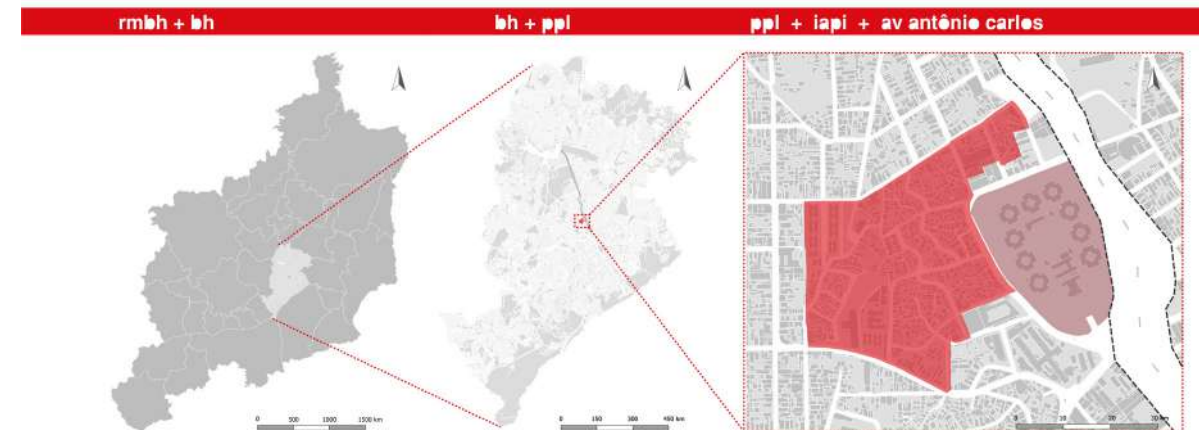
Figura 01: Patrus em assembleia do OP[53]. Fonte: autoria própria.

Figura 02: localização da PPL em BH. Fonte: autoria própria.

Em 1997, instituiu-se a obrigatoriedade da elaboração do PGE para as intervenções urbanísticas em vilas e favelas via Orçamento Participativo[56], em obras de: habitação, infraestrutura, empreendimentos e serviços urbanos (CONTI, 2004). Diante disso, a comunidade precisava se mobilizar para dois momentos: (i) primeiro para conquistar os recursos orçamentários para a elaboração do PGE e, consecutivamente (ii) para a execução das obras previstas no Plano. Além disso, para implementação do OP, também foi criada outra ferramenta para aprimorar o processamento das demandas em cada território, o Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH) [57], que quantifica os serviços urbanos existentes por Unidades de Planejamento (UPs)[58].

5. Pedreira Prado Lopes na vanguarda do planejamento urbano participativo em vilas e favelas

Surgida no início do século XX, a Pedreira Prado Lopes (PPL) é uma das primeiras favelas de Belo Horizonte e permanece r-existindo (GUIMARÃES, 1992). Seguindo o conceito de r-existência de Santos, Silva, Ribeiro e Silva (2018), a comunidade da PPL se perpetua no território e reafirma suas formas de ser e de existir, apesar das adversidades impostas pelas disputas territoriais e influência do poder dominante no local. Está localizada na região Noroeste de BH, próxima ao centro da cidade planejada[59], demarcada física, social e simbolicamente pela Av. do Contorno, e sua ocupação se deu em função da construção da nova capital mineira, com a fixação de famílias do interior do país que vieram em busca de melhores condições de vida e trabalho.

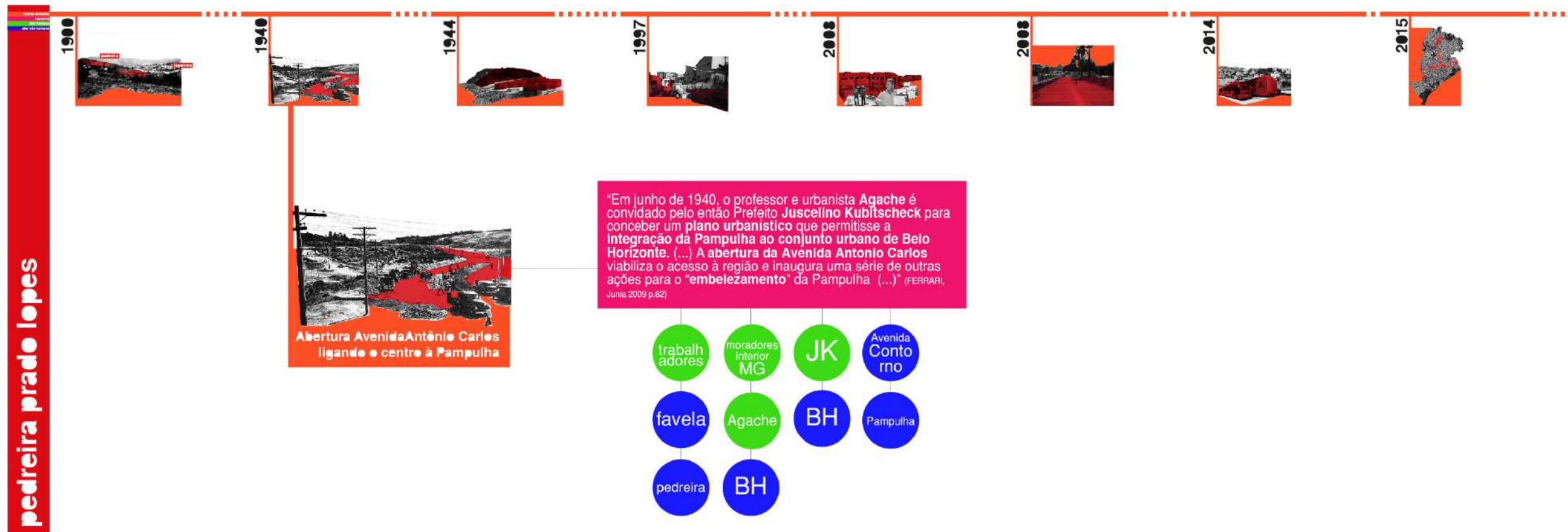


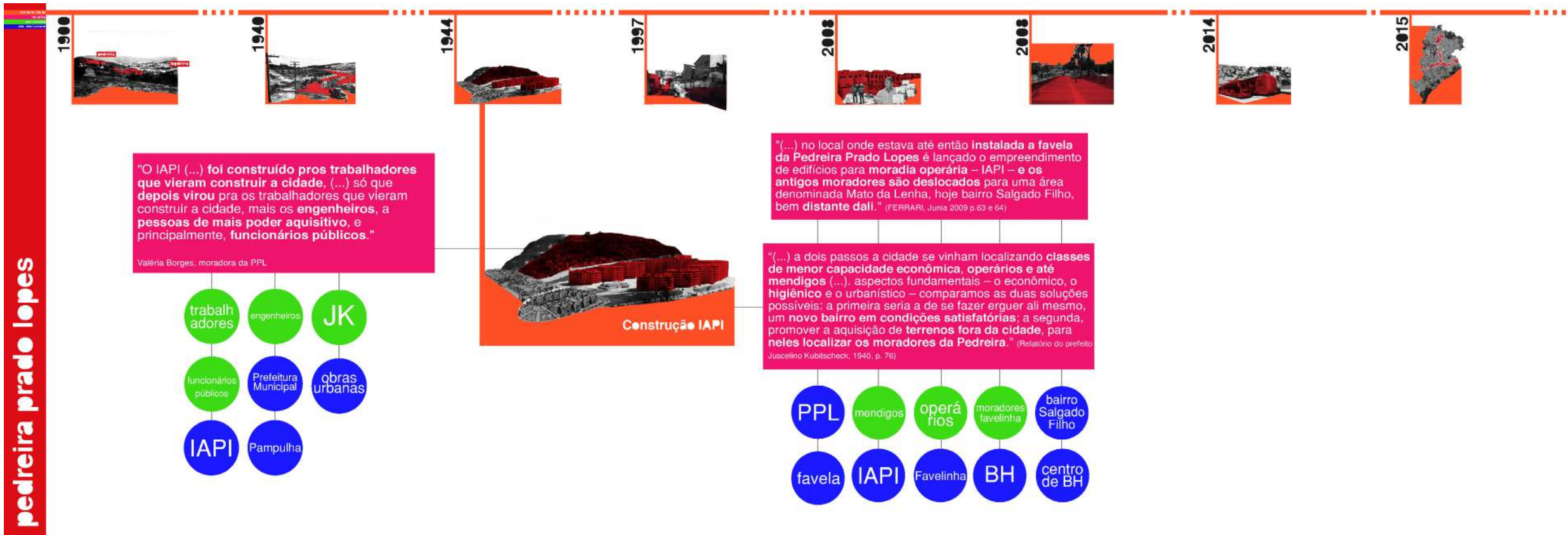
A exclusão urbanística reproduz censos subdimensionados em relação à realidade das favelas e dificulta o reconhecimento e o acesso à posse da terra e a condições dignas de moradia. Conforme Silva (2018), o estigma da marginalização, periferização e ilegalidade associado às favelas se relaciona à lógica de planos urbanos que seguem condições predeterminadas de dominação e perpetuam o racismo devido à cor de pele, via segregação espacial e subjetiva. Segundo a autora, os dados do IBGE comprovam que, no Brasil, as áreas onde se concentram a população negra são, também, as mesmas em que estão presentes as menores rendas econômicas. Na PPL, os estigmas mencionados se relacionam diretamente à desigualdade social, precária distribuição de renda e segregação espacial presente em sua trajetória.

Dentro dessa perspectiva, a PPL, assim como outras favelas da cidade, sofreu diversas intervenções que modificaram sua

Figura 03: abertura da Avenida Antônio Carlos. Fonte: Linha do Tempo PPL, Plataforma Urbanismo Biopolítico[65].

configuração socioespacial ao longo de sua trajetória[60]. Dois grandes empreendimentos que marcam o início de ações remocionistas nessa comunidade são: a abertura da Av. Antônio Carlos, em 1940, e a inauguração do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI)[61], em 1944. Segundo Ferrari (2009), essas obras seguiram o conceito modernista de embelezamento e desenvolvimento viário para conectar o centro à região da Pampulha, e transferiram de maneira forçada e violenta muitas famílias da PPL[62], obrigando-as a: ou subir o morro e fixar suas moradias na parte mais íngreme do local junto à pedra[63], ou ir morar na periferia da cidade, distante de serviços e infraestrutura urbana. Abaixo uma imagem contendo trechos da Linha do Tempo da PPL (sob o Método Cartográfico Indisciplinar[64]) com momentos importantes da urbanização de BH e seus impactos nessa favela:





A proximidade da PPL da região central do município e de serviços incentivou – e ainda o faz – os moradores a permanecerem em seu território de origem[66], apesar dessas investidas do poder dominante na favela em questão. No entanto, tal permanência é marcada pela disputa do solo urbano, em que a comunidade r-existe contra as políticas urbanas remocionistas e excludentes ligadas ao mercado imobiliário – urbanismo segregador – e a favor de melhores indenizações, infraestrutura urbana e habitacional, e regularização fundiária. Esse processo local se consolida fundamentado na organização social e engajamento político da comunidade da PPL[67], conforme abordam Oliveira, Bitencourt, Nasser e Rena (2019) e se apoia na luta nacional pela reforma urbana, evidenciada pelo SHRU[68], MNRU[69] e FNRU[70] e no avanço institucional do debate sobre a urbanização da sociedade brasileira (conforme explanado nos tópicos 2 e 3 deste artigo).

Figura 04: Conjunto Habitacional IAPI. Fonte: Linha do Tempo PPL, Plataforma Urbanismo Biopolítico[65].

Partindo dessa ideia, a expressão mais autêntica de r-existência no território da Pedreira se configura pelo seu tecido social, dada por diversas associações comunitárias e antigos moradores locais. Alguns desses atores foram essenciais na luta pela reforma urbana e por políticas públicas participativas e democráticas em Belo Horizonte e na comunidade, como, por exemplo: (i) a União Defesa Coletiva (UDC), em 1956; (ii) a União Prado Lopes[71] e a União e Trabalhadores de Periferia (UTP) [72], originadas da UDC e da FTFBH[73], respectivamente, em 1970; (iii) a Pastoral da Favela[74], entre os anos 1980 e 1990; e lideranças comunitárias[75] ativas até hoje. Essa organização social também foi fundamental no acompanhamento das obras e planos urbanos conquistados nos Orçamentos Participativos e na consolidação do sentimento de pertencimento da comunidade[76].

Conforme já abordado, as demandas do SHRU, MNRU e Habitat II[77], com bases estabelecidas antes do período da ditadura militar, geraram como fruto o Estatuto da Cidade (2001), que estabeleceu a gestão democrática na agenda da Política Urbana a nível municipal por meio de instrumentos urbanísticos e de decisão orçamentária participativa. Nesse sentido, as gestões municipais progressistas em BH, possibilitaram o pioneirismo da PPL na aplicação de políticas urbanas e habitacionais democráticas e participativas no município. O forte caráter organizativo e político de seus moradores possibilitou a conquista no território de importantes e pioneiras obras urbanas em assentamentos informais via Orçamento Participativo, como o *primeiro conjunto habitacional de interesse social*, o Araribá, no OP/1994, e o *primeiro plano urbano integrado*, o PGE[78], no OP/1997. A PPL também conquistou mais oito OPs[79]: centro de saúde (OP/1995), escola profissionalizante (OP/1996), obras previstas no PGE (OPs 1998, 1999/2000 e 2001/2002 e 2003/2004) – praças comunitárias, conjuntos habitacionais e urbanização (abertura e alargamento de vias, iluminação e saneamento).

A participação popular no processo de elaboração, gestão e execução desses empreendimentos foi vitoriosa para a população de baixa renda se comparada aos planos urbanos formalistas e tecnocráticos[80]. Os projetos implementados pelo OP colaboraram na melhoria da qualidade de vida da PPL mediante ao aumento da cidadania no acesso a serviços, equipamentos e infraestrutura urbana. No entanto, há controvérsias em relação à efetividade e forma como as obras e a sua condução foram desenvolvidas na PPL. Mello e Da Costa (2016) destacam que essa favela teve um nível médio de investimento e baixo de atendimento, tendo sido aplicados apenas 19,2% dos recursos previstos nos OPs aprovados. Além disso, as obras previstas no PGE atrasaram mais de oito anos para serem iniciadas, principalmente pelo grande número de reassentamentos requeridos[81]. Unido a isso, a maneira como as obras[82], as remoções e os reassentamentos[83] foram executados geram questionamentos quanto à efetividade democrática e cidadã desse processo, evidenciando a necessidade de o poder público reconhecer as dinâmicas sociais e especificidades do local em que se insere. Sobre isso Maricato (2003) aborda:

A saída do poder público do local após as obras pode acarretar um retorno ao clima de “terra de ninguém” ou “faroeste”, com depredação das construções, ocupação de vias e áreas públicas, amontoamento de lixo, entre outras

conseqüências decorrentes da ausência da regulação das relações sociais e do espaço, que é atribuição do Estado. [...] a urbanização de favelas implica na manutenção e na presença do poder público como em qualquer outro bairro da cidade para sua sustentabilidade. MARICATO, 2003, p.6

Mesmo com ressalvas em relação à condução das obras de urbanização e construções dos conjuntos habitacionais na PPL, divididas em onze etapas no PGE[84], a maioria dos empreendimentos previstos foram executados. Esse processo foi possível em grande parte graças às conquistas de oito edições do OP, os quais viabilizaram a gestão orçamentária compartilhada na condução dos projetos para a comunidade, mas não só. Segundo lideranças da PPL[85], muitas edições do OP precisariam ser obtidas para se alcançar a verba prevista no PGE, então a continuidade nas operações foi possível com a implementação do Programa Vila Viva[86] na PPL pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) e na Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), com investimentos para a reformulação urbanística da comunidade, construção de unidades habitacionais, reassentamento de famílias e requalificação do sistema viário, provenientes do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2008, durante o governo Lula.

A experiência do OP na PPL ampliou as formas de decisão e formas de participação popular, no entanto, esse processo que viveu um período de efervescência na comunidade (1994-2004), e na cidade, vem sofrendo progressivo desmantelamento nas últimas gestões municipais. Segundo membros COMFORÇA[87] ligados à Regional Noroeste, também lideranças da PPL, o OP existe burocraticamente para a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), no entanto, as assembleias participativas e decisões compartilhadas sobre os orçamentos e destinação das sobras no território não ocorrem mais.

O OP passou a ser decidido dentro do gabinete da Prefeitura com representantes mínimos da comunidade e o OP foi perdendo a força. (...) De alguns anos para cá, por mais que haja bastantes delegados, a PBH passou a aprovar apenas determinadas. No OP de 2008, por exemplo, cadastraram delegados com ruas certas, mas bairros errados para diminuir peso da população nas votações. Todas essas articulações de dentro da Prefeitura derrubaram 28 delegados da PPL.[88]

6. Considerações finais

Resgatar as experiências do OP na PPL evidencia a importância dessa ferramenta de democratização do planejamento urbano ao permitir participação popular nas decisões orçamentárias e nas prioridades da escolha dos empreendimentos públicos municipais. Apesar desse e outros instrumentos terem sido conquistados com forte influência das principais pautas pertencentes ao MNRU[89], observa-se que os centros urbanos brasileiros ainda não os implementam de forma ampliada garantido a redução expressiva da desigualdade social. Os dados do IBGE demonstram que em 2010 o número de aglomerados subnormais[90] era de 6.329, passando para 13.151 em 2019[91]. A desigualdade urbana ainda é uma realidade que, após o golpe de 2016[92], tornou-se ainda mais evidente nas cidades brasileiras.

As políticas neoliberais, envolvendo principalmente a privatização, a gentrificação territorial e a acumulação de riqueza das classes proprietárias, fazem parte da atual concepção de cidade, transformando-a em mercadoria e ignorando a vida nela presente. Mesmo com grandes movimentos urbanos organizados em luta contra essas políticas neoliberais, não é possível observar a continuidade da lógica participativa iniciada com fôlego nos anos 90. Atualmente, as políticas públicas democráticas e participativas, aos moldes do OP, estão cada vez mais enfraquecidas tendo em vista o discurso da necessária redução do Estado e de suas políticas sociais e urbanas para atender às políticas econômicas de austeridade iniciadas com evidência no Governo Temer (2016 - 2018) e radicalizadas no governo Bolsonaro (2018-). O aumento das justificativas de ausência de recursos retorna quando a pauta são as favelas e territórios com população de baixa renda e, em paralelo, crescem os investimentos aplicados em regiões de interesse do capital imobiliário através das parcerias público-privadas – aparentemente gratuitas ao Estado, mas que pouco o beneficiam –, que se tornam quase diretrizes nos planos urbanísticos (FERREIRA, 2004).

Mesmo com as tentativas de participação popular e planos estruturais como o PGE, ainda assim esse processo de urbanização na PPL se deu envolvido em diversas contradições e causou inúmeras modificações na estrutura espacial e nas dinâmicas das relações sociais. Algumas dessas políticas urbanas podem ter revelado um impacto positivo nas comunidades vulneráveis como a PPL, como a redução no índice de violência, por exemplo.

Mas seria preciso também observar, em pesquisas aprofundadas, como os indicadores positivos de melhoria de qualidade de vida para classes vulneráveis aconteceram por terem sido também afetados pelo aumento da distribuição de renda e diminuição da pobreza via diversos mecanismos de políticas sociais adotadas pelos governos federais sob gestão do Partido dos Trabalhadores com Lula (entre 2003 e 2010) e Dilma (entre 2011 e 2016), como Bolsa Família, dentre outros.

Enquanto as cidades brasileiras forem palco dos fortes interesses do capital imobiliário e financeiro, as desigualdades socioespaciais seguirão. Nesse cenário de quase nula aplicação dos instrumentos que tratam da função social da propriedade, e do enfraquecimento das ações de gestão democrática e participativas conduzidas pelo poder público, como seguir no desenvolvimento de políticas para cidades mais justas e inclusivas?

A luta pelo direito à cidade precisará ser constante e até mesmo se intensificar neste atual momento de crise mundial do capital. A construção participativa de planos urbanos utilizando Orçamento Participativo[93] com maior poder de deliberação popular nunca foi tão urgente quanto neste momento de retrocesso de políticas sociais que o país vem enfrentando.

7. Agradecimentos

Agradecemos aos investigadores do grupo Indisciplinar e aos militantes, parceiros e aliados que vivem e atuam nos territórios investigados. Agradecemos também aos financiadores e apoiadores diretos e indiretos das pesquisadoras envolvidas no artigo, que envolvem pesquisa e extensão: Escola de Arquitetura da UFMG; Programas de Pós-Graduação da UFMG (PACPS, NPGAU, PPGD); pró-reitorias de extensão e de pesquisa da UFMG (PROEX e PRPQ); agências de fomento à pesquisa (CAPES, CNPQ e FAPEMIG).

Notas

1. O grupo de pesquisa Indisciplinar atua na elaboração de cartografias do processo de neoliberalização e produção biopolítica atrelados à produção contemporânea do espaço urbano. Mais informações estão contidas na fanpage disponível em: <<https://www.facebook.com/indisciplinar.ufmg/>> ou na wiki disponível em: <<http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Indisciplinar>>. Acesso em 15 de abril de 2020.

2. O método cartográfico desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar, da Universidade Federal de Minas Gerais, apoia-se no pensamento de alguns filósofos pós-estruturalistas franceses como Bruno Latour e seu conceito da Teoria-Ator-Rede (TAR) e das cinco fontes de incertezas e no conceito de rizoma de Deleuze e Guattari. A hibridação desses conceitos permite uma análise da produção do espaço urbano por meio das controvérsias que emergem dos diversos atores, humanos e não humanos, trazendo à tona suas contradições, diferenças, tensões e disputas de poderes entre os diversos campos de força. Para mais informações sobre o método, ver o artigo “Método Cartográfico Indisciplinar: da Topologia à Topografia do Rizoma” em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em 18 de maio de 2020.

3. A pesquisa “Territórios Populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras” é coordenada pelas Professoras Marcela Silviano Brandão Lopes e Natacha Rena e faz parte da rede nacional de pesquisadores, coordenada pela Profa. Dra. Raquel Rolnik (LabCidade/USP) Mais informações disponíveis no blog da pesquisa em: <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>> e na fanpage, em : <https://www.facebook.com/pg/Territ%C3%B3rios-Populares-Centro-Expandido-BH-395212114389024/posts/?ref=page_internal>. Acesso em 28 de março de 2020.

4. Cartografia da Percepção Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte é um projeto de pesquisa que se propõe a investigar a participação popular nos processos de elaboração do Orçamento Participativo (OP) e a implantação das obras aprovadas nos territórios da: favela Pedreira Prado Lopes (PPL), Vila Senhor dos Passos, Vila Primeiro de Maio. Mais informações sobre a pesquisa disponíveis no site e na fanpage, respectivamente, em: <<https://opbh.cartografia.org/>> e <<https://www.facebook.com/Cartografia-do-Or%C3%A7amento->

Participativo-em-Belo-Horizonte-100523074625554>. Acesso em 30 de abril de 2020.

5. Para mais detalhes sobre a Plataforma de Urbanismo Biopolítico e a pesquisa sobre o processo de desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada Nova BH e a sua reformulação em Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste Oeste, visitar a Plataforma de Urbanismo Biopolítico, disponível em: <<http://pub.indisciplinar.com/ouc-nova-bhacl/>>. Acesso em 28 de março de 2020.

6. O GE Lagoinha é formado pelas pesquisadoras Gabriela Bitencourt (Arquiteta e Urbanista formada pela UFAL e mestranda no programa de pós-graduação em PACPS pela EA/UFMG), Carolina Nasser (Advogada formada pela UFMG e doutoranda na Faculdade de Direito/UFMG) Susan Oliveira (Graduanda em Arquitetura e Urbanismo/UFSC, em mobilidade acadêmica na EA/UFMG) e por Natacha Rena (Professora Doutora da EA/UFMG, líder do grupo de pesquisa Indisciplinar).

7. Algumas dessas entidades eram: a Federação Nacional dos Arquitetos, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), a Federação Nacional dos Engenheiros, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Movimento em Defesa do Favelado (MDF), a Associação dos Mutuários e a Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ). Diversas lideranças sociais, movimentos populares por moradia, entidades profissionais, setores acadêmicos, organizações não-governamentais (ONGs), sindicatos, parlamentares, servidores públicos e pela Igreja Católica, representada pelas Pastorais ligadas à Teologia da Libertação (JÚNIOR; UZZO, 2015).

8. Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Disponível em:

<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2020/ind.asp>. Acesso em 26 de julho de 2020.

- 9.** O Estatuto da Cidade tem o papel de complementar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, por meio de instrumentos urbanísticos técnicos-jurídicos que, de acordo com Ferreira (2004), dão maior controle ao Estado na especulação imobiliária, assim como na implementação de políticas que viabilizem o desenvolvimento da função social da propriedade da cidade e propriedade e da gestão urbana participativa e democrática, por exemplo: as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o IPTU Progressivo e Direito de Preempção.
- 10.** Para mais informações sobre como ocorre o processo do Orçamento Participativo em Belo Horizonte, ver notas de rodapé 53, 54 e 58 e as páginas 11 e 12.
- 11.** Termo utilizado pela primeira vez no censo de 1991, o “Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros.” Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&idnoticia=2051&view=noticia>. Acesso em 30 de abril de 2020.
- 12.** Saneamento básico, iluminação, coleta de lixo, transporte público, escolas, hospitais, creches, emprego, coleta de lixo etc.
- 13.** Para Maricato (1999), a Revolução de 1930 ao invés de ter revolucionado o cenário nacional e democrático, conduziu o país à transformação capitalista.
- 14.** Belo Horizonte é um exemplo disso: a cidade foi edificada a partir das diretrizes modernistas para acolher a oligarquia mineira da época. O melhoramento e o embelezamento fazem parte de sua história desde antes de sua construção, com a expulsão de moradores que viviam no antigo Curral Del Rey - fazenda que havia no local. Depois, com a cidade já edificada, seu planejamento não comportava a classe operária que construiu a cidade, apenas a elite da época e funcionários públicos. Dessa forma, as primeiras favelas foram crescendo ao

redor da nova capital, compreendida pelo limite da Avenida do Contorno, abrigando a classe trabalhadora e os imigrantes que chegavam. Entre essas comunidades estão a Pedreira Prado Lopes (PPL) e a Vila Senhor dos Passos, assim como o bairro da Lagoinha.

- 15.** “A ilegalidade é, portanto, funcional – para as relações políticas arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor. (...) é muito disfuncional: para (...) a qualidade de vida urbana, para a ampliação da cidadania” (MARICATO, 2000a, p. 123).
- 16.** Construídas com o auxílio dos programas de política pública habitacional do governo federal.
- 17.** “A “distribuição” das moradias populares, foi uma das maiores fontes de troca de favores que contribuiu para as reeleições sistemáticas de políticos clientelistas, além de contribuir também para a alta inadimplência no pagamento das prestações, já que a relação de favor não permitia a cobrança mais rigorosa” (MARICATO, 1999, p. 22).
- 18.** Como parte desse movimento, em 1959 surgiu em Belo Horizonte (BH) a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH), dissolvida no período da ditadura militar. Segundo Samuel Oliveira (2012), a FTFBH reuniu associações comunitárias de diferentes comunidades – em 1964 havia 55 entidades –, sem discriminar posicionamentos políticos ou religiosos, e tinha o apoio de setores religiosos, sindicatos, partidos políticos e autoridades. BH foi planejada para a elite republicana vinda de Ouro Preto, antiga capital do estado, e em seu plano, os operários – muitos dos quais construíram a própria cidade – foram completamente desconsiderados. Assim, os trabalhadores que chegaram à cidade em busca de melhores condições de vida foram obrigados a se fixarem em regiões periféricas da cidade formal, desabastecidas de serviços urbanos, habitações e infraestrutura necessária.
- 19.** Segundo Bonduki (2018), as pautas discutidas no SHRU foram: “a situação habitacional do país: exposição e análise das condições; a habitação e o aglomerado humano; a reforma urbana: medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação; a execução dos programas de planejamento urbano e de habitação” (BONDUKI, 2018, p.22 e 23).

20. Além da promoção pelo IAB e apoio do Estado por meio do Ipase, o SHRU contou com a presença de profissionais de diversas áreas: “(arquitetos, advogados, assistentes sociais, economistas, engenheiros, professores, sociólogos, líderes sindicais e deputados), vindos de diversas áreas do Brasil” (BONDUKI, 2018, p.22).

21. Sobre o planejamento urbano funcionalista: “Ermínia Maricato já elencou, em outras ocasiões, os principais problemas dessa metodologia tradicional de planejamento urbano: o descasamento entre o conteúdo regulatório e jurídico dos planos urbanísticos mais tradicionais e a realidade da gestão operacional das dinâmicas urbanas; a inversão de prioridades na alocação dos investimentos públicos, geralmente definidos segundo os interesses dos setores privados, o descontrole sobre os processos de fiscalização do aparato regulatório criado pelo próprio plano, dando margem à corrupção generalizada; a absoluta incapacidade dos planos em atingir a cidade informal; e um jargão tecnocrático e arrogante que intensifica o distanciamento do planejador da população, em especial da de baixa renda” (FERREIRA, 2003, p.4).

22. A mobilização popular foi inicialmente levantada pelo Movimento de Defesa do Favelado (MDF), tendo apoio de sindicatos, profissionais de diferentes áreas e entidades como Igreja Católica, a qual tem um importante papel com o lançamento de um documento que defendia a função social da propriedade urbana chamado de “Ação Pastoral e o Solo Urbano”. Em 1979 houve uma primeira conquista desse movimento, a aprovação da Lei 6766, que regulamentava o parcelamento do solo e penalizava o loteador irregular. (FERREIRA, 2003).

23. Em Belo Horizonte, surge a União e Trabalhadores de Periferia (UTP) em 1974, sucessora da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH), extinta pela ditadura militar. A UTP foi uma importante organização social constituída por associações de vilas e favelas e lideranças comunitárias, como seu Liberalino Alves, líder comunitário da Pedreira Prado Lopes. Durante a década de 1980, a UTP teve sua sede dentro da PPL.

24. Em uma escala mundial, a preocupação com o crescimento desproporcional e sem planejamento das cidades, especialmente dos países do Sul global, reuniu o

Clube de Roma e a Organização das Nações Unidas (ONU) na Conferência de Vancouver em 1976, onde se originou Programa Habitat da ONU. Conforme Antonucci, Kato, Zioni e Alvim (2009), o Programa Habitat buscava atuar como um agente entre os interesses dos países desenvolvidos e o dos em desenvolvimento, trazendo discussões sobre desenvolvimento sustentável ligado a questões sociais e ambientais, pautando o direito à moradia digna a todos os seres humanos.

25. Para mais informações sobre quais entidades estavam envolvidas no MNRU ver a nota de rodapé 09.

26. Sobre os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, ver a nota de rodapé 10.

27. Segundo Maricato (2000a), em 1979 movimentos sociais, arquitetos e urbanistas, acadêmicos e Igreja Católica, por meio da iniciativa da Comissão Pastoral da Terra CPT (CNBB) criaram a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), organização que daria origem à Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR). Para mais informações sobre o FNUR ver a nota de rodapé 32.

28. Conforme explicitado na nota de rodapé 11.

29. “A Agenda Habitat II constitui um texto pleno da defesa do direito à cidade para todos, contra a exclusão social urbana, mesmo levando em conta a forma vaga de seu texto. Ela foi assinada por todos os governos que tinham representação em Istambul (os que respeitam e os que não respeitam os direitos humanos) e foi aprovada também pelas organizações não-governamentais” (MARICATO, 2000a, p.131). Ainda, o Habitat II tratou da participação civil na condução das políticas públicas, dentro das diretrizes vinculadas ao desenvolvimento sustentável das cidades.

30. Durante o processo de disputas e negociações na tramitação da lei que regulamenta o capítulo da reforma urbana, o MNRU se tornou FNUR, o qual deu prosseguimento às lutas de entidades sociais em busca de cidades mais justas e democráticas. O FNUR ainda atua como representante da sociedade civil na esfera institucional no que tange a temas de desenvolvimento urbano democrático e sustentável das cidades brasileiras. Segundo Júnior e Uzzo (2015), na década de 1990, entidades ligadas ao FNUR participaram da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92, e também da Conferência Mundial Sobre os Assentamentos Humanos - Habitat II

realizada em Istambul em 1996, as quais trataram da gestão participativa das políticas urbanas, direito à moradia e cidade e sustentabilidade.

31. Segundo Dagnino (2004), o processo da construção da democracia no país foi acompanhado por dois projetos políticos: (i) democratização e participação da sociedade civil na construção e decisão de políticas públicas; (ii) encolhimento do Estado com a redução da intervenção estatal na economia e responsabilidade social, transferindo essa última para a sociedade civil.

32. A partir da Constituição Cidadã, a década de 1990 foi marcada por diversas experiências de gestão participativa nos municípios brasileiros, como: Plano Diretor para cidades acima de 20.000 habitantes, Conselho Gestor de Políticas Públicas e Orçamento Participativo, que será abordado adiante.

33. Segundo Jorge Bittar (1992), o “modo petista de governar significa: a participação popular como forma de permitir o controle do Estado pela sociedade e de contribuir para a mudança na correlação de forças entre classes dominantes e populares; a inversão de prioridades de governo, que significa assumir a dívida social e garantir o direcionamento dos principais investimentos públicos para as áreas carentes; a desprivatização do Estado, que se materializa, por exemplo, no combate à corrupção e à prática clientelista; a efetivação de uma política de alianças que garanta sustentabilidade política para a realização dos programas de governo; por último, a politização do conflito com o capital privado. O modo petista de governar, assim caracterizado, pretende se constituir em alternativa ao discurso e à prática da privatização e do Estado mínimo do projeto neoliberal, sem se restringir, contudo, ao discurso estatizante vinculado ao socialismo.” (BITTAR, 1992, p. 22).

34. O Consenso de Washington é um conjunto de medidas criadas em 1989 por instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, as quais defendem a soberania absoluta do mercado e redução do Estado para a adesão à globalização e ao capitalismo global. Essas recomendações foram amplamente utilizadas para inserir o modelo neoliberal nos países emergentes, principalmente na América Latina durante os anos 90.

35. Diferentemente disso, durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva / Partido dos Trabalhadores

(PT), é criado o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades – ligação direta com a histórica luta pela reforma urbana –, legitimando a atuação da sociedade civil na gestão pública em escala nacional (JÚNIOR; UZZO, 2015).

36. Conforme explicitado na nota de rodapé 16.

37. Criada em 1971 para substituir o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares (DBP), a Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (Chisbel) era o órgão da Prefeitura responsável pela remoção forçada de favelas e ocupações urbanas informais, com o objetivo central de alargamento e abertura de novas vias.

38. Sobre a criação da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH), ver a nota de rodapé 20.

39. Conforme Rodrigo Camilo (2011), a Teologia da Libertação é um movimento de uma ala progressista da Igreja Católica, que tem como ideal: “uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente, o desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e, especialmente, uma opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta de autolibertação.” (CAMILO, 2011, p. 3). Organizado a partir de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as Pastorais envolvidas buscam o desenvolvimento de uma consciência crítica por meio do trabalho de base. Esse movimento surgiu durante a década de 1960, momento em que muitos países viviam cortes de direitos com ditaduras militares.

40. De acordo com Alfio Conti (2004), a Pastoral da Favela (PF) tinha como objetivo organizar e conscientizar a população das comunidades para que eles mesmos compreendessem suas necessidades e pudessem reivindicá-las e criar canais com o poder público. Essas discussões se davam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde se discutia a função social da propriedade e o direito à cidade.

41. Mais informações sobre a criação da União dos Trabalhadores da Periferia (UTP) na nota de rodapé 25.

42. O Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) existiu entre 1979 e 1983. Ele proporcionou o contato direto das demandas sociais com o poder público e se inseriu somente nas comunidades que possuíam algum tipo de organização social. O PRODECOM atuou nas favelas em obras de infraestrutura urbana, como: “(...) habitação popular, legalização de terras urbanas, melhorias urbanas em favelas

e bairros da periferia, nutrição e abastecimento, serviços comunitários.” (CONTI, 2004, p.192).

43. Sobre isso Maricato (2003) coloca: “Depois de relutar em reconhecer essa realidade, o Estado, no Brasil, abandonou o discurso da remoção pelo discurso da urbanização de favelas. Essa mudança se consolidou nos anos 80, quando muitos governos municipais perceberam que era mais viável economicamente, e até mais urgente, se levarmos em conta as normas de saúde pública, realizar a urbanização das favelas do que remover seus moradores para novas moradias. A urbanização implica, no mínimo, iluminação, água tratada, esgoto, drenagem, coleta de lixo, circulação viária e de pedestres e eliminação dos riscos de vida” (Maricato, 2003, p.5).

44. Conforme Bedê (2005), o PRODECOM, a participação da sociedade civil se deu por responsabilizar os próprios moradores das favelas pela condução e execução das obras de infraestrutura urbana, desenvolvidas em mutirões organizados por associações e lideranças comunitárias que gerenciavam o orçamento recebido pelo poder público.

45. Segundo Conti (2004), o Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA) tinha como objetivo a legalização dos terrenos em assentamentos informais e buscava introduzir questões ligadas ao direito à cidade. Segundo o autor, as ações do PROFAVELA estavam ligadas a dois objetivos principais: “1. reconhecer como legítima a ocupação de assentamentos subnormais, criando condições técnicas e jurídicas para que essa legitimidade fosse oficializada; 2. reconhecer como legítimo o direito da população favelada de usufruir os benefícios da cidade, criando condições técnicas para as melhorias urbanas” (CONTI, 2004, p. 194).

46. Criada em 1983 a partir da antiga Empresa Pública de Ferro de Belo Horizonte (Ferrobela), a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) é a empresa pública municipal responsável por implementar políticas de urbanização e habitação para a população de baixa renda através da Política Municipal de Habitação Popular. Informações retiradas do site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel>>. Acesso em 07 de maio de 2020.

47. As ONGs financiavam 50% dos projetos e exigiam a mesma quantia de contribuição pelos parceiros locais (CONTI, 2004). As duas organizações responsáveis pelas ações em parceria com

o PROFAVELA foram: a Associazione dei Volontari del Soccorso Internazionale (AVSI), italiana, e a Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), alemã. Elas atuavam em obras de melhoria da infraestrutura das favelas, regularização fundiária e no fortalecimento da comunidade (CONTI, 2004).

48. Frente BH Popular, constituída por partidos de esquerda e coordenada pelo Prefeito Patrus Ananias, do Partido dos Trabalhadores (PT).

49. Sobre as conquistas habitacionais em BH, Navarro e Godinho (2012) resumem quatro atos: 1) em 1993/94, a estruturação do Sistema Municipal de Habitação (SMH) partindo da já existente Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – Urbel, crescendo-se o Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP) e o Conselho Municipal de Habitação (CMH) com caráter deliberativo e composição paritária; 2) o funcionamento regular deste Conselho até 1996, com deliberações importantes, entre as quais destaca-se a Resolução II “Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte”; 3) a instituição e o funcionamento do Orçamento Participativo da Habitação (OPH), em 1995; 4) a realização e os resultados da 1ª Conferência Municipal de Habitação de Belo Horizonte. (NAVARRO; GODINHO, 2012, p. 64)

50. Ver sobre o “modo petista de governar” (BITTAR, 1992) na nota de rodapé 35.

51. Segundo a Prefeitura de Belo Horizonte (2000), o processo de implementação do Orçamento Participativo é dado por diversas etapas por meio de assembleias regionais. Nelas, é informado o montante de recurso disponível, são levantadas as demandas de obras da população e escolhidos os delegados de cada região vinculados à Comissão Regional de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento (COMFORÇA) Regional. Após a vitória dos delegados nas obras pré-selecionadas na Caravana de Prioridades realiza-se o Fórum Regional e Municipal de Prioridades Orçamentárias, em que se aprova o Plano Regional de Empreendimentos contendo as obras a serem executadas. A população entrega esse plano ao prefeito e elege os membros da COMFORÇA Municipal. Os empreendimentos aprovados têm escopo definido e valores pré-estimados, garantindo-se, com isso, a transparência e a precisão do compromisso firmado (PBH, 2000, p. 5).

52. Avritzer (2008) compreende por desenhos participativos de baixo para cima “uma forma aberta de livre entrada e

participação de atores sociais capaz de gerar mecanismos de representação da participação” (AVRITZER, 2008, p. 44).

53. Figura modificada a partir da imagem presente em PBH, 2008, p. 16. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/revista__15anos_portugues.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2020.

54. Sobre a URBEL, ver nota de rodapé 48.

55. Conforme Mello e Da Costa (2016), o PGE é como um plano diretor de cada favela, que contém a realidade do local e as propostas projetuais elaboradas em etapas. Dessa forma ele direciona as ações do poder público, da comunidade e das concessionárias de serviços públicos. Francys Branderberger, técnica da URBEL e primeira coordenadora do PGE, define: “[...] A meta final é propor uma solução integrada para cada comunidade, que contemple as três áreas básicas de atuação: Urbanística: pela elevação do padrão de habitabilidade; Jurídico: pela regularização da situação de propriedade da terra; Social: pela redução da pobreza e pelo desenvolvimento sustentável” (BRANDERBERGER, 2000, [s.p.]).”

56. Como instrumento de gestão democrática e participativa das cidades, o Orçamento Participativo promoveu o alargamento da esfera pública e potencializou as organizações sociais e a capacitação de lideranças ao envolver a população no processo de decisões coletivas institucionais. De Azevedo e Guia (2001) ressaltam o potencial educativo envolvendo a cidadania nesse processo, além de evitar práticas clientelistas ao abrir espaço para o controle popular na condução e orçamento das políticas públicas.

57. “O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte (IQVU-BH) é um índice composto por diversas variáveis – como, por exemplo, infraestrutura urbana, segurança e educação – que buscam quantificar a disponibilidade de bens e serviços públicos e privados na cidade. O IQVU é calculado para as 80 Unidades de Planejamento (UPs) existentes em Belo Horizonte. Seu cálculo permite a delimitação de áreas prioritárias para os investimentos públicos e a melhor compreensão da distribuição dos bens e serviços públicos e privados entre as regiões da cidade.” Informação retirada do site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/indice-de-qualidade-de-vida-urbana>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

58. “As UPs foram criadas pela PBH no âmbito da elaboração do Plano Diretor da Cidade na década de 1990 e permitiram a desagregação das nove regiões administrativas municipais, criadas na década de 1980, em unidades menores, visando dar suporte às estratégias de descentralização das atividades e dos serviços. Segundo Amaral (1999) os seguintes critérios foram estabelecidos na delimitação das UP: inserção total em determinada Regional; facilidade de identificação pela população local (priorizando agregação de bairros); homogeneidade das características de ocupação, padrão das construções e perfil socioeconômico da população; inexistência de elementos seccionadores (barreiras artificiais ou naturais); existência de elementos polarizadores; compatibilidade com os setores censitários do IBGE e número reduzido de unidades para evitar a fragmentação excessiva da leitura em relação ao setor censitário” (PBH, 2016, p. 10).

59. Sobre a formação de BH, cidade modernista, ver a nota de rodapé 16 e a página 08.

60. Mais sobre grandes obras de urbanização de BH e seu impacto na PPL nos artigos “Territórios, Movimentos Populares e Universidade: entrelaçando Ensino, Pesquisa e Extensão na Pedreira Prado Lopes” e “Do deslocamento à gentrificação: controvérsias na região da Lagoinha em face à razão neoliberal”, disponíveis, respectivamente, em: <<https://wiki.indisciplinar.com/download/008.pdf>> e <<https://www.even3.com.br/anais/forumhabitar2019/196353-do-deslocamento-a-gentrificacao-controversias-na-regiao-da-lagoinha-em-face-a-razao-neoliberal/>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

61. Durante a era Vargas (1930-1945), o Estado passou a assumir as responsabilidades da industrialização e construiu os primeiros conjuntos habitacionais em vista da demanda por moradias, tal como os Institutos de Aposentadorias e Pensões, entre 1937 e 1964, mas que, além de ter sido construído um número limitado, também estabeleciam um nicho de moradores permitidos (funcionários da indústria, servidores públicos, militares, bancários), não atendia a população pobre, a que mais necessitava

62. No documentário produzido pela pesquisa Territórios Populares/ Indisciplinar, Valéria Borges, moradora, liderança comunitária da PPL e militante do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), conta sobre como a obra do IAPI corrobora no planejamento urbano higienista tendo ao

longo de sua construção removido grande parte dos barracos das famílias da favela. Link para o documentário em: <<https://youtu.be/2ZXSrvAneMI>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

63. Valéria Borges conta que era dessa pedreira de onde se retiravam as pedras para a construção de Belo Horizonte. link para o documentário em: <<https://youtu.be/2ZXSrvAneMI>>. Acesso em 13 de maio de 2020.

64. Para compreender melhor sobre o Método Cartográfico Indisciplinar ver a nota de rodapé 04

65. A imagem é um fragmento da linha do tempo da PPL elaborada pelos autores. A linha do tempo completa está disponível no blog da Plataforma Urbanismo Biopolítico e faz parte do projeto de extensão Plataforma Urbanismo Biopolítico. Link para o blog em: <<http://pub.indisciplinar.com/ppl/>>. E mais informações sobre o projeto na wiki: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Projeto_Plataforma_Urbanismo_Biopol%C3%ADtico>. Acesso em 12 de maio de 2020.

66. “Outro motivo que impulsionou a urbanização de assentamentos ilegais está na vontade dos moradores, que muitas vezes preferem permanecer onde estão por conveniência de localização – oferta de trabalho, rede de amigos e familiares, oferta de equipamentos e serviços urbanos, etc. (BUENO:2000; LABHAB:2000)” (MARICATO, 2003, p.5 grifo nosso).

67. Mais sobre o histórico da PPL e seu caráter organizativo nos artigos “Territórios, Movimentos Populares e Universidade: entrelaçando Ensino, Pesquisa e Extensão na Pedreira Prado Lopes” e “Do deslocamento à gentrificação: controvérsias na região da Lagoinha em face à razão neoliberal”, disponíveis, respectivamente, em: <<https://wiki.indisciplinar.com/download/008.pdf>> e <<https://www.even3.com.br/anais/forumhabitar2019/196353-do-deslocamento-a-gentrificacao-controversias-na-regiao-da-lagoinha-em-face-a-razao-neoliberal/>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

68. Mais sobre o Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) as notas de rodapé 21 e 22.

69. Para mais informações sobre Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), ver a página 06 e nota de rodapé 09.

70. Mais sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), ver as notas de rodapé 29 e 32.

71. Para Mara Sales (2003), a União Prado Lopes “articulou a conquista de recursos para a execução das obras, a partir do Orçamento Participativo. Até a terceira rodada do OP na Pedreira, quem organizava as reivindicações e liderava o processo era Liberalino Alves, depois essa frente passou a ser conduzida pela União Prado Lopes” (SALES, 2003, p.135).

72. Sobre a origem da União e Trabalhadores de Periferia (UTP), ver a nota de rodapé 25.

73. Sobre a criação da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH), ver a nota de rodapé 20.

74. A inserção das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nas favelas durante os anos 1980 também chegou à PPL e trouxe representantes da Igreja Católica para atuarem em trabalhos de base e promoção de autonomia da população, como o Padre Chico. Ele foi uma figura muito ativa na condução do OP na PPL, assim como na organização social durante a década de 1990.

75. Liberalino Alves de Oliveira foi um dos coordenadores da UTP e atuou na comunidade até a extinção dessa associação nos anos noventa. Ele era “muito popular e respeitado na favela pela sua atuação como liderança comunitária e pelo seu vínculo com o setor político” (SALES, 2003, p.118). Outras importantes lideranças que tiveram participação ativa do OP e em lutas atuais são: Robson da Costa Meira, morador da PPL e fundador da extinto jornal e associação da comunidade o Fala Pedreira; Josélia Nascimento Moreira, moradora e atual coordenadora da União Prado Lopes; Valéria Borges, moradora e militante do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD).

76. “(...) A resistência histórica nas formas de vida dos moradores da PPL, mesmo com os altos índices de vulnerabilidade e injustiça social presentes na comunidade, traz em suas narrativas locais a expressão da biopotência como forma de poder criativo, que não se origina, nem depende do sistema dominante, mas o precede, reafirmando a força indomável da própria vida” (OLIVEIRA; BITENCOURT; NASSER; RENA, 2019, p.5).

77. Para mais informações sobre o Habitat II, ver a nota de rodapé 31.

78. A PPL foi a primeira favela de BH a receber o Plano Global Específico (PGE), o qual apresentou, por meio de instrumentos urbanísticos, a divisão do processo de urbanização da

comunidade em 11 etapas a serem conduzidas por técnicos da URBEL com a participação dos moradores. Para mais informações sobre o PGE ver a nota de rodapé 57.

79. OPs conquistados na PPL: Conjunto Araribá OP de 1994; o Centro de Saúde OP de 1995; a Escola Profissionalizante OP de 1996; o Plano Global Específico (PGE) OP de 1997; e orçamento para a aplicação do PGE nos OPs de 1998, 1999/2000 e 2001/2002 e 2003/2004. Essas informações foram disponibilizadas pela PBH e fazem parte do estudo que vem sendo desenvolvido na pesquisa “Cartografia Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte”, cujo site e fanpage são: <<https://opbh.cartografia.org/>> e <<https://www.facebook.com/Cartografia-do-Or%C3%A7amento-Participativo-em-Belo-Horizonte-100523074625554/>>. Ver a nota de rodapé 06.

80. Sobre os planos formalistas e tecnocráticos, ver a nota de rodapé 23 e as páginas 3, 4, e 5.

81. Sobre o processo de reassentamento: “É rara a obra de urbanização que não exija a remoção de uma parte da população da favela. A implantação das redes de água, esgoto e drenagem, além da circulação viária, assim o exigem. A remoção de famílias situadas em áreas de risco também exige novas moradias para onde levar essa população. É importante, e as famílias removidas demandam, que a remoção se dê para lugares próximos, de forma a não interromper as rotinas relacionadas a escola, trabalho, amizades etc” (MARICATO, 2003, p.6). Mais informações sobre esse tema nas notas de rodapé 84 e 85.

82. No documentário desenvolvido durante a pesquisa Territórios Populares (TP) / Indisciplinar, Valéria Borges, moradora da PPL, liderança local e militante do MTD, conta que a atuação da URBEL na urbanização da favela gerou muitos escombros e lixos espalhados pela comunidade por longo período. O documentário completo está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVaneMI>>. E mais informações sobre a pesquisa, disponíveis na fanpage: <https://www.facebook.com/pg/Territ%C3%B3rios-Populares-Centro-Expandido-BH-395212114389024/posts/?ref=page_internal> e no blog: <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>>. Acesso em 12 de maio de 2020.

83. Moradores alegam que algumas habitações construídas para o reassentamento de famílias PPL foram ocupadas por famílias de outras comunidades e os moradores da PPL

levados para outras regiões, desconsiderando a estrutura socioespacial. Em entrevista (i) para o Indisciplinar, Lisandra Mara, técnica da URBEL, comenta sobre como a URBEL procura desenvolver os reassentamentos. E Valéria Borges, moradora da PPL, liderança local e militante do MTD, fala sobre sua perspectiva em relação aos reassentamentos ocorridos na PPL em documentário (ii) também desenvolvido pelo grupo. Disponíveis em: (i) 8ª edição da revista Indisciplinar em: <<https://wiki.indisciplinar.com/download/008.pdf>> e (ii) em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVaneMI>>. Acesso em 12 de maio de 2020. Também ver nota de rodapé 84.

84. Ver a nota de rodapé 80.

85. “O PGE da PPL foi dividido em 11 etapas, demoraria 110 anos e muito mais se dependesse só do OP, mas entrou o PAC e acelerou todo o processo. Entregou 127 obras no território da regional.” Relato de um morador e liderança comunitária da PPL – e ativa no OP – durante o workshop sobre o OP na PPL, realizado em novembro de 2019, a partir da pesquisa “Cartografia Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte/Indisciplinar”. Por meio da realização dessa atividade, pretendia-se cartografar a percepção que os moradores do bairro tiveram das obras do OP, tanto ao longo do processo de realização, quanto após conclusão das obras, avaliando seu impacto no território. Sobre a pesquisa em questão ver a nota de rodapé 06.

86. CA Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) define o Programa Vila Viva como: “uma intervenção estruturante com ações baseadas em três eixos: urbanístico, social e jurídico. São obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, além de implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. O eixo social engloba ações de desenvolvimento comunitário, educação sanitária e ambiental e criação de alternativas de geração de trabalho e renda. Já o eixo jurídico só pode ser implementado após o término da urbanização do local, para que a área possa ser legalizada e emitidas as escrituras dos lotes aos ocupantes. A origem do programa está diretamente relacionada com o Plano Global Específico (PGE), que é o instrumento de planejamento que norteia as ações a serem realizadas.” Informações retiradas do blog da PBH, disponíveis em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>>. Acesso em maio de 2019.

87. Sobre a COMFORÇA e como ocorre a participação popular no OP em BH ver a nota de rodapé 53.

88. Relato de um morador e liderança comunitária da PPL – e ativa no OP --durante o workshop sobre o OP na PPL, realizado em novembro de 2019, a partir da pesquisa “Cartografia Popular do Orçamento Participativo em Belo Horizonte/Indisciplinar”. Por meio da realização dessa atividade, pretendia-se cartografar a percepção que os moradores do bairro tiveram das obras do OP, tanto ao longo do processo de realização, quanto após conclusão das obras, avaliando seu impacto no território. Sobre a pesquisa em questão ver a nota de rodapé 06.

89. Sobre o MNRU ver página 05.

90. O Censo Demográfico de 2010 identifica 3.224.529 domicílios em 6.329 aglomerados subnormais (favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, etc.) localizados em 323 dos 5.565 municípios brasileiros. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14157-asi-censo-2010-114-milhoes-de-brasileiros-60-vivem-em-aglomerados-subnormais>. Acesso em 30 de abril de 2020.

91. Divulgado em maio de 2020, o Mapeamento Preliminar dos Aglomerados Subnormais, realizado como preparação do Censo Demográfico de 2020, identificou, em 2019, 13.151 mil aglomerados subnormais em 734 municípios do país. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/1d84b79d30c50c71e372ede086cb516c.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2020.

92. O golpe de 2016 é aqui compreendido como um processo articulado internacionalmente com a finalidade de acumulação de riquezas dentro de uma visão de mundo neoliberal. A soberania dos países periféricos é desrespeitada com o objetivo da captura do Estado pelo mercado, da privatização dos bens públicos, da precarização das leis trabalhistas e políticas econômicas de austeridade. Conforme RENA, RAMIREZ, BARBOSA E PORTO (2018) “[...] acredita-se em três razões centrais que levaram ao Golpe no Brasil, cuja principal finalidade era a estrangeirização de bens naturais e empresas nacionais (estatais ou privadas): (i) há um grande interesse mundial nos recursos nacionais, intensificado com a descoberta do pré-sal; (ii) o Brasil, pós 2003, passou a disputar hegemonia mundial; (iii) por meio principalmente do governo

Dilma, com destaque para a criação dos BRICS, observou-se uma aproximação deste país com o bloco euroasiático. (RENA, RAMIREZ, BARBOSA E PORTO, 2018, p.210).

93. Sobre o OP ver notas de rodapé: 53, 54 e 58.

Referências

ANTONUCCI, D.; KATO, V. R. C.; ZIONI, S.; ALVIM, A. B. **UN-Habitat: 3 décadas de atuação**. Arqtextos, São Paulo, v. 9, 2009.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

BEDÊ, Monica. **Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993 / 1996**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BITENCOURT, G. C. A. ; LECUONA, S. N. O. ; NASSER, C. ; RENA, N. . Do deslocamento à gentrificação: controvérsias na região da Lagoinha em face à razão neoliberal. *In: FORUM HABITAR 2019 - Habitação e Desenvolvimento Sustentável*, 2019, Belo Horizonte. **FORUM HABITAR 2019 - Habitação e Desenvolvimento Sustentável**, 2019. Disponível em: <<<https://www.even3.com.br/anais/forumhabitar2019/196353-do-deslocamento-a-gentrificacao--controversias-na-regiao-da-lagoinha-em-face-a-razao-neoliberal/>>. Acesso em 27 de julho de 2020.

BITTAR, J. **O modo petista de governar**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Diretório Regional de São Paulo, 1992. 324p. (Cadernos de Teoria & Debate).

BONDUKI, Nabil. A luta pela reforma urbana no Brasil. *In: Do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo*. Instituto da Cidade/CAU/SP, Sao Paulo, 2018.

CAMILO, Rodrigo Augusto. **A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade**. Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, 2011.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. *IN: GRIMSON, A. (comp.). La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

DE AZEVEDO, S.; GUIA, V. R. O orçamento participativo como política pública: reflexões sobre o caso de Belo Horizonte. **Caderno CRH**, v. 14, n. 35, 2001.

FERRARI, Junia Maria. **Bairro Concórdia em Belo Horizonte: entrave ou oportunidade à cidade-negócio?**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

FERREIRA, João Sette Whitaker Alcances e limitações dos Instrumentos Urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas. **V Conferência das Cidades**, Câmara Federal, 2003.

_____. Gestão democrática e participativa: um caminho para cidades socialmente justas?. **Revista Democracia Viva**, do Ibase, n. 18, 2004.

_____. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização, v. 1, 2005.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. *In: Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.7, n.2 e 3, maio/dez. 1992.

JÚNIOR, N. S.; UZZO, K. A trajetória da reforma urbana no Brasil. *In: Urbano*, v. 27, p. 04, 2015.

LOPES, M. S. B.; RENA, N. S. A.; SÁ, A. I. Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma. **VIRUS**, São Carlos, n. 19, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>>. Acesso em: 21 Mai. 2020.

MARICATO, Emilia. Metrópole na periferia do capitalismo. Ilegalidade, desigualdade e violência. *In: Capital & Class*, v. 23, n. 3, p. 182-185, 1999.

_____. Planejamento urbano no Brasil: as idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. *In: ARANTES, Otília B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos. O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos*, Petrópolis, Ed. Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000a.

_____. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 de Julho de 2020.

_____. Conhecer para resolver a cidade ilegal. *In: CASTRIOTA, L.B.(org.) Urbanização Brasileira: Redescobertas.* Belo Horizonte: editora Arte, p. 78-96, 2003.

_____. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano.** 2006.

MELLO, F. C.; DA COSTA, G. M. **O alcance sanitário da urbanização de favelas em Belo Horizonte.** *Anais*, p. 1-20, 2016.

NAVARRO, R. G.; GODINHO, M. H. de L. Movimentos sociais (populares), Conselho Municipal e órgão gestor na definição e implementação da política habitacional em Belo Horizonte – década de 1990. *In: Cadernos Metrôpole.*, [S.l.], n. 07, p. 59-74, maio 2012. ISSN 2236-9996. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/9259/6869>>. Acesso em: 09 maio 2020.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitações e Bairros Populares (1956-1964). *In: Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 100-120, set. 2012. ISSN 1984-9222. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/25532>>. Acesso em: 03 maio 2020. doi:<https://doi.org/10.5007/1984-9222.2012v4n7p100>.

_____. Movimento dos “trabalhadores favelados” e o Morro do Querosene: uma análise do trabalho de narrativa de Vicente Gonçalves sobre as décadas de 1950 e 1960. *In: Mosaico*, v. 5, n. 8, p. 26-45, 2014.

OLIVEIRA, S.; BITENCOURT, G.; NASSER, C.; RENA, N. Territórios, movimentos populares e universidade: entrelaçando ensino, pesquisa e extensão na Pedreira Prado Lopes. *In: Revista Indisciplinar*, v. 8, 2019. Disponível em: <<https://wiki.indisciplinar.com/download/008.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PBH). Memória do Orçamento Participativo - 1994 a 2002. *In: Revista Planejar BH*, Belo Horizonte, ano III, n. 10, p. 96, 2000. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/revista_planejar_no10.pdf>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

_____. **Orçamento Participativo de Belo Horizonte 15 Anos.** Belo Horizonte, 2008b. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/publicacoesop/revista__15anos_portugues.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2020.

_____. **Relatório Geral sobre o Cálculo do Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte para 2016.** Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/relatorio_iqvu_2016_publicacao_versaoweb-1_0.pdf>. Acesso em 27 de julho de 2020.

RENA, N.; RAMIREZ, M.; BARBOSA, D.; PORTO, H. Estrangeirização: a dimensão geopolítica, imperial e neoliberal do Golpe que eclodiu em 2016 no Brasil. *In: Revista Indisciplinar*, v. 4, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://wiki.indisciplinar.com/download/007.pdf>>. Acesso em 26 de julho de 2020

SALES, Mara Marçal. **A favela é um negócio a fervilhar:** olhares sobre a estigmatização social e a busca de reconhecimento na Pedreira Prado Lopes. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

SANTOS, R. E. dos ; SILVA, K. S. ; RIBEIRO, L. P. ; SILVA, N. C. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?. *In: Natacha Rena; Daniel Freitas; Ana Isabel Sá; Marcela Brandão. (Org.). Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico.* 1ed. Belo Horizonte: Fluxos, 2018, v. 1, p. 464-491.

SILVA, Lisandra Mara. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade:** cenário Belo Horizonte. 241f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

_____. **Pesquisa Territórios Populares e projeto de extensão Plataforma de Urbanismo Biopolítico - Região da Lagoinha:** depoimento [07 de maio, 2019]. Belo Horizonte: UFMG, 2019. Entrevista concedida à Pesquisa Territórios Populares e ao Projeto de Extensão Plataforma de Urbanismo Biopolítico do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG. <<https://wiki.indisciplinar.com/download/008.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) O processo de urbanização no Brasil.* São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169 – 243.

***Susan Oliveira** é Graduada em Arquitetura e Urbanismo/UFSC, em mobilidade acadêmica na EA/UFMG. Investigadora no Indisciplinar nas pesquisas: Territórios Populares, Cartografia da Percepção do Orçamento Participativo, e nos projetos de extensão: Geopolítica e Cidades e Plataforma Urbanismo Biopolítico. Integrante do Grupo de Estudos (GE) Lagoinha. E-mail: oliveira.susant@gmail.com.

Anderson Chagas é Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela EA/UFMG e investigador no Indisciplinar na pesquisa: Cartografia da Percepção do Orçamento Participativo. E-mail: chagas.anderson@gmail.com

Entre redes e ruas: Tecnopóliticas dos novíssimos movimentos sociais

Among networks and streets: Technopolitics of the newest social movements

Maíra Ramírez Nobre, Jéssica Dayane de Abreu Borges, Natacha Silva Araújo Rena*



Resumo

Os anos 1980 são marcados por uma nova razão de mundo. Esta, juntamente com outros dois elementos com os quais se articula, passa a estruturar as disputas de poder. São eles: o neoliberalismo, a globalização e a internet, que se desenvolvem, com as transformações da técnica, como bases de uma outra composição social. Este artigo traz reflexões sobre as possibilidades de uma resistência antiglobalização – ou por uma outra globalização – que articula rua e rede, local e global, e subverte a ordem vigente usando ferramentas próprias do arcabouço hegemônico. Essa resistência trabalharia em rede, disputando narrativas e desvencilhando-se da vigilância dos poderes instituídos. Conseguem esses novíssimos movimentos sociais criar espaços de autonomia ou são engolidos pelas metamorfoses capitalistas? Busca-se tocar em algumas dessas questões analisando, especialmente, o 15M espanhol, que se articula com outros levantes do novo ciclo de lutas, como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street e as Jornadas de Junho de 2013.

Palavras-chave: globalização por baixo; novíssimos movimentos sociais; redes; tecnopóliticas; 15M.

Abstract

In the 1980's a new way of the world arise. Three elements start to structure the power disputes. They are the neoliberalism, the globalization and the internet, which, with technical transformations, led to another social stratification. This paper debates the possibilities of an alter-globalization movement. This mobilization would articulate public space and network, local and global, and subvert the dominant order using its own tools. This resistance would operate in a network, fighting for narratives and escaping from surveillance. Do these brand new social movements create a space of autonomy or are they swallowed up by capitalism adjustments? This paper seeks to enlighten these issues spotlighting the Spanish 15M, which articulates other uprising of the new cycle of protest, as Occupy Wall Street and 2013 movements in Brazil.

Keywords: Alter-globalization; brand new social movements; networks; technopolitics; 15M.

Introdução

Enganar-se sobre a verdadeira natureza do neoliberalismo, ignorar sua história, não enxergar suas profundas motivações sociais e subjetivas era condenar-se à cegueira e continuar desarmado diante do que não ia demorar a acontecer: longe de provocar o enfraquecimento das políticas neoliberais, a crise conduziu a seu brutal *fortalecimento*, na forma de planos de austeridade adotados por Estados cada vez mais ativos na promoção da lógica da concorrência dos mercados financeiros. Parecia-nos, e hoje nos parece mais do que nunca, que a análise da gênese e do funcionamento do neoliberalismo é condição para uma resistência eficaz em escala europeia e mundial. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 13-14)

Com esse texto, Pierre Dardot e Christian Laval abrem o livro *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*, chamando a atenção para a crise que envolve a falência do banco Lehman Brothers em setembro de 2008. Os autores atentam para a importância de dissecar a lógica normativa global do neoliberalismo, ou seja, defendem que é preciso compreendê-lo como *estratégia* universal.

Essa nova razão, segundo os autores, difere de uma simples refundação teórica do liberalismo tradicional porque tem uma fundamental articulação com a globalização e a financeirização do capitalismo. Essas não poderiam se estruturar de tal maneira, não fossem as transformações da técnica que levaram à convergência dos momentos e, mesmo, do espaço. As técnicas da informação permitiram a aceleração das trocas nos mercados internacionais e chegaram também, com a capilarização da internet nos anos 2000, a níveis de comunicação mais baixos, como de mensagens interpessoais e de organização política.

Essa articulação entre neoliberalismo, globalização e internet se revela na onda de manifestações que foi ativada paulatinamente pela crise do capitalismo ocorrida em 2008[1] em diferentes partes do mundo. Os protestos explodiram com mais força em 2011, com a Primavera Árabe, seguida do 15M na Espanha e do *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos. No caso do Brasil, essa onda chegou em 2013, quando eclodiram as Jornadas de Junho. Tais eventos tinham como características centrais: a relação entre as escalas local e global e a forma como foram

se conectando em rede. Era principalmente através das redes sociais que esses levantes[2] acabavam contaminando não somente o território nacional, mas também protestos em outros países.

Essas insurgências que tomaram redes e ruas mundo afora apresentaram, além das características supracitadas, outras semelhanças que serão abordadas ao longo deste texto: (i) foram impulsionadas pela crise do capitalismo; (ii) apresentam relações de ordem global, ou seja, estão vinculadas ao processo de globalização; (iii) são formadas primordialmente por conexões em rede, o que elucida a importância da internet para esse contexto. Desses três pontos, podem-se extrair três elementos base: (i) o neoliberalismo; (ii) a globalização; (iii) a internet. A partir dessa configuração, pretende-se aqui compreender como se dão as resistências múltiplas dentro desse novo ciclo de lutas global pós crise econômica de 2008.

O artigo aqui apresentado é formado por quatro momentos que se relacionam localizados entre esta introdução e as considerações finais: (i) Neoliberalismo e globalização; (ii) Seria uma 'outra globalização' possível?; (iii) A internet e as lutas; (iv) Os movimentos sociais em rede.

Em um primeiro momento, neoliberalismo e globalização são discutidos como base e contexto para, então, investigarem-se as mobilizações do novo ciclo de lutas e suas estratégias de atuação, vinculadas, principalmente, ao uso da internet e a outras tecnologias ligadas à globalização. Os momentos subsequentes se baseiam na possibilidade ou não de existência de uma outra construção da globalização. A introdução a esse conteúdo é dada, então, na sessão de nome "Seria uma 'outra globalização' possível?;" que, além da temática base, inicia o debate sobre a atuação dos movimentos sociais em rede por meio de diferentes abordagens que emergem ao longo do texto. São elas: os modos de agenciamento entre redes e ruas, as plataformas utilizadas para essas associações, as articulações local-global, as pautas e as formas e estratégias de organização desses grupos. O próximo tópico apresenta um breve estudo sobre o funcionamento da internet e a forma como ela pode ser compreendida como uma ferramenta para as lutas analisadas. Por fim, após a construção desse debate, dedica-se um tópico específico para a análise dos novíssimos movimentos sociais, com destaque para o 15M, ocorrido na Espanha.

É importante ressaltar que este texto é composto por mais perguntas que formulações de hipóteses ou respostas. Trata-se de uma escolha metodológica que parte de questionamentos fundados, principalmente, em Foucault (2005), Deleuze e Guattari (1996) e Latour (2011) e que pode ser melhor compreendido mediante a leitura do artigo *Método Cartográfico Indisciplinar: da topologia à topografia do rizoma*[3], escrito por Marcela Lopes, Natacha Rena e Ana Isabel de Sá.

Neoliberalismo e globalização

Em uma sociedade conectada em rede, principalmente com uso da internet, compreende-se que a globalização neoliberal não apenas dificulta a identificação dos principais mecanismos de expropriação por parte das elites ocidentais transnacionais – expropriação da renda, do trabalho, da vida, dos desejos, das políticas públicas sociais, dos direitos trabalhistas, da autonomia dos povos, das riquezas naturais, dos direitos sociais. Ela também possibilita a organização de redes que agenciam múltiplos atores, movimentos, ONGs e pautas de resistência. Por um lado, na sociedade industrial, fordista, a luta de classes se dava de forma clara entre operário e burguês, trabalhador e patrão, explorado e explorador. Atualmente, entretanto, em uma sociedade ocidental pós-industrial, flexível, criativa, própria da neoliberalização generalizada da vida, torna-se mais difícil promover lutas coesas com objetivos bem delimitados.

A imbricação de movimentos sociais com ONGs internacionais em países periféricos seria, já de partida, um ótimo exemplo da complexidade envolvida nos estudos que querem definir onde estão os exploradores e os explorados, já que se articulam de modos transversais para além do empregador x empregado, produtor x consumidor, dono dos meios de produção x trabalhador. Onde está a exploração? Nos juros de cartão de crédito? Na transferência de recursos públicos para o mercado via Parcerias Público-Privadas? Contra-quem, como e com quem resistir? Acredita-se que para iniciar uma resposta a essas questões seria preciso compreender que o neoliberalismo é uma *razão de mundo*, ou seja, nada escapa a ele, já que se manifesta de maneira singular em cada situação.

O neoliberalismo é mais que uma evolução do liberalismo, como lembram (DARDOT e LAVAL, 2016). Não se trata de um Estado mínimo e muito menos da lógica do *laissez faire, laissez passer*. Ao

contrário, há uma manutenção de um Estado influente a serviço do capital, no qual as medidas sociais são deixadas de lado, em prol de uma subserviência aos interesses mercadológicos. Para os autores, trata-se da incorporação de uma forma de gestão empresarial para a organização do Estado e dos sujeitos, na qual responsabilidades e riscos são assumidos por esses dois grupos e eximidos do mercado.

Não é abordada aqui uma mera relação de monocausalidade (da ideologia até a economia ou vice-versa), mas sim de uma multiplicidade de processos heterogêneos que têm conduzido, em virtude de apoio recíproco, à coesão e à integração em efeito global que visa à instauração de uma nova racionalidade governamental. Trata-se de um sistema de normas já profundamente inscritas em práticas governamentais, em políticas institucionais, em estilos empresariais, que levou a cabo uma extensão gigantesca da lógica do mercado especialmente produzindo subjetividade contábil mediante o procedimento de fazer competir sistematicamente indivíduos entre si.

Não é nossa intenção contestar a existência e a difusão dessa ideologia, tampouco negar que ela tenha alimentado as políticas econômicas impulsionadas maciçamente a partir dos anos Reagan e Thatcher e encontrado em Alan Greenspan, o ‘maestro de Wall Street’, seu adepto mais fervoroso - com as consequências que todos conhecemos. Mas o neoliberalismo está muito distante de se resumir a um ato de fé fanático na naturalidade do mercado. O grande erro cometido por aqueles que anunciam a ‘morte do liberalismo’ é confundir a representação ideológica que acompanha a implantação das políticas neoliberais com a normatividade prática que caracteriza propriamente o neoliberalismo. Por isso, o relativo descrédito que atinge hoje a ideologia do *laissez-faire* não impede de forma alguma que o neoliberalismo predomine mais do que nunca enquanto sistema normativo dotado de certa eficiência, isto é, capaz de orientar internamente a prática efetiva dos governos, das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não têm necessariamente consciência disso. Este é o ponto principal da questão: como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar os Estados e as sociedades em crises

políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves? Como é que, há mais de trinta anos, essas mesmas políticas vêm se desenvolvendo e se aprofundando, sem encontrar resistências suficientemente substanciais para colocá-las em xeque? (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 15).

Segundo os autores, a resposta a essas questões não é e não pode ser limitada apenas às negações feitas pelas políticas neoliberais, ou seja, à destruição sistemática das regulamentações e das instituições:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da 'modernidade'. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, íntima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade. As circunstâncias desse sucesso normativo foram descritas inúmeras vezes. Ora sob seu aspecto político (a conquista do poder pelas forças neoliberais), ora sob seu aspecto econômico (o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado), ora sob seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres), ora sob seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas). Tudo isso são dimensões complementares da *nova razão do mundo*. Devemos entender, por isso, que essa

razão é global, nos dois sentidos que pode ter o termo: é 'mundial', no sentido de que vale de imediato para o mundo todo; e, ademais, longe de limitar-se à esfera econômica, tende à totalização, isto é, a 'fazer o mundo' por seu poder de integração de *todas* as dimensões da existência humana. Razão do mundo, mas ao mesmo tempo uma 'razão-mundo' (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 16. grifo do autor).

Além dessa lógica corporativa, empreendedora, estatal, social, subjetiva, que constitui a *nova razão de mundo* neoliberal baseada na subjugação dos Estados ao capital, há também uma relação com o enfraquecimento das soberanias nacionais e, conseqüentemente, de suas fronteiras. A supremacia do capital financeiro internacional frente a questões de ordem nacional, que tanto interessa ao neoliberalismo, só é possível em um mundo globalizado. Ou seja, é impossível pensar em neoliberalismo sem vinculá-lo ao processo contemporâneo de globalização.

De acordo com Bauman (1999), a globalização modifica as relações do homem com o espaço e com o tempo, leva à redução do poder exercido pelos Estados-nação e é uma ferramenta de produção de subjetividades. Mais que a mobilidade física, o processo de globalização contou com uma aceleração da distribuição das informações. Para ele (BAUMAN, 1999), quando o fluxo de informações se separou do movimento de quem as portava e dos objetos, houve uma diferenciação das velocidades, por meio da qual as informações se tornaram muito mais velozes que os corpos e, até mesmo, que o conteúdo do qual eram compostas. Isso se deve, de maneira geral, ao surgimento, em um primeiro momento, dos computadores e, posteriormente, da internet.

A internet e as redes sociais têm sido instrumentos fundamentais para a construção de processos globais, sejam eles voltados aos interesses hegemônicos ou contra-hegemônicos. Atualmente a internet é um dos principais mecanismos utilizados para a construção de narrativas, formação de opiniões e, conseqüentemente, produção de subjetividades, o que a torna um elemento central para compreender as relações sociais e comerciais contemporâneas de escala nacional e global.

Tendo em vista a notável perversidade das ações de cunho neoliberal e globalizante ao longo das duas últimas décadas do

século XX, vários movimentos de resistência se posicionaram de forma contrária a tais processos, caracterizando-se antineoliberais e antiglobalização. Entretanto, como apontam alguns autores, como Hardt e Negri (2005), Castells (2013), Toret (2016), Malini e Antoun (2013), levantou-se a possibilidade de subversão da globalização tornando-a favorável às resistências. É o que Milton Santos (2000) entende como *globalização por baixo*. Ou seja, as mesmas estratégias traçadas pela globalização hegemônica poderiam ser usadas em favor dos interesses de grupos periféricos. Essa percepção gerou uma virada nos movimentos sociais, marcada pela Revolução de Seattle (1999), quando o mote das resistências mundiais deixa de ser a antiglobalização e se torna, aos poucos, *revolução global*, tema que, posteriormente, ocupa as redes por meio da *#globalrevolution*.

Associando redes e ruas, os movimentos inseridos no novo ciclo de lutas se articularam em redes globais de apoio e influência e alcançaram resultados que variam desde a conquista das pautas inicialmente reivindicadas até mudanças estruturais, como a queda de governantes ou o surgimento de novos partidos políticos. A incorporação de novas demandas e desdobramentos inesperados aponta uma capilaridade e flexibilidade no alcance de novos grupos, sugerindo certa vulnerabilidade desses movimentos às diversas influências que recebem. O movimento 15M, ocorrido na Espanha em 2011, por exemplo, posicionou-se inicialmente com um viés crítico às eleições e posteriormente acabou elegendo oito prefeitos através de plataformas municipalistas e cidadãs, compostas por ativistas e partidos de esquerda e de centro esquerda como Ahora Madrid e Barcelona en Comú, que elegeram Manuela Carmena e Ada Colau como prefeitas. No Brasil, também surgiram muitas plataformas políticas pós Jornadas de Junho de 2013, envolvendo, principalmente, partidos como o PSOL e coletivos ativistas, como é o caso da Bancada Ativista em São Paulo e das Muitas em Belo Horizonte.

Seria “Uma outra globalização” possível?

Se a internet e a sociedade em rede são hoje elementos que sustentam a forma globalizada de organização do mundo, alguns autores como Castells (2013) levantam a possibilidade do uso dos mesmos instrumentos para realizar o que posteriormente

foi compreendido como uma *globalização por baixo*, *antiglobalização*, *alterglobalização* ou, de acordo com Santos (2000) e Hardt e Negri (2005), *outra globalização*. Tais termos designam processos globais de resistência à globalização e ao estágio avançado do neoliberalismo mundialmente difundido.

Os novíssimos movimentos sociais ou movimentos sociais em rede – como Gohn (2014) e Castells (2013) entendem, respectivamente, os levantes que surgem após a crise do capitalismo de 2008 – têm como características gerais organização horizontal, híbrida, multitudinária e com tendência à presença de pautas que não tratam especificamente da luta de classes, mas de reivindicações por direitos, em sua maioria identitários. Considera-se, portanto, importante compreender esse novo ciclo de lutas, tendo como principais exemplares a chamada Primavera Árabe, capilarizada em diversos países como Tunísia e Egito, e os Occupies, como é o caso do *Occupy Wall Street* em Nova Iorque, do 15M na Espanha e das Jornadas de Junho no Brasil.

Na atualidade, os movimentos sociais são distintos tanto daqueles que levaram à sua emergência na cena pública do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX (movimento operário e movimentos revolucionários desde a Revolução Francesa) como dos movimentos que emergiram nos Estados Unidos nos anos de 1960 (direitos civis, feminismo, contra Guerra do Vietnã, estudantil etc). Na América Latina, especialmente no Brasil, os atuais movimentos sociais são distintos dos movimentos que ocorreram na fase do regime político populista, assim como são diferentes também dos movimentos do final da década de 1970 e parte dos anos de 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar etc.), embora muitos dos atuais movimentos sejam herdeiros dos anos de 1980. Naquela década, os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos”. Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, aqueles movimentos não estavam autocentrados, não miravam apenas a si próprios. Na atualidade, muitos dos novíssimos movimentos, ou ações civis denominadas movimentos, não têm mais o universal como horizonte, mas sim o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social (GOHN, 2014, p. 11-12).

Para Castells (2013), o que gerou esses levantes foi, em muitos casos, a diminuição da qualidade de vida acrescida de uma crise de legitimidade dos governantes locais. O autor aponta que, em decorrência da crise econômica, houve, em muitos países, ascensão de grupos de cidadãos indignados que, desacreditados dos governos, optaram por se posicionar à frente das mudanças desejadas por meio de ações coletivas autônomas.

Entretanto, o autor se pergunta, na mesma lógica de Didi-Huberman (2016), o que leva tais sujeitos a se sublevarem, já que detecta uma tendência humana à sujeição. Segundo Castells (2013), o comportamento subversivo inicia-se com um evento capaz de desencadear emoções suficientemente fortes para romper o medo. A raiva é o principal sentimento desse processo e sua reverberação tem a comunicação como importante elemento. Esta, para Castells (2013), induz a mudanças coletivas, gera entusiasmo e reforça mobilizações. Nesse sentido, a ação comunicativa seria um processo de atuação sobre as subjetividades que, por meio de um senso de identificação e estímulo, inibe o medo.

Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão de redes em redes neurais dos cérebros humanos estimuladas por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado. (CASTELLS, 2013 p. 158).

De acordo com Javier Toret (2016), as redes sociais são utilizadas de forma intensiva e estratégica pelos novíssimos movimentos sociais, produzindo mobilizações afetivas que geram impactos enormes para parcela significativa da sociedade. Para Castells (2013), suas ações não estão ligadas apenas a situações sociais críticas, mas também a uma “mobilização emocional” promovida, de um lado, pelo crescimento da indignação e, de outro, pela fomentação da esperança de possíveis mudanças, que pode ser induzida pela existência de revoltas em outros países. Essa conexão afetiva é maximizada pela divulgação desses levantes na mídia de forma geral e nas redes sociais, onde tendem a ter destaque, gerando, muitas vezes, uma rede mundial de revoltas que envolve atores, pautas e estratégias semelhantes. Assim, Castells (2013) aponta que, independentemente de questões específicas de cada país que tenha abrigado tais processos, há uma semelhança indiscutível entre eles: “o modelo dos

Figura 01: Streaming nas manifestações do 15M. Fonte: LOZANO, Cristina. Streaming. Foto Spanish Revolution, 2011. Disponível em: <<https://fotospanishrevolution.org/viewsection.aspx?view=0&id=7df1df48-88ae-4d07-8db3-bb2f430d281e>>. Acesso em: 15 de março de 2019.

Figura 02: Puerta del Sol durante o 15 de maio de 2011 em Madrid. Fonte: Fotograccion. Puerta del Sol in Madrid during the 2011 Spanish protests. Madrid: Fotograccion, 2011. Disponível em: <<https://15mpedia.org/wiki/Archivo:PuertadelSol2011.jpg>>. Acesso em: 15 de março de 2019.

movimentos sociais na era da internet” (CASTELLS, 2013, p. 159).

Segundo o autor, esses movimentos são conectados de múltiplas formas, com a formação de redes que os associam entre si a partir de diferentes partes do mundo. Nessa configuração, as tecnologias da informação são fundamentais para o estabelecimento, a expansão e, inclusive, para as transformações dos levantes.



Apesar da relevância das plataformas na configuração das ações, é nos espaços urbanos que os movimentos se consolidam. Para Castells (2013), há sempre uma interação entre as redes digitais de comunicação e a ocupação das ruas e dos prédios. “Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia” (CASTELLS, 2013, p. 161).

Esse encontro nas ruas é o momento em que há uma virada na forma de ativismo, levando a uma mobilização social mais concreta. A ocupação desses espaços é, na maioria das vezes, potencializada por estratégias como as observadas no mapa de organização da Puerta del Sol (Imagem 3). Nas narrativas dos movimentos, essa organização é discutida coletivamente, mas fica clara a existência de lideranças que, ainda que não assumam destaque aparente, têm papel de relevância no processo, iniciando diálogos e propondo soluções, o que aponta como controversa a premissa de Castells (2013): de espontaneidade vinculada à autonomia.

Figura 03: Mapa de organização do 15M na Puerta del Sol, em Madrid. Fonte: DE SOTO, Pablo. Os mapas do #15M: a arte da cartografia da multidão conectada. Rio de Janeiro: Liinc em Revista, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Plano-da-Acampada-Sol_fig1_317893775>. Acesso em: 15 de março de 2019.



Quando Castells (2013) afirma que os movimentos sociais contemporâneos são ao mesmo tempo locais e globais, o autor demonstra que, apesar de muitas vezes se organizarem por razões locais, eles geram conexões em redes globais. Para ele (CASTELLS, 2013), os movimentos são estimulados e aprendem com outras experiências para iniciar mobilizações próprias que geram uma forma particular de tempo e espaço: um “tempo atemporal”, ou seja, uma atuação “trans-histórica” que comporta dois tipos distintos de experiência: o cotidiano local e um horizonte indeterminado de possibilidades globais.

A partir do livro *Globalização: as consequências humanas* (1999), o modo de atuação local-global aparece, em Bauman, como importante característica da globalização, já que, para ele, esse processo apresenta simultaneamente um movimento de união e divisão. Ele afirma que “junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informações, é colocado em movimento um processo ‘localizador’, de fixação no espaço” (BAUMAN, 1999, p. 8). A globalização, pensada dessa forma é, então, um ator de privação social, já que as atuações locais dependem de ações globais que as dão sentido, perdendo sua potencialidade territorial. Bauman (1999) afirma, então, que há um processo de desterritorialização do poder acompanhado de uma configuração cada vez mais restrita do território, denunciando um controle não-físico que molda a realidade sob o discurso de uma “nova liberdade” vivenciada no ciberespaço. Neste, “os corpos não interessam — embora o ciberespaço interesse, de forma decisiva e inexorável, para a vida dos corpos [...] a desterritorialização do poder anda de mãos dadas, portanto, com a estruturação cada vez mais estrita do território” (BAUMAN, 1999, p. 27).

No texto supracitado, Bauman (1999) aborda a relação local-global de forma distinta à colocada, anos depois, por Castells (2013). Ao contrário do segundo, que acredita em uma demanda inicial local, o primeiro aponta para a chegada de mensagens externas via meios de comunicação, independente de *líderes locais*, que levam a mobilizações e ações dentro de um território cada vez mais fragmentado.

A leitura de Bauman (1999) acaba conduzindo a uma construção de pensamento por meio da qual as posteriores colocações de Castells (2013), a respeito de um caráter espontâneo das manifestações, apresentam-se um tanto quanto ingênuas ou desprovidas de uma base conceitual consolidada no que tange

à compreensão dos mecanismos de globalização. Se há, para o primeiro, nos processos globais, uma construção de demandas e estímulos via meios de comunicação que atua sobre a elaboração das pautas locais, uma possível espontaneidade de sua construção se torna elemento, no mínimo, questionável. Vale ressaltar que ambos concordam com a existência de estímulos dos eventos globais sobre os locais, mas a *simples* inversão de ordem da fonte primária do desejo de revolta indica pontos de vista diametralmente opostos. A visão de Castells (2013) sobre a viralidade dos movimentos contemporâneos se torna, então, indício para o apontamento de Bauman (1999) no sentido de que há uma influência externa na construção das ações locais. Em suma, há consonância entre os pensamentos no que tange à importância do global para a execução local, entretanto, a despreocupação de Castells (2013) em relação ao embrião propulsor das ações se apresenta, em termos gerais, um tanto quanto distante da leitura de Bauman (1999).

Nesse sentido, pode-se apontar uma convergência entre os autores: ambos concordam com uma ausência aparente de liderança local direta. A organização dos movimentos sociais pelas redes é um dos principais fatores que permitem a ausência da imagem de um líder. Castells (2013) coloca o impacto gerado pela mensagem como mais importante que a fonte do evento. Ou seja, assume-se uma potência da comunicação independentemente de quem a gerou ou com qual intenção ela foi propulsada. Líderes cada vez mais dispersos ou “escondidos” pelas redes, configuram uma dificuldade maior de ataque aos movimentos.

Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses. A transição da individuação para a autonomia opera-se por meio da constituição de redes que permitem aos atores individuais construir sua autonomia com pessoas de posição semelhante nas redes de sua escolha. Eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia. Isso porque a tecnologia da internet incorpora a cultura da liberdade, como mostra o registro histórico de seu desenvolvimento” (CASTELLS, 2013, 168).

A ideia de autonomia, baseada na organização horizontal em rede que parte de uma ausência de liderança aparente é típica do que se entende por ativismo. Natacha Rena (2016) considera que os levantes ocorridos pós crise do capitalismo de 2008 ocupam a esfera de movimentos ativistas e não militantes. Isso devido, justamente, à sua formação heterogênea que parte das tecnopolíticas e tem como pauta base o debate sobre a expropriação do público por meio do Estado-Capital. Bernardo Neves *et al* (2018, p. 230) apontam as seguintes características para os movimentos ativistas: de organização rizomática, tais ações contam “com estruturas evanescentes, difusas, fragmentadas, que se alternam contingencialmente, em rede, numa lógica de enxame bastante variável, criando sempre novas conexões e novos agenciamentos de pautas, atores, modos de fazer”.

João Teixeira Lopes (2016) traz outras características transversais a esses novíssimos movimentos sociais: (i) discurso centrado na denúncia do sistema econômico e na captura das instituições e agentes políticos pelo poder financeiro; (ii) exigência de *mais* ou de uma *verdadeira* democracia; (iii) a juventude precarizada como catalisadora das lutas; (iv) certa recusa da delegação ou ceticismo com a ação institucional; (v) produção de novas referências plásticas e estéticas; (vi) ocupação transgressiva do espaço público; (vii) valorização da diversidade de expressão nos protestos de rua; (viii) uso intensivo das redes sociais; (ix) importância da cultura audiovisual e das novas tecnologias de informação e comunicação; (x) busca de formas tendencialmente horizontais. A estas pode-se acrescentar, ainda, um constante discurso de ataque às esquerdas tradicionais, tanto em termos ideológicos (comunistas, socialistas), quanto às suas estruturas (partidos e sindicatos).

De acordo com Lopes (2016), em sua maioria, tais movimentos se sustentam em grupos pertencentes à nova classe média urbana, de forma que carregam em si algo da insurgência, da flexibilidade e da adaptação em uma sociedade que tem visto sua base se deslocar do emprego para o trabalho cada vez mais precarizado. Dentro dessa lógica de formação adaptada ao neoliberalismo, tais movimentos se apresentam, de forma geral, muito vulneráveis ao sistema. O autor, então, questiona:

Esses novíssimos movimentos sociais conseguem ser uma ‘comunidade’, uma ‘comunidade interlocutora’, com agenda própria ou assumir-se-ão preferencialmente

como instância interlocutora, de cariz emotivo? Propõe uma esfera pública, dotada de autodeterminação e discernimento político ou reenviam para o aqui e o agora da efervescência coletiva, representando um mero somatório de ‘espaços’ de expressão? Assumem programas alternativos com um mínimo denominador comum, capaz de construir como alternativa à hegemonia, ainda que com um calendário gradualista, ou contribuem, ainda que inadvertidamente, para a consolidação do poder que todavia contestam? A prática é mutante e informe ou acumula, perpassando uma continuidade de projeto capaz de alargar campos de possibilidades? Quem representa quem, na multidão? Tudo é absorvido pelo sistema, não havendo ponto exterior que permita a crítica? (LOPES, 2016, p. 342).

Pode-se observar, neste momento, a existência de um impasse: os novíssimos movimentos sociais, posicionando-se contra o neoliberalismo em uma lógica de alterglobalização têm alcançado seus objetivos? Eles conseguiram subverter a lógica hegemônica da globalização? Tais respostas dificilmente serão alcançadas. Entretanto, para que seja possível compreender melhor esse quadro, é preciso pensar em dois fatores cruciais. O primeiro se refere ao uso das tecnologias de comunicação, já que para aplicá-las invertendo as intenções habituais de seu uso, é necessário um amplo domínio da técnica e da dinâmica de seus impactos. A segunda questão, muitas vezes invisível à maioria da sociedade, é a capacidade dos subsistemas de dominação de se adaptarem para a produção e cooptação de pautas. Tendo isso em vista, é feito aqui um panorama da construção e evolução dos mecanismos de rede, pensando como eles impactam as relações sociais e, principalmente, se e como são utilizados como possíveis (re)produtores de resistência.

A internet e as lutas

O embrião da internet surge nos Estados Unidos no auge da Guerra Fria a partir da necessidade de descentralizar a comunicação e o armazenamento de dados, já que o desenvolvimento de tecnologias bélicas que ganhou força durante a Segunda Grande Guerra facilitou as investidas contra centros de comando. A Arpanet é criada, então, para permitir que os aliados se

comunicassem e planejassem ações juntos mesmo em cenários caóticos gerados por ataques nucleares (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 32).

Envolvidas também nesse projeto, as universidades usaram a rede como uma importante ferramenta de cooperação, desenvolvendo pesquisas em conjunto, com uma forma de trabalho que antes não era possível. Um exemplo dessa cultura está na Usenet, que foi criada por estudantes como um fórum de discussões sobre o sistema operacional Unix – utilizando a linha telefônica para conectar computadores ponto a ponto – e acabou por se tornar uma das primeiras redes de conversação digital em grande escala (CASTELLS, 1999 *apud* MALINI e ANTOUN, 2013, p. 19).

Quando, em 1984, os militares abandonam a Arpanet e criam a Milnet, essa dinâmica se intensificou, pois o acesso à rede foi expandido para além dos fins bélicos ou de pesquisa (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 32). Nesse mesmo ano, Tom Jennings, um programador anarquista e ativista gay, possibilitou que um usuário comum operasse de sua casa uma comunidade digital, os *Bulletin Board System* (BBS), tornando os grupos de discussão mais personalizáveis, sem as restrições de servidores comuns na Usenet. Surgiu também a *Free Software Foundation*, encabeçada por Richard Stallman, contra a propriedade privada do software e a favor do compartilhamento do conhecimento e da coletivização da produção de programas de computador (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 41).

Inicia-se, nessa época, uma noção de ciberespaço, onde é possível criar campanhas, vazam informações sigilosas, produzir um debate intelectual teórico ou mesmo coordenar ações coletivas contra sistemas autoritários (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 19). Os grupos de discussão, que se popularizaram na Usenet e, sobretudo, nos BBSs, tornaram-se arena para diversas organizações sociais, que agora articulam ações diretas de forma mais rizomática e menos hierárquica. Em paralelo, as ONGs ganharam espaço, ao passo que as instituições e os movimentos clássicos, como os partidos políticos, perderam força.

Os programadores ativistas pelo software livre criam redes de colaboração para desvendar, através de engenharia reversa, o que estava por trás dos códigos dos programas proprietários. Então, faziam versões para livre distribuição, consulta e modificação e divulgavam as funções maliciosas que encontravam, como

quando Richard Stallman levou a público que uma das versões do Windows enviava à Microsoft, o que foi instalado no computador de seus clientes (STALLMAN, 2002, p. 117). Além dos ciberativistas da produção de software, emergem outros hackers que conquistam e quebram redes, como o *Cult of Dead Cow*, que criou um programa chamado *Back Orifice* capaz de invadir o Windows NT, mostrando, assim, que o sistema operacional da Microsoft não era seguro como a empresa o vendia (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 45-46)..

Similarmente ao que Malini e Antoun (MALINI e ANTOUN, 2013) chamam de hackers de código, os hackers de narrativa utilizam as tecnologias da comunicação, principalmente a partir da difusão dos grupos de discussão nos anos 1980, para produzir uma mídia menos concentrada e mediada. Por um lado, os movimentos sociais organizados encontram mais meios para construir mídias populares oferecendo uma voz contra-hegemônica, ainda que na mesma lógica um-muitos dos rádios, jornais e canais de televisão tradicionais. De outro, em um antagonismo a toda forma de mediação, ciberativistas apostam em uma comunicação em rede, com conversas muitos-muitos possibilitadas pelos grupos de discussão. Este último tipo de *midialivrismo*[4] vai se mostrar fortemente presente nos movimentos mais recentes, em que é possível assistir imagens da repressão policial a uma manifestação em tempo real a partir das transmissões ao vivo do Facebook ou Youtube.

Outros tipos de disputa aparecem quando Tim Berners Lee cria a *World Wide Web*. No ar em 1991, a WWW dá início a uma topologia em teia e reúne o material disperso dos grupos de discussão, possibilitando o aparecimento da guerra em rede (*netwar*), que vai ser conceituada pela primeira vez por Arquilla e Ronfeldt (1993 *apud* MALINI e ANTOUN, 2013, p. 68) dois anos depois. Essa definição foi feita em oposição à ideia de guerra do controle (*cyberwar*), também formulada por eles, que se refere a uma luta de alta intensidade de base militar fortemente tecnológica travada por Estados-nação. A *netwar* seria uma disputa de baixa intensidade empenhada por grupos organizados em rede com uso das novas tecnologias, muitas vezes contra o Estado. Para Malini e Antoun (2013, p. 57), esses grupos operam de forma que as resistências de diversos lugares do globo se conectam e trabalham colaborativamente, destituindo de efetividade, na visão dos autores, a glocalidade do poder global das redes de regulação que submetem os lugares às suas vontades.

Sérgio Amadeu Silveira (2016) também contribui para compreender essa dinâmica. Para ele, as redes digitais são tecnologias cibernéticas, ou seja, agem tanto na comunicação quanto no controle. Esta última instrumentalidade se dá porque a conquista de poder na sociedade e no Estado depende da comunicação e do imaginário gerado pela internet, e esta atua diretamente sobre a formação de opinião pública, se tornando fundamental na disputa por controle social. Ao mesmo tempo, é também espaço de conversações livres, organização de grupos autônomos e convocação para manifestações.

Embora Arquilla e Ronfeldt (2001 *apud* MALINI e ANTOUN, 2013, p. 68) pareçam apostar na guerra em rede sempre exercida pelas forças de baixo, sejam elas ativistas ou terroristas e criminosas, não é difícil imaginar que os Estados ou outros grupos de poder teriam também meios e interesse para atuar na rede de forma invisível. Essa possibilidade é ilustrada pelo medo que, de acordo com Silveira (2016), alguns membros do Estado chinês e da NSA têm de que a ausência de controle na internet ameace a soberania nacional de seus países. Corroborando com esse sentimento, há vários exemplos de influência da rede nos comportamentos sociais, como nos levantes do novo ciclo de lutas urbanas pós crise de 2008 e até mesmo em eleições, como o caso de Donald Trump nos EUA e Jair Bolsonaro no Brasil, e é difícil determinar com clareza as intenções, os atores e os resultados indiretos dessa influência.

No plano econômico, há dois aliados importantes das políticas da internet: as operadoras de telecomunicação e a indústria *copyright*. As primeiras fazem pressão com a finalidade de maximizar seu lucro através da cobrança por velocidade e tipo de acesso. Já a segunda age para “bloquear o compartilhamento de arquivos digitais que não gerem divisas para os detentores dos direitos de bens simbólicos” (SILVEIRA, 2016, p.347). Esses dois setores, muitas vezes em parceria com Estados ou grupos de interesse, atuam no sentido de destruir o princípio de neutralidade da rede. A quebra desse mecanismo permite que atores chave – donos da infraestrutura ou de plataformas de destaque na internet – interfiram nos dados enviados e recebidos, selecionando as informações que serão passadas e até mesmo bloqueando-as quando acharem necessário.

Esse controle da circulação pode acontecer para excluir conteúdos específicos ou privilegiar determinados veículos. No primeiro sentido, está a curadoria de dados realizada por

plataformas como o Google[5], que seleciona o que aparece em suas buscas, e o Facebook. No caso dessa rede social, tem sido divulgado[6] que as informações que aparecem no *feed* de notícias de cada usuário são escolhidas a partir de uma análise de perfil individual. Além desse filtro, páginas e conteúdos considerados impróprios são apagados da plataforma. “A remoção de publicações ocorre, aparentemente, por motivos morais, pelas preferências comportamentais de seu criador, mas existem exclusões por razões políticas” (SILVEIRA, 2016, p.349). Em outro caminho, crucial para o sucesso do primeiro na medida em que aumenta a superfície de vigilância desses poderes, há também uma tentativa de fazer com que poucos canais se tornem centrais na rede. Isso pode ser observado nos planos de internet móvel[7] cada vez mais comuns, que oferecem acesso ilimitado a veículos como o Whatsapp, enquanto todo o resto da circulação da web fica restringida a uma quantidade de dados.

Silveira (2016, p.349) analisa os números de utilização do Facebook e do Youtube – duas redes sociais centrais no Brasil, que apresentam, respectivamente, 127[8] e 82 milhões[9] de usuários –, e afirma que as redes sociais ocupam hoje o espaço do debate político que nos séculos XVII e XVIII era vivido nos cafés e nas reuniões comensais, gerando uma “nova abordagem da política e do poder”. Para ele, há, por isso, a possibilidade de participação de sujeitos que outrora encontravam-se apartados do debate político. “Essas conversações não são, *a priori*, favoráveis à esquerda ou à direita, apesar de beneficiarem o senso comum, que, em geral, reproduz ideias-força do sistema capitalista” (SILVEIRA, 2016, p.348). Assim, torna-se preocupante a estratégia supracitada do Facebook de selecionar o conteúdo a ser acessado por seu usuário, já que a rede o influencia pessoal e politicamente.

Observa-se, então, que a internet não é um espaço tão livre quanto parece. Poderia-se levantar, ao longo da história da tecnologia, que sua criação faz parte das disputas de poder que, em geral, envolvem relações bélicas. Assim, seria possível entender que o uso das redes como ferramenta de luta pelos novíssimos movimentos sociais também se insere nessa disputa. Para compreender esse cenário, é importante pensar o marco fundamental para a virada do que se tinha por movimentos antiglobalização, com uso e discurso pelo software livre, para os que acreditam em uma globalização por baixo como estratégia, usando uma atuação ativista que utiliza softwares e plataformas proprietárias, como foi o caso de alguns articuladores das insurgências #globalrevolution.

Os movimentos em rede

A luta em rede esteve presente na Batalha de Seattle, em 1999, mas já começava a se desenhar em 1994, com a resistência zapatista ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). O movimento emerge no México, na região de Chiapas - rica em urânio, madeira e petróleo - com a criação do Exército Zapatista pela Libertação Nacional (EZLN). Inicialmente de tática guerrilheira, o EZLN começa majoritariamente formado pela classe média educada mexicana e, após derrotas na luta armada, faz conexões com ONGs e outros grupos da sociedade civil global e com as comunidades indígenas. Como resultado das novas parcerias, há mudanças não apenas nas estratégias e táticas, como na própria narrativa. Ao conflito militar armado soma-se o uso das tecnologias de comunicação e a organização em uma topologia de teia de aranha, com eixos bem estruturados, hiperconectados entre si e ligados a nós de conexão fraca entre eles, semelhante ao que vai acontecer posteriormente em Seattle (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 76). Grupos do México e de outros países como Canadá[10], Estados Unidos[11], Itália[12] e Espanha[13] compõem a rede zapatista e transformam as pautas do movimento, fazendo com que o EZLN abandone a conquista do governo como principal objetivo e centralize questões como direitos indígenas, proteção ambiental, a mulher na política e os direitos trabalhistas (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 80-83). Os meios técnicos para a luta em rede também são fornecidos por essa teia, em especial pela ONG *Association for Progressive Communications* (APC), que, a partir da sede em São Francisco, tem servidores locais nos cinco continentes (BISCO JR. e LINO, 2006, p. 3-4.) e atua com financiamento de fundações internacionais, como *Open Society Institute* (OSI)/ *Soros Foundation* e *Ford Foundation*[14].

Construída pela coalizão de ativistas *Direct Action Network* (DAN), a Batalha de Seattle utilizou uma topologia parecida com a dos zapatistas, usando, entretanto, estratégias e táticas de resistência pacífica, através de deslocamento, enxameamento, afluência e contaminação, tanto espacial quanto virtual. O DAN pretendia paralisar as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e se organizava por grupos de afinidades, que poderiam ser congregados em células ou agir como flutuantes. Nenhum agrupamento tinha um único líder e a coordenação era feita a partir de um conselho de porta-vozes, onde representantes dos grupos decidiam por consulta democrática e consenso.

Os atores da rede em Seattle definiram suas pautas de maneira dinâmica e pouco clara. Nesse sentido, foi fundamental a contranarrativa à grande mídia, que ora apresentava o acontecimento como crítica corporativista ao liberalismo econômico, ora descrevia os ativistas como baderneiros. O DAN concebeu, então, o *Independent Media Center* (IMC), uma nova mídia participante, ativista, colaborativa, em regime *copyleft* e baseada, essencialmente, na internet. Também conhecido como Indymedia, o projeto se tornou permanente e se espalhou por várias cidades dos Estados Unidos e do mundo, tendo vital importância em lutas posteriores, como o 15M, na Espanha.

Se o Movimento Zapatista e a Batalha de Seattle tiveram sua base comunicativa nas mídias livres usando o *copyleft* e produção aberta, a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha e o Occupy Wall Street estruturaram suas redes a partir de plataformas proprietárias. No Egito, o primeiro meio importante na revolta contra Hosni Mubarak foi a página no Facebook “Todos somos Khaled Said”, curiosamente criada de forma anônima pelo diretor de marketing do Google para o Oriente Médio, Wael Ghonim[15]. O papel dos controladores da ferramenta de buscas mais importante na atualidade também foi crucial para que os opositoristas se comunicassem pelo Twitter, lançando um serviço que driblava o bloqueio imposto à plataforma[16].

Na Espanha, as mobilizações do 15M também tiveram início nas redes sociais. As primeiras interações públicas virtuais foram com as discussões da Lei Sinde através da hashtag #NoLesVotes lançada por blogueiros, em crítica aos políticos, em especial do PSOE e PP, que aprovaram uma lei impopular (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 221) que criminalizou sites que possuem *links* para arquivos sob licença *copyright*. Formaram-se diversas pequenas organizações a partir de grupos no Facebook e, em março, foi criada a página web do *Democracia Real Ya* (DRY), que, em parceria com o *Juventud Sin Futuro*, convocou para o ato de 15 de maio de 2011[17].

Característica comum aos novíssimos movimentos sociais, o 15M baseia sua comunicação em plataformas proprietárias, sendo fundamentais os grupos e eventos do Facebook, por exemplo. As hashtags utilizadas no Twitter desde as primeiras interações, como #SpanishRevolution, #15m, #AcampadaSol, #YesWeCamp, #DemocraciaRealYa e #NoLesVotes, são cruciais para o crescimento e desenvolvimento da rede e, a partir da primeira manifestação, perfis oficiais como o @acampadasol

vão surgir para coordenar as mobilizações (MALINI e ANTOUN, 2013, p. 228).

A partir do debate gerado pela Lei Sinde, essas organizações e grupos de discussão criaram outras pautas. A demanda por empregos e a contraposição às medidas de austeridade e ao resgate de bancos às custas da dívida pública se mostraram presentes nas reivindicações do *Juventud Sin Futuro* e no lema do 15M - “Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros” (TORET, 2016). Como aponta Gohn (2014), muito do programa dos Indignados está relacionado com a crise de 2008, que levou a um forte quadro de desemprego no país e foi respondida com o desmonte do Estado de bem-estar social, à revelia da opinião da população. Isso poderia estar relacionado com uma série de demandas por uma democracia mais participativa e com maior combate à corrupção, bem presentes no discurso do *Democracia Real Ya* (DRY). Há, também, um forte antagonismo a diversas instituições, como o parlamento, os partidos políticos, os sindicatos, a igreja e a imprensa tradicional.

Como descrevem Lidia Posada, integrante do DRY, e Pablo Padilla, do *Juventud Sin Futuro*, no documentário *15M: Excelente. Revulsivo. Importante* (2012), os primeiros passos da mobilização acontecem primordialmente online, com encontros físicos em pequenos grupos que articulam entre si. A estratégia é levar o movimento para as ruas e praças, relacionando os espaços físicos e virtuais, e levando ao que Toret (2016) chama de contágio tecnologicamente estruturado via tecnopolíticas que ubiquem redes e ruas. Essa ocupação do espaço não se dá apenas com protestos, mas também com acampamentos, que, em várias cidades, articularam a mobilização por meio de comissões, estudos em grupo e assembleias, além de uma vivência em comum autogerida. Esse caminho foi exitoso, já que, segundo o autor, a rede do 15M no Twitter passou de 3.403 seguidores nos dias que antecederam a primeira manifestação para 110.198 na fase de maior alcance. Outro ponto interessante é que, de acordo com informações da *Gather Estudios*, trazidas por Toret (2016), 71% dos participantes não pertenciam a nenhum partido, sindicato, ou movimento social, e apenas 6% dos envolvidos não faziam parte de nenhuma rede social, demonstrando um alcance incomum em comparação a movimentos sociais clássicos.



Figura 04: Puerta del Sol durante o 16 de maio de 2011 em Madrid. Fonte: ORTIZ, Alvaro. Manifestación de Democracia Real Ya en Madrid el 16 de mayo de 2011. Madri: 2011. Disponível em: <https://15mpedia.org/wiki/Archivo:Manifestacionpuerta_solmadrid23.jpg>. Acesso em: 15 de março de 2019.



Figura 05: Biblioteca da Acampada. Fonte: BRAMIDO, Bluchi. Foto Spanish Revolution. Madri: Foto Spanish Revolution, 2011. Disponível em: <https://15mpedia.org/wiki/Archivo:FotoSpanish_Revolution_-_bramido_-_C8F96080-B77C-4BB4-BBFC-37F677E09AE9.jpg>. Acesso em: 15 de março de 2019.

Diferentemente da dinâmica descrita por Posada e Padilla, as narrativas do movimento o trazem como de forte caráter espontâneo. No mesmo documentário (15M: Excelente. Revulsivo. Importante, 2012), é Miguel Arana, um estudante de física sem trajetória de organização política relevante, quem

Figura 06: Miguel Arana coordena o início do acampamento na Puerta del Sol. Fonte: 15M: Excelente. Revulsivo. Importante. Dirección de Stéphane M. Grueso. Madri: 15m. cc, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z5fsxKlMDNU>>. Acesso em: 9 de março de 2019.

aparece coordenando o início do acampamento em Madri, cena que também está no filme *15M: Málaga despierta* (2013). Também nesta produção, a jornalista Laura Rueda conta ter tido o primeiro contato com as mobilizações através de um evento no Facebook e decide espontaneamente reproduzir o convite às ruas em seu programa na Rádio Vallekas, de Madri, destacando em seu anúncio que “esa convocatoria no tiene color, no más convocamos a todos los ciudadanos”.



No âmbito comunicativo, é interessante atentar para o nome mais usado para descrever o movimento dos Indignados, 15M, que, segundo Gohn (2014), faz referência à data de seu início, 15 de maio. Outras hashtags com datas convocatórias de manifestações posteriores também são utilizadas, como #19J que convocava para protestos contra o Pacto do Euro em 19 de junho de 2011 ou #17S chamando para a primeira manifestação do *Occupy Wall Street*. Essa nomenclatura demonstra uma dinâmica ágil, já que à medida que o movimento cresce, muda não só a data, mas também o nome e as pautas, caráter já presente nos Zapatistas, cujo programa muda a partir de novas conexões na rede. Essa dinâmica na internet aponta também para a relação entre os Indignados e outros levantes, como o caso do *Occupy Wall Street*, já destacada por Toret(2016). De acordo com o autor, as hashtags do segundo estavam presentes de forma massiva na Espanha, antes mesmo de chegarem a Nova Iorque. Referências a movimentos de outros países, como a Frente Povo Sem Medo, brasileiro, podem ser encontradas em meio às faixas do 15M espanhol.



Figura 07: Faixa em referência à Povo Sem Medo, uma frente brasileira, em manifestação dos indignados. Fonte: 15M: Excelente. Revulsivo. Importante. Direção de Stéphane M. Grueso. Madri: 15m. cc, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z5fsxKlMDNU>>. Acesso em: 9 de março de 2019.

Esse desempenho adaptativo é observado, ainda, nos desdobramentos do movimento. Apesar de as eleições não fazerem parte do programa inicial e de o lema “no nos representa” ter sido frequente, notáveis e exitosos projetos com o pleito como objetivo emergiram. Apesar da desconfiança de alguns que vão às ruas acusar o partido de apropriar-se do movimento, não é possível ignorar a conexão entre as inquietações iniciadas em 2011 e o surgimento do Podemos, principalmente se leve-se em conta que “[...] o sucesso eleitoral do Podemos coincidiu com a atenuação da tensão nas ruas”[18]. O partido chegou a eleger 5 eurodeputados em 2014[19] e compõe duas das mais relevantes plataformas municipalistas: Ahora Madrid e Barcelona en Comú. A primeira trata-se de uma coalizão junto ao Ganemos e, com o apoio de 9 votos do PSOE, elegeu Manuela Carmena, que agora governa a prefeitura com 20 *concejales*, dos quais Pablo Soto[20], Rita Maestre[21] e Guillermo Zapata[22], a título de exemplo, são fortemente ligados ao 15M. Na capital catalã, por sua vez, o Barcelona en Comú guarda conexão com os indignados já através de sua prefeita, que foi porta-voz e uma dos fundadores do Plataforma de los Afectados por la Hipoteca (PAH), movimento atuante principalmente durante e após os acampamentos. É interessante notar que, apesar de fortalecer-se no rechaço às esferas formais de poder, o 15M acaba por criar vias (outras?) de acesso a essas mesmas instituições.

Inevitavelmente, a flexibilização da programática se coloca nesses levantes uma vez que são constantes a mudança nos objetivos principais, a subtração de antagonismos e a aparente espontaneidade de sua origem. Considerando, ainda, o

recorrente esforço de supressão de líderes ou porta-vozes, que tipo de estruturas os novíssimos movimentos sociais teriam para manter suas pautas fiéis às intenções de seus ativistas? Seria a mudança cultural proposta por eles suficiente para barrar a capacidade adaptativa dos interesses do capital?

Considerações Finais

O neoliberalismo é uma razão de mundo. Como razão de mundo, entende-se que nada foge aos processos e interesses neoliberais, sendo necessário perguntar de qual maneira as resistências se colocariam em oposição a esse sistema. E, mais que isso, tendo em vista a capacidade de mutabilidade do capitalismo, indaga-se se é possível conceber algum processo, ainda que resistente, que não seja fagocitado por seus ditames e interesses. É possível resistir sem compreender que a nova razão-mundo neoliberal é também, e principalmente, geopolítica?

Mais que respostas, este relato tem por finalidade o levantamento de questões. Logo na introdução do texto afirmou-se necessário compreender, em relação aos processos resistentes, a quem se aliam e contra quem se opõem. Além disso, aponta-se a importância de saber por quem são financiados e a quais interesses, expostos ou não, estão servindo. Por exemplo, tal como supracitado, muitas ONGs atuantes em parceria com movimentos sociais de países periféricos recebem financiamento de atores vinculados à grande rede de capital transnacional. Pergunta básica neste caso seria acerca dos interesses destes grupos em fomentar tais ações. Não é intenção, neste momento, colocar em xeque qualquer levante que esteja inserido em um contexto neoliberal, mas acredita-se fundamental buscar respostas para não cair em ciladas traçadas pelo próprio capital. Indica-se, portanto, uma necessidade premente de rastrear os principais atores, as narrativas, os interesses e os financiamentos de fundações transnacionais ligadas ao capital para que seja possível compreender mais a fundo a rede na qual se insere determinada pauta, coletivo ou movimento social.

O processo relacionado à investigação de possíveis manipulações sofridas pelos agentes de resistência, além de seguir os financiamentos, deve pensar a formação dos indivíduos dentro do contexto neoliberal. Neste momento, a internet entra em voga como importante plataforma no debate acerca da produção de subjetividades, fazendo-se necessário pensar a respeito da

maneira como esse instrumento atua sobre os inconscientes produzindo gostos, desejos, narrativas, ansiedades, e ampliando ou reduzindo medos e esperanças. Mais uma vez, entende-se que há um controle sobre o material exposto, ainda que a internet carregue o discurso de circulação livre de informações. Desta forma, vale outra pergunta: seria possível acreditar que é viável atuar em rede global sem a influência direta tanto dos proprietários das plataformas como Facebook e Twitter, quanto sem o controle do que se produz via *big data*? Levantados esses pontos, ainda que incômoda, outra pergunta emerge: é possível que haja uma produção de dissidência como estratégia do neoliberalismo em benefício próprio? Casos como os de Revoluções Coloridas e Guerras Híbridas indicam que sim. Ou que, pelo menos, há interesses escusos de blocos hegemônicos atuando na produção de levantes em algumas partes do mundo.

Sobre a possibilidade de cooptação dos novíssimos movimentos sociais e seus levantes, é preciso indagar quais as brechas deixadas em parte dos processos que os tornaram vulneráveis a ponto de serem subvertidos e passarem a atender interesses de grupos hegemônicos. Responder a uma pergunta dessa ordem só é viável mediante uma análise histórica e transescalar. Nessa construção, ao nos deparar com uma significativa transferência de um modelo de militância para ativismo, ou da lógica do povo para a da multidão, observa-se que a fragmentação das mobilizações, principalmente relacionada à pauta e ao discurso, acabou por fragilizá-las. Isto é, em tempos de sujeitos neoliberais, é muito difícil recuperar a ideia da unidade do povo. Entretanto, acredita-se possível pautar as questões relacionadas à identidade transversalmente às pautas estruturais, como a questão do gênero e da raça atrelada à luta de classes e aos direitos dos trabalhadores, fortalecendo a luta dentro de um espectro de necessidades coletivas.

Observa-se que, em geral, a solução encontrada para o problema da expropriação e da exploração pelos novos coletivos e novíssimos movimentos abre algumas ciladas para as resistências populares, pois há o risco de um grande engano com relação ao campo real das lutas. Muitas das vezes o nível de colaboração com processos aparentemente mais democráticos via redes digitais, plataformas colaborativas, governo aberto, participação, traz um perigo enorme de construção ingênua de uma linha auxiliar do neoliberalismo rentista, porém progressista, dentro da lógica da precarização, inclusive, das próprias lutas.

Um modo de iniciar a investigação sobre as resistências atuais seria traçar uma genealogia que inclua os desdobramentos da radicalização tecnopolítica dos novíssimos movimentos sociais, dos novos ativismos, e verificar quais as repercussões históricas deste ciclo de lutas. À princípio, o que assistimos é um avanço do jogo neoliberal somado ao ressurgimento intenso e planetário do conservadorismo comandado por elites locais que resistem tanto ao neoliberalismo do capital das elites globais quanto às resistências progressistas, em sua maioria, com traços neoliberais.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Portanto agradecemos à agência de fomento CAPES, além do CNPQ e Fapemig, assim como à Pró-Reitoria de Extensão (Proex) UFMG, à Pró-Reitoria de Pesquisa (Prpq) UFMG, à Escola de Arquitetura da UFMG e aos parceiros de pesquisa do Grupo Indisciplinar.

Notas

1. A crise do capitalismo de 2008 é entendida por Castells (2013) como um questionamento da prosperidade da Europa e dos EUA, gerando uma ameaça de colapso financeiro de países hegemônicos e grandes empresas e um encolhimento do Estado de bem-estar-social.
2. “Segundo Didi-Huberman, levantes aconteceriam como respostas a estes momentos de escuridão, por meio dos quais, levadas a seus limites, as pessoas se manifestam de forma organizada, ou não, considerando, ou não, estratégias de luta. Nem sempre há, nesses instantes, um objetivo claro em relação ao ato de sublevar-se. Em alguns casos acontece um estopim que dá início a uma onda quase incontrolável de luta e potência, em outros são traçados modos de organização e há um objetivo comum em manifestar-se, muitas vezes relacionado à expectativa de tomada do poder”. (NOBRE; RENA, 2018, p. 43).
3. O artigo está disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus19/?sec=4&item=6&lang=pt>. Acesso em 28 de agosto de 2020.
4. Malini e Antoun (2013, p. 21) denominam midialivrisimo a tendência a uma nova mídia que tenta se contrapor à mídia hegemônica.
5. A Central de Ajuda do Google explica o que pode fazer um site não aparecer na busca. Disponível em: <https://support.google.com/webmasters/answer/6347750?hl=pt-BR>. Acesso em 13 mar 2019.
6. Quais os tipos de publicação que verei no Feed de Notícias?. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/help/166738576721085>. Acesso em 15 mar 2019.
7. Plano Tim Pré Turbo Whatsapp. Disponível em: <https://www.tim.com.br/sp/para-voce/planos/pre-pago/turbo-whatsapp>. Acesso em: 13 mar 2019.
8. Facebook chega a 127 milhões de usuários mensais no Brasil. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>. Acesso em: 15 mar 2019.
9. O Estatuto da Cidade tem o papel de complementar os Youtube chega a 82 milhões de usuários no Brasil. Disponível

em: <https://tecnologia.ig.com.br/2016-10-05/youtube-usuarios.html>. Acesso em: 15 mar 2019.

10. *Chiapas Human Rights Observer Project*. Disponível em: <http://www.vcn.bc.ca/building/bbwho.htm>. Acesso em: 11 mar 2019.

11. *Chiapas Peace House Project*. Disponível em: <http://bapd.org/gch-ct-1.html>. Acesso em: 11 mar 2019.

12. *TM Crew*. Disponível em: <http://www.tmcrew.org/chiapas/chiapas.htm>. Acesso em: 11 mar 2019.

13. *Colectivo de Solidaridad con la Rebelión Zapatista de Barcelona*. Disponível em: <http://mexico.indymedia.org/spip.php?article400>. Acesso em: 11 mar 2019.

14. A *Open Society Institute (OSI)/Soros Foundation* financiou a APC até 2016 e a *Ford Foundation* financia a ONG ainda hoje. Disponível em: <https://www.apc.org/en/about/people/funders>. Acesso em: 11 mar 2019.

15. G1 (2011). No Egito, executivo do Google nega que vá se dedicar à política. Disponível em: <http://g1.globo.com/crise-no-egito/noticia/2011/02/no-egito-executivo-do-google-nega-que-va-se-dedicar-politica.html>. Acesso em: 9 mar 2019.

16. G1 (2011). Google dribla bloqueio à rede no Egito e cria acesso ao Twitter via fone. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/01/google-dribla-bloqueio-rede-no-egito-e-cria-acesso-ao-twitter-fone.html>. Acesso em: 9 mar 2019.

17. É importante destacar a controvérsia entre o posicionamento de Bauman (2016) e Castells (2013) com relação ao 15M. Um é extremamente crítico ao movimento, outro, um grande entusiasta do novo ciclo de lutas global. Em duas entrevistas cedidas ao El País *El 15-M es emocional, le falta pensamiento* (2011) e *Zygmunt Bauman: “As redes sociais são uma armadilha”* (2016), Bauman observa inconsistências e contradições dentro do movimento dos indignados, enquanto no livro *Redes de Indignação e Esperança*, Castells (2013) apresenta-se encantado com a forma de organização deste e de outros movimentos de mesma linha. As entrevistas podem ser encontradas em:

https://elpais.com/diario/2011/10/17/cultura/1318802401_850215.html; https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html.

Em resposta ao posicionamento de Bauman, ativistas ligados ao movimento criam um documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z5fsxKIMDNU>. Acesso em: 11 de março de 2019.

18. As marcas do 15-M: os indignados espanhóis e os partidos políticos. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/16/opinion/1463423568_540429.html. Acesso em: 19 mar 2019.

19. Podemos se convierte en la sorpresa y logra cinco escaños en Estrasburgo. Disponível em: https://elpais.com/politica/2014/05/25/actualidad/1401009854_060215.html. Acesso em: 19 mar 2019.

20. Um dos fundadores do projeto 15M.cc, Pablo de Soto aparece no documentário *15M: Excelente. Revulsivo. Importante* (15M, 2012)

21. Reconhecidamente ligada ao Juventud Sin Futuro, Rita Maestra aparece em vídeo convocando para as manifestações que dariam nome ao movimento dois dias antes de seu acontecimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7mW14YzIGno>. Acesso em 19 mar 2019.

22. No documentário *15M: Excelente. Revulsivo. Importante* (15M, 2012), Guillermo Zapata comenta sua experiência na *acampada sol* e nas mobilizações dos indignados como um todo.

Referências

15M: Excelente. Revulsivo. Importante. Direção de Stéphane M. Grueso. Madri: 15m.cc, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z5fsxKIMDNU>>. Acesso em: 9 de março de 2019.

15M: Málaga despierta. Direção de Rakesh B. Narwani e Laura Rueda. Madri: 15mmalaga.cc, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. Trad. Marcus Penchel.

BISCO JR, José Gaspar; LINO, Sonia Cristina. Guerrilha Eletrônica: o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o uso das mídias audiovisuais contemporâneas. *In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH-RIO*, 12., 2006, Niterói. Anais... Niterói: Usos do passado, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Trad. Carlos Alberto Medeiros.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Trad. Ana Lúcia de Oliveira; Aurélio Guerra.

DIDI-HUBERMAN, Georges (Org.). **Levantes.** São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão guerra e democracia na era do império.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2005. Trad. Inês Castilho.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **La nueva razón del mundo: ensayo sobre la sociedad neoliberal.** Barcelona: Editorial Gedisa, 2013.

LOPES, João Teixeira. Movimentos ou momentos? Algumas notas sobre “novíssimos movimentos sociais”. *In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando*

(Org.). **Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MALINI, Fabio; ANTOUN, Henrique. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais.* Porto Alegre: Sulina, 2013.

NEVES, Bernardo *et al.* *Lutas territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal.* In: ROLNIK, Raquel *et al.* (Org.). **Cidade Estado Capital.** São Paulo: FAU USP, 2018.

NOBRE, Maíra; RENA, Natacha. *Das revoluções aos levantes.* In: **arq.urb**, n. 23, p. 41-63, dez 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi23.36>>. Acesso em: 11 de maio de 2020.

OBSERVATORIO METROPOLITANO. **La apuesta municipalista: la democracia empieza por lo cercano.** Madrid: Traficantes de sueños, 2014.

RENA, Natacha. **Arte, espaço e biopolítica.** In: RENA, Natacha; OLIVEIRA, Bruno; CUNHA, Maria Helena (Org.). *Arte e espaço: uma situação política do século XXI.* Belo Horizonte: Duo Editorial, 2016.

RENA, Natacha *et al.* *A dimensão geopolítica do golpe: produção de narrativas e processos imediatos de desnacionalização/ estrangeirização.* **Revista Indisciplinar**, v. 4, n. 2, p. 210-243, 2018. Disponível em: <<http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=download/007.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

STALLMAN, Richard. **Free software, free society: selected essays of Richard M. Stallman.** Boston: GNU Press, 2002.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Insurgências, redes de opinião e coletivos de intervenção.* In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcus Abílio; FILGUEIRAS, Fernando (Org.). **Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

TORET, J. 15M: *Acontecimento, emoções coletivas e movimentos na rede.* In: RENA, Alemar; BAMBÓZZI, Lucas; RENA, Natacha (Org.). **Tecnopolíticas do comum: artes, urbanismo e democracia.** Belo Horizonte: Fluxos, 2016. Disponível em: <http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/Rena_Bambozzi_Rena_ELTKN_Cidade_Baixa.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

***Maíra Ramírez Nobre** é Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal de São João del Rei. Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável - UFMG. Professora adjunta e coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presidente Antônio Carlos - Barbacena. Membro do grupo de pesquisa Indisciplinar/UFMG. E-mail: mairaramirez@gmail.com

Jéssica Dayane de Abreu Borges é Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na EA/UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Membro do grupo de pesquisa Indisciplinar/UFMG. Ex-estudante de Ciência da Computação no IEx/UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Técnica em Informática pelo CEFET-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais). E-mail: jessicaborges-ea@ufmg.br

Natacha Silva Araújo Rena é Professora Doutora na EA/UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e líder do grupo de pesquisa Indisciplinar/UFMG. Professora do quadro permanente dos programas de pós-graduação da EA/UFMG: NPGAU e PACPS. Coordenadora do Programa de Extensão IndLab e do INCT Tecnopolíticas, territórios urbanos e redes digitais. Pós-doutorado pela Universidad de Sevilla, Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), mestra em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG e graduada em Arquitetura pela UFMG. Editora-chefe da Revista Interfaces e conselheira do CELA (Centro de Estudos Latino-americanos). Os principais temas de sua pesquisa são questões urbanas, desigualdades socioespaciais, urbanismo social, neoliberalismo, geopolítica e soberania, tecnopolíticas urbanas e plataformas colaborativas digitais. E-mail: natacharena@gmail.com

A ocupação das ruas em questão: a criminalização do direito de protestar

The occupation of the streets in question: the criminalization of the right to protest

Ana Amélia Penido Oliveira, Ana Terra Reis*



Resumo

O objetivo deste artigo é promover o diálogo acerca das lutas sociais e das reações do estado, especialmente no caso brasileiro, utilizando de reflexões que partem da sociologia e da geografia, no entendimento de que o conflito social é gerado pela desigualdade e portanto, é uma importante categoria de análise para entender os protestos sociais, as formas como eles ocorrem e como o Estado os enfrenta. Para tanto, dividimos o artigo em duas partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira, entende as lutas sociais como parte do processo democrático, e explora as suas múltiplas dimensões enquanto práticas sociais, a saber: comunicação; pluralismo de demandas; insatisfação com o sistema político; diversidade de táticas e de formas organizativas; existência de um horizonte possível; formação de redes; predomínio do ambiente urbano. A segunda parte do artigo, explora o olhar criminalizador sobre as lutas sociais, caracterizadas como perturbações da ordem. Analisa a origem dessa leitura, no contexto da crise da segurança pública e da histórica militarização do Estado brasileiro. Por fim, entendemos que avança no Brasil um processo de militarização do Estado, não só pela ocupação por parte de militares em cargos estratégicos do governo, mas fundamentalmente, pela ação repressora e a presença de um ideário criminalizador das lutas sociais.

Palavras-chave: Brasil; conflito; criminalização; militarização; protestos sociais.

Abstract

The aim of this article is to promote a dialogue about social struggles and state reactions, especially in the Brazilian case, using reflections that go from sociology and geography, in the understanding that social conflict is generated by inequality and therefore, it is an important category of analysis to understand social protests, the ways in which they occur and how the State faces them. To this end, we divided the article into two parts, in addition to the introduction and the final considerations. The first part, understands social struggles as part of the democratic process, and explores its multiple dimensions as a social practice, namely: communication; pluralism of demands; dissatisfaction with the political system; diversity of tactics and organizational forms; existence of a possible horizon; networking; predominance of the urban environment. The second part of the article explores the criminalizing view of social struggles, characterized as disturbances of order. It analyzes the origin of this reading, in the context of the crisis of public security and the historical militarization of the Brazilian state. Finally, we understand that a process of militarization of the state is advancing in Brazil, not only by the occupation by the military in strategic positions of the government, but fundamentally, by the repressive action and the presence of criminalizing ideas of social struggles.

Keywords: Brazil; conflict; criminalization; militarization; social protests.

Introdução

O direito de protesto é resultado da combinação de três direitos específicos presentes nas normativas internacionais de direitos humanos (DDHH): a liberdade de expressão, a liberdade de associação e a liberdade de reunião pacífica. Soma-se a estes, o direito à participação na direção dos assuntos públicos. Entretanto, num ambiente de violência e militarização, os protestos podem ser identificados como desordem, bagunça, caos, confusão e até mesmo com crimes como guerrilha ou terrorismo.

Na história recente da América Latina, frente à instabilidade democrática resultante da crise econômica mundial e da reestruturação produtiva do capital, aconteceram em diversos países protestos que evidenciaram projetos políticos antagônicos para a região. A precarização imposta à classe trabalhadora, a perda de direitos historicamente conquistados, a informalidade e o desemprego, geraram processos que escancararam a miséria e a desigualdade existente entre centros e periferias, entre campo e cidades. As ruas converteram-se em espaço de disputa, com pautas difusas e de protagonismos que abalaram consideravelmente as instituições. Os protestos sociais podem ser entendidos a partir de um enfoque geográfico, ao considerarmos sua dimensão conflitiva e espacialização, mas também a partir da dimensão ideológica materializada nos protestos sociais que ocuparam de forma incisiva as ruas nos últimos anos.

As lutas sociais (LS) são a forma política de expressão dos conflitos coletivos. Turner (2000) identifica a desigualdade como um pré-requisito para a existência da divergência, mas ela se intensifica e até mesmo explode em um comportamento de multidão nas ruas a partir da combinação de questões como: o compartilhamento de queixas – quando as pessoas percebem que aquilo que não lhes agrada também é motivo de reclamação para outras pessoas; a existência de uma liderança capaz de mobilizar as pessoas a partir da raiva que elas já sentiam; a articulação das queixas com ações potenciais e símbolos capazes de resolver essas queixas. Por fim, é necessária a existência de um vazio entre o que as pessoas esperavam receber e o que elas efetivamente receberam. Todas essas condições se reforçam mutuamente, gerando as explosões sociais.

1. Dimensões das lutas sociais

Há diferentes explicações sobre o que leva um indivíduo a participar de manifestações. Segundo a teoria do contágio, na medida em que as pessoas interagem, elas se tornam altamente estimuladas às reações dos outros, adotando comportamentos que em situações normais elas não teriam. Já a teoria da convergência, não considera as pessoas tão vulneráveis ao contágio emocional, acreditando que elas se reúnem em multidão já preparadas pelas crenças e pelos líderes para atuar de determinada forma. Por fim, a teoria da norma emergente considera que a partir da interação, novas normas e laços vão se formando, implicando em novos comportamentos (TURNER, 2000).

A multidão pode formar-se a partir de incidentes catalisadores, mas para ganhar perenidade e se tornar um movimento social, necessita de recursos de outro tipo. Assim, é necessário distinguir as manifestações dos movimentos sociais organizados, que para Scherer-Warren (2014), têm uma permanência temporal e tendem a se estruturar como redes de militância, interferindo em políticas públicas e/ou produzindo mudanças na cultura, na política ou no sistema social de forma mais abrangente.

Os movimentos sociais promovem e participam de manifestações, mas não se reduzem a elas. Por outro lado, um cidadão que participa de uma manifestação não necessariamente participa de um movimento organizado ou cria uma nova forma organizativa. O movimento social é amplo e dotado de uma série de características organizacionais, tendo, por isso, diferentes formatos. O conjunto de ações táticas promovidas por movimentos sociais diversos em sua forma e natureza compõem as LS. Segundo Sidekum, Wolkmer e Radaelli (2016), os movimentos sociais têm basicamente duas origens: no trabalho, com ações sindicais por melhores salários e condições de trabalho; ou nas condições de vida, com demandas por moradia, serviços públicos, contra discriminações, entre outros. Ainda para os autores:

[...] os movimentos são elementos fundamentais da sociedade moderna, agentes construtores de uma nova ordem social e não agentes de perturbação da ordem [...]. Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão, e

lutam pela inclusão social. Eles constituem e desenvolvem o chamado ‘*empoderamento*’ de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. [...] Ao realizarem estas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a sentir-se incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo. (SIDEKUM, *et al.*, 2016, p.569).

O termo movimentos sociais é bastante amplo. Na realidade, as manifestações têm diferentes acolhimentos por parte da mídia, do poder público e da própria sociedade a depender dos estratos sociais que a compõem. Ativistas dos movimentos defendem que o processo de criminalização ocorre apenas contra os movimentos populares, enquanto os protestos com participantes das classes mais altas contam com um tratamento diferenciado das forças de segurança, o que evidencia também as disputas políticas em torno dos protestos sociais.

Em uma leitura geográfica, entendemos a existência de movimentos sócio-espaciais ou sócio-territoriais, adotando o espaço enquanto categoria de análise, vislumbramos o espaço social, sendo transformado por relações sociais que produzem espaços materiais e imateriais, produzindo fragmentos como resultado da intencionalidade destas relações, havendo assim, uma dimensão conflitiva na produção de espaços políticos, culturais, econômicos, ambientais (FERNANDES, 2005). Tal dimensão conflitiva, representada nas pautas antagônicas dos diferentes protestos sociais, nos provocam a entender as ruas, não só enquanto cenário dos protestos, mas fundamentalmente, enquanto espaço socialmente construído. Concordamos com Pedon, ao afirmar que:

A mobilização coletiva corresponde ao tipo de ação mais ampla e abarca o conjunto dos movimentos socioespaciais, socioterritoriais, populares e sindicatos. Os movimentos socioespaciais reúnem um conjunto amplo de mobilizações já que as experiências políticas de participação não prescindem de uma dimensão espacial, muitos têm como base de organização um recorte espacial, a exemplo de associações de moradores e sindicatos, podendo ocorrer no campo ou na cidade e tendo como prerrogativa tanto demandas populares como elitistas. O movimento socioterritorial corresponde a uma categoria

de mobilização coletiva mais restrita do que o movimento socioespacial, isso ocorre porque sua principal demanda está voltada para a conquista do território ou para a conquista da soberania por parte de um grupo sobre um espaço apropriado. (PEDON, 2013, p.197).

Os movimentos sociais sempre foram extremamente diversos em temáticas. Gohn (2003) aponta sua organização ao redor de treze eixos temáticos, entre os quais destacamos os movimentos relacionados à questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade. Em todas as temáticas propostas pela autora existem um marco popular de reivindicações direcionadas ao Estado. Para nós, mais do que analisar o conteúdo das reivindicações importa pensar a forma como foram feitas, tomando o ano de 2013 como uma referência para pensar os protestos no Brasil contemporâneo, mas não nos restringindo a ele, sugerindo oito dimensões que nos permitem refletir sobre as LS atuais.

A primeira é a da comunicação, em especial através das redes sociais virtuais, que repercutem as convocatórias e até mesmo fazem uma cobertura “quase em tempo real, ampliando o número de manifestantes e os locais de protestos” (SCHERER-WARREN, 2014, p.417). Essa utilização ampliou a visibilidade das mobilizações, indo além da mídia tradicional, o que aumentou seu impacto político, reforçando o caráter das LS associadas à liberdade de expressão. Através da comunicação, é possível construir uma rede de simpatizantes e solidários capazes de influenciar a opinião pública. Movimentos sociais surgiram a partir da comunicação, como os coletivos de Mídia Ativistas, que auxiliaram na produção de múltiplos discursos sobre o mesmo evento, que conflitavam com as informações da grande imprensa, até aquele momento praticamente a única emissora de conteúdo. Por outro lado, essa multiplicidade de emissores “também produziu uma diversidade de demandas, muitas vezes conflitivas e antagônicas entre si” (SCHERER-WARREN, 2014, p.417) impossibilitando a produção de um discurso único.

Essa é a segunda dimensão a ser analisada: o pluralismo das demandas. Em 2013, à exceção da pauta inicial relacionada às tarifas do transporte público, o que se viu foi a difusão das demandas dos protestos, algo perceptível na diversidade de mensagens presentes nos cartazes que eram carregados pelos manifestantes (muitos deles com forte conteúdo moral e ético), sendo que nenhuma mensagem se tornou hegemônica, ainda que

houvesse essa tentativa por parte de grupos de manifestantes ou da grande imprensa em construir consensos que amplificassem suas próprias mensagens políticas. As reivindicações no campo das políticas sociais como saúde e educação eram bastante consensuais, mas muito genéricas. Também estiveram presentes denúncias sobre a violência policial. Mais recentemente, algumas mobilizações assumiram um caráter de pauta comum, através da unificação de discursos antagônicos, como ocorreu com o Fora Dilma (2015), Fora Temer (2016) e o Ele Não (2018).

Apesar do pluralismo nas pautas, a terceira dimensão a se analisar é a única bandeira que tem oferecido coesão permanente: a insatisfação generalizada com as estruturas e mecanismos institucionais de representação política.

O que os motiva é um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política de dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal, assim como as prioridades nas obras e ações selecionadas e seus efeitos na sociedade. (GOHN, 2014, p.432).

Em síntese, havia críticas ao funcionamento do parlamento e do executivo, sobre as práticas de corrupção e um desejo de maior protagonismo da sociedade civil nas decisões políticas. A não aceitação do sistema político como interlocutor válido era tal, que ocorreram atos de rechaço a partidos políticos em várias manifestações, mesmo aqueles historicamente ligados às LS. Essa recusa não era observada com a mesma proporção diante de movimentos populares, que carregavam ideologias semelhantes às dos partidos políticos.

A quarta dimensão é a organizativa. Bobbio (2004) reconhece uma ampliação crescente na importância atribuída pelos movimentos, partidos e governos na afirmação, reconhecimento e proteção dos DDHH. Se por um lado é possível fazermos uma leitura da contemporaneidade como violenta em quase todas as suas dimensões, há também uma potencialização de grupos responsáveis pela defesa dos direitos das ditas minorias. Entretanto, esses grupos adotam variadas formas organizativas, o que dificulta a formação de redes e a construção de ações conjuntas.

Em muitas LS atuais, embora existam muitos grupos, nenhuma liderança se apresentou como representante do conjunto das manifestações, mesmo porque esses grupos, embora membros

do mesmo ato, tinham formas de organização, níveis de politização e grau de adesão dos seus militantes, muito distintos entre si. Nesse sentido, cabe ponderar que “[a] manifestação, como movimento, se diluía na multidão, num sentido mais amplo” (SCHERER-WARREN, 2014, p.419).

A quinta dimensão é a das táticas empregadas nas LS, tão diversas quanto as formas organizativas. “Uma das tensões mais frequentes ocorre entre visões distintas no interior das redes sobre os caminhos políticos para os processos de transformação social” (SCHERER-WARREN, 2008, p.510). Talvez a mais polêmica dessas táticas seja a ação *Black Block*, de influência anarquista, caracterizada por ataques diretos às propriedades ou outros símbolos do capitalismo. Seus adeptos usam roupas pretas e coberturas no rosto e não tem uma organização formal ou mesmo articulação prévia, algumas vezes se conhecendo na própria manifestação. Cabe ressaltar ainda que “o fato de os movimentos serem constituídos por coletivos diversificados e diferenciados causa problemas internos quando um dos grupos implementa ações próprias” (GOHN, 2014, p.434), uma vez que não há consenso sobre as diversas táticas a serem empregadas. No caso das táticas violentas, há menor adesão em relação ao todo da ação política.

O emprego de meios violentos por iniciativa de grupos de manifestantes e não como reação à ação do aparato repressivo não é referendado pelas normativas internacionais de DDHH, que reconhecem como legítimas outras táticas como a resistência ativa, a desobediência civil, a ocupação temporária de prédios públicos ou vias de circulação.

A sexta dimensão diz respeito à conjuntura econômica em que as LS tendem a se intensificar.

O mecanismo das expectativas crescentes (Tocqueville, 2009) explica por que as pessoas, ao perceberem mudanças no fluxo de aquisição material, passam a ter os seus desejos ampliados. [...] Para que um indivíduo esteja em estado de privação relativa, ele: (1) vislumbra um objeto de desejo, (2) não possui esse objeto de desejo, (3) percebe que outras pessoas possuem o objeto desejado, (4) acredita que obter o objeto de desejo seja realizável. A combinação dos três primeiros estágios é necessária para ocasionar a insatisfação com a situação, gerando sensações de injustiça, raiva ou revolta. (MENDONÇA e FUCKS, 2015, p.627).

Santos (*apud* MENDONÇA e FUCKS, 2015) aprofunda essa discussão a partir da categoria que o autor denomina “horizonte do possível”, na qual não basta para a mobilização de um indivíduo sua sujeição a um estado de privação relativa. “A mudança no sentido da acumulação e o nível de pobreza precisam ultrapassar certo limiar de sensibilidade social para que o hiato de privação seja percebido” (MENDONÇA e FUCKS, 2015, p.631). Nesse sentido, apenas a partir dos ganhos econômicos para as camadas populares proporcionados na década 2000 e da crise ampliada do capital que acentua a precarização do trabalho, constitui-se uma situação mais propícia para a erupção desse tipo manifestações, uma vez que muitos brasileiros saíram da linha da pobreza extrema em virtude de políticas públicas redistributivas, mas passaram a enfrentar na década de 2010 os impactos da crise.

A sétima dimensão das LS atuais é a sua articulação ao redor de redes. Para Scherer-Warren, “[a] rede será forte se incluir uma história que persuade e integra seus membros; se abranger estratégias e métodos colaborativos baseados em uma doutrina bem definida; se utilizar sistemas avançados de comunicação e apoiar-se em vínculos sociais e pessoais fortes” (SCHERER-WARREN, 2008, p.511). Um exemplo de rede de sucesso apontado pelo autor é a Via Campesina, uma rede de movimentos sociais rurais em vários continentes que combatem o modelo do agronegócio, e que conta até mesmo com um lema internacionalista: “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança.” Nesse caso, os movimentos associados conseguiram superar um desafio que é o da tradução, esclarecendo o que une e o que separa cada ponto da rede em termos de práticas e forma organizativa, de modo a deixar claro os limites e possibilidades de articulação. As ações de 2013 não lograram redes permanentes dessa monta.

Por fim, a última dimensão a ser discutida aqui é a permanência de um fenômeno que já vinha se desenhando a partir do aumento das mobilizações sindicais, que é a transferência do terreno no qual as LS predominaram. Se antes elas ocupavam com força o ambiente rural, passa a predominar o espaço urbano, o que traz novos contornos aos conflitos, uma vez que eles se desenvolvem em especial nas grandes metrópoles, nas quais as questões de ordem e desordem são amplificadas pelas aglomerações.

Para Rodrigues e Ramos (2019), a dinâmica do espaço urbano ganha centralidade nos debates políticos, quando diversos

conflitos, ações, manifestações adotam a crítica à dinâmica da cidade contemporânea, em especial, questionando inicialmente a mobilidade (tarifa do transporte urbano) e as remoções em decorrentes das obras para realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Assim, ao fazer o uso político do espaço urbano, rompe-se com uma determinada dinâmica socioespacial segundo a lógica e o discurso hegemônicos, da qual emerge o discurso de criminalização das mobilizações sociais.

2. A criminalização da luta social

Antes de entrar propriamente na discussão sobre criminalização, que entendemos atingir um novo patamar com o avanço das pautas da extrema direita e com o governo Bolsonaro (eleito em 2018), resgatamos a declaração à imprensa feita por Alexandre Moraes, que em maio de 2016, classificou as movimentações contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff como atos de guerrilha e, por este motivo, estaria justificada a repressão. Nas palavras do então Secretário de Segurança de SP: “Eu não diria que foram manifestações. Foram atos que não configuram uma manifestação porque não tinham nada a pleitear. Tinham, sim, a atrapalhar a cidade. Eles agiram como atos de guerrilha” (Jornal *O TEMPO*, 10 de maio de 2016). Ainda no mesmo episódio, um áudio do chefe de gabinete da Secretaria de Educação de São Paulo afirmou que seria preciso “realizar ‘ações de guerra’ e ‘tática de guerrilha’ contra o movimento dos estudantes”, revelando o juízo negativo e intolerante que se fez dos protestos desde o início.

Entender a cultura política militar é importante, pois reflete diretamente em como as forças armadas (FFAA), e por extensão os policiais, veem as LS. Para Lopes, Ribeiro e Tordoro (2016), os policiais não se orientam pela lei e sim pela cultura organizacional da polícia, com teorias sobre a origem e a natureza dos criminosos, métodos próprios de investigação e outros conhecimentos aprendidos informalmente, que contrastam com os valores e comportamentos prescritos pela organização.

Segundo Reiner, “policiais encaram o seu trabalho como uma missão que se destina a proteger os fracos da ação dos predadores”, (REINER *apud* LOPES; RIBEIRO e TORDORO, 2016, p.326) o que pode até mesmo ganhar contornos salvacionistas. A mesma leitura pode ser encontrada entre os autores que defendem o dever cívico das FFAA, amplamente perceptível

nas diversas atividades subsidiárias em que são empregados, como a construção de pontes, distribuição de água, campanhas de vacinação, oferta de ensino básico, atuação em caso de catástrofes, entre outras (ROCHA, 2011). Sob esse ponto de vista, os militares deveriam ser os maiores parceiros dos DDHH.

O próprio termo missão diz muito a esse respeito. A sociologia utiliza o termo função social, aquela que cada militar deve desempenhar por obrigação, independentemente das normas e valores de cada um, pois está previsto em lei. O papel social é aquilo que a própria sociedade entende que é obrigação dos militares. O termo missão, empregado pelos militares, tem uma “concepção quase religiosa”, pois quando o indivíduo recebe uma missão, deve executá-la no momento e da maneira como a recebeu (MATHIAS e GUZZI, 2010).

Armamentos são meios de imposição da força. Mas por trás deles, precisam existir direitos e pessoas que impõem quais deles a polícia pode ter, como e em que ocasiões deverá usar, determinando, portanto, fins e meios para o seu emprego. A não observância dos direitos humanos e a discordância dos procedimentos práticos e legais, para Aguiar de Paula (2011), são fatores que desencadeiam a reação de contrariedade por parte da polícia.

Mudar essa situação,

[...] exige pactuação política para a construção de sua instrumentalidade, sobretudo naquelas dimensões em que se tem a expectativa de ter que impor sanções a violações desses direitos como parte da administração democrática da ordem pública; demanda a definição das ferramentas coercitivas que podem ser necessárias para sua afirmação. (MUNIZ e PROENÇA JUNIOR, 2013, p.135).

Existem muitos relatórios de organizações de DDHH acusando as forças de segurança de infringirem os princípios de utilização da força. O próprio Conselho de Direitos Humanos da ONU, desde 2012, recomendou a extinção da estrutura militarizada da polícia, “que funciona a partir da lógica da guerra, incompatível com o modo de garantir a segurança pública em sociedades democráticas, em que os conflitos devem ser mediados e solucionados sem a necessidade do uso da força” (ARTIGO 19, 2017, p.112). A I Conferência Nacional de Segurança Pública, em 2009, reforçou a demanda de desmilitarização das polícias

(SOUZA, 2015, p.218). Alguns desses relatórios apontam que os policiais não viam os manifestantes como cidadãos portadores de direitos e deveres, mas sim inimigos em uma batalha militar, e nesse sentido extrapolavam os limites da violência.

As narrativas de segurança pública fazem parte da mesma esfera que as LS, o jogo político.

Se para a maior parte dos setores políticos de esquerda não há muito que fazer no que concerne à violência se não ocorrer uma mudança “estrutural” que afete radicalmente a distribuição da riqueza e da propriedade, para a direita a resposta ao problema estaria em um endurecimento na aplicação da lei e da ordem, proposta que assimila velhas fórmulas que incluem contratação de novos policiais e modernização de equipamentos. (Soares *apud* ADORNO, 1995, p. 22).

Aviolência policial também é fruto da ausência de mecanismos de controle democrático, assim como de um padrão cultural muito difundido e incontestado que identifica a ordem e a autoridade ao uso da violência. A relação entre autoridade e violência está presente em outras organizações públicas, mas no caso da polícia, ela se torna maior, pois os policiais em contato direto com a população contam com alto grau de discricionariedade, ou seja, na prática são eles que decidem onde e como agir. Essa não é uma decisão fácil, uma vez que há pressões por eficiência, moralidade, respeito às normas entre outras atuando todo o tempo (LOPES, *et al.*, 2016).

Esse comportamento violento não tem apenas uma origem externa, mas também interna. Segundo Skolnick, “a exposição ao perigo e a necessidade de fazer valer a autoridade do Estado estimularia nos policiais atitudes conservadoras e comportamentos de suspeição, estereotipação, isolamento social e solidariedade interna” (*apud* LOPES, *et al.*, 2016, p.325-6). Esse conservadorismo se estenderia nos aspectos intelectuais, políticos e sociais. Caso contrário, os policiais viveriam em permanente conflito entre a ordem que defendem e a ordem que de fato acreditam. Mathias (2010) faz comentário semelhante quanto às FFAA, pois enquanto meio de preservação da ordem e *status quo* do Estado, elas são naturalmente conservadoras.

Para fomentar, justificar e dar vazão à violência estatal, é importante a construção da ideia de inimigos, ou caso isso não

esteja muito claro, de ameaças, mesmo que subjetivamente construídas. Esses conceitos foram muitas vezes apontados para indivíduos ou grupos marginalizados pela sociedade de todas as formas, como traficantes, negros, imigrantes, terroristas, pobres e agitadores sociais. Na América Latina, e não apenas entre os militares, existe um estereótipo que identifica as lutas políticas sociais ao terrorismo e ao comunismo.

Para Marx-Engels, a violência revolucionária está vinculada ao proletariado organizado, e ações terroristas são fruto de concepções inorgânicas, espontâneas e individuais, associadas à teoria anarquista e combatidas pelos comunistas. Ainda nessa tradição, Lenin defende que as ações terroristas prejudicam a organização e, portanto, a própria revolução, servindo apenas para fortalecer a repressão e servir de justificativa para a morte de militantes. Che Guevara, defendia a guerra revolucionária anti-imperialista, nunca ações contra o povo características do terrorismo. Mais recentemente, o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional, foi na verdade uma insurreição desarmada. (SIDEKUM, et al., 2016)

Entendemos que, na realidade, é o Estado que lança mão do terrorismo ou mesmo do delito comum no combate aos seus oponentes, constituindo “grupos paramilitares, esquadrões de execução de civis ou unidades militares clandestinas que levaram a cabo uma guerra suja” (SIDEKUM, et al., 2016, p.695).

A doutrina global estadunidense de combate ao terrorismo usa o termo terrorista para designar o que adversários políticos executam, de modo a justificar sua criminalização e combate. A principal característica do terrorismo é difundir o medo entre a população de maneira a alcançar os seus objetivos. Nesse sentido, cabe pontuar que as LS, em sua maioria, almejam exatamente o oposto: ganhar adeptos para as suas causas e reivindicações com ações pacíficas apontando as insuficiências das políticas públicas do Estado.

Em meio à confusão sobre terrorismo, comunismo, protestos e conflitos, o Manual de Garantia da Lei e da Ordem, de 2013, buscou deixar mais claro alguns conceitos sobre o emprego das FFAA internamente. Segundo o manual,

Operações de Garantia da Lei e da Ordem são operações militares conduzidas pelas Forças Armadas de forma episódica, em áreas previamente estabelecidas e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação

da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no artigo 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem. (BRASIL, 2013, p. 14).

Segundo o manual, as operações de GLO são operações de “não guerra”, não envolvendo o combate, embora em algumas circunstâncias possam utilizar a força de forma limitada. Não se enquadram como Operações de GLO as ações que visam combater a atuação de guerrilhas e grupos armados que venham a causar grave comprometimento da ordem interna do País

O manual de GLO não trata do termo inimigo, e sim de forças oponentes, embora não faça uma distinção entre os dois conceitos. As forças oponentes são “pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 2013, p. 15).

Em virtude dessas formulações vê-se a importância da discussão sobre a ordem pública e o que ela significa. O manual é explícito ao citar entre as forças oponentes os movimentos e organizações civis, lado a lado de organizações criminosas como traficantes de drogas, contrabandistas de armas ou grupos armados (BRASIL, 2013). A inclusão de forma genérica de movimentos ou organizações no manual de GLO deixa aberta uma ampla margem de criminalização dessas entidades, consideradas *a priori* forças oponentes, e não parceiras na construção de um Estado que disponibilize melhores políticas públicas para a população.

Outra profunda divergência é sobre o que pode ser considerado uma ameaça. Segundo o manual, ameaças são “atos ou tentativas potencialmente capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio, praticados por Forças Oponentes previamente identificadas ou pela população em geral” (BRASIL, 2013, p.15). Quando o manual especifica as ameaças, pode-se perceber que ações consideradas pelo arcabouço internacional de DDHH como pertinentes ao direito de protesto, como o fechamento de vias, são consideradas ameaças na GLO.

Ao tratar do levantamento de inteligência para a operação de GLO os oficiais devem levar em conta entre os aspectos psicossociais a presença de movimento sindical, movimentos ou organizações

que podem comprometer a ordem constitucional, movimento quilombola, organizações minoritárias, organizações religiosas. De fato, é importante conhecer essas informações para ter uma boa análise do cenário, mas considerar essas entidades oponentes contraria os tratados de DDHH que o Brasil deve cumprir. (BRASIL, 2013)

Segundo Bertazzo (2005, p.64), “para o Exército, esse tipo de movimento é tratado como adversário e comparado a ameaças advindas do crime organizado”. Assim, a partir da justificativa de que manifestações populares que reivindicassem distribuição de renda ameaçavam a segurança nacional, os militares foram utilizados para controlá-las. Um exemplo clássico são as situações de greve, como nos casos da greve dos petroleiros em 1995 e das greves policiais de 1997, 2001 e 2004, quando o Exército foi utilizado para debelar os grevistas.

Em virtude da área da segurança pública ter permanecido militarizada mesmo sob o governo democrático, os manuais e formulações feitas sobre e para as FFAA são amplamente utilizados e adaptados pelas polícias militares estaduais e a Constituição de 1988 não resolve as grandes questões da segurança pública, deixando a brecha para a atual criminalização devido a forma como ocorreu a transição entre a ditadura e o regime democrático.

O termo transição ‘transacionada’ foi escolhido por Share y Mainwaring (1986) para fazer referência aos casos como o brasileiro, em que “um regime autoritário inicia a transição estabelecendo certos limites às mudanças políticas e permanecendo como uma força eleitoral relativamente significativa durante a transição” (SHARE e MAINWARING, 1986, p. 88). A transição seria na realidade a negociação entre as elites do regime autoritário e a oposição democrática, a partir da iniciativa dos primeiros e sob controle (ao menos relativo) dos mesmos.

Nesses casos, a palavra de ordem é continuidade, não havendo penalização para os líderes do regime autoritário (inclusive os acusados de violações aos DDHH), que permanecem com apoio popular (capazes inclusive de vitórias eleitorais em um regime democrático). Pelo contrário, embora ocorra certa desmilitarização da política, é mantida a autonomia das FFAA, assim como outros elementos das estruturas e instituições.

Esse processo não é linear, cabendo revezes. A transição ocorre

quando alguns membros da coalizão autoritária podem de fato ter a intenção de fazer uma intervenção apenas pontual; os custos para a manutenção no poder tornam-se muito caros; a demanda por profissionalização no exército cresce, o que tem contradições com a ocupação de espaços políticos; perda de legitimidade do regime e outros. A população permanece desmobilizada nesses processos, o que gera um regime elitista e muitas vezes pouco efetivo, o que explica questões sob o governo democrático do Brasil atualmente, pois como poucas vezes foram vistos grandes levantes na história do país, quando eles ocorrem, são vistos como dados de uma crise estrutural, e não como parte constitutiva e normal de uma democracia pulsante.

Considerações Finais

Nosso compromisso em contribuir na compreensão das LS e das reações do Estado são renovados neste ano de 2020, no sentido de que a crise ampliada do capital e o processo de reestruturação produtiva tem sérios rebatimentos para o conjunto da classe trabalhadora, evidenciados nas desigualdades e no acirramento dos conflitos sociais. O isolamento social, em função da recente pandemia do Corona Vírus (Covid19), sem dúvida exacerba as contradições sociais, especialmente no espaço urbano, e coloca o desafio de recriar leituras da realidade, pois são impactadas as formas de organização e mobilização das classes, impondo também novos posicionamentos ao Estado.

Analisar as LS e entender as formas como o Estado reage, desde a perspectiva do conflito social é um exercício constante e que tem ficado muito intenso diante da projeção do ideário da extrema direita, que explicita a necessidade de mobilização de uma sociedade que se vê imersa num processo reprodutivo de desigualdades, de regressão dos DDHH e com o avanço de posições machistas, racistas, homofóbicas e neofascistas. As ruas seguirão em disputa.

Referências

ADORNO, S. **Violência, ficção e realidade**. In: SOUZA, M.W.(Org). Sujeito: O lado oculto do Receptor. São Paulo: Brasiliense,1995. p. 181-188

AGUIAR DE PAULA, Helena Cristina. De que lado estão os direitos humanos? FIDES: **Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade**. Natal, RN, vol.2, p.105-115, 2011.

ARTIGO 19. **Repressão às escuras**: Uma análise sobre transparência em assuntos de segurança pública. Disponível em: <http://artigo19.org/blog/2017/03/31/repressao-as-escuras>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BERTAZZO, Juliana Santos Maia. **Papéis militares no pós Guerra Fria**: a perspectiva do Exército Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa n. 3.461, de 19 de dez. de 2013. Dispõe sobre a publicação de Garantia da Lei e da Ordem. **Diário Oficial da União**. 20 dez. 2013.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n.6, p.14-34, junho de 2005.

FORAM atos de guerrilha', diz Alexandre de Moraes. **Jornal O Tempo**. Belo Horizonte, 10, mai. 2016.

GHON, Maria da Glória (Org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 27, n. 71, p. 431-441, Ago. 2014.

LOPES, Cleber da Silva; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; TORDORO, Marcos Antonio. **Direitos Humanos e Cultura Policial na Polícia Militar do Estado do Paraná**. Sociologias, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 320-353, abr. 2016.

MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André Cavaller. Autonomia na lei: as Forças Armadas nas Constituições nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 25, n.73, p. 41-57, out. 2010.

MENDONÇA, Clarice; FUKS, Mario. Privação relativa e ativismo em protestos no Brasil: uma investigação sobre o horizonte do possível. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 21, n. 3, p. 626-642, dez. 2015.

MUNIZ, J.O; PROENCAJUNIOR, D. Armamento é Direitos Humanos: nossos fins, os meios e seus modos. **Sociedade Estado**, Brasília, DF, v. 28, n. 1, p. 119-141, Abr. 2013.

PEDON, N.R. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PENIDO OLIVEIRA, Ana A. **As ruas em disputa**: entre o direito ao protesto e a perturbação da ordem. Tese de doutorado (Relações Internacionais). Instituto San Tiago Dantas, UNESP/PUC-SP/Unicamp. 2019.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho. **Militares e política no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011

RODRIGUES, G.B.; RAMOS, T.T. **A espacialidade dos conflitos sociais**: as jornadas de junho de 2013. Para Onde?, Porto Alegre, v.11, n.1, p.90-104, 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 21, n. 54, p. 503-517, Set/dez, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 27, n. 71, p. 417-429, Ago. 2014.

SHARE, D. MAINWARING, S. **Transição pela transação**: democratização no Brasil e na Espanha. Dados, Rio de Janeiro, RJ, n. 29, v.2, p. 207-236, 1986.

SIDEKUM, Antonio; WOLKMER, Antonio Carlos; RADAELLI, Samuel Mânica. **Enciclopédia latino-americana dos direitos humanos**. Blumenau: Edifurb; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2016. 760 p.

TURNER, Jonathan. **Sociologia, conceitos e aplicações**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.

***Ana Amélia Penido Oliveira** Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011), mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela Universidade Federal Fluminense (2015) e doutorado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2019). É pesquisadora do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da UNESP. Atualmente, é pós doutoranda do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI - UNESP), bolsista CAPES. Pesquisa principalmente nos seguintes temas: forças armadas, defesa, segurança internacional, educação militar, educação para a paz, direitos humanos, protestos sociais, América Latina, guerra e paz. E-mail: anapenido@gmail.com

Ana Terra Reis Possui graduação em Agronomia pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - FCAV/Unesp (2006). É doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT/Unesp e membro do CEGeT, Centro de Estudos em Geografia e Trabalho. É pós- doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial para América Latina e Caribe (TerritoriAL/UNESP), atuando principalmente com as temáticas ligadas à políticas públicas, aos movimentos sociais e às relações de trabalho. E-mail: anaterreais@gmail.com

Plataformização e produção biopolítica do espaço: cartografando a infiltração da *Uber* no Brasil

Platformization and the biopolitical production of space:
cartographing *Uber's* infiltration in Brazil

Ana Guerra*

Resumo

O presente artigo realiza uma aproximação entre o conceito de “Império”, conforme proposto por Hardt e Negri (2001), e o processo de plataformização a partir de uma breve cartografia da atuação da empresa *Uber* no Brasil. Presente em mais de 60 países, a *Uber* figura como um ator global no processo de plataformização da mobilidade e do trabalho. Tal expansão reverbera a lógica imperial de ocupação territorial e produção biopolítica do espaço. Tendo como base dados de uma pesquisa realizada entre março e dezembro de 2018, demonstramos neste trabalho, como o crescimento da *Uber* se associa à programabilidade da plataforma e também às parcerias com empresas de outros setores, de modo que, apresentamos exemplos de sua infiltração reticular e distribuída ao território brasileiro, principalmente, à cidade de Belo Horizonte.

Palavras-chave: plataformização; Império; biopolítica; *Uber*.

Abstract

This article performs an approximation of Hardt and Negri's (2001) concept of Empire and the process of platformization through a brief cartography of Uber's actions in Brazil. Active in over 60 countries, Uber is a global actor in the platformization of labor and mobility. This expansion resonates with the imperial logics of territorial occupation and biopolitical production of space. Based on data from a research developed between March and December of 2018, this work demonstrates how Uber's growth is connected to the platform's programmability and corporate partnerships and present examples of its networked and distributed infiltration in the Brazilian territory, especially in the city of Belo Horizonte.

Keywords: platformization; Empire; biopolitics; *Uber*.



1. Introdução

Fundada em 2009 no Vale do Silício, a *Uber* vem se destacando como um ator fundamental em transformações nas práticas de mobilidade urbana e gestão da força de trabalho. Seu carro chefe é um serviço de mobilidade via aplicativo em que passageiros solicitam viagens pelo aplicativo *Uber* e motoristas recebem as solicitações pelo *Uber Driver*. No Brasil, desde 2014, a *Uber* tem no país segundo maior mercado, atrás apenas dos Estados Unidos. O modelo de trabalho e mobilidade preconizado pela plataforma se baseia num regime “sob-demanda” apoiado em uma robusta materialidade técnica que, a partir da coleta e do processamento contínuo de dados gerados por motoristas e passageiros, age na distribuição e precificação das corridas e no gerenciamento do trabalho dos motoristas. A *Uber* se posiciona como um ator de destaque no processo de plataformação da mobilidade urbana e do trabalho. Por “plataformação”, entendemos a penetração das plataformas digitais, suas infraestruturas, modelos de negócio e princípios de governança em diversos setores e esferas da vida (POELL; *et al.*, 2019) e a organização de diferentes atividades em torno da lógica das plataformas.

Quando falamos em “plataformas”, não nos referimos simplesmente a aplicativos instalados em *smartphones*. “Plataforma” descreve uma rede complexa e diversificada, tanto em seus aspectos técnicos e materiais – servidores, cabos, torres de telefonia... –, quanto em aspectos políticos, econômicos e culturais. As plataformas se constituem tanto como construtos tecnoculturais, quanto como organizações socioeconômicas e agentes políticos (VAN DIJCK, 2013) inseridos em relações sociais e culturais, e atravessados pela apropriação de suas potencialidades por usuários diversos, sejam eles pessoas comuns, desenvolvedores independentes, empresas ou anunciantes (GILLESPIE, 2010).

O presente artigo assume como foco a dimensão organizacional das plataformas e os modos como plataformas transnacionais tramam uma infiltração reticular em territórios diversos e heterogêneos, num movimento que é ao mesmo tempo de expansão global e de adaptação à singularidades locais. A *Uber*, por exemplo, opera em mais de 700 cidades, em mais de 60 países, tão distintos quanto Brasil e Israel, Alemanha e Quênia, Catar e Honduras[1]. O avanço de plataformas sobre territórios nacionais coincide com um momento de hegemonia de uma economia pós-

fordista, baseada em informação e serviços, e com um avanço de políticas neoliberais (PLANTIN *et al.*, 2016; POCHMANN, 2016). Essa circunscrição permite que a plataformação seja lida a partir da ótica do que Hardt e Negri chamam de Império, levando em consideração elementos como o enfraquecimento do Estado-nação e as dinâmicas transnacionais que embasam a atual fase do capitalismo globalizado (PELBART, 2011).

Com isso em vista, propomos uma expansão da noção de plataformação que a compreenda também como uma lógica de ocupação e administração de corpos e territórios, e da razão neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016). Nesse sentido, sua dinâmica não se orienta por um ponto fixo de poder, centralizado e hierarquizado que irradia comandos, mas num arranjo de atores heterogêneos, que acionam linhas de forças em direções diversas. Diante disso, este trabalho inicia um gesto de “desenredar as linhas do dispositivo”, e “construir um mapa” (DELEUZE, 1996) que busca conferir visibilidade a estratégias de infiltração da *Uber* no território brasileiro e, mais especificamente, em Belo Horizonte. Conforme argumentamos adiante, este movimento se efetua na associação a outros atores e na imbricação a singularidades locais. Esperamos evidenciar a topologia reticular desse processo e algumas linhas de força e atores heterogêneos mobilizados. Apontamos ainda que não se trata de um processo puramente mercadológico, mas também biopolítico, atuando na produção de afetos e subjetividades (HARDT e NEGRI, 2011).

Este artigo tem como base um trabalho de conclusão de curso de graduação em Comunicação Social, realizado entre março e novembro de 2018, que abordou a atuação da *Uber* no Brasil, as especificidades do *Uber Driver*, e as experiências cotidianas de motoristas *Uber*. A pesquisa se deu pelo emprego de metodologia mista e experimental. Para acessar as experiências e percepções dos motoristas utilizamos como técnicas de pesquisa entrevistas em profundidade com quatro motoristas *Uber* de Belo Horizonte, observação de um grupo no *Facebook*[2] e de seis grupos no *Whatsapp*. Para um estudo da mediação técnica do *Uber Driver*, inspiramo-nos em duas metodologias vinculadas aos estudos de plataformas para dar visibilidade às associações e ações que constituem o aplicativo: o desempacotamento de plataformas de Van Dijck (2013) e o *walkthrough method*[3] (LIGHT, *et al.*, 2016), que prescreve um percurso a partir do engajamento direto com a interface de aplicativos. Para acessar a interface do *Uber Driver*, valemo-nos de capturas de tela cedidas por um

dos entrevistados e por outras compartilhadas por motoristas em grupos do *Whatsapp* e no grupo do *Facebook*.

O presente artigo se baseia em dados de uma pesquisa realizada entre março e novembro de 2018, desenvolvida a partir de uma metodologia mista e experimental. Tendo como referência o método da cartografia, conforme preconizado por Deleuze e Guattari, não buscamos descrever um percurso linear que enquadra um objeto fixo, mas acompanhar um processo em constante transformação. Trata-se de um gesto de pesquisa que se coloca em movimento numa topologia que reitera aquela do processo que busca acompanhar. Assim, consideramos a plataformização em sua processualidade, em sua dinâmica modular, reconhecendo que a rede não se estabiliza por completo, mas se constitui em rearranjos de associações feitas e desfeitas, atores ora acionados, ora adormecidos. O movimento que aqui esboçamos não pretende oferecer uma representação acabada mas sim se colocar em movimento junto a um processo a partir de certo ponto, até certo ponto.

A seguir, descrevemos dois movimentos: um primeiro de articulação da noção de plataformização à lógica do Império, tendo em vista as dinâmicas organizacionais da *Uber*; O segundo movimento é de varredura e uma descrição incipiente do modos de expansão da *Uber* por associação a outros atores, globais e locais.

2. Plataformização e império

O processo de plataformização costuma ser protagonizado por plataformas privadas transnacionais com mecanismos e regulações próprias que frequentemente escapam ao controle do poder público local (VAN DIJCK, 2016). O conceito foi inicialmente proposto por Anne Helmond (2015) para tratar da “plataformização da web”, ou seja, “emergência da plataforma como modelo infraestrutural e econômico dominante da web social” (HELMOND, 2015, p. 5, tradução nossa). Já Plantin, Lagoze, Edwards e Sandvig (2016), identificam um duplo movimento, plataformização das infraestruturas e infraestruturalização das plataformas, chamando a atenção para a crescente ubiquidade e integração de plataformas digitais ao cotidiano, na *web* e no espaço físico. Van Dijck, *et al.* (2018) fala em “sociedades de plataformas” para tratar do crescente papel das plataformas na organização da vida pública e privada em diferentes setores,

como mobilidade, hospedagem, saúde, educação, entre outros. D’Andréa (2017), por sua vez, evoca a noção de “plataformização do social”. Dessa forma, a plataformização diz tanto de um movimento de expansão territorial por plataformas, quanto de penetração da vida individual e coletiva.

Uma análise da inserção das plataformas em territórios diversos e heterogêneos e sua ação na organização da vida social pode se beneficiar de uma leitura a partir da lógica imperial, conforme descrita por Michael Hardt e Antonio Negri (2001). Reconhecendo o livro “*Império*” (HARDT e NEGRI, 2001) como a primeira grande cartografia do terceiro milênio, Peter Pál Pelbart (2011) explica que, no Império o poder se exerce segundo uma lógica mais “democrática’, horizontal, fluida, esparramada, em rede, entrelaçada ao tecido social e a sua heterogeneidade” (PELBART, 2011, p. 81), coincidindo com a racionalidade das sociedades de controle, tematizadas por Gilles Deleuze (2013), que funcionam através de “mecanismos de monitoramento difusos, flexíveis, móveis, ondulantes, imanentes, incidindo diretamente sobre os corpos e as mentes, prescindindo das mediações institucionais” (PELBART, 2011, p. 81). Hardt e Negri descrevem o funcionamento do poder no Império a partir das noções de biopoder e biopolítica, vastamente exploradas por Michel Foucault (1980), salientando a natureza biopolítica do novo tipo de poder. Segundo os autores:

O biopoder é a forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a, rearticulando-a. [...] A função mais elevada desse poder é envolver a vida totalmente, e sua tarefa primordial é administrá-la. O biopoder, portanto, se refere a uma situação na qual o que está diretamente em jogo no poder é a própria produção e reprodução da vida.” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 43).

Trata-se de um poder que atua positivamente sobre a própria vida, mobilizando e produzindo corpos, subjetividades, afetos, e “se estende pelas profundezas da consciência e dos corpos da população” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 43). Essas novas dinâmicas ganham força junto a um movimento de transformações políticas e econômicas no sistema capitalista e no mundo do trabalho, de enfraquecimento da hegemonia fordista e ascensão modos pós-fordistas de produção “sem limites nem fronteiras” (PELBART, 2011, p. 81). Essa lógica incide sobre as dinâmicas territoriais e políticas, abalando a função mediadora das instituições estatais.

Desse modo, ganha força uma crise da soberania do Estado-nação, gradativamente transferida para formas de soberania imperial, tornando as fronteiras do Estado passíveis de serem penetradas. Essa transformação se associa à “incapacidade do Estado-nação de manter o controle sobre a totalidade de seu território e sobre as forças antagônicas que se movimentam dentro desse território” (NEGRI, 2003, p. 13), que passa a ser atravessado “por correntes antagônicas e múltiplos *inputs* linguísticos e culturais que retiram dele a possibilidade de colocar-se como hegemonia e de comandar o processo cultural” (NEGRI, 2003, p. 14).

Hardt e Negri (2001, p. 52) destacam o papel fundamental das corporações e da comunicação na determinação de uma “nova estruturação biopolítica do mundo” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 51). Nesse ponto, enxergamos uma sólida interseção entre o Império e o processo de plataformização encarnado pela *Uber* em sua penetração nos territórios. Para os autores:

As grandes corporações transnacionais constroem o tecido conectivo fundamental do mundo biopolítico em certos e importantes sentidos. [...] na segunda metade dos século XX corporações industriais e financeiras multinacionais e transnacionais começam a de fato estruturar biopoliticamente territórios globais. [...] Tendem a fazer dos Estados-nação meramente instrumentos de registro de fluxo de mercadorias, dinheiro e população que põem em movimento. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 51)

Desse modo, grandes corporações, mais do que produzir mercadorias, produzem subjetividades, necessidades, relações, corpos, mentes, afetos. Nesse sentido, importa reconhecer a “ordem dos nexos imateriais da produção de linguagem, da comunicação e do simbólico” (HARDT e NEGRI, p. 51). Aqui se revela o papel da comunicação como um agente organizador do movimento da globalização. As indústrias de comunicação e as redes de informações, atuam diretamente no terreno político, produzindo e mobilizando imaginários. Assim, quando localizamos a plataformização e o modelo de atuação da *Uber* no contexto e na lógica da economia de informação pós-fordista a situamos também dentro do *modus operandi* imperial, que age tanto na reorganização do mercado global, quanto na produção biopolítica de corpos, afetos e subjetividades.

Em nosso percurso, a topologia reticular da atuação da *Uber* e de sua distribuição no espaço se revelou logo nos primeiros passos da cartografia, num movimento que ainda tateava em busca de pontos de entrada. A expectativa de ter contato com alguém que falasse em nome da *Uber* em um espaço físico demarcado foi rapidamente desmontada pelo arranjo que se revelou. Os mais comuns dos “espaços” administrativos da *Uber* nas cidades são os centros de atendimento destinados a atender motoristas. Na região metropolitana de Belo Horizonte a *Uber* conta com três centrais de atendimento na capital (localizadas nos bairros Barreiro, Caiçara e Funcionários) e uma em Betim (bairro Filadélfia). Visitamos o centro do bairro Funcionários, no terceiro andar de um prédio comercial. No entanto, segundo nos informou um recepcionista, nenhum funcionário diretamente ligado à *Uber* trabalha nos centros – são todos terceirizados. A *Uber* também possui sedes nacionais em alguns países onde opera.

No Brasil, conforme informava os termos de uso no site da empresa[4], a sede da “*Uber do Brasil*” funciona na av. Brigadeiro Faria Lima, na cidade de São Paulo, nos 26º e 27º andares da torre comercial que divide espaço com o Instituto Tomie Ohtake, que também tentamos visitar. Ainda na recepção do prédio a recepcionista – que não podia autorizar nossa entrada nem nos fornecer qualquer telefone ou e-mail de contato informou que “aqui não trabalha ninguém da *Uber*” e que as salas seriam ocupadas por agências de atuação jurídica e publicitária, contratadas pela plataforma *Uber*.

Há ainda um segundo endereço em São Paulo, que consta na certidão gerada no site da Receita Federal a partir do número do CNPJ da *Uber do Brasil*. O quadro societário da empresa é composto por duas subsidiárias, a *Uber International BV* e a *Uber International CV* e um empresário brasileiro. A *Uber BV* e a *Uber CV* são subsidiárias holandesas registradas nas Bermudas e são parte de um esquema legal de esquiva do pagamento de impostos conhecido como “duplo-holandês”. Como aponta Slee (2017), essa prática enfraquece a circulação de capital nas economias locais das cidades. O autor explica o funcionamento do esquema a partir das operações da *Uber* no Canadá:

Se você pega um carro naquele país, o pagamento em cartão de crédito vai para a *Uber BV*, que, por razões tributárias opera na Holanda. A *Uber BV* tem uma montanha de receitas, mas não faz lucro (e, portanto, não

paga impostos) porque paga uma grande taxa de licenciamento para outra subsidiária da empresa, a Uber international CV. As licenças da propriedade intelectual não são tributadas na Holanda, ou seja, a Uber International é mais uma que opera sem recolher impostos, e pode transferir todo o dinheiro para a sede da empresa, nas Bermudas. (SLEE, 2017, p. 138)

As duas subsidiárias funcionam no HQ[5] da Uber em Amsterdã, no mesmo endereço onde os dados dos usuários de fora dos Estados Unidos são armazenados. Essa breve descrição nos permite entrever a articulação reticular e um certo esforço de opacidade que caracterizam a dimensão organizacional da Uber. O HQ no Vale do Silício, o HQ em Amsterdã, subsidiárias registradas nas Bermudas, escritórios nacionais, centros de atendimento e *lounges* distribuídos por centenas de cidades. Além dos escritórios, a Uber inaugurou no final de 2018 em São Paulo o primeiro centro tecnológico da empresa na América Latina[6]. Esse percurso inacabado revela a impossibilidade de localizar sua atuação como um ponto exato no mapa. A Uber não existe apenas como um escritório empresarial ou como filial, nem está simplesmente encarnada em um representante. Antes disso, ela é um arranjo difuso e reticular — mas não por isso menos material —, amplamente terceirizado, distribuído por aplicativos, servidores, motoristas, advogados, lobistas, engenheiros de software, cientistas de dados, publicitários, centrais de atendimento, CEOs, diretores de comunicação e investidores. Uma rede cujos rastros e conexões parecem ter sido propositalmente apagados, na qual os motoristas, passageiros e aplicativos são apenas os nós mais visíveis.

O êxito da Uber em adentrar territórios deriva também de uma ampla atuação jurídica que a permite regulações locais. Ao se posicionar como uma empresa de aplicativos que simplesmente fornece um software que conecta as duas pontas de uma troca comercial, as empresas se isentam de responsabilidades legais, fiscalizações e custos que seriam impostos a uma empresa de transporte, por exemplo. A Uber faz questão de deixar claro que “não é uma empresa de transporte. A Uber é uma empresa de tecnologia. Nós desenvolvemos um aplicativo que conecta motoristas parceiros a usuários que desejam se movimentar pela cidade”[7]. Conforme aponta Slee, empresas como a Uber atuam em um movimento pela desregulação que parte de

uma oportunidade para desafiar as regras formuladas pelos governos municipais ao

redor do mundo e para remodelar as cidades de acordo com seus interesses. Não se trata de construir uma alternativa à economia de mercado dirigida por corporações. Trata-se de expandir o mercado para todas as áreas de nossas vidas. (SLEE, 2017, p. 48)

As disputas sobre o status da Uber e outras empresas de transporte por aplicativos e as regulamentações sob as quais devem operar marcam boa parte de sua trajetória. Tozi e Duarte (2017) apontam a agressividade de estratégias políticas e jurídicas adotadas, além de um padrão insubordinação em relação às legislações municipais. Slee (2017) e Calo e Rosenblat (2016) apontam as práticas agressivas de *lobby* e o forte arsenal jurídico como estratégias características das empresas de economia do compartilhamento.

No Brasil, isso se fez visível a partir do PLC 28/2017, que originalmente atribuía aos municípios o controle das atividades das empresas como a Uber. A plataforma partiu para uma intensa disputa política, que incluiu um robusto *lobbying* junto à outras plataformas de transporte individual, acompanhado por uma campanha publicitária que alertava motoristas e passageiros sobre os perigos do PLC 28/2017 para o acesso à mobilidade e a fonte de renda de milhares de brasileiros. Apelidando o PLC de “Lei do Retrocesso”, as empresas agiram com campanhas na televisão, no *Youtube*, e em redes sociais, além de notificações do aplicativo, e-mails e mensagens via SMS enviadas aos usuários. A campanha foi exitosa, tendo mobilizado amplamente motoristas de aplicativos a se manifestarem, inclusive se deslocando até a capital federal durante a votação. O texto da lei acabou sendo aprovado com alterações favoráveis às plataformas.

Esse breve panorama evidencia a lógica imperial inscrita na atuação da Uber. A empresa opera uma penetração reticular que se distribui por territórios, tensionando e flexibilizando as fronteiras e as leis do Estado-nação por diferentes vias. A complexa ocupação territorial da Uber se torna mais clara quando compreendida a partir da dimensão infraestrutural da platformização, que evidencia que movimento reticular é também de expansão e de conexão com outras redes mercadológicas, políticas e afetivas.

3. Infraestruturalização

Advogando pela aproximação entre os estudos de plataformas e estudos de infraestruturas, Plantin, *et al.* (2016) partem do crescimento da *Google* e do *Facebook* para apontar atores que, por um lado, apresentam-se como plataformas programáveis e, por outro, vem se tornando “tão ubíquos e integrados que poderiam ser vistos como infraestruturas: robustos, amplamente compartilhados, amplamente acessíveis e essenciais” (PLANTIN *et al.*, 2016, p. 294, tradução nossa). Argumentando que “as plataformas emergem quando as infraestruturas se estilhaçam” (PLANTIN *et al.*, 2016, p. 10), os autores associam esse movimento à ascensão de políticas neoliberais de desregulação e privatização das infraestruturas, que ganharam força a partir da década de 1970.

Plantin *et al.* identificam um duplo movimento de plataformização das infraestruturas e de infraestruturalização das plataformas, tornado possível pelas tecnologias digitais e circunscrito em uma conjuntura política e econômica neoliberal, estrição que reverbera no contraste entre modelos de gestão das infraestruturas e das plataformas. Enquanto as primeiras têm sua administração e regulação tradicionalmente vinculadas ao poder público, operando como serviços essenciais orientados para valores públicos, as segundas costumam ser geridas por entidades privadas, orientadas para a competição e para o lucro. Esta tensão é agravada pela dificuldade de regulação nacional e local dessas plataformas que, como vimos, são antes não apenas privados, mas também transnacionais e se munem de estratégias jurídicas e comunicacionais para contornar as legislações dos territórios em que se inscrevem. Nesse sentido, a plataformização não é um simples movimento de inserção de novos produtos e serviços em um mercado, e acusa um avanço sobre as próprias estruturas do poder público em âmbito local e nacional. Como apontado no artigo, “a emergência da computação ubíqua em rede e o sentimento político em transformação criaram um ambiente no qual as plataformas podem atingir grandes escalas, coexistir com infraestruturas e, em alguns casos, competir com elas ou até suplantá-las” (PLANTIN, *et al.*, 2016, p. 12, tradução nossa).

Esses apontamentos abrem espaço para questionamentos sobre um possível duplo status da *Uber* enquanto plataforma e como potencial infraestrutura. Tozi e Duarte (2017) apontam a associação entre o estabelecimento da *Uber* em alguns

municípios à ocorrência de “economias de aglomeração, concentração populacional e de renda, congestionamentos e sistemas de transporte público deficitários em qualidade e quantidade” (TOZI e DUARTE, 2018, p. 330), ou seja, contextos em que a infraestrutura de mobilidade urbana é deficitária. Em setembro de 2017, anunciou em Belo Horizonte o “Plano de Integração Metropolitana”[8], voltado para regiões mais afastadas do centro da cidade, que oferece 15% de desconto para viagens de *Uber X* nessas regiões com origem ou destino em pontos fixos do transporte público, como estações de metrô e do sistema BRT-MOVE. Tozi e Duarte identificam uma tendência a um “governo privado da vida coletiva e de uma gestão corporativa dos deslocamentos”.

Um exemplo mais recente dos modos como a *Uber* tensiona o poder público, ao mesmo tempo em que se articula a ele é o *Uber Movement*, lançado no Brasil em maio de 2018. O *Movement* abre ao público parte dos dados coletados, armazenados e processados pela *Uber* sobre a mobilidade e o trânsito onde opera – dados obtidos através do trabalho e do comportamento de uma multidão de motoristas e passageiros usuários dos aplicativos. A *Uber* disponibiliza uma série de dados sobre o trânsito das cidades, como tempo de deslocamento de um ponto a outro, velocidade das vias, entre outros, e se posiciona como um parceiro da gestão pública das cidades e de pesquisadores. No Brasil, a plataforma publicizou dados sobre a cidade de São Paulo, divulgados em uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe). O relatório[9] publicado pela Fipe (2019) descreve o resultado obtido através do *Uber Movement* como “de altíssimo grau de precisão” (FIPE, 2019, p.1) e recomenda que os dados sejam empregados “para informar de forma objetiva o debate sobre a mobilidade urbana e auxiliar os planejadores de políticas públicas em suas decisões (FIPE, 2019, p. 36).

De volta às contribuições de Plantin *et al.*, os autores apontam a programabilidade das plataformas como um aspecto fundamental para o duplo plataformização-infraestruturalização. Nesse ponto, atuam as APIs (sigla em inglês para “interface de programação de aplicação”) das plataformas, interfaces que permitem a interação dos usuários com dados e funcionalidades da aplicação original. Por meio das APIs, desenvolvedores externos podem incorporar a aplicação original à outras aplicações e, criar um fluxo de troca de dados (PLANTIN *et al.*, 2016). Nesse sentido, as APIs permitem que plataformas descentralizem a

programabilidade ao mesmo tempo em que centralizam uma vasta produção de dados (HELMOND, 2015). Essas proposições indicam caminhos para compreender como a *Uber* busca se estabelecer como infraestrutura de mobilidade. Nas próximas seções apresentamos um breve levantamento das conexões estabelecidas pela *Uber* a partir de sua programabilidade e, principalmente, de parcerias com atores diversos que visam não apenas um ganho mercadológico, mas também político e afetivo. Buscamos aqui fornecer algumas pistas pelas quais investigar o processo de plataformação performado pela *Uber* a partir de duas frentes: 1) APIs e programabilidade; 2) Parcerias, por sua vez, divididas em três eixos: A) Recursos para motoristas por meio de parcerias com empresas de grande e pequeno porte; B) Parcerias com ONGs; C) Associação a eventos e afetos locais;

3.1. APIs e Programabilidade

Os esforços de expansão da programabilidade da *Uber* por meio de APIs se iniciam em 2014, quando a plataforma passou a disponibilizar algumas modalidades de API para desenvolvedores externos. Estão disponíveis APIs para o aplicativo do passageiro, *Uber*; o aplicativo do motorista, *Uber Driver*; e para o *Uber Business*, serviço de viagens corporativas para empresas. Por hora, nos debruçamos brevemente sobre os dois primeiros. Não encontramos exemplos brasileiros do emprego das APIs, os serviços apresentados pela *Uber* se concentram nos Estados Unidos. Embora este artigo tenha como objetivo prioritário um estudo sobre a presença e a atuação da empresa em território brasileiro, conhecer essa estratégia ajuda a elucidar aspectos aos quais devemos nos atentar quando nos propomos a acompanhar processos de plataformação e mesmo singularidades do processo em países de centro e de periferia do sistema capitalista.

A API do aplicativo do passageiro tem como principal funcionalidade a integração do botão de solicitação de corrida em aplicativos externos. No site voltado a desenvolvedores[10], a *Uber* convida empresas e serviços. A API permite a solicitação de corridas diretamente pelo aplicativo externo, a exibição da estimativa de duração e preço da viagem e o envio de notificações aos usuários, e é direcionada a dois grupos principais. Um primeiro grupo – chamado pela empresa de “setores” – compreende empresas que ocupam um espaço físico e operam no setor de serviços, como companhias aéreas, hotéis, eventos e varejo, que fazem uso de aplicativos próprios para operar parte

de seus serviços. O segundo grupo – aplicações – é composto por empresas cujos serviços são exatamente os aplicativos, com finalidades diversas: redes sociais, mapas, calendários, guias sociais, entre outros. Dentre as aplicações estão também dispositivos de *Internet das Coisas*, como o *Echo*, da *Amazon*, a *Cortana*, da *Microsoft*, e dispositivos vestíveis da *Garmin*.

Já a descrição API do *Uber Driver*[11], desenvolvedores são convidados a utilizar dados atualizados continuamente para “moldar o futuro da economia sob demanda”, construindo soluções para tornar a experiência dos motoristas mais produtiva. A partir dos produtos apresentados no site da empresa voltado para desenvolvedores, observamos que as aplicações se voltam prioritariamente a um autogerenciamento financeiro e produtivo dos motoristas. O *Payfare* por exemplo, é uma aplicação da *Mastercard* que “captura os dados de rendimentos dos motoristas [...] em tempo real para garantir que tenha acesso ao dinheiro que ganharam”. O serviço é descrito como uma “solução bancária sob demanda”. Já o *Stride*, oferece uma ferramenta que auxilia o motorista, baseado nos EUA, na gestão de seus impostos, com uma calculadora de impostos que permite um maior aproveitamento das deduções de impostos com base em seus gastos com o trabalho. O *SherpShare*, por sua vez oferece funcionalidades voltadas ao gerenciamento e à otimização da produtividade do motorista, utilizando dados do histórico de corridas do motorista para gerar padrões e indicar rotas pelas quais ele poderá conseguir mais corridas. Estes serviços se apresentam como ferramentas auxiliares para o gerenciamento-de-si que caracteriza o trabalho dos motoristas

As aplicabilidades das APIs do *Uber* e do *Uber Driver* demonstram que a plataformação não se dá puramente pela mediação técnica de plataformas isoladas, mas pela mobilização de um ecossistema de plataformas (VAN DIJCK *et al.*, 2018), que se conectam umas às outras, trocam dados, e articulam interesses corporativos. Embora a programabilidade via API seja apontada como um dos fatores fundamentais para a infraestruturalização das plataformas (PLANTIN *et al.*, 2016; HELMOND *et al.*, 2019), ela deixou de ser priorizada pela *Uber* nos últimos anos. Os últimos anúncios de parcerias via API em seus blogs de desenvolvimento e engenharia datam de 2016. Projetos mais recentes se voltam ao desenvolvimento de tecnologias de aprendizado de máquina e de estudos feitos a partir de suas bases de dados, como o *Uber Movement*, introduzido na seção anterior, que, diferentemente dos serviços via API, foi lançado no mercado brasileiro.

3.2. Parcerias: mercado, moral e afetos

Se as APIs não fornecem um aporte tão sólido para conhecer a atuação da *Uber* no Brasil, as parcerias, por sua vez, nos permitem um mapeamento mais direcionado. As parcerias construídas pela empresa são diversas e frequentemente temporárias, acusando novamente uma dinâmica acelerada, flexível e modular. Como dito anteriormente, mapeamos as parcerias em três eixos, sem, por hora, nos deter demasiadamente em nenhum deles. Cada um desses eixos, bem como outros que não foram incluídos neste artigo, merece ser investigado mais a fundo em sua complexidade e diversidade de ramificações. Em nosso olhar ainda superficial sobre eles, emergem algumas camadas da atuação reticular da *Uber* e sua adequação à dinâmica imperial: reticular, horizontal conectada, biopolítica.

3.2.1 Empresas e recursos para motoristas

A *Uber* oferece aos motoristas “parceiros” algumas vantagens e recursos a partir de parcerias com outras empresas, em sua maioria na forma de descontos em serviços relacionados a seu trabalho. Essa estratégia incorpora uma rede de conexões com desdobramentos mercadológicos em diferentes setores, articulados a nível global, nacional e local. Nesse movimento, a empresa se associa a um mercado pré-existente. Muitas dessas parcerias são temporárias, evidenciando uma dinâmica flexível e modular em que motoristas são incentivados a aproveitar as vantagens enquanto podem. Todas as parcerias aqui listadas foram mapeadas a partir de publicações na *newsroom*[12] e no blog[13] da própria empresa.

No Brasil, até o momento da redação deste artigo, a *Uber* estabelece parcerias com duas empresas estrangeiras, ambas estadunidenses: a *Udemy* e a *Cargo*. A *Udemy* é uma plataforma de aprendizado que vende cursos de criadores de conteúdo online, apontada por Van Dijck *et al.*, (2018) como um dos atores da plataformização da educação. Com cerca de 30 milhões e 100 mil cursos, a empresa se posiciona como “o *marketplace* líder global para ensino e aprendizado”[14]. A parceria com a *Udemy* foi lançada em março de 2018 e oferecia acesso a mais de 65 mil cursos online, com descontos de até 90%. A iniciativa era voltada ao desenvolvimento da produtividade e do empreendedorismo dos motoristas: “É uma oportunidade para aprender inglês, uso de Excel, empreendedorismo, finanças pessoais ou produtividade sem alterar a sua rotina”. Embora a publicação

informe que a promoção seria válida apenas até o final daquele mês, o link para os cursos com desconto na site da *Udemy*[15] continuava ativo no momento da redação.

Já a parceria com a *Cargo* acrescenta uma nova camada ao trabalho do motorista e é apresentada como “mais uma opção de renda extra”[16]. A *Cargo* é uma *start up* de “comércio *in-car*” que se vende como fornecedora de uma “mini-loja de conveniência” que pode ser instalada no carro dos motoristas que podem revender os produtos, como alimentos e acessórios para celular, aos passageiros durante a corrida. A venda funciona via QR Code: o passageiro com seu celular, é direcionado ao site da *Cargo*, realiza o pagamento e retira o produto com o motorista, que fica com parte dos lucros (a porcentagem não é especificada). Diferentemente da *Udemy*, cuja expansão global está consolidada, a *Cargo* tem no Brasil seu primeiro destino internacional. A empresa chega ao país em parceria com a *Uber* e o Posto Ipiranga – os motoristas retiram as caixas gratuitamente nas lojas AM/PM da rede de postos de gasolina.

No Brasil, a *Uber* conta com parcerias com empresas nacionais que oferecem vantagens a motoristas em todo o país. A parceria com o Posto Ipiranga é anterior à união das duas empresas, a *Cargo* funciona a partir de uma conexão entre o *Uber Driver* e o aplicativo *Abastece Ai*[17]. Fazendo *log-in* com seus dados de cadastro na *Uber* no aplicativo do Ipiranga, motoristas com no mínimo 10 viagens nos últimos 60 dias ganham 5% de desconto no abastecimento. Já a *Baglev*[18], oferece descontos a motoristas *Uber* na compra das chamadas “bolsas automotivas”, bolsas térmicas adaptadas para a instalação em carros para armazenamento de água e alimentos. Diferentemente da *Cargo*, a *Baglev* não opera como um serviço de revenda. Seu produto é vendido como parte da qualidade do serviço do motorista, a quem é recomendado oferecer água e balas aos passageiros. A *Uber* estabelece ainda parceria com três empresas de aluguel de veículos, com descontos especiais para motoristas cadastrados. A *Localiza Hertz* se conecta diretamente à conta do motorista no *Uber Driver*, oferecendo um plano semanal pós-pago, debitado diretamente nos ganhos do motorista pela *Uber*. O plano funciona com um pacote de quilometragem semanal. Já a *Movida* e a *Unidas* oferecem planos mensais, sem débito direto na conta *Uber*.

Finalmente, motoristas da *Uber* podem também acessar vantagens locais, direcionadas à cidades e regiões específicas.

As vantagens listadas para Belo Horizonte contemplam serviços de abastecimento e de manutenção e incluem descontos para instalação de GNV, abastecimento, produtos e serviços de manutenção e limpeza, e venda de pneus. As vantagens contemplam pequenas empresas de comércio localizado e evidenciam o atrelamento da *Uber* à economia local das cidades onde opera.

3.2.2 ONGs e OSCIPs

Outro importante eixo de atuação da *Uber* é sua vinculação à pautas progressistas por meio da associação a iniciativas do terceiro setor como organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs). Mapear as conexões entre a *Uber* e organizações do terceiro setor é especialmente interessante sob a ótica do *Império*. Ao tratarmos da produção biopolítica dos territórios e da flexibilização das fronteiras do Estado-nação, Hardt e Negri (2001) reconhecem nas ONGs como o mais importante instrumento de intervenção moral do Império, já que “justamente por não serem administradas diretamente por governos, entende-se que agem a partir de imperativos éticos ou morais” (HARDT e NEGRI, 2001. p. 54). Ao falar em “ONGs”, os autores têm como referência organizações globais, regionais e locais que tem como principais pautas e frentes de ação a proteção aos direitos humanos.

A principal frente de ação da *Uber* junto a ONGs no Brasil reside em organizações voltadas à promoção da igualdade de gênero. Em 2018, a empresa divulgou em sua *newsroom* um texto no qual firma um “compromisso com as brasileiras” e anuncia parceria a uma série de iniciativas e investimento de R\$ 1,55 milhão. As parcerias vão desde o financiamento de projetos próprios das organizações a projetos em conjunto. Neste último caso, prevalecem projetos de comunicação, como produção e distribuição de conteúdos de conscientização sobre igualdade de gênero e violência contra a mulher para motoristas e passageiros. A *Uber* também desenvolve projetos mais práticos. Em parceria com a plataforma educativa *Força Meninas* – única dentre as nove listadas que se não se posiciona como iniciativa sem fins lucrativos, mas sim como iniciativa empresarial limitada – e com a ONG estadunidense *Code.org*, lançou em abril de 2019 o projeto “Eu Consigo”[19], que conta ainda com verbas da Lei de Incentivo à Cultura, do Ministério da Cidadania. O projeto, segundo a *Uber*, tem como foco o incentivo à participação feminina em áreas como tecnologia e engenharia. O “Eu Consigo” funciona como uma caravana que circularia por 18 cidades brasileiras.

A rede de organizações parceiras da *Uber* inclui tanto organizações internacionais quanto locais, sendo muitas destas financiadas por grandes atores globais. O financiamento das ONGs combina fundos nacionais, internacionais e supranacionais, recursos públicos e privados. É particularmente interessante mencionar que nos sites de seis das ONGs voltadas à igualdade de gênero elencadas pela *Uber*, constam em listas apoiadores e parceiros grandes ONGs globais, como *Open Society Foundation* e *Avaaz*, empresas transnacionais a *Google* e a *Accenture*, órgãos supranacionais, como fundos da Organização das Nações Unidas, União Europeia e Banco Mundial, e agências de governos voltadas para atuação internacional, como o USAID, dos EUA.

Se os exemplos mencionados acima operam prioritariamente na ordem simbólica, a *Uber* também estabelece parcerias que materializam uma incursão mais direta no território. É o caso da criação da *Uber Move*[20], descrita como “plataforma de impacto social”. Parte do projeto consiste na inserção da *Uber* na comunidade de Heliópolis, na zona sul da Cidade de São Paulo, em parceria com a Central Única de Favelas (CUFA)[21], OSCIP com atuação em comunidades e periferias distribuídas pelo território brasileiro. No site, a empresa aponta o “Feito em Heliópolis” como “a primeira intervenção da *Uber* em uma comunidade em todo o mundo”. O projeto consiste na instalação de pontos de encontro para passageiros dentro de Heliópolis, que visam “a ampliar o acesso e as oportunidades para quem é da comunidade, ao mesmo tempo em que busca melhorar a experiência dos motoristas parceiros”[22]. Nesse mesmo texto, a empresa sinaliza que esses são apenas os primeiros passos de um projeto maior de entrada em comunidades. Dessa forma, Heliópolis funciona como um tipo de “laboratório” de testes para a *Uber Move*.

Os primeiros Pontos de Encontro *Uber* estão sendo implantados em Heliópolis, mas a ideia é que eles sejam apenas um ponto de partida para algo maior. Após o período de testes e aprendizados, a *Uber Move* quer ampliar ainda mais esse movimento, levando mais pontos de encontro para outras comunidades.

Além da construção de pontos de encontro, a atuação da *Uber Move* também passa pelo apoio, ora pontual, ora de longo prazo, a projetos sociais em comunidades. Em dezembro de 2018, por exemplo, a *Uber* anunciou que, para cada extra pago pelos passageiros aos motoristas pelo aplicativo – gorjetas – a mesma quantia seria doada pela empresa a projetos sociais

selecionados. Dentre os projetos apoiados pela *Uber* em comunidades brasileiras estão “Taça das Favelas”, “Pracatum Inglês”, “Mídia Maré”, “Favelagrafia” e “Novas Trilhas”, esse último em Belo Horizonte. Essas ações sinalizam a preocupação em adequar suas estratégias para dar conta da heterogeneidade do território e ocupar espaços cujas dinâmicas de mobilidade e trabalho diferem daquelas da cidade formal.

3.2.3 Mobilização de imaginários e produção de afeto

Finalmente, a infiltração territorial da *Uber* é também um apelo afetivo. As ações da *Uber* revelam um esforço para se conectar a afetos locais, tanto por meio de campanhas publicitárias em apoio a causas progressistas, quanto em ações concretas junto a eventos, espaços e outros elementos que fazem parte dos imaginários das cidades onde atua. Uma das estratégias mais visíveis é a associação a clubes de futebol, que passa pelo patrocínio de clubes, promoções para torcedores e vídeos publicitários.

Em 2017 a empresa passou a patrocinar tanto o Cruzeiro Esporte Clube quanto o Clube Atlético Mineiro, os dois principais times de futebol de Minas Gerais e clássicos rivais, tornando-se o aplicativo de mobilidade oficial dos clubes[23] e anunciou que a parceria daria aos torcedores a “a chance de apoiá-los com o toque de um botão”, já que parte do valor arrecadado em viagens iniciadas ou encerradas próximas aos estádios em dias de jogos passaria a ser revertida para os clubes”, e reforça, em negrito: “Quanto mais o torcedor usar, mais o clube ganha”. Outros exemplos de ações em Belo Horizonte são a participação da empresa no carnaval em 2018[24], e nas Paradas LGBT. Na Parada LGBT 2018, a empresa foi o aplicativo oficial de mobilidade do evento[25] e marcou presença com um trio elétrico pintado com as cores da do Orgulho, a *hashtag* “#VamosJuntos” no topo do palco principal, além de um bandeirão, adesivos e balões, todos contendo o logo da empresa.

4. Considerações finais

Neste artigo, buscamos conferir visibilidade à alguns dos caminhos pelos quais a *Uber* se insere no território brasileiro, em Belo Horizonte e aos tipos de conexões que ela estabelece. Esse breve levantamento pode apontar lugares aos quais devemos nos atentar quando nos propomos a investigar o processo de

plataformização. Essa cartografia inicial deixa abertas algumas lacunas, em especial no que diz respeito às disputas legais em torno da regulamentação da *Uber* e sua relação com o Estado. Ao tratar da lógica imperial e da plataformização, não devemos ver no Estado uma entidade passiva, esmagada verticalmente por forças imperiais que atuam *de fora*. A lógica do capital, e, mais ainda, a razão neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2011) opera de dentro dos próprios mecanismos do Estado, ora pelo seu enfraquecimento, ora por entrelaçamentos com a iniciativa privada.

Como ator capital do processo de plataformização, a *Uber* opera como um complexo arranjo, flexível e em constante movimento, ao qual atores diversos são conectados e desconectados. Em associações heterogêneas a motoristas e passageiros, aplicativos, empresas, ONGs e afetos, a plataforma se expande globalmente e se infiltra em territórios diversos, envolvendo-se em disputas legais e comerciais, e adequando-se a singularidades locais. Esperamos, com essa breve cartografia, ter apontado alguns caminhos para investigações sobre o processo de plataformização no que diz respeito à suas dinâmicas de ocupação territorial, e desvelado pistas para a compreensão de como plataformas digitais vem atuando na produção biopolítica (HARDT e NEGRI, 2001) do espaço.

Encerramos este artigo chamando a atenção um outro aspecto imprescindível à compreensão da plataformização, apontado por Hardt e Negri como uma dimensão fundamental da ascensão do *Império*: as transformações no mundo do trabalho. Ao falar em um “capitalismo rizomático”, Pelbart (2011) nota o desmanche das estruturas rígidas e hierárquicas das heranças fordistas e tayloristas e o enredamento de formas mais flexíveis, horizontais e autônomas de trabalho, às quais a figura do empreendedor autogerenciado é central.

O trabalho é um elemento fundamental da expansão da *Uber* em dois sentidos. De um lado, a emergência do trabalho imaterial, criativo, afetivo que perpassa as estratégias de *marketing* e comunicação e ações de mobilização e produção de imaginários, afetos e subjetividades. Por outro lado, o trabalho físico, por vezes exaustivo, e emocional dos motoristas *Uber*, uma força de trabalho de milhões de trabalhadores, gerenciados em escala global. Esse gerenciamento global da força produtiva, em um regime de trabalho algorítmico (ROSENBLAT e STARK, 2016) baseado na coleta e no processamento de dados, e em

mecanismos próprios do aplicativo *Uber Driver*, que organiza sua distribuição, e monitora performance. Quando nos atentamos a esses aspectos do trabalho plataformizado, outros atores vem compor o arranjo, agir sobre ele e com ele: algoritmos, dados, processadores, servidores, torres de telefonia, satélites. A rede parece crescer indefinidamente e se desdobrar em linhas multidirecionais. O que nos resta e nos cabe é o esforço de tomar algumas dessas linhas em mãos, pelo meio, seguir os atores que as tensionam, e entrar em movimento com os processos que escolhemos acompanhar.

Notas

1. Informações disponíveis em <<https://www.uber.com/pt-BR/country-list/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.
2. Grupo *Uber MOTORISTAS sem mi-mi-mi*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/1251834444868309/>>. Acesso em: 17 de junho de 2019.
3. “Método passo a passo”.
4. Acesso em junho de 2018
5. Abreviação para *Headquarter*, “Quartel General” em inglês
6. Informação disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/uber-centro-desenvolvimento-tecnologico-america-latina/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.
7. Informação disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.
8. Informação disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/belo-horizonte/integracao-regiao-metropolitana-de-bh>>. Acesso em 17 de jun. de 2019
9. Disponível em <<https://uber.app.box.com/v/relatorio-fipe>>. Acesso em 17 de jun. de 2019
10. Disponível em <<https://developer.uber.com/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.
11. Disponível em <<https://developer.uber.com/showcase?selected=drivers>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.
12. Disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.
13. Disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.
14. Disponível em <<https://about.udemy.com/pt-br/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.
15. Disponível em <<https://www.udemy.com/collection/uber-brasil/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.
16. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/pme/balinhas-startup-que-da-renda-extra-a-motoristas-de-uber-chega-ao-brasil/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.

17. Disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/parceria-ipuranga-abastece-ai/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.

18. As marcas do 15-M: os indignados espanhóis e os partDisponível em <<http://www.baglev.com.br/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.

19. Disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/projeto-eu-consigo-inspirando-garotas/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.

20. Disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/uber-move-comunidades/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.

21. Disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/heliopolis/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.

22. Disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/sao-paulo/uber-move-pontos-de-encontro-em-heliopolis/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.

23. Informação disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/belo-horizonte/uber-parceria-atletico-cruzeiro/>>. Acesso em 30 de jul. de 2018

24. Informação disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/belo-horizonte/uber-no-carnaval-bh-2018/>>. Acesso em 30 de jul. de 2018

25. Informação disponível em <<https://www.uber.com/pt-BR/blog/belo-horizonte/parada-lgbtq-bh/>>. Acesso em 30 de jul. de 2018

Referências

D'ANDRÉA, C. **Rumo a uma plataformização do social**, 2017. Disponível em <<https://medium.com/@carlosdand/rumo-a-uma-plataformiza%C3%A7%C3%A3o-do-social-2384f990fbad>>. Acesso em 13 set. 2018.

DELEUZE, G. *Post Scriptum* sobre as sociedades de controle. In: ____. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2013.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo?. In: **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Vega, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I - A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS; UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.; **Estudo da mobilidade urbana na região metropolitana da cidade de São Paulo**. São Paulo, 2019, 46 p.

GALLOWAY, A.; THACKER, E. **The Exploit**. Minneapolis: University of Minnesota, 2007.

GUERRA, A. **Plataformização do trabalho: um estudo das redes em ação no trabalho dos motoristas Uber**. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GILLESPIE, T. The Politics of ‘Platforms. In: **New Media & Society**. v. 12, n. 3, p. 347 a 364, 2010.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001

HELMOND, A. The platformization of the Web: Making Web data platform ready. In: **Social Media + Society**, v. 1, n. 2, p. 1–11 , 2015.

HELMOND A.; NIEBORG, D. B.; VAN DER VILST, F.; Facebook’s evolution: development of a platform-as-infrastructure. In: **Internet Histories**, v. 3, n. 23, 123-146, 2019.

KASTRUP, V. O Funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.;

KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e subjetividade**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.;

KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e subjetividade**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.

LATOURE, B. **Reassembling the Social: an introduction to Actor-Network Theory**. New York: Oxford University Press, 2005.

LATOURE, B. Um coletivo de humanos e não-humanos: no labirinto de Dédalo. In: **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre o Império**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

PLANTIN, J.; LAGOZE, C.; EDWARDS, P. N.; SANDVIG, C. Infrastructure studies meet platform studies in the age of Google and Facebook. In: **New Media and Society**. v. 20 (1), p. 293-310, 2016.

PELBART, P. P. Capitalismo Rizomático. In: **Vida Capital: ensaios de biopolítica**. Ed: Iluminuras: São Paulo, 2003.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. (2019). **Platformisation**. Internet Policy Review, 8(4), 2019.

VAN DIJCK, José. **#AoIR2016: Opening Keynote “The Platform Society” by José van Dijck**. Publicado 02 nov. 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=-ypiiSQTNqo>>. Acesso em 20 de abril de 2018.

VAN DIJCK, José. POELL, Thomas; DE WALL, Martijn. **The Platform Society: Public Values in a Connective World**. Londres, Oxford, 2018.

***Ana Guerra** é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG, com bolsa de fomento CNPq. É membro do R-EST - Estudos Redes Sociotécnicas e do Núcleo de Pesquisa em Conexões Intermidiáticas (NucCon). E-mail: anagvguerra@gmail.com

A Grande Máquina e a máquina poética: Cristiano, o narrador

The Great Machine and the poetic machine:
Cristiano, the narrator

Pedro Rena Todeschi*

Resumo

Este ensaio busca fazer uma leitura comparada entre a poesia de Carlos Drummond de Andrade sobre a maquinação do mundo (cf. Wisnik, 2018) — pensando sua contemporaneidade (cf. Agamben, 2009; Tsvetáieva, 2018) — com o filme *Arábia*, de Affonso Uchoa e João Dumans, analisando a resistência subjetiva do personagem Cristiano frente à Grande Máquina do capitalismo através de seu gesto de escrita, de sua máquina poética. Em seguida, refletiremos se Cristiano seria um narrador benjaminiano (cf. Benjamin, 1985), que, com seu diário, testemunha (cf. Seligman-Silva) e transmite suas experiências (pessoais e coletivas) ao personagem André e aos espectadores do filme, como uma forma de sobreviver na máquina contemporânea (cf. Didi-Huberman, 2011).

Palavras-chave: Arábia; Drummond; máquina do mundo; cinema brasileiro; estética e política.

Abstract

This essay aims at a comparative reading of Carlos Drummond de Andrade's poetry on the world's machinery (cf. Wisnik, 2018) – considering his contemporaneity (cf. Agamben, 2009, Tsvetáieva, 2018) – and the film Araby, by Affonso Uchoa e João Dumans, analyzing the subjective resistance of its character Cristiano when facing the Great Machine of Capitalism with his writing, his poetic machine. Afterwards, we intend to discuss if Cristiano would be a narrator in Walter Benjamin's terms (cf. Benjamin, 1985), as his diary testifies (cf. Seligman-Silva) and transmits his experiences (personal and collective) to André and to the film's spectators, as a way to survive in the contemporaneous machine (cf. Didi-Huberman, 2011).

Keywords: Araby; Drummond; world's machinery; Brazilian cinema; aesthetics and politics.





Figuras 01 e 02:
Frames de *Arábia*.

Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,
onde as formas e as ações no encerram nenhum exemplo.

(...)

Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra
e sabes que, dormindo, os problemas de dispensam de morrer.
Mas o terrível despertar prova a existência da Grande Máquina
e te repõe, pequenino, em face de indecifráveis palmeiras

Caminhas entre mortos e com eles conversas
sobre coisas do tempo futuro e negócios do espírito.
A literatura estragou tuas melhores horas de amor.

(...)

Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota
e adiar para outro século a felicidade coletiva.
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan.

“Elegia 1938”, Carlos Drummond de Andrade



Introdução: a Grande Máquina e a máquina poética

No poema *Elegia 1938*, publicado no livro *Sentimento do Mundo* (1940), Carlos Drummond de Andrade escreve, tristemente, sobre um mundo que chegava ao fim, com o advento da Segunda Guerra Mundial em 1939. Um mundo caduco, indecifrável, corroído, em que as lógicas e mecanismos são opacos, não estão à altura das demandas da vida. Um mundo em que a racionalidade moderna chegou ao seu limite: o progresso tecnológico mais avançado desenvolveu os instrumentos de destruição e extermínio mais nefastos: os campos de concentração e a bomba atômica; para ficar com dois exemplos *extremos*. Um mundo regido pela *Grande Máquina* do capitalismo, que aliena os seres humanos de seus processos de funcionamento, que os usam como engrenagens de sua maquinação social e política[1]. Infelizmente, sozinhos, os trabalhadores — melancólicos e revoltados — não podem “dinamitar a ilha de Manhattan”: símbolo e centro do capital financeiro mundial. Em seu livro *Maquinação do mundo: Drummond e a mineração*, José Miguel Wisnik comenta que, em *Elegia 1938*, o poeta

nomeia o monstro e peita com desassombro o poder da “Grande Máquina” (...) – entidade na qual se amalgamam o capital, os dispositivos onipresentes de dominação e a face neutra da alienação vertendo sobre cada coisa a sua cota de estranheza (...). O final dessa “Elegia 1938” detona uma imagem cuja potência inesperada é calculada na economia do texto como uma bomba. O leitor vai sendo entorpecido por uma sequência de déficits sombrios e declinantes (“caminhas entre mortes e com eles conversas” (...), “coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota”) até que, quando já próxima do esperável ponto de extinção, explode subitamente numa frase que é pura dinamite poética: “Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição/ porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan”. (WISNIK, 2018, p. 179-180)

Explicando a expressão do primeiro verso do poema, Antonio Candido (1995, p. 77) comenta que “a ideia social do “mundo caduco”, feito de instituições superadas que geram o desajuste e a iniquidade, devido aos quais os homens se enrodilham na solidão, na incomunicabilidade e no egoísmo.” A imagem do “mundo caduco” também aparece no poema *Mãos dadas*, do mesmo livro de 1940: “Não serei o poeta de um mundo caduco/

também não cantarei o mundo futuro”. Nem o poeta de um mundo ultrapassado, nem o de um mundo utópico, vanguardista; o poeta do “tempo presente, da vida presente.” Mas, Drummond é contemporâneo de seu tempo sendo paradoxalmente desajustado, inconformado, torto, *gauche*; como o filósofo Giorgio Agamben descreveria:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e aprender o seu tempo. (AGAMBEN, 2009, p. 58-39)

Poderíamos nos perguntar se, nos dias de hoje, no nosso tempo presente, Drummond — com sua poesia e suas reflexões — seria ainda nosso contemporâneo. A resposta que Wisnik (2018) deu em seu livro à essa questão, em diversas passagens, foi “sim.” Logo na introdução, ele nos explica que “o alvo deste livro não para de ser, no entanto, e em nenhum momento, a potência da poesia como instrumento de percepção alargada e da criação de mundos, de vislumbres antecipatórios que vão muito além da reportagem factual” (Wisnik, p. 20). A poesia de Drummond consegue ser, ao mesmo tempo, sobre os acontecimentos imediatos de seu tempo e seu espaço, assim como sobre o vasto mundo, sobre várias épocas e temporalidades. Com seus “vislumbres antecipatórios”, Drummond profetizava as catástrofes que assolaram nosso país nos últimos anos, com os rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, como comenta Wisnik:

O acontecimento econômico, tecnológico e faustiano da exploração do pico do Cauê, com toda a sua amplitude e suas implicações históricas, deixará rastros secretos naquele périplo em que a *Grande Máquina* dos dispositivos da exploração capitalista se encontrará com a mítica *Máquina do Mundo*, de ressonâncias camonianas, na “estrada de Minas, pedregosa”, ao som do “sino rouco” que é outro dos sinais metálicos e pungentes da memória involuntária na poesia de Drummond. Assim, a Máquina não é somente a quimera abstrata que surge do nada, oferecendo ao poeta moderno — que a recusa — a velha tentação do enigma

total desvendado, mas é também o recado conflituoso que advém de um choque: a visão do solo das Minas revirado pelas máquinas mineradoras. (WISNIK, 2018, p. 45)

Em seu livro, Wisnik realiza uma minuciosa leitura do poema “A máquina do mundo”, de Drummond, para refletir sobre o nosso contemporâneo. O pesquisador sustenta que com a aparição da “máquina do mundo”, no poema, o eu-lírico entrevê “a mundialização dos dispositivos de exploração e dominação do mundo que se anunciavam no pós-guerra, (...) a maquinaria dos dispositivos, enquanto engenharia geral” do mundo (2018, p. 217). Colocando essa leitura em perspectiva com a produção do filósofo Giorgio Agamben (2009, p. 62), quando sustenta que “contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro (...) [é] aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente”, arriscamos que, nas trevas de seu tempo, quando “a treva mais estrita já pousara”, Drummond anteviu, com perspicácia e melancolia, os mecanismos e os dispositivos de dominação do capitalismo contemporâneo, onipresentes no mundo de hoje. Pensado se, com “A máquina do mundo” — no final da segunda metade do século XX — Drummond já percebia o que seria a nossa contemporaneidade, Wisnik (2018, p. 220) comenta que em sua “*máquina de produzir anti-história* (...) [Drummond] vislumbra o mundo do segundo pós-guerra, (...) momento de manifestação de uma virtualidade técnica que se atualizará posteriormente nos sistemas de satélites, no GPS e no Google Earth.”

No texto *O poeta e o tempo*, a escritora russa Marina Tsvetáieva (2018) sustenta que “autenticamente contemporâneo é aquilo que, no tempo, é eterno; portanto, é aquilo que, além de indicativo de um dado tempo, é contemporâneo para sempre — de tudo.” Acreditamos que, além de indicativo de seu tempo, Drummond é nosso contemporâneo: suas angústias e preocupações nos concernem diretamente no nosso mundo (ainda, se não mais, caduco) de hoje; como ele mesmo diria “como ficou chato ser moderno/ agora serei eterno.”[2]

*

Neste ensaio, acompanharemos as reflexões de outro escritor, nosso contemporâneo: Cristiano, protagonista do filme *Arábia* (2017) de Affonso Uchoa e João Dumans. Analisaremos o filme partindo das inquietações de Drummond que nos interpelam

nos dias de hoje. Como escreve Agamben, “a via de acesso ao presente tem necessariamente a forma de uma arqueologia.” Realizaremos, portanto, um gesto de *escavação do presente*, observando como questões que estão presentes no filme se conectam com imagens conceituais drummondianas, que nos fazem refletir sobre a *Grande Máquina* — a exploração capitalista, a condição do trabalho, a alienação, os dispositivos de dominação — assim como sobre a resistência e subjetivação política proporcionada pela *máquina poética*, pelo gesto de escrita do personagem que estrutura o filme.

Cristiano, o narrador

Cristiano, assim como Drummond, trabalha para um mundo caduco. O personagem — desajustado, errante — é submetido ao longo do filme à diversos trabalhos, entre eles em uma *Grande Máquina*, em uma fábrica siderúrgica instalada em Ouro Preto, no interior de Minas Gerais[3]. A fábrica corrói a vida em seu entorno; corrói a vida dos que ali trabalham. A cidade parece estar paradoxalmente instalada na fábrica, passando a existir em função dela, e não o contrário. Quando Cristiano começa a participar do grupo de teatro da fábrica, na Vila Operária, ele nos conta que foi quando “você pediram pra escrever alguma coisa de importante de nossa vida”. Com esse pedido de escrita, Cristiano confessa que foi “tomando gosto de pensar nas coisas que me aconteceram. Comecei a pensar em tudo que eu tinha visto, nas cidades que eu conheci, e em todo mundo que eu encontrei pelo caminho.” Em seu diário autobiográfico, com sua *máquina poética*, Cristiano pensa sobre suas melhores horas de amor com Ana (assim como realiza o trabalho de luto da separação), e também sobre suas amizades, seu lugar no mundo, sua condição operária — testemunhando e transmitindo as experiências que teve ao longo de seus caminhos. Como Walter Benjamin (1985, p. 221) diria: “Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é conta-la *inteira*.”

Começando pelo fim da narrativa, analisemos o apelo que Cristiano, “triste, orgulhoso: de ferro”[4], como diria Drummond, nos dirige:

Nesse momento, aconteceu uma coisa muito estranha: o barulho da fábrica sumiu, eu ouvi o meu próprio coração. E pela primeira vez, parei para olhar a fábrica, senti uma tristeza de estar ali. Percebi que, na verdade, eu não

conhecia ninguém, que tudo aquilo não significava nada pra mim. Foi como acordar de um pesadelo. Me sinto como um cavalo velho, cansado, meus olhos doem, a cabeça dói, não tenho força pra trabalhar. Respiro rapidamente. Meu coração é uma bomba de sangue. Queria puxar meus colegas pelo braço e dizer pra eles que eu acordei, que enganaram a gente a vida toda. Estou cansado, quero ir pra casa. Queria que todo mundo fosse pra casa. Queria que a gente abandonasse tudo, deixasse as máquinas queimando, o óleo derramando, os pedaços de ferro abandonados, a esteira desligada, a lava quente derramando e inundando tudo. Queimando as máquinas, a terra, a brita... E a fumaça subindo. Preto igual a noite. Tapando o céu e jogando dinheiro fora. E a gente ia estar em casa, tomando água, dormindo à tarde. A gente ia tossir a fumaça preta, ia tossir fora os pedaços de ferro do nosso pulmão, o nosso sangue ia deixar de ser um rio de minério, de bauxita, de alumínio e ia voltar a ser vermelho, igual quando a gente é novo. E é por isso que eu queria chamar todo mundo. Chamar os forneiros, os eletricitistas, os soldadores e os encarregados — os homens e as mulheres — e dizer no ouvido de cada um “Vamos pra casa. Nós somos só um bando de cavalos velhos.” Mas ninguém ia ouvir porque ninguém quer ouvir isso. Mas eu queria falar no ouvido de cada um deles: a nossa vida é um engano e a gente vai sempre ser isso. E tudo que a gente tem é nosso braço forte, e a nossa vontade de acordar cedo.

Neste testemunho final, catártico, Cristiano tem uma espécie *epifania* (conceito que comentaremos adiante) que o faz interrogar e questionar fortemente sua condição operária naquele lugar. Seus pensamentos vêm do coração, como se uma força irracional o arrebatasse (“eu ouvi o meu próprio coração”). Cristiano trabalha sem alegria naquela fábrica, naquele mundo caduco (“senti uma tristeza de estar ali”). Para Cristiano, as formas, as ações — os gestos mecânicos do trabalho — não encerram nenhum exemplo, não têm nenhum sentido (“tudo aquilo não significava nada pra mim”). Ele se sente enganado, reconhecendo a exploração absurda daquele trabalho indecifrável. Seu “coração é uma bomba de sangue”, que deseja dinamitar aquela Grande Máquina; deseja que ela fosse destruída, não por ele sozinho, mas por todos os operários (“Queria que a gente abandonasse tudo, deixasse as máquinas

queimando.”) Com seu coração orgulhoso, Cristiano não tem “pressa de confessar sua derrota”; tem pressa de convocar seus companheiros para abandonarem aquele lugar. Nem dormindo os problemas dispensam Cristiano de morrer: seus sonhos são pesadelos, o trabalho desconhece a noite, o capitalismo se apropria do sujeito *24 por 7* (“Foi como acordar de um pesadelo”). Cristiano, *apesar de tudo*, nutre uma grande esperança: deseja chamar todos os seus taciturnos companheiros. Ele deseja que seu sangue volte a ser vermelho, e não de minério. A melancolia para Cristiano se dissipa com seu braço forte, sua voz de protesto — com “a fumaça subindo. Preto igual a noite”.

Breve nota sobre a epifania

O título do filme, *Arábia*, faz referência à um conto homônimo de James Joyce, do livro *Dublinenses*. O escritor irlandês é reconhecido pela descrição de diversas cenas de epifanias, coletadas em um livro de 1901, e depois retomadas em seus romances posteriores, como *Ulisses* e *Finnegans Wake*. Pesquisadores como João Camilo Penna (2010) e Maraíza Labanca (2018), analisam as transformações históricas do conceito e da figuração da epifania na literatura, partindo de Joyce, passando por escritores brasileiros como Clarice Lispector, Drummond, Juliano Garcia Pessanha e Nuno Ramos.

As epifanias podem ser lidas como um momento de revelação da ordem enigmática do mundo; instante de um *claro enigma*, em que se revela e se decifra a “estranha ordem geométrica de tudo”, “essa total explicação da vida”[5]. As epifanias, aqui compreendidas *literariamente*, estão vinculadas de alguma maneira à atividade criativa da escrita, talvez à uma observação poética do mundo. Deslocadas de seu contexto teológico originário, podem ser analisadas como uma *iluminação profana*, “de inspiração materialista e antropológica”, conceito usado por Walter Benjamin (1985, p. 23) para a análise do surrealismo. Como Penna comenta sobre uma descrição feita por Joyce da epifania como um momento de *claridade* e *irradiação*, em que a coisa (ou o mundo) revela o que ela é:

a claridade, ou irradiação, o momento propriamente epifânico, em que as partes da coisa brilham num alumbramento, quando “reconhecemos que [a coisa] é essa coisa que ela é. A sua alma, o seu o quê, pula em nós da vestimenta de sua aparência. A alma do

objeto mais comum, cuja estrutura é ajustada dessa maneira, parece-nos radiante. O objeto chegou à sua epifania.” (PENNA, 2010, p.71)

No breve conto “O raio”, Italo Calvino descreve sua epifania como *raio que ilumina*:

Aconteceu-me uma vez, num cruzamento, no meio da multidão, no vaivém. Parei, pisquei os olhos: não entendia nada. Nada, rigorosamente nada: não entendia as razões das coisas, dos homens, era tudo sem sentido, absurdo. E comecei a rir. Para mim, o estranho naquele momento foi que eu não tivesse percebido isso antes. E tivesse até então aceitado tudo: semáforos, veículos, cartazes, fardas, monumentos, essas coisas tão afastadas do significado do mundo, como se houvesse uma necessidade, uma coerência que ligasse umas às outras. (...) Gesticulei, para chamar a atenção dos passantes e – Parem um momento! – gritei – tem algo estranho! Está tudo errado! Fazemos coisas absurdas! Este não pode ser o caminho certo! Onde vamos acabar? (...) Eu continuava ali no meio, gesticulava, ansioso para me explicar, torna-las participantes do raio que me iluminara de repente: e ficava quieto. Quietos, porque no momento em que levantei os braços e abri a boca a grande revelação foi como que engolida e as palavras saíram de mim assim, de chofre. (...) Mas, mesmo agora, toda vez (frequentemente) que me acontece não entender alguma coisa, então, instintivamente, me vem a esperança de que seja de novo a boa ocasião para que eu volte ao estado em que não entendia mais nada, para me apoderar dessa sabedoria diferente, encontrada e perdida no mesmo instante.[6]

A epifania como um momento em que se entende *tudo* e, ao mesmo tempo, não se entende *nada*; o mistério e o significado último do mundo é revelado, mas como absurdo, como enigma (“o absurdo original e seus enigmas,/ suas verdades altas mais que tantos/ monumentos erguidos à verdade (...) tudo se apresentou nesse relance/ e me chamou para seu reino augusto,/ afinal submetido à vista humana”)[7]. A epifania como um momento em que as leis, os gestos, as ações e os mecanismos do mundo (da *grande máquina* do mundo) se manifestam e são colocadas em questão (como no gesto de recusa do poeta ao “apelo maravilhoso” da

Figuras 03 e 04:
Frames de *Arábia*.

máquina do mundo, que é também indissociável da Grande Máquina do capital, como observa Wisnik)[8]; momento em que tudo se conecta, tudo se entranha e se estranha[9]; momento em que o sujeito é arrebatado por uma percepção instantânea do real, com uma “sabedoria diferente”, efêmera, sobre as lógicas e razões do mundo — instante que logo depois se perde: como a máquina do mundo que se abre, e depois se fecha.



No filme *Arábia*, através do gesto da escrita, Cristiano pensa sobre sua epifania que teve na fábrica, no momento em que percebeu “que *tudo aquilo não significava nada* pra mim.” Nesse momento, a *máquina do mundo* se entreabre para o personagem, justamente quando ele se encontrava submetido à *Grande Máquina* da fábrica. Logo em seguida, quando “a treva mais estrita se pousara”, quando a máquina se fecha, vemos Cristiano solitário diante da fogueira, revoltado com a ordem das coisas e melancólico por ser incapaz de alterá-las. A imagem começa a escurecer com um *fade out* até que a tela fique completamente preta — “igual a noite” — e o filme se encerre.

Como Maraíza Labanca comenta sobre o momento (sombrio) da epifania:

É condição para a epifania, conforme escrita por Pessanha, que as luzes se apaguem, pois as coisas precisariam estar *imersas na sua penumbra*, na sua sombra — ou, segundo lemos na epifania de Joyce, as coisas estariam sob opacas nuvens a cobrir o céu. Sob essa luz pouca, cada coisa poderia retomar a dignidade da pergunta, cada coisa seria tomada pelo “vento do enigma” que a informula. (LABANCA, 2018, p.43, Grifo nosso)

Ou, como escreve Drummond, criticando o progresso técnico que, com suas excessivas luzes — com seus “ferozes projetores”, como diria Didi-Huberman — elimina a nossa necessária “penumbra”:

O progresso técnico teve isto de retrógrado: esqueceu-se completamente do fim a que se propusera, ou devia ter-se proposto. Acabou com qualquer veleidade de amar a vida, que ele tornou muito confortável, mas invisível. Fez-se numa escala de massas, esquecendo-se do indivíduo, e nenhuma central elétrica de milhões de quilowatts será capaz de produzir aquilo de que precisamente cada um de nós carece na cidade excessivamente iluminada: *certa penumbra*. O progresso nos dá tanta coisa, que não nos sobra nada nem para pedir nem para desejar nem para jogar fora. Tudo é inútil e atravancador. (ANDRADE, 2011, p. 17, Grifo nosso)

Em *Arábia* a epifania também ocorre em um mundo de trevas: Cristiano consegue perceber e questionar a ordem das coisas — em um *lampejo* — justamente por observar a escuridão de seu

Figuras 05 e 06:
Frames de *Arábia*.

tempo sombrio. Como diria William Faulkner: “O que a literatura faz é o mesmo que acender um fósforo no campo no meio da noite. Um fósforo não ilumina quase nada, mas nos permite ver quanta escuridão existe ao redor.”[10] Seria a temporalidade de uma epifania similar à de um fósforo, que em uma faísca se acende, mas logo depois se apaga? As marcas do fogo, no entanto, permanecem como marcas e rastro da experiência vivida.



Sobreviver numa máquina

No texto “Desolação capitalista e resistência subjetiva em *Árabis*”, o professor César Guimarães nota que, no filme,

Cristiano (...) resiste à expropriação de sua força de trabalho com o ‘seu braço forte e sua vontade de acordar cedo’ (...) em seu desamparo e desenraizamento, [os trabalhadores] perderam toda e qualquer vinculação com o cosmos: a vida social, empobrecida, encarregou-se de extirpá-la. O amanhecer [“o terrível despertar”] não guarda nenhum gesto inaugural, apenas repete a passagem rotineira dos dias e das noites. (GUIMARÃES, 2017, p. 244-245)

No trecho citado, Guimarães ressalta o *desamparo*, o *desenraizamento*, a *vida social empobrecida* dos trabalhadores, tema que nos lembra o debate benjaminiano sobre a *pobreza da experiência* da vida no mundo capitalista (ao qual retomaremos adiante). Mas, nos perguntamos se o gesto de escrita de Cristiano não representaria uma busca por amparo no mundo. A escrita como um meio para tornar sua experiência de vida digna, uma tentativa de buscar enraizamento. Clarice Lispector defende que a escrita é uma *salvação*, que “salva a alma presa, salva a pessoa que se sente inútil, salva o dia que se vive e que nunca se entende a menos que se escreva. Escrever é procurar entender, é procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permanecerá apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada.”[11] No texto *O narrador*, Benjamin escreve que a narrativa tem uma “dimensão utilitária” (1985, p. 200) — que salva a vida inútil — se perguntando se “não seria [a tarefa do narrador] trabalhar a matéria-prima da experiência — a sua e a dos outros — transformando-a num produto *sólido, útil e único*?” (1985, p. 221).

Por meio de sua escrita, Cristiano resiste à alienação da Grande Máquina[12]. Através dela, ele tenta decifrar o mundo; procura entender que os padrões estão enganando trabalhadores; tenta buscar exemplos de formas e ações que possam ser compartilhados, transformando a sua vida e a de seus companheiros em um produto sólido, útil e único. Ao narrar sua vida, Cristiano é movido por um forte desejo de ser escutado; por um desejo de interlocução com os *outros* (“é por isso que eu queria chamar todo mundo. Chamar os forneiros, os eletricitistas,

os soldados e os encarregados — os homens e as mulheres — e dizer no ouvido de cada um “Vamos pra casa. Nós somos só um bando de cavalos velhos.”) Marcio Seligmann-Silva sustenta que o gesto testemunhal da narração é marcado pela “dialogicidade”: “A narrativa teria, portanto, dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma *ponte* com ‘os outros’” (p. 66).

No texto *O narrador*, de 1936, Walter Benjamin (1985) faz um diagnóstico do empobrecimento da experiência no mundo moderno: época dos choques, dos traumas, do capitalismo industrial, das guerras mundiais. Jeanne Marie Gagnebein explica que

Nesse diagnóstico, Benjamin reúne reflexões oriundas de duas proveniências: uma reflexão sobre o desenvolvimento das forças produtivas e da técnica (em particular sua aceleração a serviço da organização capitalista da sociedade) e uma reflexão convergente sobre a memória traumática, sobre a experiência do choque (...), portanto, sobre a impossibilidade, para a linguagem cotidiana e para a narração tradicional, de assimilar o choque, o trauma, diz Freud na mesma época, porque este, por definição, fere, separa, corta ao sujeito o acesso ao simbólico, em particular à linguagem. (GAGNEBEIN, p. 51)

Em suas reflexões, Benjamin conecta a pobreza da experiência ao declínio da capacidade de narrar, ao desaparecimento da figura do narrador. Nesse mundo caduco, as experiências não poderiam ser narradas, não encontrariam uma linguagem pra se expressar. Giorgio Agamben, na esteira de Benjamin, em sua leitura crítica dos anos 1970, sustenta, de maneira pessimista, que a experiência fora destruída:

nós hoje sabemos que, para a destruição da experiência, uma catástrofe não é de modo algum necessária, e que a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade é, para esse fim, perfeitamente suficiente. Pois o dia a dia do homem contemporâneo não contém quase nada que seja ainda traduzível em experiência. (AGAMBEN, 2014, p. 21-22)

Georges Didi-Huberman (2011), por sua vez, entra em conflito com as afirmações de Agamben defendendo que “não se pode (...) dizer que a experiência, seja qual for o momento da história, tenha

sido “destruída”, ao contrário, “faz-se necessário (...) afirmar que a experiência é indestrutível, mesmo que se encontre reduzida às sobrevivências e às clandestinidades de simples lampejos na noite” (p. 148). O filósofo acena a pergunta:

Procuram-se ainda [os vaga-lumes] em algum lugar, falam-se, amam-se apesar de tudo, *apesar do todo* da máquina, apesar da escuridão da noite, apesar dos projetores ferozes? (...) Há sem dúvida motivos para ser pessimista, contudo é tão mais necessário abrir os olhos na noite, se deslocar sem descanso, voltar a procurar os vaga-lumes. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 45-49)

Cristiano nos conta mais uma história, que sobrevive no tempo, como Guimarães (2017, p. 242) escreve: “a vida já está no passado, mas a escrita caminha para o futuro (assim como a voz que narra). Cristiano canta, ama e resiste ao fim do mundo, apesar do todo da máquina capitalista. Como diria Ailton Krenak:

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz

Figuras 07 e 08:
Frames de *Arábia*.

chover. (...) E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. (KRENAK, 2019, p. 26-27)

Acreditamos que *Arábia* seja um filme exemplar para demonstrar que a experiência, de fato, não foi destruída. O narrador Cristiano, com seus lampejos de vaga-lume (precisamos deslocar nosso olhar das grandes cidades para o interior, para observá-lo) nos transmite suas experiências, que são ao mesmo tempo particulares e coletivas, como ele mesmo nos diz: “Eu sou igual a todo mundo, minha vida é que foi um pouco diferente”. A existência de Cristiano é *igual* — comum à de outros trabalhadores — mas também *diferente* — irredutível a categorias sociais fixas. Suas palavras nos dizem sobre sua vida particular, mas também sobre uma experiência que é coletiva, compartilhada: singular e plural. Suas memórias, portanto, nos aproximam do conceito benjaminiano da experiência coletiva (*erfahrung*), em contraposição ao da experiência solitária (*erlebniz*).

Benjamin observa que, ao contrário da narrativa do romance — que “nem procede da tradição oral nem a alimenta” (1985, p. 201), cuja origem “é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los” —, “O grande narrador tem sempre suas raízes no povo, principalmente nas



camadas artesanais” (p. 201-221); “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (p. 198). Conseguimos enxergar diversas características elencadas por Benjamin em Cristiano: um narrador nômade que viaja pelo interior do país, que conhece as tradições populares e as transmite adiante em seu diário. Benjamin nos diz que a memória é “a mais épica de todas as faculdades”:

Somente uma memória abrangente permite à poesia épica apropriar-se do curso das coisas, por um lado, e resignar-se, por outro lado, com o desaparecimento dessas coisas, com o poder da morte. (...) A *reminiscência* funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. (...) Ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. Uma se articula na outra, como demonstraram todos os outros narradores, principalmente os orientais. Em cada um deles vive uma Scherazade, que imagina uma nova história em cada passagem da história que está contando. (BENJAMIN, 1985, p. 210-211)

Não por acaso, Benjamin cita a narradora árabe Scherazade, d’ “As mil e uma noites”, das estórias da Arábia, lugar das origens dos contos e das narrativas orais. Com sua lembrança do que sobrou, com sua *reminiscência*, Cristiano se apropria do curso das coisas, tecendo e transmitindo seus acontecimentos à André, e aos espectadores que assistem ao filme. Suas palavras se inserem em uma tradição — a dos operários — construindo uma rede com outros personagens de nossa história, de nosso imaginário coletivo, de nossa filmografia. Benjamin compara a *rememoração* do romance, com a *memória* da narrativa:

A primeira é consagrada a *um* herói, *uma* peregrinação, *um* combate; a segunda, a *muitos* fatos difusos. Em outras palavras, a *rememoração*, musa do romance, surge ao lado da *memória*, musa da narrativa, depois que a desagregação da poesia épica apagou a unidade de sua origem comum na *reminiscência*. (BENJAMIN, 1985, p. 211)

A memória de Cristiano diz ao mesmo tempo sobre *uma* vida, mas também sobre *muitos* fatos difusos. Acreditamos que um

dos gestos políticos importantes do filme é o de encenar a vida ordinária e qualquer de Cristiano através de um tom épico, trágico. Suas experiências são dignas de um personagem que figura entre grandes narrativas da literatura e do cinema.

Máquina de anti-história

Em uma entrevista sobre seu mais recente filme *Sete anos em maio*, Affonso Uchoa nos diz que “a história é normalmente escrita pelos ricos e poderosos, os generais, políticos; aqueles que não sofreram. (...) Na vida dos trabalhadores e daqueles que são marginalizados nós vemos como o mundo realmente é construído. O cinema é uma *máquina de anti-história* porque pode contar as histórias deles.”[13] Essa expressão também foi usada por Octavio Paz, no livro *Os filhos do barro* (1984), para se referir à poesia:

O poema é uma máquina que produz anti-história, ainda que o poeta não tenha essa intenção. A operação poética consiste em uma inversão ou conversão do fluir temporal; o poema não detém o tempo: o contradiz e o transfigura. Mesmo em um soneto barroco, em uma epopeia popular ou em uma fábula, o tempo passa diferente da história ou do que chamamos de vida real. (PAZ, 1984, p. 11)

Podemos pensar que a escrita para Cristiano é uma *máquina de anti-história*, na medida em que sua narrativa transfigura o tempo, cria um novo tempo, recria a vida pelo gesto da recordação e da rememoração. Logo no início do filme, Cristiano nos diz: “é difícil escolher um momento marcante pra contar, porque no fim de tudo, o que sobra mesmo é a lembrança do que a gente passou.” Seu gesto de narrar se baseia — como fica claro com essa sua explicação — através da memória que sobrou, que restou, e não através da vontade ilusória da totalização da experiência vivida, como aspiram as narrativas históricas. Seu caderno, por sua vez, é o objeto que, após a sua morte, resta no tempo, na história.

Comentando sobre os conceitos de *máquina* e *máquina do mundo*, presentes em Camões e Drummond, Wisnik (2018, p. 129) sublinha que “a semântica da “máquina” (...) tem grande afinidade com a ideia de dispositivo, conceito foucaultiano cuja margem de abrangência Giorgio Agamben amplia, para análise do contemporâneo”. Por outro lado, Wisnik comenta que o

próprio poema é uma “máquina de linguagem que produz ficções discursivas”. Pensamos que com sua *máquina de escrever* — sua “máquina imaginativa” (expressão utilizada por Didi-Huberman, 2011) — com seu *contradispositivo*, portanto, Cristiano interpreta e repele os dispositivos da Grande Máquina do Brasil, da máquina do mundo. Como Eduardo Jorge de Oliveira e Elias Jabre apontam, no texto “Máquinas celibatárias e máquinas desejanças”: “todo um mundo, e talvez até o mundo inteiro, pode ser conectado pela mesma máquina social que impõe seus processos maquínicos e sua produção de subjetividade”, ao passo que o escritor produz “a partir de sua própria máquina de escritura outros enunciados que, por sua vez, passarão a transformar o modelo maquínico transcendentais que o produziu (...) transforma[ndo] os meios repelindo-os.” Acreditamos que a escrita é um meio que Cristiano encontra para se subjetivar e resistir na máquina capitalista.

No texto “Da Máquina do Mundo à Máquina Zero”, Oliveira (2018) comenta a transmissão e a transformação da imagem da *máquina* e da *máquina do mundo* na poesia portuguesa e brasileira, desenvolvida entre Camões (“Máquina do Mundo”) e Ricardo Aleixo (“Máquina zero”), passando por Drummond (“A máquina do mundo”) e Haroldo de Campos (“A máquina do mundo repensada”). Ele sustenta que há um “princípio de máquina na poesia brasileira contemporânea” (p. 188) e que “o nexos da máquina drummondiana aciona uma comunidade de poetas que, apesar de tudo, possuem um vínculo com a transmissão das imagens, conjugando, assim, um modo de viver juntos por intermédio dos próprios poemas” (p. 196). Cristiano se insere nesse debate com seu desejo incendiário de deixar as *máquinas queimando*. Para além de questões temáticas, Oliveira comenta a relação formal intrínseca entre poesia e máquina, no sentido que ambas possuem de *fábrica* e de *engenho*:

Fábrica, que deriva do termo latino *faber* significa fabricar, ajustar, guardando ainda o sentido de forjar onde, sobretudo, existe o princípio de artifício. Engenho, por sua vez, manteria a raiz com *ingenium*, agrupando, sobretudo, “habilidade” e “genialidade”. São esses termos que encontramos um ponto praticamente inseparável entre poesia e máquina: a aliança entre criação e artifício com as palavras. (OLIVEIRA, 2018, p. 198)

A poesia e a literatura assumem sua condição de criação e de artifício: de máquina. A escrita como *maquinação* de palavras,

construção engenhosa de mundos. A escritura que *cria* e *recria* a vida e o mundo, e não apenas o representa; como o texto de Cristiano que se assume como uma criação, a partir das lembranças que restaram, reconstruídas com a sua imaginação, com sua *máquina de anti-história*. A escrita oficial da história, por sua vez, detém um pacto de fidelidade com o “real”, com o que de “fato aconteceu”, guiada por um desejo de refletir, transparentemente, o mundo.

Ainda comentando a relação entre a poesia e o tempo, Marina Tsvetáieva nos diz: “ser contemporâneo é criar o seu tempo, e não refleti-lo. Sim, refleti-lo: não como espelho, mas como escudo.” Marcio Seligmann-Silva nota que, nos gestos testemunhais, “a imaginação é chamada como *arma* que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço.” (2008, p. 70) A imaginação, a escrita e a literatura como *escudos*, *armas*, *máquinas*. Seligmann-Silva comenta a resistência que a História tem para assumir o testemunho, as imagens e a imaginação como documentos para a escrita do real: “a historiografia positivista tradicional é avessa às imagens, desconfia delas assim como despreza a imaginação” (p. 74). Por outro lado, haveria também “uma *virada culturalista* dentro das ditas ciências humanas”, em que, “nesta virada, a memória passou a ocupar um lugar de destaque” (p. 73). Ele explica que “não se trata da velha concepção realista e naturalista que via na cultura um reflexo da realidade, mas antes de um aprendizado — psicanalítico — da leitura de traços do real no universo cultural” (p. 71).

Do testemunho de Cristiano — sobre suas experiências mais singulares (um amor, trabalhos específicos, amizades) —, poderíamos extrair, então, uma reflexão sobre os trabalhadores em geral. Sua confissão parte de uma vida particular para atingir uma cultura regional (a vida no interior de Minas) e também nacional (a condição dos operários no Brasil). Uma cena do começo do filme nos faz pensar sobre a relação entre o individual e o coletivo da narrativa. No primeiro momento, Cristiano nos conta que foi preso, que na cadeia conheceu “um companheiro muito importante”, o Cascão, que reflete sobre a liberdade almejada, se interroga, desamparado, sobre Deus: “será que ele ainda lembra de mim?”



Figuras 09 e 10:
Frames de *Arábia*.



A bela música *Três apitos* (de Noel Rosa, interpretada por Maria Bethânia) começa a tocar: “quando o apito, da fábrica de tecidos, vem ferir os meus ouvidos, eu me lembro de você” (o apito da fábrica de tecidos — lugar onde Cristiano conhece Ana —, som que dispara a memória afetiva de sua paixão). Em seguida vemos uma paisagem com um vasto horizonte, algumas montanhas ao longe, em que Cristiano está em primeiro plano, compartilhando o quadro com seus companheiros, que jogam futebol ao fundo. Ele caminha em direção a eles, sua voz nos diz: “quando vocês pediram pra gente escrever alguma coisa sobre *a nossa vida*, achei que não tinha nada pra contar, e até agora eu não sei se eu tenho.” A imagem e o texto nos apresentam a relação singular-plural de Cristiano, que está, ao mesmo tempo, sozinho, um pouco distanciando dos outros personagens, mas também junto, convivendo com eles no mesmo tempo-espço, no mesmo quadro. Como Cristiano afirma, ele vai escrever sobre “a nossa vida”: sobre a sua, mas também sobre a de seus companheiros. Nos perguntamos se essa cena, em relação à anterior na prisão, não sublinharia um certo *amparo* proporcionado pela escrita e pela vida compartilhada (fisicamente, e também na memória). A imagem — amparada pelas vozes líricas de Bethânia e Cristiano — nos apresenta um horizonte de liberdade, de uma vida que encontra seu sentido. O personagem caminha diante de um vasto céu, como diria Drummond: “Esse é um homem comum, apenas mais escuro que os outros, e com uma significação estranha no corpo, que carrega desígnios e segredos. Para onde vai ele, pisando assim tão firme? Não sei. A fábrica ficou lá atrás.”[14]

Notas

1. Gilles Deleuze e Felix Guattari (2002) sustentam que “uma máquina não é simplesmente técnica. Pelo contrário, ela só é técnica enquanto máquina social, apanhando homens e mulheres nas suas engrenagens, ou melhor, tendo homens e mulheres nas suas engrenagens, mas tendo também coisas, estruturas, metais, materiais. Mais ainda, Kafka não pensa só nas condições do trabalho alienado, mecanizado, etc.; ele conhece isso tudo de perto mas o seu gênio está em considerar que homens e mulheres fazem parte da máquina, não só do trabalho, mas mais ainda nas suas atividades adjacentes, no repouso, nos amores, nos protestos, nas indignações, etc.”
2. “Eterno”, *Fazendeiro do ar*, Carlos Drummond de Andrade.
3. Segundo Walter Benjamin (1989, p. 126), “O operário não especializado é o mais profundamente degradado pelo condicionamento imposto pela máquina. Seu trabalho se torna alheio a qualquer experiência”.
4. “Confidência do Itabirano”, *Sentimento do mundo*, Carlos Drummond de Andrade.
5. “A máquina do mundo”, *Claro enigma*, Carlos Drummond de Andrade.
6. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/marcelmatias/Disciplinas/semiotica/semiotica-da-cultura-2013.2/o-raio-conto-de-italo-calvino/view>. Acesso em 10/10/2019.
7. “A máquina do mundo”, *Claro enigma*, Carlos Drummond de Andrade.
8. “O sentido em Drummond – sentido da vida, do mundo, das palavras ou da poesia – (...) deve ser produzido, retomado, maquinado pelo próprio sujeito-da-procura”. (SAID, p. 193)
9. Wisnik descreve a experiência da epifania no conto *Amor* de Clarice Lispector da seguinte maneira: “a infinita interconexão de todas as coisas, que pode ser visto como nauseante, é aproximação do ser lançado no real, em que tudo é excesso, porque não há nada que não seja inteiramente entranhado de tudo, onde as coisas não estão separadas hierarquicamente, portanto algo atravessa tudo que é, desmanchando todas as separações com as quais nós podemos dominar o espaço, manipular o tempo, por via de classificações.” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PmAkOgaej04>. Acesso em: 10/10/2019.

10. Disponível em <<https://developer.uber.com/>>. Acesso em 17 de jun. de 2019.

11. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/redacao-para-o-enem-e-vestibular/nova-proposta-de-redacao-8211-o-ato-de-escrever/>. Acesso em 10/10/2019.

12. Como Luiz Dulci discute a questão da alienação e do sentido do trabalho: “[*Arábia*] renovou [...] a força da arte como inteligência do país. [...] Tem uma questão clássica que pra mim sempre foi muito importante — a contracultura dava muita importância à essa questão, com outro vocabulário mas dava — que é a questão do sentido do trabalho pra pessoa, que é um conceito que se usava de alienação do trabalho — a perda do sentido do trabalho pra quem o realiza — ou, a possibilidade de que o trabalho seja também um espaço de expressão, e não só de execução de tarefas. [...] Pro movimento sindical da nossa época [em 1979], porque eu fui sindicalista nessa época, [a questão] não estava pautada dessa maneira. As questões das condições do trabalho não era o principal, era estabilidade no emprego, salário, direito de organização por local de trabalho, não era tanto o sentido do trabalho em si mesmo. [...] [nas greves do ABC havia] uma relação com a máquina que não [era] uma relação de expressão.” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SRkcuKv83gA&t=1s>. Acesso em 10/10/2019.

13. Disponível em: <http://tiny.cc/5yfh9y>. Acesso em: 09/07/2019.

14. “Operário no mar”, *Sentimento do mundo*, Carlos Drummond de Andrade.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova reunião**: 23 livros de poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Passeios na ilha**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo**. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: Destrução da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo, Duas Cidades, 1995.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Kafka**: Para uma literatura menor. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **A sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LABANCA, Maraíza. “Epifania da escrita de James Joyce a Nuno Ramos.” In.: Maxwell Vrac Puc Rio, 2018.
- GAGNEBEIN, Jeanne-Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GUIMARÃES, César. “Desolação capitalista e resistência subjetiva em Arábia”. In.: **Catálogo do Forumdoc.bh.2017**. 2017.
- OLIVEIRA, Eduardo Jorge de. “Da Máquina do Mundo à Máquina Zero”. In.: **Poesia contemporânea**: reconfigurações do sensível. Belo Horizonte: Quixote + Do, 2018.
- OLIVEIRA, Eduardo Jorge de; JABRES, Elia. “Máquinas celibatárias e máquinas desejanter.” In.: **As máquinas celibatárias**. CARROQUES, Michel. São Paulo: n-1; Belo Horizonte: Relicário, 2019.

PAZ, Octavio. **Os filhos do barro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

PENNA, João Camilo. **O nu de Clarice**. In: Revista Alea, volume 12, número 1, janeiro-junho, p. 68-96, 2010.

SELIGMAN-SILVA, Marcio. “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas.” In.: Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 20, N. 1, p. 65-82, 2008.

TSETÁIEVA, Marina. **O poeta e o tempo**. Belo Horizonte: Edições Quem Mandou?, 2018.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do mundo**: Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

*Pedro Rena Todeschi Fale/UFMG. E-mail: pedrorena@gmail.com



SUMAK KAWSAY
 SUMAK KAWSAY
 SUMAK KAWSAY
 SUMAK KAWSAY
 SUMAK KAWSAY
 SUMAK KAWSAY
 SUMAK KAWSAY
 SUMAK KAWSAY
 SUMAK KAWSAY
 SUMAK KAWSAY
 BUEN VIVIR
 BUEN VIVIR
 BUEN VIVIR
 BUEN VIVIR
 BUEN VIVIR
 BUEN VIVIR
 BUEN VIVIR
 BUEN VIVIR
 BUEN VIVIR

Sumak kawsay, más allá del buen vivir[1]

Sumak kawsay, beyond “buen vivir”

Lisette Eliana Torres Arévalo, Naraja Mendes Garcia*

Resumo

Pese a que su origen ha sido debatido inmensamente por diversos autores latinoamericanos y europeos, cuando en este artículo hablo del *sumak kawsay*, lo haré refiriéndome al principio perteneciente a la cosmovisión ancestral *kichwa* del Ecuador, sin hacer referencia a la ubicación geográfica de dicha nacionalidad indígena ecuatoriana. Haré un recuento de su traducción, mundialmente aceptada, “buen vivir” (en diversas corrientes) para llegar finalmente a la concepción indigenista/pachamamista que es en la que me posiciono, poniendo como énfasis, la información generada y/o debatida en Ecuador. Lo expuesto anteriormente tiene el fin de darlo a conocer no sólo como una “alternativa ideal al desarrollo”, como ha sido innumerablemente planteado, sino como una posibilidad de que, transcurrida más de una década desde que fue presentado en la Carta Magna ecuatoriana, se revea la importancia de respetarlo desde su dimensión espiritual. Trato de presentarlo desde la cosmovisión de los pueblos que milenariamente lo han practicado, para comprenderlo desde las cualidades, valores y nociones que permiten una vida en armonía y plenitud entre todas “las entidades de esfera trascendente de la selva” (MORALES TORRES, 2009). Intento abrir un debate desde una mirada mestiza y con tintes de una Educación Ambiental, pues considero que son temas ligados que podrían potenciarse.

Palabras clave: Sumak kawsay, buen vivir, *kichwa* Ecuador.

Abstract

Despite the fact that its origin has been debated immensely by various Latin American and European authors, when in this article I speak of *sumak kawsay*, I will refer to the principle pertaining to the ancestral *Kichwa* worldview of Ecuador, without referring to the geographical location of this Ecuadorian indigenous nationality. I will make a history of its translation, globally accepted, “buen vivir” (in different currents) to finally arrive at the indigenous / pachamamista conception that’s the one in which I position myself, putting as emphasis, the information generated and / or debated in Ecuador. The foregoing is intended to make it known not only as an “ideal alternative to development,” as has been innumerable raised, but as a possibility that, more than a decade after it was presented in the Ecuadorian Constitution, reveal the importance of respecting it from its spiritual dimension. I try to present it from the peoples worldview who have practiced it for millennia, to understand it from the qualities, values and notions that allow a life in harmony and fullness among all “the entities of the transcendent sphere of the jungle” (MORALES TORRES, 2009). I try to open a debate from my mestizo perspective and with the tints of an Environmental Education, since I consider that they are linked subjects that could be promoted.

Keywords: Sumak kawsay, buen vivir, *kichwa* Ecuador.

Introducción

Para fines del presente artículo, he decidido dar prioridad a la información generada en Ecuador o que haga referencia como punto central al país, pues debatiré a manera de reflexión y en el desarrollo del mismo, el hecho de que el Buen Vivir se encuentre en cada discurso y política gubernamental ecuatoriana, más de diez años después de que fue presentado y cómo y cuánto se encuentra alejado del principio ancestral (de ser el caso), desde que fue traducido. Sin embargo y aunque no profundizaré sobre, traeré también algunas ideas relacionadas a este principio a nivel de América Latina.

En cuanto a su origen, me referiré al *sumak kawsay* como principio perteneciente a la cosmovisión de la Nacionalidad *kichwa* de Ecuador, sin hacer una diferenciación respecto a su ubicación geográfica (amazónica o andina) y consideraré que, pese a que ha estado presente en dicha nacionalidad de forma milenaria, emergió, se popularizó y fue sistematizado como “fenómeno social” a partir de la década de los 90 (HIDALGO et. al, 2014; MORALES, TORRES, 2009).

Partiré de la base de que en Ecuador existen por lo menos tres corrientes de pensamiento bien diferenciadas en torno al *sumak kawsay*. Para esto, utilizaré como referencial teórico al trabajo realizado por Hidalgo y Cubillo (2013), pues en éste se realizó una revisión intensiva de las principales contribuciones que existían en torno al tema, principalmente de intelectuales ecuatorianos, tomando en cuenta los debates pero también las polémicas en las que se encontraban envueltos cada uno de los referentes, ampliando así la perspectiva de discusión. Complementaré esta información con la tesis doctoral de Cubillo (2017), en la que se analizan cronológicamente a modo de compendio, enfocándose en la denominada Economía Política del Buen Vivir, los discursos ecuatorianos y la genealogía en torno al *sumak kawsay*, desde 1992 al 2016.

Considero pertinente mencionar finalmente, que este trabajo parte de mi subjetividad de mujer ecuatoriana, mestiza, interesada en la temática indígena y la defensa de esa *plurinacionalidad, pluriculturalidad y multiétnicidad* tan mencionada constitucionalmente. Tengo la esperanza de que al discutir temáticas de ese tipo, puedan incluirse cambios a nivel de vertientes como la Educación Ambiental, que como explicaré más adelante, considero presenta ideales similares a los de este principio.

Una aproximación al *sumak kawsay*

El *sumak kawsay* en su traducción, “buen vivir”, se ha constituido a lo largo de esta última década, en un ideal para muchos países latinoamericanos, despertando también el interés en el continente europeo. Ha sido mencionado en las Constituciones de Ecuador y Bolivia[2], es la base de los discursos, propuestas y políticas gubernamentales ecuatorianas, pero ¿a qué se hace referencia cuando se lo menciona?

A manera de un breve preámbulo y sin profundizar en el tema, me ha parecido relevante mencionar el contexto latinoamericano y principalmente ecuatoriano, en el que surgiría el *sumak kawsay* como “fenómeno social”. En 1989, en varios países latinoamericanos y del Caribe, producto de la crisis experimentada por la deuda externa, se tomó como alternativa, referente económico y por ende, como gestor de políticas públicas y reestructurador entre mercado y Estado, al Consenso de Washington[3]. Esto empeoró la situación de desigualdad, inequidad, desempleo y pobreza que la región atravesaba, debido a que provocó el desmantelamiento y privatización de los servicios públicos estratégicos y disminuyó la capacidad de respuesta del Estado, al presentarse como un modelo común y homogeneizador, que no consideró los contextos ni realidades diferentes que tenían el norte y el sur (BARONA; RHON, 2016).

En Ecuador el Consenso de Washington “fue entendido como la cristalización de la teoría neoliberal” del libre mercado, basada en los supuestos de la economía neoclásica que ocasionó fuertes daños a nivel ambiental, económico y social, desencadenando incluso, en la depreciación y posterior pérdida de su moneda nacional, el “Sucre”, en nombre de una “modernización del estado” que produjo un “feriado bancario” que sumió al país en un estado de pobreza y desigualdad muy crítico, traducido en una migración al exterior masiva y nunca antes vista en el país (BARONA; RHON, 2016, p.168).

Este proceso que vivía una América Latina empobrecida y más desigual que nunca, conocido como “década perdida”, se acompañaba de la reivindicación por parte de varios sectores sociales y populares, que se oponían a estas formas hegemónicas y globalizantes de poder (BARONA; RHON, 2016). Dentro de este contexto, para varios autores fue el movimiento indígena ecuatoriano el que propuso llevar al *sumak kawsay* a la esfera política con el fin de plantearlo como una alternativa a esas

prácticas neoliberales y así, poder enfrentar la crisis producida por el modelo de desarrollo dominante. Sin embargo, otros manifiestan que más bien, esto fue posible como el resultado de varios procesos de discusión y debate entre intelectuales mestizos y que las exigencias de dicho movimiento fueron sumándose (ARTEAGA-CRUZ, 2017).

Para ir entonces entendiendo a qué se hace referencia cuando se menciona al buen vivir y qué vínculo tiene con lo señalado anteriormente, me ha parecido pertinente traer los aportes de Hidalgo y Cubillo (2013) y Cubillo (2017), en los que manifiestan que existen por lo menos tres corrientes desde las que se define y plantea al *sumak kawsay* y que éste adquiere un significado de acuerdo a la profundidad que cada autor le ha otorgado, además del marco cultural desde el que se presente. Los autores a su vez, sostienen que se diferencian también tres marcos epistemológicos y que pese a que fue difundido a nivel latinoamericano en las constituciones de Ecuador y Bolivia, ya existía en las comunidades indígenas ecuatorianas.

La primera corriente, socialista y estatista, conocida también como “eco-marxista”, plantea al principio indígena como “socialismo del *sumak kawsay*”, utiliza y populariza su traducción “buen vivir” y se encuentra representada en las Constituciones y gestión pública de Ecuador y Bolivia. Deja rezagadas las problemáticas ambientales y culturales pues su enfoque es la equidad, sostenibilidad, justicia y transformación social. Propone la complementación del principio indígena con ideas neomarxistas[4], socialismo comunitario, economía social y solidaria. Defiende como modelo de desarrollo al extractivismo pese a que propone la manutención de la armonía con la naturaleza a nivel de discurso (HIDALGO, CUBILLO, 2013; CUBILLO, 2017).

En el 2007, cuando Rafael Correa asume la Presidencia de la República, propone vencer la “larga noche liberal” en la que está sumido Ecuador, a través de una reformulación y cambios estructurales en el Estado, proponiendo al Buen Vivir constitucional como la principal estrategia para lograrlo. Aparece así, por primera vez como noción “oficial” y se populariza a nivel latinoamericano, pero además, es mencionada en distintas esferas públicas ecuatorianas (BARONA; RHON, 2016). Por ejemplo, en Ecuador, las propuestas gubernamentales se agrupan y organizan en un plan nacional[5] correspondiente a cada periodo de gobierno. En el período comprendido entre el

2009 y 2013 se lanzó el primer “Plan Nacional del Buen Vivir”, en el cual el *sumak kawsay* en su traducción fue definido como:

La satisfacción de las necesidades, la consecución de una calidad de vida y muerte digna, el amar y ser amado, el florecimiento saludable de todos y todas, en paz y armonía con la naturaleza y la prolongación indefinida de las culturas humanas. El Buen Vivir supone tener tiempo libre para la contemplación y la emancipación, y que las libertades, oportunidades, capacidades y potencialidades reales de los individuos se amplíen y florezcan de modo que permitan lograr simultáneamente aquello que la sociedad, los territorios, las diversas identidades colectivas y cada uno – visto como un ser humano universal y particular a la vez – valora como objetivo de vida deseable (tanto material como subjetivamente y sin producir ningún tipo de dominación a un otro) (ARTEAGA-CRUZ, 2017, p. 914 *apud* RAMÍREZ, 2009, p. 6).

Pese a esta definición en la que se menciona que no existirá una dominación sobre un “otro”, el Plan Nacional del Buen Vivir correspondiente al periodo 2013-2017, incluye un cambio de matriz productiva y energética que da prioridad a megainversiones y megaproyectos frente al factor de inclusión social, introduciendo como fundamental para el desarrollo, a la minería y sus productos. Se adopta así el modelo extractivista, que se aleja bastante de la concepción del *sumak kawsay* como se irá exponiendo a lo largo del documento y que defiende a ese capitalismo neoliberal del que proponía salir como estrategia constitucional (ARTEAGA-CRUZ, 2017).

Por último, el Plan Nacional denominado “Toda una Vida”, correspondiente al periodo 2017-2023, bajo la Presidencia de Lenin Moreno Garcés, retoma abiertamente una postura neoliberal pese a la insistencia de ostentar a este principio como fundamental. Se presenta al buen vivir como “todo y nada a la vez”, lo plantea como teórico, burocrático y se aleja de una visión transformadora como había sido propuesto inicialmente en el gobierno de Rafael Correa en el que Moreno actuó por dos períodos como Vicepresidente[6] (ARTEAGA-CRUZ, 2017).

La segunda corriente, ecologista y post-desarrollista, basa su enfoque en la preservación de la naturaleza, en la sostenibilidad[7] y en el carácter participativo que busca darle al principio indígena, no sólo en su implementación sino en

la construcción de un concepto “propio” (de acuerdo a cada sociedad), a través de la incorporación a los aportes ecologistas, de ideas socialistas, campesinas, sindicalistas, teólogo-liberacionistas, decoloniales, feministas e indigenistas. Se la vincula al pensamiento constructivista post-moderno (CUBILLO, 2017; HIDALGO, CUBILLO, 2013). Esta corriente nace de los conflictos y posterior ruptura entre el Movimiento Alianza País, liderado por Rafael Correa y los actores sociales e intelectuales, entre los cuales se destaca Alberto Acosta, que gestaron al buen vivir a nivel constitucional, pues critica que este principio sea utilizado para modernizar el capitalismo a través de fines extractivistas. Confronta a la corriente anterior exponiendo sus contradicciones, pasa un proceso de transición y se transforma en bandera de varios movimientos sociales a nivel latinoamericano (BARONA; RHON, 2016).

Desde mi experiencia en esta década transcurrida y habiendo tenido la posibilidad de estudiar en varios países, de asistir a numerosos congresos y charlas, de escuchar a diario que se mencione al principio como ideal; cuando se habla de buen vivir a nivel latinoamericano, es a ésta noción a la que se hace referencia, pese a que mayoritariamente se desconoce su origen y las implicaciones que tuvo la ruptura con la corriente socialista, además de la crítica que ha recibido como corriente por casi ignorar la ancestralidad del principio como tal (CUBILLO, 2017; HIDALGO, CUBILLO, 2013).

La tercera corriente, indigenista[8] y pachamamista[9], conocida también como “culturista”, mantiene al principio bajo el nombre de *sumak kawsay*, así como a los elementos espirituales que lo conforman, considerando relevante la autodeterminación y la conservación de la identidad indígena. Se la vincula al pensamiento indígena ancestral, “pre-moderno”. Se critica desde esta postura a las dos anteriores pues se considera que se han ignorado la dimensión ancestral y espiritual, dando prioridad a ideas occidentales ajenas que se resumen en un bienestar del tipo material. Es criticada por la resistencia que presentan los intelectuales indígenas a incorporar elementos ajenos a su cosmovisión (CUBILLO, 2017; HIDALGO, CUBILLO, 2013; HIDALGO *et al.*, 2014).

Desde esta corriente se presenta al *sumak kawsay* como la forma que tienen los pueblos ancestrales de vivir en armonía, en plenitud, de forma íntegra, hermosa, con libertad, dignidad, democracia; y lleva consigo algunas implicaciones, como la defensa de la

vida en todas sus formas de expresión, la complementariedad del ser humano con la naturaleza (CALAPUCHA, 2012; HIDALGO, CUBILLO, 2013). Y además la defensa de la soberanía alimentaria a través de:

La territorialidad, conocimiento, abundancia de especies del mundo animal, suelos fértiles, aguas saludables y generosas, producción de la diversidad agrícola, relaciones de solidaridad y reciprocidad, compartición e intercambio de bienes y consumo, y relación de respeto con lugares y entidades de esfera trascendente de la selva (MORALES; TORRES, 2009, p.178).

El *sumak kawsay* considera también que la tierra tiene y es vida, “por eso la naturaleza es el espacio vital en el que una comunidad puede vivir con libertad”, en comunión entre todos los seres que la habitan (CUBILLO, 2017, p. 313 *apud* SILVA, 2003, p. 85). La comunidad *kichwa* amazónica *Sarayaku* mantiene un cierto grado de aislamiento que favorece el modo de vida familiar y comunitario de la población, con el fin de que se pueda conseguir un desarrollo, intelectual, físico y espiritual. De esta comunidad han salido varios intelectuales que dieron a conocer este principio en la década de los 90 para describir su forma de vida, mucho antes de que sea “nutrido” por otros autores (ARTEAGA-CRUZ, 2017).

En el *sumak kawsay* es muy importante considerar la complementariedad[10], la división de roles sociales para el manejo adecuado de sistemas, la división de actividades entre las destinadas a las mujeres, hombres, niños y ancianos, pues el trabajo y recreación es compartido y la vida en comunidad es uno de los pilares de una vida plena. “El *sumak kawsay* ha de darse en un territorio en concreto que constituye un cosmos vital en el que interactúan elementos materiales y espirituales”. El espacio comunitario es el asunto central de este principio (CUBILLO, 2017, p.318).

Este principio es un eje central en la filosofía de vida indígena, se encuentra en una constante reconstrucción, priorizando la búsqueda y armonía comunitaria, Calapucha (2012) Al respecto de eso, Cohn (2001) y Adomilli *et al.* (2017), mencionan que al hablar de cultura e identidad indígena, se debe pensarlas como un proceso de “formación y cambio”, al contrario del estereotipo de que estas sociedades son estáticas, homogéneas y primitivas. Pese a que se conserve un modo de vida a través de los años,

los pueblos indígenas también van pasando por adaptaciones que los “actualizan” culturalmente, por lo que estos principios también las atraviesan y se van construyendo permanentemente.

Entre las cualidades pilares de este principio se destacan la fortaleza interior, sabiduría, comprensión, conducta equilibrada, la perseverancia y la compasión. Mientras que los valores necesarios son la generosidad, la compasión, la reciprocidad y la escucha de consejos de los mayores. Todo esto se aprende a lo largo de la vida, a través de los procesos educativos y la experiencia. Este principio puede encontrarse en varias etnias y nacionalidades indígenas del Abya Yala (América Latina), aunque no en la traducción exacta de “buen vivir”, se encuentran asociadas al bienestar (CUBILLO, 2017).

Sin embargo, intelectuales indígenas discuten también la realidad de los pueblos en torno al *sumak kawsay*. Se deben considerar dos escenarios en los que se “configura” este principio: el de las comunidades que tienen acceso a carreteras (y por ende a una mayor predisposición a su colonización y explotación) y aquel en el que aún no hay acceso. Por ejemplo en las comunidades sin acceso, la forma de alimentación, los sistemas de salud, el manejo de sus tierras, la vida en general, se encuentra regida por un *sumak kawsay* de tipo “íntegro”, traducido en abundancia, armonía; en dónde la vida no es sólo buena (como podría ser en los lugares más colonizados) sino “plena”, esto especialmente si se considera que al contrario de las comunidades con acceso, las familias no están ni fragmentadas ni hay abandono de la comunidad y este es uno de los “indicadores” que se consideran al hablar de plenitud (CALAPUCHA, 2012).

Se pueden resumir a las tres corrientes en torno al *sumak kawsay* a través de un análisis de sus ejes centrales usando dos palabras para cada una, de la siguiente manera:

Para la indigenista, identidad y espiritualidad; para la socialista, estatismo y equidad; mientras que para la ecologista, sostenibilidad y localismo. Debido a lo polémico y a los debates que han desatado tanto la temática de la espiritualidad como el rol del estado, la autora mencionada anteriormente, invita a prescindir de estos dos términos controversiales para sugerir que se podría llegar a un acuerdo, definiendo así al buen vivir como “aquella forma de vida en armonía con uno mismo, con la sociedad y con la naturaleza” (CUBILLO, 2017, p. 56). Pero, ¿es tan simple como esto?

Siguiendo el análisis anterior, Cubillo (2017), como diagnóstico de la situación latinoamericana, resume que la inequidad, la insostenibilidad, la alienación podrían considerarse como “un mal vivir” y la propuesta de transformación vendría desde un buen vivir que considere el consenso expuesto en el párrafo anterior: una armonía tanto personal, social como integral. Pero si bien estas corrientes nacen como esperanzadoras a nivel de América Latina, si bien se pintan como una solución, como fuerzas de cambio, cada uno de los intelectuales ha sabido orientarse de acuerdo a sus propias preferencias políticas, lo que ha ido debilitando la idea de alcanzar un verdadero cambio, una unidad, una lucha hacia conseguir un objetivo común.

Aproximación entre *sumak kawsay* y Educación Ambiental

Muchas son las opciones que se tienen para hablar de Educación Ambiental (de aquí hacia adelante, EA), e intentar definirla. Se puede hacerlo por ejemplo desde cada una de las conferencias y eventos que se han organizado en torno a ella, con las respectivas modificaciones y trayectorias que han sido determinadas por el pensamiento y movimientos sociales (DOLCI, 2014).

A manera de una breve clasificación se podría pensar a la EA y su evolución en tres grupos: un primero, con carácter disciplinario y moral, un segundo, enfocado en la transmisión de conocimientos en temática ambiental y un tercero, que encuentra en esta ciencia una posibilidad de reflexión crítica, transformadora y política (BEMFICA, 2011). La EA que yo defiendo y pienso como dueña de una capacidad de potenciarse cuando principios como el *sumak kawsay* son escuchados y respetados desde sus concepciones ancestrales, se encuentran en ese gran tercer grupo, y se basa en el siguiente pensamiento:

No sería ingenuidad alguna decir que todo proyecto de Educación Ambiental es un camino de sensibilidad y reflexión en busca del amor. En busca de descubrir y proponer ideas y valores, sentimientos y disposiciones de relaciones entre nosotros, humanos, y entre nosotros y toda la vida, fundados en la responsabilidad del amor. La educación ambiental es la apuesta en una ética profundamente afectiva, cargada de ternura y deseo de armonía para con todos y con todo. Y ella sólo enseña a limpiar la basura del río cuando enseña antes, o al mismo tiempo,

a limpiar el alma del desamor (BRANDÃO, 2005, p.48, traducción propia).

Me gusta entender, pensar y sentir a la EA como parte de la vida, como algo indispensable que nos permite relacionarnos con nosotros mismos, con los otros, con la naturaleza, constituyéndose así en un proceso educativo de carácter integral, a través del cual es posible llegar a la armonía (BEMFICA, 2011). Y dentro de ese proceso de establecer vínculos, pienso al amor y cuidado como procesos fundamentales en ese entendimiento a la diversidad y diferencia que forman parte de esa naturaleza de la que somos indiscutiblemente parte.

Incluso, si tengo que dar una definición propia, siento que la EA para mí es compartir con mucho cariño y respeto hacia la diferencia, de manera consciente y amorosa, cada experiencia individual que consideramos relevante, pensándola con un poder de transformación que alcance la esfera de lo colectivo y que nos permita reconocernos como parte de un TODO que necesita ser cuidado y respetado

Siento a la EA promulgando a esa “cultura de vida” entendida desde el pueblo *kichwa* como:

Aquella que nos permita vivir en armonía entre los seres humanos y con la naturaleza. Será una cultura que no abuse de los recursos naturales, de modo tal que los recursos naturales sean utilizados sustentablemente y que la humanidad no sobrepase de los límites de soporte de la madre tierra, además, que estos recursos se utilicen exclusivamente para mantener el equilibrio y la salud (CALAPUCHA, 2012, p.90).

Pero también encuentro a la EA entrelazada al *sumak kawsay* cuando este es pensado en su aplicación a nivel estatal, pero desde su ancestralidad, como un “eslabón armonizador de la política, economía, cultura, ambiente y aspectos jurídicos” (CALAPUCHA, 2012). En la cosmovisión amazónica *kichwa* de Ecuador, a la que muchos autores le atribuyen como uno de los tres pilares angulares al principio discutido en este artículo; las deidades transmiten al pueblo reglas que podrían ser traducidas como “paradigmas ecológicos”: sólo se toma de la Naturaleza lo que se necesita y esto permiten el mantenimiento de los sistemas ecológicos, su renovación y posterior reutilización y a través de cada uno de esos procesos, permitirían que los

conflictos socioambientales referentes a la explotación de los recursos, puedan ser discutidos desde otras perspectivas y desde concepciones que han resultado efectivas a través del paso de los años (TORRES-ARÉVALO, 2016).

Cuán importante es entonces por ejemplo, conocer las cosmovisiones y características territoriales de los pueblos indígenas cuando desde la EA nos acercamos a conocerlos. Cómo no pensar en que esos paradigmas ecológicos propios podrían cambiar a través del amor y respeto por cada noción, al combate de una crisis ambiental que hemos provocado en sus territorios.

Reflexiones finales

No es nada inusual escuchar en muchas de las charlas, conferencias y discursos en Latinoamérica, hablar del apoyo que se tiene al buen vivir, plantearlo como un ideal. Pero, como he venido exponiendo a lo largo de este texto, ¿a qué me estoy refiriendo con esa expresión si esta propuesta es muy compleja para ser resumida en un par de palabras?

En mi opinión y con todo el bagaje de sentimientos que me produce pensar en las alternativas a las formas hegemónicas de poder que sólo han ido empeorando la situación de inequidad y pobreza de América Latina, hablar sólo de buen vivir es una manera incompleta para referirse a ese concepto. Al final de cuentas, no se estaría hablando desde una postura, ni de apoyo a una corriente. Se lo resumiría simplemente y modo de uno de los tantos clichés, en un embellecedor de propuestas que se pone de moda, como es el caso de la sustentabilidad y desarrollo sustentable, a manera de ejemplos. Esto si se considera la infinidad de conceptos que dicen nada y todo; que se utilizan como fin ideal y que en la mayoría de las veces esconden propuestas totalmente opuestas a las que promueven.

Poniendo como ejemplo a la corriente ecologista y post-desarrollista que en una primera instancia utilizó este principio para llevarlo a otra esfera de discusión, para aunar fuerzas, para ir construyendo nuevas alternativas a través de la exposición de diversas ideas y acuerdos; en un país como Ecuador, que se declaró constitucionalmente como *pluricultural, plurinacional y multiétnico*, se necesita reconocer que este principio no está carente de un sentido espiritual y que el hecho de haber sido

despojado del mismo, puede producir cambios fuertes en los territorios ancestrales. Podríamos encontrarnos al borde de atravesar una delgada línea entre enriquecer conceptualmente la propuesta indígena e intentar validar su sabiduría ancestral para imponer ideas ajenas a su cosmovisión, nuevas ideologías dominantes en nombre de encontrar alternativas al desarrollo y que esto sea una vez más, guiado por intereses políticos propios y no por el bien común y social.

De la misma manera, la corriente socialista y estatista necesita respetar la diferenciación que los pueblos indígenas realizan entre el *sumak kawsay* y el buen vivir (entendido desde el Estado como “vivir mejor”). Se debe reconocer que no es un equivalente de “estado de bienestar” pensado desde el capitalismo, que lo traduce como una mayor capacidad de consumo. El Gobierno de Ecuador necesita garantizar la construcción y apoyo a las autonomías indígenas, haciendo válida su propuesta constitucional de descentralización por ejemplo, para permitir el manejo autónomo de territorio y de sus recursos naturales de acuerdo a cada cosmovisión, con el fin de que las políticas públicas puedan adaptarse a cada particularidad territorial y den cuenta de las exigencias y oportunidades que se presentan.

¿De qué sirve que se reconozca como estado *plurinacional, pluricultural y multiétnico* a nivel mundial un país que administra sus recursos naturales ignorando la diversidad de apreciaciones que conviven en territorio en torno a ellos? No se puede hablar de una relación armónica con la naturaleza cuando se prioriza la explotación de los recursos naturales frente a las etnias indígenas que habitan ese territorio, cuando a pasos agigantados el Ecuador se acerca a abrirle sus puertas a la minería ha causado estragos comprobados hasta el cansancio a nivel Latinoamericano. No se puede hablar de *sumak kawsay* cuando los pueblos amazónicos están en una constante lucha porque sus derechos dejen de ser debatidos y sean cumplidos, frente a un patrón capitalista del estado que sólo intenta desalojarlos de los espacios que habitan.

La amenaza no se limita actualmente a la destrucción de la Naturaleza, a que existan desequilibrios en aspectos ambientales y sociales, peligran también las tribus que se aislaron voluntariamente, un patrimonio intangible que el gobierno decide ignorar. Es así, que la propuesta estatal, aparte de mal traducir el principio, basa sus políticas gubernamentales en estrategias y planes que se alejan de esa “armonía” que

promueve con palabras en su constitución, enmascarando la realidad, especialmente en el gobierno actual.

Lo innegable es que la relevancia, poder y fuerza con la que ha surgido a nivel internacional el buen vivir en esta década desde que fue anunciado en Ecuador y Bolivia, en el contexto latinoamericano; lo ha llevado a ser considerado incluso como una “propuesta de transformación de los sistemas socioeconómicos latinoamericanos para construir una sociedad pluri-nacional, post-capitalista y sociedad bio-céntrica” (CUBILLO, 2017, p. 20).

Y pensando en los modelos internacionales como el Consenso de Washington que sumió en una mayor miseria a América Latina, pensar en alternativas locales que respeten la gran diversidad que representa ser latinoamericanos sin duda alguna es una buena oportunidad de transformación. Sin embargo, se tiene que hacerlo desde un mayor nivel de consciencia: asumiendo el lugar de habla, pero también sabiendo qué es lo que se defiende cuando se plantean los discursos.

Ecuador tiene innovaciones constitucionales, aplicadas tras años de lucha por parte de las comunidades indígenas, que van desde que la Naturaleza sea sujeto de derechos, hasta la descentralización de las competencias del gobierno central. Aterrizar las cualidades de *plurinacionalidad, pluriculturalidad y multiétnicidad* es un deber que como ecuatorianos y latinoamericanos debemos exigir que sea cumplido.

Lo anterior debería ser aprovechado a nivel de debate en las cuestiones no sólo referentes a políticas públicas o alternativas al desarrollo, sino en la emergencia de necesidades urgentes como la implementación y difusión de la Educación Ambiental como camino al entendimiento de los eventos que están sucediendo mundialmente y que podrían prevenirse a través de ella y sus características críticas, amorosas y transformadoras que fueron citadas anteriormente. Podría considerarse además, como una oportunidad de visualizar a sectores que fueron invisibilizados a través del entendimiento de su alteridad, para crear alternativas en las que en realidad se manifieste la diversidad de conocimiento con la que convivimos.

No es necesario abandonar ni rezagar la propuesta del buen vivir por el hecho de haber sido despojada de su componente espiritual y por enmascarar la realidad de explotación petrolera y minera, pero sí es preciso reencaminarla a la defensa de los movimientos sociales en los que se sustenta, a modo de

resistencia, de demostrar que los pueblos indígenas viven y que son capaces de transformar el escenario de apatía frente al abuso indiscriminado de los recursos naturales. Construir juntos, como aliados y no hablar por estos pueblos sino con ellos. Es decir, se necesita empoderar al *sumak kawsay*, hacer que este sea y vaya más allá de una simple y engañosa traducción. Dejar de enmascarar las intenciones y como se diría en Ecuador: llamar a las cosas por su nombre.

Notas

1. Este trabajo fue presentado como ponencia oral en el III Congreso Latinoamericano de Ecología Política que tuvo como sede la ciudad de Salvador de Bahía, Brasil; los días 18, 19 y 20 de marzo de 2019.
2. En la Constitución boliviana, el principio al que se hace referencia es el *Suma qamaña*, del pueblo aymara.
3. “Diez Reformas Políticas” consideradas necesarias para América Latina por el Instituto de Economía Internacional, que fueron propuestas en 1989 por su líder, John Williamson. Contiene la “síntesis de los planteamientos neoliberales, sus principios y las propuestas de política y de agenda” (BARONHA; RHON, 2016, p. 172.).
4. Con base en el “Socialismo del siglo XXI”, reflejado en la propuesta política denominada “revolución ciudadana” del Ex presidente ecuatoriano Rafael Correa Delgado (HIDALGO, CUBILLO, 2013; CUBILLO, 2017).
5. Es posible acceder a cualquiera de los planes nacionales en los diferentes periodos de gobierno, en la página oficial de la Secretaría Técnica Planifica Ecuador (antigua Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo (SENPLADES).
6. En dos periodos comprendidos entre 2007 y 2013.
7. En esta corriente y luego de haber analizado en mi tesis de maestría esta noción, me atrevo a plantear que la sustentabilidad (usada como sinónimo de sostenibilidad) de la que se habla es aquella que puede ser entendida como “el proceso que permitirá la continuación indefinida de la existencia humana en la Tierra, a través de una vida sana, segura, productiva y en armonía con la naturaleza y con los valores espirituales”; y que se aleja principalmente del tipo de sustentabilidad “débil” (TORRES-AREVALO, 2016, p. 18 *apud* LÓPEZ, 2014, p. 12).
8. El indigenismo es “la ideología política que defiende las reivindicaciones de los pueblos indígenas en el marco de los Estados-nación” (HIDALGO; CUBILLO, 2013, p. 27).
9. El pachamamismo reconoce la riqueza de los saberes ancestrales indígenas (HIDALGO y CUBILLO, 2013).
10. “Todos los elementos del cosmos somos complementarios, no podemos marginar o minusvalorar a los elementos como

el agua, el bosque, las piedras, las montañas y tampoco podemos sobreexplotarla, porque todo está interrelacionado en una especie de red, de tal forma, que si uno de ellos se desconecta sufrimos, nos desestructuramos, la naturaleza cambia de rumbo, la humanidad se convierte en una especie de solitario sin respuestas, sin relaciones, sin complementarios. Simultáneamente, la madre naturaleza se enferma, se aleja, se nos muere y nosotros nos exterminaremos junto a ella” (CALAPUCHA, 2012, p. 91).

Referências

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller; TEMPASS, Martín César; LOPES, Raizza da Costa. Notas teórico-metodológicas sobre a pesquisa etnográfica na área de educação ambiental. **Remea - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.L.], v. 34, n. 3, p. 226-244, 19 dez. 2017. Lepidus Tecnologia. <http://dx.doi.org/10.14295/remea.v34i3.7282>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7282/4902>. Acesso em: 18 set. 2018.

ARTEAGA-CRUZ, Erika Lorena. Buen Vivir (Sumak Kawsay): definiciones, crítica e implicaciones en la planificación del desarrollo en Ecuador. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 41, n. 114, p. 907-919, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201711419>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41n114/0103-1104-sdeb-41-114-0907.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

BARONA, César Carranza; RHON, Renato Rivera. El Buen Vivir. ¿Una alternativa al neoliberalismo? **Pensamiento Al Margen: Revista digital**, España, n. 4, p. 166-187, jan. 2016. Semestral. Disponível em: <https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/51208/1/El%20Buen%20Vivir.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BEMFICA, Vera Teresa Sperotto. **Asensibilidade estético-literária potencializando alternativas para a educação ambiental**. 2011. 154 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2011. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000010017.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **As flores de abril: Movimentos sociais e educação ambiental**. Campinas: Autores Associados, 2005. 205 p.

CALAPUCHA, Claudio. **Los modelos de desarrollo: su repercusión en las prácticas culturales de construcción y del manejo del espacio en la cultural kichwa amazónica: Un análisis comparativo del desarrollo lineal en relación con el sumak kawsay**. 2012. Programa Regional de Educación Intercultural Bilingüe (EIBAMAZ), UNICEF-DINEIB, Universidad de Cuenca. Disponível em: <http://dspace.ucuenca.edu.ec/handle/123456789/5286>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CUBILLO, Ana. **El buen vivir en Ecuador: dimensiones políticas de un nuevo enfoque de economía política del desarrollo**. 2017. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociología, Departamento de Sociología, Trabajo Social y Salud Pública, Universidad de Huelva, Huelva, 2017. Disponível em: http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/13271/El_buen_vivir.pdf?sequence=2. Acesso em: 11 jan. 2019.

DOLCI, Luciana Netto. **Educação estético-ambiental: Potencialidades do Teatro na Prática Docente**. 2016. 204 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Ambiental, Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000010637.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

HIDALGO, Antonio; ARIAS, Alexander; ÁVILA, Javier. Ensayo interpretativo: El pensamiento indigenista ecuatoriano, p 29-73. 2014. EN: HIDALGO, Antonio., GUILLÉN, Alejandro., DÉLEG, N. **Sumak Kawsay Yuyay**. Disponible en: <http://dspace.ucuenca.edu.ec/bitstream/123456789/21745/1/Libro%20Sumak%20Kawsay%20Yuyay.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

HIDALGO, Antonio Luis; CUBILLO, Ana Patricia. Seis debates abiertos sobre el sumak kawsay. 2014. **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n.48, p.25-40, abril 2013. Disponível em: <http://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/1204/1103>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MORALES, Diana; TORRES, Javier. **Lenguajes simbólicos y comunicativos integrados en el Sumak Kawsay**. 2009. 255 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicación Social, Universidad Politécnica Salesiana, Quito, 2009. Disponível em: <https://dspace.ups.edu.ec/bitstream/123456789/2579/6/UPS-QT00783.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

TORRES-ARÉVALO, Lissette. **Análisis de la relación entre la sustentabilidad y la cosmovisión ancestral kichwa amazónica del Ecuador**. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestión y Planificación Ambiental, Universidad de Chile, Santiago, 2016. Disponível em: <http://mgpa.forestaluchile.cl/Tesis/Torres%20Lissette.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2019.

***Lissette Eliana Torres Arévalo** es Veterinaria por la Universidad de Cuenca, Ecuador. Magíster en Gestión y Planificación Ambiental, por la Universidad de Chile, Chile (Becaria SENESCYT, Convocatoria Abierta Fase II 2013). Doctoranda en Educación Ambiental con enfoque en infancia, decolonialidad, Ecología Política y pueblos indígenas, Universidad Federal de Rio Grande, FURG, Brasil (Becaria OEA-COIMBRA, 2018). E-mail: lissettetorresarevalo@gmail.com

Narjara Mendes Garcia es Licenciada en Pedagogía-Educación Infantil. Magíster y Doctora en Educación Ambiental por el Programa de Posgraduación en Educación Ambiental de la Universidad, PPGEA-FURG. Profesora Adjunta en el Instituto de Educación y profesora del PPGEA, FURG. Coordinadora Pedagógica en la Secretaría de Educación a Distancia, SEAD-FURG. Coordina el proyecto de extensión e investigación en Educación Parental en el Centro de Referencia en Apoyo a las Familias, CRAF-FURG. Investigadora en el Núcleo de Estudio y Pesquisa en Educación de la Infancia, NEPE-FURG. Líder en el Grupo de Investigación Ecoinfancias, FURG. E-mail: narjaramg@gmail.com

Brasil 2020: como é possível pensar e agir entre o local e o global?

Brazil 2020: how is it possible to think and act between the local and the global?

Paolo Colosso*

Resumo

O artigo se soma ao esforço de formular teorias sociais críticas, capazes de pensar e agir em múltiplas escalas, compreendendo as mediações entre essas. Para tanto, o percurso aqui proposto se dá em três etapas. O primeiro analisa nosso momento histórico como um período marcado por crises globais, com um diagnóstico do presente que atenta para as reestruturações produtivas e fenômenos sociais que atravessaram a experiência e imaginário coletivo. No segundo momento, argumentamos pela necessidade de um pensamento-ação em duplo foco, isso é, construir desde já espaços que antecipem uma outra sociedade, mas também acumular forças nos centros de decisão da política institucional, convergindo na ideia de um novo projeto de sociedade. O terceiro momento, reflete sobre o lugar de arquitetas(os) e urbanistas nesses processos. Defendemos redefinições disciplinares nos estudos urbanos que permitam à urbanistas e arquitetas(os) incidirem mais diretamente numa cultura urbana transformadora, ou seja, participarem ativamente de projetos coletivos capazes de ampliar a democracia desde as cidades.

Palavras-chave: pandemia; crise econômica global; movimentos sociais urbanos; espaço e política; teoria crítica.

Abstract

This article contributes to the analyses of social theories implicated in multiple scales. To this end, the program proposed is divided in three stages. First, we understand our historical moment as a period marked by global crises, with a social diagnosis observing productive restructuration and collective experiences. In the second part, we argue that thinking and acting in multiple scales, implies building spaces that anticipate another society, but at the same time, it is necessary to accumulate forces in the decision-making centers and converge on the idea of a new social project. In the third moment, we look for disciplinary redefinitions in urban studies that allow urban planners and architects to focus more directly on a transformative urban culture, that is, to participate in a radical and urban democracy.

Keywords: coronavirus pandemic; global crises; social urban movements; space and politics; critical theory.



Introdução

Este artigo se soma ao esforço de compreender que, em nosso momento histórico, há imbricações entre dinâmicas estruturais globais[1], a produção do espaço e o cotidiano vivido nas cidades, o que exige das teorias sociais críticas pensar e agir em múltiplas escalas. Em nosso ponto de vista, Henri Lefebvre é uma referência fundamental nessa empreitada[2], na medida em que consegue fazer mediações entre os níveis do cotidiano, o urbano e o global. Obviamente se trata de um objetivo ambicioso, impossível de se esgotar num artigo; o proposto aqui é, em três etapas, montar um mosaico de problemáticas e hipóteses que colocam tônica em aspectos sensíveis aos estudos urbanos.

No primeiro tópico, busca-se caracterizar nosso momento histórico como um período marcado por crises globais, com um diagnóstico do presente que atenta para as reestruturações produtivas e fenômenos sociais que marcaram a experiência coletiva. Com essa leitura totalizante sempre aberta, compreendemos o global[3].

O segundo bloco expõe de que maneiras a análise crítica pode pensar e agir em múltiplas escalas, diante de cenário tão adverso. Argumenta-se que será preciso construir, desde já, espaços que antecipem a experiência coletiva de uma outra sociedade, o que mantém reintegrados pensamento e ação. Mas também, é extremamente urgente acumular forças nos centros de decisão da política institucional.

O terceiro bloco reflete sobre o papel e o lugar de urbanistas e arquitetos nesses processos. Atenta para redefinições disciplinares nos estudos urbanos que permitam a esses atores sociais incidirem mais diretamente numa cultura urbana transformadora, isto é, participarem ativamente de projetos coletivos capazes de ampliar a democracia desde as cidades e os territórios.

1. Crises globais: entre os processos estruturantes e o cotidiano urbano

Para compreender os traços mais estruturais de nosso momento histórico, isto é, para realizar um diagnóstico do presente, é necessário identificar que as duas primeiras décadas do século XXI foram marcadas pela experiência de crises, o que

colocou amplos setores da população mundial em situações de grande vulnerabilidade. Isso implica perceber em que medida as democracias capitalistas preservaram a estabilidade de 1% e foram incapazes de gerar formas de vida minimamente dignas para “os outros 99%”[4]. Ainda que sejam dolorosos, tais momentos trazem lições históricas importantes.

Nossa primeira grande crise global foi econômica, deflagrada em 2007-2008 pela irresponsabilidade de bancos estadunidenses, com impactos imediatos no sistema financeiro de todo o mundo. Os Estados nacionais intervieram para estabilizar os mercados e impuseram, como saída, medidas de austeridade fiscal que lançaram nas camadas populares os ônus da estabilização. Sob pressão das potências econômicas e do Fundo Monetário Internacional, os países aplicaram mais uma rodada do receituário de cortes em saúde, educação, previdência e outros serviços. Na Europa, esta foi a condição para que os Estados mais ricos cooperassem com a recuperação dos remediados do Leste e da região mediterrânea. De modo geral, a recuperação econômica desses países ficou aquém do esperado, mas os índices de desigualdade e condições de vida se acirraram com o enfraquecimento da proteção social.

Não por acaso, assistimos à uma onda também global de protestos. A revolta das panelas na Islândia foi vitoriosa, impediu que as autoridades salvassem os bancos e exigiu a estabilidade da população. A juventude espanhola, que mais sofria com o desemprego e a crise habitacional, foi a protagonista dos *Indignados*, depois conhecidos como 15M. Os *Occupy* contagiaram muitos espaços públicos para além das estadunidenses; todas elas se sentiam parte dos “outros 99%”, não representados pelas autoridades de seus países. A onda de protestos ficou conhecida como “Cidades Rebeldes” (HARVEY, 2014) ou também como “movimento das praças” (GERBAUDO, 2017); e os ânimos insurgentes continuam latentes desde lá[5]. Na França, em 2016 *Nuit Debout* e os coletes amarelos em 2018-2019. Também em 2019, estudantes e jovens promoveram manifestações massivas no Chile.

Com o Brasil fora um pouco diferente. A saída para a crise se deu na chave do que o cientista político André Singer (2018) denominara de um “ensaio desenvolvimentista” e Armando Boito (2018) de um “neodesenvolvimentismo”. Robustos investimentos foram aplicados em setores estratégicos, muitos ligados à produção do espaço urbano, o que promoveu um crescimento

mais acentuado até 2014, além de um boom imobiliário inédito. Mas isso não foi suficiente para conter o clima de instabilidade que pairava no mundo. Os governantes mais sensíveis às pautas sociais foram tensionados à direita e à esquerda; desde 2011 aumentaram as greves[6] e em 2013 eclodiram protestos massivos de “ideologias cruzadas”, que encorajaram forças políticas diversas (SINGER, 2018). Em 2014, frações importantes da burguesia se convenceram de que aquelas políticas eram insuficientes e, aos poucos, desembarcaram do governo. Neste mesmo ano, a oposição, novamente vencida – e insuflada pela grande imprensa – não aceitou o resultado das eleições, passou a desestabilizar a vida política e conseguiu trazer para si o centro fisiológico que dominava o poder legislativo.

Formara-se então a correlação de forças necessária para a deposição da presidente Dilma Rousseff, numa ruptura institucional que rapidamente pôs em marcha as políticas de desmanche de garantias mínimas, a desregulamentação do trabalho e perdão de dívidas ao grande empresariado. Os resultados foram parecidos: recuperação econômica pífia, aumento de desigualdades[7], com o agravante de que aqui o país retornou ao mapa da fome, ampliou em muito a parcela de trabalhos informais e, no mesmo período, a fração financeira dos grandes players bateu recordes de faturamento[8].

As forças sociais populares que vinham mobilizadas também se insurgiram contra essas políticas, formando duas grandes frentes. Estas estiveram juntas na Greve Geral de 2017, que tomou todas as capitais e 150 cidades, com muitos milhões de pessoas nas ruas. Foi também contra o desmanche que em 2015 estudantes secundaristas paulistas ocuparam mais de 150 escolas e bloquearam festivamente avenidas da capital. Os ânimos contagiaram o país e no ano seguinte ocuparam cerca de mil escolas em diversos estados (COLOSSO, 2019).

Não por acaso, teorias sociais críticas desse período no Brasil e no mundo destacam em que medida as contradições neoliberais caminharam para uma “desdemocratização” (BROWN, 2015). Salientam ainda que, nessas, não há um Estado mínimo, mas sim um que intervém para garantir as condições de acumulação de capitais – através da desregulamentação, flexibilização, submissão e privatização (DARDOT e LAVAL, 2016).

O que ocorre, tendencialmente, é se dissolver a distinção moderna entre setor público e setor privado, de tal modo que

o primeiro assume a racionalidade, as práticas e o léxico do último. O *management* e a forma empresa são levados ao Estado, o ente que a princípio defenderia o interesse geral de toda uma coletividade[9]. Essa proposição ampla e abstrata somente se torna possível porque há os atores sociais, os indivíduos concretos que pautam os mercados privados e tem incidência direta nos centros de decisão, quando não transitam diretamente entre esses, como numa porta giratória.

A segunda metade dos anos 2010 foi marcada por um cenário ainda mais regressivo. Chegaram ao poder líderes populistas e reacionários, impulsionados por grandes investimentos transnacionais, por técnicas de mobilização de afetos e por tecnologias de comunicação em massa, figuras centradas na retórica de ódio às instituições.

É importante perceber como essa ascensão de uma nova direita não superou a crise de representação democrática latente na insatisfação difusa desde a crise econômica. Pelo contrário, estes “novos líderes” acirraram a descrença com a democracia por meio de narrativas simplistas, negacionistas, que justamente por isso ressoaram nos setores sociais mais sedentos de atalhos aparentemente fáceis. Com isso, tais lideranças conseguiram sobreviver a uma antipolítica, que fragmentou ainda mais o tecido social, enquanto seguiam com políticas econômicas que satisfizeram os abastados de sempre. Não por acaso, nos anos 2010, cientistas políticos já buscavam descrever “como as democracias morrem”[10].

Sob a gestão Bolsonaro, assistimos à uma reaproximação de significados nos quais os subalternos, os pobres e periféricos majoritariamente negros ou os provenientes das regiões Norte e Nordeste são os culpados pelas próprias adversidades, os que não se esforçaram o suficiente. São os dotados de uma moralidade fraca, facilmente corruptível, porque estão à deriva das necessidades materiais de sobrevivência. Com isso, as imagens criadas para esses oscilam entre a de sujeitos desviantes, vagabundos, a “classe perigosa”, não raro, tidos ainda como os incômodos da sociedade, entraves ao crescimento[11]. Tais narrativas estigmatizantes, enraizadas no imaginário escravocrata, ampliam conflitos de classe, gênero e étnico-raciais[12].

Em 2020, o mundo foi aplacado pela segunda grande crise de nossa época, amplificada pelo desmanche da seguridade social

e serviços públicos, mas não causada diretamente por ele. Trata-se da pandemia do vírus denominado COVID-19, de alto contágio e relativa mortalidade.

Na ausência de vacinas, o modo mais eficaz de conter o vírus foi ampliar medidas de higiene e o denominado isolamento social, que significava a permanência das pessoas em suas residências. Mas no Brasil, isso obviamente se deu com dificuldades diversas. Em nosso país, ainda há mais de 6 milhões de famílias sem uma moradia digna, 35 milhões de pessoas sem acesso a rede de abastecimento de água e 100 milhões – quase metade da população – não têm acesso a redes de coleta e tratamento de esgoto, cujo destino final é, frequentemente, rios, córregos, praias e lagoas. Às vezes três, quatro, até cinco famílias dividem uma unidade habitacional. Novamente, as cidades escancararam abismos estruturais de nossa formação econômico social[13]. Houve uma distribuição extremamente desigual dos ônus, da instabilidade e dos sofrimentos. As periferias e favelas nem sempre tiveram a maior concentração de casos, mas sim o maior número de mortes[14].

A figura aparentemente forte do grande líder se apequenou rapidamente. Furtou-se de assumir a liderança que lhe cabia, recusava recomendações das autoridades científicas internacionais e ampliou o clima de instabilidade e desorganização entre os estados da federação. Não por acaso o Brasil esteve entre os países com maior número de mortes pela COVID-19.

A iniciativa privada e atores do mercado, no melhor dos casos, seguiram orientações e destinaram parte de suas produções para o fim determinado como prioritário mas, em muitos outros casos, reforçaram a fragmentação e desorganização social ao impor cálculos econômicos em momentos nos quais o valor fundamental era a garantia da vida. Demissões, suspensões de contrato, chantagens políticas mostraram em que medida a burguesia nacional se exime de responsabilidade tão logo veja risco de queda em sua taxa de lucro[15].

Os efeitos da COVID-19 ainda são imprevisíveis, mas algumas lições já merecem destaque: em problemas dessa ordem as saídas precisariam ser coordenadas e cooperadas, o que somente seria possível através de ações do poder público e da sociedade organizada. Seria imprescindível a presença de um Estado que orientasse os investimentos e políticas públicas de

acordo com as necessidades sociais prioritárias.

2. Pensar e agir entre o local e o global

O pensamento crítico precisa compreender o presente histórico em suas contradições e estar atento às condições de possibilidade de transformação. Por essa via, reintegra pensamento e ação, teoria e prática situada. Mas essas considerações gerais precisam ganhar concretude em cada momento histórico. No nosso caso, isto implica perceber que, sob os marcos neoliberais, as democracias continuam a ser consideradas enquanto tais apenas por força do hábito. Nos termos de Fraser, o neoliberalismo não se legitima mais.[16] Também com Fraser, reforçamos nossa posição: se quisermos pensar formas de vida efetivamente democráticas, é preciso construir desde já um projeto de sociedade para “os outros 99%”.

A nosso ver, para que o pensamento crítico se mantenha um pensamento vivo, dinâmico, precisará enfrentar o fato de que nossa sociedade produziu, ao mesmo tempo, o pior e o melhor em termos civilizatórios. É preciso meditar com postura ativa essa contradição acirrada.

Nós já tínhamos sido avisados desde 1940 por Walter Benjamin nas “Teses sobre o conceito de história”, de que todo documento da cultura, é também um documento da barbárie[17]. Isso está sendo escrito agora. A destruição acelerada de nosso patrimônio ambiental, o desprezo por povos nativos e pelas camadas trabalhadoras lançadas às condições instáveis da informalidade. A relativização da ditadura civil-militar por uma Secretária da Cultura[18], ou quando nossa autoridade máxima, diante da notícia de milhares de mortes, declara: “E daí?”[19] Todos esses são documentos que entram para história e para a posteridade como sinais evidentes da barbárie.

Outra lição que vale para nossa geração vem da Dialética do Esclarecimento (1944). A história não é um caminho linear em direção ao progresso. Talvez, por alguns momentos acreditamos nisso para organizar a vida cotidiana, mas se observarmos mais atentamente, é fato que podemos correr a passos largos para uma regressão civilizatória. Sobretudo, em nossa sociedade, cuja modernidade é permeada por um imaginário escravocrata, mandonista e segregador. Nesta, elites constroem os enclaves fortificados nos quais conseguem estar apenas entre seus

pares, negar a cidade existente e, agora com a pandemia, evitar qualquer contato com o mundo exterior em degradação. As mesmas tratam os subalternos como instrumentos de seus próprios caprichos e, nos momentos de crise, fica claro em que medida pretendem forjar para si, saídas individuais, deixar a população mais vulnerável à sua própria sorte.

É fato que tais figuras se sentem à vontade para se pronunciarem e se posicionarem de tal modo, porque no mais alto cargo do país há alguém com comportamentos muito semelhantes. Estão avalizados por um “líder” que, no momento adverso, exime-se de sua responsabilidade como liderança, repete uma retórica de minimização da gravidade que o mantém numa zona de conforto. Não por acaso, há similaridade nos recursos discursivos e também proximidade política entre estes atores. Estes se reforçam mutuamente num ciclo de autoconvencimento e apequenamento.

Mas nem de longe isso significa que todas as saídas estão bloqueadas. O que se pretende aqui é mostrar justamente o contrário. Nesse cenário, um pensamento crítico que se foque apenas nos aspectos regressivos, distópicos – que são reais e diversos – tende a reforçar o clima de apatia e bloqueio já instaurado pelo confinamento e distanciamento social. O risco aí implícito é deixar ainda mais espaço para necropolítica[20] e o conservadorismo permanecerem como as vozes se afirmando que são a única saída possível.

Como lembra Naomi Klein, “não basta dizer não”[21]. O pensamento crítico precisa cultivar a virtude da ousadia e da coragem em múltiplas frentes, múltiplas escalas. É preciso subverter ao mesmo tempo, diariamente, o conservadorismo e a melancolia, o cinismo do poder e a apatia que ele gera. Vai demorar até que possamos fazer aglomerações, mas não precisamos esperar até lá. Isso vai acontecer nas interações cotidianas, vai acontecer nos territórios, nas salas de aulas e nas redes. Ainda é difícil sair na rua, mas é como se saíssemos.

Quando dizemos que engendramos o pior e o melhor, isso significa também pensar espacialmente. É preciso saber identificar onde estão os espaços que prefiguram formas democráticas de viver juntos, onde se tecem vínculos, cuidado recíproco, cultivo à participação e inteligência coletiva no destino em comum.

É preciso manter-se atento a esses espaços, porque o pensamento crítico não pode se distanciar da ação, das práticas

experimentais, não pode se distanciar das forças dinamizadoras da transformação social. E essas forças tendem a crescer nos períodos de crise, pois a necropolítica deixa ver seu caráter destrutivo; isso se torna evidente para mais setores da população. E nesse momento, é preciso haver referências que mostrem a existência concreta e contrastante em relação a essa política da morte em escala massiva[22].

Nos últimos anos, mesmo nesses mais difíceis depois de 2016, temos assistido a um caldo de cultura urbana formado por essas forças vivas. Há uma geração de jovens que está disposta aos avanços democráticos. Eles estão nas universidades públicas e particulares, nos Institutos Federais, nos cursinhos populares montados em periferias e em ocupações. Esses sujeitos, mulheres e homens, estavam entre os secundaristas, estavam na Greve Geral de 2017 e continuam a defender a educação pública. Há também as mulheres da primavera feminista que, como lembra Rosana Pinheiro-Machado (2019), amanhã vão fazer maior. Há o movimento negro que se levantou novamente em 2020 contra o racismo estrutural.

Nesse momento da pandemia, movimentos populares desempenharam esse papel de elemento aglutinador e de referência de cooperação, solidariedade e cuidado com as populações que mais sofriam.

Ao longo da pandemia, o Movimento de Sem Teto do Centro (MSTC) atendeu em São Paulo cerca de 4.500 famílias com cestas básicas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)[23] apresentou uma escala ainda mais impressionante na Bahia, ao fazer uma doação de 200 toneladas de alimentos da reforma agrária. As cooperativas gaúchas do movimento doaram 12 toneladas de arroz orgânico. No estado de São Paulo, o movimento produziu mais de 300 litros de sabão e 107 kits de frutas distribuídos a caminhoneiros nas rodovias. Somente em Recife, eram distribuídas 1.000 marmitas por dia. Isso não fora uma mera resistência, mas uma atividade contínua de produção de frestas.

Tais movimentos nos ensinam que, sobretudo em momentos regressivos, é preciso abrir espaços de respiro e de contágio. Espaços prefigurativos, que atualizem aqui e agora a experiência de uma sociedade que se quer construir. Esses espaços aceleram uma dinâmica de transformação e o desejo de algo outro, radicalmente diferente do que esse mundo medíocre e

mesquinho em que fomos colocados. Esse revolvimento desde as raízes vai ser diário, no micro. E isso tem uma grande força aglutinadora, porque recebe aqueles que foram assolados pela necropolítica ou se indignaram com ela.

Mas a micropolítica não é mais suficiente. Não se trata de sermos institucionalistas ou de nos restringir a propostas de leis e de políticas públicas. Trata-se de reconhecer que não adianta fazer propostas ousadas sem a força de dar consecução a elas.

É preciso uma estratégia ambiciosa no macro, agora que a ideia de Estado mínimo está deslegitimada. O Estado mínimo nunca existiu, agora está mais evidente. Há sinais claros e crescentes para setores amplos de que são necessárias ações coordenadas, convergentes, que só podem ser feitas por meio do Estado. A aprovação de uma renda básica, uma pauta progressista de mais de décadas, aponta para isso.

Em meados de 2020, há boas proposições que são consensos entre as Frentes com maior base social no país, mas nos centros de decisão a força progressista ainda é muito limitada. Vale nos determos em alguns: 1) a revogação da Emenda Constitucional 95, a PEC do teto, que tem estrangulado os investimentos e impossibilitado a presença do Estado como indutor da recuperação; 2) a reconfiguração da política econômica, de modo a coordenar investimentos nas atividades que garantam saúde, emprego e renda das camadas populares; 3) a taxação das grandes fortunas, da remessa de lucros e dividendos para o exterior, dos lucros dos bancos e execução das dívidas dos grandes sonegadores. Com isso, colocar em marcha uma reforma tributária progressiva; 4) a universalização do saneamento ambiental e do direito à moradia, que são pontos mínimos para a dignidade das populações urbanas e fundamentais para conter novos ciclos de pandemia; 5) a ampliação de recursos para pesquisas e universidades públicas, que são as melhores do país e já buscam saídas para a COVID-19; 6) a garantia de uma soberania alimentar com a qual se enfrente o problema grave da fome.

Se esses pontos avançassem, poderíamos trabalhar para construir um outro modelo de desenvolvimento pautado por um crescimento redistributivo, socialmente justo e ambientalmente responsável, coerentes com uma sociedade altamente urbanizada. Essas formulações poderiam encontrar uma síntese sob a forma de um “projeto”. Como reforçaremos adiante, a ideia

de projeto pode reunir múltiplos atores, escalas, combinar uma política do cotidiano e um horizonte de mudanças estruturais.

Vale reforçar, não se trata de sermos institucionalistas, mas precisamos saber pensar de modo ousado em termos estruturais; e construir uma proposta de transformação radical exige um acúmulo de forças.

Em nosso caso, um projeto de sociedade que seja também um projeto coletivo de cidade, pois o primeiro somente se torna concreto e efetivo no segundo. Isto porque, em nossas condições históricas em que 85% da população brasileira é urbana, uma democracia efetiva, só é digna desse estatuto se tiver alta densidade participativa, englobando os espaços públicos, bairros e territórios.

3. Redefinições disciplinares: como urbanistas e arquitetos/as podem se inserir em espaços dinamizadores e incidirem num projeto transformador de cidade

A questão que perpassa este texto agora se volta ao nosso campo disciplinar, do seguinte modo: como urbanistas e arquitetos podem participar mais ativamente de espaços dinamizadores e de um projeto crítico-transformador para as cidades?

Em nossa perspectiva, a resposta para tal questão exige redefinições disciplinares, isto é, uma avaliação sobre as limitações e possibilidades do atual campo disciplinar, o que obviamente extrapola os limites deste artigo. Mas por ora, trazemos dois tópicos, a nosso ver, fundamentais.

O primeiro é o de que o fazer arquitetônico no Brasil precisa superar um estrangulamento decorrente, em grande medida, do caráter elitista e fragmentado da prática. É amplamente conhecida a pesquisa segundo a qual metade da população economicamente ativa já construiu ou reformou, mas apenas 15% destas se valeu de um profissional. Essa mesma pesquisa registrou ainda que 70% das pessoas entrevistadas disseram que teriam interesse em contratar esse tipo de serviço[24].

Em termos concretos, isso significa que no imaginário dominante arquitetos são os que projetam casas em bairros e condomínios de luxo, decoram lojas de grife ou, os que estavam no lugar certo e emplacaram como artistas, idealizam grandes museus e estádios. Há um grau de verdade nisso, mas certamente é a realidade de

uma estreita minoria da categoria, sobretudo se lembrarmos que nos últimos 18 anos houve uma grande ampliação do número de vagas e popularização do perfil de formandos. De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em 2018 se formaram mais de 22 mil profissionais.

Com isso, reproduz-se um cenário no qual grande parte dos jovens não tem acesso a esse mercado onde a arquitetura é consumida, tampouco se sentem capazes de atuar na realidade para além dele. E o maior agravante: o repertório de ação fica aparentemente reduzido a satisfazer superficialidades do consumo e do poder, caprichos de uma elite econômica e de governantes, quando há um campo imenso de necessidades sociais para serem enfrentadas.

Mas há saídas, em algumas universidades, públicas e particulares, jovens já são formados para compreender e intervir na realidade urbana dos outros 85% que atualmente não tem acesso à arquitetura. Isso se dá por meio da “Assistência Técnica para Habitação Social” (ATHIS), que é um direito previsto na lei 11.888/2008. Essas práticas acontecem através dos Escritórios modelos apoiados pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEA)[25], mas também em laboratórios, institutos e, para além das universidades, em ONGS, escritórios populares, cooperativas junto a movimentos sociais e mesmo em administrações públicas mais compromissadas com o avanço do todo social.

Essas arquitetas e arquitetos propõem melhorias e reformas de baixo custo, constroem casas na forma de mutirões autogeridos e pressionam as prefeituras a promover equipamentos e espaços para o interesse coletivo. Contribuindo para a garantia do direito à moradia e também para melhores condições de saúde, extremamente urgentes nesse momento.

Essas práticas necessitam agora ganhar escala nacional a ponto de se tornarem uma cultura no campo disciplinar. Com isso, arquitetas e arquitetos comprometidos com um projeto de cidade e sociedade urbana poderão atuar junto a essas necessidades que tocam – para nos valer da expressão dos *Occupy* e Nancy Fraser – “os outros 85%” da população.

Além disso, é necessário ainda compreender o fazer arquitetônico não apenas como solução de problemas individuais, mas como prática político-pedagógica de organização popular. Ou dito de outro modo, o fazer arquitetônico precisa suscitar o desejo

coletivo pela efetivação de uma democracia desde às cidades e bairros.

Essas redefinições ganham uma boa síntese na forma do que tem sido chamado, na rede BrCidades, de *Parceria Público Popular*, a PPPoP[26]. Trata-se de um modelo de política pública aplicável para diversos serviços, que reconhece não somente a força organizativa, mas legitimidade jurídica e a competência de governança de movimentos populares, que junto de assessorias integradas tem condições de dar respostas efetivas, menos dispendiosas ao poder público no que diz respeito à provisão de habitação social, ao saneamento e à saúde de cidadãos e cidadãos.

Uma segunda redefinição disciplinar diz respeito ao repertório do urbanismo e planejamento urbano[27]. As lutas de meados dos anos 1980 pela redemocratização do país e, em nosso campo, pela reforma urbana, previam a criação de uma série de estruturas participativas, cujo objetivo era criar canais institucionais para democratizar as decisões sobre o urbano. Esses avanços tiveram como marco a Constituição de 1988, mas seus pontos altos se deram com o Estatuto da Cidade (2001) e a criação do Ministério das Cidades, quando se tornaram mais claros os papéis dos Planos Diretores, dos conselhos e conferências desde os municípios, estados e até em escala federal. Esses avanços legais cumpriram o importante papel de criar canais institucionais de diálogo, condições necessárias para modelos mais democráticos de vida urbana.

Mas mesmo os atores diretamente ligados aos avanços institucionais mencionados, já em meados dos anos 2000 reconheciam problemas. Já em 2007, Maricato assinalava em tom de alerta que o tema da participação vinha sendo incorporado por setores diversos da esfera pública – do Banco Mundial a ONGs –, na mesma medida do esvaziamento de seus conteúdos estruturais, sob a marcha das políticas neoliberais.

A argumentação da urbanista traz pontos ainda atuais e importantes para este trabalho. Primeiro, que os movimentos estabeleceram com governos relações ambíguas, sob a forma “de cooperação, cobrança, cooptação que passa pelo atendimento das demandas de seus movimentos e não pela construção de uma política universalista ou republicana, onde cada um tem distintos papéis”. (MARICATO, 2011, p. 156). Segundo, é que a participação tendia a um caráter “demasiadamente ‘juridicista’

e institucional” (MARICATO, 2011, p. 100).

Um diagnóstico parecido foi colocado por Flávio Villaça (2005), com sua crítica às ilusões, modelo participativo dos Planos Diretores, tornado obrigatório a partir do Estatuto da Cidade. Villaça reforçou que, muitas vezes, as forças extra-institucionais tendiam a interferir mais efetivamente nas decisões governamentais do que os rituais de participação institucional. O geógrafo Rainer Randolph, ao propor um “planejamento subversivo” retoma Villaça, reforçando que muitas vezes “outras formas de pressão – como as matérias pagas na imprensa, as pressões diretas sobre os vereadores e sobre o próprio chefe do Executivo – são na verdade muito mais poderosas que as pressões, reivindicações ou ‘contribuições’ manifestadas nos debates públicos formais” (RANDOLPH, 2007, p. 4-5). Nesse sentido, conclui-se que: “o verdadeiro problema é que a maioria das concepções e realizações do planejamento participativo continuam presas à tradicional lógica instrumental, técnica e, as vezes, burocrática do planejamento estatal (público)” (RANDOLPH, 2007, p. 5).

Como Lefebvre, Randolph defende que um “planejamento subversivo” deve emergir como uma práxis, capaz de “realizar, na prática, a expansão do domínio das experiências sociais já disponíveis” (RANDOLPH, 2007, p. 12).

A necessidade de pensar o fenômeno urbano a partir das ruas, com movimentos sociais e em múltiplas escalas não é um fenômeno brasileiro. Atenta ao movimento das praças e à onda global de “cidades rebeldes”, ganha força o que Faranak Miraftab já propunha como “planejamento insurgente” pautado por práticas contra-hegemônicas[28], que reconhece a importância de outros atores sociais no “fazer cidade”, aponta também para a necessidade de “reconhecer o leque de práticas além das sancionadas pelo Estado e poderes corporativos” e de “descolonizar a imaginação e as possibilidades para o futuro” (MIRAFTAB, 2016, p. 364). Tais práticas são denominadas pela autora de “espaços inventados”. Um exemplo paradigmático foi a luta vencedora que se deu em Istambul, na defesa do Parque Gezi e da praça Taksim contra a construção de um shopping.

Não vamos aqui, obviamente, fazer disputas categoriais como se algum conceito tivesse por si só um maior potencial transformador. O importante é compreender o mosaico de afetos, disposições psicossociais e ideias-força com as quais

os sujeitos – habitantes, usuários – sentem-se convocados a tomar parte de mobilizações coletivas que “fazem cidade” se reivindicam direitos à mesma. Muitas vezes, é no próprio acúmulo de forças que uma movimentação ganha radicalidade.

Essas disposições visam espaços abertos nos quais o uso e o acesso são universais, isto é, não são estratificados por renda, poder de consumo, tampouco reiteram estigmatizações étnico-raciais ou de gênero. A constelação de afetos expansivos reativa um senso de coletividade que envolve pertencimento, reforços recíprocos, capacidade de cooperação e, portanto, exigem também a gestão de conflitos para construir saídas coletivas. Isso significa que estes outros planejamentos não se resumem a um levantar-se insurrecional, mas exigem pactuações e repactuações a respeito de corresponsabilidade, estabelecimento de objetivos táticos e estratégicos, definição de metodologias que persistam nas oscilações do tempo e da conjuntura. Um movimento contínuo de, nos termos de Giselle Tanaka, “planejar para lutar e lutar para planejar”.

Sobretudo no cenário mais regressivo e ameaçador que no Brasil se desenha desde 2016 e somente se acentua em 2020, tem-se um quadro de criminalização de movimentos populares, violência institucional e crescimento de forças paramilitares. Com isso, as insurgências tendem a ganhar formas menos conflitivas, mas não menos efetivas. Pensar “insurgência” também significa pensar a construção de poder popular através de uma militância cotidiana, que exige formação, disciplina e, sobretudo, dê respostas concretas e imediatas às camadas populares expostas à instabilidade e precarização. Por isso, uma retomada da aposta na educação popular por meio de cursinhos em periferias e ocupações e, ainda, nos cooperativismos e assessorias técnicas que geram trabalho e renda popular – além da sociabilidade.

Por isso também, se torna importante nesse cenário levantar a ideia de “projeto” enquanto um elemento aglutinador de forças sociais diversas em torno de um objetivo em comum. “Projetar” como uma atividade generosa que constitui um “nós” e entende “projeto” enquanto síntese do esforço de pensar um outro ciclo político, que una as práticas cotidianas a um horizonte de cidade e sociedade. Isso também é um modo de pensar e agir nas múltiplas escalas, como descrevemos acima.

Em suma, com as redefinições aqui defendidas, urbanistas

sairão definitivamente dos escritórios e da dependência do poder público. Será preciso ressituar-se constantemente, de acordo com as transformações na paisagem cultural e o cenário político de uma ordem global, mas que tem impactos no cotidiano urbano. Mas mais do que isso, será preciso saber identificar onde estão as forças vivas, com bases populares e criar conexões possíveis, aproximar circuitos, saber “constituir classe” num mundo em desindustrialização, altamente urbanizado, com densas infraestruturas e tecnologias.

Considerações finais

Este artigo buscou fazer um diagnóstico amplo sobre nosso momento histórico, atentou para aspectos fundamentais de um pensar e agir em múltiplas escalas e, por fim, apontou para modos como arquitetas e arquitetos podem participar de um projeto transformador de cidade e sociedade. O percurso certamente deixou fios desamarrados e mediações por serem feitas, mas pavimentou alguns feixes de relações estruturantes

O fundamental foi compreender que, diante de um quadro tão regressivo, o pensamento crítico precisa saber pensar contradições acirradas, isto é, meditar sobre o fato de termos engendrado, ao mesmo tempo, o pior e o melhor em termos civilizatórios. Isso precisa ser pensado inclusive espacialmente, para que sejamos capazes de identificar onde estão os espaços dinamizadores de transformação, as forças vivas, o desejo de abertura, de descoberta, a possibilidade de escuta e de conexões não-mercantis.

Isso se traduz numa dupla estratégia. Uma política do cotidiano que construa espaços de respiro e contágio, que atualizem a experiência coletiva de um mundo futuro e ponham em circulação os princípios estruturadores de uma vida social efetivamente democrática desde o aqui e agora. Essa prática cotidiana de exemplaridade – nos espaços públicos, nas escolas e universidades, nos bairros e periferias, nas redes e na imprensa – não é um movimento para dentro, mas para fora, de construção de um polo de referência contrastante com a necropolítica genocida, conservadora nos costumes e neoliberal na economia. Estas práticas contagiosas podem aglutinar diferentes atores numa rede ampla, que converge na ideia de um projeto coletivo.

Num terceiro momento do artigo, tratamos de questões mais

específicas aos estudos urbanos e à prática de urbanistas e arquitetos. Argumentamos pela necessidade de redefinição do campo disciplinar, de modo a colocar tais profissionais mais próximos das necessidades sociais mais urgentes e das questões que nos colocam num futuro em comum. Para tanto, é preciso liberar as próximas gerações dos resquícios elitistas que colocam arquitetos em prol de caprichos de setores restritos da sociedade. Mas além disso, é necessário assumir que urbanistas precisam superar ao mesmo tempo uma pretensão tecnocrata e o participativíssimo institucional, pois estes não tem tido condições de incidir significativamente nos rumos das cidades. Não podemos ter medo de dizer que esse é um quadro em que a arquitetura e urbanismo estão rebaixados, submetidos a valores que não são seus.

É preciso assumir que este ofício não diz respeito a intervir apenas no “ambiente construído”, mas também e sobretudo nas decisões, nas práticas, crenças e valorações da sociedade urbana; pra falar filosoficamente, *é preciso ter a coragem de construir coletivamente outras formas de subjetivação e outros modos de viver juntos nas cidades.*

É também tarefa nossa perceber que as cidades podem ser o espaço de uma sociedade efetivamente democrática, melhor para todas e todos. Por sua própria configuração socioespacial e sua formação histórica, as cidades reúnem pessoas, concentram serviços, infraestruturas fundamentais e, portanto, detêm os recursos materiais e humanos necessários para construção de formas de vida que sejam socialmente justas, economicamente dinâmicas e ambientalmente responsáveis.

Estas proposições podem parecer utópicas, mas sabemos que projetar é um exercício de ampliar as fronteiras do possível. E vale repetir, o pensamento crítico é justamente aquele que não se contenta com pouco, não se submete ao existente, ao que está dado. Já temos na história de nossa disciplina e também em nossa sociedade, forças vivas que são movidas pelo impulso de construir aqui e agora o que se anseia estender para uma sociedade futura.

Notas

1. Para evitar impressões equivocadas de que nossa análise opera inadvertidamente sem recorte, ou a de que tem um caráter de manifesto, vale voltarmos a fundamentos basilares da Teoria Crítica, cuja origem remonta ao pensamento de Marx. Como lembra Marcos Nobre, “não cabe à teoria limitar-se a dizer como as coisas funcionam, mas sim analisar o funcionamento concreto das coisas à luz de uma emancipação ao mesmo tempo *concretamente possível e bloqueada* pelas relações sociais vigentes. [...] Dito de outra maneira, é a orientação para a emancipação o que permite compreender a sociedade em seu conjunto, o que permite pela primeira vez a constituição de uma teoria em sentido pleno”. Logo adiante, reforça o autor: “É esse ponto de vista que permite identificar as tendências estruturais do desenvolvimento histórico e seus arranjos concretos da perspectiva das potencialidades e dos obstáculos à emancipação”. Essa análise dos processos estruturais do presente histórico é o que podemos chamar de “diagnóstico do tempo presente” (NOBRE, Marcos (org). Curso livre de Teoria Crítica. Campinas: Papirus, 2008. p. 17-18).

2. Para evitar digressões em relação a nosso objeto, trazemos em nota algumas considerações metodológicas acerca de nosso referencial teórico. Henri Lefebvre é quem nos permite entender a vida cotidiana e o fenômeno urbano enquanto mediações privilegiadas, isto é, elementos concretos a partir dos quais se entende uma ordem ou estruturação social mais geral e abstrata das democracias capitalistas. Nesse sentido o autor afirma: “o que se produz ou se constrói nas esferas superiores da prática social deve mostrar sua verdade no cotidiano, que se trate da arte, da filosofia, da política. A autenticação não acontece a não ser neste nível. O que traz tal ideia ou tal obra? O que é até que ponto esta transforma a vida? É, portanto, ela, a vida cotidiana, que mede e encarna as transformações que se operam ‘alhores’, nas ‘altas esferas’. O mundo humano não se define apenas pelo histórico, pela cultura, pela totalidade ou pela sociedade global, pelas superestruturas ideológicas e políticas. Ele se define por este nível intermediário e mediador: a vida cotidiana (LEFEBVRE. Critique de l’*avie* quotidienne II, 1962, p.50). E também de Lefebvre: “A estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem. Inversamente, a cidade é um pedaço do conjunto social; revela porque as contém e incorpora na matéria sensível as

instituições, as ideologias (LEFEBVRE. Direito à cidade, 2008, p.66). Importante dizer que nem sempre Lefebvre fala em escalas, mas mais recorrentemente em “níveis e dimensões”, entretanto o objetivo de Lefebvre – e também o nosso – é exatamente o que propõe esse número da revista, pensar relações entre o local e o global.

3. Novamente Lefebvre nos ajuda aqui com a metodologia. É o autor quem defende que o fenômeno urbano é uma mediação a partir da qual entendemos a sociedade de nosso tempo. Por essa via, o pensamento crítico realiza um diagnóstico do presente – em aberto, em transformação – buscando o conjunto ou totalidade social: “o fenômeno urbano se apresenta, desse modo como realidade global (ou se se quiser assim falar: total) implicando o conjunto da prática social. Essa globalidade não pode ser apreendida imediatamente (LEFEBVRE, A Revolução Urbana. Belo Horizonte: ed UFMG, 2000, p. 51).

4. A expressão “Nós somos os outros 99%” foi cunhada no calor dos protestos globais do Occupy, com objetivo de evidenciar que as saídas para a crise econômica de 2008 priorizavam o sistema financeiro e, por outro lado, lançavam os ônus da crise na maioria da população. As teóricas críticas Nancy Fraser, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya se valeram dela mais recentemente para pensar um “Feminismo para os 99%”, em livro homônimo, publicado pela ed. Boitempo (2019).

5. Esses processos foram reconstituídos em mais detalhes em COLOSSO, P. Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena. Tese de doutorado – Departamento de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

6. Vale conferir TATAGIBA, L; GALVÃO, A. “Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). Opinião Pública, Campinas, vol.25, n.1 jan-abr 2019, p63-96.

7. Relatório de 2018 já atesta pelo índice Gini que, pela primeira vez nos últimos 15 anos, a relação entre renda média dos 40% mais pobres e da renda média total foi desfavorável para a base da pirâmide. E como o sistema de seguridade social no Brasil ainda é frágil, as externalidades negativas das políticas de austeridade se tornam visíveis nas cidades. Cresce o número de moradores de ruas, acampados em baixo de viadutos e canteiros de avenidas

8. UOL. “Lucro dos 4 maiores bancos bate recorde, sobe 20% e vai a R\$ 69 bilhões”. 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/14/lucro-dos-maiores-bancos.htm> . Acesso em 29 de julho de 2020.

9. Vale trazer um trecho de Dardot e Laval: “o management apresenta-se Como modo de gestão “genérico”, válido para todos os domínios, Como uma atividade puramente instrumental e formal, transponível para todo o setor público. Essa mutação empresarial não visa apenas a a Aumentar a eficácia ia reduzir os custos da ação pública; ela subverte radicalmente os fundamentos modernos da democracia, isto é, o reconhecimento de direitos sociais ligados ao status de cidadão” (2016, p. 274)

10. Este é o título do livro de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt publicado nos EEUU em 2019, traduzido em seguida pela Ed. Zahar.

11. Importante notar, ainda a respeito desse ambiente do debate político brasileiro, que esta estigmatização ao que é público e aos pobres se estende também como ódio a todos aqueles que defendem pautas redistributivas, sociais, ambientais e urbanas ou mesmo de direitos humanos, como ONGs, entidades técnicas e profissionais. Uma busca rápida pela internet identifica um número enorme de notícias de ataques do presidente e seus ministros a essas instituições.

12. Vale conferir o *Ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* e, em especial, o capítulo de Luis Felipe Miguel. São Paulo: ed. Boitempo, 2018

13. Cf. COLOSSO, P. “Coronavírus: o escancaramento da realidade urbana e saídas possíveis”. Carta Capital, 04 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/coronavirus-escancaramento-da-realidade-urbana-e-saidas-possiveis/>. Acesso em 29 de julho de 2020.

14. UOL Notícias. “Bairros com favelas e cortiços concentram mais mortes por covid-19 em SP”. UOL, 05 de maio de 2020. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/05/areas-com-favelas-e-corticicos-registram-mais-mortes-por-e-covid-19-em-sp.htm> . Acesso em 29 de julho de 2020.

15. TERRA. “CEO oferece respiradores em troca de reabertura de lojas”. 6 de abril de 2020. <https://www.terra.com.br/economia/ceo-oferece-respiradores-em-troca-de-reabertura-de-lojas,1bf13976b2f303f61b5e9c718ee38cdcx8dw5nfp.html>. E também “Após prometer manter quadro, Madero demite 600 funcionários”. Isto é, 02 de abril de 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/apos-prometer-manter-quadro-madero-demite-600-funcionarios/>

16. Cf. FRASER, Nancy. Entrevista ao Le Monde Diplomatique: <https://diplomatique.org.br/nancy-fraser-o-neoliberalismo-nao-se-legitima-mais/>

17. Cf. “Sobre o conceito de História”, in: *Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política*, p.225.

18. Como parte desse movimento, em 1959 surgiu em Belo Horizonte lembrar que, nesse momento, o Ministério da Cultura tinha sido dissolvido; a Secretária, a atriz Regina Duarte, era a responsável pela pasta da cultura em nível federal.

19. G1 GLOBO. “ ‘E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?’ Diz Bolsonaro sobre mortes por Corona vírus; ‘Sou messias, mas não faço milagre’”. 28 de abril de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em 29 de julho de 2020.

20. A ideia de “necropolítica” como entendemos aqui foi formulada por Achille Mbembe, em *Necropolítica*. São Paulo: Ed. N-1, 2018. Mas o termo já circula amplamente, para caracterizar um modo de organizar o corpo social no qual o poder determina os corpos que merecem viver e os que podem morrer. Esses sujeitos são os subaternalizados, invisibilizados, os considerados menores ou de segunda categoria.

21. Este é o título do livro de Naomi Klein. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2017

22. Cf MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: Ed. N-1, 2018.

23. Vale conferir a entrevista de João Pedro Stedile a <https://tutameia.jor.br/soberania-alimentar-e-resposta-a-crise/>

24. Cf. CAU-BR. “Pesquisa CAU-BR/Datafolha: percepções da sociedade sobre Arquitetura e Urbanismo”. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa-caubr-datafolha-revela-visoes-da-sociedade-sobre-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em 15/05/2020

25. Vale conferir o site da Federação em <http://www.fenea.org/projetos/EMAU>

26. CARVALHO, Celso. BEDESCHI, Luciana. “Parceria Público-Popular: uma proposta contra a especulação imobiliária”. Carta Capital, 21 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/parceria-publico-popular-uma-proposta-social-contra-a-especulacao-imobiliaria/> Acesso em 29 de julho de 2020.

27. Por ora, este artigo não entra no debate acerca da distinção entre “planejamento urbano” e “urbanismo”, realizado por autores como Flávio Villaça (1999) e Erminia Maricato (2011). Assumimos a posição de Françoise Choay (1965), de Henri Lefebvre (1970) e Rainer Randolph, que tendem a aproximar os termos. Para nossos fins, ambos são tratados na chave das práticas, discursos e instituições que intervêm na produção do espaço urbano, enquanto política urbana, mediante a legitimidade do Estado. E o artigo problematiza, justamente, essa exclusividade do ator Estado nessas práticas.

28. Nos termos de Miraftab, “são contra-hegemônicas na medida em que desestabilizam a ordem normalizada das coisas; transgridem tempo e espaço ao posicionar a memória histórica e a consciência transnacional no coração de suas práticas. São imaginativas ao promover a concepção de um mundo diferente sendo, como Walter Rodney diz, possível e necessário. (MIRAFTAB, Faranak. *Insurgent planning: situating radical planning in the Global South*. Planning Theory, 2009, p. 33) Como exemplo emblemático de prática insurgente vale citar o caso do Gezi Park, em Istambul. Uma sucessão de atos performáticos pautou o sucesso do movimento no impedimento de demolição do Gezi Park e da Praça Taksim para a construção de um shopping center.

Referências

ABRANCHES, Sérgio et. al. **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: ed. Cia. Das Letras, 2019.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. São Paulo: Jorge Zahar, 1985

ARRUZZA, Cíntia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%** – um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política** – ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BLYTH, Mark. **Austeridade, a história de uma ideia perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017

BOITO, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: UNICAMP, 2018

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: Neoliberalism’s Stealth**. Cambridge: Zone Books, 2015

BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West**. New York: Columbia Press, 2019

CARVALHO, Celso. BEDESCHI, Luciana. **Parceria Público-Popular: uma proposta contra a especulação imobiliária**. Carta Capital, 21 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/parceria-publico-popular-uma-proposta-social-contra-a-especulacao-imobiliaria/> Acesso em 29 de julho de 2020

CAU-BR. **Pesquisa CAU-BR/Datafolha: percepções da sociedade sobre Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa-caubr-datafolha-revela-visoes-da-sociedade-sobre-arquitetura-e-urbanismo/>. Acesso em 15/05/2020

COLOSSO, Paolo. **Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena**. 2019. – Departamento de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

COLOSSO, Paolo. **Coronavírus: o escancareamento da realidade urbana e saídas possíveis**. Carta Capital, 04 de abril de 2020.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/coronavirus-escancaramento-da-realidade-urbana-e-saidas-possiveis/> . Acesso em 29 de julho de 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. “**Escritório Modelo**”. Disponível em: <http://www.fenea.org/projetos/EMAU>. Acesso em 15 de julho de 2020.

FRASER, Nancy. **Oneoliberalismo não se legitima mais**: entrevista ao Le Monde Diplomatique. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/nancy-fraser-o-neoliberalismo-nao-se-legitima-mais/> . Acesso em 15 de julho de 2020.

GERBAUDO, Paolo. **The Mask and the Flag**: Populism, Citizenism and Global Protest. Oxford University Press, 2017

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: ed. Martins Fontes, 2014.

ISTO É. **Após prometer manter quadro, Madero demite 600 funcionários**. Isto é, 02 de abril de 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/apos-prometer-manter-quadro-madero-demite-600-funcionarios/>. Acesso em 29 de julho de 2020.

KLEIN, Naomi. **Não basta dizer não**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne II** - Fondements d’une sociologie de la quotidienneté. Paris: ed. L’Arché, 1962

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEVITSKI, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: ed Zahar, 2019

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia; COLOSSO, Paolo. **O duplo desafio contra as regressões do direito à cidade**. In: Direitos Humanos no Brasil de 2019. São Paulo. Outras expressões: 2019

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: Ed. N-1, 2018.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. *Planning Theory*, v.8, 2009, p. 32-50.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.18, n.3, 2016. p.363-377.

NOBRE, Marcos (org). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papyrus, 2008.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior** – o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise. São Paulo: ed. Planeta, 2019

RANDOLPH, Rainer. **Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”**: reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. *Scripta Nova*, v.11, n 17, 2007, p. 4-5.

SANTOS, Boaventura. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. **O Lulismo em crise** – um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Cia. Das Letras, 2018.

SOLANO, Esther. et. al. (org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: ed. Boitempo, 2019

STÉDILE, João Pedro. **Soberania alimentar é resposta à crise – entrevista à radio Tutameia**. 14 de abril de 2020. Disponível em: <https://tutameia.jor.br/soberania-alimentar-e-resposta-a-crise/> Acesso em 29 de julho de 2020.

TANAKA, Giselle. **Planejar para lutar e lutar para planejar**: possibilidades e limites do planejamento alternativo. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

TATAGIBA, L; GALVÃO, A. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. *Opinião Pública*, Campinas, vol.25, n.1 jan-abr 2019, p63-96.

TERRA. **CEO oferece respiradores em troca de reabertura de lojas**. 6 de abril de 2020. <https://www.terra.com.br/economia/>

ceo-oferece-respiradores-em-troca-de-reabertura-de-lojas,1b
f13976b2f303f61b5e9c718ee38cdc8dw5npf.html.

UOL Notícias. UOL. **Lucro dos 4 maiores bancos bate recorde, sobe 20% e vai a R\$ 69 bilhões.** 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/14/lucro-dos-maiores-bancos.htm> . Acesso em 29 de julho de 2020.

UOL Notícias. **Bairros com favelas e cortiços concentram mais mortes por covid-19 em SP.** UOL, 05 de maio de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/05/areas-com-favelas-e-corticis-registram-mais-mortes-por-e-covid-19-em-sp.htm> . Acesso em 29 de julho de 2020.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** In DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli R. O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999.

***Paolo Colosso** é professor de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estudou na École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble (2004-2005), graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2006). Tem graduação em Filosofia pela Unicamp (2012), mestrado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2015), onde desenvolveu também sua tese de doutorado (2015-2019). É membro do grupo de pesquisa Teoria Urbana Crítica no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP e do laboratório Indisciplinar da EA-UFMG. Em 2018 realizou estágio supervisionado por Michael Löwy na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris. Autor do livro *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business* (Annablume, 2017); publica textos de situação nos sites de Carta Capital, Outras Palavras e GGN. Junto à rede BrCidades, ganhou prêmio da Associação Paulista de Críticos de Arte, na categoria Urbanidade (2019). Trabalha com questões de produção social do espaço, Direito à Cidade, movimentos sociais urbanos, cultura urbana, Teoria e História da Arquitetura, Urbanismo e Filosofia Contemporânea. E-mail: paolocosso@gmail.com

Entre a Igreja Católica e o Terceiro Setor: relações transescalares e a atuação da AVSI em Belo Horizonte [1]

Between the Catholic Church and the Third Sector: trans-scale relations and the performance of AVSI in Belo Horizonte

Henrique Dias Porto, Gisela Barcellos de Souza, Maíra Ramírez Nobre*

Resumo

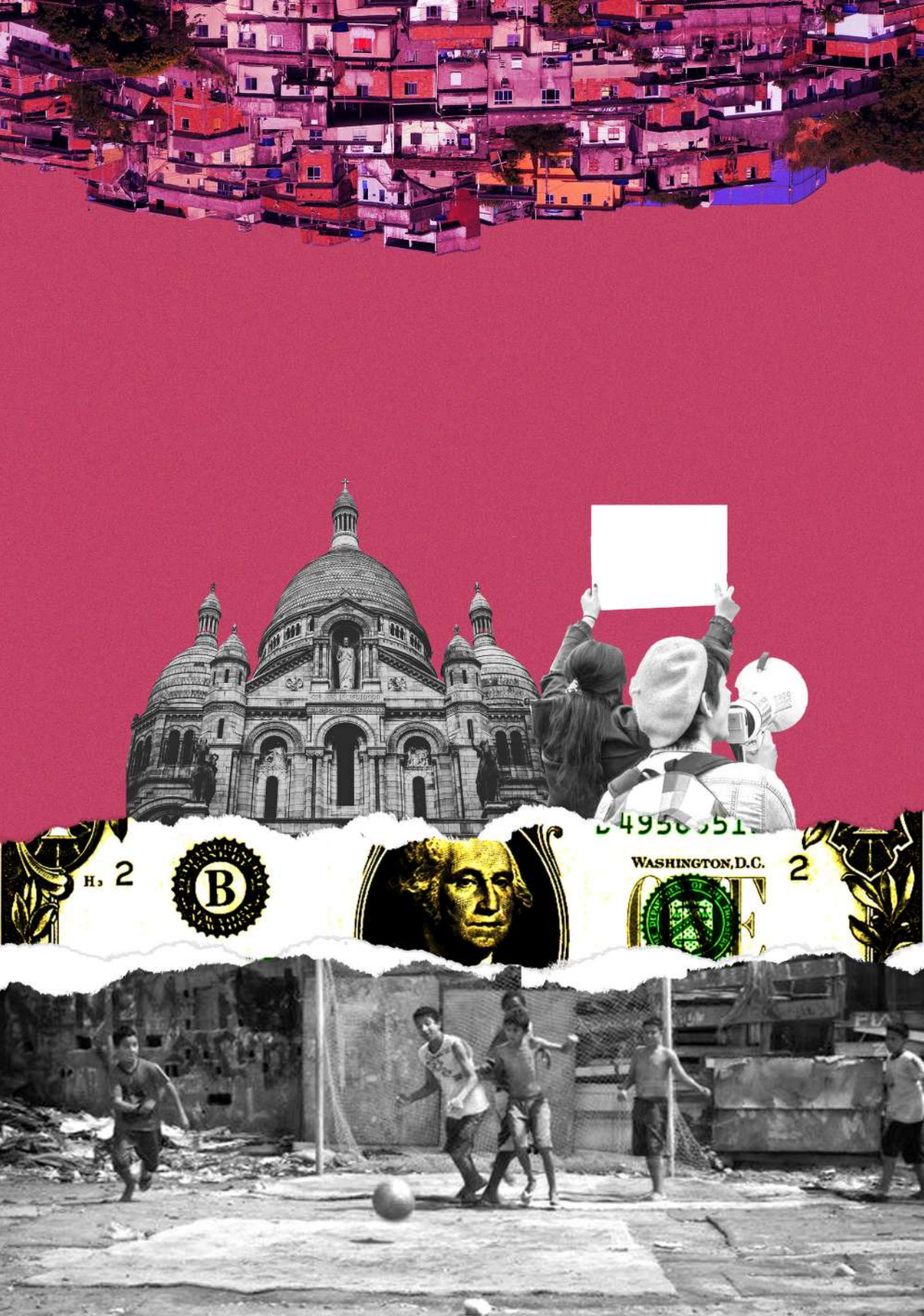
O presente trabalho trata da convergência e da disputa entre setores da Igreja Católica e Terceiro Setor pela pauta de segurança e posse e da urbanização de vilas e favelas no Brasil na década de 80. Aborda-se o caso da Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI), ONG italiana que chega ao Brasil em 1981 como organização vinculada ao movimento religioso *Comunione e Liberazione* e torna-se no início dos anos 1990, a partir das experiências desenvolvidas em Belo Horizonte, uma ONG reconhecida internacionalmente como especialista em intervenções estruturais em assentamentos informais. Trabalha-se aqui com a hipótese de que a chegada da AVSI no Brasil coincide com um momento de transição, em que a questão urbana, sob a perspectiva dos excluídos das ações e políticas estatais, deixa de ser terreno de atuação da Igreja Católica e passa progressivamente a ser campo de interesse de ONGs e financiamentos internacionais. Aborda-se esta organização a partir de uma abordagem transescalar, sob duas grandes perspectivas opostas – a resistência católica ao processo de secularização e a expansão do capital financeiro internacional.

Palavras-chave: AVSI; Terceiro Setor; Igreja Católica; Urbanização de Vilas e Favelas.

Abstract

*This paper deals with the convergence and the dispute between sectors of the Catholic Church and the Third Sector for the security of land tenure and urbanization of slums agenda in Brazil in the 1980s. It analyzes the case of Voluntary Association for International Service (AVSI), a Italian NGO that arrives in Brazil in 1981, as an organization linked to the religious movement *Comunione e Liberazione* and becomes, in the early 1990s, due to its works in Belo Horizonte, an international recognized NGO as an expert in structural interventions in informal settlements. It's considered here the hypothesis that the arrival of AVSI in Brazil coincides with a moment of transition, in which the urban issue, from the perspective of those excluded from state actions and policies, ceases to be territory of the Catholic Church and becomes progressively a field for the insertion of NGOs and international financing. This organization is approached from a cross-scaling perspective and under two major opposing views - Catholic resistance to the process of secularization and the expansion of international financial revenue.*

Keywords: AVSI; Third Sector; Catholic Church; Urban interventions in Vilas and Favelas.



1. Introdução

A participação da sociedade civil no planejamento urbano é, ainda hoje, uma temática repleta de controvérsias. Se, por um lado, a inclusão de organizações sociais no ambiente institucional garante uma gestão mais democrática e plural das cidades; por outro, pode operar como instrumento de isenção das responsabilidades do Estado como garantidor de direitos básicos, como alertam Dagnino (1994; 2002; 2004) e Maricato (2010).

Um importante marco desta progressiva desvinculação entre o papel do Estado e o planejamento urbano foi a Segunda Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat II), realizada em Istambul no ano de 1996. Essa conferência, reconheceu pela primeira vez, em âmbito internacional, a participação da sociedade civil no debate sobre a produção das cidades. Diferentemente da UN-Habitat I (1976), a segunda conferência passou a contar com a participação de ONGs e movimentos sociais[2]. Realizada em um período de grandes transformações – marcado pela vigência de uma “agenda urbana do ajuste”, como descreve Arantes (2006) –, esse evento consolidou o avanço na transposição do receituário neoliberal no âmbito das políticas urbanas. Segundo Rabelo e Fantin (2017), por meio da “descentralização e o fortalecimento do poder local”, a Habitat II representa a “manifestação do consenso ideológico” coetâneo que, calcado na sociedade civil e na iniciativa privada, tinha a demissão do Estado como efeito colateral e pauta subjacente (RABELO; FANTIM; 2017, 935-936).

Se, ao final do século XX, o papel central do Estado no planejamento urbano começa a erodir-se em âmbito internacional; a história do urbanismo nos revela, por outro lado, como a figura do Estado planejador é uma construção recente, com ressonâncias e pungências de ordens variáveis em contextos geopolíticos distintos. No caso brasileiro, esta figura nunca chegou a desenvolver-se em plenitude; diversos foram os fatores que contribuíram para tal – e não seria o caso retomar todos aqui. O presente artigo visa, no entanto, apontar em direção a um aspecto ainda pouco investigado pela historiografia do urbanismo no Brasil: ao lado da figura frequentemente destacada do Estado patrimonialista (FERREIRA, 2011), soma-se, também, o aspecto da recente consolidação da terra urbana como mercadoria e da extinção do sistema de aforamento que permitiu, durante os séculos precedentes, que a Câmara

Municipal e a Igreja assumissem um papel preponderante na produção do espaço urbano (cf. FRIDMAN, 1999; RIBEIRO, 2017).

Durante quatro séculos, o patrimônio religioso, mais frequentemente que o público, possibilitou, por meio do acesso à terra urbana, uma brecha no sistema de sesmarias para aqueles que não eram nem escravos, nem senhores de escravos (REIS FILHO, 2001; MARX, 1991). Ainda que a Lei das Terras, aprovada em 1850, tenha estabelecido legalmente a propriedade privada do solo, a prática de concessão de terras urbanas em troca do pagamento do foro permaneceu vigente até o início do século XX (MARX, 1991; LIMA, 2009). A figura do patrimônio religioso, por outro lado, permaneceu envolvida no tecido urbano brasileiro, como nos demonstra Murilo Marx (1989). A extinção da concessão da terra de patrimônio religioso pode ser compreendida, nesse contexto, como parte do processo de laicização; não obstante, não há como supor que uma prática de longa duração viria a desaparecer subitamente. Ora, deve-se questionar, então, se a atuação da Igreja Católica junto à terra urbana não viria a assumir novos contornos no século XX.

É nessa relação dialética entre o papel secular da Igreja Católica na produção do espaço urbano brasileiro e o surgimento da atuação urbana do chamado Terceiro Setor que se situa o objeto de análise deste artigo. Em outras palavras, a organização examinada se insere entre dois extremos, um se volta para o passado, o outro aponta para as tendências atuais. A despeito de suas dissonâncias, ambos possuem como denominador comum a posição de relativa autonomia em relação ao Estado como ente central no planejamento do espaço urbano. Escrutina-se aqui a atuação inicial da AVSI em vilas e favelas de Belo Horizonte. Essa Organização não Governamental (ONG), teve sua fundação na Itália, em 1972, ligada ao movimento católico *Comunione e Liberazione*. Ainda atuante no Brasil, essa ONG iniciou suas atividades na capital mineira em 1981 e em 1994 iniciou o Programa Alvorada, projeto participativo de urbanização de favelas, que constituiria o embrião para os futuros Planos Globais Específicos (PGE) de Belo Horizonte (CONTI, 2004; BEDÉ, 2005).

A opção por focar um estudo de caso específico, para além de caracterizar o caráter exploratório dessa pesquisa ainda em curso, aproxima este artigo à prática da micro-história, entendida como uma história experimental (LEPETIT, 2016). Nesse sentido, compreende-se que o estudo de um evento de curta duração e localizado em um contexto específico pode elucidar - por

meio de uma sequência de “jogos de escala” e por analogia -, e aprofundar a compreensão de aspectos explicativos da História Urbana:

O modelo histórico encontra-se submetido a dois níveis de validação. Cada um de seus elos explicativos é localmente posto à prova das observações empíricas correspondentes. Em seguida ele é confrontado, em seu conjunto, com o desmentido eventual da dinâmica social [...] A correspondência entre as evoluções previstas pelo modelo e os processos observados permite aplicar ao funcionamento social passado os princípios explicativos (localmente testados de forma empírica) cuja reunião constitui o modelo. (LEPETIT, 2016, p.205)

Não se trata, portanto, de um estudo monográfico sobre a AVSI. Ainda que se parta da indagação e análise de sua atuação em Belo Horizonte entre o início dos anos 1980 e meados dos anos 1990, este artigo não se baseia em uma escala particular de investigação, mas sim na variação de escalas. Busca-se inserir o percurso inicial dessa organização no Brasil “numa multiplicidade de espaços e de tempos sociais” e reconstruir, desta forma, sua significação “pelo novelo de relações sociais que se criam em volta dessa trajetória” (REVEL, 2010, p.438). A atenção se desloca, por conseguinte, da história particular da AVSI, para focar no que sua experiência inicial no Brasil revela sobre a produção do espaço em vilas e favelas e sobre os agentes engajados em sua urbanização.

Trabalha-se aqui com a hipótese de que a chegada da AVSI no Brasil coincide com um momento de transição, em que a questão urbana, sob a perspectiva dos excluídos das ações e políticas estatais, deixa de ser terreno de atuação preferencial da Igreja Católica e passa progressivamente a ser campo de inserção de ONGs e financiamentos internacionais. Não se pretende, com isso, afirmar que se trata de processo harmônico e unívoco – sem contradições, descontinuidades ou solavancos – e, muito menos, que esse é um movimento já conclusivo. A atuação de organizações não governamentais e de setores progressistas daquela instituição religiosa se sobrepõem no mesmo território; ora disputando-o, ora associando-se, ora assumindo paradoxalmente a forma de uma mesma entidade, como é o caso da AVSI. O Estado assume aqui um papel intermitente e contraditório; reivindicado e apartado, oscila entre momentos

de maior abertura às pautas populares – em que trabalha de forma paralela ou em conjunto com os agentes supracitados – e outros de total afastamento. Essa disputa ainda vigente entre diferentes entidades no mesmo território explica a opção pela estruturação dialética deste artigo.

Este texto se estrutura, por conseguinte, em três partes, complementadas pelas considerações finais. Na primeira, contextualizar-se-á a chegada da AVSI no Brasil, junto aos processos de institucionalização das ações das ONGs e OSCIPs e de tradução das políticas neoliberais para o planejamento urbano. Na segunda parte, caracteriza-se a ação das bases eclesiais e da Pastoral de Favelas junto ao Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), como parte de uma ação da Igreja Católica que encontra nicho, não coberto pelas políticas públicas, à possibilidade de exercer novamente um papel protagônico na produção do espaço de parte da cidade. O enfrentamento entre esses dois movimentos, um que aponta à tendência atual e o outro arraigado em uma prática do passado, permite situar a atuação inicial da AVSI em Belo Horizonte – abordada no terceiro capítulo. Sua inserção local se dá por meio de um imbricamento entre as redes[3] do movimento Comunhão e Liberdade italiano e aquelas constituídas pelas ações Comunidades de Base brasileiras. Não obstante o aspecto contingencial de seu envolvimento com a realidade local, o trabalho desenvolvido junto à favelas brasileiras permite que a organização venha a galgar novos campos de atuação e alcance reconhecimento em âmbito internacional. Para tanto, este artigo se embasa em um conjunto de distintos documentos, desde construções, frutos de debates coletivos, como leis, declarações, normativas, planos e orientações, à depoimentos pessoais e entrevistas com personagens relevantes para compreensão da atuação da AVSI em Belo Horizonte[4]. Estas fontes primárias, após sua crítica interna e externa, foram cotejadas e contrastadas entre si e junto a uma miríade de fontes secundárias e narrativas de conjuntura a fim de permitir a compreensão transescalar almejada.

2. O Terceiro Setor nas vilas e favelas

A AVSI é atualmente uma ONG presente em 32 países – situadas na América Latina, na África, no Oriente Médio, na Europa e na Ásia – por meio de uma rede de 34 organizações e 700 parceiros[5]. Seu campo de atuação principal são projetos de

cooperação para o desenvolvimento, com ênfase na educação, contando com fundos de origem privada e, majoritariamente, pública[6]. Segundo Arturo Alberti, médico e um dos fundadores da AVSI, a ONG teria nascido em 1972, em Cesena, norte da Itália, após uma experiência de voluntariado no Congo da qual participou junto com sua esposa e um grupo de amigos (ALBERTI, 2009). Naquela ocasião, esse grupo de italianos vinculados ao movimento *Comunione e Liberazione* (CL) desenvolveu uma missão de apoio médico-social em Kiringye (Congo) que teve continuidade em uma série de projetos de cooperação da AVSI até 1976 (CAMISASCA, 2004).

Sem minimizar a importância da supracitada experiência fundadora, prática da missão leiga por si só não justifica o surgimento da AVSI. Tal vivência havia marcado a atuação do *Giuventù Studentesca* (GS), grupo de secundaristas católicos no qual Alberti fora engajado e que, em 1969, viria a transformar-se no movimento CL (BONATO, 2017). Criada pelo sacerdote Luigi Giussani em 1954 – ano em que passou a ministrar aulas no *Liceo Classico Berchet*, em Milão – a GS se expandiu em pouco tempo para o meio estudantil da região de Milão (BONATO, 2017). O grupo se estruturou em torno de três valores: cultura, caridade e missão. A missão assumiu lugar especial na doutrina de Don Giussani, que buscou viabilizar que “os próprios leigos se tornassem agentes ativos na obra missionária” (BONATO, 2017, p.152) e visava, com isso, projetar a GS em escala Global. A fundação da AVSI no início dos anos 1970 permitia, portanto, àquele grupo de jovens leigos que haviam se formado no GS, darem continuidade à prática iniciada em 1961, com a chegada do primeiro grupo de missionários leigos no Brasil, em Belo Horizonte.

A opção por denominá-la como uma associação de “voluntários”, no entanto, não é casual neste contexto. Pouco antes da missão no Congo, promulgou-se na Itália a Lei n.1222, de 15 de dezembro de 1971, que tinha por objetivo apoiar programas de cooperação técnica com países em via de desenvolvimento visando cumprir com “os compromissos decorrentes da participação italiana em programas promovidos para o mesmo fim por organismos e organizações internacionais” (ITÁLIA, 1979, art. 1). Dentre as possibilidades de acesso aos fundos governamentais para esta finalidade, especificou-se, nesta Lei, a figura do “voluntariado civil”. Desta forma, a AVSI obteve seu registro no Ministério de Assuntos Estrangeiros da Itália (MAE) em 1973, passando a ser identificada, desde então, como uma organização para

cooperação internacional. Passados seis anos de seu registro, a Lei 38 de 9 de fevereiro 1979 revisaria a supracitada normativa a fim de, entre outros, ampliar o escopo das iniciativas e programas por ela apoiados e explicitar sua pertinência aos acordos e fóruns da Comunidade Econômica Europeia (ITÁLIA, 1979). Incluía-se também, por meio desta, a possibilidade de acessar os fundos europeus e de organismos internacionais (ITÁLIA, 1979, art. 2).

A vinda da AVSI ao Brasil ocorreria neste momento em que a associação de voluntários não representava mais somente os interesses da Itália, mas também aqueles da Comunidade Econômica Europeia (CEE). Em 1981, Don Giussani teria entrado em contato com Alberti para verificar se era possível apoiar o trabalho que membros da CL – e antigos colegas da GS – vinham desenvolvendo em Belo Horizonte (ALBERTI, 2009). Tratava-se aqui do Padre Pigi Bernareggi – que veio ao Brasil em 1964, em uma das missões leigas da GS – e de Rosetta Brambilla, que chegou em 1975 e aderiu ao trabalho desenvolvido por aquele sacerdote em sua paróquia, no bairro Primeiro de Maio em Belo Horizonte (CAMISASCA, 2004). O projeto pioneiro de cooperação da AVSI no Brasil aprovado junto ao MAE foi de um curso de formação: “O projeto previa cursos [de formação] simples (eletricista, carpinteiros) aos jovens do bairro 1º de Maio e os locais eram fornecidos pela paróquia de Padre Pigi” (ALBERTI, 2009, p.17). O projeto contava com Rosetta Brambilla e seu marido como voluntários e a contrapartida da associação Jovens e Adultos a Serviço da Comunidade (JASC), fundada por Pe. Pigi alguns anos antes (ALBERTI, 2009).

A ação inicial da AVSI em Belo Horizonte, ocorre como um dos primeiros casos de cooperação internacional e conformação de um “terceiro setor” na abordagem de questões urbanas e sociais na cidade[7]. Vale ressaltar, o termo ONG começava a ser difundido naquele momento no país. A AVSI no Brasil representava, portanto, uma das pioneiras em uma categoria que viria a ser institucionalizada somente em 1995, com Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de Fernando Henrique Cardoso: as chamadas Organizações Sociais (OS). O registro como OS permitiu, a partir de então, que organizações da sociedade-civil pudessem firmar contratos com entes Estatais para a realização de serviços de ordem pública. Posteriormente, em 1999, a lei que instituiu as OSCIPs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, sofisticaria esta categoria, ampliando as possibilidades de atuações dessas organizações junto ao Estado. Atualmente, a classificação adotada oficialmente é a de

Organizações da Sociedade Civil (OSCs), uma vez que em 2014 foi aprovado o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil que, além de oficializar outras categorias jurídicas para a colaboração entre Estado e ONG, as unificou sob um mesmo texto na designação abrangente de OSC. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a respeito das OSCs presentes em Belo Horizonte (gráfico 01) permitem visualizar o expressivo crescimento destas instituições entre os anos 1970 e 2018.

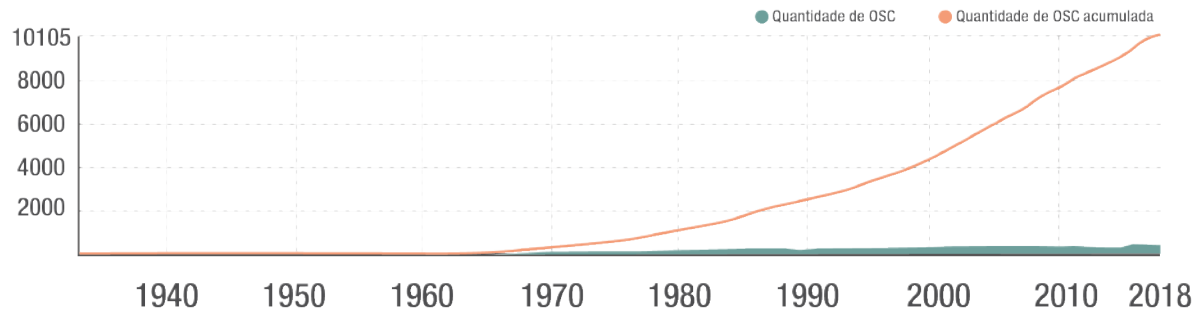


Gráfico 01: Evolução da quantidade de OSCs por ano de Fundação. Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do IPEA.[8]

Curiosamente, a inexistência de um marco regulatório não impediu que a AVSI estabelecesse contratos para prestação de serviços a entes públicos ainda nos anos 1980. A chegada da AVSI no país, coincide com o reconhecimento das favelas pelo planejamento urbano. Em 1983, aprovou-se em Belo Horizonte, a lei do Profavela (Lei Municipal no 3.532, de 6 de janeiro de 1983), que incluía pela primeira vez as vilas e favelas no zoneamento oficial da cidade, além de instituir diretrizes para urbanização e regularização destas[9]. Esta lei é destacada por Novara (2003) como marco do início da atuação da AVSI nas questões urbanas da cidade. De fato, por intermédio da atuação de Bernareggi como pároco na Vila Primeiro de Maio, bem como na Pastoral de Favelas, a AVSI realiza sua primeira ação com abordagem urbanística. Logo após a aprovação da Lei do Profavela, em maio de 1984, chegam à Belo Horizonte dois missionários leigos vinculados ao CL, Anna e Livio Michielini[10], incumbidos de operacionalizar um método participativo para urbanização de favelas em nome da AVSI, contando para tanto com financiamento da União Européia (ALBERTI, 2009). Após um grande esforço de negociações, os Michielini envolvem o Governo do Estado, na figura do Programa de Desenvolvimento de Comunidade (Prodecom), a Sociedade Mineira de Cultura (SMC) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC), representadas pelo Bispo Dom Serafim, e a Universidade de Bolonha (UniBo), na

figura do engenheiro Roberto Mingucci, para realizar o projeto. Sob as instruções de Bernareggi e Rosetta Brambilla, realiza-se então a urbanização de parte da Vila Primeiro de Maio, uma das primeiras a serem realizadas na cidade (ALBERTI, 2009; URBEL, 2011).

Após a conclusão dessa experiência piloto, a AVSI pleiteia nova remessa de recursos junto ao MAE, para que os Michielini coordenassem projetos de regularização fundiária. Desta vez, fora firmado um termo de Cooperação Técnico-Financeira entre AVSI, Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, SMC e a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) representando a administração municipal – aprovado por meio da Resolução 1113/1988. O termo visava “possibilitar a desapropriação e a legalização de terras ocupadas por favelas no município de Belo Horizonte, sejam do Estado, da Prefeitura ou de particulares, com a titulação em favor dos moradores locais” (BELO HORIZONTE, 1988). O projeto nomeado Grande Profavela, contou, mais uma vez com a colaboração de engenheiros da Universidade de Bolonha e concluiu, até o ano de 1992, o levantamento topográfico de 20 favelas de Belo Horizonte, dentre elas, a Vila Primeiro de Maio (ALBERTI, 2009). O sucesso do trabalho iniciado na capital mineira, e estendido a outras seis cidades, possibilitou seu reconhecimento internacional em 1995, quando Anna e Livio Michielini foram agraciados com o prêmio *Global 500*[11], do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, por “terem influenciado as condições de vida na Terra como membros ativos da comunidade” (ALBERTI, 2009, p.22).

O Grande Profavela marca o início de uma série de parcerias da AVSI com o poder público para a realização de melhorias urbanísticas em vilas e favelas. O “modelo” aplicado convergia mão de obra, tecnologia e recursos da comunidade beneficiada – na forma de autoconstrução –; do poder público local, a partir das agências de planejamento –; e da ONG, trazendo tecnologia estrangeira e recursos de financiamentos internacionais. Em 1994, iniciou-se o “Programa Alvorada”, que previa inicialmente a realização de projetos de intervenção estrutural em cinco favelas de Belo Horizonte, mas acabou restringindo-se às vilas Senhor dos Passos, Ventosa e Apolônia (BEDÊ, 2005; CONTI, 2004). Apenas a Vila Senhor dos Passos teve seu projeto de urbanização implementado, fruto da parceria entre a AVSI, a URBEL e a empresa Diagonal Consultores Associados, com financiamento internacional do MAE para a primeira fase e nas

etapas posteriores do Pró-Moradia e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BEDÊ, 2005). O Alvorada seria reconhecido como uma das “boas práticas” apresentadas em 1996 na Conferência Habitat II, realizada em Istambul (UNCHS, 2000). Nesse mesmo evento, o Programa “Ribeira Azul”, realizado pelos Michielini em Salvador, foi apresentado pelo gerente de projetos do Banco Mundial como “exemplo de abordagem integrada e participativa de luta contra a pobreza urbana” (ALIANÇA, 2008, p.2). O reconhecimento dos dois projetos deu-se pela consonância com três aspectos defendidos na declaração de Istambul: a promoção de organizações comunitárias e não-governamentais como agentes da participação popular e transparência; a promoção de políticas de produção de habitação popular a partir de autoconstrução; e a asseguarção do direito de posse da terra nos assentamentos informais (UN, 1996, p.33-41).

Todas essas iniciativas ocorreram antes mesmo da regulamentação das categorias supracitadas, da cooperação entre ONG e poder público, e contribuíram, em certa medida, para a instrumentalização dessas. A atuação pioneira da AVSI enquadra-se no conceito da “confluência perversa”, proposto por Evelina Dagnino (2004). Se, por um lado, a aplicação desse modelo viabiliza as primeiras intervenções estruturais do poder público em vilas e favelas, com participação ativa da comunidade local e respeito aos assentamentos preexistentes; por outro, minimiza o papel das nascentes instituições de planejamento estatais e a interlocução destes órgãos com as organizações comunitárias, em favor de uma “terceirização” desse papel para a ONG e a “cooperação internacional”. Vale ressaltar que todo esse processo ocorre em um momento de erupção do receituário neoliberal para as cidades.

A “Agenda Urbana do Ajuste”, como descreve Arantes (2006), opera como uma espécie de “Consenso de Washington” para as cidades. Em um momento em que os países do Terceiro Mundo eram acometidos pelas crises de dívida externa na década de 1980, as administrações municipais precisaram apelar para a cooperação internacional para realização de projetos urbanísticos e de habitação. Assim, os financiamentos internacionais chegaram às cidades carregados de condicionantes, muitas vezes associados a medidas de privatização e terceirização das intervenções de responsabilidade pública, em nome da “boa governança”. Nesse sentido, o caso da AVSI representa também a concessão do espaço do planejamento público – que começava a reconhecer as vilas e favelas – para uma ONG associada à cooperação internacional.

Assim, configura-se uma confluência pioneira entre setores marginalizados da sociedade, o poder público e a aplicação do modelo hegemônico incipiente, baseado na substituição do Estado por entidades do terceiro setor. A perversidade desta confluência se coloca no sentido de que essa aproximação via sociedade civil unifica projetos de “direções opostas e até antagônicas”: a inclusão da população carente no planejamento formal e a isenção progressiva do Estado de seu “papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” (DAGNINO, 2004, p.142). No caso específico da AVSI, no entanto, a articulação entre participação popular e ONG à frente da urbanização de assentamentos informais não teria sido possível sem o intermédio da Igreja Católica, como veremos na sequência.

3. A atuação da Igreja em vilas e favelas

A atuação da Igreja católica em vilas e favelas no Brasil, o surgimento de pastorais ligadas à questão urbana – como a Pastoral de Favelas – e o engajamento das Comunidades Eclesiais de Base em lutas que conduziram à construção do Movimento da Reforma Urbana envolvem-se em uma complexa trama transescalar que assume distintas temporalidades. No curto tempo, e sob a perspectiva brasileira, essas atuações surgem como resposta à “extrema precariedade dos assentamentos periféricos, a absoluta ausência do Estado na implementação de políticas habitacionais e urbanas durante décadas” locais que não eram contemplados por políticas do Banco Nacional de Habitação (BNH), como destacam Ferreira e Motisuke (2007, p.43). Sob a perspectiva da longa duração, verifica-se que as supracitadas ações se inserem no bojo de diversas reações eclesiais ao processo de secularização em âmbito global.

Em meados do século XX, a Igreja católica dá sinais de preocupação com a laicização promovida pelo avanço do capitalismo e com a significativa diminuição do número de fiéis na Europa [12]. Na América Latina, na África e na Ásia, não obstante, assistiu-se um crescimento progressivo no número de católicos ao longo daquele século, sobretudo até a década de 1970, momento em que o catolicismo se consolidou “como uma religião na qual 67,31% dos fiéis se encontravam fora do continente europeu” (BONATO, 2017, p.147). A partir dos anos 1950, verifica-se uma

série de encíclicas papais que visavam promover e modernizar as ações missionárias nessas regiões, deixando menos claro os objetivos de conversão e buscando maior ênfase na questão social. O Concílio do Vaticano II (1959) e a encíclica *Mater et Magistra* (1961) forneciam, nessa conjuntura, “os motivos para que a ação missionária fosse repensada concretamente como uma abertura da Igreja ao mundo e aos problemas sociais em escala planetária” (BONATO, 2017, p.146).

A América Latina assume um lugar especial neste cenário. Se, por um lado, nessas regiões o número de fiéis quadruplicou entre 1900 e 1970, quando concentrava 40,38% dos católicos do mundo; por outro, a Revolução Cubana (1959) e a possibilidade do avanço do comunismo sobre o subcontinente representavam uma possível ameaça para a hegemonia católica, exigindo atenção especial.

É nesse contexto de abertura para o mundo e para os problemas sociais que se pode compreender a controversa encíclica *Populorum progressio* (1967), na qual o papa João VI clamava pela necessidade de promover o desenvolvimento dos povos e apresentava críticas à propriedade privada e ao avanço do capitalismo. Refutada pelas alas conservadoras do clero, esta encíclica teria especial importância para legitimação da atuação da Teologia da Libertação na América Latina, nos anos 1970, e para a atuação da Pastoral de Favelas ao final daquela década (BRUM, 2018):

A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos. Quer dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Ninguém tem direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário. Numa palavra, o direito de propriedade nunca deve exercer-se em detrimento do bem comum, segundo a doutrina tradicional dos Padres da Igreja e os grandes teólogos. (POPULORUM PROGRESSIO, 1967)

Por um lado, a carta papal dirigia-se a uma questão tipicamente latino-americana – região em que as *barriadas*, *villas de miséria*, *campamentos* e favelas representavam ao menos um terço da população urbana. Por outro, a defesa da posse em detrimento da propriedade privada retomava sob nova roupagem uma prática daquela instituição religiosa que havia sido legalmente extinta, no contexto brasileiro, em meados do século XIX: o aliciamento

de fiéis vinculado ao acesso à terra urbana. Os fregueses[13] de outrora, tornavam-se agora os favelados; permanecia a posse da terra urbana associada à fidelidade a uma paróquia.

Ainda que a propriedade privada da terra tenha sido regulamentada em 1850, a prática de sua concessão no meio urbano, com ou sem pagamento de foro, permaneceu sendo praticada nas primeiras décadas do século XX, tanto pelo poder público, quanto pelo eclesial – mesmo no contexto de uma cidade construída *ex novo*, como Belo Horizonte[14]. Coincidentemente, o local que viria a servir à AVSI como laboratório e vitrine para intervenção estrutural em favelas (BEDÊ, 2005), a Vila Senhor dos Passos, teve sua origem em 1914 vinculada à outorga da posse de terra à famílias pobres por intermédio da Igreja[15].

A encíclica de João VI permitia, portanto, retomar essa prática secular sob outro contexto; a Igreja parecia, na América Latina dos anos 1970, ter feito a “opção pelos pobres” – como fora destacado na III Conferência Episcopal Latino-americana em Puebla (México) em 1978 (BRUM, 2018). No Rio de Janeiro e em Belo Horizonte observa-se, neste momento, o surgimento de pastorais que vão deslocar o interesse da moradia para a oposição às remoções e para a defesa da legitimidade da posse da terra urbana: as Pastorais de Favelas. Ao contrário de sua correlata carioca, cujo ato inaugural se deu na resistência à remoção do Vidigal em 1977 (BRUM, 2018), a instituição da Pastoral de Favelas pela Diocese de Belo Horizonte deve-se diretamente ao trabalho desenvolvido pelo Padre Pigi (ALBERTI, 2009; NOGUEIRA, 2016).

Pigi Bernareggi chegou ao Brasil um pouco antes do Golpe Militar, quando se juntou às missões da *Giventù Studentesca* progressas (BONATO, 2014)[16] e ingressou no seminário em Belo Horizonte juntamente com outros dois colegas da GS. As tensões desencadeadas pela Ditadura, no entanto, logo comprometeram a presença dos missionários no país; Pigi fora o único dentre seus companheiros que optou permanecer (CAMISASCA, 2004).

Desde 1962, os missionários da GS, então estabelecidos em Belo Horizonte desenvolviam ações de caridade no atual bairro Primeiro de Maio, então nomeado, Vila Operária. Tratava-se, naquele momento, de “realizar trabalhos com crianças pequenas e gestantes, e a oferecer orientações sobre higiene, hábitos sanitários e alimentares” (BONATO, 2017, p.154). O primeiro contato de Pigi com aquele assentamento, que viria a ser a sede

de sua paróquia, no entanto, ocorreu apenas em 1965, no quadro de suas atividades junto ao Seminário:

Primeiro encontro que eu tive com esse povo foi quando eu era seminarista (...), por que eles nos mandavam no fim de semana - como fazem até hoje - a fazer trabalho de pastoral, cada um num canto. E eu fui mandado para o Primeiro de Maio, em 1965, sábado e domingo. Mas foi um tempo fantástico, porque foi ali que eu descobri a beleza da favela. A gente vem da Itália com aquela ideia de que a favela é o câncer da cidade, que tem que expulsar os favelados... ao passo que a gente viu a maravilha da favela. (BERNAREGGI, 2019, entrevista)

Iniciava-se, desta forma, um diálogo com esta favela que levaria, primeiramente, ao seu envolvimento, ainda como seminarista, nas Obras Sociais Senhora da Glória e culminaria, em 1969, com sua decisão de morar ali (CAMISASCA, 2004). Segundo Bernareggi (2019), teria sido Frei Cleto, responsável pela criação das supracitadas Obras Sociais, quem teria lhe ensinado a amar os favelados e a dedicar-se a eles. A fundação da Paróquia de Todos os Santos naquele local, no entanto, deveria esperar quase uma década:

A nossa paróquia foi criada em 1977, juntando as favelas das duas paróquias do lado, que não queriam saber das favelas. Então [a paróquia do] Primeiro de Maio veio [parte] do bairro São Paulo e do Providência do Aarão Reis. As duas paróquias desistiram dos pobres e fizeram a paróquia que eu fui trabalhar nela! (BERNAREGGI, 2019, entrevista)

A partir de 1974, o Movimento de Favelados começou a se rearticular na capital mineira (NOGUEIRA, 2016). Em janeiro 1975, Padre Pigi descrevia seu envolvimento junto a esse movimento da seguinte forma: “Estamos tentando criar um novo mundo entre os favelados, um mundo que nasça de uma relação de origem diferente” (BERNAREGGI, 1975, *apud* CAMISASCA, 2004, p.262). A pressão social e o trabalho iniciado por Bernareggi permitiram a fundação da Pastoral de Favelas em 1977 (CONTI, 2004), cujas reuniões ocorriam na própria sede da Arquidiocese de Belo Horizonte, em um “barraco de madeira ao lado da casa do bispo” (NOGUEIRA, 2016, p.65). Esse movimento ganharia novos impulsos ao final da década, quando as fortes chuvas de 1978 e 1979, somadas às remoções que eram então

promovidas pela CHISBEL junto a linhas de drenagem e córregos, levaram a um grande número de desabrigados (CONTI, 2004). A resposta do Governo do Estado viria na forma do Programa de Desenvolvimento de Comunidades de 1979, o PRODECOM, que tinha, dentre suas quatro linhas de ação, uma destinada ao desenvolvimento de projetos “de melhorias urbanas em favelas e bairros periféricos da região metropolitana de Belo Horizonte” (PRATES e ANDRADE, 1985, p. 136)[17].

A luta pela regularização fundiária logo se tornou a principal reivindicação da Pastoral Geral de Favelas, dirigida por Padre Pigi até o ano de 1981[18]. Nesse contexto, sua atuação junto ao movimento dos favelados foi fundamental para a aprovação do PROFAVELA em 1983 (CONTI, 2004, NOGUEIRA, 2016). Padre Pigi chegou a se envolver diretamente na luta pela posse da terra urbana em prol dos favelados, narrando da seguinte forma o movimento de enfrentamento a um grileiro no Primeiro de Maio:

Foi uma briga tremenda com um sujeito, um tal de Hélio Gama! Hélio Gama era um sujeito sem vergonha, vivia grilando terra. [...] Entrou com um projeto na justiça e o juiz deu a ele posse de um terreno que era público! [...] Só que nós tínhamos consciência de que quem tinha que ter a posse somos nós moradores do lugar. Por que é terreno público! [...] Então o que que acontece, um dia tal, um sábado como sempre, chega a polícia com quatro ou cinco [...] viaturas, e começam a marcar o perímetro com postes de arame farpado. Nós ficamos sabendo disso... eles punham o poste e nós vínhamos atrás e tirávamos o poste! Por que a lei diz que, em falta de tempo, você tem condições de se defender com suas próprias forças. Isso gerou um processo que demorou cinco anos, do qual eu fui salvo por que o advogado que tomava conta de mim entrou com o recurso de prazo, por que, se não, eu tinha que ser preso dentro do conceito da ditadura militar. (BERNAREGGI, 2019, entrevista)

Na segunda metade da década de 1980, face ao enfraquecimento da atuação das Pastorais de Favela – tanto em Belo Horizonte, como no Rio de Janeiro (NOGUEIRA, 2016; BRUM, 2018) –, Padre Pigi articula um novo movimento para dar prosseguimento a sua luta. O contato com moradores da Vila Primeiro de Maio que viviam de aluguel, sob grande instabilidade e a constante possibilidade de encontrarem-se desabrigados, motivou seu envolvimento na

constituição da Associação dos Moradores de Aluguel da Grande Belo Horizonte (AMABEL), em 1985 (NOGUEIRA, 2016). Por meio desta instituição, o pároco passou a atuar diretamente na realização de loteamentos comunitários destinados a abrigar os sem-casa, com ou sem auxílio e consentimento das autoridades (CAMPOS, 2013, p.27-29).

A minha paróquia aqui tinha um lote lá embaixo, dos vicentinos, das famílias que ficavam na rua, despejados e tal. Então mandavam lá para aquele lote. Só que o lote cabia 10, 15 famílias no máximo, não cabia mais nada. Quando chegou a décima sexta família o quê que eu ia fazer? Eu falava: Oh gente, eu não tenho mais nada, o quê que eu vou fazer? Então junta os seus colegas, os seus amigos, [...] gente que mora de aluguel, gente que mora num lote só, pobres, miseráveis, o povo dava, discutiu aqui nesse salão aqui é... a ideia foi: Vamos criar uma associação de luta pela moradia de baixa renda [AMABEL], vamos batalhar. Que nós não temos terra aqui. Só se pode construir se tiver terreno. Então vamos trabalhar. Então nós colocamos um encontro grande com o prefeito [Sérgio Ferrara] - nós chamamos o prefeito - o presidente da Câmara dos Vereadores e tal e tal e o Ferrara foi muito simpático à ideia, pegou o secretário de ação comunitária dele e jogou em cima dessa problemática. De fato foi um choque. Em três anos construímos 20 mil moradias, em Belo Horizonte, de baixa renda, de o-3 salários mínimos. Coisa que nunca aconteceu nessa cidade. (BERNAREGGI, 2013, entrevista *apud* CAMPOS, 2013, p.30).

A partir da AMABEL, Pe. Pigi articulou a criação dos loteamentos Jardim Felicidade, Novo Aarão Reis, Paulo VI, Castanheira-3, Capitão Eduardo, Beija-Flor e Jardim Filadélfia (CAMPOS, 2013, p.31), empregando a lógica dos mutirões e da autoconstrução, em parceria com os sem-casa mobilizados pela associação e, por vezes, com o apoio do poder público. Posteriormente, o Pe. Pigi desliga-se da AMABEL, por conta de conflitos internos, e forma a Central Metropolitana dos Sem-Casa (CEMCASA), instituição a partir da qual dá prosseguimento à iniciativa dos loteamentos populares, porém, com menores relações com o poder público e, inclusive, com a Igreja Católica, na figura da Arquidiocese de Belo Horizonte, adotando uma postura progressivamente autonomista (CAMPOS, 2013, p.31-34).

A despeito do envolvimento pessoal de Padre Pigi, a defesa do direito de posse não tratava um movimento católico restrito ao contexto de Belo Horizonte. Efetivamente, nos primeiros anos da década de 1980, verifica-se a edição de uma sequência de textos da Conferência Nacional dos Bispos, que tratavam da questão do acesso à terra urbana e legitimavam a atuação das Pastorais de Favelas: “Propriedade e Uso do Solo Urbano: situações, experiências e desafios pastorais”, em 1981; “Solo Urbano e Ação Pastoral”, em 1982, entre outros. Nesse último documento, por exemplo, a CNBB se manifestava publicamente contra a política de remoção de favelas, denunciava a inadequação do direito de propriedade e a ausência de uma legislação que regulasse a função social da terra urbana (CNBB, 1982). Reconhecia-se a favela como o início de uma solução empreendida pelos próprios moradores:

Consciente, cada vez mais, da capacidade do povo em resolver seus próprios problemas, a Igreja incentiva-o a participar de todas as decisões que lhe dizem respeito, apoiando as diversas formas de organização e de mobilização populares, tais como os movimentos de defesa dos favelados. (CNBB, 1982, p.14)

O primeiro projeto de cooperação desenvolvido pela AVSI no Brasil coincide com este momento de efervescência da luta pela segurança da posse da terra urbana, período no qual o agente local da CL veio apoiar – ou talvez proteger? –, a pedido de Don Giussani (ALBERTI, 2009) que estava completamente envolvido[19]. É possível teorizar que os missionários envolvidos com a ONG italiana tenham encontrado uma realidade distinta da qual imaginavam. O projeto inicial de cooperação que viabilizara sua vinda no início dos anos 1980, referente a cursos de formação profissional, inseria-se na sequência de ações humanitárias que eram desenvolvidas pela AVSI na África e dava, de certa forma, continuidade às missões leigas iniciadas pela GS. Os voluntários encontram em Belo Horizonte, no entanto, uma paróquia e uma pastoral profundamente engajadas na disputa pela terra urbana em prol dos favelados, ambas dirigidas por Padre Pigi. Não por acaso, o segundo projeto que desenvolveriam no Brasil voltava-se justamente para a regularização fundiária, cujo experimento piloto, executado no Primeiro de Maio, seguiria às instruções diretas do Padre Pigi (ALBERTI, 2009). Tratava-se, portanto, de adequar a pauta de cooperação à demanda local.

4. Sínteses instáveis e transescalaridade: a Segurança da Posse e a AVSI

Por meio dos dois percursos narrativos empreendidos nos capítulos precedentes observa-se como, no decurso dos anos 1980 e início dos anos 1990, dois movimentos opostos parecem encontrar na regularização da posse da terra urbana – e na luta dos favelados – um lugar comum. Por um lado, um que, na defesa do resgate do papel secular da paróquia – a associação entre chão, fiéis e Igreja –, olha para o território em que vivem ao menos 35% da população urbana (CNBB, 1982), em franca expansão face à intensa urbanização brasileira nos anos 1970 e 1980, como possibilidade de ampliar sua inserção e aproximar-se de devotos fiéis. Por outro, o movimento que, sob a perspectiva oposta, vê nestes territórios novas possibilidades de ativos para o fluxo do capital internacional (ROLNIK, 2015). Para um, a posse territorializa; para o outro, desterritorializa. A crítica à propriedade privada – cuja regulamentação constituiu o cerne para o avanço do capitalismo – aparece para o primeiro como parte de uma resistência ao processo de secularização. Para o segundo, estes últimos bastiões da posse representam um nicho ainda não coberto pelo capital flexível internacional; a defesa de sua garantia parece, nesse contexto, como uma possibilidade de ampliação de mercado.

Entende-se, nesta conjuntura, que o Banco Mundial tenha respaldado no início dos anos 1990 o projeto Novos Alagados – Programa Ribeira Azul – que a AVSI desenvolvia em Salvador (ALBERTI, 2009; ZUIN, 2005), bem como assumia a defesa de intervenções estruturais participativas em favelas na Conferência Habitat II. A mudança da perspectiva faz com que estes espaços – antes vistos como problema, agora como o início de uma solução – sejam legitimados como fruto “um investimento de recursos implementados com o engajamento e esforço de grupos organizados de sem-teto” que deveria ser “reconhecido e integrado à cidade, aprimorado do ponto de vista urbano e social, mas certamente não eliminado e destruído” (MICHELINI, 2009, p.204).

A ONG assume, para tanto, o papel de intermediário preferencial. Anna Michelini (2009) destacava a importância do profissionalismo, da capacidade de autocrítica e a flexibilidade como características fundamentais para a condução de intervenções participativas em favelas. Corroborando com a perspectiva defendida pelo Banco Mundial, a socióloga da AVSI

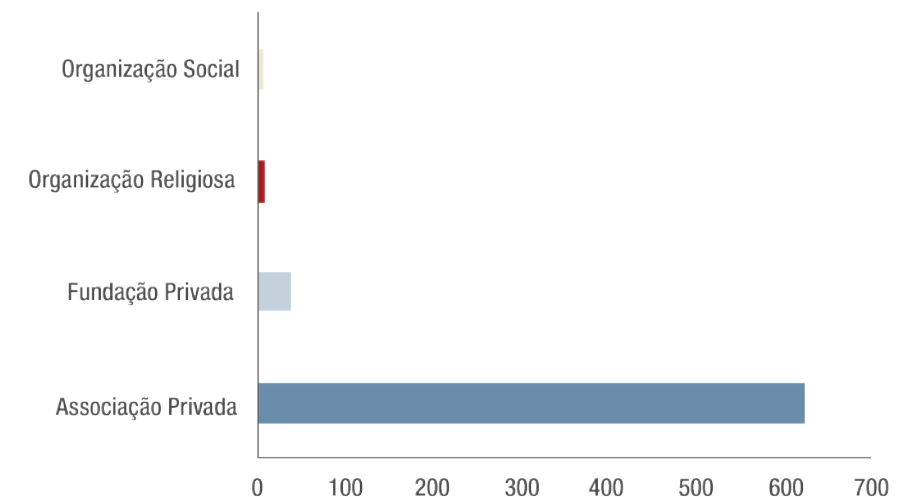
Gráfico 02: Natureza Jurídica das OSCs atuantes em Belo Horizonte atuantes em Habitação, Meio Ambiente e Assistência Social. Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do IPEA[21].

afirmava que por “essas razões, e pelo papel de intermediário entre os diferentes atores, essa função é melhor desempenhada por sujeitos externos, distintos dos órgãos públicos promotores e executores” (MICHELINI, 2009, p 212).

Talvez seja justamente na busca deste intermediário externo ao poder público que se possa compreender que, a despeito dos interesses opostos envolvidos em cada um desses dois grandes movimentos, uma complexa trama tenha permitido sua associação momentânea. Nesta coesão incidental, compreende-se tanto o fato de que a Fundação Ford tenha financiado as ações da Pastoral de Favelas no Rio de Janeiro entre 1981 e 1986 (BRUM, 2018), quanto o apoio da CEE à atuação da AVSI em Belo Horizonte.

Nessa disputa pelos favelados, contudo, a balança parece ter pendido, com o passar dos anos, para a profissionalização e especialização das ONGs laicas. Analisando-se os dados do IPEA sobre as OSCs atuantes em Belo Horizonte, nas questões referentes à habitação, meio ambiente e assistência social (ver gráfico 02), observa-se que participação em organizações civis de natureza religiosa reduziu-se a apenas 6[20] em um contexto de mais de 692 OCs vigentes em 2020.

Natureza Jurídica das OSC em Belo Horizonte (2020)



Se, numa perspectiva macro, a AVSI aparece como um híbrido entre a missão leiga e a especialização do Terceiro Setor, quando se analisam de forma aproximada suas redes e articulações locais e internacionais, este imbricamento torna-se mais complexo. O diagrama 01 mostra o rearranjo constante entre instituições e agentes de ordens diversas – religiosos, missionários leigos, universidades e agências de financiamento internacionais, entes governamentais, instituições públicas, privadas e filantrópicas – que viabilizaram a atuação da AVSI em Belo Horizonte entre os anos 1980 e meados dos anos 1990.

Observa-se, num primeiro momento, como Padre Pigi Bernareggi e Rosetta Brambilla aparecem como membros isolados da CL em Belo Horizonte. A chegada da AVSI, em 1981, amplia a presença da CL no território local e cria uma nova rede de proteção para as ações que ali vinham ocorrendo: não se tratava mais apenas da ação de religiosos e missionários engajados junto às causas populares, uma vez registrada junto ao MAE, e contando com seu apoio financeiro, a AVSI representava também os interesses da CEE, como explicitava a Lei italiana n.38/1979.

Verifica-se, no entanto, que a rede de agentes e instituições em que se inserem as colaborações da AVSI, mudam de configuração após a aprovação do PROFAVELA em janeiro de 1983: amplia-se a participação de setores e financiamentos públicos locais. Alberti (2009) relata seu envolvimento direto, como presidente da AVSI, e de Roberto Mingucci – engenheiro da Universidade de Bolonha (UniBo) – em negociações junto a uma complexa rede figuras religiosas e políticas para conseguir viabilizar este projeto piloto. Sob a nova conjuntura, ainda que a motivação inicial do então jovem casal Michelini em ir a Belo Horizonte fosse a possibilidade de realizar uma “missão seguindo o caminho de educação para fé do movimento CL” (ALBERTI, 2009, p.19), constata-se um primeiro passo para a profissionalização da ação junto aos assentamentos precários com o envolvimento da Universidade de Bolonha e da PUC Minas. Por meio desta parceria inicial, para urbanização do Primeiro de Maio, ainda sob forte influência do Padre Pigi, empregam-se pela primeira vez instrumentos então avançados para levantamentos topográficos (MINGUCCI, 2009).

Se o experimento piloto se viabiliza por meio de uma série de negociações com agentes locais, sua continuidade ocorreria em um contexto de menor incerteza; obtém-se, com o aval da Câmara Municipal, um contrato de cooperação técnica

para regularização fundiária com a recém criada URBEL. Paralelamente, entre 1988 e 1989, inicia-se a parceria entre a Universidade de Bolonha e a PUC Minas, para a capacitação em técnicas de levantamento topográfico automatizado em favelas e de Sistemas de Informação Georreferenciadas por meio de cursos de pós-graduação (MINGUCCI, 2009). Os Michelini, por outro lado, começam a amadurecer um método participativo (idem).

Junto com a progressiva expertise da AVSI na urbanização participativa de vilas e favelas, paulatinamente constitui-se, em torno de sua atuação, a multiplicidade de atores públicos e privados que passariam a ser defendidos por instituições internacionais para esse tipo de intervenção: órgãos governamentais em distintos níveis e competências; comunidade e grupos diretamente afetados; organizações sem fins lucrativos ou ONGs como intermediários para a representação da população; setores privados de empresas e corpo técnico e profissional (MICHELINI, 2009). A ação missionária, portanto, se profissionaliza à medida em que se associa à novos atores e sua rede se complexifica. A AVSI distancia-se, progressivamente, das ações de caridade e aproxima-se dos organismos internacionais; tornando-se referência nacional e internacional no assunto.

Em 1992, os Michelini partem rumo à Salvador para condução do projeto de Novo Alagados (1993-2001) e a coordenação dos trabalhos da AVSI em Belo Horizonte é assumida por Enrico Novara, engenheiro sem uma vinculação clara com a CL[22]. Para conduzir os trabalhos do Programa Alvorada em 1994 – cujo protocolo de intenções havia sido firmado como a gestão municipal anterior, em 1992 (CONTI, 2004) –, Novara contou com a participação de uma empresa privada, a Diagonal Consultores Associados, e de funcionários integrantes do corpo técnico da URBEL, deslocados de suas funções usuais para este fim (BEDÊ, 2005). Cristina Magalhães – funcionária da URBEL responsável pelo Programa Alvorada durante a gestão da Frente Popular em Belo Horizonte (1993-1996) – afirmava que, dentro dessa empresa pública, se tinha a impressão que o “Alvorada era uma outra empresa” (MAGALHÃES, 2005, *apud* BEDÊ, 2005, p.189). Através dos produtos da primeira fase do Programa Alvorada (1994-1996), parcialmente desenvolvidos nas vilas Apolônia e Ventosa e implantados na Vila Senhor dos Passos entre 1994 e 2005, constitui-se um método de intervenção em favelas que serviria de base para os futuros Planos Globais Específicos (PGE), desenvolvidos ou contratados pela URBEL.

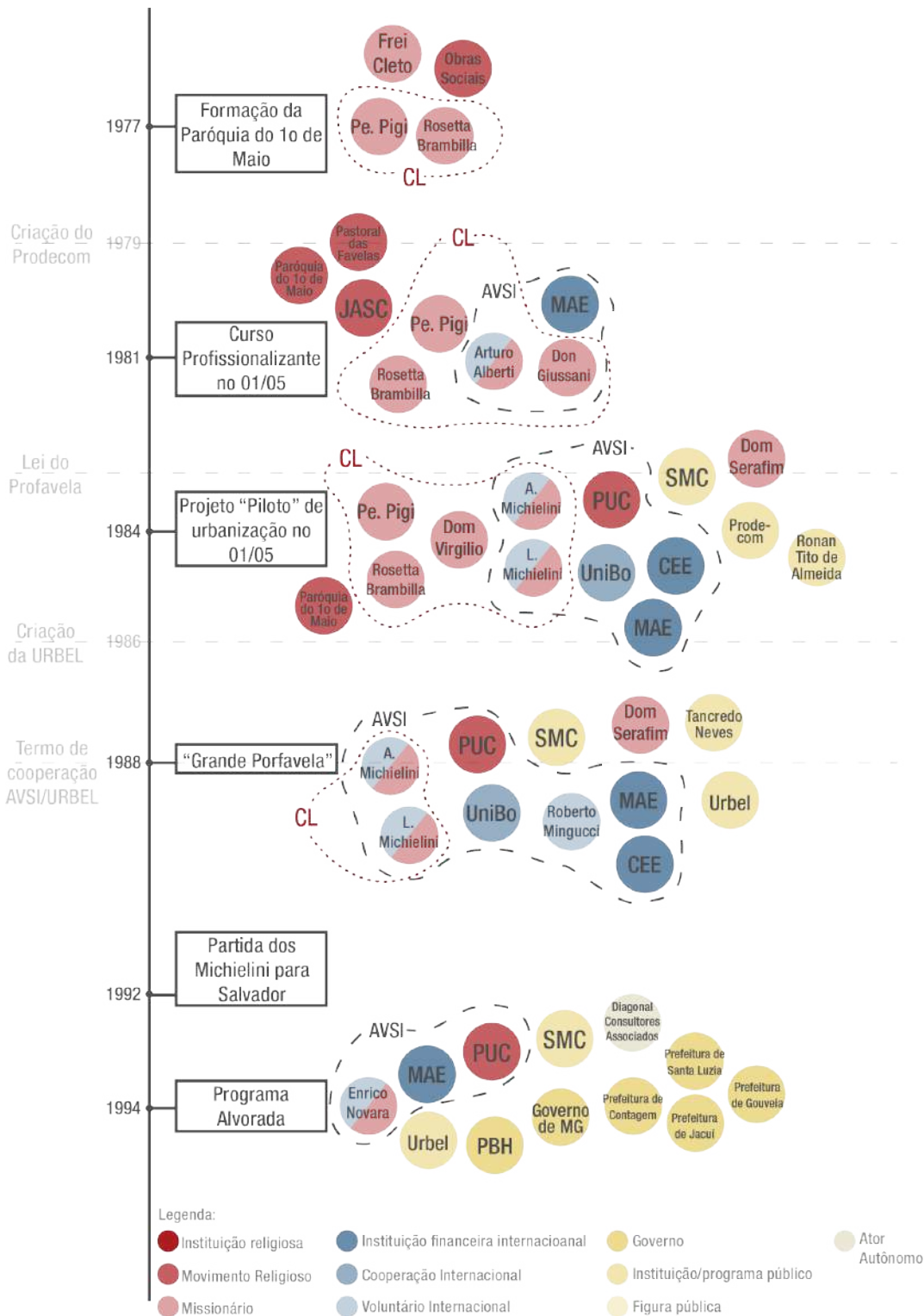
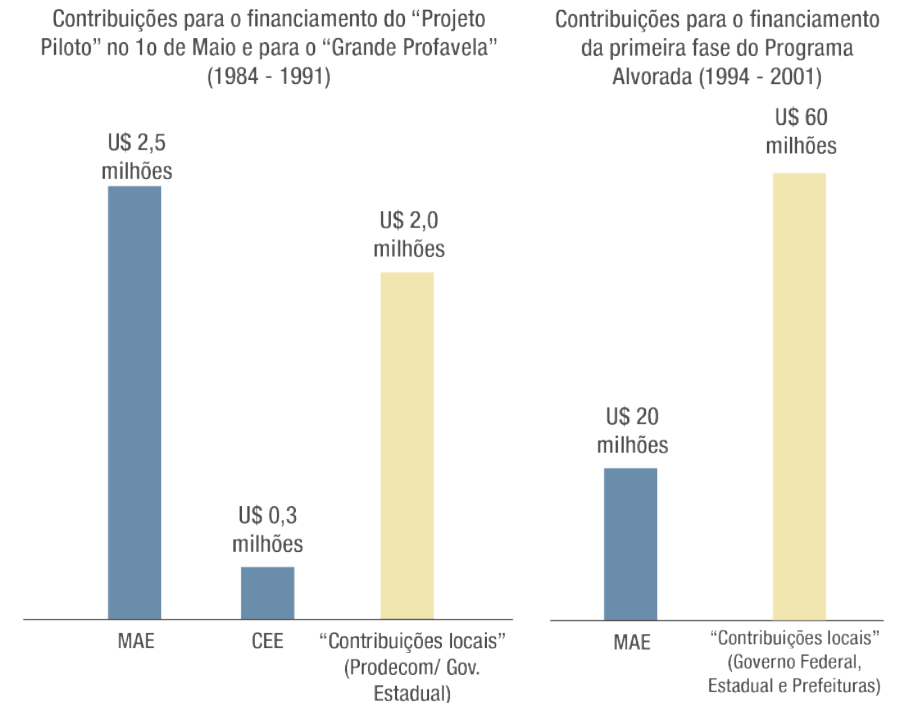


Diagrama 01: Redes e conexões da AVSI em Belo Horizonte. Fonte: Produzido pelos autores com base em Alberti (2009), Bedê (2005), Novara (2003) e Bernareggi (2019).

Gráficos 03 e 04: Financiamento dos projetos de urbanização da AVSI em Belo Horizonte. Fonte: Produzido pelos autores com base em dados disponíveis em UNCHS (2000).

Paradoxalmente, coetaneamente à construção de um tipo de intervenção em vilas e favelas que preza pela autonomia de seu planejamento em relação às instituições governamentais, observa-se uma significativa ampliação da participação de recursos de investimentos públicos para sua realização. Se na primeira cooperação entre a AVSI e a URBEL os aportes do MAE e da CEE superavam os financiamentos locais, para o Programa Alvorada contou-se sobretudo com recursos públicos de diferentes instâncias governamentais – ver gráficos 03 e 04. O orçamento inicialmente destinado para o Alvorada não foi suficiente; precisou-se complementá-lo primeiramente “com um financiamento tomado pelo Município através do Programa Pró-Moradia” e, a partir de 2000, com recursos do Programa Habitar Brasil/BID e de contrapartida do Município (BEDÊ, 2005, p.190).



Tal qual ocorrera com a questão da garantia da posse da terra urbana – que paulatinamente deixou de ser uma pauta de reivindicação dos setores progressistas da Igreja Católica, para se tornar campo de inserção do capital internacional – observa-se que a AVSI se distanciou de seu papel original de missão leiga do CL, para assumir a postura de agente especializado

internacionalmente em intervenções participativas. Esses deslocamentos são perceptíveis tanto em suas redes, quanto nas figuras que as legitimam. No início dos anos 1980, observa-se a forte presença de religiosos influentes – Dom Giussani, Dom Serafim e Mons. Moreira Neves, entre outros (ALBERTI, 2009). Em meados dos anos 1990, o reconhecimento de organismos internacionais ocupa este espaço: atividades da AVSI contam com o apoio do Banco Mundial e são apontadas como referência na Habitat II; em 1996, a ONG é credenciada como membro consultivo do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) (ZUIN, 2005). Em ambos os casos, a síntese entre os dois grandes movimentos históricos opostos analisados ao longo deste artigo – a resistência católica e o avanço do capital financeiro internacional – revela-se contingencial.

5. Considerações finais

Por meio de uma de uma sequência de saltos escalares – temporais e geográficas –, pôde-se evidenciar a transformação da AVSI em uma ONG atuante em urbanizações a partir de dois prismas opostos. A aproximação de nosso objeto de análise à essas perspectivas, seja a católica ou a do capital financeiro internacional, mais do que revelar continuidades, explicita disjunções, contradições, que talvez passassem incógnitas tanto nas grandes narrativas quanto no exercício monográfico. Por um lado, AVSI, com sua estrutura híbrida, nos evidencia um momento de confluência entre interesses opostos em torno do direito de posse; por outro, ao aproximar a lente do objeto, novas fissuras e lacunas se revelam, trazendo nova complexidade à grande escala. Contrariando a tendência internacional de desmantelamento do planejamento estatal, tem-se, a partir do caso estudado, a consolidação de uma estrutura institucional para intervenções em favelas no âmbito da administração municipal.

A atuação da AVSI em Belo Horizonte, entre meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, explicita um momento de experimentação de um novo paradigma de planejamento, destinado a intervenções em vilas e favelas, na qual se articulam ONGs, instituições religiosas e públicas e movimentos populares locais. Ante o vácuo de atuação do Estado, entre as décadas de 1960 e 80, atraiu-se, primeiramente, a atenção das organizações religiosas para os territórios populares. Contudo, junto às pressões e aos enfrentamentos sociais organizados pelo movimento dos favelados, verifica-se, no início dos anos 1980, a sincronidade

entre o início da atenção do poder público a estas localidades e a realização dos primeiros projetos de urbanização articulados pelo terceiro setor com recursos internacionais.

Uma série de contingências contribuiu para a conformação dessa síntese momentânea entre posições divergentes que, em meados da década de 1980, confluíram para a defesa do direito de posse nos assentamentos informais em Belo Horizonte. A primeira delas, seria a capacidade de agregação da figura de Bernareggi, que permanece no Brasil representando o CL e que constitui em torno de sua paróquia e da Pastoral de Favelas pontos focais de agenciamento entre as forças de resistência. Em seguida, destacam-se dois processos quase simultâneos e aparentemente contraditórios: a progressiva constituição de instrumentos legais e de corpo técnico no setor público para a urbanização de favelas em Belo Horizonte – nas figuras de Prodecom, Profavela e URBEL –, e o estabelecimento de projetos de cooperação internacional – seja financeira (MAE e CEE), seja de formação e competência técnica (UniBo). A institucionalização dos Planos Globais Específicos (PGE) após a conquista do mandato pela “Frente BH Popular”, em 1993, e sua posterior vinculação ao Orçamento Participativo em 1998, deve-se, portanto, tanto aos desdobramentos das experiências narradas ao longo desse artigo, como à continuidade de gestões receptivas às pautas populares. Ao contrário do que se verifica em outras cidades brasileiras, em Belo Horizonte parte significativa das intervenções em favelas teve seus planos e obras contratadas com recursos municipais do Orçamento Participativo.

As experiências da AVSI em Belo Horizonte, ultrapassam, portanto, fronteiras e tomam rumos distintos de acordo com a escala de análise. No âmbito local, o Alvorada torna-se referência de método de intervenção em vilas e favelas (BEDÉ, 2005) e processos participativos conduzidos pelo Poder Público Municipal; os PGE, enraízam-se na estrutura administrativa local, tanto na perspectiva orçamentária como procedimental. No âmbito internacional, os experimentos da AVSI integram as práticas replicáveis de “boa governança”, de participação social sob ação não-governamental e promoção amenidades urbanas em portfólios das instituições da cooperação internacional. (BEDÉ, 2005). Os anos subsequentes – a segunda metade da década de 1990 e princípio da década de 2000 – representam um território fértil para o prosseguimento dessa pesquisa, no sentido de seguir os atores e reavaliar os movimentos aqui detectados em conjunturas diversas, assim como seus efeitos e desdobramentos sobre a pauta da urbanização e da habitação nos territórios populares.

Notas

1. Agradecemos, pelo apoio a nossos programas e projetos, às emendas parlamentares recebidas da bancada nº14080008, ao CNPq, à CAPES, à PRPq da UFMG, à PROEX da UFMG, e ao IFMG Campus Santa Luzia. Aos pesquisadores e laboratórios parceiros de outros grupos de pesquisa e instituições de ensino. Aos movimentos sociais com os quais trabalhamos em rede, em diversas lutas urbanas. Finalmente, deixamos nossos mais sinceros agradecimentos a todos os colegas pesquisadores do Indisciplinar que tornam todos os nossos trabalhos coletivos.
2. A Primeira Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat I - 1976) contava com ampla participação de chefes de Estado e tinha como base propostas de regulação dos assentamentos por meio da atuação dos Estados-nação (BALBIM, 2016). Em direção oposta, na Habitat II (1996) o poder centralizado nos Estados foi colocado em xeque, parte significativa das propostas passaria por ações da sociedade civil organizada (RABELO e FANTIN, 2017).
3. Usaremos, ao longo deste artigo, os conceitos de rede e de atores, sem com isto necessariamente aderirmos, neste momento, à Teoria Ator-Rede de Latour (2000; 2012). Nosso olhar não estará voltado à construção de controvérsias e à sua transformação em caixas-pretas; seguiremos os atores, porém em uma perspectiva transescalar, buscando, mais especificamente, compreender os significados e papéis que desempenham em diferentes contextos geográficos e temporais.
4. Apenas um, dentre estes depoimentos, foi coletado especificamente para elaboração desta pesquisa: o do Padre Pigi Bernareggi, cedido aos autores em 21 de outubro de 2019. Para os demais - Arturo Alberti, Roberto Mingucci, Enrico Novara - recorreu-se a entrevistas e depoimentos previamente publicadas entre 2009 e 2005.
5. Informações disponíveis no site da fundação ASVI - <https://www.avsi.org/en/page/who-we-are/80/>. Acesso em: 15 de maio de 2020.
6. Em 2018, a AVSI recebeu 68 bilhões de euros, dos quais, 74% eram de origem pública - cf. AVSI, 2020.
7. Simultaneamente, atuava em Belo Horizonte também a ONG alemã “Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit – GTZ” que,

desde 1983, concentrava seus esforços na criação de trabalho dentro das comunidades e na melhoria das infra-estruturas (cf. CONTI, 2004).

8. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/analise-perfil.html?localidade=3106200>. Acesso em 13 de maio de 2020.

9. Belo Horizonte e Recife foram pioneiras na elaboração de leis para urbanização de favelas: “Em 1983 e 1987, o governo municipal de Recife instituiu as ZEIS (Zonas de Especial Interesse Social) e o PREZEIS (Plano de Regularização das ZEIS), respectivamente. (DENALDI, 2002, p.71).

10. Anna Michelini é socióloga e seu marido, Livio, é físico, ambos atuaram também na PUC Minas como docentes.

11. No texto sobre o prêmio Global 500 destaca-se que ambos já haviam recebido em 1988 o *II International Technology for Development Prize*. Ver a respeito em: <https://www.global500.org/index.php/thelaureates/online-directory/item/177-anna-and-livio-michelini>. Acesso em 15 de maio de 2020.

12. A Europa tinha, no início do século XX, 68% da população católica do mundo; em 1970 essa proporção caiu para 38% (BEOZZO, 2003, *apud* BONATO, 2017).

13. Referimo-nos aqui à vinculação dos fregueses à paróquia, ou freguesia, termos que, segundo Fonseca (2011), “designavam o templo – a igreja matriz –, bem como a povoação que a continha (o arraial), o conjunto dos fregueses, e, por fim, o território paroquial, que incluía a povoação sede, áreas rurais e, por vezes, sertões residuais” (2011, p.85).

14. Lima (2009) identificou a prática do sistema de aforamento em vilas operárias de Belo Horizonte na década de 1930, a saber: Vila Concórdia, Vila São Jorge ou Morro das Pedras; Vila Conceição ou Pedreira Prado Lopes e Vila Santo André.

15. Segundo CRUZ *et al* (2020): “A Localidade onde se situa a vila era uma fazenda, de propriedade de um membro da família Mata Machado, que no início do século passado doou a área, uma mata aberta de fácil ocupação, para que a Igreja pudesse repassá-la às famílias pobres. Os documentos mencionam que os primeiros moradores ali se estabeleceram em meados do ano de 1914.”

16. A partir do ano de 1961, novas levas de missionários foram se somando ao grupo situado em Belo Horizonte que era denominado como a “ponta avançada” da GS (BONATO, 2014).

17. As outras linhas do programa destinavam-se segurança alimentar, melhorias em serviços e projetos de habitação popular (PRATES, ANDRADE, 1985).
18. Neste ano a Pastoral Geral de Favelas foi desmembrada em Pastorais Regionais (NOGUEIRA, 2016).
19. No livro de Camisasca (2004) localizamos vários indícios de que Don Giussani acompanhava as ações de Padre Pigi por meio de correspondências e do envio de missionários da CL a Belo Horizonte. Contudo, o livro encerra sua narrativa sobre a CL no ano de 1976, impedindo-nos de verificar se o fundador da CL estava ciente do acirramento das lutas travadas por Bernareggi ao final dos anos 1970.
20. Dentre estas, 5 foram fundadas entre 1986 e 1994 e apenas uma em 2002 - cf. IPEA, Mapa das OSC.
21. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/analise-perfil.html?localidade=3106200>
22. Em 2003, questionado sobre a relação entre a AVSI e a Igreja Católica, Novara assume uma postura distante sobre este aspecto e não menciona a sua vinculação ao CL: “Sou o coordenador para a América Latina de uma ONG internacional que surgiu na Itália em 1972 denominada Associação Voluntária para o Serviço Internacional – a AVSI. Ela atua por meio de organismos da sociedade civil, que começaram a desenvolver projetos em países em desenvolvimento. Trata-se de uma associação leiga que tem como princípio a doutrina social da Igreja.”(NOVARA, 2003, P:124)

Referências

- ALBERTI, A. Gli Inizi di AVSI a Belo Horizonte. **Cadernos PUC Minas**, v.16, n.18+19, p.17-27, 2009.
- ALIANÇA PARA AS CIDADES. **A vez dos Alagados**: A construção de um programa integrado de urbanização de favelas em Salvador. São Paulo: Aliança de Cidades, fevereiro de 2008.
- ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Pós-**: Revista do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da fausp, São Paulo, no 20, p. 60- 74, dez. 2006.
- BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. **Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da frente BH popular 1993 / 1996**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Instituto de Geociências da UFMG, 2005.
- BERNAREGGI, Pierluigi. **Entrevista concedida no dia 21 de outubro de 2019**, Belo Horizonte.
- BONATO, Massimo. **Igreja Católica e Modernização Social**. A crise do catolicismo a partir da experiência missionária de um grupo de jovens italianos em Belo Horizonte nos anos 1960. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo [Tese de Doutorado], 2014.
- _____. A Igreja Católica e as experimentações pastorais e missionárias na década de 1960: a experiência de Gioventù Studentesca no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 144-168, Dec. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0093>. Acesso em: maio de 2020.
- BRUM, Mario Sergio Ignácio. Opção pelos pobres: a Pastoral de Favelas e a reorganização do Movimento de Favelas no Rio de Janeiro na Redemocratização. **Estudos históricos** (Rio Janeiro), Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 413-432, dez. 2018.
- CAMISASCA, Massimo. **Comunió y Libertación**. La reanudación (1969-1976). Madri: Ed. Encuentro, 2004.
- CAMPOS, Rebekah Brito Motenegro. **O Outro Loteador Popular**: Os loteamentos populares associativos sob a participação e liderança do Padre Pigi Bernareggi. Trabalho de Conclusão de

Curso apresentado na Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2013.

CONTI, A.. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o Plano Global Específico. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUCMG)**, Belo Horizonte, v. 11, p. 189-216, 2004.

CNBB. **Solo Urbano e Ação Pastoral**. Documento resultante da 20ª Assembleia Geral da CNBB, Itaiçara, fevereiro de 1982. Disponível em: <http://www.arquidioceserp.org.br/admin/admin/uploads/arquivos/550.pdf>:>. Acesso em: 31/10/2019.

CRUZ, Edmar Pereira de; *et al.* **Vila Senhor dos Passos**. Disponível em: <http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades/vila-senhor-dos-passos/> Acesso em: maio 2020.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**: Revista de Sociologia Política, Florianópolis, n. 5, p. 139- 164, out. 2004.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. *In*: _____. (Org.). **Os Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. (Org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DENALDI, Roberta. **Políticas de Urbanização de Favelas**: evolução e impasses. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo [Tese de Doutorado], 2002.

NOVARA, Enrico. A favela como patrimônio da comunidade: entrevista com Enrico Novara. **Estudos Avançados.**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 124-129, Aug. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200010>. Acesso em: maio de 2020.

FERREIRA, João Sette Whitaker. São Paulo: cidade da intolerância, ou o urbanismo “à Brasileira”. **Estudos Avançados.**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 73-88, Apr. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000100006>. Acessado em: maio de 2020.

FERREIRA, J.S.W. e MOTISUKE, Daniela. A efetividade da implementação de Zonas Especiais de Interesse Social no

quadro habitacional brasileiro: uma avaliação inicial. *In*: Bueno, Laura Machado de Mello e Renato Cymbalista (orgs.), **Planos diretores municipais**: novos conceitos de planejamento. São Paulo: Annablume, 2007.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’El Rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: EdUFMG, 2011.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei**: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Garamond, 1999.

ITALIA, Legge 15 dicembre 1971. **Cooperazione tecnica con i Paesi in via di sviluppo**, n. 1222. Disponível em: <https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge:1971;1222>. Acesso em: maio 2020.

ITÁLIA, Legge 9 febbraio 1979, n. 38. **Cooperazione dell’Italia con i Paesi in via di sviluppo**. Disponível em: http://www.edizionieuropee.it/LAW/HTML/10/zn29_01_07a.html. Acesso em: maio 2020

LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. São Paulo: EDUFBA e EDUSC, 2012.

LATOURE, Bruno. **A ciência em Ação**. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2016.

LIMA, Júnia Maria Ferrari. **Bairro Concórdia em Belo Horizonte**: entrave ou oportunidade à cidade-negócio? Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais [Dissertação de Mestrado], 2009.

MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. **Carta Maior**, 2010.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991.

MARX, Murillo. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 1989.

MINGUCCI, R. Rilievo ed Analisi Urbana: 25 Anni di Cooperazione Inter-universitaria. **Cadernos PUC Minas**, v.16, n.18+19, p.11-13, 2009.

MICHELINI, Anna. La Progettazione Partecipata negli Interventi di Recupero Urbano. **Cadernos PUC Minas**, v.16, n.18+19, p.203-213, 2009.

NOGUEIRA, A. S. **Sistemas de Status e Controle Social no Interior do Movimento de Luta por Moradia de Belo Horizonte (1985 – 1995): análise a partir de uma perspectiva Neoestrutural.** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais [Dissertação de Mestrado], 2016.

POPULORUM PROGRESSIO, 1967. Disponível em: http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acessado em: maio de 2020.

PRATES, A. A. P.; ANDRADE, L. A. G. Notas Sobre o Modelo de Planejamento Participativo: O Caso de Minas Gerais. **Rev. Adm. públ.**, Rio de Janeiro, 19(2), p.132-152, abr./jun. 1985

RABELO, Erica; FANTIN, Marcel. Prioridades e diretrizes das conferências habitat: entre o neoliberalismo e o bem comum. *In*: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). **I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico.** Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p. 930-947.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434-444, Dec. 2010 . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782010000300003>. Acessado em: maio de 2020.

RIBEIRO, Fernando Victor Aguiar. Os Direitos de Propriedade da Terra Urbana na América Portuguesa: o caso do município de São Paulo colonial. **História**, Franca, v. 36,0 e1, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-436920170000000001>. Acessado em: maio de 2020.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil 1500-1720.** São Paulo: Editora Pini Ltda., 2001.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

UN. **REPORT OF THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON HUMAN SETTLEMENTS (HABITAT II)**, Istambul, June 1996.

UNCHS. **Putting the Urban Poor on the Map: An Informal Settlement Upgrading**, Nairobi: UNCHS, 2000.

URBEL. **Plano Global Específico da Vila Primeiro de Maio: Levantamento de dados e diagnóstico.** Vol 1. URBEL, Belo Horizonte, Fevereiro de 2011

ZUIN, Valentina. **All that Glitters is Not Gold: Unexpected Lessons from a Slum Upgrading Program in Brazil.** Department of Urban Studies and Planning Massachusetts Institute of Technology [Dissertação de mestrado], 2005.

***Henrique Dias Porto** é Graduando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do grupo de pesquisa Indisciplinar/UFMG. E-mail: henporto@gmail.com

Gisela Barcellos de Souza é Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com mestrado em *Projet Architectural et Urbain: Théories et Dispositifs* pela *Université de Paris VIII* (UP8) e doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Universidade de São Paulo (FAUUSP). É professora adjunta do Departamento de Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do grupo de pesquisa Indisciplinar/UFMG. E-mail: giselabarcellos@ufmg.br

Maira Ramírez Nobre é Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal de São João Del Rei. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável-UFMG. Professora adjunta e coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presidente Antônio Carlos - Barbacena. Membro do grupo de pesquisa Indisciplinar/UFMG. E-mail: mairaramirez@gmail.com

Subimperialismo, IIRSA e o aprofundamento das desigualdades socioambientais

Sub-imperialism, IIRSA and the deepening socio-environmental inequalities

Matheus Teixeira Barreto*



Resumo

Os povos sul-americanos vêm sofrendo historicamente com diversos ataques, passando por genocídios, etnocídios e negação dos direitos humanos e do vir-a-ser. Ao longo dessa história, quase sempre quem foi o invasor foram agentes externos hegemônicos, vide Espanha, Portugal e Estados Unidos. Assim, o que surpreende e quase nunca se espera é que esses ataques sejam realizados pelos seus pares e “irmãos”. Diante disso, este trabalho busca demonstrar como as desigualdades socioambientais vêm aumentando devido à ação de novos agentes, não aqueles já conhecidos, mas um que também sofre com a dependência e o subdesenvolvimento, o Brasil. Argumenta-se que o país foi subimperialista (MARINI, 1974) no início do século XXI, baseando-se em dois grandes grupos de agentes, o BNDES e as mega empreiteiras de construção. Salienta-se que o processo acabou por aprofundar as desigualdades socioambientais e acelerar a acumulação por espoliação (HARVEY, 2004). Todo esse processo, tendo como justificativa os projetos de integração regional, concebidos e realizados pelo Brasil, cria planos que não integram, mas, sim, entregam a região ao capital internacional. O enfoque do texto está na IIRSA, que levou ao fim territórios ainda mais reprimarizados e commodificados. Buscar-se-á adotar uma metodologia transescalar (VAINER, 2002) ao longo do artigo para ilustrar mais e melhor todo o processo.

Palavras-chave: subimperialismo; acumulação por espoliação; integração regional; IIRSA.

Abstract

South American people have historically suffered from various attacks, including genocide, ethnocide and denial of human rights. Throughout history, the invader has often been an external agent, like Spain, Portugal and the United States. Thus, what is surprising and almost never expected is that these attacks are carried out by their peers and “brothers”. In front of this situation, the research below shows how socio-environmental inequalities occur due to the action of new agents, not the ones we already know, but one who also suffers from dependence and underdevelopment, Brazil. It is argued that the country was sub-imperialist (MARINI, 1974) in the beginning of the 21st century, based on two large groups of agents, the BNDES and the mega construction contractors. It should be noted that the process ended up deepening socio-environmental inequalities and rising the accumulation by dispossession (HARVEY, 2004). The entire process is justified by the regional integration projects, conceived and carried out by Brazil, plans that do not integrate, but rather deliver the region to the international capital. The focus of the text is in IIRSA, which led to even more reprimarized and commodified territories. The article will be based on a trans scale method (VAINER, 2002) in order to better illustrate better the entire process.

Keywords: sub-imperialism; accumulation by dispossession; regional integration; IIRSA.

Introdução

No início do século XXI, o Brasil ganhou destaque no cenário internacional devido a uma série de fatores, dentre eles, possuir altos índices de crescimento econômico, aumentar as suas exportações e se colocar como protagonista internacional, ao integrar os BRICS[1] e ao buscar uma cadeira permanente no CSNU[2]. Há de se pensar as maneiras pelas quais o país adquiriu esse destaque, ainda mais forte no contexto sul-americano. Para nós, o Brasil, durante os anos dos governos petistas[3], havia se consolidado novamente como potência subimperialista, ganhando proporções ainda maiores em comparação a outros períodos devido à emergência e ao crescimento que os projetos de integração infraestrutural ganharam neste contexto, principalmente a IIRSA[4]. Isso nos faz defender a tese de que a IIRSA potencializou a consolidação da onda subimperialista brasileira no início dos anos 2000 ao aumentar o poder de alguns agentes brasileiros, o que aprofundou as desigualdades socioambientais no contexto sul-americano ao reforçar o papel subalterno da região na divisão internacional do trabalho como fonte de matérias primas.

Partindo-se dessas observações lançamos mão de algumas questões que buscaremos responder ao longo do artigo: Como se consolidou a posição do Brasil naquela época como subimperialista? Qual o papel desenvolvido pelos projetos infraestruturais? Como se relacionam a IIRSA e o governo brasileiro perante as questões socioambientais na América do Sul?

Importante para compreender toda a argumentação a ser desenvolvida, valeremos de um conceito essencial, subimperialismo. A categoria foi proposta por Ruy Mauro Marini para a condição brasileira pós golpe de 1964, entendendo-a como “a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (MARINI, 1974, p. 31). O autor parte do imperialismo, exaustivamente discutido por teóricos da II Internacional como Lênin e Rosa Luxemburgo (LUCE, 2011), e apresenta tal marcação temporal devido ao novo contexto na divisão internacional do trabalho.

Além disso, trabalhar-se-ão os projetos de integração regional como instrumento pelo qual o fenômeno subimperialista se consolida, com enfoque na IIRSA, que posteriormente se tornaria COSIPLAN[5]. Destacamos a sua importância para a

perpetuação do papel subserviente que a América do Sul tem tido desde a colonização ao reforçar a reprimarização[6] e a commodificação[7] da economia local no entorno de matérias primas e assim aumentando e aprofundando as desigualdades socioambientais regionais. Ademais, nota-se a importância de se adotar uma metodologia transescalar (VAINER, 2002), tendo em vista que “qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (VAINER, 2002, p. 25), adentrando numa ótica local, regional, nacional e global, aprofundando e trazendo para o debate os diversos interesses, agentes e conflitos em tais projetos.

Desse modo, o artigo terá como objetivo compreender o fenômeno subimperialista brasileiro, identificando os seus principais aspectos; discutir a potência dos projetos infraestruturais em (re) produzir padrões de acumulação que aprofundam a dependência e as diversas desigualdades e relacionar os diferentes agentes e suas escalas de atuação no processo de produção do espaço, enfocando no governo brasileiro e na IIRSA.

O texto se estrutura em três partes, além dessa introdução. Na primeira parte, discutiremos o que é subimperialismo, seus aspectos e seus agentes. Num segundo momento, trataremos dos projetos de integração regional, enfocando na IIRSA, sua concepção, seu desenvolvimento, outros planos internos e consequências locais. Por último, teremos as considerações finais.

Imperialismo dependente: Subimperialismo?

Para iniciar a discussão há de se trazer um pouco do que veio anteriormente ao subimperialismo para podermos destrinchá-lo mais e melhor. Assim, Ruy Mauro Marini alicerça seu pensamento em alguns pensadores marxistas do fim do século XIX e início do XX e traz novas abordagens. Tais pensadores destacam alguns elementos mais que outros na sua linha de pensamento sobre o imperialismo, como a fusão do capital bancário com o capital industrial de Lênin, a exportação de capitais de Hilferding, ou a dissolução de formações sociais comunitárias de Luxemburgo (LUCE, 2011). Apesar disso, todos tenham em comum acordo “a ideia de Marx ([1867] 2013) de que a livre concorrência leva a uma maior concentração e centralização do capital, dando origem, em

determinado ponto de seu desenvolvimento, aos monopólios na economia mundial.” (*apud* LIMA, 2018, p. 82). Portanto, a chegada à etapa dos monopólios e do capital financeiro, confirma o fato de que o imperialismo seria uma das possíveis consequências do desenvolvimento capitalista (LUCE, 2007). Além disso, a entrada nessa fase faz com que emergja uma característica essencial na posição imperialista, a exportação de capitais (LIMA, 2018). A busca por novos locais para acumulação faz com que os bancos e as empresas desses países busquem outros locais para a realização da reprodução ampliada de capital, com uma extração ainda maior de mais-valia, fornecendo empréstimos, financiamentos e linhas de créditos a outrem, que na maioria dos casos serão os países dependentes. Isso indica que o objetivo das nações imperialistas é estender sobre todo o mundo os processos de concentração e centralização de capitais (LUCE, 2011), integrando os sistemas de produção.

Nota-se que esse processo de integração ocorre de modo desigual, na realidade há uma partilha territorial desigual do mundo, pelo qual empresas e países centrais assumem o papel de imperialistas ao dominar certas regiões (LIMA, 2016). Contudo, observa-se que ao longo da expansão e da aceleração da circulação do capital ocorre uma mudança do simples modelo de centro-periferia. Observamos uma complexificação do modelo, onde há um rearranjo de forças em forma piramidal, que faz com que surjam centros médios de acumulação a partir do deslocamento de indústrias do Norte para o Sul global, ou seja, potências capitalistas médias industrializadas. Justamente essa ruptura traria a emergência do subimperialismo que seria “a forma que assume o capitalismo dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (MARINI, 1974, p. 31).

No século XXI algumas mudanças ocorreram, há uma perda na importância da transferência da indústria para os países periféricos e um aumento na especialização produtiva ali. Isso formaria um novo *modus operandi* do imperialismo, que se traduziria na ideia de acumulação por espoliação de Harvey (2004), sendo a

[...] mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às

terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais, imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxaço, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2004, p. 121).

O que Harvey (2004) traz é mister para discutirmos o aprofundamento das desigualdades socioambientais que vêm ocorrendo na América do Sul. Logo, a ideia de acumulação por espoliação baseia-se na de acumulação primitiva de Marx (BOHM; MISOCZKY; MOOG, 2012), sendo aquela a prática constante e contínua dessa, que “não seria momento original, mas uma contínua força da geografia e história de acumulação do capital, no qual o Estado tem papel crucial” (GARCIA, 2012, p. 221). Apropriando-se de aspectos “não-capitalistas” da vida e do meio ambiente (BOND, 2013), buscam-se novos territórios, setores e domínios que ainda não foram incorporados na sua circulação (BOHM; MISOCZKY; MOOG, 2012), nos quais não existe um imperialismo *per se*, “mas uma série de práticas imperialistas dispersas através de uma geografia desigual de distribuição do excedente de capital” (GARCIA, 2012, p. 224). Argumentamos que, para que se aprofundasse a acumulação por espoliação na América do Sul, foi necessária a consolidação do subimperialismo brasileiro, não necessariamente um após o outro, e sim, em um processo dialético.

Temos, então, que subimperialismo é simultaneamente um nível hierárquico e uma etapa do capitalismo dependente, fenômeno de apropriação de valores de uso, transformando-os em valores de troca e simultaneamente transferindo-os para os centros imperialistas. Isso faz com que as contradições do capitalismo dependente se desloquem para as nações mais débeis, no intuito de assegurar a reprodução ampliada de capital e mitigar alguns efeitos da dependência, sem questioná-los, mas buscando maior autonomia relativa (LUCE, 2014, p. 46).

Por conseguinte, faz-se necessário pensar os fatores que são a base do subimperialismo, sendo eles: a elevação da composição orgânica média do capital, a cooperação antagônica, a política de hegemonia regional e o esquema tripartite (Estado, mercado externo e consumo suntuário). Desse modo, a composição

orgânica média seria a relação entre capital constante e capital variável e a sua elevação seria o aumento do primeiro em relação ao segundo. Esse processo se dá por meio das crises de superacumulação do próprio capital, nas quais há um excesso de capital em relação à oportunidade de ele ser empregado, sendo que para solucionar tal contradição ocorre um ajuste espacial (HARVEY, 2005) do capital, um deslocamento da produção para mercados deficientes em bens que o centro produz. Ou, na nossa visão, de um país subimperialista para outro mais débil. Como traz a citação de Marx em Leal (2015)

Se se envia capital para o exterior, isso não ocorre porque ele não poderia ser empregado no próprio país. Ocorre porque ele pode ser empregado no exterior a uma taxa de lucro mais elevada. Esse capital é, porém, um capital absolutamente excedente para a população trabalhadora ocupada e para o dado país em geral. Ele existe como tal ao lado da superpopulação relativa, e esse é um exemplo de como ambos existem um ao lado do outro e se condicionam reciprocamente (Marx, 1988, IV, p. 184 *apud* Leal, 2015, p. 34)

Ao observar o subimperialismo, temos que os países considerados periféricos tentarão obter maiores taxas de mais-valia ao deslocarem os seus capitais para nações ainda mais débeis. Ou seja, para solucionar a crise de superacumulação ocorrida no Brasil, as empresas se deslocaram, principalmente, para outros países da América do Sul.

Além disso, temos a cooperação antagônica, conceito primeiramente elaborado por August Thalleimer para explicar a unidade e a contradição das nações europeias pós 1945 (LIMA, 2018) e apreendido por Marini para o capitalismo dependente, no qual a cooperação antagônica seria a relação de um país com o imperialismo dominante, o que possibilita uma maior barganha do subimperialista em relação ao imperialista na busca por melhores condições dentro de sua subordinação. Cabe ressaltar que essas tentativas de ganhos e o próprio subimperialismo não são um fenômeno estático, e sim, de marés, ou seja, podem estar de ressaca, com ondas super fortes chegando à costa, ou em calmaria, mar mais calmo e com poucas ondas. A partir da nossa analogia, pensamos que durante os governos petistas houve um subimperialismo de ressaca, isto é, o fenômeno subimperialista em ascensão. Isso se difere da situação pós golpe de 2016[8], pode-se dizer, subimperialismo em calmaria, tendo em vista a

maior subserviência brasileira ao imperialismo nestes governos, principalmente ao estadunidense. Nota-se que a ocorrência ou não do subimperialismo depende de uma variedade de acontecimentos. Aqui, trataremos apenas de alguns deles.

Um fator fundamental para esse debate é a política de hegemonia regional, que é a busca pela dominação regional feita pelo Brasil, principalmente na América do Sul. Como traz Luce (2007)

[...] para afirmar e manter sua condição hegemônica, um Estado N deve suplantar o poder rival regional e garantir o controle de esferas de influência no interior do espaço do subsistema. Ao mesmo tempo, tem de se deparar com as potências dominantes que controlam o sistema regional mais amplo no qual o subsistema está contido. Uma vez que as potências dominantes apresentam-se como poderes externos intrusivos no espaço onde uma potência média pode vir a exercer uma política expansionista, a última deverá ganhar terreno sobre as primeiras a fim de conquistar uma situação de hegemonia no subsistema. (LUCE, 2007, p.24)

Há de se notar que a busca por hegemonia regional está contida numa série de ideias, dentre elas a do destino manifesto que uniria o Brasil a outros países sul-americanos, baseado nos elementos de similitude histórica e dando legitimidade as ações brasileiras. Destino, esse, que se assemelha claramente com a ideia estadunidense.

Os últimos fatores para a constituição do fenômeno subimperialista se encontram dentro do esquema tripartite de realização do capital, composto por Estado, mercado consumidor e consumo suntuário. Acreditamos numa perda de notoriedade em dois desses três aspectos, mercado consumidor e consumo suntuário, tendo em vista que o subimperialismo se realiza pelo fato de que não há mercado para consumir produtos de maior valor agregado nacionalmente e pela queda da indústria manufatureira no contexto geral. Isso acontece por um deslocamento da fase da circulação para a fase da produção, em que as empresas brasileiras não conseguem mais novas oportunidades para investimento no mercado interno (BOHM; MISOCZKY; MOOG, 2012). Em suma, focaremos mais no papel do Estado e dos seus agentes para delinear mais e melhor como se consolidou a posição subimperialista brasileira durante o período analisado.

Tem-se a ideia de que o Estado brasileiro foi o grande braço financeiro para as operações subimperialistas, partindo-se da ideia de Bukhárin de que o Estado seria um *truste capitalista nacional*, um

agente organizador da produção através do peso de sua participação no investimento bruto fixo e, sua presença como agente da realização do capital através de sua ação como promotor de demanda e provedor de subsídios em benefício de determinados ramos econômicos. (LUCE, 2011, p. 91).

Para promover a reprodução capitalista e beneficiar determinados agentes, o Brasil utilizou largamente do BNDES[9]. Isso se deu a partir do crescimento do poder do BNDES ao longo dos anos. O banco, que surgiu em 1952, nunca havia experimentado um engrandecimento tão forte como nos governos petistas. Isso pode ser demonstrado pelo seu processo de internacionalização que vinha sendo planejado desde 2007, alicerçando-se em 2009 com a abertura de um escritório em Montevidéu (Uruguai), e posteriormente com aberturas em Londres (Inglaterra) e Joanesburgo (África do Sul), numa estratégia que consolidaria a hegemonia regional brasileira, partindo-se de duas linhas de pensamento:

i) a abertura de uma representação na América do Sul, fortalecendo a ação institucional do BNDES e consolidando parcerias com outras instituições financeiras e agências de fomento no apoio a projetos voltados à integração regional; e ii) a constituição de agências e/ou subsidiárias no exterior, para permitir a estruturação de novas operações de captação e aplicação de recursos, e alavancar tanto as exportações quanto a internacionalização das empresas brasileiras. (GUIMARÃES *et al*, 2014, p. 77)

Perante as estratégias de internacionalização, é necessário notar dois pontos no que tange o papel exercido pelo BNDES. O primeiro estaria no fato de que os montantes de crédito estavam especialmente direcionados para a América Latina, respondendo por 37% das operações do banco (GUIMARÃES *et al*, 2014). O outro estaria no fato de que os maiores recebedores de crédito seriam as mega construtoras brasileiras[10], sendo que cinco empresas concentraram 92% do valor total de crédito

disponibilizado entre 2009 e o primeiro trimestre de 2015 e que quatro delas são construtoras[11] (FRANCISCANGELIS, 2015). Isso fica ainda mais nítido quando observamos que a quinta maior tomadora de recursos da história do BNDES seria a Construtora Norberto Odebrecht, com aproximadamente 15 bilhões de reais (BNDES, 2020). Essa política do banco pautava-se na ideia de *campeões nacionais*, promovendo e financiando a expansão de certos conglomerados, o que fortaleceu empresas que já possuíam grandes vantagens comparativas (ALMEIDA, 2009) e “assumiu novas formas no novo padrão exportador de especialização produtiva.” (LUCE, 2014, p. 59).

Isso lança luz sobre os processos em que o Brasil se envolveu durante o período. Demonstra-se que na escala nacional o país fortaleceu seus agentes, financiando-os pelo BNDES, o que fez emergir as mega empreiteiras para confirmar sua posição subimperialista, realizando obras com marcas do desenvolvimento brasileiro e construindo, majoritariamente, rodovias e usinas hidrelétricas (CAMPOS, 2010), sendo que 43% dos contratos dessas empresas se localizavam na América do Sul (CAMPOS, 2014). Desse modo, o país se utilizou da premissa de problemas infraestruturais na escala regional para facilitar a entrada do capital nacional e internacional.

Integrar para entregar

A expansão das grandes construtoras brasileiras não se deu sem motivos. As razões pelas quais elas ingressaram mais facilmente nos países da América do Sul está no grande projeto de integração infraestrutural regional, a IIRSA.

Basicamente ela trata da construção e da modernização da infraestrutura na América do Sul. Configura-se por eixos de integração e de desenvolvimento econômico e social que almejam superar as dificuldades geográficas, como a floresta tropical e as regiões montanhosas e facilitar o acesso aos mercados internacionais por meio da conexão entre os dois oceanos, Pacífico e Atlântico. Há de se notar a importância que o Pacífico ganha perante todo o processo, justamente, pelo aumento da dinamicidade dos fluxos econômicos internacionais estarem ali (OLIVEIRA; GONÇALVES; RAMOS FILHO, 2013), devido à emergência de países como a China.

Nota-se que os interesses brasileiros em integrar

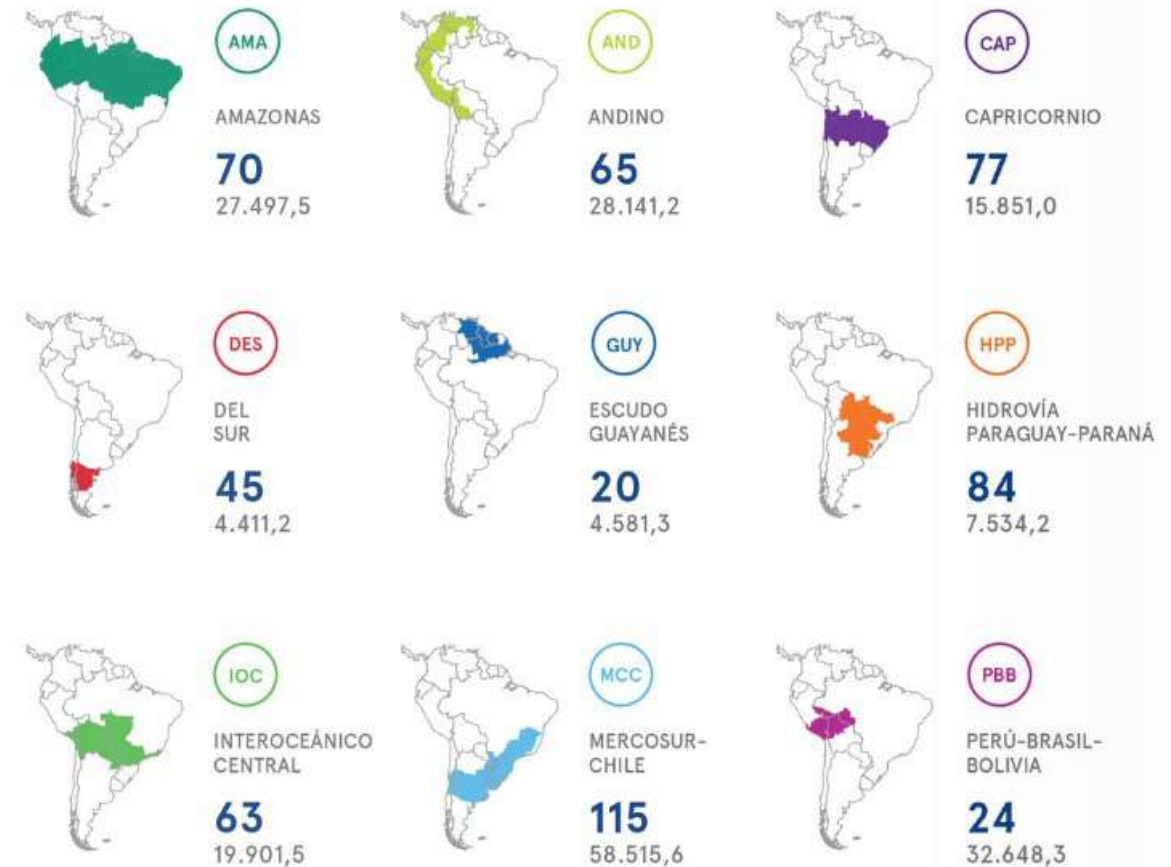
infraestruturalmente a região, na verdade, são antigos, desde Euclides da Cunha já havia esse apontamento (BORGES;AYMARA, 2015). Todavia, foi somente nos anos 1990 que essa idealização se consolida de modo concreto, primeiramente com o estudo de Eliézer Batista da Silva, denominado “Infraestructure for sustainable development and integration of South America”, de 1996, voltado aos interesses da Corporação Andina de Fomento (CAF), da Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale), do “Business Council for Sustainable Development in Latin America”, do Bank of America e da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração; e depois com o Estudo sobre Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), em 1997, promovido pela empresa de consultoria Booz Allen, contratada pelo BNDES, tendo, entre outros interessados, o Ministério do Planejamento, o banco ABN Amro e a multinacional estadunidense Bechtel (PORTO GONÇALVES, 2011 *apud* LIMA, 2018, p. 50-51).

A partir da produção dos primeiros projetos, percebe-se a ligação da IIRSA com os pensamentos do capital internacional que “reflete na constituição dos EIDs[12] e na finalidade de grande parte dos projetos da iniciativa, que é o de potencializar o fluxo de comércio regional, principalmente através da melhoria de acesso aos portos por meio dos corredores bi oceânicos” (PESSANHA, 2018, p. 48). Então, notam-se dois pontos. Primeiro, na escala global, o interesse do capital internacional em adentrar ainda mais na região. Segundo, na escala regional, o protagonismo e o pioneirismo brasileiro na produção de conhecimento técnico sobre o assunto, visando a sua projeção externa (OLIVEIRA; GONÇALVES; RAMOS FILHO, 2013), subimperialista.

Seguindo essa lógica, o maior beneficiário da consolidação da IIRSA seria o próprio Brasil, que pensou e planejou o projeto, e os agentes internacionais, que teriam mais fácil acesso aos produtos regionais. Assim, a construção de um sistema integrado de logística garantiria a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, a incorporação de novas áreas do país à dinâmica do comércio global e a criação de condições para a consolidação da hegemonia política e econômica do Brasil na América do Sul (VERDUM, 2007, p. 21). Contudo, foi somente em 2000 que a proposta se consolidou, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso, na I Cúpula Sul-Americana em Brasília, introduziu-a. Já em 2002, na II Cúpula, em Guayaquil, no Equador, que o Brasil reforçaria o seu apoio à IIRSA (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2015).

Figura 01: Eixos de Integração e Desenvolvimento IIRSA/COSIPLAN. Fonte: COSIPLAN, 2017, p. 69

O projeto se baseava nos EIDs, sendo que cada eixo concentraria fluxos de comércios atuais e potenciais para promover o desenvolvimento econômico, tendo sido propostos, inicialmente, 12, mas que hoje se encontram em 9 (COSIPLAN, 2017), sendo eles o Eixo Amazonas, Andino, Capricórnio, Do Sul, Escudos das Guianas, Hidrovia Paraguai-Paraná, Interoceânico Central, Mercosul-Chile e Peru-Brasil-Bolívia, como pode ser visto na Figura 01. Percebe-se que três deles perpassam a região amazônica, o que demonstra os interesses em adentrar territórios ainda pouco explorados e com grande potencial econômico, mas que ainda preservam a vida cotidiana de povos nativos e tradicionais e relações socioambientais singulares.



É essencial entender o que os eixos representam enquanto possibilidades de expansão da produção e da circulação de bens e serviços. A partir de Pessanha (2018), concluímos que há uma predominância de artigos primários e commodities como principais produtos de exportação em todos os eixos, como minerais, soja, petróleo cru e carne de gado bovino. Isto é, a consolidação dos eixos representaria um aprofundamento da especialização produtiva das regiões, reprimarizando e commodificando ainda mais a economia sul-americana, sendo a nova face do subimperialismo. Isso confirma a nossa ideia de que os projetos de integração servem para entregar às empresas de capital internacional a região, aprofundando a dependência e as desigualdades, ao especializá-la em produtos de baixo valor agregado e com altas taxas de contaminação, poluição e destruição socioambiental.

Não podemos deixar de mencionar as mudanças institucionais relativas a IIRSA, que a partir de 2008 estaria vinculada a UNASUL[13] e se tornou COSIPLAN[14]. Importante ressaltar que apesar da IIRSA, o governo brasileiro pouco atuou por meio dela, mas mais fortemente por fora da sua agenda (HONÓRIO, 2013), o que acentuou as relações bilaterais do Brasil com os países sul-americanos (NEVES, 2018). Assim, “a IIRSA teria servido como uma plataforma inicial na qual o BNDES pode agir e crescer posteriormente fora dela, favorecendo as empreiteiras brasileiras no que se refere à construção da infraestrutura regional” (NEVES, 2018, p. 342). Isso pode ser demonstrado pelo fato de que “foram mais de 300 obras financiadas pelo BNDES na região, e diretamente na IIRSA somente participou de 2 projetos” (NEVES, 2018, p. 329), o que faz pensar que o banco estaria “atuando em favor das demandas nacionais de suas elites” (NEVES, 2018, p. 329). Por conseguinte, podemos imaginar que a grande preocupação do governo brasileiro não estava com a iniciativa em si, porém, com a maneira que ela poderia ajudar para uma maior abertura dos países para o capital nacional.

Ao passo que a IIRSA/COSIPLAN vinha se consolidando na América do Sul, não podemos esquecer que internamente o Brasil também planejava e produzia “melhorias” na infraestrutura nacional. O projeto interno brasileiro seria o PAC[15], lançado oficialmente em 2008 pelo governo Lula (PT)[16]. Ele buscava ser a solução para uma série de problemas, carências e deficiências na infraestrutura brasileira, que se mostravam como obstáculos ao “desenvolvimento”. O PAC, “tendo como objetivos eliminar os principais gargalos que poderiam restringir o crescimento

da economia; reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas; estimular o investimento privado; e reduzir as desigualdades regionais (Brasil, 2007b).” (apud AMARAL, 2013, p. 40), pareceu ser o remédio para diferentes e extensos males.

Ademais, é mister entender a ligação entre os dois planos, IIRSA/COSIPLAN e PAC. Basicamente, o segundo seria o plano interno do primeiro, tendo em vista que “a escolha das obras que vão entrar na IIRSA pelo Brasil foi feita baseada nos planejamentos setoriais anteriores do Ministério do Planejamento” (HONÓRIO, 2013, p. 104). A interconectividade entre os megaprojetos previstos nos planos é essencial, basta ver que, dos “projetos previstos na IIRSA para implantação no Brasil, 41,86% são os mesmos existentes na carteira de projetos do PAC” (OLIVEIRA; GONÇALVES; RAMOS FILHO, 2013, p. 290). Isso confirma as expectativas que o país tinha em relação a como atuar em cada uma das escalas, regionalmente, por meio da IIRSA, e nacionalmente, do PAC.

Em vista do que já foi debatido, é de se perceber que existem duas grandes visões em relação aos projetos de integração regional. A primeira defende que a infraestrutura por si só já traria desenvolvimento, garantindo a possibilidade de maiores fluxos econômicos e a geração de riqueza e combatendo o “isolacionismo” de determinadas regiões contra as assimetrias regionais (PESSANHA, 2018). Essa seria uma visão simplista que reforça a ideia de que o subdesenvolvimento ocorre pela simples falta de infraestrutura ou de interconexões. A outra visão seria a ideia de que a infraestrutura é um produto com certa intencionalidade (PESSANHA, 2018). Assim, cada intencionalidade trará determinadas consequências, e se pensarmos que a racionalidade vigente possui características economicistas e deterministas, nota-se que as demandas populares serão, no mínimo, esquecidas.

A partir dessa visão economicista e determinista, destaca-se que os entraves que são colocados ao desenvolvimento devem ser removidos. Então, deve-se pensar quem/quais são esses entraves que devem ser transpostos. Reparemos que eles não são somente a floresta tropical ou os Andes, mas, sim, as legislações trabalhistas, ambientais, educacionais e os povos e os movimentos sociais e ambientais que se opuseram a eles. Isso nos faz pensar que a IIRSA e o PAC estariam reforçando o autoritarismo na tomada de decisões e a ideia dos países sul-americanos como monoexportadores de produtos primários,

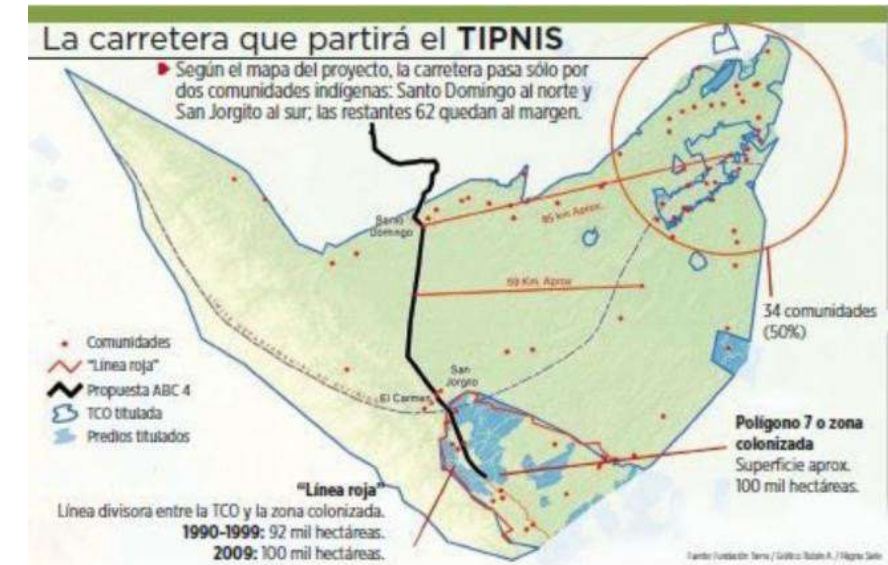
sem se desligarem da dependência econômica (LIMA, 2018). Desse modo, criam-se novas formas de regulamentação social e ambiental, em que as obras e os empreendimentos geram impactos gigantescos e “mostram que processos que almejam a integração, em muitos casos, levam também à desintegração das condições e formas prévias de vida, trabalho e produção de riqueza” (GARCIA, 2011, p. 16) para aumentar o “controle de fontes de matéria-prima e energia, exportação de manufaturados e exportação de capitais.” (LIMA, 2018, p. 90), além do controle sobre os povos.

Para compreender mais e melhor como a IIRSA se desenvolve na escala local, utilizaremos o processo que se passa na Bolívia, mais especificamente pelas populações nativas do TIPNIS[17], território de conflitos perante os interesses dos povos indígenas, dos cocaleros[18] e da nova legislação aprovada pelo ex-presidente, Evo Morales, que permite a exploração de hidrocarbonetos em áreas protegidas (ACHTENBERG; CURRENTS, 2017). A questão emerge perante a construção da rodovia Villa Tunari–San Ignacio de Mojos, na região da Amazônia boliviana, para conectar os departamentos de Cochabamba e Beni, atravessando o TIPNIS ao meio (Figura 02) (ACHTENBERG; CURRENTS, 2017). A construção seria realizada pela construtora brasileira OAS, financiada pelo BNDES, e integraria o projeto do corredor bi oceânico da IIRSA. Nota-se que a região é habitada por povos originários Moxeño-Trinitário, Yurakaré y Chimané, dispostos em 64 comunidades e com algo em torno de 12 mil habitantes. Opondo-se ao projeto, as comunidades realizaram as primeiras mobilizações em agosto de 2011. Em 11 de agosto daquele ano, houve uma grande repressão das forças policiais contra as mobilizações dos indígenas que marchavam em direção a capital La Paz com 70 feridos. Perante a situação, o governo nacional cancelou a construção e decretou uma consulta prévia às comunidades. Em um processo turbulento, em que se alegou a falta de cumprimento de padrões internacionais na primeira consulta, realizou-se uma nova consulta e alegou-se que 30 comunidades rejeitavam a construção (ACHTENBERG; CURRENTS, 2017). Até os dias de hoje o conflito se estende e ainda não existem respostas claras para as comunidades, que se veem pressionadas por um governo que se dizia plurinacional e tem como base para a sua economia os hidrocarbonetos.

Isso posto, há de se refletir sobre os interesses ali presentes. Primeiro, dos povos nativos que querem manter suas condições prévias de vida. Segundo, dos cocaleros em ganhar território para

Figura 02: Mapa do TIPNIS. Fonte: Achtenberg e Currents (2017)

sua produção. Por último, das grandes empresas mineradoras, que buscam aumentar sua atuação e produção.



Considerações finais

Buscamos com o artigo visualizar como os projetos de integração regional e o subimperialismo se encaixam sob a perspectiva transescalar (VAINER, 2002) e as relações entre os agentes públicos e privados perante os planos de infraestrutura e as suas consequências. Na escala internacional, observamos como o capital internacional procurou adentrar o território sul-americano na intenção de adquirir vantagens econômicas, políticas e sociais ao ter o seu acesso facilitado a commodities e produtos primários de baixo valor agregado, aprofundando a acumulação por espoliação e reconvertendo valores de uso em valores de troca. Na escala regional, a emergência da IIRSA como projeto de integração infraestrutural reforça uma ideia economicista de interconexão, que não considera os diferentes tipos de vida que se desenvolvem no subcontinente, trazendo mais mazelas e desigualdades socioambientais. Além disso, o subimperialismo de ressaca do Brasil durante os governos petistas serviu para o crescimento das mega construtoras brasileiras por meio do crédito dado pelo BNDES aos custos do dinheiro dos contribuintes e das fragilidades socioambientais da

região e definiu o enraizamento do Brasil como potência regional que se aproveitou da IIRSA para desenvolver relações bilaterais com os outros países. É importante lembrar do ajuste espacial feito pelas empresas na busca por mais mais-valia.

Na escala nacional, visualizamos como os planos internos brasileiro de integração, vistos a partir do PAC, também serviram de pretexto para o crescimento das empreiteiras no território nacional e como, internamente, a IIRSA acabou sendo pouco conhecida. Também ressaltamos a relação íntima que Estado e capital possuem e como a adoção da política de *campeões nacionais* gerou uma série de instabilidades políticas e econômicas com o desenrolar da Operação Lava Jato no Brasil e com outras operações no Peru e no Equador, por exemplo. Por último, na escala local, a partir do que tem sido vivenciado pelas comunidades nativas do TIPNIS na Bolívia, descortinamos as consequências nefastas ao meio ambiente, aos modos de vida singulares que existem na região, aos conflitos e às tensões que existem perante a produção da IIRSA, aos povos nativos e tradicionais, às legislações ambientais e trabalhistas e às diferentes cosmovisões que são consideradas obstáculos e entraves para o desenvolvimento e o crescimento econômico que é adotado pela maioria dos países sul-americanos. Não podemos nos esquecer que todo esse processo esclarece o aprofundamento da acumulação por espoliação, do papel subalterno que o povo sul-americano tem na divisão internacional do trabalho, do aumento da dependência, das remoções, do desmatamento, da violência, do autoritarismo e das desigualdades socioambientais.

Notas

1. Acrônimo criado por Jim O’Neill em 2001 para o conjunto de países, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
2. Conselho de Segurança das Nações Unidas
3. Aqui nos referimos aos governos nacionais que tinham como presidente indivíduos do Partido dos Trabalhadores, respectivamente, nas gestões de 2003-2010 com Luís Inácio Lula da Silva e de 2011-2016 com Dilma Rousseff, tendo assim um governo petista que se inicia em 2003 até 2016. Salientamos que que houve diferenças entre tais gestões, mas argumentamos que certo padrão perante o subimperialismo ocorreu durante toda a gestão do PT frente ao executivo nacional.
4. Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana
5. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
6. Reprimarização consiste no retorno de um país que tinha uma economia mais industrializada para uma economia pautada na exportação de produtos primários. Não necessariamente este país deixou de exportar produtos industrializados, mas agora a sua matriz econômica pauta-se majoritariamente em produtos primários, ou seja, regressão de uma economia do segundo setor, para o primeiro setor. Tal conceito se aproxima, mas possui diferenças, com os de desindustrialização e “doença holandesa”.
7. Quando tratamos de commodificação neste texto, referimo-nos ao processo pelo qual um país tem a sua pauta econômica de exportação baseada em commodities, que são produtos primários com seu preço tabelado no mercado internacional, como a soja, os minérios e o café. Aqui, não adotamos a ideia de commodificação, que se encontra principalmente na literatura anglófona, ali, ela tem o sentido do processo de conversão em mercadoria de qualquer coisa
8. Entendemos como golpe de 2016 o processo de impeachment sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016 devido a supostas irregularidades contábilísticas e crime de responsabilidade fiscal, conhecidos como “pedaladas fiscais”. Enquanto alguns preferem tratar como um simples processo de impeachment, nós, aqui, reconhecemos o processo como amplamente anti-democrático e causador de diversas rupturas, institucionais, políticas e sociais que acabaram por

aprofundar mazelas sociais, econômicas e ambientais em todo o território nacional. Salientamos que a terminologia golpe, que é amplamente utilizada pela esquerda brasileira para tratar a questão, é repudiada por setores mais à direita, apesar da utilização do termo golpe ter acontecido recentemente por aquele que teria sido um dos maiores beneficiários e articuladores do processo, Michel Temer, ex-vice de Dilma e presidente do país entre 2016 e 2018, que no programa Roda Viva da TV Cultura tratou o impedimento como golpe duas vezes em sua fala. Fica evidente que, mesmo aquele que a época negou o golpe, acabou por aceitá-lo, mesmo que por ato falho.

9. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
10. Entendemos como mega construtoras brasileiras as empresas: Construtora Norberto Odebrecht, Queiroz Galvão, OAS, Andrade Gutierrez e Camargo Correa.
11. As quatro maiores receptoras de recursos até 2015 em ordem decrescente seriam: Construtora Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Camargo Correa (FRANCISCANGELIS, 2015).
12. Eixo de Integração e Desenvolvimento
13. União das Nações Sul-Americanas
14. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
15. Programa de Aceleração do Crescimento
16. No lançamento do PAC, no complexo do Alemão, no Rio de Janeiro em 2008, Lula colocou Dilma Rousseff como a “mãe do PAC” (LIMA, 2008), o que nos faz pensar sobre a construção dela como futura presidenta e como que um governo acabou, de uma maneira ou de outra, sendo uma continuidade do outro.
17. Território Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure
18. Fazendeiros produtores da folha de coca, que vêm se expandindo pela fronteira sul do TIPNIS e que possuem forte ligação política e econômica com Evo Morales, sendo a sua base eleitoral.

Referências

ACHTENBERG, E.; CURRENTS, R.. Why is Evo Morales Reviving Bolivia's Controversial TIPNIS Road?. **NACLA**. 21/08/2017. Disponível em <https://nacla.org/blog/2017/08/22/why-evo-morales-reviving-bolivia%E2%80%99s-controversial-tipnis-road> Acesso de 07/05/2020

AMARAL, A. **Os grandes projetos de infraestrutura, com participação do Brasil, no país e na América do Sul: uma análise a partir da teoria do subimperialismo**. Dissertação (Mestre em Administração) – Escola de Administração - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 163, 2013.

ALMEIDA, M. Desafios da real política industrial brasileira do século XXI. No. 1452. Texto para Discussão, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2009. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4988:td-1452-desafios-da-real-politica-industrial-brasileira-do-seculo-xxi&catid=272:2009&directory=1 Acesso em 05/03/2020

BOHM, Steffen; MISOCZKY, Maria; MOOG, Sandra. Greening Capitalism? A Marxist critique of carbon markets. **Organization Studies**, v. 33, n. 11, p. 1617-1638, 2012. Disponível em <https://doi.org/10.1177/0170840612463326> Acesso em 02/03/2020

BOND, P. Sub-imperialism as lubricant of neoliberalism: South African 'deputy sheriff'duty within BRICS. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 2, p. 251-270, 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1080/01436597.2013.775783> Acesso em 05/04/2020

BORGES, F. ; AYMARA, S.. A presença de construtoras brasileiras no Peru nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): aproximações e conflitos. **PAIAGUÁS: revista de estudos sobre a Amazônia e Pacífico**, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em <https://periodicos.ufms.br/index.php/revpaiaguas/article/view/1010> Acesso em 07/10/2019

BNDES. Aqui tem transparência para você. **BNDES**. Disponível em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/maiores-clientes/!ut/p/z1/tZPNcpswFIWfJQuWsi5B2NAdThw7ASdpM_6BTUZgYdQaiUiyafR0FU4WTP2608IEG0Z3rs75DrrCGV7iTNAAdX1PDpaAbu0-z_mMSxqMJuYNk_A1ciPz4Kppfxl4AgBf7BvjLigBnh-fBu7-CaJK4MzldwnlM8BxnOCuEuYF01ysmH7kQhtutsWewIFK1swBo6jQ

DVVMFJw6UEihtxtDUckF7Uo1E0ZqB2rKpWlaFRtuK0x38k3BVz glZMUgGOSoLMM-lv6AoNxnOfLzkJE-XdGw6L_GOZE3O5120fk dKtxdeyOb-CLxySh2x6H32nBCI7UMgwOG-1v7z_yvQxiPiEtcC7n jrMUzIVVtr-jhPyNOjh3mw0ulkuuHZDwDL3DdDzr8l4D_ufKDD8r fvL3A4xGwb4J_f3rKlju40s7YT4OXnzG51udcTS-ma4tPTYW4KCV eHrVZ3vVG5i-PNRK5F9gDipVMMdXbKluujGn0FwccaNu2t0ftre Wulytbaax1I5XpgDU37F3s96QrqW3wPxVxU8_qwHtGP8rpyCPpz e7X8BZ1n4QtUJY_t9HZ2W8WgTY3/dz/d5/L2dBISevZ0FBIS9nQ SEh/

CAMPOS, P. H. P. A. O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1969-2010: uma abordagem quantitativa. **Tensões mundiais world tensions**, v. 10, n. 18-19, 2014.

CAMPOS, P. H. P. A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. *In: III Conferência Internacional de História Econômica e V Encontro de Pós-Graduação em História Econômica*, 2010, Brasília. **Anais da III Conferência Internacional de História Econômica e V Encontro de Pós-Graduação em História Econômica**, 2010. p. 1-32.

COSIPLAN. Informe de la Cartera de Proyectos del COSIPLAN 2017. **COSIPLAN**. Publicado em 28/12/2017 Disponível em <https://www.flipsnack.com/IIRSA/informe-de-la-cartera-de-proyectos-del-cosiplan-2017.html> Acesso em 13/04/2020

FRANCISCANGELIS, S. **A internacionalização das grandes empresas brasileiras e a política de apoio do BNDES**. Unicamp – Campinas/SP. 2015

GARCIA, A. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

GARCIA, A. **BNDES e a expansão internacional de empresas com sede no Brasil**. Outubro de, 2011. Disponível em <https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/10/bndes-e-a-expansao-internacional-de-empresas-com-sede-no-brasil.pdf> Acesso em 10/10/2019

GUIMARÃES, Sergio *et al.* A internacionalização do BNDES. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, n. 42, p. 47-91, 2014. Aires, CLACSO, 2005. Disponível em <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3321/1/RB%2042%20A%20>

internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20BNDES_P.pdf
Acesso em 02/12/2019

HARVEY, D. **Produção Capitalista Do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Trad. Carlos Szlak.

HARVEY, D. **Novo imperialismo (O)**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Trad. Adail Sobral; Maria Estela Gonçalves.

HONÓRIO, K. **O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000- 2012)**: um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil. Dissertação de Defesa 109 ao Mestrado em Relações Internacionais apresentada ao Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP), 2013.

LEAL, D. **HENRY FORD ENTRE A CASA-GRANDE E O CHÃO DA FÁBRICA**. Trabalho de conclusão de curso. USP. 2015

LIMA, Kelly. Dilma é a ‘mãe’ do PAC, diz Lula em morro do Rio. **O Estado de São Paulo**. 08 de março de 2008. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-e-a-mae-do-pac-diz-lula-emmorro-do-rio,136437> Acesso em 12/06/2019

LIMA, R. **A integração regional em infraestrutura da IIRSA e os capitais do BNDES nos governos Lula da Silva 2003-2010**: subimperialismo do neodesenvolvimentismo brasileiro / Rafael Teixeira de Lima. - Foz do Iguaçu, 2018.

LIMA, R. Entre o imperialismo e o subimperialismo: a projeção brasileira à Bolívia e ao Peru nos governos Lula da Silva (2003-2010). **Rebela**, v. 6, n. 3, 2016. Disponível em <http://www.nexus.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2597> Acesso em 26/12/2019

LUCE, M. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo. **Tensões mundiais**, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.33956/tensoesmundiais.v10i18,19.471> Acesso em 02/05/2020

LUCE, M. **A Teoria do Sub Imperialismo em Ruy Mauro Marini**: Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História. Porto Alegre, 2011.

LUCE, M. **O Subimperialismo brasileiro revisitado**: a política de integração regional do governo Lula (2003 – 2007). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y Revolución**. México, Siglo XXI, 1974. 5 Edição corregida y ampliada.

NEVES, B. Política externa brasileira, BNDES e a integração da infraestrutura sul-americana: uma análise da IIRSA/Cosiplan (2000-2017). **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 7, n. 14, p. 312-351, 2018. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9134> Acesso em 19/04/2020

OLIVEIRA, D.; GONÇALVES, C.; RAMOS FILHO, E.. Problematizando a Integração Regional: As conexões entre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)– Brasil. **Revista IDeAS**, 2013. Disponível em <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/124> Acesso em 10/04/2020

OLIVEIRA, G. Z.; SILVEIRA, I. L. De Lula a Dilma: mudança ou continuidade na Política Externa Brasileira para a América do Sul. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 6, p. 134- 159, 2015.

PESSANHA, S. **A produção desigual do espaço sul-americano**: iniciativa para a integração da infraestrutura regional sul-americana (IIRSA). Dissertação (Mestre em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP, p. 157, 2018. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/167574/pessanha_se_me_rcla.pdf?sequence=5&isAllowed=y Acesso em 10/05/2020

VAINER, C. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. **Cadernos IPPUR**, v. 15, n. 2, p. 13-32, 2002. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/viewFile/281/91> Acesso em 01/11/2019

VERDUM, R. (Org.) **Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais**. Brasília: INESC, 2007.

***Matheus Teixeira Barreto** é Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia IGC/UFMG e Bolsista CNPq - Bacharel em Geografia pela UFMG, professor, educador popular e mochileiro. E-mail: mixabarreto@gmail.com

Estado, institucionalidade e a interiorização da economia política na produção do indivíduo[1][2]

State, institutionality and the interiorization of the political economy in individual production

Thiago Andrade dos Santos*



Resumo

Este estudo de natureza teórica objetiva refletir acerca do modo como a economia política produz e reproduz a sociedade e, para isso, precisa reproduzir o indivíduo. Evidencia-se o papel assumido pelo Estado, ou por qualquer forma de institucionalidade, na reprodução da sociedade. Os diversos enfrentamentos próprios do campo da política são, destarte, absorvidos, obscurecidos, ou apaziguados por esse Estado e sua arte de governar, que, com sua pretensa neutralidade e razão consensual, atua em função da anulação dos contrapoderes e de demais resistências. No modo de produção capitalista o Estado, atuando em função do processo de acumulação dos capitais, fortalece o poder do capital sobre o trabalho em tempos em que este último, tendencialmente, é expulso do processo produtivo. Os aportes teóricos aos quais se recorre nesta reflexão, embora distintos entre si, caminham no mesmo sentido, mas em paralelo, tocando-se alguns pontos. Ambos revelam que o poder hegemônico, em suas diversas formas de manifestação, sempre objetiva a produção de sociedades a sua imagem e semelhança.

Palavras-chave: Estado; Capital; biopolítica; poder; governamentalidade.

Abstract

This theoretical study aims to reflect on the way in which political economy produces and reproduces society and, in order to do so, it needs to reproduce the individual. We aim to analyze role assumed by the State, or by any form of institutionality, in the reproduction of society. The various confrontations proper to the field of politics are, therefore, absorbed, obscured, or appeased by this State and its art of government, which, with its supposed neutrality and consensual reason, acts for of the annulment of counterpowers and other resistances. In the capitalist mode of production, the State, acting for the capital accumulation process, strengthens the power of capital over labor in times when labor is, tentently, expelled from the productive process. The theoretical contributions on which this reflection is based, although distinct from each other, are moving in the same direction, but in parallel, touching some similar points. Both of them reveal that hegemonic power, in its various forms of manifestation, always seeks for the production of a society in its image and likeness.

Keywords: State; Capital; Biopolitics; Power; Governmentality.

Introdução

Essa reflexão, motivada pelos processos de modernização a cargo do capitalismo em escala global, objetiva mostrar o modo como a economia política produz e reproduz a sociedade e, para isso, precisa reproduzir o indivíduo. Evidencia-se o papel assumido pelo Estado, ou por qualquer forma de institucionalidade, na reprodução da sociedade. A discussão proposta se soma aos estudos que buscam uma percepção do mundo por meio de olhares e de pensamentos críticos, pois revela mecanismos sutis de opressão que, no limite, induzem os indivíduos a pensarem e a agirem como meros agentes econômicos. A manutenção de um modo de produção que rumo para a barbárie não consegue se manter sem o controle das condutas e das subjetividades. A história da era moderna como um todo mostra que a modernização em si é a produção de um sujeito, o sujeito produtor e consumidor de mercadorias. Economistas apologéticos constroem teorias para dizer que o sucesso e o fracasso são frutos, exclusivamente, do mérito individual, mais do que decorrentes dos limites internos e externos do próprio capital.

Para essa finalidade, as diversas formas de institucionalidade, dentre elas o Estado, governam as condutas dos vivos de dentro dos seus corpos, auxiliando a formar tipos específicos de indivíduos, que, no capitalismo, internalizam a economia política. Na marcha do processo de modernização de um capitalismo líquido, a construção das identidades coletivas em suas diversas manifestações; por raça, gênero, classe, etnia, crença, tem sido fortemente atacada se não alinhada ao *modus operandi*. Apesar da imanência das crises, há uma alienante individualização da culpa pelo mal estar dos mercados. Precisa-se, portanto, entender o papel das institucionalidades e do próprio Estado na engrenagem social que sustenta o capitalismo e os desdobramentos de suas práticas na produção desse espaço interno aos indivíduos. O corpo tornou-se território disputado, objeto do governo dos homens, governo que governa de dentro de nossas entranhas. É por dentro dos corpos que o fetichismo do capital primeiro ganha concretude. Isso reflete uma forma de controle das condutas destinado a um fim previamente pensado dentro de uma estrutura de poder.

A interiorização da economia política pelo Estado

...] durante o período manufatureiro,

contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, finalmente se apoderou da soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno nada mais é que um comitê que administra os negócios de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 2007 [1848], p.49).

As referidas palavras de Marx expressam de forma contundente, porém, ainda não desenvolvida pelo autor, proposições acerca do papel e da natureza do Estado nas formações sociais onde impera o modo de produção capitalista, cujas relações e as práticas sociais se reproduzem nos marcos da mercadoria e do dinheiro. Nesta acepção, a afirmação de que o Estado existe para que o modo de produção e as relações de produção capitalistas não se dissipem por conta de suas contradições imanentes é pertinente. Tal análise mostra que o Estado moderno, inserido no espectro da economia política, nasceu sobre as ruínas do Estado absoluto, já como desdobramento da ascensão do pensamento liberal advindo das práticas e necessidades da burguesia. Marx não chegou a desenvolver uma teoria do Estado, embora suas análises levem em consideração a centralidade que este exercia no processo de reprodução do capital de sua época. A argumentação de Marx mostra que a economia e a política se entrelaçaram na figura do Estado moderno.

Ora, o capital não produz, internamente, todos os pressupostos necessários para a sua reprodução, por isso, somente pode se configurar como um modo de produção a partir da incorporação da práxis social ao seu processo reprodutivo (BIHR, 2003, p. 10). É por definição uma relação social obrigada a se por como geradora e organizadora da sociedade em escala global (BIHR, 2003, p. 10). O capital, personificado nos diversos capitalistas individuais, não dá conta de reproduzir o espaço necessário para a produção e circulação das mercadorias, nem viabilizar a utilização do próprio espaço enquanto mercadoria, assim como não consegue reproduzir os meios socializados de produção e a força de trabalho necessária (BIHR, 2003, p. 8). Não pode dar conta dessa tarefa, pois os diversos capitalistas individuais se preocupam apenas com seus investimentos e ganhos separadamente do restante e estão sob um forte processo concorrencial entre si (GRESPLAN, 1999, p. 193). A tarefa de gerir a esfera econômica para conter a queda tendencial das taxas

de lucro e de arbitrar o processo concorrencial é assumida pelo Estado, que o faz, no limite, produzindo o espaço.

Adentrando a natureza política do Estado capitalista, este se faz passar por neutro, contudo, atua em função do exercício do poder hegemônico de uma classe sobre a outra. Este Estado resulta da correlação de forças dentro da sociedade. Pelo fato de a burguesia gozar da hegemonia no capitalismo por controlar os meios de produção, o exercício do seu poder coletivo diante do proletariado se expressará na natureza e nas ações do Estado por ela engendrado. Esse raciocínio está na base da argumentação de Marx, citada no início dessa reflexão. Para Bihl

é impossível limitar a análise do Estado em sua relação com a reprodução do capital às formas e estruturas relacionadas com as funções que ele desempenha nos dois níveis precedentes no processo de reprodução, sem levar em conta efeitos próprios às lutas entre as classes que nele se materializam (BIHL, 2003, p. 9).

Nesse sentido, apesar de atuar para a manutenção das relações de produção, o Estado moderno, engendrado juntamente com as necessidades do capital, não é a causa das relações assimétricas de poder entre as classes sociais. Ao contrário, é a expressão dessa assimetria, sendo, também, a estrutura que a mantém. A concepção dialética do Estado se distancia da concepção idealista de Hegel, que Marx entende ser mistificadora da realidade, por esta entender o real como um produto da razão. Para Hegel

o Estado é a ideia ética ou o espírito ético realizados. Ele é a vontade que se manifesta, torna-se clara e visível, consubstancia-se. Ele é a vontade que pensa e conhece a si mesma, ele realiza o que sabe, e na medida em que sabe. O Estado encontra nos costumes éticos sua existência direta e irrefletida e sua existência indireta e refletida na autoconsciência do indivíduo e no seu conhecimento e atividade. Autoconsciência na forma de disposição social, tem a sua liberdade substantiva no Estado, como a essência, o propósito, e produto de sua atividade (HEGEL, 2001 1820], p.194-195, tradução própria).

A perspectiva de Hegel coloca o Estado como o mais perfeito fruto da razão humana, como um ser neutro, livre das paixões

e convicções particulares. Nessa acepção, grosso modo, a sociedade civil é produto desse Estado neutro politicamente, que a criou e a governa. Na perspectiva de Marx acerca da natureza do Estado, a qual esta reflexão adere, foi o Estado que nasceu da sociedade civil, não o contrário. Há uma alienação e um fetichismo do Estado em Hegel, visto que

o homem não é um ser abstrato, isolado do mundo. O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma consciência invertida do mundo, porque eles são o mundo invertido (MARX, 2005 1844], p.87).

A crítica de Marx trata da questão do fetichismo que está na essência da forma Estado. Na realidade, é uma crítica que perpassa todas as instâncias do mundo objetivo e subjetivo por estar conectada à totalidade dos processos sociais e à defesa da práxis humana. Marx entende como uma contradição central na modernidade o fato de as criações da mente e da mão humanas assumirem a condição de seres “alienígenas”, estranhos aos seus produtores. O fetiche consiste no fato de as criações da mão e da mente humanas ganharem vida, enquanto seus criadores viram coisas (MARX, 2011 1867], p. 94). O fetiche, modo invertido como o capital se apresenta aos indivíduos (GRESPLAN, 2019), resulta de diversas alienações entre as quais há a alienação do político. Expressada pelo fetichismo do Estado nessa forma de alienação há a separação entre os seres humanos e a política, abrindo caminho para que o seu exercício se dê pela forma do Estado. Pogrebinschi (2009) mostra a distinção entre política e político no pensamento de Marx. A dimensão da “política” designa essa política aprisionada pelo Estado. A dimensão do “político” representa a verdadeira política, que é imanente aos seres humanos. O Estado, desse modo, é uma mediação entre os homens e a política (POGREBINSCHI, 2009, p. 41). Este Estado, ao se colocar de pé na história, se configurou como um agente do capital, como opressor das contraofensivas nos enfrentamentos entre as classes sociais, entre o trabalho e o capital. O discurso predileto e falseador da realidade para a defesa das práticas estatais é a que põe esse Estado como o guardião da ordem e dos bons costumes, entretanto, no capitalismo,

essa interpretação materialista do Estado se amplia para uma concepção geral, em que se considera o Estado ‘uma forma independente’, que surge da ‘contradição entre o interesse

do indivíduo e o da comunidade'. Essa contradição 'sempre se baseia' na estrutura social e, em particular, 'nas classes, já determinadas pela divisão do trabalho ...] e pela qual uma classe domina todas as outras' (MARX, 1970 *apud* HARVEY 2005, p. 77).

A passagem que Harvey pegou emprestada de Marx reforça a ideia de que o poder exercido pelo Estado nada mais representa do que as tensões, interesses e conflitos entre as classes levados à instância estatal. Diante do exposto, não interessa o tipo de Estado do qual se está tratando, absoluto, liberal, Keynesiano, neoliberal, pois sua natureza e seus modos de ação no capitalismo sempre responderão aos arranjos existentes entre as classes. Essa afirmação é evidenciada com a exploração do desenvolvimento histórico do Estado, que abarca o longo caminho da passagem do Estado absolutista ao neoliberal. Nesse percurso se pode entender a sua natureza, bem como identificar que suas metamorfoses estão articuladas às necessidades do capital.

Tratando da gênese da relação entre o Estado e economia política, com a passagem do capital mercantil para o capital industrial, a partir do fim do século XVII, e graças às análises dos economistas clássicos como Smith e Ricardo, a economia deixou de ser apenas uma prática para ganhar uma interpretação teórica, passando, assim, a exercer influências sobre a racionalidade político-estatal. Para atender às pressões sociais exercidas por uma burguesia ascendente e endinheirada da época, o Estado foi obrigado a incorporar o nascente pensamento liberal e intervir menos na dinâmica do mercado. A mão invisível, que na realidade era muito visível, e de *laissez-faire*[3], são expressões do pensamento desses autores. Deixar o mercado agir era a mensagem contida nessas expressões. Essa aproximação entre a política a cargo do Estado e a economia pode ser considerada como o ponto de inflexão da chamada economia política e, conseqüentemente, do Estado moderno.

Em torno dos debates acerca da normatização dos contratos de compra e venda de mercadorias e de punições por quaisquer violações à ordem, o poder do Estado absolutista foi transformado no chamado Estado democrático de direito, um Estado em que até mesmo o soberano deve seguir normas que o tornam igual a todos os cidadãos perante as leis. A submissão do poder absoluto do rei ao Estado de direito e a internalização das leis de mercado, após a incorporação do pensamento liberal às práticas

estatais, visava, no limite, acelerar o giro do capital, produção e circulação. Ademais, se queria dar mais segurança aos contratos relativos às trocas comerciais que envolvem desde a mercadoria força de trabalho aos mais caros produtos, mas com uma menor interferência do Estado na dinâmica do mercado. Afinal, todas as relações econômicas baseadas na troca de mercadorias pressupõem a igualdade jurídica entre os indivíduos.

Entretanto, a grande crise estrutural de reprodutibilidade dos capitais, em 1929, decretou a crise do Estado liberal e do *laissez-faire* e veio a demandar uma maior intervenção do Estado na economia. A burguesia da época não encontrava demanda suficiente nos mercados internos para as suas mercadorias e o período imperialista já dava

sinais de estagnação, além de ver a ameaça comunista bater à porta. Os Estados dos países centrais do capitalismo, então sob a influência das ideias liberais, foram aderindo às ideias de Keynes, a partir da década de 1930. A incorporação das ideias de Keynes nas ações do Estado afetou diretamente o mercado e a estrutura de classes, com a promoção de diversas obras de modernização urbana para a redução do tempo de giro do capital e para, ao mesmo tempo, estimular o consumo e a geração de empregos, via aumento dos gastos públicos. Para Keynes o crescimento econômico acontece, inicialmente, com o aumento dos gastos públicos aliado ao aumento dos salários e dos investimentos dos capitalistas, o que leva à geração de empregos e ao aumento do consumo das famílias. Com a retomada gradual do crescimento das economias, nas décadas seguintes à crise de 1929, o regime de acumulação fordista despejava quantidades ampliadas de produtos nas prateleiras e nos estoques e o consumo das massas de trabalhadores mais pobres acompanhava esse crescimento. O fordismo foi um regime rígido em que as grandes indústrias controlavam todo o processo produtivo, dos menores aos maiores componentes (HARVEY, 1992). Ao Estado cabia fornecer as condições gerais de produção, o fornecimento dos bens de consumo coletivo das cidades e a seguridade social básica. O Estado keynesiano, durante cerca de trinta anos, cumpriu seu papel no processo de acumulação e de contenção das tensões entre trabalho e capital, além de viabilizar o escoamento dos estoques pela geração maciça de empregos e pelo aumento dos salários dos trabalhadores.

Após a segunda guerra mundial, as pressões advindas da classe dos trabalhadores resultaram em políticas de Estado

que lhes garantiram melhores condições de vida e de consumo, mas que, efetivamente, deram fôlego extra ao capitalismo da época. A política do *Welfare State*, Estado de bem-estar social, nos Estados Unidos, e a social democracia praticada, principalmente, em países europeus como Alemanha, França, Suécia, Inglaterra e outros representaram políticas dentro dos princípios Keynesianos de se gerar crescimento econômico e amenizar as tensões entre as classes. A social democracia e o *Welfare State* não deixam de ser conquistas das lutas dos trabalhadores, pois representaram a elevação dos gastos públicos com a reprodução da força de trabalho, mas, por outro lado, fizeram com que houvesse o amortecimento de lutas do proletário, que poderiam levar a ganhos e transformações mais significativos. Nas palavras de Bihr (1998, p. 37), o compromisso entre as classes não ocorreu nos moldes de um contrato, mas foi imposto às partes “pela própria lógica do desenvolvimento anterior do capitalismo”. Esse acordo não acabou com a luta de classes, apenas, representou “uma espécie de imensa barganha, pela qual o proletariado renunciou ‘à aventura histórica’ em troca da garantia de sua ‘seguridade social’” (BIHR, 1998, p. 37).

A crise do capital manifestada no período fordista/keynesiano, na década de 1960, por sua vez, trouxe novamente a questão da intervenção do Estado na economia, assunto que já havia entrado em pauta desde o colóquio Walter Lippmann, de 1938. Conforme Dardot e Laval (2016, p. 158), nesse colóquio houve uma forte oposição ao *laissez-faire*, e, longe desse “novo” liberalismo condenar a intervenção do Estado nos mercados, a questão central era “qual deve ser a natureza das intervenções?”. No entanto, essas proposições ficaram à margem dentro do pensamento econômico até o modelo fordista/keynesiano começar a dar sinais de esgotamento. A crise que o capitalismo enfrentou na década de 1970 se globalizou por meio da mundialização dos ciclos reprodutivos dos diversos capitais e das políticas neoliberais a cargo dos Estados. Essa crise já havia sido antecipada como tendência por Marx e expressa o fato de o capital repelir a si mesmo, por conta do processo concorrencial e a consequente expulsão do trabalho vivo do processo produtivo (GRESPLAN, 1999, p. 193).

O capitalismo líquido, expressão derivada da noção de *modernidade líquida* (BAUMAN, 2001), que o mundo experimenta desde a década de 1970, apostou na reorganização e na flexibilização da produção e do mundo do trabalho, sofisticando, assim, as formas de exploração, de opressão, e, por analogia, as

formas de resistência. A reestruturação produtiva, em busca do aumento desmedido da produtividade pelo uso da tecnologia, tende a expulsar o trabalho vivo, tornando a crise algo inevitável. A consequente desvalorização das mercadorias e a perda de substância do capital são mascaradas pela colocação nos mercados de uma grande massa de dinheiro sem lastro, dinheiro que se autonomiza e não coincide com sua substância, o trabalho (KURZ, 2019, p. 55).

A crise na reprodução do capital refletida na menor quantidade de valor em cada mercadoria foi compensada pelo aumento da produtividade e pela comercialização em escala global dessas mercadorias. Não é por acaso que há uma corrida global em marcha pela liberação de novos mercados e por acordos unilaterais com os tradicionais mercados para que as barreiras locais e nacionais sejam destruídas o mais rápido possível. A generalização da forma moderna do Estado se iniciou na década de 1960 e já não basta entendê-lo apenas como uma instância de realização do direito e da economia (LEFEBVRE, 2012 1976], p. 141). Neste período “novo”, “preparado e anunciado com a planificação autoritária na União Soviética”, o Estado moderno se mundializou e veio a constituir um “modo de produção estatal”, em que o Estado organiza e produz o espaço global para o processo de acumulação (LEFEBVRE, 2012 1976], p. 141). Nessa acepção, “cada Estado particular não é mais que uma unidade no conjunto, uma ligação na cadeia dos Estados. Ambos fenômenos andam juntos, a constituição dentro de cada país do ‘modo de produção estatal’ e a globalização do Estado” (LEFEBVRE, 2012 1976], p. 141).

As forças políticas, econômicas e culturais que querem manter sua hegemonia costumam lançar mão de diferentes estratégias de controle social. Dentre essas estratégias de controle social há a ordenação, a produção e o controle do espaço. O capitalismo somente atenua suas contradições internas produzindo espaços (LEFEBVRE, 1976, p. 21). Pode-se dizer que a produção do espaço abstrato (LEFEBVRE, 1991 1974]), inscrita na reprodução do espaço, continua a se processar pela mão do Estado, sendo bruscamente reduzidos os gastos com a reprodução da força de trabalho, até então fornecidos pelo Estado de bem-estar social. Nesse contexto, as políticas do neoliberalismo representam uma tentativa de diminuição dos investimentos por parte dos Estados nos gastos com a seguridade social, além de existir uma maior permissividade à mundialização dos capitais em sua fase de acumulação flexível. Nos termos de Harvey (2005;

1982; 1992), essa permissividade é um dos principais fatores que contribuíram para a quebra das barreiras espaciais para o capital e que fez expandir a divisão do trabalho em escala global, acentuando o desenvolvimento geográfico desigual.

Para Marx (2011 1867], p. 827-877), a “acumulação primitiva” mostrou claramente esse processo engendrado pela associação entre a burguesia e o Estado. Esse momento representou o marco inicial da separação entre o trabalho e os meios de produção, que na Inglaterra se manifestou como uma política de cercamentos das terras camponesas. Assim, os capitalistas puderam se apropriar dos meios de produção, a fonte de sua riqueza. Harvey (2013, p. 121-122) entende que a acumulação primitiva acontece, no momento atual, sobre a forma da “acumulação por espoliação[4]”, “o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado”. O processo contínuo de proletarianização, que envolve essa espoliação dos meios de reprodução da vida humana, articula-se à crise imanente na qual o capital expulsa o trabalho vivo do processo produtivo, cria um cenário destrutivo em que o papel do Estado passa a ser administrar com mãos firmes também a barbárie social que está em marcha e que surge como desdobramento do arranjo entre as classes.

Desse modo, o Estado age de acordo com a economia política para mitigar essas contradições. É o Estado que garante a preservação da “igualdade” e da “liberdade” de troca, proteção do direito de propriedade, garante o cumprimento dos contratos, garante a mobilidade, a regulação dos aspectos “anárquicos” da competição capitalista, desempenha papel de árbitro entre os interesses conflitantes dos diversos capitais (HARVEY, 2005, p. 83). Valendo-se de uma leitura de Marx, Harvey (2005, p. 84) diz que o capital é um processo, o qual tem como sua razão de ser o lucro, e ele “não é nada mais do que dinheiro repostado na produção e na circulação para render mais dinheiro”. Nesse contexto, o Estado e, em especial, o sistema legal possuem função central. Eles assumem a função de garantir a mobilidade do capital e do trabalho, o direito de propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação e a garantia da estabilização do sistema monetário, via Banco Central, removendo as barreiras que forem necessárias (HARVEY, 2005, p. 84). Partindo dessa perspectiva, o Estado foi e é uma condição para que o modo de produção capitalista se mantenha e para que mantenha o seu poder perante as demais classes e grupos sociais, destruindo

o devir que insiste em brotar dentro dele, embora não dê conta dessa missão. A ação do Estado, no capitalismo, é uma condição, não uma escolha, o que desmonta o discurso neoliberal acerca da ideia de Estado mínimo.

Os dispositivos de saber-poder, a sociedade disciplinar e a economia política

Considerando o papel do Estado pela perspectiva foucaultiana, este não pode ser restringido ao recorte das classes sociais. A heterodoxia das análises de Foucault acerca do poder extrapola a visão dualista, não somente para que se entenda a natureza das relações que o Estado sustenta, mas para que se entenda, com mais clareza, a natureza das relações humanas em si. Isso se explica pelo fato de o estudo do Estado, na perspectiva de Foucault, estar submetido ao entendimento das noções de poder, de governo e de institucionalidade. Há, portanto, importantes distinções entre as interpretações marxistas e foucaultianas acerca do Estado, que ficarão evidenciadas em seguida. As distinções não se dão somente acerca do Estado, pois para os marxistas a produção dos indivíduos se processa no âmbito das relações de produção. Para Foucault é o poder que produz os indivíduos. Se o poder produz os indivíduos, então, ele produz um tipo específico de sociedade. Há em Foucault, portanto, a necessidade de se compreender como o poder se manifesta historicamente nas diferentes artes de governar para que se entenda a sociedade por ele engendrada.

Não há uma teorização ou sistematização da noção do poder na obra de Foucault, mas este está presente, largamente, em toda a sua bibliografia. A partir do que se pode apreender de leituras da obra de Foucault, a natureza do poder não deve ser definida ou compreendida como propriedade de um determinado possuidor do poder, mas, essencialmente, como algo que é imanente a todos os níveis e escalas das relações sociais, incluindo o espaço do corpo. Portanto, de acordo com Foucault,

haveria um esquematismo a evitar - esquematismo que, aliás, não se encontra no próprio Marx - que consiste em localizar o poder no aparelho de Estado e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único, do poder de uma classe sobre outra classe. De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por

canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem (FOUCAULT, 1984, p. 160).

Na passagem acima, Foucault chama a atenção para o fato de que Marx recusa esse esquematismo de atribuir a exclusividade do exercício do poder ao Estado, ou mesmo a uma classe específica, pois percebe que há, efetivamente, uma luta com forças que atuam em sentidos opostos. Os poderes engendram contra-poderes. O Estado, embora tenha se tornado estrutural na reprodução do capitalismo, é, basicamente, o resultado desse conflito de interesses. O Estado é, na realidade, o produto dos antagonismos sociais produzidos nessas relações, não o possuidor do poder. Foucault tinha restrições em relação ao entendimento da noção de poder em algumas abordagens marxistas e do direito, por atribuírem excessiva centralização do exercício do poder à figura do Estado, por parte destes, e por uma visão que o restringia à manutenção das relações de produção capitalistas, por parte daqueles, levando o seu entendimento apenas à ideia de repressão e de lei (POGREBINSCHI, 2004, p. 183-184). Nessas abordagens, entendidas por Foucault como economicistas, a noção de poder se confunde com a de soberania, pelo entendimento do poder como pertencente a um Estado regido por um soberano. O poder, nessa acepção, estaria no corpo do soberano. Por meio de uma abordagem genealógica, Foucault mostra que o poder não mais se resume ao corpo do soberano, alcançando os corpos e as vidas dos indivíduos com o desenvolvimento do capitalismo. Além de não contemplarem as micro escalas do poder, as resistências e os enfrentamentos, essas abordagens relatam apenas a negatividade do poder e perdem de vista sua positividade, no sentido da potência transformadora que contêm.

Nas palavras de Albuquerque (1995, p. 108), Foucault entende o poder como uma relação social assimétrica que institui dois polos e a natureza dessa relação desproporcional é a tendência de subordinação de uns para a manutenção de determinada ordem política instituída por outros. À vista disso, é preciso captar o poder em ato, “como movimento que recorta os espaços, atravessa os objetos e demarca um campo de enfrentamento. O poder é luta” (MARTINS, 2010, p. 1).

Posteriormente, em “A vontade de saber”, Foucault explica que esses dois termos (poder e resistência) não se encontram em relação de exterioridade. Estamos sempre “no” poder e, nesse sentido, não há escapatória; o que não quer dizer que o poder sempre vença ou que as resistências sejam inúteis. Se o poder existe numa rede vasta e multiforme de relações, os pontos de resistência também se apresentam como multiplicidade e como focos. Assim, como não existe um grande poder, não existe um local único de recusa: “a” resistência se move para a pluralidade (ALVIM, 2012, p. 25).

Como pontos de enfrentamentos e de lutas, as relações de poder se constituem de “relações de forças múltiplas e móveis, desiguais e instáveis, é evidente que ele não pode emanar de um ponto central, mas de instâncias periféricas, localizadas” (POGREBINSCHI, 2004, p. 183-184). Nessa perspectiva, o Estado e a lei aparecem apenas onde já não podem ser entendidos como poder. Embora o Estado seja posto e repostado como a encarnação do poder, ele não o é. À vista disso, há a necessidade de entendê-lo inserido dentro da perspectiva de institucionalidade, de governo dos vivos e da arte de governar. A arte de governar é o exercício do poder e perpassa todos os tipos de governos, mudando conforme seja necessário. A institucionalidade é o que é instituído pelas relações de poder.

A argumentação de Foucault articula o saber indissociavelmente ao poder nas relações sociais. Os dispositivos de saber-poder expressam o fato de que o exercício do poder requer um “conhecimento útil”, que possa, em alguma medida, expressar a “manifestação da verdade em sentido amplo” (FOUCAULT, 2009 [1979-1980], p. 12). De maneira perspicaz, Foucault encontrou no grego o adjetivo *alêthourguês*, que significa “alguém que diz a verdade” e dela deriva a palavra aleturgia, que significa “a produção da verdade” (FOUCAULT, 2009 [1979-1980], p. 12). Assim,

poder-se-ia chamar aleturgia esse conjunto de procedimentos e dizer que não existe exercício de poder sem qualquer coisa como uma aleturgia. Ou ainda, - e vocês sabem que eu adoro as palavras gregas - porque o exercício do poder chama-se em grego hegemonia, não no sentido que damos hoje a essa palavra, mas hegemonia é simplesmente o fato de se encontrar, face aos outros, na possibilidade de conduzi-los e de conduzir,

de algum modo, suas condutas; então, eu diria que é bem provável que não exista nenhuma hegemonia que possa se exercer sem qualquer coisa como uma aleturgia. E tudo isso para dizer simplesmente, de uma maneira bárbara e herética, que tudo aquilo que se chama conhecimento, quer dizer, a produção da verdade na consciência dos indivíduos pelos procedimentos lógicos e experimentais, não é, depois de tudo, mais que uma das formas possíveis de aleturgia. A ciência, o conhecimento objetivo, é somente um momento possível de todas essas formas pelas quais pode-se manifestar o verdadeiro (FOUCAULT, 2009 [1979-1980], p. 12).

Nessa acepção associa-se o exercício do poder à produção de discursos e práticas que se ponham como verdadeiras e visam instituir algo. A busca por explicações que se ponham como verdadeiras tornou-se o modo de ação da arte de governar, com os saberes atuando em função do poder. No que se refere aos governos, mais precisamente à sua arte de governar, o que se objetiva com os discursos para as massas é a aceitação de suas práticas como verdade. Ora, não há como convencer um jovem cheio de vida a se lançar em uma guerra na qual a morte é iminente sem que se faça uso de um dispositivo de *saber-poder* que se ponha como verdade. Os distintos modos de organização da burocracia do Estado ao redor do planeta com suas distintas instituições e indivíduos e distintos aparelhos ideológicos e repressivos são diferentes na aparência, mas, em sua essência, consistem na prática do governo dos vivos.

Conforme Pogrebinski (2004, p. 199), as análises históricas da manifestação do poder realizadas por Foucault em sua relação com as distintas artes de governar relevam três grandes eixos: o poder do soberano, o poder está no corpo do soberano; o poder disciplinar, o poder está o corpo dos indivíduos e, contemporaneamente, o biopoder, o poder alcança a vida dos indivíduos. Desse modo, o tipo de sociedade produzida pelo poder do soberano é distinto daquele produzido pelo poder disciplinar, que remonta os séculos XVII e XVIII, e assim por diante. A sociedade regida pelo exercício do poder de um soberano reflete as vontades desse monarca. Maquiavel caracterizou a arte de governar do Estado absoluto e explicitou as estratégias para manutenção do governo de um soberano sobre os súditos e os territórios conquistados. Em seus termos,

quando aqueles Estados que se conquistam, como foi dito, estão habituados a viver com suas próprias leis e em liberdade, existem três modos de conservá-los: o primeiro, arruiná-los; o outro, ir habitá-los pessoalmente; o terceiro, deixá-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando em seu interior um governo de poucos, que se conservam amigos, porque, sendo esse governo criado por aquele príncipe, sabe que não pode permanecer sem sua amizade e seu poder, e há que fazer tudo por conservá-los. Querendo preservar uma cidade habituada a viver livre, mais facilmente que por qualquer outro modo se a conserva por intermédio de seus cidadãos (MAQUIAVEL, 2005 [1513], p. 31).

Nas palavras de Foucault (2008a [1977-1978], p. 122-123), Maquiavel está a descrever a arte de governar e “é esse vínculo frágil do príncipe com seu principado que a arte de governar, a arte de ser príncipe apresentada por Maquiavel, deve ter como objetivo”. Os territórios nacionais expressam a objetivação dos anseios e necessidades de determinadas estruturas de poder, calcadas em conflitos de interesses dentro do conjunto da sociedade. A arte de governar do soberano se vale das tramas e estratégias territoriais vitais para a manutenção de um conjunto de relações socioespaciais. À medida que o espaço social torna-se um território controlado pela arte de governar de um soberano, o poder exercido se manifesta no espaço e nas relações produzidas por ele. A sociedade produzida por essa arte de governar, em larga medida, reflete as vontades do soberano.

A sociedade disciplinar, por sua vez, resultou de uma limitação ao poder do soberano por meio de uma nova forma de Estado, o Estado liberal e de direito. O poder disciplinar coincide com o nascimento do Estado liberal e do Estado de direito, no século XVIII, que se articularam entre si e se puseram à disposição da economia. As necessidades do mercado impuseram o direito como um controle às vontades dos soberanos, que passaram a ter que seguir as leis como todos os demais indivíduos. O poder disciplinar exercido pelo Estado de direito consiste no fornecimento de normas e valores às famílias, que disciplinavam seus membros. No âmbito das famílias, os dispositivos de sexualidade, a administração das finanças do lar, ou os valores religiosos eram primeiramente ensinados e praticados. Com a massificação das escolas, o governo disciplinar pode se envolver mais de perto com o ensino desses valores, normas e

conhecimentos necessários ao mundo do trabalho, assumindo, em muitas situações, a função da família (MARTUCCI, 2018, p. 79). O governo disciplinar representa a passagem para uma arte de governar em que as relações de poder invadem os corpos dos indivíduos. O poder não mais se resume ao corpo do soberano. O exercício do poder no Estado de direito objetiva o controle disciplinar sobre as famílias. Por uma perspectiva histórica, na passagem do capital mercantil ao capital industrial, no século XVIII, a economia já se colocava como a razão interna ao Estado. Quanto à essência da incorporação da economia pelo Estado, Foucault diz que

[...] a peça essencial tanto na pedagogia do príncipe como na polícia, o elemento central é esse governo da família, chamado, justamente, de “economia”. E a arte do governo, tal como aparece em toda essa literatura, deve responder essencialmente a esta pergunta: como introduzir a economia - isto é, a maneira de administrar corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas, como fazê-lo no seio de uma família, como pode fazê-lo um bom pai de família que sabe dirigir sua mulher, seus filhos, sua criadagem, que sabe fazer prosperar a fortuna da sua família, que sabe arranjar para ela as alianças que convêm -, como introduzir essa atenção, essa meticulosidade, esse tipo de relação do pai de família com sua família na gestão de um Estado? A introdução da economia no seio do exercício político, é isso, a meu ver, que será a meta essencial do governo. Assim o é no século XVI, é verdade, mas será também ainda no século XVIII. No verbete “Economia política” de Rousseau, vocês veem como Rousseau ainda coloca o problema nesses mesmos termos, dizendo em linhas gerais: a palavra “economia” designa originariamente “o sábio governo da casa para o bem comum de toda a família [...] Governar um Estado será, portanto, aplicar a economia, uma economia no nível de todo o Estado, isto é, [exercer] em relação aos habitantes, as riquezas, a conduta de todos e de cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que a do pai de família sobre a casa e seus bens” (FOUCAULT, 2008a [1979-1980], p. 126-127).

Essa economia moral e disciplinar consiste na internalização das leis e valores do modo de produção pelos indivíduos sem a necessidade de sermos lembrados disso a todo tempo. Acerca

desse Estado que internaliza a economia política, se pode dizer, portanto, que, desde o século XVIII, o elemento central de sua arte de governar, a qual lança mão o Estado moderno, é o governo da família (FOUCAULT, 2008a [1977-1978], p. 126). Por conseguinte, as micro e macro relações de poder que se estabelecem entre o capital e trabalho passaram a se expressar e se reproduzir dentro e fora da jornada de trabalho no âmbito das famílias. Sem essa articulação, a reprodução das relações de produção e própria reprodução do capital dificilmente ocorreriam. O bom pai tornou-se aquele que sabe mostrar aos seus filhos as boas práticas econômicas juntamente com a moral e os bons costumes. A preocupação do poder disciplinar sempre foi a de criar e recriar formas de introduzir no seio do exercício político a economia em uma sociedade, cujo governo produz indivíduos disciplinados, dóceis.

A sociedade biopolítica e os dispositivos de governo no âmbito da população

A biopolítica pode ser entendida como a extensão dos dispositivos de poder para o controle da vida dos indivíduos e sua genealogia data do fim do século XVIII e início do século XIX. Com a biopolítica, os dispositivos de saber-poder migram de técnicas disciplinares para o controle da vida dos indivíduos no âmbito da população. Há a passagem de uma espécie de “anátomo-política do corpo humano” para uma “biopolítica da espécie humana” (FOUCAULT, 1999 [1975-1976]). Foucault está mostrando, efetivamente, a passagem da sociedade disciplinar à sociedade biopolítica, embora as técnicas disciplinares não tenham desaparecido, mas se tornaram mais complexas e sutis. Essas mudanças estão fortemente articuladas às necessidades do capitalismo dessa época, que demandava um novo tipo de indivíduo e de um novo tipo de sociedade.

Em *Segurança, Território, População* (FOUCAULT, 2008a [1977-1978]), em *Nascimento da Biopolítica* (FOUCAULT, 2008b [1978-1979]) e *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 1999 [1975-1976]), Foucault chegou a importantes descobertas acerca da passagem do poder disciplinar à biopolítica e ao biopoder. A economia política se configurou como tal quando o objeto das práticas estatais deixou de ser apenas as finanças e a riqueza e alcançou o controle da população (FOUCAULT, 2008a [1977-1978], p. 100). Tomada como um dado passível de análise positiva, a população

poderia ser manejada por meio de técnicas matemáticas, estatísticas, sanitárias etc. Sabe-se que os diversos setores do capital necessitam dessas informações estratégicas para estimar o potencial de seus negócios e de suas vendas, o número de trabalhadores disponíveis, o nível de escolaridade desses trabalhadores, o seu estado de saúde.

Os mecanismos de incorporação do econômico pela sociedade alcançaram a vida dos indivíduos no âmbito da biopolítica. O conceito de biopolítica nasceu como um desdobramento dos estudos prévios de Foucault acerca do poder e contempla as estratégias para esse controle visível-invisível exercido no âmbito da política e que incide diretamente na vida das pessoas, tornando as ações individuais dados quantificáveis. A biopolítica para Foucault opera indissociável do que ele chama de “regimes de verdades”. O regime de verdades, regido pela razão de Estado, especialmente do Estado moderno, tem alojado dentro de si a economia política e essa “não tem de forma alguma a exterioridade que o pensamento jurídico tinha” no Estado absolutista (FOUCAULT, 2008b [1978-1979], p. 19-20). A economia aparece na arte de governar como uma “verdade” a ser preservada. Desse modo, a biopolítica é o governo da vida dos homens que estabelece os limites entre o verdadeiro e o falso, entre o proibido e o permitido, entre o bom e o ruim, entre o sagrado e o profano, supostamente, em função da manutenção da ordem e da prosperidade econômica. Articulada ao poder e ao biopoder, a biopolítica é uma descoberta que sintetiza todas as análises de Foucault sobre a sexualidade, o panóptico, a loucura, a linguagem. A passagem da sociedade disciplinar para a biopolítica evolve o direcionamento das técnicas de poder sobre os corpos e sobre a vida (FOUCAULT, 1999 [1975-1976], p. 289). Há um novo objetivo, a passagem do governo do “homem-corpo” para o “homem-espécie” (FOUCAULT, 1999 [1975-1976], p. 289).

A partir do momento em que a economia política passou a ser uma espécie de razão primeira do poder estatal, o conhecimento dos hábitos e características da população tornou-se algo necessário ao processo de acumulação. Passou a ser de interesse do poder biopolítico as taxas de natalidade, de fecundidades, de envelhecimento da população, seu estado de saúde, a partir das quais o governo poderia desenvolver estatísticas e previsões para subsidiar futuras intervenções no âmbito da população (FOUCAULT, 1999 [1975-1976], p. 289-293). Se a queda da natalidade está afetando os índices de acumulação, o governo lança mão de uma política de estímulo à procriação,

se há pessoas demais é recomenda a redução do número de crianças por casal. Aqueles que não conseguem se adaptar ao mundo produtivo são taxados de loucos, drogados, marginais, preguiçosos ou qualquer outro adjetivo pejorativo. Nessas tramas biopolíticas, o Estado assume o posto de fiscalizador, educador, provedor, guia, zelador de comportamentos e destinos (MARTINS, 2010, p. 4). Mesmo que para isso tenha que usar a violência.

Para se reproduzirem, os capitais dependem, efetivamente, da exploração das forças de trabalho alheias, embora ambas as classes estejam sujeitas ao automatismo da forma-valor. A concorrência generalizada dos capitalistas entre si e dos trabalhadores entre si ajuda a obscurecer a dimensão coletiva da vida que se vive. No entanto, as institucionalidades biopolíticas sabem dessa dimensão coletiva, pois realizam cálculos periódicos dos resultados desses processos de acumulação em termos coletivos e não individuais. Nesse sentido, a economia política interna à biopolítica se ocupa da ordenação da riqueza, da população e do território.

[...] A economia política pode se constituir a partir do momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo sujeito, que era a população. Pois bem, é apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza chamada ‘economia política’ que se constituirá uma ciência e, ao mesmo tempo um tipo de intervenção característica do governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de uma arte de governar a uma ciência política (FOUCAULT, 2008a [1977-1978], p. 140-141).

O governo dos territórios sob as vontades da economia política implica a configuração de um arcabouço jurídico, o qual expressa mecanismos punitivos para a resolução de conflitos no âmbito da população. É nesse contexto, final do século XVIII, que surgem as primeiras prisões (FOUCAULT, 1987 [1975]). As ruas, locais de escoamento de mercadorias, de passagem de pessoas e de diversos assaltos, impuseram aos governos das cidades o desenvolvimento de dispositivos de segurança baseados em séries de dados que mostram o número de ladrões, o número de carroças, o número de miasmas[5], de passantes (FOUCAULT, 2008a [1977-1978], p. 26-27). Para Foucault (2008a

[1977-1978], p. 27) “a gestão dessas séries abertas [de dados e informações], que, por conseguinte, só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades” é o que caracteriza o “mecanismo de segurança”. A questão da segurança aparece, então, como um conjunto de dispositivos disciplinares da arte de governar biopolítica, em que se tenta antecipar os crimes pelo controle prévio e probabilístico das ações dos indivíduos. Não é por acaso que há uma forte preocupação, ainda hoje, com as taxas de desemprego, de natalidade, de mortalidade, de acumulação. Somente assim é possível ao Estado a gestão a barbárie decorrente das crises econômicas.

Sobre essas bases, de uma arte de governar, os Estados modernos se puseram de pé na história juntamente com o crescimento das práticas mercantis e, nesse processo, a transformação do espaço em territórios nacionais foi estrutural. Evidenciam-se as bases práticas de operação da economia política. As práticas mercantis e a consolidação do mercado na sociedade medieval europeia trouxeram a necessidade da compreensão mais racional do mundo. As pressões por uma racionalização das (e nas) práticas sociais exercidas pelo mercado em expansão, em oposição ao discurso mistificador das instituições religiosas e da monarquia, foram fortemente impulsionadas pela adesão popular ao discurso racional. Com a intensa proletarização, os valores morais da economia passaram a figurar acima dos valores religiosos para os trabalhadores, pois quem colocava comida em suas mesas era o mercado. Isso porque, como diz Foucault (2008b [1978-1979], p. 43), nessa fase, digamos pré-capitalista, “o mercado era um lugar de jurisdição”, de justiça, o que destoava das práticas autoritárias e luxuosas dos Estados monárquicos absolutos. Ainda segundo Foucault, nos mercados pré-capitalistas sediados nas cidades, os burgos, os mercados eram onde se praticava o peço justo. Não se saía desses espaços de mãos vazias, pois os valores de uso eram trocados por outros valores de uso, tendo como parâmetro a utilidade do bem. Atualmente, ir aos mercados sem dinheiro significa sair de lá sem absolutamente nada. Quem sai dos mercados sem nada e tenta roubar comida vai preso e vira estatística; sua cor, sua classe, sua renda, seu bairro, etc.

Governamentalidade neoliberal e a produção do indivíduo empresário de si mesmo

Com o neoliberalismo evidencia-se a governamentalidade

como tecnologia de controle das condutas, que visa a produzir indivíduos que assumem para si as reponsabilidades de sua vida econômica como se fossem empresas. De acordo com Foucault (2008b [1978-1979], p. 232-233), o pensamento econômico ordoliberal alemão do século XIX e início do XX utilizava o Estado de direito como uma alternativa positiva oposta ao despotismo do soberano e ao Estado de polícia. Assim, “primeiramente, o Estado de direito é definido como um Estado em que os atos do poder público não poderão adquirir valor se não forem enquadrados em leis que os limitam antecipadamente” (FOUCAULT, 2008b [1978-1979], p. 233). Dessa forma, “governar é conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem *para consigo mesmo* quanto aquela que se tem para com os outros” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 18). Como técnica para a manutenção de um governo, dessa arte de governar, governa-se *pela* liberdade e não *contra* a liberdade (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 18).

Conforme mencionado acima, a submissão do exercício do poder estatal ao direito visava favorecer as trocas comerciais em um capitalismo industrial em expansão, que não mais poderia se expandir submetido às vontades e excentricidades de um soberano. Tampouco os contratos comerciais poderiam ser realizados sem qualquer salvaguarda jurídica. Os mecanismos de governo dos vivos foram se sofisticando a ponto de a arte de governar chegar ao nível da governamentalidade. No último século, a racionalidade econômica vem produzindo, amplamente, indivíduos prontos a se vender como mercadoria nos mercados em uma relação contratual com seus patrões naturalizada e salvaguardada pelo governo. Tornou-se comum os intelectuais orgânicos dos governos enfatizarem pelos meios de comunicação o culto ao indivíduo como o agente-motor da sociedade e como o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso. É fortalecida a perspectiva dos sujeitos como consumidores individuais, trabalhadores individuais, com vontades próprias para a tomada de decisões e para viver as suas vidas sem a dependência de outras pessoas. Somos ensinados que gozamos de liberdade para escolhermos nossos próprios passos, mas apenas dentro das normas jurídicas de conduta pré-estabelecidas. O fetichismo do capital se manifesta e se oculta nessas relações que assumem a forma jurídica. A pretensa neutralidade da forma jurídica retira a exploração do trabalho dos olhos desatentos. A crise é imanente ao capital, parte de sua constituição interna, e decorrente da expulsão dos trabalhadores do processo produtivo pela concorrência entre os capitalistas individuais, mas se faz

parecer que a culpa é do trabalhador pouco produtivo ou do capitalista que não sabe administrar os seus negócios.

Esse é o modo de operação da governamentalidade gestada e propagada em estudos de economistas burgueses voltados para o desenvolvimento de novos mecanismos de governo. A concretização desse tipo de dispositivo de governo das condutas se verifica nas noções de *homem econômico* e de *capital humano*. Foucault (2008b [1978-1979], p. 310-320) chama a atenção para a figura do *homo oeconomicus*, ou homem econômico, como a expressão desse sujeito que é “empresário de si mesmo”, que internaliza a economia política e aceita ser governado de dentro do seu corpo. Esse sujeito procura desenvolver seu capital humano e, por isso, calcula suas ações baseado em uma racionalidade econômica, sempre visando a aumentar esse capital. Caso não consiga um bom emprego, uma boa casa, ou realizar boas viagens com sua família, o *homo oeconomicus*, produto da governamentalidade, culpa a si mesmo pelo seu fracasso. Conforme Kurz (2004, p. 249) o *homo oeconomicus* representa o fato de a economia ter se apossado de toda a existência e tê-la submetido “ao cálculo orientado pelo lucro abstrato e a política empresarial de custos”.

Não passa pela cabeça desses indivíduos orientados pelo mercado que a vida individual não depende exclusivamente de suas potencialidades, mas de um conjunto de fatores socialmente estabelecidos. Na prática, a aceitação dessa dominação subjetiva por uma governamentalidade, que contém uma racionalidade econômica que encobre a vida coletiva, é uma evidência da alienação e do fetiche que a sociedade das massas aceitou em troca do acesso ao consumo de mercadorias. Esse é o cerne do que se conhece por sociedade do espetáculo, “como a inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo” (DEBORD, 2003 [1967], p. 14). Pelo modo como capital se apresenta aos indivíduos, colocar o trabalho apenas como uma simples engrenagem da produção de riquezas reproduz a imagem de um ser que se autovaloriza (GRESPLAN, 2019). O *homo oeconomicus* vive plenamente esse fetiche do capital guiado pela forma abstrata da riqueza, o valor, e empenha-se cada dia mais para ser um bom servo desse ser abstrato. O homem econômico aceita ser escravo do dinheiro, de *tickets* para o consumo. Ele vive pelo dinheiro e para o dinheiro, e finge não saber que nem todos poderão fazê-lo. Assim, ele se agarra aos bens que possui, e o medo de perdê-los para os despossuídos o torna um reacionário em potencial.

No pensamento neoliberal, iniciado pelos ordoliberais alemães do início do século XX, e que vem sendo implementado violentamente no mundo a partir da década de 1970, a governamentalidade não se expressa apenas na definição e proteção dos limites territoriais, de leis e demais de normas de conduta. É mais do que isso. Nos termos de Dardot e Laval (2016, p. 26), é possível se falar de uma sociedade neoliberal em gestação, que não se resume a uma *política* neoliberal ou a uma *economia* neoliberal, configura uma figura singular de capitalismo. Nessa acepção, em oposição às ideias marxistas, o neoliberalismo não seria uma resposta à crise do processo de acumulação das décadas de 1960-1970, mas uma crise de governamentalidade (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 26). Ademais, Foucault

compreendeu, contra o economicismo, que não se podem isolar as lutas dos trabalhadores das lutas das mulheres, dos estudantes, dos artistas e dos doentes, e pressentiu que a reformulação dos modos de governo dos indivíduos nos diversos setores da sociedade e as respostas dadas às lutas sociais e culturais estavam encontrando, com o neoliberalismo, uma possível coerência teórica e prática. Interessando-se de perto pela história do governo liberal, ele mostra que aquilo que chamamos desde o século XVIII de “economia” está no fundamento de um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas (a “biopolítica”) que vão encontrar o neoliberalismo uma sistematização inédita (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 26).

A partir dessa reflexão acerca da governamentalidade, evidencia-se que a economia política, acoplada às técnicas de governo, passou a se ocupar da vida das pessoas, se valendo dos conhecimentos produzidos no âmbito da população. Em outros termos, assim como para um Estado religioso interessava saber em que proporção os seus discursos metafísico-religiosos estavam sendo internalizados pelos indivíduos, à economia política interessa que as leis e valores do econômico sejam incorporados pelos indivíduos, que serão guiados, governados, por um governo que atuará de dentro e de fora de seus corpos. Não é preciso o governo dizer a todo o momento que é preciso trabalhar, consumir, seguir as leis, não matar, não roubar, não jogar lixo no chão. Para os fins punitivos e educativos, as prisões e as escolas, respectivamente, estão de prontidão. Se se quer gerir os negócios da burguesia, essa tarefa será facilitada se os

próprios indivíduos internalizarem as regras e valores do modo de produção. Cada indivíduo passa a ser o responsável único por seus atos e passa a ter que controlar e a adaptar suas condutas ao máximo àquilo que as normas econômicas determinam. Não se questiona com veemência a existência do valor em si, mas se questiona a falta de dinheiro. Nesse sentido, o sujeito produzido pela governamentalidade, o *homo oeconomicus* se fortalece com o neoliberalismo, como “a interface do governo e do indivíduo”, como “aquele que aceita a realidade”, “o *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável” (FOUCAULT, 2008b [1978-1979], p. 346, 368 e 369). O *homo oeconomicus* é o produto da governamentalidade neoliberal. Esse indivíduo está disposto a se adaptar às exigências da economia, pois se põe diante do mercado de forma fetichizada com o pensamento internalizado de que, em caso de qualquer insucesso, a culpa é exclusivamente dele.

Considerações e aberturas

Parte-se do pressuposto de que, embora haja distinções conceituais e metodológicas, até antagonismos, no entendimento das noções de Estado e governo em foucaultianos e marxistas, há em ambas a percepção de que a modernidade produz sujeitos produtivos de capital. São abordagens que têm o desejo pelo conhecimento e crítica das diversas formas de opressão. A história da modernidade capitalista mostra a vitalidade dessas abordagens, pois fornece preciosos elementos para a compreensão de que o que está em disputa quando se trata do poder é a criação de um modelo de sociedade e de indivíduos. No contexto capitalista com forte presença do Estado e sua arte de governar ancorada na aceleração dos tempos de rotação das mercadorias, a produção global do espaço tem a produção em massa de subjetividades como parte do processo. Mas em momentos opressores se fortalecem também as possibilidades para a transformação social.

A abordagem marxista é dialética e se pauta pela crítica em relação ao desenvolvimento e crise do modo de produção capitalista, que é baseado na submissão de tudo e de todos à produção de mercadorias. Nessa perspectiva o Estado é essencial para a reprodução do capital em crise. Para a compreensão da relação que se estabelece entre o Estado, o capital e as subjetividades, precisa-se entender que o Estado, o qual os

hegelianos acreditavam ser a expressão mais bem acabada da razão humana, é, na realidade, a expressão do fetichismo da política, em que a separação entre o Estado e a sociedade civil é também a separação entre o ser, criador, e a política, a criatura (MARX, 2005 [1844], p. 87). O termo sociedade civil designa o reino do econômico e implica a produção de uma sociedade que estabelece uma relação passiva no tocante à política em meio aos arranjos econômicos: houve uma separação abstrata entre a sociedade e a política. Valendo-se dessa separação, a arte de governar biopolítica instrumentaliza o poder do Estado sobre a vida dos componentes da sociedade civil no âmbito da população.

A abordagem foucaultiana, genealógica, adentra as micro relações sociais e subjetivas de poder, que, mesmo não sendo restritas ao capitalismo, acabam delatando a articulação da produção de subjetividades com a produção de mercadorias. Ao mostrar a historicidade do governo dos vivos, Foucault chega à institucionalidade e ao Estado, que internalizou a economia política e a reproduz como uma *verdade*. Foucault parte do poder do soberano à noção de governamentalidade. Para esse autor, o Estado neoliberal e suas instituições são mais bem inteligíveis como a manifestação de uma arte de governar mais perversa, a governamentalidade, que alcança o controle das condutas dos indivíduos. Os dispositivos de governo dos vivos a cargo do exercício do poder pelo Estado atuam, no limite, para a configuração de uma sociedade a sua imagem e semelhança. Em razão de estar abstratamente apartado da sociedade que o criou, o Estado e as instituições são postos e repostos como seres neutros, politicamente equipados com saberes técnicos, que atuam apenas em função da justiça e igualdade entre as frações da sociedade. Dessas formulações, deriva a noção de Estado de direito, que faz esse Estado, pretensamente, colocar-se diante da sociedade civil como o único detentor do poder, sendo que não é. Ancorado nesse fetiche, e apoiando-se em um saber técnico calcado nas luzes da ciência, a “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008a [1977-1978]) se vale de um conjunto de dispositivos de controle das condutas que alcançam os sujeitos individualmente para torná-los produtivos e obedientes. Mais precisamente, produz-se um tipo específico de indivíduo, o *homem econômico*, que aceita a modernização e a escravização pelo dinheiro e pela mercadoria.

Governar requer o processo de dulcificação dos governados, que se tornam objetos e objetivos de uma compreensão conjuntural;

biológica, psíquica, econômica, cultural, comportamental, descobertas das quais se vale a economia política. A dissimulação das contradições imanentes ao modo de produção capitalista como a redução da participação do trabalho vivo no processo produtivo pelo aumento da composição orgânica do capital leva à necessidade de se encobrir o caráter imanente da crise e sua negatividade⁶]. Nesse contexto, a arte de governar para o capital prefere lidar com o indivíduo em vez das classes, sendo o espaço do corpo uma zona de conflitos. A culpa pela queda geral na acumulação, por exemplo, é transferida para cada trabalhador individualmente, que passa a se sentir se culpado pela queda nos lucros de seus patrões. O corpo é uma zona de conflitos por conter as vontades individuais e ser o objetivo principal do governo dos vivos. Assim, todas as formas assumidas pela arte de governar apresentadas nessa reflexão estão, em alguma medida, em uso. O surgimento de uma não necessariamente anula a existência da outra. Elas estão sobrepostas e se articulam dialeticamente. Essas diferentes artes de governar respondem às demandas a reprodução do modo de produção.

A negatividade da crise pode se manifestar nas diversas frentes de luta que se fortalecem e propõem contraofensivas a esse governo dos corpos, das vidas e das condutas. A revolução parte de indivíduos desobedientes e ganha força ao adquirir um sentido coletivo que ataquem a individualização. Os dispositivos de governo dos vivos objetivam, portanto, obscurecer o debate político em torno do possível, fazendo que se viva o aqui e a agora e se dance individualmente conforme a música.

Essa reflexão, em vez de apontar caminhos ou dar visibilidade a algum movimento de enfrentamento específico, busca discutir os modos de operação desse governo dos vivos em um contexto orientado pela acumulação. É preciso se manter permanentemente vigilante. Aos governados que não querem se submeter ao poder, as resistências e os contra-ataques precisam propor táticas e estratégias que neguem o adestramento pelo controle das condutas. Em uma nota explicativa do livro “Segurança, Território e População” é dito que

...] “onde há poder, há resistência”, não estando esta “jamais em posição de exterioridade em relação ao poder”, mas constituindo “o outro termo, nas relações de poder”, seu “irreduzível *vis-à-vis*”. A noção de resistência permanece, em 1978, no cerne da concepção foucaultiana da política. Assim,

numa série de folhetos manuscritos sobre a governamentalidade, inseridos entre duas aulas do curso, ele escreve: “A análise da governamentalidade [...] implica que ‘tudo é político’. [...] A política não é nada mais, nada menos que o que nasce com a resistência à governamentalidade, a primeira sublevação, o primeiro enfrentamento.” A ideia de “contra-conduta”, segundo a expressão proposta mais adiante, representa uma etapa essencial, no pensamento de Foucault, entre a análise das técnicas de sujeição e a análise, desenvolvida a partir de 1980, das práticas de subjetivação⁷] (FOUCAULT, 2008a [1977-1978], p. 287).

É preciso haver a imposição de contra-condutas como formas de não aceitação desse governo que alcança as subjetividades. Nessa perspectiva, os contra-poderes precisam produzir seus saberes e suas “verdades” para o enfrentamento dos dispositivos disciplinares. Foi para incentivar formas de enfrentamentos à opressão que Foucault evidenciou toda a perversidade da produção dos indivíduos pelos dispositivos de saber-poder. Uma contra-conduta importante aos indivíduos é justamente reencontrar seus laços coletivos, comuns, que possam levar à configuração de movimentos como uma utopia concreta de resgate da práxis. Ademais, no caminho da liberdade “o único governo possível é o governo de si mesmo” (POGREBINSCH, 2009, p. 130).

Notas

1. Este estudo contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na forma de uma bolsa de doutorado.
2. Essa reflexão amplia uma discussão apresentada de forma incipiente na dissertação do autor e é parte de sua tese de doutorado.
3. Expressão de origem francesa, que significa, literalmente, deixar agir, deixar fazer.
4. Em inglês, despossession. Em português, outras traduções são despossessão ou desapropriação.
5. Odores fétidos que se acreditava ser a causa de diversas doenças, por volta do século XVII.
6. Negativo no sentido dialético e de transformação, em oposição ao sentido positivo e conservador.
7. Essa citação está na nota 5 da “aula de 1º de março de 1978” do livro *Segurança, território e população*.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. *In: Tempo Social Revista de Sociologia USP*, São Paulo, 7 (1-2). 1995, p. 105-110. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0105.pdf> Acesso em: 20/03/2019.
- ALVIM, Davis Moreira. Foucault e o primado das resistências. *In: Cadernos de Ética e Filosofia Política (USP)*. São Paulo: v. 20, 2012, p. 22-30. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55955> Acesso em: 30/03/2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Trad. Plínio Dentzien
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise..** São Paulo: Boitempo, 2ª Ed., 1999, 285 p. Trad. Wanda Brant
- BIHR, Alain. A problemática da reprodução do capital em O Capital. *In: Revista Lutas Sociais*, nº 9/10, São Paulo, 2003, p. 1-11. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25775/18419> Acesso em: 18/04/2018.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo. 1ª ed., 2016, 416p. Trad. Mariana Echalar.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Ebook Brasil.com, 2003 [1967], 169p. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf> Acesso em: 25/06/2017.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1975-1976], 382p. Trad. Maria Encarnação Galvão
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no College de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a [1977-1978], 572p. Trad. Eduardo Brandão
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b [1978-1979], 474 p. Trad. Eduardo Brandão
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª ed. 1984, 174p. Trad. de Roberto Machado
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987 [1975], 348p. Trad. Raquel Ramallete

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009 [1979-1980], 433p. Trad. Nildo Avelino

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo: Hucitec, 1999, 287p.

GRESPLAN, Jorge. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. Boitempo: São Paulo. 1ª ed, 2019, 302p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, 249p. Trad. Coletivo Gráfico Annablume

HARVEY, David. **Limits to capital**. Oxford: Blackwell. 1ª edição, 1982. Disponível em: <http://libcom.org/files/The%20Limits%20to%20Capital.pdf> Acesso em: 29/05/2018.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992, 348p. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 7ª Ed., 2013, 201p. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Philosophy of Right**. Canada: Batoche Books Limited, 2001 [1820], 571 p. Disponível em: http://www.inp.uw.edu.pl/mdsie/Political_Thought/Hegel%20Phil%20of%20Right.pdf Acesso em: 20/04/2018.

LEFEBVRE, Henri. **The survival of capitalism**: reproduction of the relations of production. New York: Editions Allison & Busby, 1976, 131 p.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell. 3ª edição, 1991 [1974], 434 p.

LEFEBVRE, Henri. **El Estado moderno**. In: Revista Geopolítica(s), vol. 3, nº1, 2012 [1976], p. 137-149. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/40288/38734> Acesso em: 22/08/2017.

KURZ, Robert. **Com todo vapor ao colapso**. Juiz de Fora: Editora UFJF – PAZULIN, 2004, p. 293.

KURZ, Robert. A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. In: **Revista Geografares**, Espírito Santo, nº 28, 2019, p. 55-115.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** [1513-1532]. Versão para e-book, 2005 [1513], 164 p. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf> Acesso em: 15/05/2018. Trad. Ridendo Castigat Moraes.

MARTINS, Sérgio Manoel Merêncio. Poder, política, urbano e a caixa de Pandora. In: **Revista Cidades**. Presidente Prudente: v.7, n. 11, 2010, p. 79-120.

MARTUCCI, Frederico Brum. **A genealogia do exercício do poder em Michel Foucault**: soberania, disciplina e biopoder. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. 120 p.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2005 [1844], 104p. Trad. Sílvio Donizete Chagas

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 29ª Ed., 2011 [1867], 928p. Trad. Reginaldo Sant'Anna

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Escala 2007 [1848], 91p. Trad. Antônio Carlos Braga

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. In: **Revista Lua Nova**: revista de cultura e política [online]. n.63, 2004, p.179-201.

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político**: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2009, 391 p.

***Thiago Andrade dos Santos** é Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: thiago_andasant@yahoo.com.br

